

José Costa

Parceiro
do futuro



DIÁRIO DO COMÉRCIO
Minas é o nosso negócio



Patrocinadores:



JOSÉ COSTA

**Parceiro
do Futuro**

FICHA TÉCNICA

Copyright © 2007
by A4 Agentes de Comunicação Reunidas Ltda.

Execução

Código Consultoria em História Ltda.

Coordenação Geral

Adriana Muls

Pesquisa e Texto

Lígia Maria Leite Pereira
Maria Auxiliadora de Faria
Nair Costa Muls

Auxiliares de Pesquisa

Alex Álvarez Silva
Alessandra Amaral Andrade
Elisa Teixeira Toledo
Luiz Guimarães Silva
Múcio Andrade
Sara Glória Aredes Moreira
Natércia Micheletti Viana

Entrevistadoras

Lígia Maria Leite Pereira
Maria Auxiliadora de Faria
Nair Costa Muls

Transcrição de Fitas

Nila Rodrigues Barbosa

Revisão e Edição de texto

Manoel Marcos Guimarães

.....

Apoio logístico

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Projeto Gráfico e Capa

Flávia Guimarães

Fotografias

Arquivo da família, do Diário do Comércio
e do José Goes

Revisão Final

Gó de Araújo Bessa

Impressão

Rona Editora

*Em memória de Nair e Dalva, companheiras na sua jornada, de Rachel,
Marcílio e Costinha, também protagonistas desta história;*

Em homenagem a todos que fizeram e fazem o Diário do Comércio;

*Dedicado aos netos e bisnetos de José Costa,
para que se inspirem nos exemplos do avô.*

PEREIRA, Lígia Maria Leite.

José Costa: parceiro do futuro. / Lígia Maria Leite Pereira; Maria
Auxiliadora de Faria; Nair Costa Muls. – Belo Horizonte: Rona
Editora, 2007.

368p.: il.

1. Biografia. 2. Costa, José: parceiro do futuro. I- Título. II. FARIA.
Maria Auxiliadora de; III. MULS, Nair Costa.

CDU 92 Costa

sumário

| | |
|------------|--|
| 9 | Apresentação |
| 11 | Introdução |
| 15 | Prefácio |
| 19 | Uma História para ser contada |
| 81 | O sonho e a saga de um pioneiro |
| 201 | O jornal e as campanhas pelo desenvolvimento |
| 291 | O associativismo de José Costa |
| 349 | Uma vida para ser lembrada |
| 366 | Bibliografia Consultada |

Apresentação

Janeiro de 1995. Pela última vez, José Costa participa de uma reunião da diretoria do Diário do Comércio e ouve, com aparente pouca atenção, relatos sobre as atividades cumpridas no exercício anterior para, afinal, concluir:

- Vocês falaram muito do passado e isto não me interessa. O que eu quero é saber o que vocês estão pensando do futuro.

Foi sua última intervenção na empresa que fundou e conduziu durante mais de sessenta anos. Estava bastante fragilizado, teria poucos meses de vida mais, e não perdera a perspectiva de sua existência.

Este é também o sentido desta biografia. Ela remete ao passado, sim, para celebrar um homem e suas idéias. José Costa, jornalista e empresário, fundador do Diário do Comércio e cujo nome, a partir dos anos 1930, está associado às principais iniciativas que, no plano econômico, ajudaram a transformar Minas Gerais e o Brasil. José Costa, que fez do jornalismo e das entidades de classe, das quais participou sempre ativamente, a sua tribuna. José Costa que não mediu seus sonhos e nunca esmoreceu diante dos desafios de construí-los.

Os leitores deste livro certamente entenderão porque lembrar José Costa não deve ser apenas um mergulho no passado ou o exercício da saudade. É fundamental que o percebam, essencialmente, como convite à reflexão sobre as possibilidades de cada um de nós diante da tarefa de construir o futuro. Se alcançado este propósito, o tributo a José Costa terá a relevância desejada, porque fiel à sua maneira de ser e de viver.

Antes de concluir é preciso agradecer às empresas, algumas delas criadas com ativa participação de José Costa, que viabilizaram esta edição. E, por último, algo que tocava o coração de alguém que foi especial também como marido, pai e avô: este livro nasceu do sonho de todos os seus e se tornou realidade graças ao esforço e à dedicação de Adriana Costa Muls, jornalista como seu avô.

Luiz Carlos Motta Costa

Novembro 2007



Introdução

Já se tornou lugar-comum a afirmativa de que José Costa esteve sempre à frente de seu tempo. Ou, de forma mais poética e, por isso mais precisa, que foi um contemporâneo, um parceiro do futuro.

Mas o seu tempo foi o século XX. E se é certo que, por sua visão de mundo, suas realizações e conquistas, ele ultrapassou o século, é certo também que o viveu com intensidade. Nascido em 1906, transitou com desenvoltura pelos períodos cruciais que marcaram a história até sua morte, em 1995. Sofreu, como seus contemporâneos, as adversidades de duas guerras mundiais, de uma revolução e de dois golpes de estado no Brasil; idealista, abraçou ainda jovem uma nascente ideologia política que pregava uma sociedade mais justa e igualitária.

Da dialética então apreendida e, talvez, inspirado na milenar sabedoria chinesa, tirou a máxima que carregaria para sempre, elucidativa da forma como encarava as vicissitudes da vida: “Nunca vi uma crise como um processo destrutivo, um fim em si. Eu a via muito mais como o surgimento de um novo tempo”.

No início da década de 1930, assumiu um boletim impresso em mimeógrafo e o transformou em um jornal que, além de veículo opinativo, foi um arauto do desenvolvimento econômico mineiro e brasileiro e pioneiro na modernização gráfica, tecnológica e industrial da imprensa nacional. Foi pai de família exemplar e legou aos filhos exemplos de retidão de caráter e de ética profissional.

Como parte das celebrações do centenário de seu nascimento e dos setenta e cinco anos de fundação do **Informador Commercial**, hoje **Diário do Comércio**, este livro tem a ousada pretensão de traçar seu perfil e reconstituir sua profícua e multifacetada trajetória como cidadão, jornalista e líder empresarial, tendo como pano de fundo o desenvolvimento do Brasil e de Minas Gerais.

José Costa fez do seu jornal e das tribunas das entidades a que pertenceu trincheiras de luta em prol do desenvolvimento econômico. Assim, sua história de vida é, também, parte da história do processo de desenvolvimento nacional e regional nas últimas sete décadas, o que confere ao livro uma contribuição adicional à historiografia.

Boa parte da presente narrativa, especialmente o primeiro capítulo, teve como fonte e eixo a entrevista que José Costa concedeu, no início de 1993, a professores da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para o acervo do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros daquela faculdade. Infelizmente, naquela ocasião, sua deficiência respiratória já era perceptível e sua voz quase inaudível. Além do mais, como militante disciplinado e empresário marcado pela modéstia, entrecortou sua fala por longos silêncios, não se arriscando a ci-

tar certos episódios e nomes. E quando a narrativa se aproximou de momentos cruciais de nossa história mais recente, deu por encerrado o depoimento.

Além desse depoimento, o livro foi escrito com base na vasta documentação escrita e iconográfica do Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda., entre as quais as coleções do **Informador Commercial** e do **Diário do Comércio**, nos arquivos de algumas entidades de classe do empresariado mineiro e nos arquivos privados da família Costa. Contamos, ainda, com depoimentos de familiares e amigos de José Costa e de alguns dos seus incontáveis companheiros de trabalho e de luta em prol do desenvolvimento de Minas, cujos nomes estão listados ao final deste livro e a quem sinceramente agradecemos.

Assim, na tentativa de dar conta dos múltiplos aspectos que envolvem a trajetória de vida de José Costa, História e Memória se aliaram e se complementaram. As memórias, recolhidas por meio de entrevistas de história oral, entrelaçaram razão e emoção, realidade e mito, fatos e avaliações, e permitiram desvelar dimensões e momentos importantes de sua vida e de sua empresa. Revelaram, ainda, como os feitos do passado são hoje percebidos e interpretados, num diálogo constante entre passado e presente e que também descortina o futuro.

Como toda biografia, também esta buscou tecer uma imagem completa do personagem, mesmo sabendo ser impossível esgotar toda a riqueza e complexidade da existência humana. Por mais que reuníssemos informações, jamais teríamos José Costa por inteiro. A biografia enfoca sua vida pública e privada e é marcada por nítida predominância da trajetória do jornal por ele fundado. É que, como é usual nos trabalhos do gênero, o que ora se apresenta estruturou-se em torno do que emergiu como eixo significativo de sua história de vida. De tal forma, é impossível separar as trajetórias de um e de outro, pois elas se confundem.

Reconstituir a trajetória de vida de José Costa foi, para nós, um exercício prazerosamente arriscado. É que, para cumprirmos nossa tarefa, não podíamos deixar de ter em mente a bela advertência de Fernand Braudel sobre os intrincados caminhos da escrita da história, quando afirmou:

O problema da história não se situa entre o pintor e o quadro, nem sequer – audácia que teria sido excessiva – entre o quadro e a paisagem, mas antes na própria paisagem, no coração da vida. A história se nos apresenta como a própria vida, como espetáculo fugaz, móvel, formado pela trama de problemas intrinsecamente misturados e que pode revestir, sucessivamente, numa multiplicidade de aspectos diversos e contraditórios. Esta vida complexa, como abordá-la e fragmentá-la a fim de apreender alguma coisa? ¹

¹ BRAUDEL Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Presença, 1972. p. 94

Finalmente, duas peculiaridades do presente trabalho merecem ser registradas. A primeira, inversamente ao que usualmente ocorre no ofício do historiador, foi a exorbitante quantidade de informações com que nos defrontamos, o que nos levou à apurada e minuciosa seleção das fontes a serem utilizadas na elaboração do texto. A segunda é que uma das autoras desse livro, a socióloga Nair Costa Muls, teve duplo desempenho no processo de pesquisa e elaboração: como filha de José Costa, foi parte integrante de sua trajetória de vida, conforme deixou registrado em seu depoimento; e, como uma das autoras, excluiu, tanto quanto pôde, a natural subjetividade para integrar-se ao trabalho.

As autoras.

Prefácio

Guy de Almeida

Juntamente com o honroso convite dos editores para redigir este prefácio, recebi uma cópia do texto da obra. Em dois momentos – o do convite e o de uma leitura dinâmica de algumas páginas – retornaram à minha memória perguntas que me ocorriam ao longo dos dois períodos em que fui, por quase dez anos, entre as décadas de 1970 e de 1990, coordenador editorial dos jornais de José Costa.

Quem poderia imaginar que o jovem, de aparência tão simples, que chegava anônimo à estação ferroviária de Belo Horizonte, naquele 22 de fevereiro de 1930, tornar-se-ia, gradual e consistentemente, uma das principais personalidades da cidade e do Estado, até com repercussões nacionais?

Através de que obras e ações ganhou esse reconhecimento? Mais instigante: como conseguiu compatibilizar, simultaneamente, o respeito às normas e regras vigentes nas atividades sociais e empresariais, com uma opção ideológica crítica da sociedade de seu País? Como conseguiu, a partir de um periódico mimeografado e sem recorrer a parcerias com grandes grupos econômicos ou políticos, comuns na atividade de comunicação social, ter êxito na implementação de sua empresa, basicamente mediante a gradual reaplicação de sua rentabilidade?

À sua morte, em 1995, sua atuação, também como um dos principais líderes regionais em entidades corporativas empresariais e sociais, situava-o entre os influentes formadores, em Minas Gerais, de opinião pública pelo desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país. A produção deste livro, pela passagem do centenário de seu nascimento, pressupunha portanto a abordagem de questões complexas e delicadas, a demandar pesquisas e respostas de não fácil formulação e execução. A tarefa foi entregue a três experientes especialistas, emersas dos quadros magisteriais da prestigiosa Universidade Federal de Minas Gerais: as professoras Lígia Maria Leite Pereira, socióloga, Maria Auxiliadora de Faria, historiadora, juntamente, no que contribuiria para dar um certo toque de intimidade à obra, com a também socióloga Nair Costa Muls, filha do homenageado.

A apresentação de seus traços biográficos ao longo do livro facilita a compreensão da dimensão do reconhecimento que inspirou as homenagens públicas a José Costa ao produzir-se o seu falecimento. Representantes de diversas categorias sociais e as principais autoridades da cidade e do Estado desfilaram diante de seu corpo durante o velório realizado, por iniciativa governamental, em um dos espaços nobres da cidade, o amplo *foyer* do Palácio das Artes, de onde seu féretro partiu, sobre veículo aberto do Corpo de

Bombeiros, em lenta marcha através da principal artéria de Belo Horizonte, a avenida Afonso Pena, rumo ao cemitério do Bonfim.

As autoras revelam aspectos da vida de Costa, na sua peculiar maneira de ser no trabalho; na convivência pessoal; na militância política; na administração da empresa e na edição de seus jornais, incluindo o pioneirismo na introdução de inovações tecnológicas; na participação ativa em entidades sociais como o Lions Clube e empresariais como a Associação Comercial de Minas, a União dos Varejistas e a Federação das Indústrias de Minas Gerais.

Poder-se-á ver, em ordem quase cronológica, informe sobre atividades às quais ele se incorporou nas entidades empresariais e em seus jornais, contando com a colaboração, ao longo dos anos, de inúmeros articulistas representados aqui simbolicamente por Osório da Rocha Diniz (durante 49 anos, quase diariamente, até falecer) e Washington Albino.

Foram campanhas históricas como, entre outras, a denúncia daquele capital estrangeiro colonizador, “que só deseja bons juros e não almeja a industrialização do Brasil”; a intensa participação no movimento que culminaria com a criação da Petrobras; a luta pelo estabelecimento da Cidade Industrial, como forma de escapar das limitações impostas à industrialização da região pelo monopólio de eletricidade da Companhia Força e Luz, pertencente à multinacional Bond and Share, posteriormente nacionalizada; a implantação da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), que completaria a ruptura da dependência no setor; a viabilização da estatal Companhia Vale do Rio Doce para exploração de minério de ferro e a implantação da grande siderurgia, com a Usiminas e a Açominas, em um Estado que ganhara fama de exportar “mineiros e minérios”; a promoção pioneira, desde a década de 1930 (!), do álcool combustível como alternativa ao petróleo; a defesa da fábrica de alumínio de Saramenha; a concretização da Refinaria Gabriel Passos e do oleoduto Rio-Belo Horizonte; o apoio à Lei de Remessa de Lucros; a localização em Betim da fábrica da Fiat Automóveis; a atuação pelo desenvolvimento da Amazônia, como “uma questão nacional”; o estímulo às exportações com o lançamento do prêmio “Minas Exporta”, em conjunto com a Fundação Dom Cabral; a preconização da descentralização do desenvolvimento nacional, concentrado em São Paulo; a instalação do Departamento de Estudos Econômicos da Associação Comercial, depois Centro de Estudos Econômicos, idealizado juntamente com Washington Albino.

O golpe de Estado de 1964 imporia uma alteração na linha editorial do DC, interpretada pelas autoras como “atitude de certa prudência do jornal, diante do clima de insegurança que se instaurou no País”. Com a ditadura militar renunciando longa duração e com indícios de gradual radicalização, “encerrou-se” assim, “uma era da história do País e também do Diário do Comércio”. José Costa fora preso pelos militares, além de “renunciado” da direção da Associação Comercial de Minas, de onde ficaria ausente por 15 anos. Segundo elas, então os editoriais do jornal “oscilaram entre a crítica ao governo João Gou-

lart e a aceitação do golpe como necessário; entre os aplausos ao novo regime e a crítica contida à sua política econômica”. No entanto, ressaltam, “a coluna “Panorama Nacional”, sob a pena de Osório da Rocha Diniz, fiel aos propósitos do Diário do Comércio mantém a linha de defesa do desenvolvimento em bases nacionalistas”. Citam a sua denúncia por exemplo de ações da Hanna Minning Co. junto ao governo militar, “que tendia a aprovar todas as reivindicações dos grupos financeiros internacionais, principalmente os norte-americanos...”

Em relação às acusações ideológicas contra Costa, o professor Washington Albino, mestre de Direito e de Jornalismo, ex-chefe de Redação do Diário do Comércio (então Informador Commercial) em anos das décadas de 1940 / 1950, é objetivo:

“Costa seria um homem vitorioso em qualquer regime; foi vitorioso no capitalismo, sendo comunista” ... “como empresário, ele foi um capitalista, não tem a menor dúvida. E bem sucedido. Embora continuasse ideologicamente comunista”. Acrescenta: “...com independência e seriedade, sem jamais ceder a interesses escusos, contrariando o que habitualmente se diz sobre a continuidade e a vida de um jornal em nosso País”.

O ex-ministro João Camilo Penna (governo do general João Baptista de Figueiredo), considera-o um líder, porque “fez um trabalho de mudar a mentalidade e essa talvez seja a missão mais difícil de um líder”. Informam as autoras que, para Penna, Costa, “usando o jornal, liderou a formação de um espírito empresarial em Minas que praticamente não existia”.

Um mistério poderia parecer a capacidade de José Costa de criar, manter e fazer crescer uma publicação especializada em assuntos econômicos, passando-a de páginas mimeografadas para páginas impressas, em período ainda pobre em respostas financeiras publicitárias para órgão de tal natureza em um Estado de escassa diversificação produtiva. Nesse cenário, ele deu apoio entusiástico aos primeiros planos estaduais de desenvolvimento: o de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, conduzido por Américo René Giannetti (governo Milton Campos) e o do Binômio Energia e Transporte (governo Juscelino Kubitschek). A propósito da sua gradual e segura evolução empresarial, ele me fazia comentários sobre seu estilo de administrar “com os pés no chão, passo a passo”, com fidelidade “aos princípios”. Ia além, ao referir-se ao passado: “não faltaram sacrifícios, pois cultivar a linha independente, o direito de opinar e criticar sem vínculos com grupos de qualquer natureza, assumir a defesa do empresário de médio e pequeno porte, significava renunciar a alianças que não honrariam estas idéias, muito embora pudessem significar o crescimento mais rápido e mais fácil”.

Era natural assim que, durante a execução dos projetos de modernização, momentos de impaciência afetassem a equipe editorial, ante um ritmo mais pausado de José Costa na liberação de recursos ou no prolongamento de expectativas em relação a decisões solicitadas. No entanto, uma avaliação apoiada na distância do tempo e confrontada com as

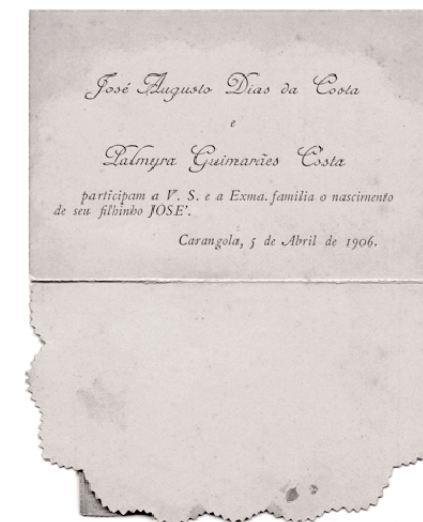
realidades do presente, valoriza a meu juízo a combinação a que chegou José Costa diante das realidades operacionais próprias do regime capitalista e de seu sistema financeiro, em situações conjunturais e/ou estruturais.

A contenção do ritmo da implementação das mudanças nos jornais derivava também, em certa medida, da natureza do próprio modelo editorial proposto. No caso do Diário do Comércio pretendia-se não apenas a ampliação contínua da abrangência geográfica (penetração no interior do Estado) e informativa (pelos efeitos da inter-relação objetiva entre os setores econômico, político, social e cultural), mas principalmente por uma firme convicção, diante da crise dos jornais impressos tradicionais, quanto à importância de um modelo alternativo: o de combinar a apresentação do fato em bruto com a sua interpretação/análise/contextualização.

Ainda que não tivesse chegado plenamente a tanto, quando ele faleceu o Diário do Comércio era um dos principais jornais econômicos do país. E o jornal **De Casa**, semanário dominical, de distribuição gratuita em 120.000 residências de Belo Horizonte, consagrara-se como uma referência editorial da cidade para o acompanhamento do que ocorrera nos dias anteriores e do que estava previsto para os dias seguintes em matéria cultural, política e econômica.

Em síntese, como já expressei em outra oportunidade, ficou “em mim uma impressão muito pessoal sobre José Costa, pelo que dizia e pelo que fazia, em uma atividade tão dependente de princípios como a jornalística: a de uma clara, pragmática e enraizada concepção de mundo, que envolvia uma visão às vezes ácida, crítica, das mazelas de nossa sociedade, de seus deveres não cumpridos, da submissão a pressões alienígenas contraditórias com os interesses do Estado, do País e de sua população; da instabilidade permanente de modelos e rumos na condução do Brasil”. Não obstante, saudava os avanços e manifestava crença sem limites na potencialidade e no futuro do País, “apesar dos contrastes que tanto nos agridem”, como registrou em artigo na edição comemorativa dos 60 anos de fundação do Diário do Comércio”.

1



Uma História para ser contada

“A minha escola foi a escola da vida, do trabalho.”

José Costa, 1993

Quando José Costa nasceu, em 5 de abril de 1906, o século XX ainda era uma promessa de que dias melhores viriam. Ainda assim, por mais que a ciência tivesse avançado no século anterior, ninguém poderia supor, nem em sonho, que, no decorrer dos cem anos que se seguiriam, o homem conquistaria tão espetaculares realizações na ciência e na técnica. Assim também, nem em pesadelo se poderia supor que muitas dessas conquistas seriam usadas na destruição de povos e na mutilação do planeta.

Também para o Brasil, o início do século era promissor. A jovem República era presidida pelo mineiro Afonso Augusto Moreira Penna, que abria o caminho, no mesmo 1906, para a consolidação da aliança oligárquica, que duraria até o final da década de 1920, entre os dois principais Estados da federação: São Paulo e Minas Gerais. Mas certamente, o que mais empolgou os brasileiros naquele ano foram notícias de outro mineiro, Alberto Santos Dumont que, no longínquo campo de Bagatelle, nos arredores de Paris, tornou real a utopia de Ícaro. Alçou vôo em seu famoso “14 Bis” e demonstrou ao mundo que o avião era possível.

Minas Gerais era governada por João Pinheiro da Silva que, a despeito da morte prematura em 1908, foi o precursor da modernização do Estado. Muitos de seus ideais seriam postos em prática mais tarde por governantes como Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Juscelino Kubitschek de Oliveira, para citar apenas dois dos mais relevantes.

Naquele início de século, a economia mineira, como a brasileira, dependia quase exclusivamente da produção e exportação do café. As vastas plantações – que no século anterior se concentravam no Vale do Paraíba, abrangendo partes das províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Zona da Mata mineira – já se alastravam pelo oeste paulista e sul de Minas, fortalecendo, no plano político, a hegemonia dos representantes daquelas regiões.

Foi nesse cenário que José Costa nasceu em Carangola, pequena cidade encravada na Zona da Mata mineira que, como tantas outras, devia seu desenvolvimento à cafeicultura. Foi o primeiro dos cinco filhos do casal José Augusto Dias Costa e Palmyra Guimarães Costa. O pai era natural de Além Paraíba, à época chamada de Porto Novo do Cunha, e sua família se dedicava à agricultura. A mãe, professora, nascera no Rio de Janeiro, filha de um advogado e de uma dona-de-casa.

Infância: a precocidade no trabalho

Depois do casamento, os pais de José Costa se mudaram para Carangola, onde José Augusto iria dirigir uma casa comercial de secos e molhados. Mas a experiência não foi bem sucedida e, dois anos e meio depois do nascimento do primogênito, a família mudou-se para Além Paraíba, levando também o recém-nascido Carlos. Foi lá que nasceram os outros três: Paulo, Priscila e Pedro.

Até os nove anos de idade, sua vida foi a de quase todos os meninos nascidos no interior, sem grandes novidades, até seus pais se decidirem por nova mudança. Desta vez, para a cidade fluminense de Niterói onde o pai tomaria conta de um frigorífico e abatedouro. Mas as esperanças de prosperidade suscitadas pela nova atividade foram frustradas pelo precoce falecimento do chefe da família.

Aos 87 anos, José Costa se emocionou ao narrar a perda do pai e a firmeza com que a mãe enfrentou as adversidades que o destino lhe reservara:

Um ano depois de nos mudarmos para Niterói, em 1916, meu pai morreu e nossa vida mudou completamente. Minha mãe tinha que trabalhar e com 10, 12 anos, eu também já trabalhava para ajudar no sustento da família. Além dos meus irmãos, ainda tínhamos minha avó materna, Elvira, que passou a morar conosco desde que nos mudamos para Niterói. Minha mãe e eu tínhamos que trabalhar muito para sustentar a todos.

Minha primeira atividade para ganhar dinheiro foi a de vender galinhas. Eu tinha um tio que morava em Jequitibá, perto de Carangola. Ele mandava galinhas para eu vender. Eu recebia por semana um engradado com 24 galinhas. Pegava aquilo na Estação da Central no Rio de Janeiro e levava para Niterói. Era uma luta. Com apenas dez anos de idade, minha dificuldade era grande. Um dia, mudaram o agente do armazém da Central e o novo funcionário não quis me entregar as galinhas.

Qual era a minha arma ali naquela hora? Era chorar, esperar. Arranjei um “rolo” danado e fui acabar na polícia. Conteí ao delegado que era presente do meu tio que, semanalmente, me mandava um engradado de galinhas. O delegado foi lá, fez um banzé e disse ao agente: “entrega esse negócio ao menino ou venho aqui buscar”. Tive sorte, achei um aliado.

Naquela época, Niterói era uma cidade pequena e totalmente ligada ao Rio de Janeiro. Apesar de ser a capital do Estado, era o que se chama hoje uma cidade-dormitório. Trabalhei numa fábrica de sabão, na construção de uma fábrica de perfumaria e, posteriormente, fui para o comércio de varejo numa loja de tecidos. Por causa da necessidade de trabalhar, pouca coisa pude estudar. Mas foi em Niterói que me fiz gente, comecei minha vida no esporte, minha vida na política. Essa é a minha origem. Origem de trabalho e minha escola, a vida.

Lembro-me que depois do primeiro dia de trabalho na construção da fábrica de perfumes, carregando tijolos para o andaime, cheguei em casa com as mãos saindo sangue, inchadas, o diabo. Mostrei as mãos à minha mãe. Ela beijou minhas mãos e disse: “meu filho, não se incomode não, isso é motivo de orgulho”. Minha mãe soube enfrentar todos os problemas com muita firmeza. Viúva, com cinco filhos e sem nenhuma experiência de trabalho, teve que lutar muito para sustentar a família e mantê-la unida.

Jovem sindicalista, festeiro e atleta

Aos 18 anos, José Costa, já então um conhecido comerciante de Niterói, participou da fundação da Associação dos Empregados do Comércio da cidade. Foi o primeiro tesoureiro da entidade e o responsável pela divulgação da importância do sindicalismo. Mas como todo jovem, não se dedicava apenas ao trabalho. Gostava de festas e não perdia os bailes. Como nem sempre tinha dinheiro para pagar o táxi – à época, chamado carro de praça – muitas vezes pegava o bonde, descia um pouco antes do local e, só então, com muita elegância, pegava um táxi para chegar à festa.



José Costa (1º à esquerda, agachado) e remadores, na antiga praia Grande, em Niterói



Esportista polivalente: agora no futebol, Niterói, década de 1920.

Eu trabalhava, estudava, me divertia e, principalmente, praticava esportes. No início foi natação, depois remo. Com minha vivência no comércio, tive necessidade de fundar a Associação dos Empregados do Comércio de Niterói. Já naquele tempo, se falava no Rio de Janeiro de uma União dos Empregados no Comércio. Mas a de Niterói era associação e, logo que a fundamos, me elegeram seu diretor financeiro. Ali estava o embrião de minha vida de militante e também de meu trabalho no jornalismo, porque o cargo de tesoureiro me obrigava a duas coisas fundamentais: organizar um curso e divulgar nossa entidade. Com 18 anos, tive que dar notícia da minha Associação ao principal jornal de Niterói, chamado O Estado. Depois, fui conseguindo noticiinhas da Associação e publicando; essas notícias se transformaram numa coluna do jornal, que abrangia outras associações de empregados. Comecei a ter contato com a minha futura profissão de jornalista e fui obrigado a fundar um curso para comerciários. Para minha frustração, no início não apareceu nenhum aluno e tive até que me matricular para dar o exemplo. Depois, ele começou a funcionar regularmente. Fui diretor da Associação por uns quatro ou cinco anos.

Por aquela época, a categoria dos comerciários já era numerosa em Niterói. Tanto que a Associação foi fundada com mais de 800 membros, apesar de entidades daquele tipo ainda não serem reconhecidas pelo poder público. De modo geral, as atividades das associações eram basicamente de caráter assistencial, incluindo lazer e educação. Ainda não havia legislação trabalhista sistematizada, mas apenas algumas leis contemplando temas dispersos referentes às relações de trabalho; logo, reivindicar direitos era um processo complicado. Nem mesmo o horário de funcionamento do comércio era regulamentado.²

No início da década de 1920, segundo seu próprio relato, José Costa já nutria simpatia pelas idéias marxistas e suas freqüentes viagens ao Rio de Janeiro ocorreram em meio à intensa efervescência político-social que abrangia boa parte do território nacional.

De um lado, as oligarquias, que até então sustentavam as estruturas do poder, davam claros sinais de fissuras no arcabouço econômico e político do Estado, já prenunciando o desencadeamento da Revolução de 1930. De outro, a notória insatisfação das camadas médias urbanas da população que, levantando a bandeira do liberalismo democratizante, se organizavam em movimentos político-sociais, cujo braço armado foi o Tenentismo.

À explícita insatisfação das camadas médias urbanas somava-se, ainda, a crescente mobilização da classe trabalhadora na luta por direitos trabalhistas e sindicais. As lideranças do movimento operário eram influenciadas por doutrinas sociais diversas e, não raro, ideologicamente conflitantes como o anarquismo, o socialismo marxista e a doutrina so-

² VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

cial da Igreja Católica, exposta na encíclica *Rerum Novarum*.

A cidade do Rio de Janeiro era palco preferencial para manifestações populares, pois, além de ser a capital da República e concentrar significativo contingente de servidores públicos e profissionais liberais, afirmava-se como pólo industrial, abrigando boa parte do operariado nacional.

Foi nesse contexto socialmente efervescente que José Costa entrou em contato com o Partido Comunista Brasileiro, o PCB, no momento mesmo de sua fundação em 1922. Ele transferiu-se, a serviço, para o Rio de Janeiro e, sem abandonar o trabalho político em Niterói, filiou-se à União dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, entidade da qual se tornaria, mais tarde, sócio benemérito. Sua carteira de filiação foi a de nº 8.223.

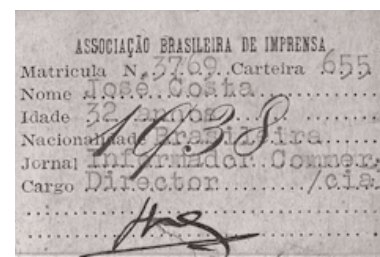
Sobre sua filiação ao PCB relatou:

Através da Associação dos Empregados no Comércio entrei em contato com o pessoal que estava fundando o Partido Comunista. Estive presente na reunião de fundação e conheci líderes como Astrogildo Ribeiro e Otávio Brandão. Só não me considero um dos fundadores porque na época eu era muito jovem [tinha 16 anos] para acompanhar as atividades do Partido, mas testemunhei a história toda. Logo depois, me filiei ao PCB de Niterói que, se não era um núcleo tão grande como o do Rio de Janeiro, também não era pequeno. Devíamos ter, naquela época, umas 2.000 pessoas filiadas. Era um número expressivo. Minha filiação ao PCB não acarretou nenhum problema familiar. Minha mãe era católica, mas nunca assumiu explicitamente qualquer desejo de nos guiar espiritualmente. Que cada um de nós tomasse o rumo que considerasse melhor. Depois da morte de meu pai, o que prevaleceu em nossa casa foi a necessidade de trabalhar. A minha escola foi a escola da vida, do trabalho. Certa vez, por exemplo, fui trabalhar em um escritório de contabilidade, mas eu não entendia nada de contabilidade. Lembro-me que o patrão me disse: “O sr. sabe fazer o livro borrador?” Eu disse: “Sei.” Então, peguei as notas, botei em ordem cronológica e fui anotando o nome dos clientes, os valores das compras, etc. Não virei um guarda-livros, mas passei a ter noções de contabilidade.

Conciliar as atividades da militância política com as de atleta não era tarefa difícil para o jovem José Costa. No início, competia pelo Clube de Regatas de Gragoatá e depois pelo Esporte Clube Fluminense, ambos de Niterói, chegando a vencer duas vezes a travessia da baía de Guanabara, a nado. Posteriormente, já no Rio de Janeiro, atuou no Clube de Regatas Flamengo, onde participou de diversos campeonatos de natação e de remo, seu esporte preferido.



Militância política nos sindicatos



Atividade jornalística

Jovem militante na jovem BH

No final da década de 1920, José Costa já era um militante respeitado no interior do PCB de Niterói, cuja diretoria o incumbiu de importante missão: fundar em Belo Horizonte uma célula do Partido.

Por aquela época, a capital mineira disputava com Juiz de Fora o título de principal centro econômico do Estado. As atividades econômicas predominantes eram o comércio e a prestação de serviços, o que lhe conferia a pecha de cidade terciária. As classes empresariais (então chamadas “conservadoras”) estavam, desde muito cedo, representadas por entidades como a Associação Comercial de Minas (ACMinas), fundada em 1901, e a Sociedade Mineira de Agricultura (SMA), em 1909.

De seu lado, os trabalhadores ligados à construção civil e às indústrias já então instaladas na cidade, os comerciantes e os funcionários públicos também se organizavam em entidades como a Liga Operária Mineira, o Centro Democrático Operário e a Associação Católica do Trabalho, entre outras.

Mesmo considerado frágil pelos estudiosos do tema, o movimento operário de Belo Horizonte ao longo da Primeira República possuía, como em outros centros urbanos do país, a autonomia de organizações não institucionalizadas, cuja legitimidade só era reconhecida por seus membros.³

Disciplinado, como convinha a um autêntico militante do PCB, José Costa aceitou de bom grado a nova missão. No começo do ano de 1930, chegou de “mala e cuia” à capital mineira e deu início às novas e decisivas etapas de sua trajetória de vida.

Quando, em 1933, foi instado a responder se gostara da cidade quando nela chegou, respondeu com um sorriso maroto: gostei tanto que estou aqui até hoje. E prosseguiu:

Quando cheguei a Belo Horizonte, ainda não tinha completado 24 anos. Eu vim de Niterói com pretensões políticas, vim a mando do Partido. Não tinha dinheiro para pagar a passagem e tive que conseguir um passe, com se dizia à época, junto à polícia do Rio de Janeiro. Mas eles não podiam dar passe para o território mineiro. Então, eu vim até Três Rios e depois tive de pagar a passagem até Belo Horizonte.

Bem-humorado, relatou a primeira impressão que teve ao chegar:

Eu não conhecia Belo Horizonte. Vim sem saber nada sobre a cida-

³Sobre o movimento operário de Belo Horizonte no período anterior a 1930, ver, entre outros: FARIA, Maria Auxiliadora de & GROSSI, Yonne de Souza. **A classe operária de Belo Horizonte 1897-1929**. Belo Horizonte: V Seminário de Estudos Mineiros. UFMG-Proed, 1982; e DUTRA, Eliana de Freitas. **Caminhos Operários nas Minas Gerais**. São Paulo: Hucitec – Editora UFMG, 1988.

de e, ao chegar, tive uma impressão horrorosa. Era uma quinta-feira, às 11 horas. Fui o último passageiro a saltar do trem. Não vi ninguém na praça. O que havia era muita lama. Eu vinha de um lugar de grande movimento no Rio de Janeiro. Quando vi aquela praça vazia fiquei pasmo, perdi o rumo. Ficava perguntando a mim mesmo: não tem gente nessa terra? Fui para o hotel [eu tinha apenas 16 mil réis e a diária era 12], me arrumei e fui para a rua. A tarde estava bonita e, como era quinta-feira, havia matinê. As ruas do centro estavam cheias de moças bonitas que saíam do cinema. Comecei a gostar da cidade. O dinheiro só dava mesmo para pagar uma diária, portanto, no dia seguinte fui procurar meus parentes – uma tia que tinha sido casada com o irmão de meu pai – e para quem eu trouxe uma carta. Ela morava na Rua Goiás e tinha uma pensão para estudantes. Fui viver lá. Até começar a trabalhar, fui bancado por minha tia.

Comunista e atleticano

Com casa e comida garantidas, José Costa podia conhecer melhor a cidade onde ia viver e, com as cartas de apresentação que trouxera, não apenas procurar emprego, mas também, e principalmente, iniciar a missão que o partido lhe havia incumbido.

Uma das cartas que eu trouxe foi para o [Juarez] Santiago, da Construtora Carneiro Santiago, que estava construindo o campo do Atlético. Ele leu a carta e me disse: “você começa a trabalhar amanhã. Vai tomar conta do material da obra”. Trabalhei lá por um período muito pequeno, mas fiz amizades e colaborei na fundação do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. As reuniões eram feitas num galpão que alugamos na Avenida Bias Fortes. Depois de quase dois meses, abandonei o trabalho na construção civil e fui procurar emprego na minha função, que era a de vendedor e representante comercial.

A maioria das cartas que eu havia trazido me credenciava como representante comercial e quem as escreveu foram pessoas que moravam em Niterói e tinham parentes e/ou amigos em Belo Horizonte; assim, não foi difícil arranjar algumas representações. Mas além disso, todos os dias eu passava no armazém da Estação da Central do Brasil para verificar as cargas que tinham chegado e verificava quem remetia e quem recebia as mercadorias em Belo Horizonte. Com essas informações, eu visitava os clientes e dizia, por exemplo: aquela bobina que o senhor pediu não chegou. Assim, eu ia informando os clientes sobre o movimento do depósito de mercadorias trazidas pelo trem de ferro. Trabalhava o dia inteiro, às vezes nem tinha tempo para fazer um lanche.



Em Belo Horizonte, nadador do Clube Atlético Mineiro

Apesar de ter colaborado no processo de organização dos trabalhadores da construção civil, os primeiros contatos políticos de José Costa na capital mineira foram feitos com integrantes da Associação dos Empregados do Comércio, que se tornaria, na década de 1930, o primeiro sindicato de trabalhadores de Belo Horizonte.

Quando vim do Rio, trouxe uma carta de apresentação destinada aos dirigentes da Associação dos Empregados do Comércio de Belo Horizonte, que funcionava na Avenida Afonso Pena, perto da Casa Falci. Foi essa carta que me abriu as portas para o trabalho político que teria de desenvolver.

Ainda sobre os primeiros tempos de sua vida em Belo Horizonte, narrou com bom humor um fato curioso. Dentre as inúmeras cartas de apresentação que trouxera, uma era destinada a um senhor a quem procurou logo depois de chegar à cidade. Para sua surpresa, o homem era um policial que o recebeu muito bem e lhe prometeu emprego. Depois de muito agradecer, José Costa foi embora e passou a evitar passar por aquelas imediações, com receio de que lhe fosse oferecido um emprego na polícia.

Tal como em Niterói e no Rio de Janeiro, o trabalho e o idealismo político não impediram suas atividades desportistas em Belo Horizonte. Liderou torneios de remo em Lagoa Santa e logo integrou-se ao Clube Atlético Mineiro, onde fizera muitas amizades e do qual se tornou o primeiro diretor de natação.

Eu gostava muito de natação e de remo. Era empolgado com aquilo. Um dia, encontrei aqui um amigo de Niterói que também era remador. Eu havia chegado a Belo Horizonte em fevereiro e ele em outubro de 1930, mas já conhecia tudo por aqui e certa vez me levou para Lagoa Santa que ainda era uma localidade muito pequena. Fizemos uma “vaquinha”, fomos ao Rio, compramos um barco e, por volta de 1932, fizemos uma regata em Lagoa Santa. Depois, fizeram uma piscina no Atlético e eu, como diretor de natação, trouxe vários representantes de clubes para os torneios.

Mais tarde, logo depois da construção do complexo arquitetônico da Pampulha, José Costa foi convidado pelo então prefeito da capital, Juscelino Kubitschek, a incluir o remo na nova atração turística da cidade. Reuniu amigos que se interessaram pelo projeto, comprou os equipamentos necessários ao esporte e supervisionou a construção da Casa do Remo às margens da lagoa. Até o rompimento da barragem, em abril de 1954, quando aquela atividade desportiva foi transferida para Lagoa Santa, foram realizadas ali, sob sua orientação, inúmeras regatas e campeonatos de remo.

Junto com as atividades profissionais e de dirigente classista, José Costa dedicava-se

também, tanto quanto possível, ao cumprimento da missão que o trouxera a Belo Horizonte: organizar a classe trabalhadora e, mais que isso, doutriná-la segundo preceitos do PCB.

Por aquela época, já havia na Capital alguns “camaradas” que o auxiliaram na tarefa de sistematizar a ação do Partido. Contudo, como fez questão de observar, a necessidade de ações efetivas e imediatas impedia, muitas vezes, as reflexões de natureza teórica. A palavra de ordem do Comitê Nacional do PCB era estar presente em qualquer tipo de evento contrário ao *status quo*. E, em Belo Horizonte, não podia ser diferente.

Naquele tempo, discutíamos muito pouco a doutrina comunista. Em Belo Horizonte, como em Niterói, estávamos mais preocupados com a ação e as formas de enfrentar a repressão que sofríamos porque nossa atuação era rigorosamente ilegal. O Partido era mesmo subterrâneo, a gente vivia se escondendo. A polícia vinha sempre contra nós, que devolvíamos com outras ações. Este era um problema nosso. Estávamos sempre contra a polícia e ela contra nós. Estávamos sempre presentes em qualquer rebelião, qualquer movimentação no sentido de arregimentar as pessoas e fazer o possível para que os movimentos de contestação se tornassem politicamente fortes. O momento era de pouca reflexão. A parte doutrinária tinha que ser rápida, mais prática que teórica. Mas nós líamos muito. Acompanhávamos os acontecimentos do mundo todo. Havia boas publicações em português que nos informavam de tudo o que ocorria. Mantínhamos contato com movimentos do Brasil todo, principalmente os de São Paulo. No começo, os anarquistas nos atrapalhavam muito, porque não tinham nenhum tipo de estratégia.

Em Niterói, eu já havia participado de todos os movimentos do PCB e cheguei até a ser candidato a vereador [acho que em 1928] pelo Partido Político Popular – PPP e tive uma boa votação. Éramos idealistas, sonhávamos muito. Nosso mal foi sonhar demais.

Sustos da revolução

Oito meses depois de sua chegada a Belo Horizonte, eclodiu o movimento revolucionário de 1930. Em meio aos tumultos e tiroteios entre soldados do Exército e da Força Pública de Minas Gerais, José Costa presenciou, por acaso, um triste episódio que ficou gravado em sua memória e que, como sublinhou, nunca conseguiu esquecer:

Eu estava presente em todos aqueles comícios da Aliança Liberal. Não estava atuando, mas estava presente, estava assistindo. Houve um caso triste que nunca esqueci. Foi nos dias da Revolução e eu vi, pela primeira vez, alguém morrer. O fato aconteceu perto da Delegacia Fiscal ali na Avenida Afonso Pena.

Os soldados do Exército estavam na porta da Delegacia [local onde atualmente está o prédio da Receita Federal], quando passou um caminhão cheio de soldados da Polícia Militar, à época chamada de Força Pública, e um dos soldados levou um tiro sem saber o porquê. Eu estava passando do outro lado da Avenida e, por acaso, vi aquele triste episódio. O soldado do Exército morreu na hora. Aqueles foram dias muito difíceis. Cortaram a água da cidade e houve muito tiroteio. Uns parentes meus ficaram alguns dias escondidos no porão da casa, porque moravam nas proximidades do 12º Regimento de Infantaria – 12RI.

Na percepção de José Costa, a Revolução de 1930 não obstaculizou o trabalho desenvolvido pelo PCB, pelo menos até a Intentona Comunista de 1935. Acostumado à clandestinidade, o Partido não se sentiu atingido. Com refinado humor, ele analisou a atuação de grupos de esquerda, de direita e até da Igreja Católica na conjuntura que precedeu o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937.

Para o nosso trabalho político, a Revolução de 1930 não significou nada. Ficou tudo na mesma. Em Minas Gerais, nosso trabalho era pequeno, mesmo porque a cidade não tinha grandes indústrias. Assim, logo depois de 1930, continuamos nossa ação junto aos trabalhadores, principalmente os da construção civil e do comércio.

Por volta de 1935, a coisa foi ficando meio feia porque do outro lado tinha os integralistas. O ambiente foi ficando pesado. A direita fazia muito barulho. Eu diria mesmo que o movimento de direita era forte porque agregava filhos de gente rica e nós éramos o inverso: gente pobre, gente humilde. Junto à classe operária os integralistas não tinham nenhuma penetração. Os católicos também entraram no movimento, mas só para fazer arruaça, porque a Igreja não tinha consistência política. Se tivesse, ela teria dominado o mundo.

O período que antecedeu a decretação do Estado Novo foi de incertezas e de justificados temores de um retrocesso democrático. Para boa parcela da sociedade ligada aos movimentos de esquerda, notadamente da recém-fechada Aliança Nacional Libertadora, a situação ficou absolutamente insustentável após o golpe getulista.

Aquele momento foi muito difícil para nós. Nossas reuniões eram feitas sob o maior sigilo. Tivemos uma comemoração no dia 1º de maio que acabou se tornando uma baderna porque a polícia entrou para valer. Naquele momento, muitos estudantes participavam das manifestações. Para nós era mais fácil arregimentá-los porque os operários não queriam nem podiam se arriscar muito.

Namoro no balcão. Casamento em casa.

Quando trabalhava como vendedor de uma loja de tecidos em Niterói, José Costa conheceu a jovem paraense Nair Tavares de Macedo, que passava férias no Rio de Janeiro. Dos olhares trocados, de conversa em conversa no balcão da loja, nasceu algo diferente. De volta a Belém, ao final das férias, os contatos se resumiram aos telegramas pelos aniversários, Natal e passagem de ano. Até que, em fins de 1929, começaram as cartas e o namoro se tornou oficial. O que poderia ter sido um namorico de verão se transformou num grande amor...

Numa época em que as comunicações por telefone eram quase impossíveis, e não se sonhava ainda com a agilidade dos celulares e do correio eletrônico, o namoro se manteve por meio de intensa correspondência, toda ela preservada pelas filhas como verdadeira relíquia. Mas além da distância e do tempo, o amor do jovem casal ainda resistiu a outro obstáculo aparentemente insuperável: José Costa era militante do PCB e se dizia ateu. Nair era uma católica fervorosa.

Por meio de cartas – no início, simplesmente noticiosas; mais tarde, longas e românticas – construíram o conhecimento mútuo e fortaleceram aquele sentimento que os atraiu desde a primeira vez que se viram na loja de Niterói. Foi também por meio das cartas que ela tentou, tanto quanto possível, convertê-lo ao catolicismo, como atestam os dois exemplos transcritos abaixo.

Belém, 4 de janeiro, 1930

(...) Como vais tu? A tua digna família vai bem? Graças a Deus (ao nosso?) já estás convertido? Eu aguardo ansiosa essa [tua] regeneração para a nossa santa religião.

Belém, 1º de junho, 1930.

(...) Para que isso se possa operar elevo os meus rogos ao Onipotente, implorando a tua saúde física e moral, porque para mim estás mais doente espiritual que fisicamente. Razão porque nunca deixei de pedir a tua conversão à gloriosa e milagrosa Nossa Sra. de Nazareth e espero alcançá-la.

Em janeiro de 1932, a família de Nair mudou-se para Niterói. Com o significativo encurtamento da distância, o relacionamento entre José Costa e Nair poderia, pelo menos em tese, ficar mais fácil.

Para frustração de Nair, isto não ocorreu por causa dos inúmeros compromissos de representante comercial e articulador político do namorado, em Belo Horizonte e no interior de Minas, para onde viajava com frequência, em missão partidária. O tempo para

visitar a namorada em Niterói era escasso e o movimento das cartas continuou intenso.

A tônica passou a ser a saudade e os recorrentes lamentos sobre a distância que insistia em separá-los. Estavam apaixonados.

Em junho de 1932, ficaram noivos e, a despeito da respeitosa recusa de José Costa, Nair persistia em suas tentativas de convertê-lo ao catolicismo. Mas um dia, como ele esperava, a noiva cedeu. Estava convencida de que o amor que os unia devia estar acima de tudo. Em carta datada de 11 de agosto do mesmo ano, propôs uma trégua. Não falaria mais do assunto porque “não desejo que entre nós se interponham assuntos religiosos”. Toda sua pregação resultara inútil, conforme constataria na afirmação do noivo em carta de 15 de fevereiro de 1933.

(...) Cada dia que passa mais me distancio de sua fé religiosa; de nada têm válido as suas preces, talvez, mas talvez, mais depressa do que pensa, você se convença de que tenho razão.

José Costa e Nair se casaram a 30 de junho de 1934, em cerimônia oficializada na casa da mãe do noivo, em virtude do precário estado de saúde da avó que sempre morou com a família. Ele cedeu aos apelos da noiva e concordou com o casamento religioso, não sem antes deixar combinado: os filhos que viessem a nascer não seriam batizados nem teriam formação religiosa.

Sobre o casamento, consta da crônica familiar que quando o casal desembarcou do trem em Belo Horizonte – em plena lua de mel – teve desagradável surpresa: a polícia estava à espera do “perigoso comunista” para prendê-lo. Felizmente, o amigo Pedro Patrício Monteiro e sua mulher Cirene também tinham ido à Estação para dar boas-vindas aos recém-casados e, naquele momento, dissuadiram os agentes policiais da intenção de prenderem José Costa. Ficou combinado que, no dia seguinte, ele iria à delegacia prestar os esclarecimentos necessários.

O começo da vida do casal não foi fácil. O Informador Commercial, editado desde 1932, ainda era reproduzido em mimeógrafo e sua distribuição era feita pelo próprio editor, que, ao se lembrar daquela fase sublinhou: “minha mulher Nair me ajudou muito naqueles tempos difíceis”.

Para garantir a sobrevivência da família, José Costa havia mantido algumas representações comerciais e dividia seu tempo entre tais atividades e a edição do jornal. Contando com a colaboração de sua mulher, acalentava o sonho de, algum dia, dedicar-se inteiramente ao Informador Commercial.

Foram morar no bairro da Renascença e foi lá que nasceram, em curto espaço de tempo, as filhas Nair, Vera, Lúcia e Rachel. Por aquela época, José Costa já tinha bons relacionamentos na cidade. Era um tempo em que “todo mundo conhecia todo mundo e a cidade não guardava mistérios”.

A cidade de Belo Horizonte cresceu em tal desordem que se descontrolou. Depois que vim morar aqui e me adaptei, eu, de certa forma, controlava tudo. A cidade era pequena, eu conhecia todo mundo, encontrava todo mundo. Resolvia meus problemas no percurso entre o escritório e o Correio Central na Avenida Afonso Pena. Todos os dias eu ia aos Correios e, naquele trajeto, encontrava todo mundo com quem precisava conversar. Atendia compradores, vendedores e batia papo. Resolvia meus problemas nessa viagemzinha do escritório até os Correios. Geralmente, os clientes já sabiam o que eu queria e vice-versa. Era isso, a cidade era do tamanho ideal para meus negócios. Por exemplo, pegava a Rua Sapucaí, passava pelo Viaduto, resolvia tudo por ali. Às vezes, ia ao bairro do Bonfim, subindo pela Rua Além Paraíba. Aliás, era lá que morava um casal de Niterói e eu sempre passava na casa deles para tomar um café. Voltava, e pronto. Os outros problemas eu resolvia à noite. À noite também não havia mistérios. Subia a Avenida Afonso Pena, depois a Rua da Bahia, voltava pela Avenida João Pinheiro. Todos os rapazes e moças estavam ali. O mundo estava ali.

E agora, José?

No início da década de 1940, por rara coincidência, veio a lume o célebre poema “José”, de Carlos Drummond de Andrade, que revelava, com boa dose de semelhança, o sentimento que tomou conta de José Costa ao perder, para a morte, a amada esposa.

Numa época em que ainda não havia antibióticos, Nair foi acometida por grave pneumonia durante a gestação e teve um parto complicado. Não resistiu, falecendo em 30 de junho de 1940.

Depois de apenas seis anos de casado, José Costa viu-se viúvo, aos 34 anos, com três filhas pequenas e uma recém-nascida. Absolutamente desolado, escreveu à mãe um dia depois da trágica perda.

(...) Como a senhora sabe, a minha querida Nair faleceu ontem, sendo enterrada no mesmo dia. Graças a Deus, tudo fiz, não poupando esforços para salvá-la, chegando a ponto de prometer renunciar aos meus princípios para tal fim, o que faria de bom grado, mas nada valeu, sendo inúteis todos os meus esforços. Felizmente, tive o conforto moral de todos os meus amigos e conhecidos como do povo da Vila da Renascença, principalmente dos que a senhora conhece. Deixou-me a

*Nair mais uma filhinha, que se chama Rachel, homenagem à filhinha do Patrício.
Em homenagem à memória de minha querida Nair, hei de criá-la tal qual ela fazia com as outras filhas que, felizmente têm sãos e honestos princípios de educação.*

Não obstante sua explícita resistência à obstinação de sua mulher em convertê-lo, José Costa era, por assim dizer, “um comunista que acreditava em Deus”. Tanto que confessou à mãe, no trecho da carta transcrita acima, que, em meio à agonia da esposa, chegou a fazer uma promessa: caso a mulher se curasse, abandonaria os princípios que norteavam sua ação política.

A resposta de dona Palmyra veio logo. Ela, que sempre respeitara a opção político-ideológica do filho, viu-se no dever de, além do consolo maternal, admoestá-lo quanto ao caminho a ser percorrido no futuro que, para ela, devia ser o da fé em Deus.

Niterói, 4 de julho de 1940

(...) Zezé, Deus te abençoe, meu filho.

Peço-te ter muita calma e resignação. Não esquece um momento que tem três filhinhas para criar e, já que lhes faltou a mãe, que ao menos o pai nunca lhes falte. Cuida ainda mais da tua saúde.

(...) Deus, meu filho, agradece a boa intenção que tivestes, renunciando aos falsos princípios que te cegavam e se Ele não te ouviu, não te atendeu, não descreias nunca da bondade e da misericórdia de Deus nosso Pai.

Nos dias que se seguiram, José Costa e a mãe mantiveram intensa correspondência sobre o futuro das meninas. Rachel, a recém-nascida, estava sendo amamentada por uma vizinha, que também dera à luz a um bebê e se dispusera a alimentá-la. Mas e as outras três? Como lhes dispensar os cuidados necessários e ao mesmo tempo dar conta dos inúmeros compromissos profissionais? José Costa se dizia com “os nervos esgotados”, passando por “momentos horríveis” pela perda de sua mulher e na busca desesperada de uma solução para seus problemas.

Finalmente, ficou decidido: as meninas passariam uma temporada na casa da solícita avó Palmyra, em Niterói, até que ele conseguisse se recuperar da terrível perda e obter condições psicológicas para criá-las. A pequenina Rachel continuaria sob os cuidados da vizinha porque ainda precisava ser aleitada.

Desde então, durante todo o segundo semestre de 1940, José Costa escrevia cartas semanais às “suas queridas bonequinhas”. Eram cartas longas, nas quais procurava conversar com as filhas como se as tivesse ao seu lado. Perguntava como se sentiam na casa da vovó, se visitavam a avó materna e mil outros detalhes do cotidiano das crianças. Eram freqüen-

tes também os conselhos e as observações sobre a importância dos estudos, lembrando às meninas que, no futuro, contaria com a ajuda delas no jornal. No mais, mandava presentes, desenhos que fazia para elas e relatava os progressos da Rachelzinha, a quem visitava todas as noites quando voltava do trabalho. E, em todas as cartas, insistia: as filhas nunca deveriam se esquecer da “mãezinha que já está no céu”, e que deviam sempre rezar por ela. A seguir, dois pequenos trechos das numerosas cartas que escreveu às filhas.

(...) Brinquem bastante, mas não deixem de rezar pela mãezinha, para que ela tenha paz e sossego no céu. A Rachelzinha manda lembrança para vocês três.

(...) Papai quer que todas as suas filhinhas saibam muitas coisas boas e bonitas, por isso, precisam estudar e muito, por que só assim poderão ajudar ao papai no escritório.

Quando a mãe faleceu, Nair tinha apenas cinco anos, mas recorda-se do triste episódio e da temporada que passou com as irmãs na casa da avó Palmyra.

Nós fomos para Niterói em julho de 1940, menos de um mês depois de mamãe ter morrido. Fomos viver com a minha avó paterna que era uma doçura. Tinha a avó, o avô [segundo marido de dona Palmyra], as tias e tios, e todos tinham um carinho enorme por nós. Ficamos lá o semestre inteiro. Eu me lembro das cartas que papai escrevia, dos desenhos que mandava, dos livros, vestidos, sapatos. Toda semana ele escrevia, era impressionante o carinho dele conosco.

Ao final do ano, José Costa já se sentia fortalecido o suficiente para enfrentar a tarefa de cuidar das filhas. Por esta época, um gesto de sua irmã Priscila, a Neném, muito o comoveu. A moça desfez o noivado em Niterói e se mudou para Belo Horizonte para cuidar das sobrinhas. Dedicou-se a elas com desvelo maternal por três anos, até o segundo casamento de José Costa. Rachel, a caçula, ainda era um bebê, mas como já não precisava ser amamentada, foi levada para a casa da vovó Palmyra, que cuidou dela até morrer, em 1945.

Sobre os desafios daqueles tempos de viuvez, José Costa relatou em 1993:

As meninas vieram de Niterói no final do ano e minha irmã decidiu que iria me ajudar a cuidar delas por um período. Os problemas eram tantos que eu simplesmente não planejava nada. As soluções apareciam na hora. A caçula, Rachel, estava em Niterói com minha mãe e eu matriculei as outras três no colégio [Jardim de Infância Delfim Moreira].

Logo que cresceram um pouco, minhas filhas começaram a me ajudar no escritório do jornal. Cada uma dava a sua cota de sacrifício. Estudavam e trabalhavam: dobravam papel para a feitura de envelopes, anotavam recados, separavam fichas. O importante para mim era que elas fizessem alguma coisa, que aprendessem trabalhando.

José Costa era tido como pai severo e assumidamente conservador no que dizia respeito à educação dos filhos que teve nos dois casamentos. Chegava, não raro, a aparentar certa dureza no trato com eles. Entretanto, os filhos foram unânimes em afirmar: o pai era muito terno. Quando eram crianças, recebiam dele muito carinho e as relações eram permeadas por afeto. Mas quando cresciam, também foram unânimes em afirmar: os contatos se tornavam mais contidos, como se existisse uma barreira imaginária a impedir aproximações mais afetuosas. Era como se o pai quisesse mostrar, por meio de certa dureza, o exemplo de retidão de caráter a ser seguido. Nas lembranças de sua infância, Nair, a primeira filha, reservou lugar especial para a ternura do pai.

Tenho lembranças daquela ternura mas, conforme crescíamos, ele parecia ser mais seco. Ele, na verdade, se fazia de duro para se impor e dar o exemplo. Com os netos, aconteceu o mesmo. Nós vimos claramente como ele se derramava em carinhos com os netos pequenininhos e depois se afastava. Lembro-me que todas as noites ele vinha às nossas camas, tirando os grampos de nossos cabelos, guardando-os debaixo dos travesseiros e contando histórias.

Emocionada, Vera também narrou as lembranças mais remotas de sua infância. Apesar da tenra idade, lembra-se com nitidez dos finais de tarde que, à porta da casa do bairro Renascença, em companhia da mãe e das irmãs, esperava a chegada do pai.

Todas as tardes, quando o sol se punha, nós nos colocávamos para esperar papai. Era um momento muito nosso, de muito carinho. Mamãe estava grávida da Rachelzinha. Lembro-me também de mamãe costurando e ralhando comigo para eu não colocar botões no nariz. Quando mamãe faleceu, nosso grande esteio em Belo Horizonte foi dona Cirene e seu marido Patrício, amigo de papai e seu companheiro de Partido. Depois da morte de mamãe, papai se dobrou em carinho e ternura para conosco. Nessa época, tia Neném já estava morando conosco. Nossa vida era muito simples. Depois que jantávamos, ele nos levava para cama e era momento de extrema felicidade para nós. Eram três camas e ele assentava em cada uma. Contava histórias enquanto tirava os grampinhos de nossos cabelos. As histórias eram criadas por ele. Falava da Ama-



Nair em 1932



José em foto enviada à noiva, em outubro de 1932



José e Nair, com a primeira filha Nair, em junho de 1936, na casa da Renascença



José e Nair comemorando o 1º aniversário de filha, com a presença dos avós Dondon e Palmyra e do tio Pedro



José e Dalva, ainda noivos, no footing da avenida Afonso Pena, setembro de 1943.



Com Nair, Vera e Costinha no seu colo - 1946.



Dalva com os filhos Luiz Carlos e José



"Tico-Tico", a sede do sítio em Santos Dumont, 1968.



Bodas de Prata, 1968.



A família reunida para comemorar o natal de 1976.



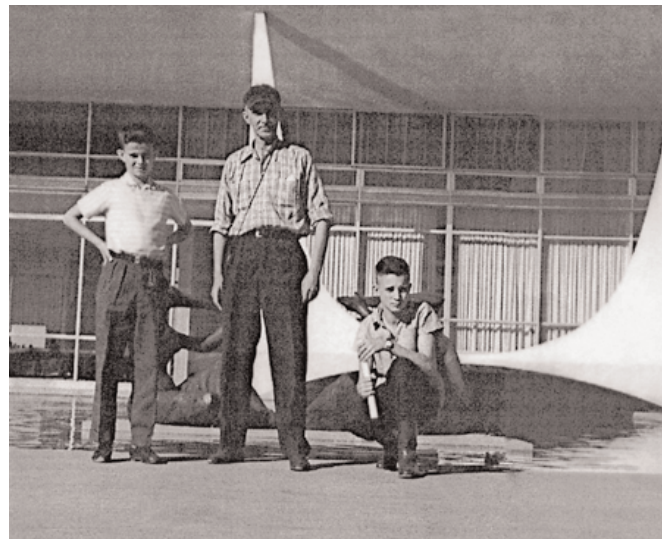
Com Dalva, comemorando a inauguração da sede da rua Padre Rolim, 1976.



Com seus filhos na Fazenda do Bosque, Mateus Leme (1983).



Os irmãos Enedina, Paulo, Pedro e Carlos, a cunhada Hélia e o cunhado Genésio, na festa de inauguração da sede da rua Padre Rolim, 1976.



Com os filhos Luiz Carlos e Costinha - Brasília, 1958.



Na China, em 1960.



José e Dalva em visita à Alemanha, em 1962.



Babilônia, Iraque, em 1980.



Natal de 1980.



Preocupações ecológicas quando o tema não estava em pauta.

zônia, dos animais da floresta, das fadas. Quando chegava na terceira cama, a menina da primeira já estava dormindo. Lembro-me também de perguntar pela mamãe e de ele dizer: “a mamãe de vocês foi numa ambulância para o céu”. E eu, sempre que ouvia a sirene de uma ambulância, tinha esperanças de que mamãe estava voltando.

Quando a mãe faleceu, Lúcia, a terceira filha do casal, era muito pequena, tinha pouco mais de dois anos. A ausência da mãe foi sentida em noites não dormidas, sentada em seu berço, conforme testemunho da irmã mais velha, que era chamada por d. Cirene para ficar com a pequena Lúcia. Tem assim, segundo declarou, uma imensa saudade do não vivido. E a lembrança que tem da mãe foi elaborada a partir dos relatos, do retrato que ficava na penteadeira do quarto, das histórias contadas pelas irmãs mais velhas e pelas famílias materna e paterna nos poucos contatos que tinham.

Começar de novo

Mesmo amargando a dura perda de sua mulher, José Costa renovou forças para cumprir a missão que o destino lhe reservara: propiciar às “quatro bonequinhas” a educação e o conforto necessários e prosseguir em sua luta política.

Em plena vigência do Estado Novo, as reuniões do Partido se constituíam em atividade de altíssimo risco e ele tinha consciência de que, naquele momento, mais que em qualquer outro, não poderia arriscar-se a ser preso. Manteve-se, pois, até certo ponto, distanciado da atividade política.

Sobre sua postura naquela quadra histórica, esclareceu:

Durante o período do Estado Novo, o Partido não desapareceu. Luiz Carlos Prestes, a grande estrela, estava preso, mas as bases não dependiam dele. Em Minas Gerais, tínhamos núcleos fortes em Nova Lima, São João del-Rei, Juiz de Fora, Divinópolis e outras cidades. As reuniões eram absolutamente secretas. Não íamos para as ruas nem tomávamos conhecimento de eventuais provocações. Essa fase foi muito complicada para mim porque, além de minhas filhas estarem muito pequenas, eu morava no bairro Renascença e lá era um foco de insatisfação da classe operária por causa da fábrica de tecidos. Eu não podia expor minhas idéias junto à vizinhança por causa da família. Mas mesmo assim, eu dava pequenos sinais.

Desde 1940, José Costa havia tomado a decisão de concretizar o sonho de abandonar as representações comerciais e dedicar-se exclusivamente ao Informador Commercial.

Com o escritório funcionando na Rua dos Tupinambás e já com bom relacionamento junto aos empresários de Belo Horizonte, resolveu arriscar. Tinha plena consciência de que era necessário fazer o empreendimento crescer, se não para dar grandes lucros, pelo menos o suficiente para garantir o sustento da família. E foi em meio às atividades profissionais do jornal que conheceu a jovem Maria Dalva Valle Motta, secretária do Consulado Inglês na capital mineira.

Natural de Diamantina, Dalva era neta de um tradicional e próspero comerciante, o português João Francisco da Motta, proprietário do “Ao Grande Empório do Norte”, que chegou a ser o maior atacadista do norte de Minas, e de diversos imóveis em um beco, nos fundos da Praça Dr. Corrêa Rabello, que ficou conhecido como “Beco do Motta”. O pai de Dalva, José Netto Motta, ou Zezé Motta, foi o liquidante dos negócios de João Francisco, quando a família mudou-se para Belo Horizonte, em 1934.

Mas quando José Costa conheceu a mocinha de 21 anos que viera de Diamantina, o que o encantou foram seus belos olhos azuis e a certeza de que, apesar de muito jovem – dezessete anos mais nova que ele – poderia vir a ser uma boa companheira e ajudá-lo na difícil tarefa de criar e educar as quatro meninas. Como pertencia a uma família de onze irmãos, Dalva certamente não estranharia iniciar a nova vida já contando com quatro enteadas.

O namoro durou alguns meses. Casaram-se em outubro de 1943. De acordo com a lenda familiar, a única exigência feita por Dalva foi a de que o noivo adquirisse uma nova casa. De preferência, longe daquela em que vivera com Nair. A família mudou-se, pois, da Renascença para a Rua General Carneiro, no bairro da Sagrada Família. Viveram lá até meados da década de 1970 quando, já com os filhos casados, José Costa e Dalva se mudaram para a Rua Maranhão, no bairro dos Funcionários.

Depois de casado, José Costa atribuiu à nova companheira a tarefa de cuidar da educação das meninas. Quase tão severa quanto o marido, Dalva assumiu com gosto a nova missão. Esmerou-se para que, além da educação formal, as enteadas adquirissem interesse pela literatura, música e artes em geral. Tudo isso sob uma extrema rigidez no que dizia respeito ao comportamento moral das meninas, que a tratavam como “mamãe”. Nair fez breves comentários sobre o relacionamento do pai com Dalva.

Apesar de ser uma pessoa extremamente severa e rigorosa, papai foi feliz no seu segundo casamento. Houve algumas dificuldades, como em todo casamento, mas eles souberam superar. Eram amigos e companheiros. Ela vinha de uma família grande e bonita que nos aceitou muito bem. Foram tios e tias, primos e primas, já que os nossos, de sangue, estavam longe, no Rio. Mamãe era uma pessoa culta, gostava de ler, conhecia a história da França, da Inglaterra, gostava de música e nos introduziu nesse mundo. Nossa relação com ela, no

início, foi um pouco complicada. Mas com os anos, a vivência e o amadurecimento de todos, conseguimos superar as dificuldades e nos dávamos muito bem. Gostávamos dela.

Vera comentou com emoção o sofrimento de Dalva depois do falecimento de José Costa.

Ela sofreu muito com a morte de papai. Três anos depois da morte dele, Rachel e Marcílio também se foram e, poucos meses depois, foi a vez de Costinha. Foram quatro grandes perdas. Três no mesmo ano. O vácuo deixado por papai nós tentamos preencher. Eu vinha com frequência a Belo Horizonte, Nair e Willy levaram-na numa viagem à Europa, para distraí-la um pouco e todos nós continuamos dando a nossa presença e afeto. Mas depois da morte dos outros três, ela se abateu muito. Por mais que tentássemos, ela não se recuperou. Perdeu a alegria de viver.

Do casamento com Dalva, nasceram José Motta Costa, o Costinha, e Luiz Carlos Motta Costa. Tal como ocorrera com as meninas, o relacionamento de José Costa com os filhos era permeado por muito carinho. Contudo, quando cresceram um pouco, veio o costumeiro distanciamento. Luiz Carlos, o caçula, buscou na memória imagens do convívio com o pai.

A lembrança que tenho da minha primeira infância é de papai absolutamente dedicado, carinhoso. Quando estava em casa, deixava conosco para contar alguma história, algum caso, geralmente casos de sua vida que ele dizia ter sido muito aventureira. Depois que ficávamos adultos, ele demonstrava o amor que sentia por nós de outras formas. Era solícito quando o procurávamos para pedir opiniões ou mesmo ajuda em termos financeiros. Por exemplo: certa vez eu resolvi comprar uma casa e o negócio dependia dele. Foi interessante porque a única pergunta que me fez foi se minha esposa estava de acordo. Eu disse que sim e ele: “Ah, então está bem.” Acho que esse exemplo define bem o jeito dele e o respeito que tinha por nós, pelas decisões que tomávamos.

O abacate e a sensibilidade ambiental

Em 1947, José Costa associou-se ao amigo e companheiro de militância política Constâncio Dulci, em rara experiência que aliava lazer e empreendimento econômico. Pelos seus planos, teria tudo para dar certo.

De um lado, estava o profundo conhecimento do engenheiro agrônomo Constâncio

Dulci, empolgado com o cultivo de abacateiros de cujos frutos se poderia extrair óleo utilizado em produtos cosméticos. De outro, estava o espírito aventureiro de José Costa. Mas ambos tinham uma certeza: o que iria fortalecer a nova empreitada, a que deram o nome de “Fruticultura Progresso”, era a amizade que os unia.

Compraram um terreno em Santos Dumont, terra natal de Constâncio, distante 200 km de Belo Horizonte. Considerada apenas a quilometragem, a distância não é grande. Mas no final dos anos de 1940, a BR 3, hoje BR 040, ainda não estava aberta e isso tornava a viagem até o local uma quase aventura. Tanto que os filhos de José Costa ansiavam pelas férias e finais de semanas prolongados, quando podiam desfrutar da “longa viagem” para Santos Dumont.

Com o inesperado falecimento de Constâncio, o projeto da Fruticultura Progresso sucumbiu, mas José Costa não desistiu. Tentou alternativas de negócio, inclusive com Cesário Dulci, irmão de Constâncio, mas nenhuma deu resultado. Mas a parte do terreno que lhe coube continuou a ser o sítio para as férias da família que, naquele momento, ainda se compunha apenas de sua mulher e dos seis filhos. Genros, noras e netos só chegariam mais tarde.

Sobre as “longas e inesquecíveis” viagens ao sítio de Santos Dumont, alguns flashes das lembranças de Luiz Carlos:

A idéia de papai e tio Constâncio era fazer uma grande plantação de abacate para fabricação de óleo para produtos cosméticos. Eles começaram o negócio, mas, infelizmente, não deu certo porque o tio Constâncio adoeceu e morreu logo. Lembro-me de meus pais viajando para o Rio de Janeiro para a posse do presidente Juscelino Kubitschek, em 1956, preocupados com o tio Constâncio que estava no hospital. Eles nem puderam participar completamente das festas por causa do meu tio.

O negócio não foi para frente porque o tio Constâncio, além de agrônomo, era o executor. Com a morte do amigo e sócio, o terreno foi redividido e papai ficou com uma pequena parte, um lugar muito bonito, perto de uma cachoeira, onde tinha construído a casa, que se transformou num sítio onde passávamos as férias. As viagens para Santos Dumont são lembranças fortes da minha infância. Naquela época, gastava-se nove horas para chegar até lá. Estavam começando a construção da BR 040, que ainda se chamava BR 3, e chegar ao sítio era uma aventura. Papai tinha que conseguir licença no DNER para passarmos pela estrada que estavam construindo. Não havia o Viaduto das Almas e tínhamos que descer uma pirambeira e depois subi-la.

As viagens a Santos Dumont povoam as lembranças dos filhos de José Costa. Assim, tal

como Luiz Carlos, Nair e Vera descreveram com nitidez as viagens e as estadas no sítio e acrescentaram à narrativa um certo pioneirismo do pai na preservação do meio ambiente:

Eu e minhas irmãs estudávamos em Lavras, mas os períodos de férias eram todos passados em Santos Dumont. Ir para o sítio era uma aventura. Durante as viagens, papai ia dando verdadeiras aulas para nós. Descrevia tudo. Lembro-me que ele mostrava até os tipos de minérios que avistávamos da janela do carro. É interessante, porque numa época em que ainda não se falava de preservação da natureza, ele insistia na importância da vegetação para o equilíbrio do meio ambiente. Ficávamos encantados com suas narrativas. Tinha uma cachoeira em nosso terreno e, na época da desova, os lambaris subiam. Um lado do rio era nosso, o outro era de alguém que não se importava em deixar aquilo aberto. Papai ficava chateado com a ação dos pescadores. O nosso lado ele vigiava e não permitia pescaria. Lembro-me também que, para preservar o terreno, ele fez uma plantação de eucaliptos que, por sinal, ainda existe no local.

Nas lembranças de Vera, as viagens a Santos Dumont também se confundem com as reuniões clandestinas do Partido das quais o pai participava:

O tio Constâncio comprou uma casa quase à beira da estrada. Era uma chácara meio escondida pelas folhagens. Lembro-me que papai e seus amigos se encontravam lá. Faziam longas reuniões. Nunca houve uma invasão policial porque a casa era bem resguardada. Era tudo muito sigiloso. Vinha gente do Rio de Janeiro e, principalmente, de Juiz de Fora e Santos Dumont. Papai ia para lá e chegava muito tarde em casa. Mamãe ficava preocupada. Lembro-me também das reuniões que eram feitas em nossa casa em Belo Horizonte. Papai avisava: “Dalva, hoje vamos ter reunião, faça bastante café e deixe o bule com as xícaras na sala”. Quando as pessoas chegavam, nenhum de nós, nem mesmo mamãe, podia ir até a sala.

Com vento a favor

Em 1940, chegou a Belo Horizonte, vindo de Curitiba, o militante do PCB e funcionário do Banco do Brasil, Armando Ziller. Dois anos mais moço que José Costa, veio para ajudar o pai, cujo estado de saúde era precário. Contudo, logo que chegou começou a atuar bravamente junto ao Sindicato dos Bancários e no interior do Partido. Em março de 1947, sentou-se no plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais na condição de deputado eleito pelo PCB.

Pouco antes de falecer, a 17 de maio de 1992, Armando Ziller concedeu longa entrevista aos historiadores da equipe do projeto “Memória Política de Minas”, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Naquela ocasião, narrou, com apurado senso crítico e bom humor, suas experiências como líder sindical e as estratégias e contradições do Partido a que sempre pertenceu. E foi com base neste raro documento, e no depoimento de Edmur Fonseca, outro companheiro de militância, que obtivemos boa parte das informações necessárias à compreensão do desempenho político de José Costa nas décadas de 1940 e 1950.⁴

O movimento de contestação ao Estado Novo, iniciado pela audácia dos signatários do célebre Manifesto dos Mineiros, de 1943, adquiriu forças com a realização de eventos de repercussão nacional, como o Congresso Brasileiro de Escritores e a Conferência de Teresópolis, que reuniu lideranças do empresariado em torno de novas balizas para o desenvolvimento econômico. Além da Carta Econômica do Brasil (ou Carta de Teresópolis), a Conferência produziu outro texto de nítido conteúdo social, cujo propósito era, senão superar, pelo menos tornar menos visíveis os antagonismos entre empregados e empregadores. Conhecido como “Carta da Paz Social”, o documento abriu janelas e portas para discussões mais amplas sobre questões políticas e sociais do Brasil.

Simultaneamente, no período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial quando da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), o Ocidente foi varrido por um forte sopro de liberdade que atingiu em cheio o Brasil.

A União Soviética ficou conhecida como potência de primeiro plano. A confiança no poder da ONU cresceu e provocou a diminuição da resistência ao comunismo, que começou a ser considerado com mais simpatia. No Brasil, assim como em outros países, os Partidos Comunistas foram legalizados.

A queda de Getúlio Vargas ocorreu em outubro de 1945, mas desde maio já estava nas ruas o movimento “queremista”, que propunha uma Assembleia Constituinte com Getúlio. De acordo com Armando Ziller, o PCB apoiava a Constituinte com ou sem Getúlio porque “para nós era muito melhor conversar com o presidente da República no palácio do que ele nos mandar para a cadeia, quando não para o inferno”.

Ainda em 1945, foram realizadas eleições para presidente da República e para a Assembleia Nacional Constituinte. O candidato do PCB, Iedo Fiúza, conseguiu 10% dos votos, um percentual significativo para um partido recém-saído da ilegalidade. Além disso, elegeu Luiz Carlos Prestes para Senador e quatorze deputados federais. Nenhum deles, contudo, representando Minas Gerais. Segundo avaliação de Armando Ziller, a ausência de representantes do PCB mineiro se justificava por duas razões: a fragilidade do PCB em Minas e o autoritarismo do Comitê Central do Partido, que decidia tudo. Por aquela época, comentou, a

⁴ ZILLER, Armando. Entrevista – Coleção Memória Política de Minas 3. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2000.

maioria dos membros do Comitê Central sequer conhecia a realidade de nosso Estado.

A palavra de ordem do Partido naquele pleito para os militantes mineiros foi a seguinte: votar em Ildo Fiúza para presidente da República e em Milton Campos, candidato da União Democrática Nacional (UDN), para governador de Minas Gerais. Já se sabia que Fiúza não teria chance de chegar à presidência, mas o propósito do PCB era neutralizar a força de Vargas, que apoiava Eurico Gaspar Dutra e, em Minas Gerais, Bias Fortes.

No ano seguinte, houve eleições para as Assembléias estaduais, que teriam a função de elaborar as constituições dos Estados. Graças à sua atuação como líder dos bancários, Armando Ziller foi um dos deputados mais votados de Minas Gerais. Representava solitariamente o PCB e sentia-se, como declarou, “um cristão na Roma dos primeiros séculos, naquele minuto eterno que antecede o face a face com os leões”.

Seu mandato, assim como o de todos os eleitos pelo PCB, só durou dez meses. Em janeiro de 1948, o Tribunal Superior Eleitoral – TSE cancelou o registro do Partido, que voltou à ilegalidade.

Diferenças solúveis em chope

A militância política de Edmur Fonseca foi exercida no meio literário e intelectual de Belo Horizonte. Tal como ocorrera nos anos de 1920, quando escritores da cepa de Carlos Drummond de Andrade, Abgar Renault, Emílio Moura, João Alphonsus de Guimaraens, Cyro dos Anjos e tantos outros marcaram a história da literatura mineira e nacional, a década de 1940 também foi profícua em termos de produção literária e intelectual.⁵

Assim como os mestres de vinte anos antes, a rapaziada de então também gravitava, em sua grande maioria, por entre as redações de jornais e repartições públicas. Basta lembrar os “Quatro Cavaleiros do Apocalipse”, Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Hélio Pellegrino e Paulo Mendes Campos.

Mas ao contrário da geração anterior, havia entre esses jovens intelectuais marcantes diferenças de cunho político ideológico. Alguns se diziam católicos, outros ateus, outros socialistas, que flertavam com o Partido Comunista, e muitos outros orgulhosamente agnósticos. Essas diferenças, diziam, eram facilmente “solúveis em chope”, na confraternização a que estavam condenados na acanhada capital mineira de 250 mil habitantes. Segundo Otto Lara Resende, eles viviam em grande camaradagem, mesmo porque “quase não dava para distinguir uma redação da outra: a Folha de Minas, na Rua da Bahia, era vizinha de O Diário, na Goitacazes, e também do Estado de Minas, na Goiás. Todo mundo via todo mundo, mesmo que não quisesse. As incompatibilidades não eram graves.”

Edmur Fonseca, vinte anos mais moço que José Costa, era seu amigo e companhei-

⁵ Sobre o tema ver: WERNECK, Humberto. *O desatino da rapaziada*. Jornalistas e escritores em Minas Gerais. São Paulo: Instituto Moreira Salles e Cia. da Letras, 1992.

ro de Partido. Era também responsável pelo suplemento dominical da Folha de Minas e, em 1946, foi um dos fundadores da célebre revista Edifício. O nome fora pinçado do poema “Edifício Esplendor”, de Carlos Drummond de Andrade, e tinha ambiciosas pretensões. Não passou do quarto número, mas teve, entre outros, o mérito de reunir nomes como Jacques do Prado Brandão, Autran Dourado, Sábado Magaldi, Wilson Figueiredo e Francisco Iglésias, entre muitos outros.

A despeito de serem ambos jornalistas, José Costa e Edmur Fonseca exerciam atividades bastante diferenciadas e o que os uniu desde que se conheceram foi a militância política. Foi sobre essa militância e o desempenho do PCB, nas décadas de 1940 e 1950, que Edmur Fonseca deu o seguinte depoimento:

Eu conheci José Costa em 1946. Nessa época, ele editava o Informador Comercial, que ainda era um pequeno jornal de interesse restrito aos comerciantes. Quando o conheci, eu era muito jovem e comecei a aprender com ele o espírito do verdadeiro jornalismo, porque eu tinha iniciado meu trabalho em jornais de vertente puramente literária, como diretor do suplemento dominical da Folha de Minas. José Costa foi muito importante para mim e para outros jornalistas da minha geração. A meu ver, foi com ele que teve início, pelo menos na jovem intelectualidade da época, o trato de problemas como a campanha pela anistia após o Estado Novo, a campanha do petróleo, a defesa das riquezas mineiras e outros temas ligados ao nacionalismo.

Apesar de sermos do mesmo Partido, nosso contato só foi intensificado quando fui indicado para ser o secretário geral da Associação Mineira de Defesa do Petróleo. Nessa época, eu integrava um grupo de jovens escritores responsáveis pela criação da revista Edifício. O segundo número da revista apresentou depoimentos sobre a posição política de 28 novos escritores. Foi também nessa época que havia se criado a Associação Brasileira de Escritores e fui levado a trabalhar na Folha de Minas para fazer o Suplemento.

Na opinião de Edmur Fonseca, mesmo antes do frustrado movimento de 1935, conhecido historicamente como Intentona Comunista, o PCB adotou uma prática de exagerado obreirismo, em detrimento de reflexões de ordem teórica. Houve, na sua avaliação, um intenso recrutamento de operários, inclusive para ocupar cargos de direção do Partido. Sobre sua experiência, afirmou:

Eu tive o primeiro contato com o Partido por volta de 1944, numa reunião com João Amazonas. Fiquei surpreso ao ver um operário fazendo uma

análise bastante aprofundada da realidade nacional e internacional. Na fase de redemocratização, o Partido foi legalizado e, em Minas Gerais, o Marco Antônio Coelho, que era da nossa geração, foi conduzido a Secretário do Partido. E aí, se reuniram em torno dele as principais figuras da nossa geração: Sábado Magaldi, Francisco Iglésias, Aufran Dourado, Wilson de Figueiredo e outros. Nas eleições para a Assembléia Legislativa, em 1946, apresentamos vários candidatos. Até eu fui candidato e tive um bom número de votos. Só conseguimos eleger o Armando Ziller, mas, na verdade, ele só foi eleito porque tinha grande liderança junto aos bancários. Assim, não foram os comunistas que o elegeram, foram os bancários.

Sobre a militância político-partidária de José Costa, comentou:

José Costa era um militante declarado. Mas sempre foi de grande equilíbrio pessoal no trato das coisas públicas e no convívio com as pessoas. Essa sua maneira de proceder lhe deu um trânsito, não usual na época, entre pessoas de diferentes tendências. Daí, sua influência na Associação Comercial. Tendo uma feição política que era conhecida de todos, José Costa era ouvido e respeitado. O que sempre me surpreendeu era saber que, sem abrir mão de suas idéias, ele conseguia conviver com pessoas tão diferentes. Ele foi de absoluta coerência com as idéias que o alimentavam.

Nós, intelectuais mais jovens, não participávamos do sectarismo que predominou no Partido por bastante tempo. Hoje, avaliando aquela posição, considero natural que houvesse aquela expressão sectária porque não temos no Brasil uma tradição de pensamento político. No período da luta em defesa dos interesses nacionais, aquilo era prioridade dentro do Partido. O Costa estava atuando num setor considerado prioritário. Quando se tem uma ação prioritária, ela tem que ganhar relevo em relação às outras. Ele estava à frente do processo de luta do Partido em Minas Gerais. Tanto que a identificação do contato com ele tinha como fundo a palavra do Partido. O período de legalidade do PCB foi muito curto, mas a luta continuou e José Costa estava sempre atuante na defesa dos interesses de Minas Gerais e do País.

De acordo com avaliação feita por José Costa, em 1993, a clandestinidade não alterou a trajetória do Partido, antes, em termos qualitativos, até a beneficiou. Sobre o curto período de legalidade do PCB e o retorno de Vargas à Presidência da República, em 1950, comentou:

Em 1945, o PCB lançou candidato próprio à Presidência da República. Eu acompanhei mais ou menos as articulações para a composição da chapa, até chegarmos ao nome do ledo Fiúza. Ele era um ativista, uma pessoa simpática. Como sempre, o Partido era sustentado com recursos nossos, e como as contribuições eram pequenas, o Partido era pobre. Mas, mesmo assim, durante a campanha, houve comícios nas principais capitais, inclusive em Belo Horizonte.

As campanhas eram feitas de acordo com as possibilidades dos núcleos regionais do Partido. A propaganda partidária era feita com base nos comícios, nos panfletos e nas conversas ao pé do ouvido nas fábricas, nas ruas, onde se pudesse falar. O nacionalismo foi um aspecto importante na campanha do Fiúza, nosso candidato.

Havia o chamado “voto de marmita” (envelopes com as cédulas dos candidatos), mas no caso do Partido Comunista, nunca foi assim. Quem votava nos nossos candidatos votava conscientemente, mesmo porque fazíamos campanhas nas fábricas, com um pessoal mais politizado.

Em 1945, o Fiúza obteve 10% dos votos e foi um grande resultado. Seus eleitores foram os trabalhadores das pequenas usinas, das fábricas e do comércio. O PCB abocanhou parte do eleitorado do PTB e talvez essa tenha sido uma das razões de seu fechamento no governo Dutra.

Nossa relação com o PTB não era amistosa. O PTB era mais populista, mais superficial. Tínhamos que evitá-los o máximo possível, porque eles podiam mandar nos prender. Havia uma linha divisória muito grande entre nós. O objetivo deles era aproveitar a ignorância do povo para permanecer nos cargos. Havia gente boa no PTB, mas a maioria era populista. A vitória do Dutra não foi surpresa para nós. Nós a calculávamos, diante dos acontecimentos; já fazia parte da expectativa geral, portanto. Depois, caímos de novo na ilegalidade. Mas mesmo quando estava na legalidade, o PCB sempre foi perseguido pela polícia. Depois, quando voltamos à ilegalidade, o Partido estava mais maduro, mais seguro em suas posições contra o sistema. O PCB ficou numericamente menor, mas cresceu em termos qualitativos.

O Partido foi favorável à volta de Vargas à Presidência da República em 1950. Naquele momento, todo nosso esforço era concentrado na área sindical. Os sindicatos eram a nossa base. Tínhamos ótimas lideranças, inclusive aqui em Belo Horizonte.

No início da década de 1950, quando Getúlio se preparava para voltar à Presidência da República nos “braços do povo”, como então se dizia, o desempenho do Informador

Comercial ia de “vento em popa”.

Assim, mesmo que ainda trabalhasse arduamente, o sucesso do jornal liberava seu fundador para o exercício da militância política que, desde a década anterior, tinha duas e complementares facetas. A primeira ainda era junto aos velhos companheiros do Partido; a segunda, que será abordada em outro capítulo, era exercida como empresário, no interior de entidades de classe, em ferrenha luta em prol do desenvolvimento de Minas e do Brasil.

Os de sempre

Sobre as perseguições sofridas pelos militantes do Partido, José Costa lembrou-se, com bom humor, de episódio ocorrido com ele na década de 1950:

Eu sempre era chamado a prestar esclarecimentos na polícia. Toda vez que se esboçava uma crise política, os delegados diziam aos seus subordinados: “chamem os de sempre”. De certa feita, fui convocado a comparecer a uma delegacia cujo delegado chamava-se Gentil. Logo que me apresentei, um policial disse a ele: “Doutor, o homem está aí.” Ele estava vendo o mapa do Brasil com algumas marcações de alfinetes e permaneceu observando o mapa por longo tempo. E eu ali sentado, só observando. Depois desse tempo, ele se levantou para me inquirir, mas, antes que começasse, eu lhe disse: “O Sr. precisa de mais alfinetes vermelhos, Doutor? Estou vendo que o senhor está analisando o mapa do Brasil e precisa colocar mais alfinetes vermelhos no mapa; portanto, vai demorar. O que temos a resolver podemos deixar para amanhã, não é?” Não esperei a resposta dele. Saí da Delegacia sem olhar para trás.

Por aquela época, início da década de 1950, o ex-prefeito da capital, Juscelino Kubitschek de Oliveira, acabara de ser eleito governador de Minas Gerais e tinha como slogan o binômio “energia e transportes”. Contava também com algumas diretrizes já esboçadas no “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”, que havia sido elaborado por seu antecessor, Milton Campos. Pretendia, assim, e em boa medida conseguiu, implantar no Estado uma audaciosa política de desenvolvimento.

Credenciais para tanto não lhe faltavam. Bastava lembrar a “revolução modernista”, que teve Belo Horizonte como palco durante sua gestão na Prefeitura e sua já então reconhecida capacidade para superar obstáculos.

Por intermédio de Dalva, conterrânea e amiga de Juscelino, José Costa também se tornou seu amigo e admirador. Sobre ele, teceu os seguintes comentários:

Juscelino Kubitschek foi um candidato atípico. Ele conseguiu, com seu progresso no governo de Minas, o apoio de todo mundo. Sua vitória foi resultado de um trabalho pessoal. Ele era conhecido pelas obras que fez. Juscelino era muito popular. Aonde chegava dominava o ambiente.

Eu o conheci antes de ele ser nomeado prefeito por causa da minha mulher, que era sua conterrânea. Na qualidade de político, ele sabia da minha história em Minas. Sabia e respeitava. Conversávamos muito e ele nunca tocou no assunto, porque era, antes de tudo, um espírito democrático. Ele ouvia todo mundo que podia ouvir. A classe empresarial, os assalariados, a imprensa.

Certa vez, Dalva e eu estávamos em Porto Alegre e, por acaso, o Juscelino, já então presidente da República, estava lá. Estávamos numa praça da cidade quando nos encontrou e disse: “Uai, vocês por aqui, o que estão fazendo?” E, imediatamente, nos convidou para andar a pé com ele pela cidade. Era uma pessoa afável e destoava dos políticos da época por sua simplicidade. O período do Juscelino foi de desenvolvimento muito grande para o Brasil e, principalmente, para Minas. A fundação de Brasília foi fantástica para nosso Estado. Nós é que não soubemos aproveitar isso; aliás, o brasileiro, de um modo geral, não aproveitou.

No plano nacional, o Brasil vivia, sob a batuta de Getúlio Vargas, uma fase de grande efervescência política. Ao contrário de JK, que em Minas Gerais era popular sem ser populista, Vargas tentava manipular o apoio das camadas menos favorecidas da população. Foi um momento marcado por muitas greves, intensa atuação dos movimentos populares e fortalecimento, como era de se esperar, dos partidos de oposição, notadamente da UDN. José Costa discorreu assim sobre o desempenho do PCB naquela conjuntura:

O Partido Comunista apoiava as greves e os movimentos populares. Cumpria o seu papel. Estava no seu lugar. Mas o Getúlio estava sempre no lugar certo para ele, não para nós. Havia alguns aspectos de sua política em que a posição do PCB era a mesma do governo, como por exemplo, a questão do petróleo e da criação da Petrobras. O Partido sabia tirar algumas vantagens políticas daquela situação. Nossa estratégia era a seguinte: apoiar o governo quando considerávamos que ele estava avançando nas questões sociais e recuar quando ele passava para o outro lado. A polícia ainda nos perseguia muito. Às vezes, eu estava andando na rua com minha mulher e percebia que estávamos sendo seguidos. Avisava a ela para tomarmos outra direção. Por incrível que pareça, no governo de JK a polícia nos incomodou bem menos do que no tempo de Getúlio.

Filhos e parceiros

No decorrer da década de 1950 e início da de 1960, período já consagrado como os anos dourados de nossa história recente, a vida da família Costa era de saudável normalidade. Cercados pelos mimos dos pais e das irmãs, Costinha e Luiz Carlos tornavam-se jovens dedicados à família e ao trabalho. As filhas, já mocinhas, também cumpriam, sem grandes demonstrações de insatisfação, as determinações dos pais.

A despeito de sua descrença religiosa, José Costa fez questão que as filhas estudassem em colégios confessionais. Longe de considerar tal opção contraditória a seus princípios, via nela, apenas e tão-somente, uma questão de escolha do que considerava mais adequado às filhas.

Avesso ao catolicismo, preferiu escolas protestantes. E foi assim que, depois de cursarem o Jardim de Infância no Grupo Escolar Delfim Moreira, as meninas foram matriculadas no curso primário do Colégio Isabela Hendrix e, quando o concluíram, transferidas, como alunas internas, para o célebre Instituto Presbiteriano Gammon, em Lavras.⁶

O propósito de José Costa e Dalva ao optarem pelo internato das meninas no momento mesmo em que entravam na adolescência era, certamente, o de evitar que aquela fase crucial de suas vidas fosse contaminada por valores morais não condizentes com os seus. Além do mais, queriam prepará-las para o trabalho e alguns anos de internato, acreditavam, contribuiriam para torná-las mais independentes, aptas a enfrentar as dificuldades da vida.

Emocionados, Nair, Vera, Lúcia e Luiz Carlos narraram momentos de suas trajetórias e das relações que mantiveram com o pai. Costinha e Rachel, já falecidos, foram mencionados pelos irmãos.

Na condição de primeira filha, Nair teve a missão de abrir caminhos para os irmãos. Seu percurso pessoal e profissional foi muito especial.

Terminei o ginásio no Instituto Gammon, Colégio Carlota Kemper, em 1950. Voltei então para Belo Horizonte e fiz o curso de Formação (de Professores Primários), no Instituto de Educação. Depois queria fazer um curso superior, de Geografia ou História, mas papai, avesso a essa novidade de as filhas frequentarem ambientes notadamente masculinos, achou que não era uma boa idéia. Mesmo porque os cursos escolhidos nada tinham a ver com o jornal, julgava ele. Fui então trabalhar no “escritório”.

⁶ Resultado do trabalho de missionários norte-americanos que se instalaram em Minas Gerais no início do século XX, o Instituto Gammon criou, em 1908, a Escola Superior de Agricultura de Lavras – ESAL, hoje, Universidade Federal de Lavras, que foi a primeira a ter seu ensino superior reconhecido pelos governos estadual e federal. Sobre os primeiros tempos da ESAL, ver: FÁRIA, Maria Auxiliadora de. A política da gleba. As classes conservadoras mineiras. Discurso e prática na Primeira República. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1992. (mimeo)

Por volta de 1952, minha irmã Lúcia, voltando de Lavras, foi fazer Contabilidade, na Escola Técnica de Comércio Inconfidência, cujo diretor era um irmão de mamãe. Terminados os estudos, entrou para a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG para fazer o curso de Economia. Por ser uma área mais ligada aos negócios da empresa, papai não colocou objeção. Foi ela quem abriu o caminho. Eu só entrei para a universidade em 1959, aproveitando a brecha da minha irmã caçula, Rachel, que tendo terminado seus estudos secundários, quis fazer um curso superior. Nós duas resolvemos então fazer Sociologia e Política, também na FACE. Foi uma ótima opção e papai já não mais se opôs. Mas a Sociologia dá uma abertura e uma visão crítica que poucos outros cursos oferecem e contribuiu para fundamentar minha tendência ao questionamento da ordem vigente. Por outro lado, papai era bastante conservador no que dizia respeito ao comportamento de suas filhas. Quando entrei para a Juventude Universitária Católica (JUC) e comecei a participar do movimento estudantil, foi um problema. Tínhamos sérios enfrentamentos, mas eu não desistia de ir às reuniões. Dos filhos, fui eu a única que saiu pela tangente e participou dos movimentos de esquerda dos anos 60. Costinha foi da JEC, mas acho que por pouco tempo. No fundo, acho que papai sabia que, de certa forma, eu estava colocando em prática o que ele me havia dito, quando, ainda pequena, descendo juntos a rua General Carneiro para ir para o colégio, algo que hoje me soa como: “a filha que gosta do pai, gosta das coisas que ele gosta”. E o pano de fundo para isso eram as idas dele à sede do partido, perto do viaduto Santa Tereza – nós ficávamos esperando no carro –, as reuniões partidárias lá em casa e o livro “Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança”, de Jorge Amado, que ele me deu quando eu tinha mais ou menos 12 anos.

Em 1964, deixei o jornal e me tornei professora: fui dar aula na Universidade Católica, hoje PUC Minas. Depois, fui fazer o Mestrado na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica; lá me casei e, algum tempo depois, fomos trabalhar no Zaire, ex-Congo belga. Quando papai e mamãe foram nos visitar e nós falamos dos nossos planos de vir para o Brasil, papai convidou o Willy para vir trabalhar no jornal, no setor Comercial. Era o jeito dele, querendo todos por perto.

Vera trilhou caminhos distintos dos de Nair, mas guarda, como a irmã, belos fragmentos de sua relação com o pai:

Lembro-me de uma vez – posso rever a cena – que descíamos com papai a Rua General Carneiro na Sagrada Família e ele nos disse: “nunca vou

dar herança para vocês. Mas enquanto eu estiver vivo, sempre vão estudar em boas escolas, a minha herança vai ser a cultura". Naquela época, ele lutava com muitas dificuldades para nos manter no Isabela Hendrix. Depois fomos para o Instituto Gammon, em Lavras. Nessa altura, Rachel já tinha vindo do Rio. Ela era um mimo de criatura, meiga, suave, tranqüila. Era uma pessoa tão especial para nós, era como se fosse um bebezinho. O Gammon era muito moderno. Tinha festas, encontros com rapazes, jogos e até footing aos sábados. Mas papai e mamãe eram conservadores. Deixaram ordens explícitas no internato: "as irmãs Costa não podem deixar o colégio". Assim, como não podíamos sair, fazíamos a maior bagunça no colégio mesmo. Foram anos realmente felizes. Acredito que aquele período de internato foi a nossa salvação em termos de equilíbrio emocional e aquisição de certa independência. Mamãe tinha um irmão que era médico e eu, adolescente, me encantei pelo trabalho dele. Quando avisei a papai que ia cursar o Científico [uma das modalidades do atual Ensino Médio], tendo em vista a preparação para o Curso de Medicina, ele foi curto e grosso na resposta: "Filha minha não vai para escola de homens. Esse curso é para meninas que não têm pai nem mãe". Meu mundo desmoronou e decidi que não estudaria nada. Fiquei em casa. Depois de algum tempo, o "conselho das três irmãs" se reuniu e me deu o ultimato: "você é burra! Vai ficar em casa para virar empregada? Trata de ir estudar". Depois de relutar muito, aceitei estudar contabilidade junto com minha irmã Lucinha na Escola Técnica do Comércio Inconfidência. Papai sempre soube que eu nunca seria uma boa contadora, que fazia o curso apenas para fugir das tarefas domésticas, mas nunca disse nada.

Nós todas começamos a trabalhar cedo. Com 10 anos de idade, nós já fazíamos envelopes para o escritório. Assentávamos uma em frente da outra e cada uma fazia uma parte do serviço: uma dobrava o papel de um lado e de outro, a outra colava, a outra empilhava. Fazíamos mais de 100 envelopes por dia, para o serviço de Cadastro do Informador Comercial. Depois que crescemos, todas nós trabalhamos no Jornal. Para mim, foi um grande aprendizado trabalhar por um tempo na revisão. Até hoje valorizo aquele período, pois pude aprender Português na prática e foi de grande utilidade para meu futuro profissional.

Em 1956, fui a Niterói e encontrei o rapaz com quem me casaria. Ele era meio aparentado com a família e papai aprovou com gosto meu casamento. Moramos um período em Belo Horizonte. Papai o levou para trabalhar no jornal, mas não deu certo. Em 1960, nasceu meu primeiro filho; em 1962, o segundo e, naquela mesma época, adotamos uma menina, prima de meu marido. A situação estava difícil e resolvi me mudar para o Rio de Janeiro. Logo que che-

guei, arranjei emprego e batalhei muito. Depois de me formar em Pedagogia e de conseguir um empréstimo no Banco Nacional, fundei uma escola no Bairro do Realengo que hoje, depois de muito esforço, é uma Universidade bem conceituada, a Universidade Castelo Branco.

Eu gostava do encantamento de papai pela família. Por qualquer motivo, ele fazia uma festa como pretexto para nos reunir. Era sua grande felicidade de poder trazer filhos e netos para junto dele. Mesmo que fingisse certo distanciamento, não conseguia esconder a alegria de ver a ninhada ao redor dele.

Tida e havida como a mais mimada pela tia Neném, Lúcia foi quem teve mais dificuldades em aceitar o segundo casamento do pai. Lembra-se que não foram poucos os atritos familiares em decorrência de tal dificuldade. Sobre a adolescência e os anos no Instituto Gammon, relatou:

O colégio devia ser caro. Papai deve ter feito muito sacrifício para nos manter em colégio interno. Mas foi um período muito bom. Fui muito feliz no internato. São três anos de memórias alegres. Eu me sentia igual às outras meninas em meio a muita música, esportes, árvores, meninos, festas. Lembro-me de que quando papai foi nos deixar lá eu o vi chorando na despedida. Deve ter sido muito duro para ele separar-se das filhas.

Quando voltou do colégio interno, as dificuldades de relacionamento com Dalva não haviam se dissipado. A solução encontrada pelo pai, e prontamente aprovada por ela, foi que continuaria a estudar e, nos horários vagos, trabalharia no escritório do jornal. Além disso, assumiria outra tarefa: ao final do expediente, buscar o irmãozinho Luiz Carlos no colégio e levá-lo para casa. Sobre esse período relatou:

Entre 1952 até 1962 ou 1963, trabalhei no escritório do jornal. Foi muito bom para mim. Comecei meu caminho de descobertas do mundo da rua e do mundo longe de casa. Fui me tornando independente. Meu mundo era o dos homens do escritório, o mundo do papai. Não me lembro de detalhes, apenas de ficar o dia inteiro lá e de ter muita satisfação por estar longe da cozinha, da limpeza da casa e dos afazeres domésticos. Essa é, aliás, a razão pela qual até hoje não me dou bem nos fazeres do mundo tido como feminino. Eu não quis aprendê-los. Meu mundo era o do escritório do jornal onde papai estava e era a ele que eu amava. Fazia o necessário para conquistá-lo. Durante essa temporada, voltei a conviver com José Soares – antigo funcionário do jornal – que nos buscava na escola quando éramos pequenas. Lembro-me dele na minha infância

me levando pela mão pelos jardins da Igreja de São José que ficava bem perto do colégio.

Com o tempo, fui adquirindo responsabilidades no jornal. Papai viajava e era eu a responsável por levar a matéria da redação para a oficina naquela horrível pasta preta. Era eu também quem fazia os envelopes de pagamento dos empregados, até que um dia me tornei responsável pela contabilidade do Informador Comercial. Foi um bom aprendizado, principalmente porque pude contar com Lopes Sá, meu primeiro chefe. Valeu a vida. Além disso, às escondidas, tinha meus namorados, minhas idas aos cinemas, meus passeios pelas ruas.

Quando decidi estudar Ciências Econômicas, papai não colocou obstáculo; ao contrário, me incentivou. Eu adorei aquele período. Tão jovem, estudando num ambiente infestado de rapazes lindos. Papai era bem contraditório. Conservador ao extremo, mas em se tratando de estudo e de trabalho, tudo era permitido.

Depois de formada em Ciências Econômicas pela Face-UFMG, Lúcia resolveu fazer pós-graduação no exterior. Novamente o pai a surpreendeu. Não apenas a incentivou, como custeou suas passagens, primeiro para o Chile, onde morou por algum tempo, e depois para Paris. A despeito das constantes insistências do pai, depois de longo período vivendo fora de casa, Lúcia não tinha mais vontade de voltar para Belo Horizonte e sublinhou:

Eu nunca mais quis viver em Belo Horizonte. Sempre arranjava uma desculpa para não voltar. Mas papai só parou de pedir que eu voltasse quando me casei. Ai, nunca mais tocou no assunto. Tenho muita gratidão por ele ter entendido que eu queria ir sempre mais além, abrir as janelas da alma, do espírito.

A mais linda lembrança que tenho de papai e que guardo no fundo do coração era vê-lo sempre no aeroporto esperando a minha chegada. Lembro-me de seu rosto atrás da porta de vidro do aeroporto, fosse o do Galeão, fosse o da Pampulha, e até mesmo no Cais do Porto, quando vim de navio. Uma vez, Rachel me disse que ele não permitia que ninguém fosse me buscar. Aquela era uma missão dele.

Entre 1998 e 2001, a pedido dos diretores do jornal, Lúcia voltou a prestar serviços à empresa da família. Por mais de três anos ficou no ir e vir entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro. E, como observou, por mais que lhe doessem as lembranças, sempre que chegava a Belo Horizonte tinha a absurda esperança de ver o rosto do pai através da porta de vidro do aeroporto.

A carreira profissional do atual diretor presidente do Diário do Comércio, Luiz Carlos da Motta Costa, foi toda cumprida na empresa da família. Ao contrário do que se pode imaginar, não privou, por ser o caçula, de qualquer regalia. Antes, conforme narrou, galgou todos os degraus até chegar ao cargo atual.

Lembro-me bem que, ainda pequeno, minhas irmãs iam me buscar no colégio e me levavam para o jornal, para esperar a hora de subir para casa com papai. No jornal podia tudo, menos entrar na sala de redação. Meu olho de criança enxergava pessoas misteriosas naquele lugar que era proibido para mim. Sempre trabalhei no jornal, mas como jornalista só a partir de 1966. É uma coisa curiosa o percurso da vida. Eu sempre falei que queria trabalhar no jornal. Por alguma razão, aquele local me encantava. A maioria dos jovens tem choques naturais com os pais, mas eu não os tive. Comecei a trabalhar como office boy. Era estudante e ocupava um canto que me arrumaram. Quando tinha que levar material da redação para a oficina, davam-me os pacotes a ser encaminhados; eu saía, pegava um ônibus, entregava, voltava e, nas horas de folga, fazia meus deveres de menino de Ginásio. Depois, fui promovido a um posto que era uma espécie de “faz tudo” no jornal. Um dia, papai me disse: “Estou sabendo que virão restrições ao exercício da profissão de jornalista. Não custa nada você tirar uma carteira de jornalista”. Eu era menino, devia ter uns 16 ou 17 anos, e respondi: “está bem, mas o que faço”? E ele, como sempre, me disse: “se vire”. Queria sempre que aprendêssemos a solucionar problemas. Não dava nada pronto. Fui ao Sindicato e me informaram que para conseguir o registro era preciso provar que tinha escrito e publicado alguma coisa. Eu, garoto, tinha interesse especial por carros e me lembrei que já chegava ao jornal algum material sobre a nascente indústria automobilística brasileira. O material ficava mais ou menos relegado a um segundo plano. Mas eu me interessava, lia, pegava as fotos, guardava. Então pensei: vou escrever sobre carro. Comecei a fazer uma coluna sobre veículos que o jornal publicava. Com isso, o Sindicato me deu a carteira de jornalista. Em 1968 entrei para a faculdade, mais especificamente para o curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Fafich, da UFMG. Tive a sorte de estudar primeiro no Colégio de Aplicação e depois no Colégio Universitário, ambos da UFMG, onde a preocupação vocacional era muito grande.

Integrado desde os tempos de estudante na redação do Jornal, Luiz Carlos lembrou-se de alguns momentos de sua relação com o pai no âmbito profissional:

Era muito bom trabalhar com ele. Eu ganhava pouco, mas era o jus-

to. Ele era muito exigente e quase sempre tinha uma reclamação pertinente a fazer. Uma vez me mostrou uma manchete do jornal Gazeta Mercantil e me perguntou: “Como não noticiamos isso?” Olhei a notícia e lhe mostrei que ao lado estava escrito: “fulano de tal, correspondente em Londres”. Ele me retrucou como sempre fazia. “Não importa, vire-se.” Ele propunha desafios o tempo todo. Nas nossas reuniões semanais, feitas às segundas-feiras, às vezes o clima ficava tenso. Lembro-me especificamente de uma vez, uma manhã, em que ele tinha ficado furioso. Terminada a reunião, cada um ia para seu canto. Quando estava saindo para almoçar, ele já estava na rua (o jornal funcionava na Rua Padre Rolim), com o carro novo que havia comprado. Parou o carro e, como se nada tivesse acontecido me disse: “não estou conseguindo ajeitar o banco, você pode me ajudar?” Tudo na santa paz.

José Costa sempre teve em mente que o jornal fundado por ele devia ser compartilhado pela família. Não por acaso ter incutido nos filhos, desde a mais tenra infância, o desejo, quase obrigação, de trabalharem com ele. Assim, como foi narrado acima, todos participaram de alguma forma da construção do jornal e da empresa que o abrigava. Mais tarde, quando os negócios já estavam consolidados, ainda persistia na idéia de fazer do trabalho no jornal uma forma de agregar a família e mantê-la unida. Daí, a generosa acolhida aos genros e a atribuição de funções de acordo com as tendências de cada um, nos moldes de uma típica empresa familiar.

Uma viagem com Jango

No início da década de 1960, o mundo estava dividido em dois blocos. De um lado, os Estados Unidos da América (EUA) e, de outro, a União Soviética (URSS). A humanidade vivia sob a égide da chamada “Guerra Fria”, cujo símbolo maior foi a construção, em 1961, do muro que separava Berlim em duas partes.

Em clima de semi-ilegalidade, mas com noticiário na imprensa, o PCB realizou no Rio de Janeiro, em agosto de 1960, seu V Congresso e oficializou a estratégia política de aliança com a burguesia nacional, que, na prática, já estabelecera desde o pós-guerra.

Naquele mesmo ano, Jânio Quadros se elegeu presidente da República com 48% dos votos, tendo como vice João Goulart, o Jango. Dentre tantas promessas de mudanças, o novo governo propunha uma política externa independente. Mas apesar das bravatas de Jânio Quadros, os países sob a influência dos Estados Unidos, como era o caso do Brasil, mantinham pouquíssimas relações comerciais e diplomáticas com nações onde imperavam regimes comunistas de governo, situação que perdurou durante praticamente toda a Guerra Fria. Assim, além dos discursos, o que havia de concreto era somente uma inte-

ração, no plano multilateral, entre países em desenvolvimento, chamados à época de sub-desenvolvidos, com vistas à instauração de uma nova ordem econômica internacional.

O caso da China era muito especial naquele contexto. Em 1960, sob a liderança de Mao Tsé Tung, afastara-se da órbita da URSS e se apresentava como país isolado, envolto em mistérios, suscitando a curiosidade de outros povos sobre ela. O regime de governo era o comunismo, mas e as condições de vida daquele enorme contingente populacional? Se o interesse em conhecer aspectos da civilização chinesa era comum a qualquer cidadão minimamente informado, o era em escala infinitamente maior a um jornalista e militante do PCB.

Portanto, quando foi convidado a integrar a delegação que representaria o Brasil no II Encontro Internacional de Jornalistas, a realizar-se em Baden, na Áustria, no segundo semestre de 1960, José Costa não pensou duas vezes para aceitar o convite, já vislumbrando a possibilidade de “dar uma esticada” na viagem. Seu plano era visitar Praga (à época capital da então Tchecoslováquia), a República Popular da China e a União Soviética.

O que era esperado aconteceu. No decorrer do congresso, um grupo de jornalistas foi convidado a conhecer a China e a União Soviética. Como já estavam no exterior, não dependiam de autorização do governo brasileiro para usufruírem daquela tão sonhada “esticada”. A viagem foi uma verdadeira aventura que, muitos anos depois, José Costa teve prazer em narrar, mencionando um dado curioso: quando passava pela União Soviética, tornou-se, casualmente, companheiro de viagem do então vice-presidente da República do Brasil, João Goulart:

Houve um congresso de jornalistas na Áustria. Depois, fomos convidados a ir à Tchecoslováquia e à China e, na volta, visitar também a União Soviética. Nós fomos para o congresso representando o Brasil, mas o convite para irmos à China e à União Soviética foi feito lá. Convidaram a delegação brasileira, que era composta por umas 12 pessoas. Foi uma viagem maravilhosa, completa.

A impressão que tive da China foi a de que era um país de miséria. O hotel em que fiquei era o prédio mais alto de Pequim e tinha apenas seis andares. As pessoas nos olhavam sem parar, porque tínhamos feições diferentes e vestíamos paletó. Lá todos se vestiam de uniforme. Homens e mulheres vestiam aquela túnica do mesmo tecido e modelo.

No encontro que teríamos com as autoridades chinesas, fui chamado para falar em nome da delegação brasileira, mas estava totalmente afônico. Tentei arranjar álcool para passar na garganta, mas deu uma confusão enorme. Eu pedi o álcool e logo apareceu um médico pensando que eu o queria para beber. Fui explicar, compliquei-me mais ainda e eles acabaram me levando para o hospital. Eu só estava afônico, mas tiraram meu sangue para exame, tiraram radio-

grafia e me internaram. Fiquei apavorado a noite toda e eles também apavorados comigo. Deviam pensar: se esse sujeito morrer aqui, como vamos fazer? No dia seguinte, eu já estava bem e estive com Mao-Tsé-Tung durante duas horas. Ele queria saber tudo sobre o desenvolvimento do Brasil, porque exportávamos minério, que tipo de indústria tínhamos e assim por diante. Lembro-me que ele nos disse: “na China, ainda vamos demorar de 10 a 20 anos para começar a sair da miséria”. O povo era totalmente conformado com a situação. Tivemos oportunidade de conhecer não só o interior, mas também as grandes cidades e fiquei muito impressionado com os palácios.

Na Rússia, a visita foi muito protocolar. Poucos dias, apenas uma semana. Em Moscou, visitei algumas indústrias. De lá, fui para Leningrado [hoje São Petersburgo] e tive a oportunidade de conhecer João Goulart. Viajamos no mesmo trem, mas só no meio do caminho soube que ele estava na Rússia em visita oficial. Lembro-me que estava fazendo um frio desesperado e vi neve pela primeira vez. Mas foi muito bonita a visita. As cidades são belíssimas, antigas e bem européias, com bons teatros, tudo.

A comitiva do João Goulart era pequena. Conversei pouco sobre política com ele. O que pude fazer foi tentar meter em sua cabeça que a melhor solução para o Brasil era o comunismo. Esse era o meu papel como militante. Tive boa impressão dele, pareceu-me uma pessoa sincera.

No decorrer daquela viagem de trem entre Moscou e Leningrado em que José Costa tentou, por assim dizer, doutrinar João Goulart, nenhum deles imaginava a crise política que estava por vir e os problemas que os aguardavam no Brasil. Não podiam também imaginar que alguns dos futuros problemas estariam relacionados àquela e, no caso de Jango, a uma segunda viagem que fez à Ásia.

Esses problemas são bem conhecidos e integram a história recente de nosso País. Em 1961, Jango voltou ao continente asiático e, em meio à viagem, o então presidente da República, Jânio Quadros, renunciou ao cargo. Forças políticas retrógradas tentaram impedir a posse do vice-presidente, que, avisado, antecipou sua volta ao Brasil. O fato de ele estar visitando países de regime comunista alimentou ainda mais as desconfianças de setores das Forças Armadas e de parte dos políticos brasileiros e fortaleceu, sobremaneira, a paranóia anticomunista.

Para evitar uma solução golpista, o Congresso Nacional, por meio de Ato Adicional à Constituição, instituiu o sistema de governo parlamentarista e Jango assumiu, tendo como primeiro ministro o mineiro Tancredo Neves. O Ato Adicional previa a realização de um plebiscito sobre a manutenção ou não do parlamentarismo para 1965, último ano do mandato presidencial. Mas João Goulart procurou obter do Congresso a antecipação do

plebiscito e a obteve, com o apoio de seu partido, o PTB, e de forças de esquerda; o plebiscito foi antecipado para janeiro de 1963 e o parlamentarismo foi derrotado.

Cidadão com suor, calor e ideal

No dia 30 de dezembro desse mesmo ano, José Costa recebeu o título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte. A cidade, que 33 anos antes ele adotara como sua, lhe retribuía a generosidade com a mais alta das condecorações. Se já era belo-horizontino de coração, tornava-se a partir de então, oficialmente, cidadão de Belo Horizonte.

O projeto de concessão do título (número 063/61) fora apresentado em 1961 pelo então vereador Nilson Gontijo. Contudo, mesmo tendo sido aprovado logo depois, a solenidade de outorga só ocorreu no dia 30 de dezembro de 1963, quando seu autor já ocupava uma cadeira na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

A solenidade de entrega do título ao novo cidadão belo-horizontino na Câmara dos Vereadores foi conduzida pelo então vereador Rui da Costa Val, conforme noticiou o Informador Comercial em sua edição de 1º de janeiro de 1964.

Na reportagem “Título honorífico de cidadania oferecido ao jornalista José Costa pela Câmara Municipal de Belo Horizonte” foi reproduzido, na íntegra, o discurso do vereador Rui da Costa Val. Depois de breve perfil biográfico do homenageado e de sua participação em associações representativas das classes comercial e jornalística, o orador referiu-se à fundação do Informador Comercial, ressaltando as dificuldades iniciais e a importância do jornal para a história da capital:

(...) Sua forma de imprensa informativa foi a primeira lançada em Belo Horizonte, e lutou com os maiores sacrifícios no princípio de sua carreira. Ao tempo em que fazia rodar o seu jornalzinho em forma mimeografada, e ele mesmo ia de banco em banco, de casa em casa, entregando o produto de seu esforço, ninguém acreditava no êxito de uma empresa que seria mais tarde um dos orgulhos da Capital. Com suor, sacrifício, calor e ideal, conseguiu dar a Belo Horizonte uma imprensa que tem proporcionado relevantes serviços ao comércio, à indústria e ao povo em geral. José Costa, sobre ser acolhedor e comunicativo, realizou o milagre de ser estimado e querido em todas as facções políticas, isto porque não nega nunca a sua colaboração a qualquer movimento, desde que seja no sentido de engrandecer Belo Horizonte.

(...) Os seus arquivos são documentos preciosos da vida passada do comércio, da indústria, dos bancos e da nossa população em geral. (...) É neste instante que a comunidade de Belo Horizonte reconhece, publicamente, ser devedora de relevantes serviços a mais um de seus membros. É de destacar, a pro-

pósito, que se somente agora José Costa toma, oficialmente, o lugar que bem merece entre os cidadãos honorários de Belo Horizonte, na verdade, porém, este lugar de há muito lhe foi outorgado pela estima, admiração e respeito de nossa sociedade. É por isso, que todos reconhecem a outorga do título de cidadão honorário a José Costa como um ato de justiça, quem hoje mais jubilosa se encontra é a própria Câmara Municipal de Belo Horizonte e o próprio povo da Capital.

José Costa estava feliz com o novo título e com as homenagens que então recebia, mas estava também, como boa parte dos brasileiros, vivendo momentos de apreensão com os rumos dos acontecimentos políticos do País.

Os espiões chineses

Todos sabiam que o resultado do plebiscito tinha sido uma vitória pessoal de João Goulart. Mas o que só um pequeno grupo de civis e militares sabia é que ele não usufriria plenamente de tal vitória. Um ano e três meses depois, no dia 31 de março de 1964, foi deposto da Presidência da República pelos militares, com o apoio das mesmas forças políticas que tentaram impedir sua posse em 1961.

Os problemas de José Costa relacionados com a visita que fizera à China não tiveram, obviamente, as mesmas dimensões, mas também lhe renderam muitos dissabores. Um deles, que aliás só viria a saber anos depois, quando se preparava para viajar ao exterior, foi a constatação de que seu nome fora incluído na chamada “lista negra” do governo norte-americano e que estava, portanto, impedido de entrar legalmente nos Estados Unidos da América. O outro foi a absurda acusação de compactuar com “espiões chineses” que visitaram o Brasil pouco antes do golpe militar de 1964.

Quando visitou a China, José Costa se encantou com o potencial econômico daquele país. E, por coincidência, conheceu um chinês proprietário de uma fábrica de tecidos que era também secretário da Associação Comercial de Xangai e deputado do Partido da Construção Democrática Chinesa. Numa espécie de premonição sobre o futuro promissor daquele país, não hesitou em aprofundar os contatos com o tal industrial para eventuais transações comerciais entre Brasil e China.

Contudo, para além desse contato individual de um líder empresarial brasileiro e um industrial do setor têxtil chinês, a política externa de nosso País dava também, e principalmente, claros sinais de abertura política e comercial com países como a China. Tanto que, no início de 1964, já haviam saído da China equipamentos e produtos a serem expostos numa grande feira no Rio de Janeiro. Em decorrência do golpe militar, a feira não chegou a ser instalada. A vinda de oito chineses ao Brasil em 1961, para contatos comerciais e preparação da tal feira, deu, para José Costa, muito “pano para manga”.

Quando foi preso, poucos dias após o golpe militar, viu-se diante da acusação de orientar a ação dos oito chineses no Brasil. A duras penas, teve de convencer as autoridades de que os chineses vieram em missão comercial e que só queriam expor seus produtos no Brasil.

Luiz Carlos ainda era muito jovem nessa época, mas lembra-se bem do que o pai contava sobre a viagem à China:

Meu pai sempre teve grande curiosidade em relação à China e me dizia muitas vezes que as informações que chegavam de lá eram muito distorcidas. Quando estive lá em 1960, para seu próprio espanto, conheceu em Xangai um empresário industrial e lhe perguntou como podia ter uma propriedade produtiva e particular se o sistema era o comunismo. O industrial, de quem acabou ficando amigo, lhe respondeu que, aceitando as regras do governo, não havia problema. Meu pai se encantou com a China e com a possibilidade de abertura de relações comerciais com o Brasil. Mais tarde, uma missão comercial chinesa, composta por oito pessoas, veio ao Brasil e chegou no final de 1961, para se estabelecer no Rio de Janeiro. Mas antes de começarem seus trabalhos, vieram a Belo Horizonte, onde foram cordialmente recebidos por meu pai, que lhes serviu de cicerone. Ele os levou para visitar várias empresas e entidades de classe como a AC Minas e a Fiemg. Visitou com eles alguns sindicatos de trabalhadores e foram recebidos no Palácio da Liberdade pelo então governador, José de Magalhães Pinto, que era amigo de papai. Foi um circuito absolutamente oficial. Os chineses já estavam preparando uma grande feira industrial e comercial a ser inaugurada em 1964, mas com a mudança do nosso regime político, eles acabaram sendo presos. Quando vimos manchetes de jornais do tipo “Espões chineses presos no Rio”, percebemos que a prisão de papai se daria a qualquer momento.

O outono sombrio

Não é propósito do presente estudo analisar os episódios ocorridos em nosso País nos idos de 1964 nem o período de permanência dos militares no poder. Mesmo porque, muito já se tem escrito sobre aqueles 21 anos que se constituíram em uma das páginas mais infelizes de nossa história.⁷

⁷ O movimento armado que depôs o presidente João Goulart em 31 de março de 1964 era chamado, pelos militares e civis que o apoiaram, de Revolução; os mais afoitos chegavam mesmo a adjectivá-la como “Revolução redentora”. Algum tempo depois, quando a ditadura mostrou abertamente sua cara e as arbitrariedades do novo Regime se tornaram banais, boa parte da sociedade brasileira e da imprensa, cientistas sociais e até mesmo alguns políticos concluíram que o nome mais adequado àquele movimento era golpe militar.

Feita esta ressalva, vale lembrar a acurada pesquisa realizada pela historiadora Heloisa Maria Murgel Starling sobre a conspiração político-militar em Minas Gerais que antecedeu o golpe militar de 31 de março de 1964. O resultado de seu brilhante trabalho foi editado em livro, sob o título “Os Senhores das Gerais”, com citações de nomes dos apoiadores do golpe e dos “acusados de subversão da ordem vigente”. Esses deveriam “ser anulados, eliminados, presos, ou exilados no caso de uma ação militar em nossa Pátria”.⁸

A listagem com nomes de políticos, professores e estudantes universitários, religiosos, jornalistas, entre outros, era vasta e vinha subdividida de acordo com as respectivas funções. Assim, no item “jornalistas” constavam nomes como os de Hélio Adami de Carvalho, José Maria Rabelo, Carlos Felipe, Guy de Almeida, José Nilo Tavares, Edilson de Almeida Júpiter, José Costa, Orlando Bonfim Jr., Simon Schwartzman e Harley Carneiro, entre outros.

José Costa não foi “eliminado” como era desejo dos mais radicais (aliás, nenhum dos citados). Passou, contudo, como milhares de brasileiros, pela humilhação de ser preso sob a simplória acusação de “subverter a ordem vigente”.

A seguir, seus comentários sobre os acontecimentos daquele funesto mês de abril de 1964:

Na minha opinião, o golpe militar começou a ser tramado na renúncia de Jânio. No governo de João Goulart, o movimento dos trabalhadores estava crescendo, mas o clima estava cada vez mais pesado para a classe operária e o pessoal de esquerda. O Partido Comunista considerava importante uma aliança com setores nacionalistas do empresariado. E essa aliança se dava em termos nacionalistas e sociais. Em Belo Horizonte, eu era um dos dirigentes do Partido e nós analisamos essa posição profundamente. Todos os documentos que vinham da direção nacional passavam por nossas mãos.

Eu já estava sentindo alguma coisa no ar. Pressentia que alguma coisa de ruim ia acontecer. Depois, através dos contatos que tinha, fiquei sabendo que eles pretendiam liquidar a mim e aos meus companheiros.

Fui preso em casa nos primeiros dias de abril. Lembro-me que foi antes do meu aniversário, 5 de abril. Eu sabia que ia chegar a minha hora. Não me escondi, mas procurava, evidentemente, não ficar em lugares desertos. Fiquei preso por mais de um mês. Primeiro, fiquei no DOPS, depois fui levado para a Penitenciária de Neves. Por uma medida legal, fecharam a sede do Partido. E nós apenas mudamos de lugar. Estávamos sempre preparados para qualquer eventualidade, inclusive sobre a possibilidade de eu vir a ser preso.

⁸ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Paz e Terra, 1986. p. 375. Grifo nosso

Luiz Carlos também teceu alguns comentários sobre a prisão do pai:

Em nossa casa, havia uma garagem que ficava sempre aberta. Depois do jantar, à noite, um de nós recebia a tarefa de ir fechá-la. Naquela noite, coube a mim e, quando passei pela varanda, me deparei com alguns homens que acabavam de chegar. Perguntaram se ali era a residência de José Costa, pois precisavam falar com ele. Eram pessoas até cordiais. Entraram e disseram a papai para lhes acompanhar até o Dops, para prestar depoimentos. Fizeram uma rápida revista pela casa. Felizmente, poupamos o quarto da Nairzinha, que estava repleto de livros “perigosos”, e o levaram. Papai ficou preso por mais de 30 dias e o pânico naquele momento era a sua transferência para a prisão de Fernando de Noronha. Assim, logo no dia seguinte, começou a correria de minha mãe atrás de autoridades que pudessem libertá-lo. Papai tinha muitos amigos importantes, inclusive o governador do Estado, mas ninguém se moveu para ajudá-lo. Ninguém queria se comprometer.

Papai não gostava de falar sobre aquele episódio, mas certa vez contou que, em um dos inúmeros interrogatórios que lhe fizeram, uma das autoridades lhe disse: “nós estamos sabendo que os chineses pagavam ao senhor tantos mil dólares”. E ele, sem pestanejar respondeu: “se vocês descobriram isso, vão me fazer um favor: procurem saber exatamente desde quando eles me pagam, porque eu vou cobrar tudo”.

Edmur Fonseca foi companheiro de José Costa na Penitenciária de Neves e assim lembrou aquela experiência:

Nós estivemos presos em Neves em 1964 e a convivência com José Costa naquele período foi importante. Ele nos manteve unidos o tempo todo porque os que foram aprisionados na época tinham origens muito diferentes, educação diversificada. Na prisão, tem-se a oportunidade de conhecer melhor as pessoas o que é natural, porque estando sob pressão, uns reagem bem, outros reagem mal e a tranquilidade do José Costa ajudava a manter o nível das relações.

O momento imediatamente posterior ao golpe militar foi de muita insegurança para a sociedade brasileira e, de modo especial, para militantes de esquerda e seus familiares. Mesmo que o governo ainda sustentasse certos ares de democracia, o temor de prisões e perseguições políticas ensejava, não raro, gestos exagerados.

A jovem Nair Costa, recém-formada em Sociologia pela UFMG, foi vítima de um desrespeito exagerado. Ela trabalhava na Redação do Informador Comercial e, vez por outra, es-

crevia seus editoriais. Certo dia, quando o pai estava preso, Dalva chegou em casa apavorada. Havia sido informada de que, no dossiê sobre o marido, constavam alguns editoriais do jornal com trechos sublinhados em vermelho. A hipótese de Dalva era a de que os trechos sublinhados deviam ser de autoria da enteada. E, por precaução, decretou: daquele dia em diante, Nairzinha não trabalharia mais no jornal e não devia, sequer, aparecer por lá. Da mesma forma, para evitar ser vista, não poderia visitar o pai na Penitenciária de Neves.

Para frustração de Nair, seu pai confirmou a decisão da esposa e não a convidou para retomar o trabalho no jornal. Mas renitente e guerreira como convinha a uma filha de José Costa, a frustração durou pouco. Deu, literalmente, a volta por cima e, como relatou, foi trabalhar como professora de sociologia, fez Mestrado na Bélgica e Doutorado em São Paulo. Finalmente, se aposentou como professora do Departamento de Ciências Sociais da Fafich-UFMG.

Apesar de ter ficado preso por mais de um mês, José Costa não chegou a ser processado, por falta de acusação formal. Mas a notícia de sua prisão e, pior que isso, de sua possível “aliança com comunistas chineses” se espalhou como rastilho de pólvora nos meios empresariais de Belo Horizonte. Muitos “amigos” passaram a evitá-lo e ele experimentou, por longo período, o gosto amargo de dissimuladas rejeições no interior do Lions Clube e de entidades de classe do empresariado.

Com a abertura política, o famigerado Departamento de Ordem Pública e Social (Dops) foi extinto e seus arquivos estão sob custódia do Arquivo Público Mineiro. A família de José Costa obteve uma cópia dos documentos a ele referentes, dentre os quais o relatório do Inquérito Policial Militar (IPM) aberto contra ele. O motivo de sua prisão, diz o documento, foram as “ligações possivelmente subversivas, pelo menos duvidosas, com os chineses que por seis vezes estiveram na Capital”. Mas a conclusão foi a de que “não se nos afigurou nada que pudesse nos levar a convicções de que as ligações chineses - José Costa, fossem criminosas” (Fs. 374 e 373, IPM, 11/4ª Região Militar).

A Fazenda do Bosque

Com a chegada de genros, noras e netos (mais tarde, vieram também os bisnetos), a casa de Santos Dumont ficou pequena. A falta de espaço incomodava José Costa, cujo desejo era abrigar a todos, mantê-los sempre unidos em torno de si. Luiz Carlos contou como surgiu a solução para o problema:

A casa de Santos Dumont foi ficando pequena para nós todos. Então começaram os planos para aumentá-la. Lembro-me bem de uma cena: papai andando para lá e para cá e pensando alto: “aqui posso fazer isso, ali

posso fazer aquilo”. Então, eu lhe disse que não valia a pena fazer uma reforma na casa porque ela continuaria a ser pouco usada. Sugeri que seria melhor fazer uma casa em algum lugar mais perto de Belo Horizonte. Ai, sim, a casa seria muito mais freqüentada, muito mais utilizada. Ele gostou da idéia. Comprou um terreno em Mateus Leme e fez uma casa na medida da família toda, porque reuni-la nos finais de semana era uma das coisas de que mais gostava.

Mas o sítio de Mateus Leme, cujo propósito inicial seria o lazer da família, não resistiu ao espírito empreendedor de José Costa. Assim, não demorou muito tempo para ampliar a área do terreno e transformá-lo numa bela fazenda de gado leiteiro, onde experimentou técnicas modernas de manejo genético e de ordenha mecânica.

Yvan Muls, o jovem Diretor Executivo do Diário do Comércio, não chegou a conhecer o sítio de Santos Dumont, mas guarda boas lembranças da fazenda de Mateus Leme e as narrou em meio ao seu depoimento sobre o avô:

Meu avô reproduziu conosco, os netos, o mesmo tipo de relação que manteve com os filhos. Ou seja, quando éramos crianças, havia muita química nos nossos relacionamentos. Ele era afetuoso, brincalhão, nos pegava ao colo, contava histórias. Quando crescíamos, ele se distanciava um pouco como se fosse para impor respeito. Uma das lembranças mais remotas que tenho refere-se à nossa presença no jornal. Como meu pai trabalhava no setor comercial, sempre estávamos por perto. Lembro-me que eu e meus irmãos entrávamos na sala de meu avô e ele fingia que não nos via. Então, nos escondíamos atrás de sua mesa ou de qualquer outro móvel do escritório para surpreendê-lo. Ele entrava no jogo e fingia ser surpreendido. Lembro-me também dos domingos em que nos reuníamos em nossa casa e ele era sempre a pessoa mais esperada. O clima era de muita união, de muita alegria. Isso também ocorria por ocasião dos festejos de Natal e nas freqüentes festas de aniversário em nossa casa ou no apartamento dele. Passávamos muitos fins de semana e feriados prolongados em Mateus Leme. A imagem que guardo daquelas ocasiões é a de que vovô estava sempre ocupado com alguma coisa; estava sempre inventando alguma novidade.

Tenho muito orgulho de ser seu neto e fico encantado com os relatos que minha mãe, meus tios e os amigos fazem dele. Mas o que mais me emociona e orgulha é sua dedicação ao trabalho, sua força de vontade e sua incrível capacidade de superar dificuldades.

O apogeu na distensão

A empresa jornalística de José Costa viveu seu apogeu na década de 1970, principalmente nos anos do chamado “milagre econômico”. Se a política ia mal, a economia ia bem e, como o jornal era voltado, na sua essência, para a economia do Estado e do País, não foi objeto de preocupação dos censores do regime militar.

Em 1974, o então presidente da República, general Ernesto Geisel, anunciou uma “lenta, gradual e segura” distensão política, como estratégia para desqualificar as crescentes pressões que emergiam da sociedade civil a clamarem por anistia política e retorno à democracia. Dentre as alardeadas medidas de distensão, estava o reatamento das relações diplomáticas com a China, em agosto daquele ano.

Contudo, tendo em vista sua própria segurança e a de sua família, José Costa preferiu continuar adotando, como vinha fazendo desde 1964, postura política discreta e manteve-se aparentemente afastado da militância no Partido. Mesmo porque, ele bem o sabia, aquele era o momento de se dedicar à modernização do parque gráfico do jornal e, de maneira gradual, retomar suas atividades junto às entidades de classe do empresariado mineiro.

Simultaneamente aos trabalhos de dirigente empresarial, intensificou sua atuação em clubes de serviços como o Lions Clube, a Associação Cristã de Moços, a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas e o Ellos Clube. Fez novas amizades, cultivou antigas e, por meio delas, reafirmou seu compromisso de luta pelo desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil.

Nessa nova empreitada, viajou várias vezes ao exterior, para participar de convenções internacionais como as realizadas pelo Lions Clube, ou para tratar de negócios, como a visita que fez a jornais da Europa e dos Estados Unidos com os filhos Costinha e Luiz Carlos. Foram em busca de novas tecnologias que, depois de implantadas, revolucionaram o setor gráfico de seu jornal, já então, sob o nome de Diário do Comércio.

No início da década de 1980, vivenciou com Luiz Carlos e o amigo Guy de Almeida uma rara experiência. A convite da Mendes Júnior, viajaram ao Iraque para ver de perto as obras que a Construtora realizava naquele país. Do estreito convívio que tiveram no decorrer da viagem, Guy de Almeida pôde ratificar o que já observava como característica marcante do perfil psicológico do amigo: sua discrição e objetividade no trato com a realidade, mesmo que essa realidade fosse um país em guerra com o vizinho Irã.

Mérito municipal

Tida pelos economistas como “a década perdida”, para José Costa os anos 1980 foram, como de resto foram todos os anos de sua vida, de muito trabalho. Com mais de 70

anos, parecia desconhecer a palavra aposentadoria. E, como a maioria da população brasileira, ansiava pelo retorno à democracia. Mesmo porque, depois de quase vinte anos no poder, os militares já davam sinais de que, mais dia menos dia, teriam de se curvar à vontade da Nação. A volta ao regime democrático era inevitável.

Em 1986, a Câmara Municipal de Belo Horizonte prestou nova homenagem a José Costa. Desta feita, pelo projeto número 387/86, de autoria do vereador Arthur Viana, concedendo ao fundador do Diário do Comércio o diploma de Honra ao Mérito do Legislativo Municipal. A aprovação do projeto se deu pela resolução de número 819/86, de 14 de outubro do mesmo ano. José Costa, contudo, não chegou a receber pessoalmente a referida homenagem, de acordo com os anais da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Uma pausa para falar aos jovens

Quando José Costa completou 81 anos, sua filha Vera, fundadora da Universidade Castelo Branco, no Rio de Janeiro, prestou-lhe bela homenagem, instituindo a Medalha José Costa, concedida, desde então, a alunos de destaque acadêmico.

Na ocasião, a professora Alice Rodrigues, coordenadora de atividades extraclasse do Colégio de Aplicação Paulo Gissoni, ligado àquela instituição, promoveu um encontro entre alguns alunos e José Costa. O propósito era colher informações sobre a evolução da imprensa no Brasil e proporcionar aos estudantes a experiência de, pela primeira vez, realizarem uma entrevista.

Para surpresa dos professores, o que deveria se constituir para os estudantes em simples atividade paralela, acabou se transformando em belíssimo depoimento, que hoje integra o acervo documental da Universidade.

Descontraído, José Costa “embarcou” na linguagem dos estudantes e não se furtou a responder às questões que lhe foram feitas. Relatou com bom humor episódios de sua infância, momentos importantes de sua trajetória profissional e declarou-se orgulhoso com as realizações de Vera, não por ser ela uma empresária bem-sucedida, e sim por ter abraçado a “linda missão de educadora”.

Diante da inevitável pergunta sobre sua ideologia nos anos da ditadura militar, respondeu: “Eu pensava e penso em liberdade. Penso em um povo livre, com mais saúde, educação e comida na mesa.”

Sobre seu percurso como jornalista, afirmou que começaria tudo de novo, pois, “quando uma pessoa suja o dedo com a tinta das impressoras nunca mais se limpa”. Perguntado sobre a notícia que teve maior prazer em publicar, não hesitou em responder: “O petróleo é nosso”. Sem sequer se preocupar com a possibilidade de, para aquela garotada, o fervor nacionalista do início dos anos de 1950 soar como algo absolutamente

desconhecido ou, na melhor das hipóteses, pouco significativo.

Ao final do evento, quase tão jovem quanto seus entrevistadores, reafirmou sua esperança na Assembléia Constituinte que em breve se instalaria no Congresso Nacional e falou de seus planos para o futuro que, por sinal, eram ambiciosos: aumentar o parque industrial do jornal, fundar outro jornal e até mesmo uma emissora de rádio e outra de televisão.

Tal como ele, o encantamento pela China não envelhecera. Mantinha sobre aquele país o mesmo interesse da década de 1960. Assim, aos 82 anos, resolveu voltar a visitá-la. Desta vez, foi a passeio, acompanhando uma delegação de empresários e políticos mineiros e, como prometera, levou sua mulher. Ficou impressionado com o estuendo progresso alcançado por aquele país no intervalo entre 1961 e 1988. Em 1993, relatou:

Na minha segunda viagem à China, fui a Pequim e a Xangai. A impressão que tive foi muito boa. [...] Conheci muita coisa nova. A China era um país que antes se via na miséria mas, em 1988, já estava trabalhando para sair da pobreza. Estava começando a sua arrancada para a verdadeira industrialização e começando a exportar suas mercadorias para o mundo.

Contemporâneo do futuro

O jornal “Leão das Montanhas”, publicado pelo Lions Clube Inconfidência, de Belo Horizonte, dedicou sua edição de abril de 1987 à eleição de José Costa para a governadoria do Distrito L 11, no ano leonístico de 1987-1988.⁹

Sua entrada no Lions Clube se dera em 1961, por intermédio do amigo e conhecido comerciante Benzion Levy, que tinha uma de suas lojas instalada no mesmo edifício Sarandi, na Rua dos Tupinambás, onde funcionara a redação do Informador Comercial.

Depois de vários anos recusando a se candidatar, José Costa finalmente cederá às pressões dos amigos e chegara ao posto mais alto do clube, adotando para sua gestão o significativo lema “companheirismo e trabalho”.

Na referida edição do Leão das Montanhas, foi apresentado um breve perfil do novo governador que, sob o título “Como vencer na vida fazendo força”, afirmava na introdução:

Um homem em condições de ensinar a todo mundo como vencer na vida fazendo força. Assim pode ser definido o governador José Costa. Madrugou no trabalho e no trabalho permanece até hoje, semeando riquezas, envolvido até o pescoço. A história de sua vida, tão rica em colorido humano, está aqui re-

⁹ LEÃO DAS MONTANHAS. Lions Clube de Belo Horizonte-Inconfidência. Belo Horizonte, abril de 1987

tratada em alguns lances significativos. Não todos os lances significativos, esclareça-se.

Uma das características de José Costa era a seriedade com que se dedicava às atividades com as quais se comprometia. No Lions Clube, não foi diferente. Participou de todas as convenções do Lions L 11 e de várias convenções nacionais e internacionais. Além disso, manteve, desde 1972, uma coluna em seu jornal intitulada “Clubes e serviços” na qual o Lions merecia destaque especial.

César Vanucci, amigo e companheiro de José Costa, é jornalista, escritor e ocupou diversos cargos de destaque na Fiemg e na administração pública. Leão antigo, é fundador do Lions Clube de Uberaba, de onde se transferiu para Belo Horizonte em 1966. Foi ele quem fez o discurso de saudação a José Costa quando de sua posse como governador do Distrito L-11, em abril de 1987, e traçou, em breves pinceladas, a atuação de José Costa no interior do Lions Clube para que ficasse registrada nesse livro.

Desde que me mudei para Belo Horizonte, na década de 1960, tornei-me amigo e companheiro muito próximo de José Costa. Eu me acostumei, ao longo dessas minhas vivências e andanças políticas, a delinear a figura do Costa como uma espécie de leão símbolo. Ninguém atingiu nesse capítulo de realização humana as culminâncias alcançadas pelo José Costa com o seu exemplo contínuo de dedicação. Ele era um leão autêntico. Tudo aquilo que o Lions pregava estava inserido nos seus gestos, na sua postura, no seu comportamento, nas suas palavras. Sua atuação era exemplar porque ele participava de tudo, tomava a frente, estava presente em todos os acontecimentos, tinha o dom da ubiqüidade. E isso não era só com relação ao leonismo, porque ele o projetava fora do leonismo. Onde ele estivesse presente, estava sempre levando a mensagem de solidariedade humana. Era um homem com visão de futuro, uma espécie de contemporâneo do futuro. Os gregos têm um aforismo muito interessante que diz: a recompensa do trabalho é o próprio trabalho. O José Costa encarnava isso admiravelmente bem. Ele dava sentido prático a essa idéia motriz.

Para encerrar com chave de ouro este capítulo do perfil do cidadão José Costa, transcrevemos abaixo o texto escrito por Dalva Motta Costa em 1987, para a mesma edição do jornal Leão das Montanhas. Como esposa e companheira por mais de cinquenta anos, ela era, certamente, uma de suas principais admiradoras. E foi como tal que afirmou estar pronta para começar tudo de novo.

Costa visto sob prisma diferente

Sempre se falou sobre José Costa jornalista. José Costa empresário, José Costa dinâmico e onipresente aos acontecimentos da cidade. Mas pouco se fala dele como o homem da família, o pai, ou sobre o seu dia-a-dia. Pediram-me que escrevesse sobre meu marido: missão difícil quando o “biografado” pratica sistematicamente o ditado: “falar é prata, o silêncio é ouro”.

Homem de disciplina espartana, exigindo primeiro de si e depois dos outros; o levantar sistemático às 6 horas da manhã, chegue a que hora chegue em casa à noite, vindo de compromissos que sempre acontecem; faça o maior frio e o seu primeiro contato é com o chuveiro gelado. Isso vem desde os tempos de esportista como remador e nadador.

Quer sempre ser o primeiro a chegar no jornal e até parece que tem que bater ponto às sete. Exatamente às sete, nem um minuto mais. É com essa mentalidade que rege o seu trabalho procurando fazer com que seus auxiliares mais diretos façam o mesmo. Mas a geração é outra e “Seu Costa” tem dificuldades que o irritam, e como irritam!

Simples na sua maneira de vestir, de comer, de ser, nunca ouvi de seus lábios uma palavra sequer contra ninguém; não cultivava inimigos, pois não guarda rancores. Sabe esquecer e perdoar e por isso está sempre bem consigo mesmo. Não nega ajuda aos que o procuram e sei de muita coisa que fez em silêncio, como bom mineiro. Reto em sua maneira de pensar, talvez até um tanto intransigente, porque acha que “dever é uma coisa que todos devem cumprir, não é virtude, é obrigação”.

Pai severo, norteou a educação dos filhos numa pauta que buscou decalcar em sua própria existência: cumprimento de compromissos custe o que custar. Duro consigo próprio, também o é junto aos mais próximos, buscando o seu e o nosso aperfeiçoamento.

Marido? Difícil como todo marido, pois, ainda está para nascer um homem que não seja egoísta. Bom, respeitoso, leal, sincero ele o é como esposo. Dotado de temperamento bem explosivo, faz com que a gente tenha que dizer: olhe lá... não seja assim... etc.

Mas se me perguntassem: você se casaria de novo com José Costa? – eu diria, sem pensar: sim, e com todos os defeitos e grandes qualidades! Será que eu consegui mostrar realmente “José Costa sob um prisma diferente”?

2

O sonho e a saga de um pioneiro



“Se me perguntarem se valeu a pena, se eu estaria pronto a recomeçar tudo pelos mesmos caminhos, sem pensar por um único segundo eu responderia que sim”.

José Costa, 1982

A análise de um jornal é também a análise de determinada época e das motivações pessoais de seu inspirador. A partir dessa perspectiva, os temas tratados, a linguagem jornalística, o formato gráfico e, acima de tudo, a concepção de jornal expressam determinada dinâmica social e política e nos ajudam a “compreender melhor a sociedade, os anseios de uma época, as conquistas técnicas e as motivações presentes no exercício jornalístico”.¹⁰

Conseqüentemente, buscar o formato e o sentido de cada elemento que compõe um jornal – na sua forma e conteúdo – exige mais do que tentar descrevê-los, “requer encontrarmos a experiência – o dito e o vivido, o pensado e o sentido, o sonhado e o temido – daqueles que, um dia, foram capazes de produzi-la.”¹¹

Desta forma, através da análise do conteúdo e do projeto gráfico das edições do Informador Commercial e do Diário do Comércio, ao longo dos 62 anos sob a direção de

¹⁰ CASTRO, M. Ceres Pimenta Spinola & VAZ, Paulo Bernardo. **Folhas do Tempo: Imprensa e Cotidiano em Belo Horizonte – 1895-1926**. Belo Horizonte: UFMG – AMI – Prefeitura de Belo Horizonte, 1997.

¹¹ SIQUEIRA, Juliana Maria de, in CASTRO, M. Ceres Spinola & VAZ, Paulo Bernardo. Op. cit. p. 103.

José Costa, tentaremos captar não só as transformações na concepção do jornal e na sua abordagem jornalística, mas também o panorama da vida econômica, social e política de Belo Horizonte, de Minas Gerais e do Brasil, bem como o papel aí desempenhado pelo jornal e, nessa trama, o sonho de seu fundador.

O Informador Commercial e, posteriormente, o Diário do Comércio espelham os anseios e os embates das diferentes épocas que atravessam, são testemunhas dessa história. Mas são mais do que isso: são também protagonistas da história, pois apontam os rumos para a construção de uma sociedade melhor e lutam por ela. No caso específico, apontam os rumos para uma economia fundada não mais na agricultura e na exportação de matéria-prima e produtos agrícolas, mas na transformação industrial dos recursos minerais e agrícolas do nosso solo, em uma economia marcada pelo progresso, industrializada, independente e soberana. São sujeitos históricos desse processo.

A industrialização é o grande mote tanto do pequeno e rudimentar boletim diário Informador Commercial quanto do já maduro Diário do Comércio, no qual o boletim se transformou. A independência econômica do País, seu progresso e seu desenvolvimento sócioeconômico são o *leit-motif* de suas páginas ao longo de todos esses anos. Nesse sentido, as histórias de José Costa e de seu jornal estão intrinsecamente ligadas à história do desenvolvimento econômico brasileiro.

Vinculando-se às entidades de classe representativas dos segmentos produtivos e, portanto, condutoras do processo econômico, José Costa encontrou nelas um ambiente propício à discussão das questões-chave para o desenvolvimento e fez-se, ao mesmo tempo, porta-voz dos interesses de industriais, de comerciantes e de agricultores, no sentido de desfazer as amarras de um conservadorismo atrasado e ineficiente e forçar o posicionamento desses setores e a ação dos governos em prol do desenvolvimento sem subordinação ao interesse do capital externo.

Para melhor situar, explicar e compreender essa trajetória é oportuno nos inserirmos no contexto histórico daquela época e, mais ainda, verificar como se apresentava a imprensa belo-horizontina naqueles tempos que antecederam a chegada de José Costa a Belo Horizonte e viram seus primeiros esforços de se inserir profissionalmente na vida econômica da jovem capital.

O alvorecer do século XX

Na primeira década do século XX, as esperanças colocadas na República brasileira ainda aqueciam os corações, apesar das dificuldades crescentes. O setor chave da economia mineira era a produção cafeeira, destinada à exportação, e foi assim que o Estado chegou à década de 1930 essencialmente agrícola, embora as primeiras indústrias já tivessem feito o seu incipiente aparecimento.

Apenas a Zona da Mata apresentava alto índice de progresso: os bons resultados do café e “uma combinação de tarifas, desvalorizações cambiais e altas taxas dos fretes ferroviários para o litoral levaram ao primeiro 'boom' industrial, ainda na década de 1890”.¹² Juiz de Fora se tornou um centro comercial atacadista e industrial, com o qual Belo Horizonte só foi competir realmente após 1930. Os principais empreendimentos, nessa primeira fase do processo de industrialização, estavam centrados nos produtos alimentícios e têxteis, que cresceram significativamente até o final da década de 1920. Um comércio florescente e as dificuldades das transações bancárias, geralmente desenvolvidas no Rio de Janeiro, levaram ao surgimento dos primeiros bancos comerciais, no final da década de 1880. A cidade foi se tornando um entreposto comercial de ponta e um centro industrial de pequenas e médias indústrias, destacando-se, além do ramo de bebidas e alimentação, a tecelagem e a metalurgia.

Com o crescimento da produção algodoeira, o setor têxtil, que havia surgido na segunda metade do século XIX, se fortaleceu, sobretudo no norte e nordeste do Estado. Na região central nasceram as primeiras fábricas de ferro, com produção razoável e técnicas modernas: a Usina Esperança, em 1899, de Joaquim Queiroz Júnior, foi o protótipo.

Todavia, mesmo para esse incipiente desenvolvimento econômico, faltava mão-de-obra especializada e as dificuldades técnicas eram suficientes para impedir a consolidação das fundições, no último quartel do século XIX¹³. O relativo declínio da economia mineira, que vinha desde 1899, só diminuiu a partir de 1920, com o desenvolvimento da indústria de bens de consumo, do comércio e com o surgimento dos bancos. Por outro lado, o Estado, como percebeu Wirth, não se constituía propriamente como uma região, mas como um mosaico de diferentes regiões, mais ligadas a outros estados do que propriamente entre si. Em termos políticos, eram isoladas, pois a estrutura oligárquica do poder mantinha as suas bases no clientelismo e no coronelismo, no poder de voto de seus grandes chefes políticos locais e regionais. Desde o final do século XIX, a disparidade de interesses regionais, a disputa entre os grupos oligárquicos regionais pelo poder estatal e a estrutura do poder montada com a Proclamação da República enfraqueciam a posição de Minas no contexto de política nacional, embora o Estado contasse com a maior bancada no Congresso. Tornava-se urgente encontrar um ponto de equilíbrio; duas estratégias foram, então, adotadas. A primeira foi a decisão de mudança da capital. Sair de Ouro

¹² WIRTH, John D, *O fiel da balança, Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889 – 1937*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1982, cap. 2, p. 95. Para uma compreensão mais ampla do desenvolvimento da economia e da política mineira no período da Primeira República (ou da República Velha) ver também: CARONE, Edgard. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2ª edição, 1972; MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *A Economia Política do Café com Leite (1900 - 1930)*. Belo Horizonte: UFMG – Proed, 1981.

¹³ Só mesmo na segunda metade da década de 1920, em face das demandas da Primeira Guerra Mundial, funda-se, em 1917, a Cia. Siderúrgica Mineira, em Sabará, que inicia, em 1919, a sua produção de ferro-gusa. As dificuldades enfrentadas, porém, e o interesse de capitais estrangeiros na exploração direta dos recursos minerais do Estado levam à sua incorporação, em 1921, pela Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, criada com apoio do Estado e capital belga.

Preto – que significava passado, tradição e continuísmo –, para construir uma nova capital foi considerado como o caminho por excelência para a inserção de Minas na modernidade e reforçar seu papel no cenário nacional.

A segunda foi a reestruturação do Partido Republicano Mineiro. A força disciplinar partidária então estabelecida pela direção do Partido, submetendo os interesses regionais aos interesses maiores do Partido, possibilitou ao PRM não só o comando político do Estado, como assumir o aparelho estatal, fonte primordial de riqueza e de poder.

Essas duas decisões foram fundamentais para a história de Minas: a transferência da capital para Belo Horizonte possibilitou, efetivamente, a inserção do Estado na modernidade tão aspirada, embora num prazo mais longo do que o previsto; a reestruturação do PRM, sob a condução de Silviano Brandão, então presidente de Minas, possibilitou ao Partido o comando da política do Estado e, conseqüentemente, o equilíbrio de forças necessário para obter peso político na Câmara Federal. Representando a maior força eleitoral do País e o segundo Estado em riqueza econômica, Minas teve condições de estabelecer negociações e acordos em nível nacional, sobretudo com São Paulo; os dois primeiros presidentes da República civil – Prudente de Morais, 1894 - 98 e Manuel Campos Salles, 1898 - 1902, paulistas – foram eleitos com o apoio ativo de Minas Gerais. Estava instalada a política do “Café com Leite”, que permitiu o revezamento de políticos paulistas e mineiros à frente do poder central até a revolução de 1930.

A nova capital

Planejada e executada para projetar Minas Gerais como a maior potência política do Congresso e para inserir o Estado na modernidade, a Cidade de Minas, depois Belo Horizonte, custou a florescer. No ano em que José Costa nascia na Zona da Mata, em 1906, a jovem cidade, com apenas uma década de existência, era de um marasmo total. Pacata, de hábitos sociais ainda interioranos, praticamente sem vida social e cultural. A maior paixão era a literatura, hábito que se podia cultivar em casa, solitária e confortavelmente. Talvez por isso mesmo, já em 1901, tenha ganho a sua primeira revista literária, “Minas Artística”, secundada, em 1902, pela “Hórus”, de arte e literatura.

A intenção dos fundadores de fazer da cidade um centro cultural ficou patente em iniciativas como a criação da Escola Livre de Direito, de diversos colégios e escolas primárias e da Escola de Farmácia. Desde o final do século anterior, já funcionavam o primeiro café – o Café Bilhares Pinto Valente – e um Teatro de Variedades, onde se apresentavam mágicos, peças de teatro e canções. Em 1900, é construído o Teatro Soucausseaux, que representa uma evolução e que muda o panorama cultural da cidade. Tão importante ele se torna que, em 1904, o jornal A Luz insere em suas páginas a coluna “Galeria Artística”, que cobre os espetáculos teatrais e a vida musical da cidade, com os concertos e apre-

sentações das sociedades musicais.

Em 1906, instala-se o primeiro cinematógrafo permanente da cidade, o Teatro Paris, construído especialmente com tal objetivo, um anexo do Restaurante e Café Paris. Antes disso, entre 1898 e 1905, o cinema já fizera a sua aparição nas salas dos cafés e restaurantes, nos salões de bilhar ou de dança, em casas particulares, com improvisadas salas de exibição.

O cinema trouxe uma nova sociabilidade: tornou-se o ponto de encontro da sociedade local, possibilitando flertes, namoros, casamentos e, por último, mas não em menor importância, as discussões das novidades literárias, teatrais e políticas. Tamanho foi o sucesso do cinema, que, na década de 1910, foi se tornando um empreendimento comercial e surgiram várias outras salas.

Não é preciso dizer que todas essas mudanças espelhavam mudanças no panorama econômico da cidade.

Segundo recenseamento de 1912, publicado na folha oficial Minas Gerais¹⁴, a cidade já apresentava uma significativa atividade industrial: três indústrias têxteis, quatro madeireiras, três metalúrgicas, quatro alimentícias. O comércio também se desenvolvia: lojas de ferragens, de material elétrico, de artigos variados, armarinhos, alfaiatarias, bares e restaurantes: da Rua da Bahia à Rua dos Caetés, se forma o centro comercial da cidade.

Em 1906, a cidade contava com 17.615 moradores, dos quais cerca de 40% eram imigrantes italianos, alemães e árabes chamados para a construção da cidade. Em seis anos, a população mais que dobrou e, em 1912, a cidade já tinha 39.884 habitantes.

Em 1903, a capital sediava a primeira reunião das classes produtoras mineiras, convocada para discutir a crise agrícola, provocada pela superprodução do café, mas que foi palco também de discussões e reflexões sobre as condições do desenvolvimento econômico do Estado, como a precariedade do sistema de transportes e a necessidade de se construir melhores estradas e expandir o sistema ferroviário; a urgência de se instalar um sistema bancário eficiente, serviços estatísticos e feiras comerciais anuais onde se pudesse exibir os produtos locais e regionais e estimular o comércio.

Desta forma, o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial possibilitou a primeira reflexão mais sistematizada sobre a economia de Minas e do Brasil e deu origem a inúmeras proposições que, embora não tenham tido conseqüências práticas efetivas, levaram a pelo menos duas importantes diretrizes para as classes produtoras de Minas Gerais: 1) elas deveriam se fazer representar na política; 2) a necessidade de modernização da economia mineira, o que significava dizer industrialização. Mas faltavam capital e liderança empresarial capazes de assumir o projeto de industrialização do Estado.

A Escola de Minas de Ouro Preto, fundada em 1876, e a Escola de Engenharia de Belo

¹⁴ LOYOLA, Viviane Dias, in CASTRO et alli. Op. cit. p.121.

Horizonte já começavam a disponibilizar técnicos, mas faltava mercado de trabalho. E é essa nova tecnocracia, com conhecimentos de mineração, metalurgia e engenharia que vai liderar o processo de industrialização do Estado, seja através de suas atividades industriais, seja como técnicos dos governos que deram os primeiros passos para as mudanças na estrutura econômica do Estado.

Nos últimos anos da década de 1920, Belo Horizonte vivia a luta entre o governo de Minas, então presidido por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, e a presidência da República, na disputa pela escolha do próximo candidato ao poder central. A preferência do presidente Washington Luiz por um candidato paulista abalou o acordo entre São Paulo e Minas Gerais, que previa a escolha de um mineiro e provocou forte descontentamento no meio político estadual, culminando com a formação da Aliança Liberal que, unindo Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais, contribuiu para o sucesso da Revolução de 1930.

A imprensa e o “mal de umbigo”

Apesar do marasmo da jovem capital, em seus primeiros anos de vida, a imprensa sempre teve lugar de destaque, mesmo com as suas peculiaridades, amadorismo e a vida extremamente curta de grande parte de seus jornais. Os estudiosos da história da imprensa belo-horizontina em seus primórdios a dividem em duas fases: de 1895 a 1926 e de 1926 a 1937.¹⁵

A primeira fase é marcada por uma quantidade enorme de periódicos. Cerca de 350, “*dos mais variados matizes e formatos, expressando o amálgama social que se forjava no processo de nascimento e crescimento da cidade: eram jornais literários, políticos, humoristas, cotidianos noticiosos, associativos, de grupos de imigrantes, italianos e árabes; de operários, de estudantes, de grupos religiosos ou de grupos carnavalescos*”.¹⁶

Surgiram como meio de agregação de indivíduos e de grupos os mais diversos, possibilitando-lhes auto-reconhecimento, identidade e visibilidade. A maioria teve vida efêmera, às vezes só de poucos meses, pois, ou se limitavam às campanhas eleitorais, ou dependiam unicamente do esforço de seus proprietários-editores, que não tinham preocupações empresariais nem recursos técnicos suficientes.

Poucos podem ser considerados como “grande imprensa”; LINHARES cita apenas dois e CASTRO faz uma relação maior, mas delimita o adjetivo, considerando-o ainda ina-

¹⁵ Sobre a imprensa em Belo Horizonte, ver: LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte: 1895 - 1954*, 1ª edição, Belo Horizonte: Fundação Belo Horizonte – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. CASTRO, Maria Ceres et alli, Op. cit.; MENDONÇA, José. *A Imprensa de Belo Horizonte na fase revolucionária (1925 – 1937)*, in VI Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: UFMG – PROED, 1987.

¹⁶ LINHARES, Joaquim Nabuco, Op. cit. pp. 24-25.

dequado para os jornais daquele período.¹⁷ O que diferenciava esses jornais – considerados como grande imprensa – dos demais, segundo CASTRO, era não só o tamanho, a tiragem e a periodicidade diária, mas o conteúdo mais diversificado e noticioso; o uso do telégrafo para obter notícias nacionais e internacionais; e a prática comum de citação/transcrição do noticiário de outros órgãos da imprensa (da própria cidade, do interior de Minas Gerais e de outros estados e mesmo países). As dificuldades técnicas de cobertura dos acontecimentos políticos e de apresentação de notícia em tempo real levavam ao uso e abuso da literatura, de folhetins e de crônicas sobre a vida cotidiana da cidade. São, sobretudo, jornais ligados ao PRM ou a seus opositores. Assim, surgem, desaparecem e reaparecem em função de interesses políticos.

Como testemunha da história que é, a atenção da imprensa se voltou para greves operárias de 1912 que, de certa forma, provocaram ligeira mudança em alguns jornais, tornando-os mais populares, com noticiário voltado para o cotidiano da cidade: assuntos policiais e esportivos, saúde, comércio, bairros do subúrbio e as reclamações de seus moradores. Deu-se, então, a primeira modificação na linguagem jornalística, que se tornou mais simples e mais direta, aproximando-se mais do povo. As modificações apontam para um novo tipo de jornalismo: jornais mais leves, que refletem a vida urbana e defendem as necessidades locais. O mais importante passa a ser os fatos, as notícias sobre a cidade, o país, o mundo.

A Imprensa Oficial era praticamente o único estabelecimento que dispunha de parque gráfico em Belo Horizonte, com linotipo e monotipo velozes e uma rotativa Marinoni, inaugurada em 1914, com capacidade para centena de milhares de exemplares/hora. Por isso mesmo, fazia serviços de terceiros e muitos dos jornais de Belo Horizonte eram impressos em suas oficinas. Outros, em oficinas de serviços gráficos, tipografias comerciais, cada vez mais numerosas (entre 1906 e 1926, surgem cerca de 30 empresas tipográficas). Alguns jornais eram impressos em oficinas próprias, pequenas e artesanais. Outros, em cidades do interior como Juiz de Fora, Curvelo, São João del-Rey e Cataguases, ou mesmo no Rio de Janeiro.¹⁸ Dessa forma, a imprensa belo-horizontina, efêmera e politiqueria, era ainda bastante deficiente no início da década de 1920. Moacir de Andrade, em artigo publicado no Rio, em 1925, intitulado “*A cidade que Gutemberg esque-*

¹⁷ CASTRO, Maria Ceres *Spinola et alli*. Op.cit. pp. 21-22, faz seguinte listagem: *Bello Horizonte*, fundado em 1895; *A Capital*, em 1896; *Diário de Minas*, em 1899; *Jornal do Povo*, em 1899; *A Epoca*, em 1904; *Actualidade*, em 1906, representava os interesses do PRM. *Vida Mineira*, em 1906, que ressurgiu posteriormente para combater o *Estado de Minas*, órgão extremamente crítico ao governo; *Diário Mineiro*, 1906, inteiramente alinhado com o PRM; *Diário de Minas*, fundado em 1906, mas tendo ficado durante algum tempo fora de circulação, ressurgiu com a campanha civilista (1909-1910), apoiando candidato oficial do Palácio da Liberdade; *Diário de Notícias*, em 1907, também suporte político do PRM e do governo do Estado; *Correio do Dia*, em 1909; *Diário da Tarde*, 1910; *O Estado de Minas*, em 1912 adversário intransigente do PRM; *A Tarde*, em 1912; *O Momento*, em 1915; *O Estado de Minas*, que reaparece em 1919; *Avante*, de 1924. Registra-se também o jornal “O Comércio Minas”, órgão da Associação Comercial que durou de 1901 a 1903; primeiro jornal dedicado ao comércio e à economia, se propunha como arauto do desenvolvimento do Estado.

¹⁸ VAZ, Paulo Bernardo, Op. cit. pp. 66-67.

ceu”, dizia que, em Belo Horizonte, os jornais “morriam do mal de umbigo”, isto é, tinham vida muito breve.¹⁹

Um novo jornalismo

Em 1926, Belo Horizonte já tinha 100 mil almas. A criação do Correio Mineiro deu início à segunda fase da imprensa belo-horizontina, já um pouco distante da fase heróica, boêmia e intrinsecamente política e se preparando para ingressar nos anos 1930, com certo profissionalismo e empreendimentos um pouco mais duradouros.

Entre 1926 e 1930, ainda refletindo a crise da década, continuam a aparecer jornais de vida muito curta.²⁰ O primeiro jornal que realmente expressa essa nova fase é o Correio Mineiro, que nasceu como um jornal destinado ao grande público, de informação e opinião independente. Criticava a posição autoritária do governo federal, inclusive por perseguir aqueles que ousavam levantar a voz, e tinha uma boa equipe de profissionais como Moacyr Andrade, Lauro Santos, Alberto Deodato e Guimarães Menegale. Com a morte de seu fundador, Victor da Silveira, ficou sob a responsabilidade do grupo pioneiro e continuou a ocupar lugar de destaque na imprensa belo-horizontina até 1929; depois, foi mudando de dono e de orientação, até encerrar suas atividades em 1936.

Em 1927, surge o Diário da Manhã, fundado por Augusto de Lima Júnior, já com grandes novidades: era composto em linotipo, impresso em potente rotativa e apresentava paginação inovadora, nos moldes dos melhores jornais do Rio. Dispunha de serviço telegráfico e se apresentava como um jornal crítico, pronto a combater os engodos e as falsas promessas. Chegou a uma circulação de 50.000 exemplares, mas fechou em fevereiro de 1928.

Em 1927, ressurgiu o Estado de Minas, agora dirigido por Juscelino Barbosa, Álvaro Mendes Pimentel e Pedro Aleixo. Com a assistência técnica dos Diários Associados, adquiriu o parque gráfico do Diário da Manhã e se propunha a defender os interesses das classes que trabalham e produzem: lavoura, indústria e comércio. Colocava-se como um jornal independente dos partidos e dos políticos. Em dezembro de 1930, enfrentando grandes dificuldades financeiras, é vendido a Assis Chateaubriand, passando a integrar a cadeia dos Diários Associados.

O Diário Mineiro, fundado em junho de 1929 por Lauro Santos, que chamou quase

¹⁹ MENDONÇA, José, Op. cit. p. 50.

²⁰ A FOLHA DO NORTE, que surge em abril de 1929, vespertino independente, ardoroso adepto da Aliança Liberal, mas que acaba mudando de lado e teve sua oficina empastelada em julho de 1930; a FOLHA DO DIA, conservadora, deixou de circular, pois era impressa na oficina da FOLHAS DO NORTE. A MONTANHA, criado em outubro de 1929, se auto-denominava “panfleto político” e pregava a rebelião armada contra o presidente Washington Luiz. MOMENTO, que surgiu em 1927, pregava os ideais da campanha liberal, mas teve vida curta. Ver MENDONÇA, José. Op.cit. pp. 56-68, onde analisa essa segunda fase da imprensa mineira. Existiu também o MERCÚRIO, órgão da União dos Empregados do Comércio, que viveu entre 1925-1928.

toda a equipe da redação e da oficina do Correio Mineiro, continuando a mesma linha: jornal informativo e opinativo, o jornal do povo mineiro. Quando Antonio Carlos tomou posição no problema da sucessão de Washington Luiz, rompendo com o Catete, o jornal assumiu defesa intransigente da Aliança Liberal. Seus artigos eram reproduzidos no Rio “como a expressão do pensamento situacionista do Estado de Minas Gerais”.

Todos os jornais que tinham feito a campanha da Aliança Liberal apoiaram a solução armada de 3 de outubro de 1930. Mas a situação se tornou complicada, pois além de muitos dos jornalistas terem ido para as trincheiras, houve racionamento de papel e dificuldades financeiras que levaram ao fechamento ou à perda de prestígio de alguns deles.

O Estado de Minas foi um dos poucos que continuaram sólidos e com uma aparente independência político-partidária: adotou posição crítica em relação ao governo provisório, apoiou o Movimento Constitucionalista de 1932 e rebelou-se contra uma solução “gaúcha” para os problemas mineiros de interventoria; opôs-se, em silêncio, ao regime totalitário do Estado Novo, instaurado em novembro de 1937, e ignorou a vinda de Getúlio Vargas a Belo Horizonte, logo depois do golpe.

Novos jornais apareceram: o Diário da Tarde, em fevereiro de 1931, outro órgão dos Diários Associados; Liberdade, órgão oficial da recém-criada Liga Mineira pró-estado laico, que sobreviveu de abril de 1931 a meados de 1933 e tinha por bandeira o anticlericalismo; o Jornal da Manhã, matutino independente que, aparecendo em outubro de 1931, durou apenas um ano, desaparecendo sob os efeitos da Revolução Constitucionalista; o Correio do Povo, atrevido tablóide de oposição, surgido em janeiro de 1932, mas que durou muito pouco, e, ainda, A Tribuna, lançada em abril de 1933, sob a direção de José Maria Alkimin e Guimarães Menegale, que contava com ótimo naipe de redatores: Carlos Drummond de Andrade, Guilhermino César, Emílio Moura, Cyro dos Anjos, José Maria Casassanta e Alphonsus Guimaraens.

Merecem registro, ainda, o O Debate, importante, mas também efêmero (março de 1934 a 1937), dirigido por Paulo Pinheiro Chagas para fazer a defesa de Arthur Bernardes; a Folha de Minas, criado em outubro de 1934, dirigido por Affonso Arinos de Mello Franco, com uma ótima redação, sob a direção de Newton Prates; independente, atacava o preposto do governo provisório, o até então desconhecido Benedito Valadares, que havia sido preferido no lugar de Virgílio Mello Franco; com dificuldades financeiras, foi encampado pelo governo do Estado em 1935, se tornou o órgão oficioso do governo e foi fechado em 1965. O título foi adquirido por José Costa, que sonhava em relançá-lo um dia.

Finalmente, O Diário, fundado em fevereiro de 1935 pelo bispo por D. Antonio Cabral. Era um jornal católico e se propunha como “porta-voz dos anseios nobres e das aspirações dignas do povo mineiro”.²¹ Tinha na direção José Sandoval Babo, Edgar da Matta Machado e Guilhermino César. O jornal sobreviveu até meados da década de 1960,

²¹ MENDONÇA, José, Op. cit. pp. 76-77

quando foi vendido a um grupo privado e circulou durante mais alguns anos sob o título *Jornal de Minas*.

Como se pode constatar, no início da década de 1930, a imprensa de Belo Horizonte começava a se afirmar, em termos de um jornalismo mais moderno, noticioso, opinativo e de uma linguagem mais simples e mais direta. Vale ressaltar que os jornais se tornam mais independentes sob o ponto de vista partidário, embora tenham sempre, é claro, uma linha político-ideológica definida. Também em termos gráficos, apresentavam inovações interessantes. Todavia, os jornais mais críticos ao governo ainda tinham dificuldades para se consolidar, seja por falta de apoio oficial, seja pelo seu caráter ainda pouco empresarial. É dentro desse quadro que surge, em 1932, o pequeno e rudimentar “bolletim” *Informador Commercial*, cujo nome sequer consta do estudo de José Mendonça, pois era um simples “bolletim” de serviços, feito artesanalmente, sem qualquer prenúncio do jornal em que se transformaria anos mais tarde.

Do “Informador Commercial” ao “Diário do Comércio”: uma história de visão, trabalho e perseverança

Quando chegou a Belo Horizonte, em 1930, aos 24 anos, José Costa só tinha cartas de apresentação, algumas representações de empresas cariocas e um grande risco, pois era militante do PCB, numa época em que ser comunista não abria portas para ninguém. Qual foi, então, o segredo do seu sucesso? Como explicar o crescimento, a consolidação e a respeitabilidade da obra desse empreendedor autodidata, sem recursos, comunista e, ainda por cima, sem fazer parte da elite mineira, conservadora e fechada?

Foram anos de trabalho árduo, grandes dificuldades econômicas e financeiras, de vida quase franciscana na sua simplicidade e doação aos seus ideais e à causa de Minas e do País. Sua trajetória de vida está contada em outro capítulo e aqui nos deteremos na sua obra jornalística, construída por meio do *Informador Commercial* e, posteriormente, do *Diário do Comércio*.

As representações lhe possibilitaram um conhecimento do comércio atacadista e das dificuldades então existentes na jovem capital mineira; uma delas estava na lentidão e na irregularidade das informações passadas pelos funcionários dos armazéns das empresas ferroviárias aos comerciantes. Naquele tempo, os contatos com o mundo exterior eram feitos pelos trens da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), por onde chegavam as mercadorias encomendadas e se escoava a produção mineira. As taxas cobradas pelo armazenamento eram elevadas e qualquer demora ou atraso na retirada das mesmas representava um custo alto e um risco de deterioração do produto. A idéia de oferecer a seus clientes a lista de mercadorias que chegavam começou a lhe interessar cada vez mais.

Assim, quando, em 1932, seu amigo Armando Mendes mudou-se para o Rio de Janeiro e lhe ofereceu a possibilidade de assumir o “bolletim” *Informador Commercial*, recém-fundado, José Costa, que já tinha tido uma experiência jornalística em Niterói, com uma coluna sindical no jornal “O Estado”, viu nessa oferta uma oportunidade ímpar de implementar a sua idéia. Como diria mais tarde, ele *“tinha certeza de que estava diante de um grande empreendimento, com futuro garantido, algo que pudesse ser continuado por minhas filhas”*.²²

A economia mineira daquela época não era das mais brilhantes. Pelo contrário: a crise trazida pela queda da exportação cafeeira se agravava; a sensação era de desalento. A revolução constitucionalista de 1932 afetara o comércio belo-horizontino, exaurira as fontes de abastecimento e provocara a retração do consumo. Os comerciantes se uniam contra a crescente inflação e a elevação constante da carga tributária. A discussão sobre a industrialização como caminho para a superação da crise começava a ganhar força, sustentada, inclusive, pelo governo Vargas.

José Costa, com um senso agudo da realidade, uma sensibilidade para os problemas econômicos e sociais desenvolvida na sua militância partidária e uma visão quase premonitória do futuro, percebeu naquele momento as potencialidades da economia mineira e dos problemas que se colocavam ao seu desenvolvimento. Criou um negócio modesto, mas que foi ganhando a confiança dos empresários mineiros, crescendo e se consolidando. Pois ele tinha um projeto de vida, um sonho: fazer um jornal que pudesse ser instrumento para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais e, quem sabe, do Brasil. Um sonho que carregava a força de seu espírito pioneiro, da coerência nunca perdida com seus ideais e que o inspirava na construção de seu negócio.

Para facilitar a compreensão da evolução do *Informador* e do *Diário do Comércio* como jornal e como empresa jornalística, iremos situar algumas fases nesse processo, baseando-nos nos avanços editoriais e tecnológicos dos dois jornais e na sua articulação com as diferentes fases da evolução da economia do país, entre 1932 e 1995, como se segue:

- 1932 -1940: o modesto “bolletim” e a expansão do capitalismo brasileiro;
- 1940 -1950: o avanço gráfico em uma década conturbada;
- 1951 -1962: a chegada da rotoplana e o esforço desenvolvimentista;
- 1963 -1964: a crise anunciada;
- 1964 - 1967: do golpe militar à recessão;
- 1967 -1988: a modernização do parque gráfico
- 1988 - 1995: novas reformulações do *Diário do Comércio*.

²² *Diário do Comércio*, edição do CENTENÁRIO JOSÉ COSTA, 18-10-2006. Naquele tempo, ainda não haviam nascido seus dois filhos, José e Luiz Carlos Motta Costa, frutos de seu segundo casamento, os quais, muitos anos mais tarde, o substituíram à frente dos negócios.

O modesto “bolletim” e a expansão do capitalismo brasileiro

O Informador Commercial, “bolletim” diário, pequeno no tamanho (32cm de altura x 22cm de largura) e com apenas dez páginas, já se propunha, desde a sua fundação em outubro de 1932, sob a direção de Mendes & Cia, como “um órgão de propaganda e defesa dos interesses das classes conservadoras de Belo Horizonte”, como anunciava o bordão logo abaixo do título, separado por um fio. O título, em negrito e letras maiores, cursivas, ocupava o espaço de duas colunas e vinha na primeira página; capas e contracapas eram inteiramente ocupadas com anúncios das grandes casas comerciais da cidade.

Nos tempos de Armando Mendes, o “bolletim” seguia a tradição dos pequenos jornais belo-horizontinos, que se faziam quase artesanalmente e não dispunham de recursos tecnológicos. Era mimeografado no escritório comercial de Cícero C. Ribeiro, Escritório de Representações e Procuratórios, localizado no Palacete da Guanabara, como se indicava no cabeçalho da primeira página. O “bolletim” fazia questão de anunciar que era mimeografado num Ellams Duplicator, dos quais o único representante na cidade era a firma Continentino & Cia., agência das Casas Edison. O número de assinantes e compradores era pequeno, variando entre 600 e 700 exemplares, segundo o próprio jornal.

No início, a mudança de endereço era freqüente: da Rua dos Caetés passou para o Palacete Cine Brasil e, pouco depois, para a Rua Espírito Santo, 370 (início de 1933); em agosto desse mesmo ano, anuncia nova mudança, para a Rua Espírito Santo, 501. Seguem-se outras: Rua Tupinambás, 460 (1934), Rua Espírito Santo, 518 (1936), Rua Carijós, 436, Edifício Rex (1940) e, finalmente, Rua Tupinambás, 498, 1º andar, onde fica por mais tempo (1944 a 1950).

No primeiro momento das novas atividades jornalísticas de José Costa, todas as etapas do processo, desde buscar as listas de mercadorias nos armazéns das estações ferroviárias, elaborar os textos numa máquina de escrever Remington e imprimi-los num mimeógrafo manual a álcool, até a distribuição do “bolletim”, eram de sua única e exclusiva responsabilidade. Um pouco mais tarde, passou a contar com um auxiliar, com quem dividia algumas tarefas. Pouco tempo depois, o primeiro passo adiante: adquiriu um mimeógrafo com motor elétrico, o primeiro da cidade, marca Geiger, que facilitava o trabalho. Quando se casou, em 1934, sua esposa Nair às vezes o auxiliava na secagem das folhas mimeografadas, que eram penduradas num fio na sala do escritório.

Qual era o conteúdo desse veículo de informações? Em primeiro lugar, o pequeno “bolletim” apresentava aos comerciantes da capital a relação de mercadorias que chegavam à cidade, o “Manifesto das Mercadorias”, trazidas pelas redes ferroviárias e daquelas que seriam despachadas no dia seguinte. Essas informações eram importantes, pois atendiam às necessidades dos comerciantes e industriais da cidade que precisavam saber, com presteza, a situação de suas mercadorias e encomendas.

Entretanto, nem só de Manifesto de Mercadorias se compunham as páginas do Informador Commercial (assim mesmo, escrito com dois m, na grafia antiga). Percorrendo as edições daqueles anos, registramos discreta, porém regular, diversidade de conteúdo: embora ocupando ainda pequeno espaço, já se apresentava uma pequena matéria redacional, comentando medidas governamentais que afetavam a economia mineira e ou belo-horizontina.

Outras colunas ofereciam informações variadas, através das quais o jornal procurava informar e esclarecer seus leitores:

- ações do governo: decretos, atos e resoluções que interessavam à vida cotidiana dos comerciantes e industriais; quando o Decreto era importante, ele era transcrito na íntegra, mesmo que fosse dividido em várias partes e publicado em várias edições; um exemplo é o Decreto que regulamentou o IAPC, publicado a partir da edição de 28 de fevereiro de 1935.

- medidas econômicas e legislativas, emanadas dos governos federal, estadual e municipal, referentes à vida da empresa, concernentes a impostos, câmbio, fiscalização – é interessante observar que, desde aquela época, os impostos prediais estabelecidos pela Prefeitura acirravam os ânimos nas entidades de classe de Belo Horizonte. Outro assunto importante estava relacionado com as obrigações do patrão em relação ao trabalhador. Assim, um tema que ocupa várias edições daqueles primeiros anos se refere aos direitos trabalhistas recém-conseguidos: lei de férias, jornada de trabalho de 8 horas; descanso semanal; nova lei sobre acidentes de trabalho (edição de 14-9-1934); nova lei de sindicalização, de 12-7-1934, publicada na edição de 15 de outubro; decreto municipal regulamentando o horário de funcionamento do comércio em Belo Horizonte.

Em edição de 8 de abril de 1933, o jornal publicava um Comunicado da União dos Empregados do Comércio (UEC) advertindo que constituía infração da lei, sujeito à denúncia e à punição, o não-cumprimento, pelo patrão, das determinações do Decreto 22.035, de 29 de outubro de 1932.

É interessante observar que a publicação do Decreto 22.042, de 3-11-1932, regulamentando o trabalho do menor, só ocorreu na edição de 17-5-1935. Na certa, estaria havendo um desrespeito ou uma incompreensão significativa da lei. Mesmo porque, alguns dias depois, o boletim publicava um artigo extraído do Monitor Mercantil, jornal do Rio – prática comum na imprensa mineira – a respeito das leis trabalhistas e do conflito entre os interesses dos patrões e empregados, criticando a postura do governo de não aceitar as reclamações dos trabalhadores, “classe necessária ao desenvolvimento da sociedade”, e frisando que o papel do Estado deveria ser o de promover o equilíbrio de interesses, pois uma classe é necessária à outra. (edição de 1-6-1935, na 1ª página). E ainda, no mesmo mês, iniciou a publicação, em partes, da Lei Federal n. 62, de 5-6-1935, assegurando ao empregado uma indenização em caso de ser despedido sem justa causa.

Sendo um "bolletim" a serviço das classes produtoras em geral, os assuntos que interessavam diretamente aos produtores e comerciantes mineiros de café também eram publicados, inclusive Resoluções do Departamento Nacional do Café e do Conselho Federal de Comércio Exterior, nas seguidas tentativas de manter lucrativa a produção do café e a sua comercialização no mercado internacional, assim como a sua industrialização-torrefação no mercado interno.

Outra coluna importante cobria as reuniões semanais da União dos Varejistas e da Associação Comercial de Minas Gerais nas quais, muitas vezes, as entidades se posicionavam contra medidas tomadas pela Prefeitura, pelo governo estadual ou pelo governo provisório e pleiteavam modificações. Dava notícias importantes de interesse dos comerciantes e industriais e opinava sobre as mesmas. Em 22-10-1932, por exemplo, considerou as alterações introduzidas no regulamento do Imposto de Renda "irritantes e vexatórias" para as classes comerciais; em edição de 20-9-1933, considerou abusiva a regulamentação da resselagem dos estoques e solicitou prorrogação do prazo, de modo que se pudesse proceder ao estudo da matéria e à conciliação dos interesses do fisco e dos comerciantes. Em 7-10-1935, o Informador divulgou a proposta do IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, recém-realizado, que criticava as restrições à produção açucareira do Estado e noticiou que os presidentes da Associação Comercial de Minas, da Sociedade Mineira de Agricultura e da Federação das Indústrias de Minas Gerais – Caetano de Vasconcellos, Sócrates Alvim e Alvimar Carneiro de Rezende, respectivamente – enviaram ao Ministério da Agricultura um comunicado denunciando a produção insuficiente de açúcar em Minas Gerais e exigindo a supressão das restrições sobre o produto dos engenhos de Minas. Essa coluna sobre as atividades e os interesses das entidades de classe estará sempre presente, ao longo dos anos, mudando apenas a forma de apresentação.

Numa cidade onde o cinema era uma das únicas distrações, apresentava ainda uma coluna denominada "Filmes em Cartaz", que informava os filmes e nas quais, às vezes, se incluíam os programas a preço popular.

Os anúncios eram peças importantes do pequeno "bolletim". Ocupavam quatro páginas inteiras e podem ser lidos hoje como uma amostra do comércio de Belo Horizonte que, naquela época, tudo importava. São anúncios de firmas que trabalham com máquinas em geral (de costura, de escrever, registradoras), produtos domésticos, relógios de parede, faqueiros, rádios, radiolas, lustres, aquecedores, fogões, fogareiros, chuveiros elétricos, aspirador de pó, material elétrico) e outros, para todos os fins como aços, cilindros, fomalhas, produtos químicos e farmacêuticos, material hidráulico e até armas e munições, além da oferta de serviços como oficinas mecânicas, representações, consignações, escritórios contábeis e despachantes.

Entre os anunciantes, muitas empresas que tiveram longa vida e algumas até hoje conhecidas (Águas de São Lourenço, Casas Pernambucanas, Casa do Disco, Casa Salles,

Informador Commercial

Órgão de propaganda e defesa dos interesses das classes conservadoras de
— — BELLO HORIZONTE — —
 Publicação diária
 Editores responsáveis — MENDES & CIA — Rua Caetés 473

CASA DAS LOUÇAS

Louças e vidros - Artigos para presente
 — ATACADO E A VAREJO —
 Av. Afonso Penna - 562 - Fone 3824 - Belo Horizonte

| | |
|--|---|
| <p style="font-size: x-small;">Máquinas de costura — Máquinas de escrever — Registradoras — Gofres — Relógios de parede — Faqueiros de alpacas</p> <p style="text-align: center;">POR PREÇOS DE OCASIÃO EM MODICAS PRESTAÇÕES MENSUAES</p> <p style="text-align: center;">PHONE 2013</p> <h3 style="text-align: center;">Senna & Roscoe</h3> <p style="text-align: center;">Rua Carijós, 686 — Esquina Av. Paraná BELLO HORIZONTE</p> | <p style="text-align: center;">COMPANHIA SIDERURGICA BELGO-MINEIRA SOCIEDADE ANONIMA</p> <p style="font-size: x-small;">Sede Social - RUA BRILHANTE - Caixa Postal 15 Escritório e Depósito - AV. DO COMERCIO, 580 - Telefone 2322 Telegrama "BELOMINEIRA"</p> <p style="text-align: center;">USINA SIDERURGICA EM SARAÁ - (S. T. E. S.)</p> <p style="font-size: x-small;">ALTOS FORNOS - Ferro Gusa de qualquer qualidade FABRICA DE AÇO - Aço Sentes Martin - Aço Manganes LAMINAÇÃO - Vargalhões - Barras chatas e quadradas - Vigas duplas de Cantoneiras - Ferras adaptadas para laminação - Trilhos Desaxelada</p> <p style="font-size: x-small;">FUNDAÇÃO DE FERRO - AÇO - METAL - BRONZE OFFICINAS DE ACABAMENTO</p> |
|--|---|

| | | | | | | | | | |
|--|---|----------------------------------|-----------|--------------|-----------------|--------------|---------------------|--------------|----------------|
| <h3 style="text-align: center;">Águas de São Lourenço</h3> <p style="text-align: center;">A MELHOR AGUA MINERAL GAZOSA e MAGNESIANA</p> <p style="text-align: center;">DEPOSITARIOS:</p> <h3 style="text-align: center;">OLIVEIRA, VIANNA & CIA.</h3> <p style="text-align: center;"><i>Avenida Paraná, 98</i> TELEPHONE 2674</p> | <h3 style="text-align: center;">FRANCISCO MARSCHNER</h3> <p style="text-align: center;">REPRESENTANTE DE:</p> <table style="width: 100%; font-size: x-small;"> <tr> <td style="width: 50%;">Cia. Brasileira de Electricidade</td> <td style="width: 50%; text-align: center;">Sociedade</td> </tr> <tr> <td>Eletricidade</td> <td style="text-align: center;">Nerv & Co. Ltd.</td> </tr> <tr> <td>Eletricidade</td> <td style="text-align: center;">Apo Building-Subers</td> </tr> <tr> <td>Eletricidade</td> <td style="text-align: center;">de Brasil Ltd.</td> </tr> </table> <p style="font-size: x-small;">Material electrico em geral, Máquinas para todos os fins Aço de qualquer bitola, etc. etc.</p> <p style="text-align: center;">Est. Telog. "MOTOR" - Caixa Postal 38 Av. Amazonas, 322 - Telephone, 2340 BELLO HORIZONTE</p> | Cia. Brasileira de Electricidade | Sociedade | Eletricidade | Nerv & Co. Ltd. | Eletricidade | Apo Building-Subers | Eletricidade | de Brasil Ltd. |
| Cia. Brasileira de Electricidade | Sociedade | | | | | | | | |
| Eletricidade | Nerv & Co. Ltd. | | | | | | | | |
| Eletricidade | Apo Building-Subers | | | | | | | | |
| Eletricidade | de Brasil Ltd. | | | | | | | | |

CASAS PERNAMBUCANAS

A MAIS BARATEIRA
 RUA CAETES, 409 BELLO HORIZONTE

CASA LUNARDI

Especialista em Artigos Sanitários
Premiada Fábrica de Ladrilhos

Lunardi Estevão

Fabricação das terraplenas normais "Brasil", rebolos e esmerla
Importação de Azulejos e material sanitário,
Pavimentação de Tacos e Mosaicos de madei-
ra, sistema privilegiado - Oficinas de mar-
more, Bombelo - Fabrica de todos os
Artifatos de Cimento - Fabrica de Marmoras
Artificiais, - Fabrica de Fogões «LUNA»

Endereço Telefônico «LUNARDI»
TELEPHONE, 2118
137 - Rua Curitiba - 137
BELO HORIZONTE

Amazons "CRUZEIRO"

A. PARDINI

REPRESENTAÇÕES - CONSIGNAÇÕES - COMTA PROPRIA
Bebidas e Conservas em geral - Molezas

IMPORTADORIA:
Ca. Companhia Brasileira
Fábrica de Água Leaky S/A (Água Mineral)
Arroz do Brasil S/A, Produtos, Trigo em geral
Único distribuidor de Nestlé, Nestlé, Tostão & Co.
Produtos DOSSO, Vitóla e Acad
Soc. American Brasileira Bebidas Indústrias, Cigarros «SANTANA»
«MAMPARIMBONIAFFRE»
Soc. S. C. - Soda Caustica - Rorer Jarro Duro
Molapropia «Mora» - Lentes Ultravioletas, etc.
Instalações - Estágio de Tostão S/A - Vitóla
J. S. & Co. - Produtos - Cera, Açúcar Branco, etc.
Bambolês, Igelor S/A - Conservas alimentícias
E. S. & Co. - Sacos de papel
Soc. S. C. - Fabrica de Cerveja de Papilho - Cerveja e
Branco de castanha
Fogão à gás - Pólvora - de Arco - etc.

AV. COMMERCIO, 645
Caixa Postal, 400 - End. Tel. "PARDINI" - Phone 280
BELO HORIZONTE

CASAS PERNAMBUCANAS

A MAIS BARATEIRA

RUA CAETÉS, 409 BELLO HORIZONTE

The Caloric Company

PRODUCTOS DE PETROLEO
Páreas de Gasolina e Óleos

S. 1-16, Petrol, Rio de Janeiro R. 4 - Ar. 45, Petrol, esp. Rio de Janeiro
S. 2-12, Ammono, Rio de Janeiro
S. 3-18, S. Catarina, Rio de Janeiro S. 4-14, S. Paulo, Rio de Janeiro

Fichtel e Schwartz-Hautmont

Companhia Brasileira - Sociedade Anônima - Capital 1.000.000
Sede Social: 10, Rua de Quitanda-1, Porto-Geral S. Bernardo S.P.A.

PORTAS DE AÇO ONDELADO



Fabricação Industrial e Artesanal
Com as portas FICHTEL
Instalações de Bases
Móveis
Máquinas

REPRESENTANTES
Arthur Cristóvão Castro
Rua Caravós 237
Tel. 1330 - C. Postal 212

Ribeiro

ODONTALGICO
CURA DOR DE DENTES



BIOTÔNICO

O MAIS COMPLETO FORTIFICANTE

Distribuidor:
Ubirajara Nogueira Chagas
RUA CARVÓS, 237 TELEPHONE 1330
Bello Horizonte

Ao escolher a sua roupa nova para o Natal, não se esqueça de visitar a



Casa Gaúcha

Depositaria da Fabrica RENNER, de Porto Alegre

Roupas finas de perfeito acabamento, a preços populares

Capas, Gabardines, Capotes, etc.

Rua Caetés, 662 Telefone, 3064

Material eléctrico em geral
Material Hydraulico
Material fixo e rodante para Estradas de Ferro

Material de Radio
Instalações Frigorificas
Instrumentos de Engenharia

«Inertol» - «Madersan»
«Avenarius» - «Carbollocum»
e outros preparados especiais para a conservação de materiais de construção em geral

Correias, polias, mancaes e eixos para transmissões. Oxigenio para industria e Medicina.

Völker & Cia. Ltda.

REPRESENTANTES DA

A E G Cia. Sul Americana de Electricidade

Produtos químicos e pharmaceuticos
SCHERING-KARLBAUM, LTDA. ARTIGOS PHOTOGRAPHICOS
Tintas e Trazetes

Caixa Postal, 283 = End. Electr. «VOGIL»
Telephone, 2219

Rua Rio de Janeiro, 145 Bello Horizonte

PREFIRAM

Cervejas e Chopps da

Brahma

Um optimo fortificante para
senhoras e creanças é a afamada

Cerveja Malzbier



Empresa de Transportes Porta a Porta Ltda.
(EXCLUSIVAMENTE POR CAMINHÕES)
RAPIDEZ

O Telefone solucionou um grande problema para a humanidade principalmente em se tratando do homem que milita no comércio em geral.
Assim também a Empresa de Transportes Porta a Porta Ltda. que ora inicia suas atividades, está aparelhada a resolver o problema de transportes, possuindo um corpo de funcionários competentes, resolvendo rapidamente e com segurança o transporte de mercadorias desta capital para o Rio, S. Paulo e vice-versa.

GERENCIAS A CARGO DE:
Americo Varella, Benjamin Pereira Salazar e Antonio Costa

BELO HORIZONTE
RUA GOITACAZES, 781
Telefone, 2-0391
End. Teleg. "PORTAPORTA"

RIO DE JANEIRO
Rua Pereira de Almeida, 78
Telefone, 28-4655
(Próximo à Praça da Bandeira)
End. Teleg. "PORTAPORTA"

Informador Comerci

| | | | |
|---------|---|--|--|
| ANO XIV | DIRETOR E PROPRIETÁRIO José Costa | REGISTRADO NO D.L.P. Rua 21 - XII - 540 | Redação e Administração Rua Tupacacama, 408 - 1.º andar POBOX 2-1543 - CX. POSTAL 41 |
|---------|---|--|--|

COBRAICE

Companhia Brasileira de Indústria e Comércio

(CASA JOSÉ DE SÁ MOTTA)
Capital Cr\$2.000.000,00

Madeiras em geral para construções - Exportação em grande
Peroba de Campos, serrada em vigamentos, tácos e taboas

SÉDE
Rua Aarão Reis, 436
Telegr. SAMOTA

ESCRITÓRIO
Travessa do Condado, 24 - 1.º
Telefones 22-0194 e 22-0283
RIO DE JANEIRO

SERRARIA
SANTA IZABEL - SA
Telegr. COBRAICE
Lavourador Serraria - L.L.V.

CASA CAPICHABA

RUA CURITIBA, 506

LOUÇAS - FERRAGENS - CRISTAIS
- ALUMINIO - COTELARIA -

ARTIGOS PRESENTES

D
A
R
A

END.: - Avenida Alameda Peres, 315 - 321 - Coo. Curitiba

GRAMPOS PARA CERCA E CRAVOS DE FERRAÇÃO

Preços especiais
Entrega imediata

CASA BANCÁRIA CRUZEIRO DO SUL

Implantada, 643 - 1.º andar e/ 1.º andar - 2.º andar

Capital votado para Cr\$3.000.000,00

COMUNICA AOS AMIGOS E CLIENTES
FAZ PAGANDO AS MAIORES TAXAS

CONTAS:
Popular, 7%; Movimento, 4%; Limitada, 500.000,00, 6%

PRAZO FIXO:
3 meses - 7 1/2 %
6 meses - 8 %
12 meses - 8 1/2 %
Especiais a combinar

Recebe depósitos até às 24 horas.

DIRETORIA:
Diretor-Presidente - Dr. Eurico da Trindade
Diretor-Geral - Dr. Leão Galvão Monteiro
Diretor - Dr. José Carlos de Carvalho Antonio de

— Cédulas - Notas - Recibos - Boletins —

Casa do Rádio, Cia. Antártica, Choppes Brahma, Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira; Biotônico Fontoura, Casa Gomes, Casa Lunardi) e muitas outras. Entre os anúncios, na edição de 18-3-1934 aparece o do “representante comercial” José Costa, no centro da capa.²³

E, naturalmente, anúncios do próprio “bolletim”, chamando a atenção para a importância da publicidade comercial e mostrando as vantagens de se assinar o Informador Commercial, “o único jornal exclusivamente comercial do Estado de Minas Gerais”.

Evite o dispêndio de armazenagem. Assigne o INFORMADOR COMMERCIAL: esse é o criado que lhe convêm, por participar-lhe, diariamente, as mercadorias que tiver de descarregar nas estradas de ferro.

Srs. Comerciantes: Assignar o Informador Commercial é defender os seus próprios interesses.

A partir de abril de 1933, o “bolletim” iniciou uma nova Seção: “Fallencias e Concor-datas”, que divulgava não somente aquelas ocorridas em Belo Horizonte, mas também em outras praças.

Ganhou também nova coluna sobre “Eventos Importantes”, na capital ou no interior, de interesse das “classes conservadoras”, tais como a 2ª Feira Industrial e Agrícola de Belo Horizonte, “exemplo da capacidade de trabalho do povo mineiro”, (em junho de 1933), e a vinda de importadores europeus de café brasileiro, para conhecer as regiões cafeeiras, “feliz iniciativa do Depto. Nacional do Café” (edição de 5 de abril de 1934).

As reportagens surgiram ainda na fase do “bolletim”: em 11 de maio de 1933, é publicada a primeira, relatando uma visita técnica à fábrica de massas Aymoré, do grupo Moinho Inglês, com ampla matéria sobre o processo fabril e o trabalho dos 100 operários da fábrica, aí incluindo a mão-de-obra feminina. Em edição de 25-5-1933, foi a vez de a Cervejaria Antártica Mineira ganhar uma visita e uma matéria descrevendo o processo industrial de fabricação da cerveja.

Na análise das edições daqueles anos, o Informador Commercial nos aparece como um “bolletim” de serviços, preocupado em passar às classes produtoras as informações necessárias à administração de seus negócios no cotidiano e à previsão e orientação dos rumos de suas empresas. José Costa não pretendia entrar na faixa dos grandes jornais de Belo Horizonte, pois sabia que não tinha condições de fazer-lhes concorrência, como afirmou em 14 de fevereiro de 1982:

Peguei uma linha diferente da deles: informações comerciais, de interesse dos comerciantes e industriais em geral. E seguimos a nossa trilha, até con-

²³ As representações ocuparam alguns anos da vida profissional de José Costa, abandonando-as em início de 1940, quando o jornal, crescendo, passou a precisar de maior atenção.

seguirmos ampliar o boletim e nos transformarmos em jornal especializado em economia.

O primeiro e o segundo aniversários do “bolletim” foram comemorados com um agradecimento pelo apoio incondicional dos comerciantes da capital, a quem a publicação veio para servir, confiando no espírito progressista da classe. Quem assina os agradecimentos é ainda Armando Mendes.

As edições comemorativas eram mais alentadas: no primeiro ano, 21 páginas, seis delas ocupadas com pequenas matérias com dados estatísticos sobre diversos assuntos econômicos: “O comércio do Brasil com a Áustria”, “Intercâmbio franco-brasileiro”, “O nosso comércio com os Países Asiáticos” “Importação de combustível,” “Papel moeda em circulação”, “O Cacau bahiano”, “O xarque”, “A população do Brasil” e outros.

Muda o conteúdo

O segundo aniversário foi comemorado com 37 páginas (edição especial, lançada antecipadamente, em 1-9-1934), ocupadas com artigos de caráter econômico. Esse foi um ano de modificações no conteúdo jornalístico do “bolletim” que deixou de ser um mero “bolletim” de serviços e pequenas informações e inaugurou um caminho novo na imprensa belo-horizontina, “a informação analítica econômica”, conforme orientação anunciada na edição de 25 de julho de 1934. Segundo a notícia, esse primeiro passo se deu em colaboração com a Associação Comercial de Minas que, junto com o professor João Ladeira Senna, iria iniciar uma série de palestras sobre assuntos econômicos importantes. O primeiro artigo dessa programação apareceu em 27 de julho de 1934, sob o título “A indústria no Brasil”, sem assinatura; pouco depois, a partir de setembro, começaram a surgir as primeiras matérias com informações mais consistentes e analíticas:

- colunas de análises do desempenho da economia brasileira, através de dados estatísticos, sobre seus diversos setores e ramos de produção;

- coluna de artigos analíticos, denominada “Problemas Econômicos” que assumia a discussão a favor da importância da industrialização para o futuro do país, tese ainda questionada por certos setores. Inauguraram essa linha três textos importantes: “Realidade Industrial do Brasil”, sem assinatura, que chamou a atenção dos fatores favoráveis para o desenvolvimento industrial do País; o artigo “As Laranjas brasileiras no mercado mundial”, analisando a produção brasileira, as condições de sua comercialização no mercado externo; e o terceiro, “Problemas Econômicos: a indústria do ferro”, assinado por Franklin de Salles, contendo uma análise dos recursos minerais do Estado e do pouco que era feito para o aproveitamento desses recursos.

A linguagem era rebuscada e ufanista e os textos um pouco longos, mas já se inicia-

va a discussão sobre a necessidade da industrialização do País e sobre o problema siderúrgico em Minas Gerais.

Essa edição especial trouxe, até mesmo, entrevista de um técnico francês, também importador de café, criticando a posição dos cafeicultores brasileiros, sustentados pelo Depto. Nacional do Café, de manter a alta dos preços e apoiar a desvalorização da moeda brasileira, para estimular a competitividade de suas exportações, prejudicadas pela superprodução. Para o importador francês “é um crime contra o País a desvalorização de sua própria moeda”.

As mudanças anunciadas em julho de 1934 tomaram maior consistência a partir de abril de 1935. Em primeiro lugar, novas Seções se juntaram às já existentes, aperfeiçoando-se os serviços prestados:

- Mercado de Cereais em Belo Horizonte;
- Indicador de Fábricas e Atacadistas de Belo Horizonte e praças do interior de Minas;
- Apreciações sobre o mercado de Gêneros Alimentícios (arroz, feijão, banha, açúcar, algodão, couro) e sobre o Mercado de Arroz, Feijão e Banha de São Paulo e do Rio Grande do Sul;
- Publicação de Concorrências Públicas.

Os Serviços ainda constituíam uma finalidade importante do “bolletim”, mesmo em 1936.²⁴ Aliás, no decorrer da trajetória do jornal, a importância dos Serviços permanece constante, mudando-se apenas o tipo de serviços prestados e adequando-os às mudanças ocorridas no meio econômico.

Nesse mesmo esforço de dar mais consistência ao conteúdo do “bolletim”, registrou-se, pela primeira vez, um posicionamento do jornal referente ao mundo político: congratulando-se com a permanência de Israel Pinheiro no cargo de Secretário de Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio de Minas Gerais, por mais quatro anos (abril de 1935-1939), e reconhecendo-o como um homem experiente e conhecedor das necessidades das classes produtoras, o jornal asseverava que depositava nele a esperança de providências acertadas de estímulo à exportação, de financiamento às atividades produtoras e melhorias nos meios de transporte, para sanar as causas da depressão e propiciar condições de aumento da riqueza e da renda pública do Estado.

²⁴Tanto que em junho de 1936, em Nota aos Assinantes, faz uma listagem dos serviços prestados aos seus leitores: • Relação da ENTRADA E SAÍDA DAS MERCADORIAS pela EFCB e pela Oeste de Minas, publicação diária • IMÓVEIS, uma relação de imóveis transferidos, indicando comprador, vendedor, espécie, local e valor, às 2^{as}-feiras • CARTÓRIOS: Títulos Apontados e Protestados, publicação semanal • JUNTA COMERCIAL, às 3^{as} e 6^{as}-feiras, resultados das reuniões e registros de novas firmas comerciais • INSPETORIA DE VEÍCULOS – diariamente, relações dos caminhões e automóveis multados • MERCADO DE CEREAIS, cotações diárias dos mercados de São Paulo, Rio e Minas Gerais • FUNDOS PÚBLICOS, diária, movimento das Bolsas do Rio, vendas e cotações. Câmbio Livre e Oficial, Café e Algodão • CONSULTÓRIO JURÍDICO-COMERCIAL: coluna mais recente, com a qual espera-se prestar os melhores serviços possíveis; a cargo de dois competentes advogados: Nicanor Netto Armando e Antonio Felício da Silva. E avisa: consulta grátis. • COMENTÁRIO DO DIA: que comenta os assuntos mais interessantes da economia de Minas Gerais e do País, emitindo a opinião e a posição do jornal em relação aos mesmos.

Ao mesmo tempo, constata-se uma maior regularidade nos artigos analíticos e nas matérias sobre os diferentes problemas da economia mineira e brasileira. O pequeno “bolletim” vai, aos poucos, tomando realmente ares de jornal e continua atento a todas as questões relacionadas com a economia: desde a legislação trabalhista à necessidade de se ultrapassar uma economia fundamentalmente agrária e consolidar a industrialização, passando pelas questões cambiais e tributárias, financeiras e orçamentárias. Comparava, por exemplo, os impostos cobrados em São Paulo e em Minas e reclamava da situação de inferioridade de Minas, prejudicada com impostos antieconômicos, barreiras interestaduais e burocratização da produção. Já naquela época, denunciava os impactos ambientais causados pela devastação feita pela Cia. Belgo-Mineira nas matas mineiras (10-10-1935).

Em dezembro de 1935, a propriedade do jornal foi transferida oficialmente para José Costa, que havia ficado com o ativo e o passivo da Mendes & Cia. e continuava a gerir o negócio como autônomo. Já sob sua direção definitiva, em dezembro, o Informador Commercial passou a contar com a colaboração de um dos mais eminentes economistas mineiros, o professor Osório da Rocha Diniz, por duas vezes presidente da União dos Varejistas de Minas Gerais e, mais tarde, diretor da Associação Comercial de Minas Gerais. Osório da Rocha Diniz, como José Costa, também tinha como diretriz o desenvolvimento sócioeconômico do Estado e do País, independentemente do capital externo, tinha um compromisso ético com esse desenvolvimento e sabia que o País contava com recursos minerais estratégicos fundamentais para o seu avanço e para sua industrialização.

A colaboração de Osório da Rocha Diniz, ao longo de cinco décadas, foi fundamental para o jornal, pois ajudou na clareza e firmeza de seu posicionamento a favor do desenvolvimento do País, possibilitou-lhe a presença de um nome respeitado pelas classes produtoras a tratar, com objetividade e conhecimento teórico, mas também com paixão e coerência, das questões fundamentais da nossa economia. Pode-se dizer que “José Costa e Osório da Rocha Diniz formaram uma dupla que, sem exageros, contribuiu para mudar o cenário econômico de Minas Gerais, enquanto viveram”, conforme a jornalista e professora universitária Ângela Carrato, filha de Osório e que também trabalhou durante anos no Diário do Comércio.

Com sua presença, o jornal consolidou sua iniciação na linha de um pensamento analítico, opinativo. Pela primeira vez, o “bolletim” passa a ter um “Editorial”, sob o título “Comentário do Dia”, coluna inaugurada em 21 de dezembro de 1935, freqüentemente assinada por Osório da Rocha Diniz.

A partir desse momento, José Costa passou a concentrar seus esforços em solucionar duas questões: dotar a empresa de recursos humanos capazes, competentes e que se alinhavam com o seu pensamento desenvolvimentista e nacionalista, e dos recursos tecno-

lógicos necessários ao seu crescimento e à sua consolidação. Nos dois sentidos, foi um pioneiro.

Sobre o convite aos primeiros colaboradores, disse ele em depoimento concedido em 1993:

“Eu não podia colocar pessoas contrárias às minhas idéias no jornal. Eu tinha que me sentar sempre com pessoas amigas e corretas, em quem eu pudesse confiar tranqüilamente. O Osório [da Rocha Diniz] era sócio de uma casa de peças para automóveis e foi ali que nos conhecemos. Era na Avenida Amazonas, próximo aos meus negócios. Eu estava sempre com ele e, conversa vai, conversa vem, fomos desenvolvendo as nossas idéias. Era uma pessoa muito inteligente, sabia o que queria. Os amigos começaram então a colaborar. Todo mundo queria fazer alguma coisa para me ajudar. Cada um tinha o seu trabalho, o seu escritório, e colaboravam no jornal.”

Como se pôde constatar, por meio da análise de suas edições, o grande avanço da segunda metade da década de 1930 se deu em termos de melhor definição da linha editorial do jornal. As matérias publicadas, sobretudo a partir de abril de 1935, passaram a enfatizar as questões ligadas ao desenvolvimento econômico do País, priorizando a industrialização, que, segundo o jornal, deveria ser efetivada com capital nacional e com o necessário apoio do Estado. Apontavam as dificuldades da economia mineira, exigiam posições adequadas do governo estadual e defendiam a necessidade de colaboração entre o governo e as classes produtoras. Advertiam contra a ameaça continuada do capital internacional e alertavam para que não se cedesse às suas pressões. O jornal defendia ainda o desenvolvimento da Amazônia, que deveria ser considerado como uma questão nacional e, portanto, como uma política econômica do governo e não, simplesmente, como uma questão estadual. Mas também tratava de questões práticas, como tirar dúvidas sobre a cobrança das tarifas interestaduais, anuladas pela Constituição de 1934, mas que continuavam a perturbar a livre circulação de mercadorias entre os estados.

Desde 1936, combatia a criação dos institutos especiais (do Café, do Açúcar e do Alcool, da Borracha, do Cacau, do Fumo e do Mate), afirmando que esses órgãos só emperram a produção e a exportação.

A relação entre o jornal e as entidades de classe – sobretudo UVMG e AC Minas – era uma relação de mão dupla: José Costa, como membro das diretorias das duas casas, apresentava suas teses nas reuniões, participava dos debates, exigia posicionamentos e fazia do seu jornal um porta-voz das reivindicações das classes produtoras, uma caixa de ressonância das proposições ali defendidas.

Petróleo na pauta

Na edição de 16-3-1936 o jornal tratou pela primeira vez da questão do petróleo, por meio de um duro artigo transcrito do Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro: mostrando que, com seus 8.5 milhões de km quadrados, seria inacreditável que o Brasil não tivesse petróleo. E acusou: ou os técnicos do Ministério da Agricultura estão corrompidos ou são incompetentes e se deixam iludir pelos dois agentes secretos contratados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O artigo denunciava, ainda, a leviandade dos responsáveis que, em quinze anos, abriram apenas 22 poços, nenhum dos quais com profundidade suficiente para se encontrar petróleo. O que não deixava de ser muito suspeito, segundo o jornal.

Em seus artigos, Osório da Rocha Diniz dava suporte consistente a essas questões, analisando, de um lado, as razões de sermos uma economia exportadora de matéria-prima e, portanto, dependente do capital externo, e mostrando, de outro, as vantagens da industrialização do País, seja em termos da coesão política e econômica entre os estados e as várias regiões do País, seja em termos de crescimento e independência econômica. Assumiu a luta pelo petróleo, cuja produção, defendia, possibilitaria ao País sair da pobreza, da dependência econômica e do jugo do imperialismo. Para isso, dizia, tornava-se necessária a criação de uma “consciência nacional” para que se tivesse coragem de fazer face aos “trustes” que exploravam e escravizavam o País. Outras teses assumidas por ele foram a defesa da energia elétrica e da solução do problema siderúrgico; no primeiro caso, mostrava, com dados, a necessidade de aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis e a ineficiência das empresas estrangeiras; no segundo, insistia no fato de que, apesar da formidável riqueza do subsolo, o País continuava a importar produtos siderúrgicos, matéria-prima e produtos manufaturados, quando necessitava de fabricar trilhos, arados e máquinas para desenvolver a agricultura, implantar uma rede ferroviária decente, fazer circular a riqueza e soldar a unidade nacional (21-5 e 26-5-1936).

Nessa linha de pensamento, Osório da Rocha Diniz, com o seu “Comentário do Dia”, foi ajudando a construir a posição do jornal com argumentos sólidos, dados concretos, clareza e objetividade. Três eram os pontos fundamentais de sua tese:

- 1) a agricultura é necessária, indispensável ao equilíbrio econômico, social e financeiro do País; mas o Brasil não pode ter uma economia exclusivamente agrícola e exportadora de recursos minerais, alimentando os países industriais e deles dependendo economicamente;
- 2) a industrialização é fundamental para o desenvolvimento econômico e significa também progresso agrícola, com a fabricação de máquinas e implementos agrícolas que possam tornar a produção agrícola mais eficiente e produtiva;
- 3) é necessário explorar as jazidas minerais de Minas Gerais e os recursos do subso-

lo brasileiro, não pura e simplesmente para a exportação, mas para implantar a indústria siderúrgica e petrolífera no País, de modo a construir uma economia independente e soberana.

O eixo central de sua tese era que “não se pode contentar em ser um País produtor de matérias-primas ou de produtos tropicais, explorado comercial e politicamente, dependendo do capital externo em tudo, e com os setores básicos da economia (serviços ferroviários, energia e tração elétrica) nas mãos de empresas estrangeiras” (edição de 29-7-1936). Como suporte a esse processo de desenvolvimento, mostrava como os bancos estrangeiros eram nocivos ao crédito e prejudiciais à economia do País e defendia a sua urgente nacionalização. Defendia também maior organização administrativa, estatísticas seguras para um conhecimento exato da situação econômica do País e maior rigor em relação aos assuntos financeiros (8-7-1936).

Em torno dos pontos fundamentais de sua tese, Osório da Rocha Diniz ia compondo suas variações, ora apontando os pontos de estrangulamento, ora trazendo à discussão as posições do governo federal que considerava inadequadas. Uma das teclas em que mais batia era aquela referente ao transporte, um dos maiores entraves ao crescimento econômico: sem meios adequados e eficientes de transporte – ferroviário, fluvial e marítimo –, sem tarifas justas, não há possibilidade de desenvolvimento, alertava. Outro grande entrave apontado era a energia elétrica, insuficiente em termos de capacidade fornecida e onerosa pelo preço cobrado, repetia. O petróleo continuava sendo tema de debate, na crítica constante à morosidade suspeita dos trabalhos realizados e à deficiência, também suspeita, das sondas empregadas para perfuração.

Finalmente, em fins da década de 1930, o problema siderúrgico começou a ser encarado como de interesse nacional, sem que, contudo, se adotassem as medidas necessárias à implantação da siderurgia em território nacional.

Assim, ao longo de 1937 e 1938, o jornal continuava exigindo ações por parte do governo no que se referia à implantação da indústria siderúrgica nacional e ao reaparelhamento da EFCB. Um dos destaques no período foram as críticas aos resultados dos estudos promovidos pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda, que estabeleceu, enfim, a necessidade de criação de grande siderurgia nacional, mas decidiu, contraditoriamente, pela exportação de minério de ferro em larga escala, pela Companhia Vale do Rio Doce, em traçado da Itabira Iron Ore Co. Ltd, num contrato “inaceitável para os interesses nacionais”. A modificação do contrato se tornava, portanto, urgente; e imperioso o reaparelhamento imediato da malha ferroviária que servia Minas Gerais, assim como o estabelecimento de grande siderurgia no Rio de Janeiro, com carvão nacional e estrangeiro, reivindicava o jornal.

Outra tônica freqüente no jornal foi a denúncia dos interesses que impediam a implantação do sistema siderúrgico nacional e queriam a exportação em massa do minério

de ferro (caso da Itabira Iron) e das pressões exercidas pelos “conselhos” dos “trustes” internacionais para que o governo não assumisse a implantação da siderurgia nacional. O jornal advertia que, em caso da exportação de minério pelo capital internacional, os contratos deveriam ser cuidadosamente estudados, de modo a que, além de lícitos, não contivessem cláusulas de monopólio, de perpetuidade ou de domínio incontestável sobre a região a ser explorada.

Quando, finalmente, o petróleo foi encontrado no subsolo brasileiro, a uma profundidade de 208m, em 23-1-1939, o jornal firmou posição pelo reforço dos serviços de sondagem em outras regiões do País e pela urgência da montagem de refinarias e usinas de beneficiamento, fazendo votos de que não surgissem obstáculos.

A década de 1930 terminou com o mote, presente em seus editoriais, da necessidade urgente de ampliação do mercado interno. Osório da Rocha Diniz mostrava a ausência desse mercado, uma vez que o País só fabricava para o mercado externo (ouro, açúcar, café, algodão, borracha, minério) e os centros comerciais existentes eram pouco numerosos e distantes uns dos outros. E ironizava: o País até foi capaz de criar centros urbanos com um nível de vida relativamente confortável, mas essa civilização é falsa, ostentosa, usufruída por poucos e situada apenas no litoral. Por fim, sentenciava: precisamos de centros administrativos no interior; precisamos das capitais no interior; precisamos produzir para o nosso mercado interno e não para o externo. Só assim teremos a emancipação do País.

Como se pode constatar pelo teor de suas matérias, embora ainda pequeno e rude na forma e no aspecto gráfico, o Informador não podia mais ser considerado um simples “bolletim”. Pelo seu conteúdo, caráter informativo e opinativo, tinha adquirido foros de verdadeiro jornal. Mas precisava mudar a cara.

Cadastro pioneiro

Um pouco antes do fim da década, em 1938, cobrindo lacuna existente no comércio da cidade, José Costa alargava seu ramo de negócios com a implantação de um Serviço de Cadastro, também “Informador Comercial”, que oferecia às empresas e indústrias interessadas informações confidenciais e seguras – situação econômica e financeira – sobre possíveis e eventuais clientes, pessoas físicas e ou jurídicas. Também nisso foi pioneiro.

Nessa altura, já contava com a ajuda de Ignácio Pereira Christo, seu braço direito durante muitos anos, que se tornaria também responsável pela publicidade. Já dispunha também de um pequeno corpo de funcionários: um encarregado da entrega dos jornais, outro que percorria os hotéis para fazer a Relação de Hóspedes que saía no Informador Commercial; uma datilógrafa, que cuidava dos estênceis, do atendimento no balcão e, às vezes, de fazer funcionar o mimeógrafo; um redator, João Carneiro de Moraes, o primei-

ro do jornal, admitido em 1939, que se ocupava de alguns editoriais e de outras pequenas notícias; e José Soares, que fazia de tudo um pouco: além de se ocupar das cobranças e corretagens de anúncios, rodava o jornal no mimeógrafo e grampeava as folhas de cada exemplar. Tornou-se também o grande nome do serviço de cadastro, responsável pela coleta de informações nas diversas fontes: bancos, cartórios, Junta Comercial e fornecedores, completadas com o arquivo de imóveis do Serviço de Cadastro. Os dados trazidos constituíam a matéria para a elaboração da “fichas cadastrais” solicitadas pelos incontáveis e cada vez mais numerosos clientes. As “fichas”, confeccionadas por funcionárias do Cadastro, eram conferidas por José Costa e arquivadas. Com o tempo, o arquivo se tornou enorme, chegando a ter 500.000 fichas, segundo José Costa. Esse serviço de informações cadastrais, dirigido por funcionários de confiança, sob a supervisão contínua de José Costa, durou certamente uns 20 anos e era muito bem conceituado.

As filhas Nair, Vera, Lúcia e Rachel muito ajudaram nessa fase do “Cadastro”. Já crescidas, eram elas que confeccionavam, em casa, os envelopes para as fichas cadastrais. Recebiam verdadeiras pilhas do papel especial, já devidamente cortado no formato adequado, que deviam dobrar e colar, formando os envelopes. Tinham tarefa semanal e deviam cumpri-la, trabalhando com cuidado e esmero. Posteriormente, “os meninos”, Costinha e Luiz Carlos, também passaram a ajudar.

O “Cadastro” teve o seu funcionamento suspenso em início da década de 1960, quando surgiram outros serviços semelhantes na cidade, nem sempre prestados com a seriedade e segurança desejáveis, e José Costa resolveu não concorrer com eles. O Cadastro já havia cumprido a sua função. Mesmo porque o jornal havia crescido bastante e precisava de toda a sua atenção. Ele ainda o dirigia sozinho, com a ajuda fiel, solidária e competente de Christo.

O avanço gráfico em uma década conturbada

A década de 1940 foi importante para o crescimento do jornal, tanto do ponto de vista tecnológico quanto do editorial. Os últimos anos da década anterior haviam possibilitado os primeiros passos no caminho de sua afirmação como veículo noticioso, informativo e analítico, especializado em assuntos econômicos. Conquistara o respeito das classes produtoras e a credibilidade necessária mas, em termos gráficos, era ainda um rudimentar “bolletim”. Para avançar, era preciso melhorar. Mas José Costa sabia medir os seus passos: teria que ir devagar, para adiantar-se com segurança.

Logo no início da década, adquiriu o primeiro mimeógrafo elétrico, da marca Gestestner, de fabricação alemã; algum tempo depois, a primeira linotipo, que possibilitava tanto a impressão em mimeógrafo quanto a tipográfica, que era feita nas oficinas da Gráfica Queiroz Brenner. Logo depois, dá-se a compra da impressora “Multilite”, que fa-

INFORMADOR COMERCIAL

NOTICIÁRIO LOMBAR, DIÁRIO E FINANCEIRO | LETURAS, PRESENTAÇÕES E APONTAMENTOS | INFORMAÇÕES DOS ESTADOS | Movimentos Ferroviários Rodoviários e Marítimos

ASSINATURA MENSAL CR \$ 10,00

COMPANHIA
Estabelecimentos Mineiros de Industrias Rurais
(em organização)
Capital realizado Cr \$ 1.000.000,00
sucessora da
Empresa Mineira de Industrias Rurais Ltda.
Produtos oleaginosos, fibras vegetais, borracha, produtos agrícolas e pecuários.
Diretor Presidente — Dr. Francisco Bittencourt Junior
Diretor Gerente Geral — Jairo Ferreira Berta Fernandes
Diretor Tesoureiro — José Hildebrando de Araújo
Superintendente dos Estabelecimentos — Lindolfo Espinola

Telex "Emirtada" — Rua Tupinambás, 643 sobreloja 5 — Telefone 2-7305 — Belo Horizonte — Estado de Minas

COMPANHIA de Cimento portland "Paraiso"
(EM ORGANIZAÇÃO)
A maior Fabrica de Cimento da America do Sul.
Rua Tupinambás, 643 - Sobre-Loja - 4 e 5
TELEFONE 2-7305 — BELO HORIZONTE

S. A. N. T. A.
SOCIEDADE ANÔNIMA
A maior organização imobiliária e Rodoviária do Brasil
ADMINISTRAÇÃO, COMPRAS E VENDAS
CAPITAL CR \$ 15.000.000,00
SUCURSAL DE BELO HORIZONTE
Avenida Alameda Paris n. 932 - 2.º andar - Telas 606, 608 - Telefone 2-6976

zia a impressão folha por folha, usando uma chapa de alumínio. Já era um passo adiante; outros viriam.

Os temas tratados, como sempre, eram aqueles ligados à economia e ao desenvolvimento do País. Já no início de 1940, havia entrado em pauta a questão da ampliação do mercado interno e a importância da instituição do salário mínimo, capaz de gerar o crescimento das vendas com aumento da capacidade aquisitiva das massas (26-2-1940). Da mesma forma, a urgência de aumento da produção siderúrgica, pois, em face das necessidades da guerra, a produção de 180 mil toneladas da Belgo-Mineira era ínfima; o jornal aplaude a implantação de nova siderúrgica, entre Morro Grande e João Monlevade, como movimento necessário de interiorização de certos tipos de indústria (21-6-1940).

Finalmente, era anunciada, em setembro de 1940, a assinatura do contrato entre os governos brasileiro e dos EUA, para instalação de siderúrgica no Vale do Paraíba, com um empréstimo de 20 milhões de dólares, cabendo o restante do capital necessário ao governo e à iniciativa particular. Apesar de considerar esse contrato como fundamental para o desenvolvimento e emancipação econômica do País, o jornal lembrava que os progressos representados pela instalação da Belgo-Mineira, da Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas, da fábrica de trilhos em Monlevade, assim como pela próxima instalação do Parque Industrial, em Contagem, não eram ainda impulsos suficientes à prosperidade de Minas e do País (em 21-10-1940 e em 20-3-1941).

Alguns dos grandes problemas que afetavam esse início da década de 1940 eram a alta dos gêneros alimentícios e os aumentos constantes das tarifas de energia elétrica. Segundo o jornal, o suprimento de energia elétrica a preços reduzidos seria fundamental para o desenvolvimento da economia brasileira; esse problema iria desencadear uma campanha feroz do jornal contra a Cia. Força e Luz, como veremos no próximo capítulo.

Osório da Rocha Diniz, que ocupava novamente a presidência da União dos Varejistas (1939-1942), continuava com a sua enriquecedora colaboração. Uma questão por ele enfatizada nesse período era a necessidade de técnicos para o processo de industrialização e, portanto, da criação de institutos técnicos, onde se pudessem estudar os processos de cultura, de industrialização e de comercialização dos produtos (15-2-1940). Em função da recorrência dessa questão nas páginas do Informador Commercial, a União dos Varejistas enviou, algum tempo depois, ofício ao governador Benedito Valadares, assinado pelo seu presidente, Terêncio Torres, solicitando a criação de um Instituto de Tecnologia em Belo Horizonte.

Em março de 1943, o jornal apresentou outras modificações gráficas. O título se tornou maior e mais sofisticado, acompanhado de uma ilustração que parece significar o progresso: ao fundo, edifícios altos, à frente dos quais um trem atravessa a paisagem; em segundo plano, um porto, onde está atracado um grande navio; a imagem do globo terrestre paira no centro; abaixo dessa ilustração, o bordão: “onze anos de serviços ininter-

ruptos e relevantes serviços prestados à indústria e ao comércio”. Ainda no cabeçalho, o nome do diretor e proprietário, a data de fundação e o endereço: Rua Tupinambás, 498 – Edifício Sarandí. Seguem-se, como de costume, os anúncios, na 1ª e 2ª e na penúltima e última páginas.

Às colunas existentes vieram se somar outras: a “Relação de Hóspedes”, que informava quem se hospedava onde; “Aviões”, relação dos horários de vôos e das pessoas que viajavam; “Departamento de Compras”, noticiando demandas e concorrências públicas das diferentes secretarias de Estado; “Notícias”, com “sultos” sobre assuntos econômicos de interesse geral; “Atos do Governo”, decretos e resoluções dos governos federal e estadual. A seção sobre Títulos Apontados e Protestados ganhou o título de “Cartório”.

A cobertura das entidades de classe ganhou colunas específicas: “Notícias da AC Minas” e “Cobertura da União dos Varejistas”.

Um tema novo apareceu naqueles anos, refletindo a diversificação das atividades industriais: a indústria extrativa de minerais. O jornal passou a noticiar freqüentemente as autorizações governamentais para a pesquisa de minerais como quartzo, caulim, mica, ferro, manganês em diferentes municípios de Minas; para importação de caseína; e para exportação de bauxita e antimônio para os Estados Unidos.

A partir de abril de 1943, o “Comentário do Dia” foi desdobrado entre os editoriais e o “Panorama Nacional”, coluna do professor Osório da Rocha Diniz; surgiu também a coluna “Panorama Internacional”, assinada por Pedro Patrício Monteiro, agrônomo português, de vasta cultura, radicado no Brasil há muitos anos, amigo de José Costa. As duas últimas eram semanais, uma saindo na quarta e a outra nas sextas-feiras.

Na mesma época, o jornal ganhou um novo colaborador, também muito importante para a transformação do caráter do “bolletim”: Washington Peluso Albino de Souza, contratado no início de 1943. Ele trabalhava como redator na Folha de Minas e na Rádio Inconfidência e foi convidado por um amigo comum, Lincoln S. Gomes, para fazer uns *sultos* (pequenos comentários editorializados) “num ‘bolletim’ feito em mimeógrafo, do meu amigo Zé Costa”.

Washington Albino relata:

Fui lá, era ali na Rua Tupinambás, me apresentei ao Costa e comecei a fazer os tais ‘sultos’. A redação ficava nos fundos de uma sala imensa, cheia de arquivos, onde se guardavam as ‘fichas’ (serviço de cadastro que era o principal negócio de José Costa). Então, a gente fazia o jornal lá no fim da sala, eu passava lá, fazia o ‘sueltozinho’, batia um papo com ele, e fui me afeiçoando a ele, ele a mim, ficando amigo dele. Nós tínhamos a mesma orientação política, éramos comunistas. Como eu havia deixado o Partido Comunista, não tocávamos nesse assunto. Eu o respeitava e ele me respeitava. Aliás, dentro do partido

Informador Comercial DIÁRIO DE
Informações

Fundada em 28 de Setembro de 1941

Registrada no Departamento de Imprensa e Propaganda em 23-XII-1949
AS ASSINATURAS VENCEN-SE A 30 DE CADA MÊS

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO - Rua Topographia, 69 - Ed. Brasil - In. 2041
Bolsa 2-0242 - Caixa Postal, 485 - Belo Horizonte - Minas

AVISO: As instalações e o não pagamento desta dívida ao Capital, foram em litis por Telecomunicações em 10 MILHAS DA MARINONI DO NEGRO DIA

Belo Horizonte, Quarta-feira 4 de Outubro de 1944.

COMENTÁRIO DO DIA

PANORAMA NACIONAL

Conforme prevíamos não devia haver razões para o nervosismo manifestado na praça de Belo Horizonte, e mesmo em algumas outras praças, do país, no tocante a um rápido término da guerra e consequente QUESA DE PREÇOS em vários artigos de comércio. Ainda não tinha o primeiro ministro britânico, Winston Churchill, anunciando que muitos meses de 1945 se passariam antes que fosse terminada a guerra na Europa" e já tínhamos, entre nós representantes da UNRRA (organização destinada a auxiliar a reconstrução da Europa e suas populações flageladas) procurando firmar contratos para aquisição de gêneros de primeira necessidade, de tecidos e calçados, a serem enviados como primeiros socorros às vítimas da Europa fanática, desolada e semi-morta... A marcha das operações militares está a nos indicar que as populações da Europa como da França e da Itália, nas condições já em mãos dos Aliados, de todo necessitam, pois se mantêm em abandonar as suas posições levou tudo ou tudo destroem praticando política de terra arrasada. Na Itália já se sabe que eles carregam desde os fios de cobre dos bondes, o colchão e até as roupas dos habitantes que foram obrigados a abandonar os seus lares. Agora, na Europa, além, e mesmo a dos saques de estrada de ferro nos automóveis tudo carregam e destroem. Esses fatos citamo-los para mostrar aos nossos leitores como seria impossível pensar-se em uma rápida volta à normalidade anterior à configuração mesmo após seu término. Certamente os preços especulativos, os preços dos artigos que subiram com razão de ser e os preços dos metais tendem a cair, mas queda de volta e permanente só podemos esperar depois da derrota do Japão. Se a imprensa Inglesa já reafirma, por mais de uma vez, que após o término da guerra na Europa ela voltará todo o seu poderio bélico contra o Japão, juntamente com os Estados Unidos, não vemos como poder-se esperar baixas muito fortes mesmo nos preços de artigos metálicos enquanto a morte, a fo-

me e a destruição campear na Ásia ou alhures no mundo. Geralmente, nós brasileiros avaliamos desproporcionadamente o significado que o Brasil vai ter no mundo e quanto de responsabilidades, dia a dia, vão pesando sobre a nossa Pátria no tocante ao auxílio a ser prestado aos povos devastados pela guerra. Basta lembrar-se desse fato para ter-se em mente o erro daqueles que estão alarmados, pensando em crises no pós guerra, para o Brasil. Voltamos à normalidade com muito maiores vantagens do que qualquer outro povo, já aprendemos na escola dura da adversidade, já aprendemos a ser poupados, estamos vigilantes e fortalecidos como em nenhuma época, anterior a experiência, a técnica e a economia nacional. Já não dependemos só do café como produto básico de nossa exportação. O nosso mercado interno se ampliou e se ampliará cada vez mais logo que nos seja possível adquirir maior quantidade de máquinas, de material rodante e de construção. Mesmo que os importadores pretendessem importar em larga escala materiais necessários para fazer cair os preços de vários artigos não o conseguiriam. Não teriam cambiais, não teriam praças nos navios. As importações mais urgentes como café de carvão, de trilhos, de vagões ferroviários, de locomotivas, etc. tomarão, por muito tempo, todo o espaço, as divisas e as atenções do nosso Governo, no pós guerra. O Ministério da Fazenda está vigilante e não deixará se "avularem" as cambiais do saldo de nossas exportações existentes em Nova Iorque, Londres e Buenos Aires com a aquisição daquilo que podemos dispensar. Certamente serão preferidas as importações que mais vantagens trarão nos proporcionarem.

Pensar, poucos gostam de fazer. Ora, especuladores e aborrecidos. Mas quando o interesse do comerciante está em jogo começa pensar se há razão para o pessimismo que, evidentemente, domina a praça de Belo Horizonte.

eu não tive nenhuma comunicação com ele, ele era de outra célula. (...) Fui me ocupando mais do "bolletim", que aos poucos foi tomando cara de Jornal. A coisa foi crescendo da seguinte maneira: à medida em que a produção ia ficando maior e o mimeografozinho não dava mais conta, fui convencendo o Costa a comprar umas máquinas. Em 1947, já se compunha em linotipo - uma velha linotipo comprada algum tempo antes - e já se imprimia na Marinoni, uma máquina pesadona.

A configuração do embrião de redação, com a incorporação de Washington Albino, possibilitou o aparecimento de novas colunas: uma de caráter informativo, mas já também opinativo, "Pense e diz", assinada por "O Homem da Rua", de responsabilidade de Washington Albino. Era uma crônica diária, que se queria porta-voz dos comerciantes, abrigando também notícias sobre a produção mineira e que se constituiu, estrategicamente, como uma válvula de escape para o cerco da censura; a outra era de serviço: "Imóveis, direito & negócios". A intenção era, por meio dessas colunas, popularizar o jornal, dar uma linguagem mais acessível para que os comerciantes pudessem perceber o sentido dos fatos econômicos e políticos e não tivessem sua opinião formada unicamente pelo Estado de Minas.

No decorrer da campanha pelo petróleo e por seu desempenho na Conferência Nacional das Classes Produtoras, em Araxá, Washington Albino foi convidado para criar um Departamento de Estudos Econômicos da Associação Comercial. Era a presidência de Renato Falci, nacionalista convicto e consistente. A Associação Comercial assumiu inteiramente a defesa do petróleo, por meio da Tese Mineira do Petróleo, de caráter nacionalista. Defendida por uma entidade patronal das classes produtoras, a briga era constante com as outras entidades de classe do Brasil, que pendiam para o "entreguismo".

Nessa época, início da década de 1940, o Informador Comercial ressaltou, com júbilo, o crescimento da produção agrícola e manufatureira do Brasil, que já atendia a 100% das necessidades do País no que concernia a fósforos, calçados, conservas, chapéus, produtos lácteos e mobiliário; a 95% da produção de fumo e têxteis; a 85% em ferragens; a 80% em sal, perfumes e outros artigos. Mas mostrou a necessidade de aumento da produção de ferro, em face das demandas dos aliados, e advertia que não era só uma questão de aumentar a produção, mas de, ao mesmo tempo, melhorar e ampliar os meios de transporte, pois, produzir mais e transportar melhor continuava sendo um problema básico do barateamento da vida no Brasil.

No "Panorama Internacional", Pedro Patrício Monteiro tratava das causas da guerra, destacando entre elas a busca do domínio dos mercados mundiais; se antes foram os príncipes, hoje são os "trustes e cartéis", dizia o autor. Analisava a ascensão do nazismo, do avanço japonês e os reflexos dos acontecimentos mundiais sobre a economia brasilei-

ra, ressaltando as lições que as guerras poderiam trazer ao avanço do desenvolvimento do País, entre elas a possibilidade do uso do álcool como carburante.

Ainda em 1944, a empresa de José Costa adquiriu uma pequena máquina plana, marca Planeta, com capacidade para impressão simultânea de duas páginas, tamanho ofício. Foi o fim das páginas mimeografadas, substituídas definitivamente por composição e impressão. A impressão ficou um pouco melhor e houve mudança de formato para tablôide, com uma programação visual e gráfica avançada para a época. Com a reforma ortográfica, suprimiu-se um dos M do Informador Commercial.

No Informador Comercial, renovado e melhorado, a luta pela solução dos problemas que afetavam a economia mineira e brasileira continuava. Um deles era o racionamento da gasolina, medida adotada pelo governo para fazer face às dificuldades de importação de combustível. O jornal, em seus editoriais, incentivava a pesquisa do álcool para ser usado como combustível dos motores a explosão e do gasogênio, fabricado a partir da queima de carvão vegetal. Além disso, sugeria medidas a serem adotadas pelos órgãos municipais e estaduais que, adaptando seus veículos ao uso do gasogênio, poderiam minimizar os problemas advindos do racionamento e baratear os transportes.

Nesse sentido, o jornal apoiou proposta da União dos Varejistas, que sugeria: a criação de um Conselho Nacional de Carburantes, para o fomento da produção do álcool e de outros carburantes como sucedâneos do petróleo; a padronização e fiscalização rigorosas da entrega do álcool como combustível; que o “desnaturante” exigido fosse produto nacional, e não gasolina importada; a obrigatoriedade, por parte das montadoras e importadores, da colocação de um percentual de motores para uso eficiente do álcool e que a União, Estado e municípios usassem veículos a álcool.

Essa questão do racionamento da gasolina e da necessidade de se procurar substitutos para o petróleo atravessou os anos da guerra. Em fins de 1944, em editorial, o jornal comentou os resultados do 1º Congresso Nacional de Carburantes e ressaltou a unanimidade alcançada em relação à possibilidade de produção ilimitada do álcool carburante como combustível adequado ao Brasil, em face não só de escassez de carburantes ocasionada pela guerra, como ao esgotamento já previsto das jazidas de petróleo. Criticou, todavia, a postura do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), acanhada e inadequada, colocando barreiras à produção do álcool.

Ainda em fins do ano, enfrentou o problema de ter que aumentar o preço da assinatura do jornal. Fez um comunicado aos leitores anunciando o aumento e debitando-o, exclusivamente, ao aumento dos custos dos materiais tipográficos (9-12-1944). Em edição posterior, voltou ao assunto, assegurando que nem o Informador Comercial, nem os que nele trabalhavam, visavam o lucro; eram pessoas que davam a sua colaboração por patriotismo, sem nenhum interesse mercantil. Tratava-se de “uma obra de idealistas, o único jornal sem compromisso com qualquer magnata, sempre disposto a pelear pelas li-

berdades públicas e pelo bem-estar coletivo” (Editorial de 14-12-1944).

Na mesma época, em face do sério problema de abastecimento sofrido pela cidade e do aumento de preço dos mesmos, criticou acerbamente a posição da Fiemg, que só atentou para a crise – sofrida há tempos pelas classes menos abastadas e denunciadas pelas colunas do jornal há cerca de dois anos – quando os produtos não chegavam mais às mesas de seus diretores. Defendeu que, se as entidades tivessem sido mais rigorosas nas reclamações e mais exigentes nas providências a serem tomadas pelo poder público, teriam contribuído para amenizar essa crise de “subsistência” (edição de 18-12-1944).

A questão agrária voltou a ser debatida, com a assinatura do Decreto de Sindicalização Rural, de 10-11-1944. Em seus editoriais, o jornal lembrava o descabro não só da produção rural, mas da situação do trabalhador rural: verdadeiro pária, sem direitos, explorado pelo patrão que, por sua vez, é explorado pelos agiotas e pelos intermediários. Assim, não bastava a sindicalização, seria preciso a difusão do ensino no campo e melhoria rápida do padrão de vida do camponês, adverte o editorial. Ao mesmo tempo, criticou a legislação trabalhista do Estado Novo e a atuação do Ministério do Trabalho, controlando totalmente as eleições sindicais.

O novo ano viu também nascerem as primeiras pressões pela eleição e o jornal, refletindo o clima geral, se mostrou apreensivo com as mesmas: a censura foi amenizada, mas os políticos voltaram com suas retóricas vazias e a mesma “raposice”. Nem os partidos, nem os políticos possuíam programas definidos, “todos têm ambições pessoais a satisfazer e nada mais”. Por outro lado, continuava: a Constituição em vigor, outorgada e, portanto, sem legitimidade, conferia poderes ilimitados ao poder central e não possibilitaria uma eleição verdadeiramente democrática. “Os ditadores caíram na Europa e não é justo que o Brasil continue a seguir métodos usados por regimes de força”, dizia o editorial (18-2-1945). A polêmica esquentou e, em 7-3-1945, o jornal explicitou seu posicionamento político:

“Quando falamos em política não tomamos partido por este ou aquele candidato. Estamos cumprindo, com altivez, sem nenhum compromisso, a missão esclarecedora da imprensa, sempre alerta no dever de criticar ou de aplaudir (...) Atravessamos uma fase decisiva para o país: não podemos deixá-lo cair nas mãos dos mesmos homens de antes da ditadura, dos mesmos politiqueros profissionais.”

Nesse clima, o jornal participou intensamente do debate político sobre as eleições e sobre o fim da ditadura. Na edição de 19-3-1945, publicou artigo de José de Magalhães Pinto conclamando as classes produtoras a se mobilizarem pelo fim da ditadura e a participarem nas eleições votando em Eduardo Gomes. Segundo Magalhães Pinto, as classes produtoras teriam o dever de tomar posição, opondo-se à ditadura e unindo-se em tor-

no de um nome impoluto, sem compromissos com a ditadura. Magalhães Pinto era considerado pelo jornal como um incontestável líder da economia mineira: ex-presidente da AC Minas, banqueiro e homem de negócios, que resolvera abandonar seu “obstinado silêncio” para, por meio do Informador Comercial, se posicionar a favor “de uma volta do Brasil ao regime de liberdade”.

O clima político do País era tenso, com o crescente desgaste da ditadura de Getúlio Vargas. Simultaneamente, a preparação para o Congresso de Teresópolis mobilizava as classes produtoras. Os editoriais do Informador Comercial defendiam com vigor a participação das classes produtoras na política, pois acreditava ser impossível dissociar economia e política. Para isso, afirmava o jornal, tornava-se necessária a coesão da classe em torno de um programa previamente estudado e debatido; daí a importância da preparação para o Congresso de Teresópolis e da futura Declaração do Congresso, que deveria ser um manifesto político dos industriais, comerciantes e produtores agropecuários do Brasil, em torno de suas reivindicações (6-4-1945).

Como sinal dos novos tempos, o jornal, em 29-5-1945, comentou o discurso de Luiz Carlos Prestes, após sua anistia pelo governo Getúlio Vargas, no qual ele chamou a atenção para a evolução da doutrina comunista e para o amadurecimento dos estadistas brasileiros e da burguesia nacional, que conseguiram o fim da ditadura. Segundo o jornal, o líder da esquerda havia compreendido o sentimento do povo e fizera um discurso sereno e objetivo, mencionando os principais problemas da economia brasileira. Sua análise, segundo o editorial, não divergia em nada das conclusões da Carta de Teresópolis, onde a burguesia, sensível às transformações, reconhecia as justas aspirações das classes trabalhadoras e faziam delas uma bandeira de combate.

A deposição de Getúlio Vargas, em outubro de 1945, inaugurou uma outra fase da história econômica e política do País. O ano de 1946 chegou trazendo, além da mudança política, a pressão da necessidade de reorganização da economia em tempos de paz e de superar a crise que vinha se manifestando desde os últimos anos da guerra. A chamada economia planificada – praticada na União Soviética – era uma novidade que começava a ser discutida. O jornal, em seus editoriais, insistia na importância de se reconhecer no planejamento da economia o único caminho para o desenvolvimento, sobretudo para o melhor aproveitamento de suas reservas de energia elétrica, assim como para o aumento da produtividade industrial e agrícola (“Panorama Nacional” e editoriais, abril 1946).

Em resposta a discurso do ministro do Trabalho, Otacílio Negrão de Lima, em Belo Horizonte, o jornal afirmou que a reorganização da economia brasileira não se daria apenas por decretos, mas por aumento da produtividade; e, para que isso fosse possível, seria preciso salários satisfatórios, um teto máximo para os lucros e assegurar alimentação, educação, saúde, vestuário, moradia e lazer para as classes trabalhadoras, além de alfabetização e escolas técnicas em todo o território nacional. Considerou ainda equivocada

a lei de proibição das greves, que restringia o direito dos trabalhadores de se manifestarem livremente sobre suas reivindicações.

Como a crise de abastecimento se agravava, a questão da extinção das autarquias se repetia freqüentemente nas páginas do jornal. Em agosto de 1946, Osório da Rocha Diniz abordou novamente a questão do controle do comércio pelas autarquias, ressaltando como o comércio brasileiro estava sendo historicamente cerceado por todo tipo de monopólio, dos trustes e cartéis internacionais até as autarquias, inventadas pelo próprio governo.

Vale transcrever a relação dos trustes que estariam atuando no Brasil, segundo Diniz, mesmo porque essa situação predominou durante muitos anos e, depois de 1964, apenas mudou de beneficiários:

(...) monopólio da juta para sacaria; trustes dos fósforos; monopólio das lâmpadas elétricas, esse de caráter internacional; monopólio da produção de calçados, cujas máquinas são alugadas às fábricas; trustes das linhas para cozer; dos dentifrícios e produtos farmacêuticos; do ferro e do aço, que têm trabalhado contra a implantação da grande siderurgia no País; monopólio dos cinemas e distribuição de filmes; da produção e distribuição da energia elétrica; dos telefones (American Telephone e Telegraph Co); do sal, através do Instituto Nacional do Sal, organização fundada em 1940 pelo governo brasileiro; do açúcar e do álcool (IAA, que ao impor cotas de produção provocou o desaparecimento de inúmeros canaviais e impediu o surgimento de outros, inclusive em Minas Gerais); do cimento: mais de 80% da produção nacional vem de fábricas pertencentes a empresa norte-americana; da carne, que tutela a pecuária; cartel nacional do café, a quem devemos a queima de 55 milhões de sacas de café e a perda do lugar de maior produtor mundial; trustes e cartéis mundiais da aviação; cartéis da seda, cartéis dos subprodutos do petróleo, que, junto com o cartel nacional do açúcar, impediram, durante a guerra, a produção do álcool anidro, sucedâneo natural da gasolina; truste nacional do pescado, via a Comissão Executiva da Pesca que, criada para “orientar e disciplinar” o mercado do peixe fez com que o pescado desaparecesse, os pescadores fossem submetidos a cotas de produção e a preços tabelados, para benefício dos intermediários felizardos; trustes do cigarro e do fumo: 80% dos cigarros vendidos no Brasil são vendidos por firmas ligadas ao truste inglês.

Havia razões suficientes para a preocupação constante com os obstáculos ao desenvolvimento da economia nacional.

Em março de 1946, três novas colunas surgiram nas páginas do Informador Comer-

cial: “Pelos Associações de Classe”, “Na Constituinte” e “Notas Internacionais”, em substituição à coluna “Panorama Internacional”.

Acompanhando a Assembléia Constituinte de 1946, o jornal se mostrou preocupado, entre outras questões, com o anteprojeto referente à autonomia municipal, que não previa autonomia administrativa para as capitais do Estado, para os portos, as bases militares e as estações climáticas. Via nesse artigo uma conotação política, pois impediria a presença da oposição em prefeituras de várias cidades de Minas, através da nomeação de prefeitos pelo governo do Estado. A democracia ficaria, assim, “de muletas”. O jornal acreditava que a União dos Varejistas, a Associação Comercial, o Centro do Comércio e Produção e a Federação das Indústrias saberiam tomar posição e defender a autonomia para todos os municípios mineiros (2-8-1946).

Com a continuação da crise de abastecimento, o jornal divulgou a convocação de todas as classes comerciais do País a um encontro no Rio de Janeiro, para estudar as possíveis soluções para o problema e encaminhá-las ao poder público (7-8-1946). Posteriormente (26-8-1946), transcreveu, na íntegra, a Carta elaborada no encontro, sob o título “A palavra do Comércio em Face das Dificuldades do Momento”. É um texto longo, que ocupa várias páginas, onde as entidades representativas do comércio nacional apontaram os principais problemas da economia brasileira, cuja responsabilidade estaria no governo: criação de autarquias, falta de planejamento e intervenção desordenada em setores diversos da produção, transporte deficiente, política de preços inadequada, emissionismo constante, falta de orientação clara no que concerne à atuação do Estado na esfera econômica, entre outros. Situa também as responsabilidades das classes produtoras, que não se organizaram nem se manifestaram no tempo devido; da imprensa, dos trabalhadores e dos consumidores que, agora, deveriam também contribuir para debelar os males que afetavam gravemente a economia do País. A Carta apresentava ainda as “Medidas de Emergência”, inspiradas na Carta de Teresópolis, para “Abastecimento e Preços, Transportes, Crédito, Política Social e Comércio Exterior”.

Em agosto de 1946, novas mudanças se registram no aspecto gráfico do “bolletim”: das 14 páginas, oito são dedicadas ao conteúdo jornalístico. Tem um tamanho um pouco maior, no sentido vertical, e suas páginas continuam divididas em três colunas. A disposição das colunas nas páginas foi modificada: o editorial, “Comentário do Dia” ou “Panorama Nacional”, passaram para a primeira página, dividindo-a com assuntos importantes do momento e alguns anúncios. Deu-se uma reorganização das seções: nas páginas 2 e 3, “Pensa e Diz”, “Nota Internacional”, “No Congresso” (substituindo “Na Constituinte”, suspensa após a promulgação da Constituição de 1946, em setembro) e a nova coluna “Política Estadual”. Também aí aparecem matérias referentes à economia e à política mineira, nacional e mesmo internacional. Nas outras páginas internas, apresentam-se as seções de serviços aos leitores: Bolsa de Mercadorias de Minas Gerais (coluna nova), Lo-

tações (antigo Manifesto das Mercadorias), Cartórios, Departamento de Compras, Hotéis, Bolsa de Cereais de São Paulo, Pelas Associações de Classe; as páginas 10 e 11 são reservadas às notícias da União dos Varejistas e da Junta Comercial; na página 12, “Mercadorias” e “Imóveis”. Os anúncios, ainda na primeira e última página, apareciam, cada vez mais, nas páginas internas, intercalados com as matérias.

Na coluna “No Congresso”, transformada, em fevereiro de 1947, em “Política Nacional”, o jornal comentava discursos de políticos como o do senador Getúlio Vargas, que considerava “homem comprometido com as piores correntes do nosso país” e que, depois de um período de observação da situação, ousava se lançar como “socialista, como inimigo da democracia capitalista, como defensor dos trabalhadores e como responsável pelo melhor governo que País teve”.

Por ocasião de uma das comemorações do aniversário da cidade, com a presença de Luiz Carlos Prestes, o jornal divulgou e elogiou o seu discurso, mostrando que, nos seus pontos centrais, não deixava de se afinar com os interesses das classes produtoras. Entre eles, quando o Cavaleiro da Esperança dissecou a crise da economia brasileira, ressaltando a forte dependência do capital estrangeiro norte-americano ou inglês, com a cumplicidade dos governos; ou quando defendeu a necessidade de ampliar o mercado interno e de taxar progressivamente o capital improdutivo e os lucros excessivos; ou, ainda, quando pediu aos trabalhadores que aumentassem a produtividade de seu trabalho, condição indispensável para a expansão do capital progressista contra o capital colonizador (16-12-1946).

1947 foi o ano da posse do governador Milton Campos assim como da reinstalação da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. O Informador Comercial acompanhou o processo de elaboração da nova Carta e defendia que o importante era que assegurasse o desenvolvimento econômico do Estado (3-05-1947).

A necessidade de planejamento da economia sempre era ressaltada por Osório da Rocha Diniz, sobretudo diante da grave crise inflacionária que o País atravessava e das medidas inadequadas e atabalhoadas que estavam sendo adotadas pelos órgãos responsáveis (26-2-1947). Entretanto, ele registrava o crescimento econômico do País, representado pela expansão das redes ferroviária e rodoviária, dos saldos favoráveis da balança comercial e de pagamentos, da diversificação da produção para exportação, do aumento das usinas elétricas e da maior produção de ferro, aço e carvão.

Realmente, nesse período, que corresponde ao governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), as reservas em moeda estrangeira obtidas com as exportações durante o período da guerra foram aplicadas na importação, favorecendo o reequipamento de vários setores industriais. Houve, então, um crescimento da economia. Todavia, conforme o jornal, esse crescimento poderia ter sido maior se os governos tivessem planejado a economia, melhor aplicado o lucro das empresas e tivessem tido coragem de encampar as em-

presas inglesas e norte-americanas que emperravam o progresso nacional (Osório da Rocha Diniz, em 12-3-1947).

O ano parecia se desenrolar relativamente bem e Osório da Rocha Diniz retomou a discussão sobre temas conceituais e para elogiar iniciativas, nas áreas dos transportes ferroviários e marítimos e das estradas de rodagem. Mas o grande problema, de norte a sul, continuava a ser a energia elétrica, pois “o dedo dos gigantes” não permitia o estabelecimento da indústria de energia elétrica no Brasil (19-11-1947), lembrava ele.

Nesse mesmo ano, ocorreram importantes avanços tecnológicos no jornal: aquisição da primeira grande impressora, uma Marinoni, formato AA, de segunda mão, comprada em Juiz de Fora, que significou grande avanço para o crescimento do jornal. Em consequência desse maior recurso tecnológico, o ano apresentou-se como de reformulações no aspecto gráfico, nos meses de fevereiro, abril e setembro. A de abril foi radical: o formato passa a ser tablóide, com folhas maiores e mais largas, divididas em quatro colunas, separadas por um fio vertical; os anúncios deixaram a primeira página e são inseridos entre as seções do jornal. Desde fevereiro, na 1ª página, que já não era mais exclusivamente dedicada ao Editorial, a notícia de destaque passou a ter seu título ocupando toda a largura da página, uma manchete; o “Comentário do Dia” vinha agora em quadro, separando-se da matéria de capa. O título também ganhou novas roupagens, aparecendo em letra cursiva. As Seções continuavam as mesmas, ocupando, normalmente, as mesmas páginas, com a novidade da mudança de nome e de conteúdo da “No Congresso”, que passa a ser “Política Nacional”, e da criação de “Economia e Direito”, assinada por Washington Albino (iniciada em 3-3-1947).

Em setembro, novas modificações na diagramação: a capa passou a abrigar não só o “Comentário do Dia”, como a coluna “Nota Internacional” e uma subcoluna dessa, “De todo o Mundo”; continuava com matéria de destaque sobre assuntos econômicos de ponta. No mês seguinte, ganhava a coluna “Política, Políticos e Politiquices”, também de responsabilidade de Washington Albino, ocupando o centro da página, em quadro de destaque. Nas páginas internas, continuavam as colunas e seções antigas, com exceção da seção “Hotéis”, que desapareceu; a relação de hóspedes dos principais hotéis de Belo Horizonte passou a ser inserida na nova coluna “Notas Sociais”, junto com Aniversários do Dia. Cresceu o número de notícias e de matérias variadas, de ordem econômica, nacional e internacional e de ordem política, que apareciam também na última página.

Em dezembro, registra-se o surgimento de uma nova coluna “O Assunto da Semana”, na última página. Na sua inauguração, propunha uma enquete aos leitores sobre qual deveria ser a atuação do prefeito recentemente eleito.

Ainda em 1947, uma novidade na edição de 19 de novembro sinalizava o esforço de deixar para trás a era do “bolletim” e se firmar como jornal econômico: o título, Informador Comercial, centralizado e em letra cursiva, vinha seguido do subtítulo “Diário de In-

formações Comerciais”. José Costa acompanhava as graduais transformações da imprensa belo-horizontina e tinha sensibilidade bastante para perceber as que devia fazer no seu Jornal. “Ele não mudou o título assim à toa, vaga e imprecisamente; mudou porque viu que precisava mudar”, relatou o jornalista José Bento Teixeira de Salles.

Numa jogada de marketing, ele vai reduzindo aos poucos o título Informador Comercial e aumentando o tamanho do subtítulo Diário de Informações Comerciais, que acabou virando Diário do Comércio, ainda precedido pelo Informador Comercial, até inverter os termos e, um dia, fazer desaparecer o Informador Comercial. “Foi uma jogada sensacional; o que hoje seria uma estratégia de marketing até comum, foi histórica para a época”, analisou o jornalista Deusdedit Aquino, ex-colaborador do Diário do Comércio, hoje assessor da Fiemg.

Anúncios eleitorais

Nessa época, apareceram pela primeira vez anúncios dos candidatos a vereadores, com fotos. São candidatos ligados às classes produtoras ou ao jornal, como Synval Ladeira, “candidato do comércio”, que será mais tarde presidente da União dos Varejistas; Alfredo de Paoli, do Partido Trabalhista Nacional; Antonio Lunardi, industrial; Alfredo Benjamim Martini, representante das classes produtoras; Fiorello Nadalin, que se apresenta como um dos mais eficientes batalhadores pelas classes produtoras; Hélio de Almeida Brum, Herbert Brant Aleixo, pela UDN; e José Maria Rabelo, repórter do jornal, pelo Partido Socialista Brasileiro.

Em 1948, Washington Albino se tornou o chefe da Redação, para fazer uma transformação na publicação. Ele relatou:

No início, a Redação era eu e eu. Não tinha dificuldade, nenhuma dificuldade. Sentava lá e fazia. Quando, mais tarde, vieram esses rapazes (José Maria Rabelo e Euro Luiz Arantes – nota do autor), não tinha nem lugar direito para trabalhar. Sem dúvida, era amorismo. Nós estávamos simplesmente ajudando o Costa a fazer jornal. Só isso. Não tinha segredo não. E por isso ele pagava. Pagava pouco, mas pagava direito. Os meninos vinham do interior, já tinham um ordenadinho. E assim a coisa foi crescendo, crescendo, deixou de ser “bolletim”.

A identidade entre José Costa e Washington Albino era plena, assim como com Osório da Rocha Diniz. Sobre as diretrizes de José Costa para a equipe da redação do jornal, recordou-se Washington Albino:

Ele não dava diretrizes, eu fazia o que queria, escrevia o que queria. Naturalmente já havia uma linha nacionalista firme, uma identidade de idéias.

Ao longo de 1948 e de 1949, com as páginas em cinco colunas, separadas por um fio, o número das colunas e seções aumentou. As novas colunas continuavam focando os temas econômicos e políticos, do Brasil, de Minas e do mundo: “Panorama Econômico”, com pequenas notas de política econômica nacional e internacional; “Tópicos”, que noticiava assuntos variados de interesse dos setores produtivos, associações de classe e do governo. Surgiu a coluna “Canto Chorado” que, com um toque humorístico e leve, apresentava canções que “choravam” os problemas brasileiros. Completando as suas seções de Serviços, foi inaugurada uma coluna intitulada “Imigrante”, que se ocupava da apresentação de estrangeiros com conhecimentos e experiência técnica que procuram emprego no Brasil.

No decorrer de 1949, foi processada nova reorganização das matérias, com o aparecimento de novas colunas: as notícias internacionais passaram a ser reunidas em uma única seção, na segunda página, “Notícias de toda parte”; as notícias de outros estados brasileiros e de Minas são agrupadas na última página, respectivamente, em “Notícias do Brasil” e “Notícias de Minas”. Também nesse ano, surgiu uma coluna de crítica “Cinema”, assinada por Paulo Arbex (14-6-1949) e uma “Resenha semanal do mercado norte-americano” (18-10-1949). Em dezembro, novas colunas se juntam às demais: “Duas por Semana”, assinada por Sayão de Faria; “Tópicos”; e “Notícias do Fórum”, sobre processos do Fórum mineiro.

As questões em pauta naqueles anos se referiam ainda à recuperação econômica da Europa e aos efeitos do Plano Marshall, inclusive para o Brasil, aos indícios de crise econômica nos Estados Unidos. E, no que concerne à economia brasileira, o jornal abordava as questões relativas ao comércio exterior com a América Latina (Chile e Argentina) e, sobretudo, às dificuldades da implantação definitiva da exploração do petróleo, devido à pressão dos interesses internacionais, aliados a políticos e empresários brasileiros, que preferiam o capital externo na exploração. José Maria Rabelo, em seus artigos, também insistia no desastre anunciado que seria a aceitação da participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo (18-10-1948).

Em sua edição de 7-8-1948, o jornal publicou anúncio divulgando a criação do Centro Estadual de Estudos para a Defesa do Petróleo que, além dos estudos e palestras, teria como principal objetivo a defesa da exploração do petróleo unicamente com capital nacional e pelo Estado. Solicitava o apoio da população e a sua contribuição para a consolidação do centro. Um de seus diretores era José Costa.

Quanto aos problemas econômicos e financeiros de Minas, o Informador Comercial chamava a atenção para as dificuldades de numerário para transações comerciais e movimentação da riqueza, que afetaram seriamente a praça de Belo Horizonte. Sugeriu, diante desse problema, a criação de um Banco Municipal cujas principais tarefas seriam facilitar as operações bancárias referentes à aquisição de imóveis, financiar da pequena la-

voura situada nos arredores da capital, e as iniciativas particulares em caráter comercial, industrial ou agrícola.

As greves em Minas Gerais também ocuparam as colunas do Informador Comercial, criticando uma provável sugestão do ministro do Trabalho, Honório Monteiro, ao governador Milton Campos para reprimir militarmente e investir na desunião dos grevistas, quando o certo, segundo o jornal, seria adotar as medidas políticas econômicas necessárias para garantir o aumento do padrão de vida dos trabalhadores (13-12-1948).

As comemorações do aniversário do jornal, em outubro, sempre se apresentavam como ocasiões de reafirmação de seus propósitos e de balanço de suas atividades. Na edição especial de 1947, comentou o seu papel como veículo de comunicação das classes produtoras mineiras e fez um balanço do seu esforço para, de alguma forma, contribuir para a consolidação das instituições democráticas do País. O jornal lembrou como exemplo que, em pleno Estado Novo, quando a censura exigia a folha corrida de todos os funcionários para registro no DIP, criou a coluna “Pensa e Diz”, como estratégia de resistência e de possibilidade de informação correta.

Já na edição comemorativa do aniversário de 1948, o jornal fez uma retrospectiva das questões por ele levantadas, que bem demonstra a diversidade de assuntos tratados, discutidos e impulsionados pelo Informador Comercial no decorrer do ano:

- a defesa da Constituição; a campanha a favor do funcionalismo público, pelo pagamento de seus salários atrasados; campanha contra o aumento do imposto de vendas e consignações, que conseguiu o veto do governador Milton Campos; a campanha pelo policiamento da cidade; a campanha contra a atuação da Comissão Orientadora do Abastecimento, “na qual nos expusemos a incompreensões e mal-entendidos por termos exigido a reforma da máquina arrecadadora, para melhor regularizar as finanças públicas”; campanha contra a “taxa de assistência social”, artifício pretendido pelo governo para aumentar a arrecadação; do esforço para que o Congresso das Classes Produtoras ficasse em Minas; da luta pela efetivação do convênio de tráfego mútuo entre a Rede e o Loyd; de estímulo às classes produtoras para que saíssem do marasmo.

E, na edição especial de aniversário de 1949, festejou a data de uma maneira especial: chamou a atenção para as celeumas e desagradados que a linguagem franca, a coerência com seus ideais e o compromisso com a verdade haviam provocado, reafirmando o compromisso com seus leitores. Nessa edição, anunciou a compra de uma grande impressora nos Estados Unidos, para aumentar a tiragem e possibilitar ao jornal se afirmar como “o verdadeiro e desprendido arauto dos interesses econômicos de nossa gente”.

Em edição de 17-10-1949, o jornal denunciou como “gravíssimo” o silêncio das autoridades e da imprensa sobre a descoberta de petróleo em Campos, no Estado do Rio, por geólogos norte-americanos, do Departamento de Minas dos EUA, fartamente noticiada pela imprensa norte-americana, apontando ainda as manobras audaciosas e os golpes es-

petaculares dos grandes trustes petrolíferos internacionais para controlar as reservas de petróleo onde quer que elas estivessem (Paraguai, Venezuela e muitos outros países).

Outro problema relevante abordado à época foi o novo tratado, em preparação, a ser assinado pelos presidentes Harry Truman e Eurico Dutra, destinado a estimular a inversão de capitais norte-americanos no Brasil, através da Comissão Técnica Mista Brasil - Estados Unidos. Essa comissão, instalada em 1951, foi o resultado dos esforços dos EUA em retomar a cooperação econômica com o Brasil, iniciados ainda em 1942 pelo presidente Roosevelt (Missão Cooke) e prosseguidos pela Missão Abbink. O relatório dessa comissão, apresentado em junho de 1949, extremamente conservador, recomendava a cooperação do capital estrangeiro nos setores básicos, como petróleo, energia e mineração e influenciou profundamente a política do governo brasileiro. Ele dá origem à Comissão Técnica e ao chamado tratado “dos quatro pontos”, segundo o qual os capitais internacionais ficariam isentos do imposto de renda e dos impostos de alfândega relativos aos equipamentos que importassem, poderiam fazer a remessa de seus lucros, com prioridade de câmbio. O jornal conclamava os representantes da indústria e do comércio a participarem ativamente da Convenção, para impedir a ratificação pelo Congresso, das cláusulas nocivas ao País (1-11-1949).

Dois anos mais tarde, comentando a divulgação do referido plano na imprensa dos EUA, o Jornal chamava a atenção para o cuidado que as autoridades deveriam ter para que os recursos disponíveis fossem aplicados onde realmente necessário para a emancipação econômica do País: na produção de energia hidroelétrica, na mecanização agrícola, nos transportes e no petróleo (edição de 16-1-1951).

A essa altura, já consolidado como um jornal especializado em economia, sonho de seu fundador, era hora de dotá-lo de melhores condições tecnológicas.

A chegada da rotoplana e o esforço desenvolvimentista

Em 1950, o jornal adquiriu uma impressora nova, uma rotoplana. Luiz Carlos Motta Costa explica:

Era modesta ainda, mas já era pioneira, tinha uma produtividade maior, uma eficiência diferenciada em relação aos equipamentos então existentes. Era uma impressora plana; a composição era feita por linotipo e os textos eram montados em uma bandeja, colocada diretamente na impressora, sem nenhuma outra etapa intermediária.”

O processo se tornava, portanto, mais eficiente e mais rápido, eliminando todo o trabalho de fazer o molde da página montada em chumbo (pelas linotipos), com um mate-

rial próprio que parecia uma massa pastosa; a imagem, em relevo, ficava na chamada “te-lha”, em forma de cilindro, para ser refundida novamente em chumbo com a curvatura devida, adequada para ser colocada na impressora. Essa era a tecnologia então usada em todos os jornais e foi utilizada até quase os anos 70. José Costa realmente se antecipou.

Com a chegada da nova impressora “Goss”, novas mudanças se dão no visual e no formato do jornal. Ele passou a apresentar um tamanho próprio, mais alto e mais estreito que o tablóide convencional, mas menor que o formato *Standard*. A rotoplana tinha capacidade para imprimir 5 mil exemplares por hora, frente e verso, usando bobina de papel. A oficina já dispunha de três máquinas linotipos, 11 funcionários e uma impressora moderna. Era o que havia de mais moderno para um jornal como o Informador Comercial.

Outras modificações gráficas e na diagramação se seguiriam a essa aquisição, incluindo o aumento do número de páginas, de 8 para 12. Ao título, que continuou o mesmo, foi acrescido o bordão “um jornal independente”. Na capa, além do espaço para uma manchete, surgiu o Sumário, com o subtítulo “Neste Número”, indicando as matérias e seções apresentadas na edição, acompanhadas da indicação das páginas onde se encontravam. A nova organização das páginas implicou também nova organização das seções, abrigadas agora em temas: Informador na Contabilidade; Informador Forense, com “Protestos” e “Justiça do Trabalho”; Informador Esportivo, com matérias relacionadas ao esporte, particularmente o futebol, que teve um rápido crescimento; Notas Sociais; a décima página foi dedicada inteiramente à seção Câmbio, Bolsas, Mercado, que informava as demandas de importação de produtos do Brasil; Mercadorias, Imóveis e Lotações, Expediente da Junta Comercial e Oportunidades (vendas de equipamentos) ocupavam a décima primeira página. A décima segunda página guardava características de “contracapa”, apresentando ainda o título do jornal, o ano, data de publicação e abrigando matérias de destaque, assim como as colunas “Política, Políticos & Politiquices”, “Pensa e Diz” e uma nova: “Notícias Políticas”.

Desde o final de 1948, o jornal tratava da sucessão presidencial, sobretudo na coluna “Política, Políticos & Politiquices”. Discutiam-se os acordos entre os diferentes grupos do PSD e da UDN, a dificuldade de se encontrar um nome plausível e a candidatura, sem esperança, segundo a coluna, de Getúlio Vargas (artigo de A. Melo Lima, especial para o Informador Comercial, em 10-5-1950). Na edição de 11-10-1950, Osório da Rocha Diniz comentou os resultados da eleição recém-realizada, com a derrota dos candidatos oficiais e a vitória de Getúlio Vargas à presidência da República, possibilitada, segundo o autor, pela política deflacionista, pela proibição das exportações de tecidos, pelo *crack* da pecuária e pela liberdade total para as importações do governo anterior. Segundo Osório, os candidatos oficiais não prestaram atenção nessas questões nem nos discursos do sr. Getúlio Vargas, além de terem deixado engavetadas, na Câmara e no Senado, as leis sobre Refor-

ma Agrária, Reforma Bancária, Estatuto do Petróleo, Estatuto da Hiléia Amazônica e só se preocupavam em votar aumentos dos subsídios. Resultado: o ex-ditador voltou ao poder, disse Osório.

A década de 1950 foi inaugurada com a gestão de Juscelino Kubitschek no governo de Minas, a volta de Getúlio Vargas à presidência e a abertura definitiva do País ao capital estrangeiro, sob a égide do controle estatal. No seu decorrer, viveu complicações políticas graves, com o suicídio de Vargas e o governo Café Filho e assistiu ao questionamento do protecionismo estatal e, ao final, a eleição JK para a presidência da República, com o seu fabuloso esforço de fazer o país avançar “cinquenta anos em cinco”.

No governo de Minas Gerais, o programa de JK, preocupado em criar uma verdadeira infra-estrutura econômica, sintetizou-se no binômio “Energia e Transporte”, *slogan* que representava a consolidação das condições para a definitiva inserção do capitalismo em Minas Gerais e não deixava de ser uma preparação para o seu Plano de Metas, que seria aplicado na presidência da República. Para tirar Minas da pasmação econômica, causada pela exploração rotineira e predatória da agricultura e pelos vários obstáculos à industrialização, era preciso realmente expandir a mineração, a metalurgia e a siderurgia; o que exigia altos investimentos e melhores condições de transporte, defendia o governador. A situação financeira de Minas Gerais, todavia, era precária e a maior parte dos recursos, cerca de 80%, deveria ser destinada ao pagamento do funcionalismo. Sem recursos, JK optou por dois caminhos: ajuda do governo federal e investimentos estrangeiros.²⁵

Nesse contexto, o Informador Comercial, enquanto progressista, apoiava as iniciativas de JK, aí incluindo, um ano mais tarde, a construção de Brasília; como nacionalista continuava alertando sobre o risco representado pelo capital estrangeiro, sempre uma ameaça à soberania do País.

Em relação à economia mineira, o Informador Comercial divulgava a próxima Conferência de Araxá, reunião das classes produtoras nacionais, apoiando as entidades de classe na preparação para o Congresso. Osório da Rocha Diniz foi designado secretário geral da Conferência e José Costa delegado da União dos Varejistas. Nas reuniões preparatórias, foram levantados os principais problemas de cada região: a insuficiência da energia elétrica, o estrangulamento representado pelos transportes e pelas condições de financiamento e crédito cooperativos e a questão da saúde são os mais apontados.

Por seu lado, Getúlio Vargas, eleito, retomou o seu projeto de desenvolvimento capitalista do País. Reforçou o setor de produção de energia elétrica (elaborando o projeto Eletrobrás, criando a Cia. Hidroelétrica de São Francisco e a Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso), resolveu a questão do petróleo com a criação da Petrobras e negociou com os alemães a compra de tecnologia nuclear. Tomou medidas para favorecer a produção de bens de capital, encarecendo as importações; e buscou controlar o capital estrangeiro, ati-

²⁵ BOJUNGA, Cláudio. JK, o Artista do Impossível. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, pp. 201-218.

vando a presença estatal na estruturação das condições para a consolidação do capitalismo brasileiro. Mas levantou contra si os poderosos interesses monopolísticos internacionais, a burguesia comercial brasileira, beneficiária dos negócios de importação e exportação, assim como os setores políticos ultraconservadores.

Já Juscelino Kubitschek, como presidente, estabeleceu com seu programa de metas as prioridades necessárias exigidas pelo setor produtivo, ou seja, pelas necessidades da produção/acumulação de capital; daí o foco na produção de bens de consumo duráveis e bens intermediários, ao invés dos bens de consumo de massa e bens de capital, preferências de Getúlio Vargas. Produziu, enfim, um governo de crescimento em praticamente todos os setores econômicos.

A consolidação do processo de acumulação capitalista possibilitada por Getúlio Vargas e pelo presidente JK tem as suas origens na Revolução de 1930, que representa, de fato – apesar das alianças então feitas – o fim da hegemonia agrário-exportadora e o esforço de transformar a indústria no setor chave da economia nacional. As transformações estruturais então efetivadas pelo novo jogo de forças políticas criaram as condições necessárias para a expansão do sistema capitalista e lograram alcançá-lo. A legislação social assegurou a inserção do operariado urbano e possibilitou os ganhos do capital. Por outro lado, o papel decisivo do Estado no direcionamento do desenvolvimento dos setores básicos da economia assegurou a implantação do capitalismo no Brasil, apesar das pressões do capital internacional. No fim dos anos cinquenta, a industrialização programada de bens de consumo duráveis e bens de capital, em estreita associação com o capital internacional, é alcançada, mas à custa de uma elevada concentração da renda e de um esmagamento do salário das classes trabalhadoras. Juscelino conseguiu ainda certo equilíbrio e manteve relativa estabilidade do regime. Mas ao longo dos anos, as contradições só se acirraram.

Todo esse cenário é possível descortinar nas páginas do jornal, que mostraram a luta, as marchas e contramarchas da constituição de uma nova correlação de forças sociais, da reformulação do aparelho estatal, da regulamentação dos fatores da produção – trabalho, preço do trabalho, leis trabalhistas, etc. – que institucionalizam as novas regras do jogo e possibilitavam um novo modelo de acumulação do capital, agora de base urbano-industrial. É nesse quadro que se movem os editoriais, matérias e colunas do ainda Informador Comercial, sempre defendendo o desenvolvimento independente do País e as soluções para os problemas de Belo Horizonte e de Minas Gerais.

Em maio de 1950, o “Comentário do Dia” referiu-se à inauguração da Usina Hidroelétrica de Salto Grande, iniciada em 1948 por Américo René Giannetti, então secretário da Agricultura, e considerada a maior das contribuições do governador Milton Campos para o Estado, que passará a dispor de aumento de 80% na disponibilidade de energia elétrica (18-5-1950).

Os cinqüenta anos da Associação Comercial, em janeiro de 1951, foram festejados pelo jornal, com Osório da Rocha Diniz destacando a importância da entidade para o progresso do Estado.

Em Belo Horizonte, naquela época, o problema maior era a crise de abastecimento que durou praticamente toda a década: faltava feijão, açúcar, produtos hortigranjeiros, carne. No decorrer da década, o jornal noticiava a enchente do ribeirão Arrudas, que inundou a Feira dos Produtores. José Costa e seu jornal se colocaram à disposição da União dos Varejistas. Rui Pires de Melo, vice-presidente da UVMG, assim se lembrou do papel de José Costa:

“(...) ele tinha bom relacionamento e abria as portas para nós: do governo estadual, da Prefeitura. José Costa se tornou um patrimônio dos pequenos comerciantes. Abraçou a causa, abriu os horizontes para nós. [...] E mais, ele fazia o que fazia e não alardeava. Uma vez, conversando com ele, ele disse que tínhamos duas coisas importantes em Minas Gerais. Antes de ele dizer quais eram, eu intervi: “O Informador Comercial e a Folhinha Mariana”.

O aniversário do jornal, em outubro de 1951, foi festejado com um Suplemento de Aniversário, edição extra, que festejava também o primeiro decênio da Cidade Industrial, mostrando as suas conquistas, o seu crescimento e a sua importância para a economia mineira (edição de 18-10-1951), e também apontando as medidas a serem ainda tomadas para o completo êxito daquele distrito industrial.

A Redação do jornal, nessa época, já ocupava um espaço maior, no 1º andar do edifício IAPC, na Avenida Afonso Pena. Depois de Euro Arantes, que substituíra Washington Albino, José Aparecido de Oliveira tomou a frente da Redação, assumindo, inclusive, a coluna Políticos & Politiqüices. “Nasci para a minha profissão, o Jornalismo, na redação do Informador Comercial, no final dos efervescentes anos 1940, para cobrir os acontecimentos políticos e econômicos, sob a batuta do mestre Washington Albino e, depois, chefiando a Redação”, diria ele, em artigo publicado na edição comemorativa dos 60 anos.

Édison Zenóbio ocupou a chefia com a saída do José Aparecido. A Redação era então constituída por Guilherme Apgáua, como repórter; Antonio Costa e Eliseu Lopes como redatores. Antonio Costa ajudava no copidesque e, às vezes, fazia o editorial. Todos eles tinham outros empregos, em outros jornais ou em órgãos públicos.

Guilherme Apgáua trabalhava na "Folha de Minas" quando lhe acenaram com “um emprego que paga em dia”. Segundo seu próprio depoimento, não vacilou. E só saiu do jornal em 1975, ao se aposentar, certo de que a sua missão terminava ali, dando lugar à “aurora universitária e técnica que começava a penetrar na redação do Diário do Comércio”. Fez a cobertura das entidades de classe durante os vinte anos que trabalhou no jor-

nal, assim como de eventos econômicos no interior de Minas.

José Bento Teixeira de Salles, ex-oficial de gabinete do governador Milton Campos, fazia a cobertura da Assembléia Legislativa e, algum tempo depois, começou a fazer também uns “sultos” sobre economia, a pedido de José Costa. Eduardo Luchesi e Aduino Santos eram também colaboradores.

Édison Zenóbio registra três acontecimentos importantes, cada um deles representando uma faceta de José Costa, no período em que chefiou a Redação:

1) o Sindicato dos Jornalistas, sob a presidência de Gonçalo Coelho, iniciou um movimento pela implantação da carreira para os jornalistas dentro das redações, criando categorias dentro de cada função, o que significaria, evidentemente, uma escala de salários em aumento. José Costa chamou o Zenóbio e lhe disse o seguinte:

“Vejo com muita simpatia esse movimento do Sindicato, mas nós não temos condições de pagar repórter 1, repórter 2, redator 1, redator 2. Então, você controla o pessoal, porque não vou pagar mesmo. Se pagar, vai ser um furo nas nossas finanças e vamos ter que acabar fechando. Não faço isso de jeito nenhum”.

O chefe de Redação conversou com o pessoal – Apgáua, Antonio Costa e Eliseu Lopes – e a coisa ficou por isso mesmo.

2) a preparação para a sede nova (na Rua Rio de Janeiro) estava em negociações, quando houve uma olimpíada universitária em São Paulo. Como diretor da Federação Universitária Mineira de Esportes (Fume), Zenóbio foi convidado. José Costa, muito econômico, quis aproveitar a ocasião e pediu a seu chefe de Redação para visitar na capital paulista um jornal italiano – o Fanfulla – que tinha um processo de fazer uma chacheria própria, que era um dos sonhos do José Costa.

Eu fui lá, vi e trouxe as informações. O Costa achou cara a máquina e disse que o melhor seria esperar mais um pouco, mesmo porque ele precisava dar um salto maior: ‘Já se fala em *off-set* e o meu grande sonho é uma *off-set* própria, financiada; não posso comprar as duas máquinas e vou ter que esperar um pouco mais.

3) ainda durante a preparação para a sede nova, Costa pediu a Zenóbio para aproveitar e fazer também alguma mudança no jornal. O chefe da Redação fez as modificações que julgava oportunas: colocou o artigo do prof. Antonio Lopes Sá em página fixa, com uma foto abrindo a coluna; levou Mário Fontana para fazer uma coluna social, o DC Sociedade, assinada sob pseudônimo, Brillat Savarin; criou o DC Confidencial, coluna de responsabilidade sua e do próprio José Costa, que dava furos importantes relativos aos negócios econômicos e políticos. O jornal também passou a dar mais destaque ao Boletim da Bolsa de Minas Gerais, “que tinha uma procura enorme”, e também se preocupou em

melhorar as manchetes, tornando-as fortes e incisivas.

Em relação às dificuldades porventura encontradas no dia-a-dia do fazer do jornal, Zenóbio foi objetivo:

“As dificuldades existiam, mas eram próprias da falta de dinheiro, próprias daquela firmeza do Zé Costa de ter sempre o pé no chão. Ele era de uma ousadia comedida; quer dizer, se pudesse fazer agora ele fazia, mas se tivesse que esperar ele sabia esperar o momento. [...] E era uma pessoa de rara grandeza. Lembro-me, por exemplo, quando ele estava preso em Neves, fui visitá-lo e manifestei a minha estranheza pelo silêncio de tanta gente que freqüentava o jornal, de entidades importantes que não se pronunciaram. Disse-me ele: ‘Eles estão no papel deles; porque se eles disserem alguma coisa, acabam tomando as entidades deles.’ Não é uma grandeza?”

A mudança para a primeira sede própria, na Rua Rio de Janeiro, esquina com Caetés, ocorreu em início de 1951. Poucos meses depois, uma grande notícia: a criação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), por meio de decreto assinado pelo presidente da República (edição de 8-12-1951). Mas apesar da constituição da estatal do petróleo, a luta nos bastidores continuava acirrada. Osório da Rocha Diniz alertava a opinião pública sobre os riscos de se ceder não só à pressão do capital internacional, como também àquela dos “falsos” brasileiros que, em nome da cooperação internacional, facilmente abdicariam aos interesses nacionais. Insistia em defender a posição correta do governo Vargas sobre o petróleo, mas lamentava duas decisões governamentais: a construção da usina Paulo Afonso, ao invés da execução do Plano de Eletrificação do Rio Grande do Sul ou de Minas Gerais, pois maior teria sido o ganho nacional; e não ter dado a importância devida à produção do álcool anidro, substituído pelo gasogênio, quando o sr. Barbosa Lima Sobrinho “invocou até mesmo o nosso dever de solidariedade para com os Estados Unidos e a acolhida dada por aquele país ao nosso café” (12-12-1951). “Manhas e artimanhas dos trustes internacionais, a quem não interessa o avanço da economia brasileira”, lembrava Osório.

Uma das mais duras denúncias desses tempos se referiu ao plano de câmbio e comércio exterior – Esquema Aranha – proposto pelo ministro de Getúlio Vargas que, segundo afirmações do jornal, eram nada mais, nada menos do que posições defendidas por economistas norte-americanos em palestras na Fundação Getúlio Vargas, desde 1947, e que podiam ser resumidas nos seguintes termos: depreciação da moeda externa para resolver a crise do comércio exterior, estimulando a exportação e sem causar inflação; o desenvolvimento econômico do País sem necessidade de industrialização. Essas posições constituíam exatamente o cerne do Plano Aranha (fevereiro de 1954) que, entre ou-

tras medidas, através da instrução 70 da Sumoc, extinguiu o câmbio subvencionado e inaugurava um sistema de taxas múltiplas de câmbio para importação e exportação.

O jornal também questionava a atuação do ministro do Trabalho, João Goulart, estimulando a insatisfação dos trabalhadores com a questão do “salário mínimo” e implantando a sindicalização das massas rurais, artifícios para a “articulação da base com o objetivo de possibilitar o continuísmo getulista”. O jornal chamava a atenção das classes produtoras para não se acovardarem.

Em relação ao Governo Vargas, o DC se alternava entre críticas ácidas, como a que ressaltava sua responsabilidade na crise econômica e política que o País atravessava e considerava-o “traidor do povo e das promessas feitas e não cumpridas, e responsável pela desagregação nacional”. Entretanto, ao comentar a fala do presidente por ocasião da inauguração da Mannesmann, opinou que Getúlio Vargas fizera uma oração épica, enfrentando corajosamente a inquietação dos brasileiros e a campanha sem quartel que vinha sofrendo sua autoridade. E, acreditando poder interpretar o sentimento popular – mesmo sendo um opositor do “governo infeliz e desastrado” de Getúlio Vargas, – o jornal se manifestou contra a renúncia do presidente, pois, obrigando-o a renunciar “estaríamos ferindo gravemente o regime democrático.”

A notícia do suicídio do presidente foi comentada com consternação e com os votos de que o Brasil pudesse retornar à ordem, à paz, à tranquilidade e ao trabalho. Divulgou o posicionamento do novo presidente, Café Filho, dizendo que honraria os compromissos assumidos por Vargas com os humildes. Todavia, em editorial posterior, o jornal afirmava que Café Filho, ao invés de continuar como o líder expressivo e evoluído que era na Câmara dos Deputados, como presidente iniciou um ciclo de capitulações nada condizentes com a tradição de sua vida pública (19-10-1954).

Nesse novo contexto político de ameaça aos interesses nacionais de independência econômica, o jornal denunciou duramente a política econômica do ministro Eugênio Gudin, bem como os insistentes pronunciamentos pela liberdade de comércio e da livre iniciativa, posições do liberalismo econômico, mas que não se aplicavam a um país que quer alcançar o seu desenvolvimento. Osório da Rocha Diniz lembrou que todas as nações então desenvolvidas haviam sido protecionistas um dia (29-12-1954).

As crises cambial, da balança comercial, bancária e inflacionária continuaram no foco do jornal durante todo o ano, ao lado das movimentações em torno da próxima sucessão presidencial. O jornal defendia a necessidade de os candidatos explicitarem seus programas e as medidas a serem implantadas para a solução da crise econômica brasileira.

Foi como uma esperança que o jornal recebeu o resultado das eleições, considerando a vitória de Juscelino Kubitschek como revestido de um significado especial para o Brasil e para Minas, da mesma forma que a eleição de Bias Fortes para o governo de Minas Gerais. Segundo Osório da Rocha Diniz, essas eleições representavam um sinal de que “o

País não vai parar como o queriam os srs. Oswaldo Aranha, Gudin e Café Filho”.

Mas, os problemas e as pressões contra o desenvolvimento industrial do País continuavam: em fevereiro de 1956, por exemplo, assumindo a presidência da Petrobras o tenente-coronel Janary Nunes, ex-governador do Estado do Amapá, em seu discurso de posse publicado pelo Diário do Comércio, afirmava que manteria a política nacionalista de exploração e produção do petróleo, comprometendo-se a executar o programa de crescimento da produção traçado pelo presidente Kubitschek. Mas no Comentário do Dia de 17-5-1958, o jornal denunciou os ataques ao cel. Janary Nunes, para tirá-lo da presidência da Petrobras.²⁶

A mesma coisa aconteceu, algum tempo depois, com a Usiminas: interesses do capital internacional continuavam a fazer pressão, dificultando a implantação da indústria brasileira nos setores básicos da economia.

Ainda em princípios de 1956, finalmente, apareceram, de acordo com o jornal, os primeiros indícios de uma disposição mais firme do governo central no que concerne à implantação de uma siderurgia em Minas Gerais. Osório da Rocha Diniz situava o primeiro desses indícios no Fórum Econômico realizado pela Fiemg em 5 de abril de 1956, quando o governador Bias Fortes defendeu a idéia de que Minas não podia continuar a exportar minério e outras matérias-primas, mas teria que industrializar as riquezas do seu subsolo. Outro indício, segundo ele, era a postura do general Macedo Soares, presidente da CSN, em conferência de 11 de abril, na Sociedade Mineira de Engenharia, na qual reiterava a posição de que o Brasil não podia ter apenas uma usina siderúrgica. O terceiro indício era a posição do próprio presidente JK na inauguração da Mannesmann, em 22 de abril de 1956, quando prometeu apoio à instalação da usina siderúrgica de grande porte em Minas Gerais.

De fato, o atendimento à demanda de Minas Gerais parecia tomar contornos mais concretos. O jornal anunciou na primeira página, em 17-4-1956, a chegada a Belo Horizonte de industriais da siderurgia japonesa e de diretores da Cosipa que, juntos com o governador Bias Fortes e diretores da CSN, iriam discutir o acordo para a implantação de usina siderúrgica no Estado. Segundo a matéria, esse pré-acordo foi precedido por amplos estudos sobre as possibilidades de implantação de uma usina siderúrgica em Minas e visita de delegação brasileira ao Japão, para estudar *in loco* as possibilidades japonesas.

Apesar dessas notícias auspiciosas, o jornal continuava a se preocupar com a tendência a relegar a segundo plano as necessidades reais das indústrias brasileiras. Osório da

²⁶ De fato, o cel. Janary acaba por deixar o cargo em 11 de dezembro de 1958; seu substituto foi Idálio Sandemberg; no seu discurso de despedida, denuncia “a batalha externa para evitar a perturbação da vida da empresa, desde as tentativas de interferência indébita nas normas estabelecidas com critério elevado, até o ataque sistemático de forças poderosas e invisíveis que aplicam contra ela a técnica da propaganda ou a técnica da deturpação habitual que condena prejuízos e condena lucros, que desacredita a vitória e exagera o insucesso, que dissemina o ódio frio pago pelo concorrente ameaçado. Essa luta sem tréguas contra a Petrobras representa um desrespeito à lei em vigor e uma ofensa direta aos interesses nacionais”. (Edição de 13-12-58)

Rocha Diniz, em coluna de 3-4-1956, chamou a atenção para o caso da Usiminas, cuja implantação precisava ser protegida e defendida pelos mineiros e por seus dirigentes, de modo a impedir que interesses externos colocassem obstáculos à sua implementação.

Finalmente, em junho de 1957, o jornal anunciava e dava ampla cobertura à assinatura do acordo Horikoski / Lanari para a constituição da *joint-venture* Brasil / Japão para a construção da Usiminas. Mas a pressão do capital internacional continuava, segundo o jornal, para a exportação do minério de ferro e, sobretudo, do manganês. Em janeiro de 1958, o Comentário do Dia denunciava o monopólio exercido pela United State Steel sobre o produto e sugeria ao governo a proibição da exportação de manganês, a fim de garantir a siderurgia no Estado (25-1-1958).

As denúncias do jornal são freqüentes: na edição de 5-2-1958, artigo de Marco Antonio Coelho, intitulado “Truste americano deseja apropriar-se da energia de Paulo Afonso”, denunciava a ofensiva para a entrega da energia de Paulo Afonso a um consórcio norte-americano de alumínio (Kaiser Aluminium Co).

O agravamento da crise social também era freqüentemente debatido nas páginas do jornal, que denunciava a alta dos preços dos produtos de primeira necessidade afetando o poder aquisitivo da classe média e das classes “menos favorecidas”. Os quebra-quebras ocorridos em Belo Horizonte e em Curitiba eram sinais do descontentamento do povo e da intranqüilidade reinante (22-2-1952). Em 1957, o problema ainda continuava, agravado com a crise de abastecimento que se alastrava por todo o País e com a paralisação de milhares de sacas de trigo nos portos do Rio Grande do Sul (10-4-1957).

Ao mesmo tempo, o jornal divulgava a repercussão do chamado “escândalo do imposto sindical”, com o desvio da contribuição de milhões de trabalhadores, em proveito de algumas dezenas de políticos, principalmente do Partido Trabalhista Brasileiro (2-4-1957). Em agosto do mesmo ano, o jornal divulgou, elogiando, as medidas tomadas pelo governador Bias Fortes, por meio de seu Secretário de Agricultura, Álvaro Marcílio, para o barateamento de produtos de primeira necessidade, com a criação de dois outros postos de abastecimento. Mas criticou a contradição do governo que, simultaneamente, apresentava projeto de majoração dos impostos (1-12-1957).

Do ponto de vista internacional, concretizando-se a opção do presidente Kubitschek pelo capital internacional, o jornal noticiava as negociações encetadas pelo governo brasileiro com países europeus para o financiamento e aquisição de equipamentos e bens de produção, navios e máquinas (1-8-1957) e para a instalação da indústria de automóveis no País, através de diversos contratos de cooperação com empresas estrangeiras. Em junho de 1956, havia sido criado o Grupo Executivo da Indústria Automobilística – GEIA, que representava o compromisso formal do governo com a implantação da indústria automobilística.

Naquele contexto de abertura ao capital estrangeiro, ressaltava sempre a necessidade

de as negociações serem precedidas de aprofundados estudos, pelo cuidado de se evitar armadilhas e, sobretudo, pela necessidade de união entre as esferas pública e privada para a concretização das medidas a serem implementadas. Alertava ainda contra uma tendência que se desenhava de repulsa à política nacionalista e à intervenção do Estado na economia, alimentada por certa imprensa (edição de 9 de agosto de 1957).

No primeiro dia de 1958, o jornal criticou de maneira severa, por meio de artigo de Osny Duarte Pereira, a política do Brasil de vender por preço irrisório as matérias-primas essenciais à indústria de base de qualquer país e de aceitar o odioso monopólio dos EUA sobre o ferro e o manganês. Ressaltava o interesse de capitais franceses, belgas, alemães e mesmo japoneses em montar usinas siderúrgicas em nosso País, o que seria interessante para nós, "pois daríamos um fim ao monopólio norte-americano".

O jornal jamais deixava esquecer, nos artigos de Osório da Rocha Diniz, "Que a Amazônia corre perigo", denunciando o interesse de vários países pela região e a necessidade urgente de um planejamento para ocupação efetiva das áreas do Brasil Central e da Amazônia (18-12-1957). Além dos interesses diretamente econômicos, Osório da Rocha Diniz já denunciava também a cobiça e o interesse científico de potências estrangeiras pelo território amazônico (1-5-1958).

O ano de 1959 viveu a retomada da campanha pela criação da refinaria de petróleo e a construção do oleoduto Rio-Belo Horizonte, que passaria por Petrópolis, Juiz de Fora e Barbacena. Segundo Osório da Rocha Diniz, presidente da comissão designada pelo governador Bias Fortes para tratar do assunto, o trabalho desenvolveria suas estratégias em três frentes: junto à opinião pública, ao governo federal e diretamente com JK. Para isso, dizia Osório, seria necessário motivar e obter o apoio das classes produtoras.

A inauguração de Brasília e os quatro anos do governo JK são elogiados pelo jornal, que mostra a importância da construção de Brasília, da estrada Belém-Brasília e da implantação da indústria de base prevista no Programa de Metas.

O novo título

Em 18 de outubro de 1960, comemorando mais um aniversário, deu-se uma modificação importante no título do jornal. Refletindo o seu crescimento e a certeza de ter alcançado o objetivo inicial de transformar-se em jornal especializado em economia e porta-voz das classes produtoras, foi feita a inversão dos termos no título, operação iniciada em 1957 e gradativamente preparada. O jornal assumiu então o seu título definitivo: Diário do Comércio, o Informador Comercial.

A essa altura, já estava mais preparado graficamente, apresentava mais fotografias, mais imagens e uma melhor qualidade de impressão. A equipe de redação era chefiada por Antonio Costa dos Santos, com a colaboração de Eliseu Lopes, Guilherme Apgáua e



Nair Macedo Costa, fazendo a sua iniciação no Jornalismo, logo depois frustrada pelo golpe de 1964. Os colaboradores de sempre continuavam a dar a sua contribuição.

Um pequeno parêntese

Nesses idos de 1960, de ponto de vista gerencial e jurídico, José Costa ainda era o único responsável pela firma. Contava com a colaboração de Ignácio Pereira Christo, que se responsabilizava pela parte de publicidade e respondia pela firma por ocasião das viagens do seu diretor. Concretizando uma antiga aspiração – afinal, construiu um empreendimento pensando na sua continuação pelos filhos – também já contava com a participação de suas filhas nas diferentes tarefas administrativas.

Lúcia, formada como Técnica de Contabilidade, foi a primeira, sendo encarregada, em 1952, dos serviços de pagamentos em geral; depois de formada em Economia pela UFMG, passou a se ocupar também da organização e modernização dos serviços de contabilidade, sob a supervisão e responsabilidade do professor Lopes Sá. Saiu em 1962, para fazer especialização no Chile, e foi substituída pela irmã caçula, Raquel que, também com curso Técnico de Contabilidade, e depois formada em Sociologia, se ocupou da administração contábil da empresa até o nascimento de seu primeiro filho, em 1966.

Vera também trabalhou alguns anos no jornal, mas arranhou um namorado na Redação e o pai, severo, não gostou da história e ela foi recambiada para casa e encarregada de auxiliar na revisão do jornal, longe da Redação.

Nair começou a trabalhar na empresa em 1954, no Informador Comercial, responsabilizando-se inicialmente pela confecção das fichas cadastrais e, depois de uns tempos, pelo próprio Serviço de Cadastro. Mais tarde, já cursando Sociologia e Política na Face - UFMG e com conhecimentos de inglês, passou a fazer uma coluna, traduzindo artigos e notícias de boletins e revistas norte-americanas. Deixando o Informador Comercial, começou a trabalhar na Redação, onde se ocupava de artigos e, às vezes, dos editoriais. Ficou no jornal até junho de 1964, passando então a se dedicar ao ensino superior, como professora da Universidade Católica de Minas Gerais.

Em meados da década, foi a vez de os filhos começarem a ser treinados. José Costa queria que eles conhecessem a empresa por dentro e ambos começaram como “boys”: pagar contas, levar matéria já pronta para a oficina, pegar material na Junta Comercial e outras pequenas tarefas. José, o mais velho, não gostou muito das incumbências e acabou saindo, para trabalhar no Banco Mercantil. Voltou mais tarde, formado em Administração de Empresas pela UFMG e já casado.

Luiz Carlos, o caçula, sempre encantado com a Redação, começou em 1966 a escrever e assinar matérias sobre automóveis. Foi o seu início como jornalista. Pensava em fazer Administração de Empresa, acreditando que poderia contribuir melhor para a conso-

lidação dos negócios do pai. Em 1968, porém, não mais resistiu à vocação sufocada. Uma conversa com sua irmã Rachel lhe deu a coragem necessária: “Papai falou um dia desses, numa roda, que vê em você um jornalista, mas que não diz nada porque não quer lhe influenciar”. Diante disso, resolveu fazer o curso de Jornalismo da UFMG. “Bendita escolha”, diz ele, 29 anos depois.

Era assim o José Costa como pai: total liberdade para cada um escolher o seu caminho, embora o seu sonho fosse se ver rodeado pelos filhos também na empresa. Exigia deles o máximo: pontualidade, presença nos horários devidos, trabalho sem falhas, seriedade profissional, responsabilidade. Nada de privilégios. Eles tinham que dar exemplo para os outros funcionários. Salário? O menor possível. Pois, afinal, a empresa era deles também e eles tinham que ajudá-la a crescer.

A crise anunciada

O desgaste do modelo, com inflação em alta e sacrifício dos trabalhadores, possibilitou a vitória de Jânio Quadros na eleição de 1960, apoiado sobretudo pelas mesmas forças que levaram Getúlio Vargas ao suicídio. Foram tempos conturbados, econômica e politicamente. Atendendo às pressões do Fundo Monetário Internacional, o novo presidente adotou uma política econômica de restrição do crédito e congelamento dos salários. Com a Instrução 204, da Sumoc, promove uma liberação do câmbio que nem mesmo Café Filho e Juscelino Kubitschek tiveram coragem de fazer, facilitando ao capital estrangeiro sediado no Brasil a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial.

Em 26 de maio de 1961, o jornal publicou o memorial enviado pelas classes produtoras (ACMinas, Fiemg, Fecomércio, Faremig, CICI, CDL, Sociedade Mineira de Agricultura e UVMG) ao novo presidente, hipotecando-lhe solidariedade pelas instruções 113 e 204, que procuravam atenuar a espiral inflacionária, estimular as exportações e impulsionar a indústria nacional, cuidando ainda da redução de despesas de custeio do governo e disciplinando as despesas de investimento. Entretanto, poucos dias depois, na coluna Panorama Nacional, Osório da Rocha Diniz, comentando debate na Faculdade de Ciências Econômicas sobre a mesma Instrução 204, considerou-a totalmente inoportuna e advertiu contra o seu caráter tributário. Segundo Osório, a referida Instrução iria, na realidade, subsidiar as empresas internacionais e os grandes produtores agrícolas, transferindo o ônus para os assalariados e aumentando a desigualdade entre ricos e pobres.

Em outubro de 1961, o jornal transcreveu reportagem de “O Estado de S. Paulo”, de 15-10-1961, alertando para o colossal déficit no orçamento da União e a crescente emissão de papel-moeda pelo governo, que teriam como consequência maior inflação e encarecimento ainda maior do custo de vida. Jânio renuncia e João Goulart assume, em meio a grandes turbulências.

O jornal continuava aperfeiçoando a sua diagramação: o título agora fixo, na parte superior da primeira página; letras mais visíveis, títulos mais destacados e modernos, fotografias mais regulares. Algumas colunas continuam; uma ou outra desaparece e surgem novas: “Flagrantes”, assinada por Aristóteles Atheniense, em maio de 1959; “O Mundo em Marcha”, por Humberto Mandarino, em dezembro de 1961; “Informador Fiscal”, por Elson Miranda.

Questões candentes agitavam o ano de 1962 e se refletiam nas páginas do jornal: a encampação dos serviços públicos de propriedade do capital norte-americano (American & Foreign Power, International Telephone & Telegraph Co.); a regulamentação da remessa de lucros para o exterior, conforme lei aprovada pelo Senado; a adoção, pelo Conselho de Ministros, de medidas urgentes para promover o reequilíbrio da situação econômico-financeira do país e reconquistar o crédito no exterior; e o início da discussão sobre a necessidade de reformas, para que o País tivesse condições de realmente funcionar.

Ao mesmo tempo, o jornal opinava sobre a propaganda negativa feita pela imprensa dos Estados Unidos sobre o País e o governo João Goulart, considerado como comunista (Comentário do dia, 1-3-1962). Divulgou a viagem do ex-presidente Kubitschek aos EUA para uma série de conferências, nas quais JK defendeu o atual presidente como “um homem sereno, justo, de profundo sentido de equidade social e de ordem e que jamais poderá ser um comunista”.

Refletindo bem as tensões do momento, o jornal publicou editorial em que, embora dizendo defender o direito de greve, “uma das maiores conquistas da classe operária”, critica a irresponsabilidade dos líderes grevistas nesse momento histórico, que requer calma, prudência e produtividade no trabalho (16-9-1962).

Outra questão em pauta nessa mesma edição foi o plebiscito, aprovado pelo Congresso Nacional para 6 de janeiro de 1963, quando a nação iria escolher entre o presidencialismo e o parlamentarismo.

Nesse contexto, de início dos anos 1960, já estavam dadas as pré-condições da crise que se acelerou nos anos 1961/63 e explodiu em 1964: endividamento externo privado, de prazos curtos, com inevitáveis pressões sobre a balança de pagamentos; aumento da taxa de exploração da força de trabalho; crescente e jamais visto aumento do custo de vida. Ou, em outras palavras: extrema concentração da renda e nenhuma participação das classes trabalhadoras na renda nacional.²⁷ Estava armada a situação política que engendraria a intervenção militar de 1964.

Antes do agravamento da crise econômica, política e social, o jornal apostou no Plano Trienal apresentado pelo ministro Celso Furtado, em janeiro de 1963, e acreditou que

²⁷ OLIVEIRA, Francisco. Op. cit. cap. IV

ainda havia esperança. O Plano fazia uma análise da realidade brasileira e apresentava diagnóstico prevendo a harmonização de uma política de curto prazo (estabilização financeira) com a retomada do desenvolvimento, através das reformas em execução. O ministro garantia, ainda, menor participação do capital público e maior do capital privado, inclusive externo, assim como a importação de equipamento e máquinas para os setores de infra-estrutura, petróleo, transporte, e siderurgia, entre outros. Em certo sentido, era a continuação da política inaugurada por JK e, segundo o jornal, o plano satisfazia o empresariado, que vinha insistindo nas duas diretrizes.

Em outubro de 1963, o jornal divulgou a realização da “Semana do Minério”, o “primeiro seminário para definição de uma política no Brasil”, promovido pela Associação Comercial, no qual a entidade defendia a diversificação da pauta de exportações, com a introdução de minério de ferro e produtos manufaturados para substituir o café e o cacau. As entidades de classe consideravam essa opção como correta para a superação dos déficits no balanço comercial, segundo as palavras do presidente Miguel Augusto Gonçalves de Souza.

O jornal reagiu: o minério brasileiro deveria ser mantido no País e não exportado para depois ser comprado a preços elevados, em forma de manufaturas diversas. O problema era o da industrialização do minério, que deveria caber às empresas nacionais e cujo transporte deveria estar nas mãos de ferrovias também nacionais. “O Brasil não pode continuar a se considerar apenas uma peça no mercado internacional”, lembrava o editorial.

Ainda em outubro, noticiou a audiência dos governadores com o presidente, durante a qual João Goulart afirmava que estava disposto a uma política conciliatória, de orientação centrista, mas sem abrir mão das reformas de base como a agrária, bancária e administrativa.

Ao mesmo tempo, os editoriais dos últimos dois anos e, sobretudo, os de 1963 e dos primeiros meses de 1964, apontavam para o aguçamento da crise econômica e política que o País atravessava, mostrando dados concretos:

- a disparada do custo de vida que, em 1963, subiu 87,8%;
- o aumento do desemprego, que chegou a 1.2 milhão de desempregados, no eixo MG - RJ - SP, quando no ano anterior era de 800 mil;
- a queda do índice de desenvolvimento econômico, de 7% pra 5%.

De outro lado, os editoriais concordavam com a proposta de que os problemas econômicos e seus conseqüentes problemas sociais só poderiam ser resolvidos pelas Reformas da Base (Urbana, Agrária, Bancária, Universitária, Administrativa, Habitação e outras). E consideravam a Reforma Agrária a mais urgente, devido ao perigoso agravamento do conflito social no campo e à importância da transformação na estrutura fundiária para o desenvolvimento do País.

Osório da Rocha Diniz, no entanto, advertia em um de seus artigos do início de janei-

ro de 1964, que a crise era, em parte, armada pelos interessados em impedir o desenvolvimento pelo qual lutava o País, entre os quais se incluíam os grupos financeiros internacionais. Lembra que, desde a Instrução 70, aplicada por Oswaldo Aranha, cujas consequências foram agravadas com a Instrução 204 e seus remendos, uma série de obstáculos vinham sendo colocados à indústria brasileira.

Na edição de 24-2-1964, ele voltou a criticar a Instrução 204, segundo ele “imposta pela política do FMI para os países subdesenvolvidos e inteiramente contrária aos interesses nacionais”. Apontava entre as consequências mais nefastas da referida Instrução, a redução dos produtos da pauta de exportação, os problemas cambiais que provocaram uma elevação brusca dos custos das empresas em fase de instalação, de montagem ou de ampliação de suas plantas e o aumento do custo de vida. Ele debitava grande parte da culpa aos donos das finanças internacionais, que não admitiam que o País “venha a ser suficiente no petróleo, que fabrique o cimento que consome, que construa suas fábricas de papel e polpa, que produza o trigo que necessita, que desenvolva sua produção de energia elétrica, que aumente a produção de carvão, aço e alumínio, que fabrique locomotivas, navios, caminhões, aviões e tratores”.

Osório Diniz ressaltava ainda o ressentimento da classe produtora de São Paulo com a evolução econômica de Minas Gerais, segundo os paulistas, favorecida indevidamente pelo Governo Federal: “Desde o momento em que, através de planos objetivos, de construção de usinas elétricas, de estradas de rodagem, de melhoria das nossas ferrovias e, especialmente, da implantação de usina de base, como a siderurgia, sintetizada na Usiminas e na recuperação da Acesita, da Frimisa e da Fertisa, (...) uma forte campanha foi desencadeada visando prejudicar Minas e impedir que nosso atraso seja superado” (edição de 21-1-1964).

De fato, os paulistas se ressentiam do longo período em que ficaram relativamente à margem do poder, em função da rede de novas alianças estabelecidas por Vargas a partir da revolução de 1930. Como eram mais ligados aos cafeicultores e às finanças internacionais foram, de certa forma, preteridos. E desde o governo Kubitschek, com o fortalecimento de sua burguesia industrial, começaram a reivindicar de volta a hegemonia perdida.

Dentre as “Reformas de Base” defendidas por Jango, o jornal dava destaque especial à Reforma Agrária, por considerá-la a mais urgente. Segundo os editoriais, o decreto da Superintendência da Reforma Agrária (Supra) determinando a desapropriação das faixas de terra à margem das grandes rodovias, ferrovias nacionais e açudes, embora não significasse a implantação da RA, agitou os meios políticos brasileiros e acirrou as divergências.

Ao longo de suas edições, o jornal foi explicitando as razões da urgência da Reforma Agrária:

- um crescimento perigoso das tensões no campo motivado pela situação insustentável de exploração e miséria dos trabalhadores rurais;

- uma absoluta dependência dos trabalhadores rurais a seus patrões e, conseqüentemente, um nível de vida subumano;
- essa estrutura injusta e ineficaz, empecilho ao desenvolvimento econômico e social do País, deve ser transformada.

Por resolver esses problemas, a Reforma Agrária era considerada pelo jornal como instrumento fundamental ao desenvolvimento do País, pois possibilitaria não só a ampliação e a consolidação do mercado interno, como uma vida digna para os trabalhadores rurais. Lembra que nenhum país industrializado conseguiu a sua transformação econômica sem resolver o problema da distribuição de terra: Inglaterra, Alemanha, EUA, Japão, Rússia, fizeram as respectivas Reformas Agrárias, abrindo espaço para o aumento de renda dos trabalhadores rurais, para o crescimento do mercado interno e para o desenvolvimento sócioeconômico dos respectivos países.

Os editoriais alertavam para o agravamento da situação no campo e propunham que os conflitos deveriam ser resolvidos urgentemente, de modo pacífico, por meio da modernização das estruturas econômicas e sociais do campo" (15-01-1964).

A concepção de Reforma Agrária defendida pelo jornal, coincidente e ironicamente, foi publicada na edição de 1º de abril de 1964, dia seguinte ao do golpe militar:

- reestruturação fundiária, com eliminação do latifúndio e do minifúndio antieconômico;
- criação do crédito agrícola, da assistência técnica para modernização da agricultura, saúde, educação e habitação digna para o homem do campo;
- oferta das condições necessárias para a comercialização: estrada, armazém, política de preços adequados, com medidas rigorosas contra a especulação dos atravessadores, que leva ao encarecimento dos gêneros agrícolas e tem um grande impacto inflacionário no processo de formação dos preços.

O grande número de greves em curso no País também merecia a atenção do jornal, que as considerava como direito líquido e certo das classes trabalhadoras para conseguir o atendimento de reivindicações, mas apontava para o perigo de desmoralização de tão importante instrumento, pela sucessão ininterrupta dos movimentos grevistas.

Efetivamente, as políticas econômicas adotadas desde o governo Kubitschek, assentadas em um padrão de acumulação de capital que privilegiava o lucro excessivo, possibilitaram o desenvolvimento da industrialização e a ampliação da classe trabalhadora. A política salarial implementada ao longo dos anos, porém, arrochou os salários e provocou forte descontentamento dos trabalhadores, levando ao surgimento de um novo movimento sindical que exigia melhor distribuição da renda.

Nesse contexto, em sua edição de 17 de janeiro, o Diário do Comércio denunciava o agravamento da crise social e conclamava todos os segmentos sociais para um esforço coletivo de solução dos problemas que perturbavam a vida nacional.

Concomitantemente, ainda que nessa época turbulenta, o jornal, através de sua coluna “Panorama Nacional”, não se esquecia das necessidades e possibilidades de desenvolvimento de Minas Gerais. Osório da Rocha Diniz, em edição de 30-1-1964, comentou o ritmo do desenvolvimento industrial de Minas Gerais, advertindo sobre as pressões que o Estado vinha sofrendo para impedir esse processo e apontando as possibilidades imensas de crescimento econômico, através da ampliação de seu parque industrial, graças, sobretudo, à grande disponibilidade de energia produzida pela Cemig, aos recursos naturais e minerais e à expansão e melhoria de sua rede ferroviária e rodoviária.

Apesar das três décadas de defesa da modernização das linhas ferroviárias, a situação do transporte pouco havia mudado, continuando a estrangular, segundo o jornal, o desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Em artigo de 21-3-64, Osório da Rocha Diniz lembrava que se tornava urgente a implantação de trilhos de Itabira a Belo Horizonte e apontava outros pontos de estrangulamento como o porto Ponta do Tubarão, em Vitória, a situação da triticultura em Minas Gerais e a produção de açúcar e de álcool no Estado.

A política de energia elétrica no Brasil era outra questão freqüentemente debatida no jornal. A posição defendida era que, apesar dos investimentos já feitos, seria urgente a instalação de novas unidades geradoras nas casas de máquina que estavam prontas, para que a produção pudesse ser aumentada. O jornal defendia também a construção das linhas de transmissão e a construção de uma grande usina núcleo – elétrica, para a produção de plutônio, com fins industriais e de pesquisa – civis e militares.

O “Comentário do Dia” de 12-3-1964, comemorava os dez anos da Petrobras e avaliava o seu progresso, mostrando a sua forte presença na vida nacional, construindo, sempre com técnica e capital nacionais, refinarias em Minas e no Rio Grande do Sul, oleodutos, terminais portuários, fábrica de asfalto em Salvador e Fortaleza, conjunto petroquímico na Bahia.

No entanto, o governo João Goulart era alvo de críticas, embora com a ressalva de que apresentava “aspectos altamente positivos”. As críticas apontavam as incongruências e as ambigüidades das políticas governamentais, sobretudo aquelas relativas aos aumentos constantes dos impostos, que prejudicavam os menos favorecidos, mas permitiam a sonegação e o contrabando por parte dos poderosos e não contribuíam para a diminuição do déficit orçamentário.

Em 18 de março, uma nota discretamente publicada informava sobre a disposição dos líderes classistas – trabalhadores e funcionários públicos – em dar “total cobertura ao governo João Goulart pelas reformas de base pleiteadas pelo povo brasileiro”, na mesma linha de pronunciamento do presidente do Congresso Nacional, Aldo Moura de Andrade.

Antes do estouro da crise, o jornal chegou a programar e anunciar uma série de entrevistas com deputados estaduais. Mas só conseguiu fazer uma delas, com o deputado

estadual Castro Ferreira, representante trabalhista de Juiz de Fora que, publicada em 31 de março, alertava para a iminência de um golpe para derrubar João Goulart e denunciava a “ganância dos grupos econômicos espoliativos – nacionais e internacionais –, a cupidéz dos antidemocratas e a insensibilidade dos privilegiados, mas, sobretudo, do desespero desses setores com a encampação das refinarias particulares, com o decreto da Supra, com o decreto dos aluguéis e outros decretos do governo João Goulart, que estabeleceu novos parâmetros para a solução dos problemas econômicos e sociais do País”.

O editorial de 1º de abril ainda conclamava os brasileiros a agirem com o máximo de calma, de ponderação, de compreensão e de entendimento. E sugeria que os problemas da Marinha fossem resolvidos no âmbito da própria Marinha, que dispunha das condições necessárias para a solução da crise. Lembrava, ainda, que tanto a Marinha como o Exército e a Aeronáutica, sempre tiveram figuras com alta consciência cívica.

Do golpe à recessão

O jornal deu ampla cobertura ao golpe militar, chamado de intervenção militar, e às suas repercussões. As cassações dos direitos políticos de João Goulart, Leonel Brizola e dos líderes da CGT foram divulgadas, assim como as dos políticos mineiros ligados ao PTB e ao PCB. As posições do governador Magalhães Pinto, principal liderança civil do movimento, eram freqüentemente publicadas pelo jornal, que elogiava sua “ponderação e equilíbrio”.

A leitura das edições da época mostra uma certa prudência do jornal, diante do clima de insegurança que se instaurou no País. Seus editoriais oscilaram entre a crítica ao governo João Goulart e a aceitação do golpe como necessário; entre os aplausos ao novo regime e a crítica contida à sua política econômica. No que concerne ao primeiro ponto, enunciavam os desmandos do Executivo, a inconstitucionalidade dos decretos do ex-presidente e os desafios às Forças Armadas, feridas naquilo que tinham de fundamental, a disciplina e a hierarquia (edições de 5 e 21-4-1964). Por outro lado, apresentavam as contradições do novo regime, chamando a atenção para o fato de que os desmandos não podiam ser combatidos com outros desmandos e que, a pretexto de se combater a vaga subversiva, na verdade apenas a engrossavam. Todavia, ressaltavam também o “elevado espírito de responsabilidade e patriotismo dos chefes militares”.

Em 15 de abril, o general Castelo Branco foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional. Apesar de defender a democracia em seu pronunciamento, logo assumiu posição autoritária, cassando mandatos de parlamentares federais e estaduais, direitos políticos e constitucionais dos cidadãos.

Em 1º de julho, o jornal manifestava a opinião de que os militares pareciam ter uma percepção do problema maior do arcabouço econômico do País, pois o vultoso emprés-

timo (50 milhões de dólares) então anunciado e sua contrapartida em cruzeiros (61 bilhões) seriam destinados ao financiamento das atividades agropecuárias e à suplementação do capital de giro das empresas brasileiras. O jornal esperava que a anunciada modificação na Lei de Remessa de Lucros, pretendida pelo presidente Castelo Branco, levasse a novas e auspiciosas mudanças no comportamento dos EUA em relação ao Brasil.

De fato, poucos meses mais tarde (em edição de 2-10-1964), o “Comentário do Dia” anunciava a vinda ao Brasil de uma missão do Banco Mundial, “prova inevitável da confiança no governo Castelo Branco”. Em 18 de outubro, deu como certa a promulgação do regulamento modificando a Lei de Remessa de Lucros (4.131, de agosto de 1964), modificação considerada necessária para mostrar que o Brasil estava pronto para receber o capital estrangeiro.

Na edição de 1º de abril de 1965, elogiou a palestra do ministro Otávio de Gouveia Bulhões às classes produtoras, considerada como “peça magistral” de explicitação das principais metas da política econômica do governo: acabar com a inflação, fixar o salário mínimo numa base diferente, obrigar as empresas a suspender a prática de estoques especulativos e fazer as empresas assumirem um compromisso de participação na luta contra a carestia, em troca de crédito mais abundante.

Nessa época, a coluna “Panorama Nacional”, sob a pena de Osório da Rocha Diniz, fiel aos propósitos do Diário do Comércio, mantém a linha da defesa do desenvolvimento em bases nacionalistas. Lembrava, em abril de 1964, as necessidades fundamentais do desenvolvimento do País: indústria de base, indústria pesada e infra-estrutura (sistema de transporte marítimo, fluvial ferroviário e rodoviário); reformulação e ampliação do sistema técnico e profissional de ensino e adaptação das universidades e escolas superiores às necessidades do crescimento industrial do País. Advertia que os incentivos às exportações deveriam ser dados sem prejudicar a industrialização brasileira, em benefício das empresas e do capital brasileiros, sem aumentar a dependência do exterior e sem fortalecer os grupos que sempre foram parasitários (10-07-1964); chamava a atenção, ainda em julho, sobre os possíveis impactos negativos da política econômica do governo de contenção da inflação.

Dentro desse mesmo contexto, denunciou o caso Hanna Mining Co., que pediu autorização para construir porto exclusivo para exportação de minério, com o parecer favorável de Castelo Branco, Roberto Campos e Mauro Thibau, e alertou para o fato de que o governo, que tendia a aprovar todas as reivindicações dos grupos financeiros internacionais, principalmente os norte-americanos, passara a decisão ao Conselho de Segurança Nacional (1-12-1964).

Em edição de 13-3-1965, o jornal já mostrava as conseqüências da política antiinflacionária do governo militar, que estava levando à recessão e ao desemprego. Acentuava a necessidade de se conviver com tais dificuldades, para chegar a um resultado efetivo,

mas lembrava que as medidas adotadas para atenuar os problemas (fixação dos preços mínimos pela Sunab, intensificação dos investimentos públicos, implantação do Programa de Habitação Popular) não estavam trazendo os resultados esperados e que se tornava urgente, portanto, ações mais eficazes.

Parecia ser o primeiro sinal de uma certa oposição ao governo, confirmada em editorial de 13 de junho, quando o jornal insistiu na necessidade de intensificar a luta contra a recessão e o desemprego, pois “não se pode conviver com o desajustamento monetário e seus efeitos nefastos sobre a estabilidade social e política do País”.

Nesse período, o Diário do Comércio dava ênfase aos fatos econômicos e aos pronunciamentos das classes produtoras – de Minas, Rio e São Paulo – apoiando ou criticando as medidas do novo governo.

A cobertura das reuniões da Associação Comercial e da União dos Varejistas e dos pronunciamentos de seus diretores, feita pelo jornal, mostrava que as entidades, embora tivessem apoiado sem reservas o golpe e acreditassem nas boas intenções do governo militar, começavam a se sentir prejudicadas com as principais medidas adotadas para combater a inflação, pois o constante aumento dos impostos afetava o custo de vida e punha em cheque a própria sobrevivência da livre iniciativa no País.

Foi o que disse a AC Minas, secundada pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil e da Associação Comercial do Rio de Janeiro que, em encontro com o marechal Castelo Branco, defenderam o diálogo necessário entre o governo e as classes produtoras. Da mesma forma, a União dos Varejistas, na posse de seu novo presidente, Nelson Lemos de Carvalho, advertiu que “o comércio varejista está minado pelo fisco”.

Em 29 de junho, a coluna do professor Antonio Lopes de Sá foi direto ao cerne do problema: “(...) O erro da política econômica brasileira é de ‘palmatória’. O que está se cometendo contra as empresas é um crime que a História saberá julgar. Sem empresas, não há desenvolvimento e não há trabalho. Sem iniciativa, falta o pão no lar do operário. A política atual é desumana e irracional (...) A meta dos programas econômicos deve ser o homem. Se o homem está sem emprego, sem pão, sem amparo, não se pode dizer que a política que se emprega está de acordo com a Economia Moderna. O caminho é o desenvolvimento, porque o Brasil reúne todos os fatores para um programa dessa natureza.”

No que se refere ao contexto de Belo Horizonte e de Minas Gerais, o jornal estava atento, criticando e denunciando as medidas dos governos municipal, estadual ou federal que prejudicavam o empresariado, como o aumento excessivo do Imposto Predial e Territorial decretado pelo prefeito Oswaldo Pierucetti e os critérios municipais de taxaço, assim como o aumento das tarifas de energia elétrica decretado pelo governo federal, que prejudicavam o comércio e a indústria belo-horizontina e mineira (13-6-65). A discussão sobre o IPTU, aliás, atravessou todo o segundo semestre de 1965, mobilizando praticamente todas as entidades de classe: AC Minas, UVMG, Fiemg, CDL, Associação dos Joa-

lheiros, Sindicato das Indústrias de Hotelaria e Similares e Associação das Donas-de-Casa.

Em agosto de 1965, ao comentar o “Programa de Ação Econômica do Governo: 1964-66” - PAEG, o jornal considerou como “um dos principais crimes praticados pelos sucessivos governos populistas contra a economia nacional” o desaparecimento técnico e financeiro do Ministério da Agricultura e a política cambial desfavorável às atividades rurais, que tiveram, por isso mesmo, um crescimento insuficiente no período de 1947 a 1961. Assim, o PAEG, de acordo com o editorialista, demonstrava um esforço para recuperar o tempo perdido e ampliar a produção agropecuária, inclusive com a disseminação dos conhecimentos básicos da tecnologia rural – agrícola e uma política de crédito mais adequada. Tratava-se de uma “revolução agrária, destinada ao fortalecimento da classe média rural e à criação de condições condignas para o operariado rural”, dizia o jornal.

Na mesma época, diante da importância das classes produtoras e da necessidade de sua participação ativa nas discussões referentes ao desenvolvimento econômico de Minas Gerais, apoiou proposta do deputado Jarbas Medeiros, à Assembléia Legislativa, de requerer às entidades representativas das classes produtoras a criação de um Conselho das Classes Produtoras, a ser integrado por representantes da indústria, do comércio, da agricultura, da pecuária, transportes, comunicação, publicidade, crédito, seguros, educação e profissionais liberais. Aprovada a proposta, o Conselho foi instalado em agosto.

O jornal manifestou apreensão com a promulgação do Ato Institucional nº 2, de 27-10-65, que representava “uma extraordinária massa de poderes que o Executivo tomou a si, sem disfarces”. O editorial, todavia, manifestava esperança de que “o crédito de confiança que marechal Castelo Branco fez jus por merecer é um pressuposto de que não fará uso excessivo do poder adquirido”.

Essa posição, levemente contemporizadora, contrastou com o conteúdo do telegrama enviado pela Confederação Nacional do Comércio ao presidente da República – noticiado pelo jornal – parabenizando o governo e considerando que o mesmo disporia dos instrumentos necessários à erradicação dos erros que comprometiam a paz social e a normalidade político-administrativa e a prosseguir no trabalho de recuperação econômica e financeira do País, estabelecendo “o roteiro definitivo de seu destino democrático e cristão”.

As eleições de outubro de 1965 foram ansiosamente esperadas e seu resultado saudado na edição de 10-10-1965, que louva o governo revolucionário por respeitar e fazer respeitar a lei, cumprindo sua meta de normalização e redemocratização do País. Também na posse do novo governador estadual, Israel Pinheiro, as palavras foram de elogio e confiança. Elogios a Magalhães Pinto, que sempre “defendeu o trabalho, a ordem e a justiça”. E confiança em Israel Pinheiro, portador de “invejável experiência, elevado espírito público”, que teve a coragem de fundar a Cia. Vale do Rio Doce e era, portanto, “uma esperança de engrandecimento do Estado”.

Por ocasião da visita da missão do FMI ao Brasil, para estudar *in loco* a evolução da

conjuntura econômica brasileira, o jornal destacou o parecer do chefe de missão, considerando “notável a recuperação” da economia e anunciando a disposição do FMI de outorgar uma nova ajuda financeira ao País. No mesmo comentário, o jornal enfatizou a originalidade da opção brasileira de reduzir a pressão inflacionária sem renunciar aos investimentos, política que significou a aceitação de tese ortodoxa monetarista de combate a um excessivo aumento dos meios de pagamento, mas que introduziu meios mais suaves para atingir os objetivos propostos e, inclusive, preparando a opinião pública para uma mudança da mentalidade inflacionista (edição de 21-12-1965).

Se em meados de 1965 já se sentiam os efeitos negativos da política antiinflacionista do governo militar, no final do ano e início de 1966 todos os segmentos viviam o rigor de suas conseqüências: industriais, comerciantes e povo. Sua implementação significou um pesado ônus para o empresariado e o desaparecimento de um grande número de empresas brasileiras, agravando a crise econômica do País, embora tenha permitido o desenvolvimento de certos setores ligados ao capital externo. O empresariado, sobretudo o paulista, foi um de seus críticos mais acerbos. As classes produtoras, em geral, manifestaram o seu descontentamento, questionando as conseqüências nefastas de tais medidas.

Na sua linha de estímulo ao desenvolvimento do País, o jornal continuava divulgando as medidas tomadas pelo governo favoráveis ao crescimento econômico, como a liberação de recursos para a indústria siderúrgica nacional, mas advertia para o perigo de transferência da sede da Usiminas para o Rio de Janeiro, preocupação levantada pelo Centro dos Repórteres Econômicos – Creco e pelos meios econômicos (8-9-10/4/1966).

No segundo aniversário do golpe, as classes produtoras queixavam-se ainda que leis, decretos, portarias, instruções e outros regulamentos vinham tumultuando a vida empresarial, com profundo reflexo na economia nacional, e retomavam a tônica da ameaça à sobrevivência da livre iniciativa (1-4-1966).

O artigo “Balanço da Revolução” foi mais severo: criticou a excessiva austeridade da política econômica, que prejudicava, sobretudo, os trabalhadores, a classe média e os empresários industriais e comerciantes, trazendo o desemprego; pontuou o desestímulo, a intranqüilidade e as perspectivas sombrias como o “balanço melancólico” dos dois anos (1-4-1966). As críticas foram retomadas na preparação para o II Congresso das Associações Comerciais de Minas Gerais, quando os empresários reclamaram das taxas elevadíssimas cobradas pelos estabelecimentos financeiros do Estado; mas reclamaram também do enfraquecimento do espírito classista desses mesmos empresários, que não se agrediam ao esforço de união da classe (12-9-1966).

Eventualmente, o jornal discordava da posição majoritária das classes produtoras na defesa das medidas de combate à inflação. Em comentário do dia de 1-4-1966, chamou a atenção para a posição do presidente da CNI, que criticava o aumento dos preços e das taxas (petróleo e seus derivados, energia elétrica), mas se esquecia, segundo o comentá-

rio, de que esses aumentos é que possibilitariam o desenvolvimento econômico, com a instalação de usinas, aumento da demanda e freio às emissões do papel-moeda. Mostrava que se a exigência do governo de aumento da produtividade e, portanto, de modernização das empresas, acarretava, no primeiro momento, despesas susceptíveis de diminuir a margem de lucro, por outro lado, oferecia à indústria nacional condições altamente vantajosas, através do FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos.

Na sua preocupação com a interiorização da industrialização, o jornal demonstrou o potencial de Pirapora (9-1-1966), que “os homens de livre iniciativa e o governo ainda não tinham percebido”. Nesse mesmo artigo, Osório da Rocha Diniz chamava a atenção da iniciativa privada para a urgência da implantação de indústrias leves, necessárias ao crescimento e da expansão das indústrias pesadas. Sugeriu ainda um leque de possibilidades: desde a fabricação de cadeados, ferramentas mecânicas, arados, máquinas agrícolas, até bicicletas, elevadores e aviões, passando por fábricas de rações e moinhos de sal.

Na sua contínua defesa da preservação da Amazônia, Osório chegou a sugerir a criação de um órgão como a Sudene para incentivar o desenvolvimento da Amazônia.

Os resultados da política econômica do regime militar continuavam sendo desfavoráveis para o capital nacional e o País caminhava para uma recessão. As classes produtoras, cada vez mais insatisfeitas, manifestaram abertamente o seu desagrado, por meio do “Memorial das Classes Produtoras”, encaminhado ao ministro do Planejamento, divulgado na edição de 19 de abril de 1966. Em agosto, divulgou mensagem de otimismo e confiança do presidente da AC Rio de Janeiro às classes produtoras, conclamando-as a se unirem, pelo trabalho e paciência, em torno da filosofia da livre empresa e pelo desenvolvimento do País, apesar dos desacertos das medidas governamentais que só traziam desassossego e temores aos meios empresariais.

Somente a partir de 1967, o jornal passaria a ser claramente mais ousado em suas críticas. Até esse momento, no entanto, sua atuação pode ser resumida da seguinte forma:

- apóia-se nos posicionamentos e necessidades das classes produtoras, o que lhe dá ensejo para críticas e louvores;
- abre espaço a colunistas favoráveis ao regime, assim como mantém aqueles mais questionadores e críticos;
- abre espaço mais amplo para as notícias internacionais, de cunho econômico;
- e, sobretudo, aumenta seu número de páginas (de 14 para 16), diversifica suas colunas e seções, ampliando-as em número e oferecendo ao leitor informações variadas, de ordem econômica, financeira, política de administração empresarial, tributária, bancária ou, ainda, de ordem cultural e social.

Além do “Comentário do Dia”, no qual o jornal expressava sua opinião, as colunas mais importantes da época eram as que tratavam das questões econômicas e políticas, expressando a linha especializada do jornal. Duas delas foram “Economia e Finanças” e

“No Mundo dos Negócios”. Esta última, aliás, era de responsabilidade do próprio José Costa, que a escrevia baseado nas informações a que tinha acesso, na leitura cotidiana dos principais jornais de Belo Horizonte, Rio e São Paulo e no “clipping” preparado pelo Serviço de Cadastro, Informador Comercial, contendo atas, balanços e avisos das empresas mineiras.

Outras colunas criadas foram “O que diz a Imprensa”, reproduzindo textos publicados por outros jornais sobre economia nacional e internacional, medidas econômicas do governo e sobre política, geralmente em uma perspectiva crítica; “Classes Produtoras” (mais tarde “Plenário do Palácio do Comércio”), assinada por Guilherme Apgáua, com a cobertura das reuniões da União dos Varejistas e da Associação Comercial; “DC na Política”, sobre atos e promoções do governo de Minas e seus órgãos públicos; “DC em Brasília”, com notas e comentários sobre o que ocorria na capital federal; “DC Confidencial”, com notas, geralmente em *off*, sobre o cotidiano político e econômico da capital; “Políticos, Política e Politiquices”, com comentários sobre os políticos e suas façanhas, com uma dose de humor; e “Notas Políticas”, semelhante ao “DC em Brasília”, mas mais longas e mais relacionadas com o Legislativo.

As colunas de especialistas em assuntos econômicos, administrativos, contábeis, empresariais e jurídicos sempre acompanharam o jornal:

- “Coluna do Professor Lopes Sá”. O prof. Antônio Lopes de Sá, contabilista, durante dez anos, desde o início dos anos 1950, tratou de questões contábeis; na década de 1960, passou a discutir e analisar questões ligadas à administração das empresas; nos anos 1970, apresentava matéria fiscal-tributária para melhor situar e orientar o leitor nas intrincadas questões da legislação fiscal.²⁸

- “Direito, Justiça e Propriedade”, assinada pelo advogado Hezick Muzzi, que apresentava comentários sobre questões jurídicas, econômicas e políticas, de modo geral favoráveis ao governo.

Na preocupação de apresentar os avanços alcançados em setores produtivos importantes, abriu espaço para colunas como “DC Agrícola”, “Automóveis” e “Aviação e Turismo”. Merecem registro, ainda, colunas mais leves, às vezes irônicas como “Fatos sem Fotos”, de Sylvio Guimarães Reis, sobre política e políticos; “Tribunal do Diabo”, assinada por Chagas Filho, que põe em xeque certas medidas da administração municipal e estadual; “Muro da Lamentação”, que assinala problemas da cidades; e a “Palavra ao Leitor”.

Destaque especial do jornal, desde os tempos do Informador Comercial, sempre fo-

²⁸ Os assuntos de ordem contábil, fiscal e tributária sempre foram importantes para os leitores do DC. O professor Antonio Lopes de Sá, o mais antigo colaborador do jornal nessa área, continua presente, seja na página de Opinião, seja no caderno Leia, um encarte quinzenal lançado em 2005, destinado ao tratamento de questões contábeis, legislação tributária e fiscal, assim como de questões relacionadas com a microempresa e o crescimento empresarial. Para esses importantes temas, o jornal passou a contar, desde 1975, com a colaboração do contabilista e advogado tributário Márcio Trindade dos Santos, que se responsabilizou pela página semanal “Contabilidade e Legislação Tributária”. Hoje, o Dr. Márcio Trindade escreve também no Leia.

ram as Seções de Serviços:

- Departamento de Compras – editais e concorrência; Oportunidades Comerciais, apresenta uma listagem de produtos que empresas estrangeiras desejam importar do Brasil; Informador da Justiça do Trabalho; Informador Forense; Mosaico Ferroviário, Informe da Viação Férrea Centro-Oeste; Expediente da Junta Comercial; Editais de Casamento; Boletim da Bolsa de Valores e da Bolsa de Mercadorias de MG.

Outras colunas vão se juntando com o passar dos meses: Horizontes – Perspectivas, assinada por Manoel Hygino dos Santos, que trata de questões ligadas ao comércio e à economia de Belo Horizonte; DC na Fiemg; Coluna Trabalhista, com temas de interesses dos trabalhadores; Pontos de Vista, assinada por L. Henriques; Publicações recebidas; Livros, Autores e Diretores, responsabilidade de Moacir Moura; Fatos em Foco, por Laércio José de Oliveira, da Academia Municipalista de Letras; Rádio, TV, Cinema e Teatro, de F. Andrade, que apresenta um panorama dos programas desses veículos da mídia; Departamento de Administração de Material; Bilhete ao Prefeito, assinada por Laércio José de Oliveira. E ainda a Notícias do Distrito L-11, com notícias, comentários e informes sobre as atividades do Lions Clube, que surge em 1967.

No que se refere ao aspecto gráfico, não há mudanças significativas no período, mas pequenas modificações foram registradas a partir de agosto 1966, especialmente nos títulos das colunas.

Em 1966, a questão da implantação da Usina Siderúrgica no Vale do Paraopeba ainda não estava resolvida e o jornal continuava a se debruçar sobre ela. Em junho, a AC Minas promoveu um seminário de estudos sobre o tema, com apoio do jornal (29-06-66). Em novembro, os resultados do Seminário foram registrados na matéria “Estudo Completo da AC Minas sobre o Vale do Paraopeba”, defendendo a importância do planejamento da economia, de diagnósticos e dados estatísticos confiáveis, bem como a participação ativa da livre iniciativa no processo de desenvolvimento, além de mostrar o baixo índice de desenvolvimento de Minas Gerais, com uma renda per capita 30% inferior à média nacional e uma elevada taxa de emigração para outros centros. O estudo, segundo a matéria, concluía que para reverter essa tendência e fazer com que Minas Gerais deixasse de ser um mero exportador de recursos primários e semi-elaborados para transformar-se em grande produtor de bens industrializados, só mesmo o aumento dos investimentos em setores prioritários, aí incluindo o setor siderúrgico. Aceleraram-se, então, as discussões sobre a necessidade de implantação da usina siderúrgica no Vale do Paraopeba.

Apesar da situação econômica ainda desfavorável, o Diário do Comércio, em seu editorial da edição de aniversário, em 1966, afirmava ter a consciência do dever cumprido ao longo de sua existência, mas lembrava também que havia ainda muito por fazer em benefício do povo de Belo Horizonte, de Minas e do Brasil. E anunciava que estava desenvolvendo novo esforço de dinamização, que seria concretizado com a aquisição de uma

moderníssima impressora *off-set*, a ser inaugurada em 1967.

Como se pôde constatar na análise de suas edições, o jornal estava atento não só ao seu aperfeiçoamento gráfico e editorial, como também – e não podia deixar de ser – à política econômica adotada pelo governo militar. Em seus editoriais e matérias publicados no decorrer do segundo semestre de 1966, alertava, por exemplo, sobre o baixo desempenho da economia mineira e sobre as dificuldades trazidas pela política de combate à inflação, de fundo recessionista; criticava o Banco Central com seu excesso de burocracia e falta de transparência e sua omissão na fiscalização dos mercados financeiros e de capitais, ressaltava a importância dos dados estatísticos na orientação da ação governamental e empresarial e noticiou a aprovação do programa de Reforma Agrária, pelo presidente Castelo Branco. Chamou a atenção também para o ainda insignificante consumo per capita de aço no Brasil, o que exigiria a implantação de novas usinas, adequadamente localizadas.

Entre 1967 e 1968, acirraram-se as contradições do modelo e a situação econômica do País se agravava. A posse do general Arthur da Costa e Silva na presidência da República significou maior fechamento político e maior ênfase na posição desenvolvimentista, ampliando a abertura ao capital externo, não mais como simples financiamento, mas como presença cada vez mais visível de multinacionais. Ao mesmo tempo, cresce a importação de bens de capital, prejudicando ainda mais a indústria nacional, que se viu alijada das atividades produtivas nesse setor. Por outro lado, o agravamento da situação social, como resultado de um conjunto de fatores, provoca uma mobilização generalizada da sociedade, em oposição ao regime militar: no plano partidário, surgiu a Frente Ampla, liderada por Carlos Lacerda; nas ruas, cresciam as manifestações dos estudantes e sindicatos, as greves operárias e já os primeiros sinais de uma tentativa de guerrilha urbana, por organizações revolucionárias.

O jornal não tratava desse movimento, restringindo-se ao debate das questões econômicas. Mas em seus editoriais, apresentava-se mais solto nas críticas a certas posições do governo militar. Sua pauta dava ênfase ao abuso do capital estrangeiro (caso Hanna Co.), ao combate à inflação, ao aumento do custo de vida e às medidas de estímulo ao desenvolvimento. É possível perceber, entretanto, um tom novo, que representaria, talvez, uma virada de posição das classes empresariais: a necessidade do aumento da exportação de minérios e de produtos brasileiros.

Em abril de 1968, uma boa notícia – praticamente a única do ano – foi a inauguração da Refinaria Gabriel Passos, em Betim, que o jornal saudou como uma “vitória de Minas” e demonstração da capacidade empresarial dos brasileiros, registrando que sempre estivera à frente dessa luta, defendendo o petróleo com independência e garra, primeiro com um punhado de visionários, depois com a comunidade das classes produtoras e, posteriormente, com toda a opinião pública, que compreendeu a importância do lema “o petró-

leo é nosso!” (30-3-1968). As edições seguintes festejaram o acontecimento, com reportagens e um dossiê sobre a história da Petrobras e da Refinaria, este assinado por Osório da Rocha Diniz.

Ainda em 1968, o jornal comentou a posição da Associação Comercial de Minas que, em reunião recente, fizera uma completa análise do esvaziamento da economia do Estado, de suas dificuldades financeiras e das grandes falhas de sua legislação tributária – fiscal, e criticou o governo mineiro, “insensível às necessidades do estado e recusando-se a aceitar as sugestões das classes empresariais ou mesmo da Assembléia Legislativa” (18-04-1968). A situação econômica de Minas continuava em processo de deterioração e, em agosto, o jornal noticiava a reunião dos presidentes das diferentes entidades de classe para analisar o seu agravamento, devido à restrição do crédito bancário, e programar um encontro com o ministro Delfim Neto.

Mesmo com as restrições do regime, o jornal criticou, em editorial, o confinamento do ex-presidente Jânio Quadros em Mato Grosso, considerado inconstitucional por vários juristas, afirmando que “o governo erra politicamente e monoliticamente, ao dar apoio ao ministro da Justiça que, no caso, não soube sequer redigir uma portaria (...) e é levado a cometer novas arbitrariedades e violências” (2-08-1968).

Em outro editorial, o jornal elogiou discurso do deputado Jorge Ferraz, do MDB, “um dos poucos deputados que honram o Legislativo mineiro”, quando o mesmo apontou a anomalia da situação presente: uma revolução vitoriosa, que governa com Atos Institucionais para garantir a sua vitória; consegue fazer calar o Congresso, nomear um presidente das Forças, preparar uma Constituição que é imposta e votada por um Congresso que não foi eleito como Constituinte; e, finalmente, não respeita essa mesma Constituição, buscando nos Atos Institucionais já arquivados justificativas para confinar um ex-presidente da República, “numa demonstração de medo do povo, medo dos seus líderes, medo da verdade”. “Como se vê, nem tudo está perdido”, concluía o editorial.

O mês de dezembro de 1968 chegou com pesadas nuvens: o jornal noticiou a morte do estudante Edson Luiz durante manifestações estudantis ocorridas no Rio e criticou a posição da polícia, que atribuiu a morte aos próprios estudantes: “um desrespeito à inteligência do brasileiro, à memória do estudante e uma demonstração do que pensa a polícia a respeito do povo que deveria servir” (6-12-1968). Na edição seguinte, diante da prisão de três padres na periferia da cidade e da apresentação do material considerado como “subversivo” – duas balas de fuzil, o primeiro número da revista “Veja” e alguns livros –, o jornal perguntou: “será que as autoridades acham que o povo brasileiro seria capaz de acreditar que isso é subversão?”

Na edição de 14 de dezembro, o jornal respirou aliviado diante da postura da Câmara dos Deputados em não permitir que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado. A coluna “O que diz a Imprensa” transcreveu artigos do Estado de Minas e da Última

Hora, louvando a independência e a maturidade da Câmara diante de “um confronto que jamais deveria ter sido provocado pelo Executivo”.

Amanheceu aliviado, mas a noite foi um pesadelo: o AI -5 foi promulgado.

O jornal nada comentou sobre o AI-5, continuando com as matérias de cunho econômico, criticando, por exemplo, como política perigosa, a variação na taxa de dólar e seus efeitos na economia nacional.

As charges daqueles dias, assinadas por Ed Luppi, tinham o governo como tema central. Uma delas trazia o letreiro “Costa e Silva inaugurou computador do Estado” e era ilustrada com a figura do general perguntando ao computador: “o que você diz sobre o meu governo?” e o computador respondendo: “Você não tem autocritica para analisá-lo?”.

No final do ano, o jornal fez sutil alusão aos desmandos das altas esferas, chamando a atenção para a necessidade de paz e de harmonia, não só entre os três Poderes da República, quanto entre os brasileiros, “homens inteligentes, sagazes, críticos e maravilhosamente modestos e pacientes”, mas angustiados com a minoria que, “aproveitando-se dos altos postos legislativos que ocupam, se volta para os desmandos, para a falta de cumprimento de seus deveres, para o abuso do poder que a massa de eleitores, sempre generosa ou analfabeta, lhe entregou nas mãos” (20 e 24 de dezembro, 1968).

A recessão econômica e as constantes pressões das classes produtoras levaram o governo a mudar o rumo da política econômica, substituindo Roberto Campos por Antônio Delfim Netto em seu comando. Houve aumento do crédito e dos gastos governamentais, a demanda foi estimulada e incentivado o mercado de capitais. A especulação financeira entrou em cena e, com ela, o poder do capital financeiro. Simultaneamente, houve maior arrocho dos salários.

A partir de 1969, a recessão começou a ser revertida, dando lugar ao “milagre econômico”; a inflação baixou a níveis mais aceitáveis, a balança de pagamentos reencontrou o seu equilíbrio; registrou-se uma redução do déficit público e reforçou-se a tendência da segunda metade dos anos 1950, de crescimento dos bens duráveis e de capital. Nesse contexto, Minas Gerais foi favorecida pela opção de descentralização relativa do parque industrial, até então prioritariamente estabelecido em São Paulo.

A modernização do parque gráfico

A busca do aperfeiçoamento gráfico e editorial do jornal foi uma constante no pensamento e na ação de José Costa, que reinvestia na empresa os recursos financeiros arrecadados: “trabalhar com recursos próprios garantiria não só a independência de minhas idéias como também a própria sobrevivência racional e metódica do jornal”, disse ele em outubro de 1982. Ele repetia na empresa, aliás, o comportamento que tinha em família: uma vida simples, modesta, para ele e para todos.

Mesmo sem recursos imediatamente disponíveis, ele tinha aquela curiosidade em conhecer, em saber o que estava acontecendo no mundo das inovações tecnológicas para a imprensa. Visitava jornais, exposições de equipamentos e material gráfico nos Estados Unidos e na Europa, conversava, lia. E arquitetava seus planos para a implantação de equipamentos e técnicas modernas para o jornal e para a melhoria editorial do mesmo.

Essa busca, essa preocupação constante com a evolução tecnológica do jornal é parte dele, do mais profundo de sua maneira de ser [...] uma pessoa sempre voltada para o futuro, voltada para a frente. Deve estar aí a raiz da explicação de seu pioneirismo, de sua visão de futuro presente em várias outras de suas atividades, segundo análise do filho Luiz Carlos.

O caso da importação das duas impressoras *off-set* é exemplar. Luiz Carlos relata:

O sistema off-set foi, a rigor, a primeira mudança tecnológica a romper com o princípio de impressão de Gutenberg: relevo e pressão; foi aplicado inicialmente a pequenos serviços gráficos, para produção em pequena escala. A sua utilização em jornais se deu por volta de 1965, com a fabricação de uma impressora grande e com grande velocidade. Em 1967, já tínhamos uma máquina dessas instalada em nossas oficinas.

À época, foram apenas duas máquinas compradas por empresas brasileiras em Chicago, nos Estados Unidos: a outra foi pelo Correio Braziliense. Em 1968, a terceira foi adquirida pela Folha de S. Paulo.

O pioneirismo, a novidade da máquina e a sua potência assustaram os responsáveis pela imprensa mineira, que a achavam “descabida” no cenário dos jornais belo-horizontinos. Luiz Carlos relata que seu pai chegou a ouvir do diretor geral dos Associados, Paulo Cabral de Araújo, a frase: “Costa, você é louco. Isso não vai funcionar!” Funcionou. Hoje, o *off-set* é equipamento padrão para a impressão de jornais, no mundo inteiro.

O sistema *off-set* abria a possibilidade da impressão de textos por processos fotográficos, a chamada composição a frio, que veio logo em seguida para o Diário do Comércio, com os equipamentos da American Type Founders (ATF). Embora já existissem equipamentos digitais, ainda embriões dos que viriam um pouco mais tarde, esses equipamentos eram caríssimos. José Costa optou então por uma máquina eletromecânica, o primeiro sistema de composição a frio no Brasil, adquirido em 1969.

Em 18 outubro de 1967, o jornal inaugurou o processo de impressão informando, em mensagem aos leitores:

Esta roupagem nova, produto de nosso trabalho, envergamo-la festejando nossos 36 anos de idealismo e serviço, em homenagem à grande metrópole, ao seu comércio e à sua indústria, classes a que nos achamos ligados e que são o alicerce deste progresso.

A nova impressora abriu um leque de possibilidades gráficas e estimulou as inovações na diagramação do jornal. As páginas passaram a apresentar quatro ou cinco colunas e começaram a desaparecer os fios verticais e horizontais que separavam as matérias e colunas, inaugurando um visual mais moderno e mais leve. Aumenta o uso de fotografias e passa a ser utilizado um papel mais claro e mais liso.

A impressora, mais potente e moderna, trouxe novo impulso ao jornal, possibilitando-lhe o primeiro grande salto, potencializado também pelo início do “milagre econômico” resultante da mudança da política econômica.

Na edição de aniversário de 1968, novos melhoramentos eram anunciados: visita do diretor José Mota Costa aos Estados Unidos para conhecer equipamentos mais modernos de composição a frio; estudo do uso de computadores na Redação e nas oficinas, automatizando e melhorando os serviços. Simultaneamente, foi promovida a reorganização e o aperfeiçoamento em todas as etapas da produção e distribuição do jornal, assim como a ampliação da equipe jornalística. As colunas, na sua grande maioria, continuavam as mesmas.

Mudanças ocorreram também na Redação. O jornalista Víctor Hugo de Almeida passou a chefiá-la, tendo Francisco Brant como editor e Guilherme Apgáua e Luiz Carlos Motta Costa como repórteres. Víctor, jornalista e cineasta, foi responsável por modificações gráficas importantes. Em depoimento para a Edição de 50 anos, contou o segredo: “*criatividade em tempos e condições desfavoráveis, mas com abertura para fazer o trabalho*”.

Nessa época, constituiu-se a primeira estrutura mais formal, mais contemporânea de pauta, de cobertura, de diagramação, de produção e de conteúdo, mas o foco continuava na economia regional. Com a saída de Víctor Almeida, em 1970, Luiz Carlos assumiu a chefia da Redação e foram chegando os primeiros profissionais graduados em cursos de Jornalismo. Eram jovens com uma visão menos romântica do jornalismo, mais técnicos, e muito contribuíram para o desenvolvimento do jornal, onde, aos poucos foram adquirindo a experiência necessária. Muitos deles ocupam, hoje, cargos importantes na imprensa brasileira ou em órgãos públicos e privados como assessores de imprensa.

O jornal foi pioneiro também em admitir mulheres para as funções jornalísticas de repórter, redatora e editora. A primeira a ser contratada foi Heloísa Machado.

Na década de 1970, foi-se estruturando a equipe de reportagem, adotou-se de maneira mais sistemática a pauta e as divisões próprias de editorias. O jornalismo praticado era mais contemporâneo, inclusive procurando responder às demandas do contexto econô-

mico. Foi instalado serviço de telex e contratada a Agência de Notícias do Jornal do Brasil, duas grandes novidades.

Novos jornalistas foram contratados, novos colaboradores se agregavam e surgiam novos serviços, como a página “Notas e Informações - Contabilidade”, do Sindicato dos Contabilistas de Belo Horizonte, cujo editor era Márcio Trindade Santos. Essa página, depois renomeada “Contabilidade” e, em 1996, “DC Contabilidade” apresentava artigos sobre Contabilidade, notas e informações sobre a legislação referente ao assunto e um importante resumo das obrigações a serem cumpridas, intitulada “Súmula”, de autoria de Pedro Rodrigues de Oliveira. Era uma página importante para os leitores do “Diário do Comércio”, pois tratava, do ponto de vista do contribuinte, de assuntos áridos, tentando orientá-los e alertá-los sobre as intrincadas complexidades das matérias legislativas. Márcio Trindade lembra uma situação representativa do alcance da página em questão:

Havia feito um estudo sobre o Decreto Lei 1958, de 1977 e esse estudo foi publicado no Diário do Comércio, em junho de 1978, sob o título “Correção Especial do Ativo”. Um dia, em visita de trabalho à Receita Federal de São Paulo, conversando com um ex-delegado de Belo Horizonte, ele abriu uma gaveta de sua mesa e tirou recortes dos referidos artigos, esclarecendo que estava dando um treinamento para fiscalização baseado naquele estudo.

A implantação do sistema ATF foi um verdadeiro pesadelo, pois significava uma ruptura tecnológica muito grande, passando da composição a quente para a composição a frio. A primeira máquina adquirida era bastante precária e ultra-sensível e foi logo substituída.

Diante das dificuldades, Costinha, que gostava dessa parte técnica, foi encarregado de cuidar do setor tecnológico e industrial. Luiz Carlos relata:

Dedicou-se ao assunto de maneira fantástica, conseguiu dominar esse conhecimento, conseguiu manter o equipamento e operá-lo muito bem; e, por ser o primeiro a entrar em contacto mais estreito com o sistema ATF, tornou-se grande especialista da área. Tanto que os outros jornais brasileiros que adquiriram posteriormente o equipamento de fotocomposição (O Globo, Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Zero Hora e jornais da Bahia e de Pernambuco), entre 1970 e 1980, convidaram-no para acompanhar a implantação das novas máquinas. Transferimos tecnologia, pois.”

Pouco depois da instalação do sistema ATF, em 1969, mais um passo avante: foi adquirida uma “tituleira”, a Headliner 860, que melhorou consideravelmente a composição dos títulos e mesmo do jornal.

Com o passar do tempo, os equipamentos eletrônicos começaram a ficar mais baratos, mais simples e mais acessíveis. Em 1972, foram adquiridos dois computadores de composição, chamados “Fototronic”, que substituíam o trabalho de três fotocompositores ATF e de sete perfuradoras UJ 6. Em 1973, foi adquirido um sistema PMT, que fazia a fotografia da página a ser impressa por uma câmara Ravena SEL 75, pré-reticulada; fotografava-se o original e fazia-se a chapa. Essa máquina teve curta duração, pois as inovações eram rapidamente superadas, mas, segundo seus usuários, era fantástica.

Em 1975, Luiz Carlos foi a Washington para conhecer um sistema novo, integrado, que permitia a informatização da Redação, agilizando o processo de produção. Até então, no início da era da informática, adaptava-se o computador, para que o mesmo fizesse um novo tipo de serviço. Mas como eram adaptações, nem sempre os resultados eram bons e perdia-se muita matéria.

Visitei um jornal que estava com tecnologia nova e Redação informatizada. Era um fim de tarde e fomos recebidos pelo Editor de Internacional. O sujeito estava completamente louco: tinha mandado um correspondente ao Oriente Médio, o repórter enviara a matéria, mas ela estava perdida no computador. O sistema tinha um problema de arquivo e de memória”, relatou Luiz Carlos. Desistiu-se da compra.

Alguns anos mais tarde, José Costa e Costinha, numa feira de equipamentos gráficos nos Estados Unidos, descobriram uma subsidiária da Kodak que tinha montado uma fábrica para produzir computadores especificamente para Redação de jornais, com todos os parâmetros e utilitários especialmente adequados para a confecção de um jornal. Foi um namoro relativamente longo. O aparelho só foi comprado em 1987, mas foi o primeiro sistema integrado, completo, já pronto para a Redação a ser utilizado no Brasil: o Atext.

Em 1976, foi a vez da aquisição de uma processadora de filmes Kodalith 324, que revelava os rolos de filme com mais eficiência, em apenas seis minutos, contra os 43 minutos até então exigidos.

Em 1978, deu-se a instalação da nova grande e importante aquisição: uma impressora Goss Community SC, com 17m de comprimento, 2,50m de altura. Tinha cinco unidades de impressora e uma dobradeira; imprimia a frente e o verso da folha e tinha capacidade para imprimir 35 mil exemplares por hora, cerca de 500 mil exemplares por dia. No término, a dobradeira cortava a fita impressa, dobrava e liberava o jornal. E ainda apresentava a capacidade de uso maior de cores, possibilitando, inclusive, a policromia.

Em 1980, o jornal adquire duas fotocompositoras CG 8600, com um sistema que atendia às Redações dos dois jornais e que podia ser ampliado de acordo com a evolução do aparelho e de novas demandas da empresa: é o início do sistema integrado, cons-

tituído por um computador central, que fazia produção dos textos, a paginação e todas as operações necessárias. Paralelamente, adquiriu-se um *News Platter* ou *past up to plate*, ou seja, “da arte à chapa”, agilizando mais ainda as etapas da produção do jornal.

Em 1982, o sistema antigo é substituído por 10 máquinas eletrônicas MDT 300, com vídeo acoplado, operadas por digitadores com uma velocidade muitíssimo maior (600 toques por minuto, ao invés dos 350 anteriores). Foi um novo grande avanço, pois o texto aparecia instantaneamente no vídeo, onde recebia a diagramação desejada. Esses sistemas foram usados até 1987, quando foi adquirido o sistema Atex, que começou a ser operado já na sede da Avenida Américo Vespúcio. “Foi o primeiro sistema completo, operado a partir da Redação”, relata Luiz Carlos. “O texto era preparado pelo repórter, passava pelo editor e ia direto para a página para a qual estava programado. O sistema Atex processava imagens integrando a parte do texto e a parte da edição até o resultado final, que já era o fotolito da página completa”, explica.

A compra do sistema Atex exigiu a ida do então diretor de Redação e do diretor Industrial aos Estados Unidos, para um treinamento com o equipamento e para desenvolver o programa em português. Por coincidência, o especialista designado pela firma, um iraniano, falava português e era casado com uma brasileira, coincidência que facilitou enormemente o trabalho e criou laços de amizade.

A década de 1990 trouxe outros aperfeiçoamentos importantes na tecnologia da informática: os grandes computadores, ou *mainframes*, foram substituídos por computadores menores, os PCs, individuais; a Internet facilitou enormemente as conexões e a obtenção de notícias em tempo real, assim como a foto digital e a possibilidade de eliminação da etapa do fotolito. Em 1992, a Redação possuía 24 terminais e o setor industrial, 10.

Todas essas inovações, ao longo dos anos, implicaram no treinamento das equipes já existentes, não só para o funcionamento adequado, como para a manutenção necessária. Daí um processo de valorização do pessoal, com treinamento nos Estados Unidos e em São Paulo. A manutenção passou a ser feita pelos próprios funcionários e 90% das peças de reposição da rotativa eram produzidas dentro da própria empresa.

Na última metade da década, o sistema Atex foi trocado por uma rede de microcomputadores e os dois jornais foram dotados de novas paginadoras, facilitando assim a produção industrial.

A empresa familiar: modernização e consolidação

Para acompanhar as inovações tecnológicas, a empresa precisou também de se reestruturar juridicamente. O primeiro passo foi dado ainda em 1959, quando ela deixa de ser uma firma individual registrada na Junta Comercial em 17-03-1938 e se transforma em sociedade por cotas de responsabilidade limitada, para facilitar as transações bancárias e

com as importadoras. Foi criada, então, a DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA., com 99,5% do capital em nome de José Costa e o restante dividido entre a esposa Dalva e as quatro filhas. Nesse momento, Costa registrou separadamente a denominação Informador Comercial Ltda., para explorar o serviço de cadastro.

Em maio de 1966, nova alteração no contrato social, para introduzir como sócios os filhos José Motta Costa e Luiz Carlos Motta Costa. A participação no capital continua na mesma proporção. Nova alteração foi feita em agosto de 1967, para admissão do novo sócio, Marcílio Gonçalves, que passa a dividir formalmente a administração dos negócios, como gerente-administrativo.

Assim, em 1968, o jornal já contava com uma pequena equipe familiar: José Motta Costa, Luiz Carlos Motta Costa e Marcílio Gonçalves, casado com Rachel, filha de José Costa. Ele dava a cada um as atribuições que julgava corresponder às formações e vocações respectivas. José Motta Costa, o Costinha, formado em Administração de Empresa, mas com vocação para a engenharia, ficou cuidando da parte técnica, dando suporte aos avanços tecnológicos; mais tarde, tornou-se diretor Industrial. Luiz Carlos, treinado na Redação desde muitos anos, chegou à chefia da mesma em 1970; depois, passou a ser diretor de Redação.

Marcílio, administrador de empresa, com experiência na Usiminas, começou a trabalhar no Diário do Comércio em 1967, chamado para organizar administrativamente a empresa. Ficou alguns anos como gerente-administrativo, passando em 1982 a diretor Superintendente; em 1994, foi eleito Diretor-Presidente. Tornou-se, gradativamente, o braço direito de José Costa na condução administrativa e financeira da empresa.

Todos tinham espaço para desenvolverem suas tarefas e uma relativa autonomia, mas tudo era resolvido com o próprio José Costa, em reuniões semanais ou em conversas necessárias. Às vezes, o clima “esquentava”, mas terminadas as reuniões, ele não guardava ressentimentos, não ficava repisando os desentendimentos nem cultivava o mau humor e, muito menos, as divergências. Mas a posição definitiva e as grandes decisões eram suas. Pelo menos, nos primeiros tempos.

Em novembro de 1969, José Costa promoveu nova mudança contratual pela qual a sociedade passa a ter como objetivo não-somente a exploração do ramo jornalístico e de publicidade, como também a edição e confecção de jornais, revistas, livros e impressões gráficas em geral, próprios e para terceiros. Outras alterações contratuais posteriores estabeleceram nova ampliação do ramo de negócios, incluindo a exploração agropecuária (13 de dezembro de 1974), e definiram aumentos de capital. Em 1981, a sociedade passou a ser representada por José Costa e Marcílio Gonçalves e, em dezembro de 1987, o objeto da empresa se ampliou, com a inclusão da execução e serviços de tele e radiodifusão.

Do ponto de vista administrativo, a primeira modernização, ainda incipiente, foi dada

no início da década de 1960, quando passou a contar com o prof. Antonio Lopes de Sá para organizar e supervisionar a contabilidade. Nos anos anteriores, José Costa se ocupava pessoalmente de controlar todas as receitas e fiscalizar todos os gastos. Com a vinda da filha Lúcia para a empresa, nos idos de 1952, ela aos poucos foi se ocupando dos pagamentos, da cobrança das faturas, e, principalmente, do acerto entre a receita e as despesas. Em fins de 1959, coube-lhe a responsabilidade de acompanhar o processo contábil e aprender com o professor Lopes de Sá, estruturando a contabilidade da empresa. Com a sua saída, em 1962, foi substituída por Rachel, que ficou responsável pelos serviços contábeis.

Mas o crescimento da empresa, a complexidade crescente das tarefas, a chegada de mais um genro – Willy Muls –, em 1972, assim como o avanço do desenvolvimento econômico e a modernização em marcha dos negócios e das empresas brasileiras, exigiam uma reestruturação administrativa mais profunda e melhor divisão das tarefas. O papel do Marílio foi fundamental em todo esse processo de reestruturação administrativa e financeira: além de defender a idéia diante da diretoria, soube conduzir as modificações necessárias com rara competência, firmeza e elegância. Em 1973, o jornal contratou em São Paulo uma firma de consultoria para orientar o processo. Como resultado, a consultora estabeleceu duas diretrizes fundamentais: a reestruturação administrativa, com a criação das gerências, e a modificação do conteúdo jornalístico do veículo, para melhor atender à nova conjuntura econômica e política e às novas demandas dos empresários mineiros.

Ao longo da década de 1970, essa reestruturação foi sendo aperfeiçoada, sempre sob a condução do Marílio, que incentivou não só o planejamento estratégico da empresa, mas também a modernização do parque gráfico e os investimentos em recursos humanos de qualidade, ajudando a preparar o Diário do Comércio para os desafios do futuro.

Participando também de diferentes entidades de classe representativas do empresariado mineiro, Marílio foi diretor da AC Minas e sobre ele registramos depoimento do ex-presidente Francisco Américo de Paiva, que destacou:

a competência e a seriedade de seu vitorioso desempenho profissional, a sua constante amenidade e imperturbável gentileza no convívio com os outros.

A sucessão na empresa, questão sempre delicada, começou a ser aventada em fins da década de 1980. Ela discutida pela primeira vez no contexto de um curso promovido pela Fundação Dom Cabral (FDC) sobre Empresa Familiar, que tratava do assunto e do qual participaram os diretores Marílio Gonçalves e Luiz Carlos Motta Costa. Algum tempo depois, já no âmbito da empresa, um consultor da FDC, em entrevista com José Costa, percebeu que ele não tocava no assunto com sua equipe, à medida que considerava muito

delicado a escolha de um deles para ser seu substituto. Caberia à própria equipe conduzir a questão. Ficou decidido promover uma série de seminários, a serem organizados e conduzidos pela Fundação Dom Cabral. E assim se fez, com a participação de todos os sócios e, a partir de um momento, dos netos que se interessassem pela questão. Os próprios sócios estabeleceram uma possível linha sucessória, levando em conta as atribuições já definidas de cada um dos diretores e as respectivas vocações. Foi também estabelecido que a FDC conduziria um processo de seleção entre os netos, para analisar suas potencialidades e interesses na participação direta dos negócios da empresa.

A ampliação do espaço físico: nova sede

O processo de crescimento e modernização da empresa exigia, naturalmente, a ampliação também do espaço físico. Por vários anos, manteve a oficina na Rua Espírito Santo. Com a aquisição da rotoplana Goss, a oficina passou para os fundos de sua residência, na Rua General Carneiro, na Sagrada Família. Todos da família participavam, de alguma maneira, do processo: desde a chegada e saída – de madrugada – do pessoal da oficina, pela entrada lateral da casa, ao barulho das máquinas, aos emperramentos freqüentes, aos problemas que às vezes aconteciam com a publicação dos protestos e outros vários.

O “escritório”, como se dizia no ambiente familiar, passou para um espaço também maior, ocupando o primeiro andar do edifício IAPC, na Avenida Afonso Pena, nos primeiros idos do ano de 1950. Mas esses espaços não lhe pertenciam, eram alugados. O projeto era a aquisição de uma sede própria.

Em 1959, comprou um andar no edifício Elisa Levy, de seu amigo empresário Benzion Levy, e mudou-se então para a Rua Rio de Janeiro, esquina com a Rua dos Caetés. Em 1975, comprou o edifício da Rua Padre Rolim, 652, para onde o jornal se mudou no ano seguinte. Antes de adquirir esse edifício, havia comprado um terreno grande na Pampulha, na Avenida Abraão Karan e chegou a mandar fazer a planta para construir a nova sede, planejada de acordo com as necessidades do jornal. Mas a urgência da mudança o atropelou: Luiz Carlos é quem conta: “Um dia eu vi no próprio jornal o anúncio de um prédio e pensei comigo que estava com cara de ser bom para nós. Cheguei na sala de papai, ele não estava; então marquei o anúncio e deixei um bilhete: ‘Será que isso nos interessa?’ Depois, me esqueci do assunto. Passaram-se uns dias e o Costinha chegou na minha sala dizendo com o jeito dele, meio engraçado: ‘Você fica me dando trabalho!’ Olhei para ele espantado: ‘Como?’ É, o papai mandou eu olhar isso aqui’, disse, mostrando o anúncio. ‘Olhei e achei interessante. Vamos lá ver?’

Eles gostaram, mas José Costa não ficou muito entusiasmado. Tinha outros planos na cabeça e achava que o espaço ainda era pequeno e que logo, logo, precisaria de uma coisa maior. Como ele estava de viagem marcada para a Europa, deixou a decisão nas mãos

dos sócios. Foi a primeira grande decisão sem a sua presença: compraram. E ele sempre dizendo: “Isso não vai chegar, isso não vai chegar.”

De fato, com a economia do País em avanço, a empresa também entrou em um ciclo de expansão e de consolidação; do ponto de vista industrial, estava muito bem equipada e com capacidade ociosa. Do ponto de vista jornalístico e editorial, também se firmava. E realmente, em poucos anos, com a empresa crescendo, tiveram que alugar duas casas do outro lado da rua.

Até que também aí não deu mais. Tornava-se realmente urgente um prédio maior, adequado, já na planta, para os dois jornais. Dois anos depois da inauguração da sede da Padre Rolim, o Jornal De Casa foi lançado. Todos esses fatores levaram à construção da sede nova, inaugurada em 1988.

Milagre econômico

Os sinais da retomada do crescimento, iniciada no final da década de 1960, com o “czar” Delfim Neto comandando a economia, ainda não apareciam nas páginas do Diário do Comércio em 1969. Além de insistir na crise que paralisava o processo de desenvolvimento de Minas Gerais, a grande preocupação ainda era a pressão dos interesses internacionais, que não cessavam de impor obstáculos ao desenvolvimento industrial do País e de Minas. O jornal chegou a apontar a necessidade de se criar um Serviço de Informações específico para localizar “todos aqueles que, a serviço de interesses e de propagandas do exterior, organizações estrangeiras, consórcios e grupos de pressão, trabalham contra a industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil” (31-12-1969).

Mas, em 1971, Rondon Pacheco tomou posse como governador já num clima de otimismo. O jornal publicava, na íntegra, documento enviado pela AC Minas ao novo governador, em que relacionava os problemas que ainda estrangulavam a economia mineira e exigiam a ação conjunta do governo estadual e governo federal. Entre eles a implantação da usina siderúrgica do Vale do Paraopeba, a ligação ferroviária Belo Horizonte-Vitória, o Fundo de Recuperação Econômica do Estado e o Fundo de Desenvolvimento Industrial para as Regiões Mineiras (2-01-1971). Problemas antigos, como se sabe.

Também foi aplaudida a meta estabelecida pelo governo Médici – um dos mais duros do regime militar – de alcançar a produção de 20 milhões de toneladas de aço em 1980; para isso, dizia o governo, havia que se atrair a “livre iniciativa”. O jornal se arrepiou: de que livre iniciativa se trata? Do capital internacional? E concluía: “se esperarmos por ela só teremos os dissabores que tivemos com a construção da Usina Hidroelétrica Paulo Afonso, considerada “imatura” pela livre empresa internacional; com a construção da Usina de Alcalis, em Cabo Frio, considerada “insensata”; e com a pretensão do Brasil de extrair petróleo em seu território, considerada uma “loucura” (18-08-1971).

Em agosto de 1971, foram registradas pequenas modificações gráficas com títulos e subtítulos mais destacados, em negrito e itálico. A coluna “J. Lopes” passou a se chamar “José Lopes”, surgiram uma nova seção, “Mundo” e um novo chargista, Nilson. O jornal informou ao leitor:

Todo mundo sabe que o mundo dos negócios é o mundo do jornal. As informações para os empresários são matérias de fundo. Mas o DC sabe sair da rotina: aqui tem coisas amenas e gostosas como o Caderno Social, Arte, Cinema, Noticiário Internacional, tudo no DC SOCIAL, nas edições de domingo, e mais: DC Turismo, DC Rural, às terças-feiras.

Essas modificações representavam mais um impulso de renovação, sob o comando do então chefe de Redação Luiz Carlos Motta Costa. Tilden Santiago, que trabalhava no jornal nessa época e posteriormente foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas, deputado federal e Embaixador do Brasil em Cuba, descreve assim o período:

Quando eu entrei para o jornal, em 1973 já havia um processo de renovação. A equipe era coesa e bem qualificada, com o espírito de fazer o melhor jornalismo possível. Era constituída, entre outros, por Edson Martins, Lester Moreira, Ivani Cunha, Elma Heloísa de Almeida, Júnia Camisassa Rodrigues, Sílvia Paoliello, o copidesque Cristóvão Vaz, os diagramadores Waltinho Serrano, Paulo Rios e Dione Martins e o editor de última página, Nilceu Martins. Líamos o jornal de cada dia e fazíamos sua revisão em conjunto, para localizar as falhas. Era um trabalho muito coletivo.”

O eixo central das preocupações do jornal nos anos de 1972 a 1976 girou em torno da implantação em Minas de um pólo siderúrgico, fundamental para o desenvolvimento do País e para assegurar ao Estado um lugar definitivo na industrialização brasileira. Em edição de 19-02-1976, mostrou que, apesar da aprovação do estudo de viabilidade da Central do Aço pelo Conselho de Siderurgia (Consider) e da determinação do governo federal de criar um pólo siderúrgico em Minas, as pressões contrárias foram tantas, inclusive de São Paulo, que o projeto da Açominas foi aprovado somente no governo Aureliano Chaves (1975 - 1978), mesmo assim com alterações no projeto original, que implicaram em mudança do local onde seria instalada: Ouro Branco, ao invés de Paraopeba.

O projeto de instalação da fábrica de automóveis da Fiat teve mais sucesso: em maio de 1975, Adolfo Neves fora indicado presidente e se comprometeu a implantar a montadora no prazo devido (edição de 19-05-1975). Waldemar Coronha, na sua coluna “Políti-

ca Econômica”, se ocupava da constante defesa da Açominas e criticava freqüentemente o governador Rondon Pacheco, por não tomar uma posição e por repetir os erros das administrações passadas, permitindo que os “interesses de empresas se sobrepusessem aos interesses do Estado”.

Em fevereiro de 1975, o jornal registrava a disposição do governo Ernesto Geisel em efetivar a abertura política, restabelecendo o diálogo com importantes setores da vida nacional. O jornal comemorou a posse do novo governador, Aureliano Chaves, indicado por Geisel e eleito indiretamente pela Assembléia e, pouco tempo depois, divulgou a criação do Grupo de Trabalho de Siderurgia, na Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, para estudar as possibilidades siderúrgicas mineiras e formular sugestões ao governo.

Poucos meses depois, em julho, divulgava a posição da Federação do Comércio de Minas Gerais que enfatizava a importância da participação de todas as entidades e todos os mineiros na luta contra o “imperialismo interno”, que impedia Minas de se tornar um poderoso núcleo da siderurgia brasileira e denunciava a pressão paulista, sempre contrária a esse avanço. Comemorando o “Dia do Empresário”, a Associação Comercial de Minas defendeu posição idêntica.

Preparando as comemorações de seu 43º aniversário, o jornal saudou o processo de consolidação da economia mineira e lançou, em 18 de outubro, dois cadernos especiais sobre o sistema financeiro em Minas, editados pelo jornalista Durval Campos Guimarães. Como parte da programação, promoveu uma mesa redonda com a participação de presidentes dos diferentes bancos.

Em 1976, a inflação começa, novamente, a causar preocupação. O milagre econômico tinha chegado a seu fim. Em março, foi saudada a decisão do ministro Mário Henrique Simonsen de liberar os preços, de modo a ajudar a reduzir a inflação, no artigo “Abandono da ortodoxia: Milagre” publicado no dia 10. Por outro lado, é abominada a possibilidade da assinatura de contratos de risco com grupos petrolíferos internacionais, como solução para obter a auto-suficiência em petróleo. O jornal afirmava que não se podia abrir brechas no monopólio estatal, tirando da Petrobras o xisto, a petroquímica e a distribuição dos derivados do petróleo.

Dentro desse quadro de retomada do desenvolvimento econômico do País, com forte presença do capital externo e das multinacionais no cenário da industrialização brasileira – e de Minas Gerais –, o fato econômico ganhou outra conotação. Essa realidade em mutação se constituiu, portanto, como um novo contexto e exigia uma nova postura editorial. Ao mesmo tempo, a cidade também se transformava, abrindo espaço para outro tipo de jornal, destinado às famílias.

José Costa lançou, então, o **Jornal De Casa**, uma grande inovação, e se voltou para a reformulação editorial do Diário do Comércio.

O jornal De Casa

A idéia vinha sendo gestada há tempos. Em suas viagens à Europa e aos Estados Unidos, José Costa conheceu um outro tipo de jornal, assentado praticamente apenas na publicidade, com anúncios de firmas e produtos comerciais e de oportunidades de negócios, de circulação semanal e gratuita. Willy Muls, genro e novo colaborador, reforçou a idéia citando a experiência de jornais semelhantes que conhecia na Bélgica. Em Minas, não existia nada semelhante; em São Paulo, já circulava o *Shopping News*, com grande tiragem.

Em uma reunião da diretoria em 1973, a proposta foi posta na mesa. Ficou decidido que, em 1974, começariam a trabalhar objetivamente em função do projeto. Todavia, fatores internos e externos fizeram com que a idéia fosse adiada. Em 1975, entretanto, a situação do Diário do Comércio se consolidou e havia tranquilidade suficiente para rediscutir o velho projeto.

Uma das primeiras conclusões foi que deveria ser semanário, de distribuição gratuita, domiciliar, mas, ao invés de ser só publicitário, deveria ter também conteúdo editorial. O nome surgiu por consenso, após discussões internas: “jornal **De Casa**”, dando-se destaque gráfico ao **D** e ao **C**, para assegurar a sua identificação com o DC – Diário do Comércio.

As tarefas foram divididas entre os diretores, cada um se ocupando do projeto sob ângulo referente ao seu setor: estrutura editorial, serviços comerciais, confecção e distribuição. O diretor de Redação, junto com aquela que seria a primeira editora do futuro semanário, Elma Heloisa de Almeida, começou a traçar a estrutura editorial: abordagem jornalística da matéria, seções, assuntos, tipos de reportagens e o seu aspecto gráfico.

O diretor Superintendente e o diretor Comercial intensificaram os contatos com os possíveis anunciantes. Foi feito um levantamento sócioeconômico da cidade para localizar os extratos de renda que interessavam aos anunciantes. A partir dessa pesquisa, foram traçados os mapas e os roteiros e organizou-se a distribuição domiciliar. Luiz Carlos relata:

“Queríamos total segurança para lançar o jornal: tínhamos que produzir um ótimo produto do ponto de vista editorial, do ponto de vista industrial e tínhamos que entregar o jornal com absoluta segurança, certos de que ele ia ser aberto e ser lido”.

Nessa época, a Sears Roebuck, empresa americana já com grandes lojas em São Paulo e no Rio de Janeiro, estava se preparando para instalar uma filial em Belo Horizonte. Em São Paulo, a empresa trabalhava justamente com o *Shopping News* e trazia dos Estados Unidos essa experiência de anunciar em jornal de distribuição gratuita. Foi a junção “da fome com a vontade de comer” e, um mês antes da abertura da loja da Sears, o jornal foi posto em circulação.



O lançamento se deu no dia 1º de agosto de 1976. O jornal tinha 12 páginas, 50 mil exemplares e sua reportagem de capa – “Sílvio Santos vem aí (e Uri Geller também...)” – era sobre a disputa entre a TV Globo e as Emissoras Associadas pelos direitos do programa de Sílvio Santos. Naquele domingo à tarde, o disputado animador estreava na TV Itacolomi, dos Associados.

Fazendo a apresentação, José Costa dizia, sob o título “Um Jornal para você”:

“jornal De Casa. Feito para a mulher, para o homem, para os adolescentes e para as crianças. Um jornal para a família inteira. Linguagem simples, aparência descontraída e agradável. Encontro marcado, a partir de hoje, todas as semanas, semana inteira”.

A aceitação foi imediata. Na primeira edição, o jornal já se pagava. E nunca trabalhou no vermelho. Dois meses depois, o jornal passava de 12 para 20 páginas, com um Segundo Caderno. A tiragem foi só aumentando: em agosto de 1977, um ano após o seu lançamento, atingia 80 mil exemplares. Quando, por um motivo ou outro o jornal não chegava às mãos do leitor, choviam telefonemas de reclamação. Ao mesmo tempo, chegavam à redação cartas e telefonemas de todos os bairros da cidade pedindo para também receberem o jornal. Novos bairros foram gradativamente incluídos na distribuição. Em setembro de 1982, a distribuição foi mais uma vez ampliada, abrangendo o bairro do Barreiro e o município de Contagem. A tiragem chegou a 120 mil exemplares.

O jornal era entregue nas casas por um verdadeiro exército de distribuidores. Cada um chegou a distribuir, em média, de 900 a 1.200 jornais, em mais ou menos três horas. Em 1982, havia 141 distribuidores autônomos, coordenados por dez supervisores de circulação, que tinham experiência adquirida como funcionários dos Correios.

A Sears, além de primeiro, sempre foi o anunciante âncora, enquanto esteve em Belo Horizonte. A sua presença teve um efeito altamente positivo: ela atraiu os demais varejistas que, em face da nova concorrente, tinham que também ser agressivos. Assim, o número de empresas anunciantes crescia constantemente. Primeiro, as lojas de comércio, depois os supermercados, os bancos, as financeiras. No Natal e em períodos de maior efervescência do comércio, o jornal chegava a sair com edições de 40 e até com 64 páginas.

Fator fundamental para o sucesso foi a qualidade da matéria editorial, de responsabilidade da equipe comandada por Elma Heloisa de Almeida e que tinha, no início, os jornalistas Flaminio Fantini e Eustáquio Trindade Neto; o diagramador Paulo Rios; e o fotógrafo Liberato Pereira. Três meses depois, a eles se juntaram as jornalistas Elizabeth Fleury e Maria Beatriz Afonso.

O Jornal De Casa marcou época: a criação ficou maior que os criadores, segundo Luiz Carlos Costa:

O sucesso foi tão grande que estávamos, a rigor, com uma batata quente nas mãos. Mas, mais uma vez, a conjugação dos astros nos favoreceu: ficamos sabendo que o jornalista Guy de Almeida, uma pessoa muitíssimo bem conceituada em todos os planos e reconhecido como um dos grandes jornalistas brasileiros, estava querendo voltar para o Brasil, depois de anos exilado no Chile e no Peru. Eram os tempos da 'abertura lenta e gradual' do governo militar. Perguntaram a José Costa se haveria possibilidade de trabalho para ele no jornal. 'É claro', respondeu com firmeza. E tivemos a sorte de contar com o Guy, logo que ele voltou, com toda a sua bagagem cultural e conhecimento jornalístico."

Em maio de 2006, durante sessão solene da Associação Comercial em homenagem a José Costa, Guy de Almeida deu o seguinte depoimento sobre esse momento:

Quando recebi o convite para assumir a supervisão editorial de seus jornais, em 1977, deu-se em mim (...) o primeiro choque de percepção de sua personalidade. Pois tal convite sugeria, a meu juízo, destemor que, como pude perceber depois, era uma de suas características marcantes.

(...) Regressava eu ao Brasil, após onze anos de exílio no exterior e já fora advertido das dificuldades para que profissionais com meus antecedentes políticos pudessem assumir funções de relevo em meio de comunicação. (...) Seguiram-se muitos anos de trabalho conjunto, às vezes um tanto tenso devido ao temperamento e à visão de cada um, mas sempre permeado por lealdade e confiança mútuas. Por isso, nos foi possível avançar sob seu firme comando, na execução e viabilização dos projetos por ele a mim solicitados de reestruturação editorial de seus jornais...

Guy de Almeida assumiu como Coordenador Editorial dos dois jornais, mas no primeiro momento ficou voltado para o "jornal **De Casa**", procurando afiná-lo, ajustá-lo em termos editoriais e gráficos, dando-lhe uma personalidade específica, além de racionalizar o processo de sua produção. A equipe original permaneceu com ele. A temática se ampliou, com o objetivo de informar mais e melhor sobre os assuntos que mais interessavam às famílias belo-horizontinas: transporte coletivo, abastecimento e economia doméstica, serviços urbanos, saúde, educação, vestibular, política, esporte e cultura.

A coluna "Sete Dias" que tinha como objetivo inicial apresentar de maneira séria, mas bem-humorada, as notícias dos bastidores da política e dos negócios da sociedade mineira, passou a apresentar mais espaço para análises da política e da economia de Minas e do Brasil, nos sete dias da semana.

Por ocasiões específicas tais como proximidades das eleições, as questões de interes-

se eram tratadas com leveza, mas com profundidade, nas colunas a isso destinadas: "Sete Dias", "Beagá" ou "Momento".

Nesses primeiros tempos, outros jornalistas foram entrando para a Redação; Ângela Carrato, Luiz Carlos Bernardes, Dinorah Carmo, Fernando Assunção. Uns como repórteres efetivos, outros como *free-lancers*.

A partir de maio de 1979, redefiniu-se a sua linha gráfica, dando ao jornal um visual mais bonito e um novo logotipo, depois de seguidas reuniões com o Coordenador Editorial, Guy de Almeida. Os responsáveis foram o ilustrador Edson Ricardo Teixeira de Melo e os diagramadores Valéria Quick da Silva e Paulo Rios, que deram à diagramação um ar criativo e moderno, permitindo ao leitor um acesso à informação de modo mais fácil e agradável. As fotos também estão mais presentes.

Do ponto de vista jornalístico, os textos do jornal **De Casa**, por ser um semanário, seguiam o padrão da reportagem, devidamente contextualizada e bem elaborada. Notava-se também que o jornal estava mais focado nos assuntos e problemas específicos da cidade. Segundo seus subordinados, o coordenador editorial Guy de Almeida era um supervisor exigente: queria qualidade e responsabilidade. As matérias deviam ser sempre devidamente apuradas e respaldadas em fatos, pois o compromisso primeiro tanto do Diário do Comércio, quanto do jornal **De Casa** era a seriedade. A jornalista Ângela Carrato descreve: "Por isso, mesmo que a nossa equipe fosse pouco numerosa, éramos muito respeitados. No jornal **De Casa**/Diário do Comércio ninguém "plantava" notícias e não se vendia espaço jornalístico. A fronteira do jornalismo com a publicidade era muito bem demarcada."

Sobre Guy de Almeida, quem depõe é Washington Mello, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas:

Ele era um verdadeiro mestre. Era rigoroso e exigente, cobrava muito, mas ensinava e se dispunha a orientar. Tudo era decidido coletivamente. Dava liberdade e autonomia para seus subordinados, mas cobrava. José Costa confiava no companheiro que estava lá e que lutava pelos objetivos da casa.

O jornal abriu espaço também para as análises políticas, com uma coluna especialmente dedicada ao tema, que foi sendo ocupada por colaboradores especializados como Luiz Carlos Bernardes, Ângela Carrato, Tilden Santiago e o próprio Guy de Almeida. Nela, eram são tratadas questões relevantes da política mineira e nacional, que ingressava no período de distensão.

Guy deixou o jornal em fevereiro de 1984, depois de uma viagem aos Estados Unidos, a convite do United States Information Service (Usis) para uma série de visitas e conferências em jornais, revistas e escolas de Comunicação. O jornal **De Casa** noticiou o seu afastamento, ressaltando a sua marca pessoal nas inovações editoriais efetuadas:

Durante o período em que permaneceu no cargo, o conhecido jornalista participou ativamente no processo de reestruturação dos dois jornais, deixando a sua marca pessoal em muitas das inovações editoriais desde então realizadas. Tendo sido concluída a primeira etapa desse trabalho e alcançados os objetivos pretendidos, Guy de Almeida houve por bem afastar-se da empresa para buscar novas experiências e novos desafios no campo profissional.

Em agosto de 1986, comemorando os 10 anos do jornal **De Casa** foi introduzido o suplemento “Roteiro de Negócios”, “o classificado dinâmico da indústria, comércio, produtos e serviços”. Em 1984, já surgira a coluna “ABC da Economia”, destinada a falar de economia para o leitor comum, a dona-de-casa, explicando, em linguagem acessível, o que era inflação, juros e outras questões semelhantes. Seu redator era Deusdedith Aquino, jornalista econômico, também responsável pela coluna “Economia e Negócios”, no Diário do Comércio.

Ao longo dos quase dez anos que se seguiram, o jornal **De Casa** procurou se manter dentro das orientações deixadas pelo Guy de Almeida. Mas a conjuntura econômica se transformava, assim como a cidade, que cresceu em termos populacionais e culturais. A crise econômica que se iniciara de 1979 se tornava cada vez mais aguda, sinalizando o que seriam os anos 1980. A inflação ficou novamente altíssima, com efeitos diretos sobre o jornal: aumento de cerca de 600% do preço do papel importado para a impressora e do material fotográfico; os salários e encargos sociais também cresciam.

Algumas estratégias então adotadas possibilitaram contornar a crise, como o aumento do espaço para a publicidade, a não substituição dos funcionários que saíam e a substituição do papel importado pelo nacional. Os empréstimos contraídos para a aquisição do prédio da Padre Rolim e das máquinas e equipamentos, para o reforço do capital de giro e para o saneamento de parte de seu passivo oneroso, já estavam liquidados.²⁹ Mas as novas aquisições de equipamentos e a construção da nova sede, na Avenida Américo Vespúcio, prejudicaram o equilíbrio duramente mantido. A ideia inicial era construir apenas um galpão para abrigar a oficina e uma nova impressora. Mas o galpão, sob o entusiasmo geral, virou um prédio de quatro andares e 6.000 m² de área construída. Seria a marca do José Costa para a sociedade que o acolheu e para a posteridade: “Eu não morro feliz sem deixar uma sede decente para o jornal”, dizia ele com frequência.

Os dois jornais, em termos editoriais e financeiros, se ressentiam da crise. José Costa e seu quadro de diretores percebiam o problema e buscavam uma solução. Achavam que os jornais tinham sofrido certo “envelhecimento”, não acompanhando as mudanças dos últimos anos.

O esforço de retomada do desenvolvimento econômico de Minas se iniciava nos anos

²⁹ Arquivos do DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA., pasta de contratos, 20-08-1975; 13-10-1978; 09-09-1980; 30-11-1982.

1990, mas, também aqui, o quadro era novo, com características diferentes da década de 1970: a presença de um grande número de multinacionais e a integração competitiva no mercado mundial implicavam em necessidade de eficiência, produtividade e qualidade; ou seja, de condições de competitividade, para a qual os avanços tecnológicos e a criatividade gerencial eram também fundamentais. Mais uma vez, uma grande coincidência. Em 1992, Guy de Almeida estava voltando de Roma e José Costa o convidou para voltar a compor a sua equipe e dar o tom aos dois jornais. O novo convite foi feito por Marcílio, pois uma das razões da saída de Guy, em 1983, fora um desentendimento com José Costa, que não concordou com sua viagem aos Estados Unidos. Agora, resabiado, enviou o seu diretor Superintendente como mensageiro da paz e para “assuntar” as possibilidades. Guy não se fez de rogado: “Vou lá conversar com ele. Gosto do Diário do Comércio, tenho muito apreço por José Costa, quero conversar com ele.”

E foi, mais uma vez, incumbido da reformulação do Diário do Comércio. Ainda no processo de estudos e início da implantação das modificações, a direção do jornal lhe pediu uma avaliação e planejamento para o jornal **De Casa**. A empresa sabia que o **JC** atravessava um momento difícil, mas não tinha uma posição clara a respeito da natureza e das causas de seus problemas. Entretanto, o faturamento começava a ser insuficiente e era indispensável, portanto, um rigoroso equilíbrio entre faturamento e qualidade editorial, sem que a segunda fosse sacrificada pelo primeiro.

Guy chegou à conclusão de que a reformulação emergencial do jornal **De Casa** não deveria se restringir ao aspecto editorial, já que a percepção externa do jornal era boa. Mas constatou que havia uma insatisfação generalizada, uma gradual saturação e desgaste do modelo implantado dezesseis anos antes, diante da nova realidade econômica, social e cultural da cidade. Não havia rejeição nem indiferença ao jornal; a simpatia e o interesse persistiam, mas constatou-se uma espécie de “acomodação positiva” do leitor. Internamente, detectou uma banalização, uma acomodação editorial, uma burocratização do ritual da produção o que, em médio e longo prazos, poderia ser um risco para a estabilidade e o prestígio do projeto.

Dessa forma, propôs uma série de medidas que poderiam sanar os problemas e dar novo vigor ao jornal **De Casa**.³⁰

Para a Redação, as medidas estavam relacionadas com a necessidade de recuperação da confiança, do entusiasmo e convicção da equipe, com uma clara definição de objetivos e metas, com a redefinição das responsabilidades dos comandos e com um novo sistema de organização da pauta. O documento pregava a estreita colaboração entre a Redação, e os Departamentos Comercial e Industrial para possibilitar maior eficiência no processo de produção e melhor qualidade do produto e propunha modificações paulatinas na diagramação, até se chegar a um novo esquema, mais vivo e mais leve. Outro item

³⁰ ALMEIDA, Guy de. “Reformulação Editorial do Jornal de Casa – Projeto de Emergência, dezembro de 1993.

importante de sua proposta era o uso intensivo e adequado do marketing para capitalização das mudanças a serem realizadas e promoção do jornal.

A proposta começou a ser implantada imediatamente em alguns aspectos mais urgentes e gradualmente, quando implicava maiores mudanças e exigia maiores recursos. Os problemas surgidos foram sendo solucionados, com maior ou menor rapidez, segundo a natureza e amplitude dos mesmos.

Mesmo porque, conforme lembra Guy de Almeida, o desenvolvimento até então alcançado pela empresa tinha sido conseguido “sob o estrito controle de investimentos e previsões orçamentárias para a estrutura já existente, característica marcante do estilo e da visão empresarial de José Costa. Essas características incluíam ressalvas à tomada e dependência de financiamentos bancários ou de compromissos com grupos empresariais que pudessem estimular tentativas de interferência na condução editorial e no comando geral”.

Acompanhando as edições do jornal **De Casa** desse período, constatamos que muitas das modificações propostas para a linha editorial e para o aspecto gráfico foram implementadas. O uso de cores tornou-se parte do jornal, na primeira página e nos anúncios e o jornal adquire uma cara diferente, mais jovial e leve. Os assuntos relacionados a Belo Horizonte e Minas Gerais ganharam mais destaque.

O jornal continuou a ser editado, com sucesso, nos anos seguintes, mas o aguçamento de uma concorrência desleal trouxe-lhe um efeito bastante negativo, não só em termos de venda de publicidade, como em termos da manutenção da tradição da equipe de redação.

Por outro lado, as crises conjunturais trazidas pela política econômica dos períodos Collor e Fernando Henrique Cardoso, o aumento do custo do papel em mais de 50% e a retração do mercado acirraram as dificuldades. Finalmente, foi necessário repensar a tiragem e a forma de distribuição do jornal, reduzindo-se o número de bairros, numa primeira etapa; privilegiando-se apenas alguns bairros, numa outra etapa; mudando o nicho do mercado, distribuindo o jornal apenas em alguns pontos privilegiados. Finalmente, ele passou a ser entregue exclusivamente aos assinantes do Diário do Comércio, até que, em 2002, foi retirado da circulação.

A consolidação do Diário do Comércio

No que concerne ao Diário do Comércio, a proposta de Guy de Almeida, em sua primeira intervenção, foi por uma reformulação paulatina, tendo em vista os recursos existentes e a necessidade de fazer com que o seu usuário, ao receber o jornal de manhã cedo, encontrasse nele a informação necessária para se situar no seu dia e no seu mundo. Ele defendeu a adequação da linha editorial aos novos e complexos tempos, de modo a que o jornal pudesse responder não só à necessidade crescente de informação econômica – onde estão entrelaçados o regional, o nacional e o internacional, o econômico e o político

co – como à tendência, também crescente, de penetração em Belo Horizonte dos jornais paulistas de natureza econômica. Seria preciso, portanto, colocar o Diário do Comércio à altura de responder a todas essas demandas e de fazer face aos novos concorrentes.

Resumidamente, o projeto previa: o máximo de objetividade na informação, de modo a possibilitar a formulação de políticas e decisões adequadas por aqueles que lêem o jornal; a continuidade na cobertura de todos os fatos de interesse nas áreas típicas do jornal; uma cobertura ampla de todos os acontecimentos que pudessem interferir, direta ou indiretamente, no setor econômico; rigor no levantamento de dados, números, cifras, etc.; a aplicação do modelo interpretativo dos fatos e acontecimentos, seus desdobramentos e conseqüências, fossem eles locais, nacionais ou internacionais; uma dinamização da área de serviços ao leitor, com informações atualizadas sobre concorrências, oportunidades comerciais, legislação, calendários tributários e justiça do trabalho, entre outras.

Essas propostas implicavam, obviamente, em modificações internas, tanto estruturais quanto infra-estruturais e relacionais, que foram agrupadas em cinco eixos básicos: em primeiro lugar, a organização e ao funcionamento da própria Redação; em segundo, a adequação da editoração; o terceiro eixo se referia à articulação entre os diferentes setores da empresa – Industrial, Comercial, Redação e Gráfica – e à prática da participação efetiva dos responsáveis envolvidos nas decisões a serem tomadas; um quarto ponto importante dizia respeito às disponibilidades do Departamento Industrial para efetivar a distribuição do jornal adequada às exigências da competição existente na área; e, por último, mas não de menor importância, o aperfeiçoamento e a dinamização do Departamento de Pesquisa, como significativo suporte para a Redação.³¹

A Redação do Diário do Comércio que acompanhou e contribuiu para implantação da proposta era de peso. Conforme Ângela Carrato, que acompanhou de perto a reformulação dos dois jornais:

A Redação do Diário do Comércio viveu fases distintas, com saída e chegada de profissionais. Dentre todos, quatro me marcaram muito, seja pela dedicação ao jornal, seja pelo seu estilo pessoal de ser e escrever: Lester Moreira, Tilden Santiago, Edson Martins e Luiz Carlos Costa.

Entre outros profissionais que integraram a Redação do Diário do Comércio nesses anos, estão João Rafael Picardi Neto, que foi chefe de reportagem; Heloisa de Souza, Ângela Drummond, Ângela Faria, Ângela Rodrigues, Cristóvão, Nereide Beirão, Mércia Lopes Maciel, Marco Antonio Campos, Pedro Fonseca, Marcelo Freitas, Paulo Roberto Paiva e Hudson Brandão.

³¹ ALMEIDA, Guy de. Relatório “Reformulação Editorial do Diário do Comércio”, apresentado a José Costa, em 17 de agosto de 1978.

As modificações então propostas foram implantadas a partir de 1978, nem sempre facilmente, pois significavam mudanças às vezes importantes na estrutura e nos hábitos da casa. Algumas delas não chegaram a ser adotadas, em razão dos critérios de investimento estabelecidos pelas metas de desenvolvimento da empresa. Foram criadas as sucursais de Brasília, Juiz de Fora, Contagem e Sete Lagoas; e escritórios de representação em Montes Claros, Governador Valadares, Muriaé, Pedro Leopoldo, Divinópolis, Itaúna, Nova Lima, Betim, São Paulo e Rio de Janeiro. Sobre uma dessas sucursais, a de Brasília, o depoimento de Ângela Carrato:

Fui também a primeira “chefe” da sucursal do DC em Brasília, num projeto muito interessante do sr. José Costa. Ele, há tempos, sonhava com uma sucursal na capital federal. Eu achava que estava na hora de buscar novos horizontes. Como Brasília era e é a Meca para quem trabalha com cobertura política, resolvi tentar o mestrado na UnB. Passei e, como teria que me mudar para Brasília, pedi demissão. O sr. Costa, ao saber disso, me chamou e me propôs implantar a sucursal. Adorei a proposta e, três meses depois, chegava a Brasília, carregando um equipamento ultra-sofisticado para a época: um fac-símile. O equipamento era tão moderno e sofisticado que nem as sucursais do Globo e do Jornal do Brasil dispunham de algo semelhante. Na sucursal trabalhavam três pessoas: um boy, um responsável pela publicidade e eu. Como peguei um período ‘bravo’ - final da Constituinte, o melancólico fim do governo Sarney, a primeira eleição direta para presidente da República, vencida por Collor e o Plano Collor (confiscos e aquela confusão toda), trabalhava feito uma louca. Nunca saía da Redação, que ficava no edifício Oscar Niemeyer, no Setor Comercial Sul, antes das 23 horas. Duas ou três vezes cheguei a passar a noite na redação, a exemplo de colegas do Globo, do JB, da Gazeta Mercantil. Ninguém queria ser ‘furado’ pelo concorrente e volta e meia uma autoridade do governo Collor se dispunha a falar com a imprensa nos horários mais imprevistos.

Com as reformulações que puderam ser implantadas, renovando também a sua linha editorial, o Diário do Comércio realmente consolidou o salto dado do ponto de vista tecnológico.

Por outro lado, continuando o processo de modernização, em 1982 deu-se uma nova configuração à empresa, do ponto de vista administrativo. As gerências foram transformadas em diretorias, o que significava maior autonomia para cada uma delas. O organograma da empresa ficou assim configurado:

- Presidência: José Costa, que continuava tudo supervisionando e tudo acompanhando;
- Diretor-Superintendente: Marcílio Gonçalves, que tinha a seu cargo o setor administrativo-financeiro, cuja responsável direta era a funcionária Maria Regina Abreu de Olivei-

ra, no jornal desde 1972; compreendia o Depto. de Pessoal, Depto. de Contas a Pagar e o Depto. de Cobrança e Faturamento, assim como os Deptos. de Assinaturas e de Circulação, cada qual com o seu gerente;

- Diretor Comercial: Willy Muls, responsável pelo Depto. Comercial, que cuidava da publicidade, a alma do negócio e a sustentação financeira da empresa. Uma equipe contatos publicitários se ocupava de buscar anúncios e matérias legais (balanços, atas, editais); o mais antigo contato era José Valdivino Campos, no jornal desde 1974; Arthur Simões era o gerente comercial;

- Diretor Industrial: José Mota Costa, que continuava com as mesmas atribuições anteriores;

- Diretor de Redação: Luiz Carlos Motta Costa; Coordenador Editorial, Guy de Almeida;

- Diretor-Adjunto: cel. Abraão Magalhães, com a responsabilidade de contatos externos.

Em 1984, numa nova fase do jornal, José Costa convidou o jornalista Deusdedith Aquino para compor a Diretoria da empresa, como diretor de Expansão. De volta a Belo Horizonte, depois de uma passagem em Brasília, como assessor do ministro João Camilo Penna, Aquino, tarimbado e competente, tinha um bom trânsito em Brasília. A sua função no Diário do Comércio era o contato com o empresariado e órgãos públicos, tanto de Minas como de outros estados. Foi um dos incentivadores e organizadores do Fórum do Pensamento Econômico que, durante três anos, reuniu cerca de 40 entidades de classe para o debate das questões econômicas de Minas e do Brasil.

Nas reuniões semanais de Diretoria, discutiam-se as coordenadas administrativas e políticas da empresa, avaliavam-se os resultados e programavam-se as medidas necessárias. Pouco a pouco, José Costa passou a delegar mais, interferindo minimamente.

No início da primeira reforma comandada por Guy, um dos primeiros desafios foi a preparação para a cobertura da IV Conferência Nacional das Classes Produtoras (Conclap), a ser realizada em novembro de 1977. O encontro era anunciado com esperança, assim como a divulgação do documento preparado pela Fecomércio sobre as pequenas e médias empresas, que traçava um perfil dos principais problemas por elas enfrentados. Em sua edição de 1º de novembro, o jornal fez um caderno especial com as teses e trabalhos encaminhados pelas entidades classistas de Belo Horizonte. Segundo o jornal, a Conclap foi um sucesso, inclusive para as teses mineiras.

Ao lado das discussões sobre a Conclap, Osório da Rocha Diniz continuava tratando de temas relacionados com o desenvolvimento brasileiro e denunciando os interesses internacionais que procuravam impedir que esse processo se desse de maneira autônoma e independente do capital externo.

Em agosto de 1978, o jornal anunciou o terceiro aniversário da Açominas, com inauguração de equipamentos, do trevo de acesso da MG-30 à usina e da entrega de 108 casas ao gerente de desenvolvimento urbano da unidade.

No aniversário de 47 anos, o editorial, assinado por José Costa, comunicou o processo de renovação editorial em curso, de modo a possibilitar ao Diário do Comércio uma melhor adequação à importância adquirida por Minas no contexto nacional. Carlos Castello Branco e Newton Carlos eram os novos colaboradores do jornal, juntando-se a Osório da Rocha Diniz, Genival Rabelo, Waldemar Coronha, Antonio de Lopes Sá e Márcio Trindade. Ao lado das agências de notícias AJB e AN – Internacional da AP, também a Inter Press Service começa a prestar serviços ao DC.

Dois temas econômicos atravessam o ano de 1979 nas páginas do jornal: a descentralização industrial, sempre questionada por São Paulo, que agora fala de “concessão de incentivos para planos de implantação e desenvolvimento industrial” somente para setores ainda não atendidos pelo parque industrial já estabelecido no país, numa clara e indesejável reserva de mercados; e a proposta de política econômica do general João Figueiredo, novo presidente, que se assentava no estímulo à iniciativa privada e na desestatização da economia. No seu comentário, o jornal se pergunta se, na realidade, o governo não está querendo a desnacionalização da indústria brasileira. Pois a privatização exigiria “grupos nacionais de grande porte e fôlego, o que ainda não existia no País”.

Osório da Rocha Diniz, em artigo na edição seguinte, ofereceu ao general Figueiredo um leque de desafios que ele teria que enfrentar: as campanhas de descrédito da administração brasileira, através da imprensa, televisão, rádio, jornais e agências de notícias do exterior; a desnacionalização das empresas nacionais, que também sofriam uma campanha acintosa, inclusive com a pregação cada vez mais constante das vantagens da livre iniciativa, da livre empresa e da economia de mercado; e, em terceiro lugar, o fortalecimento da segurança nacional, com a ampliação de sua indústria de base: siderurgia, mecânica pesada, grandes forjarias, construção naval e fabricação de armamentos modernos e equipamentos para a aeronáutica.

As questões do controle de preços, da escassez de gêneros alimentícios, do elevado déficit orçamentário, assim como os problemas enfrentados no balanço de pagamentos e no programa de investimentos do governo de Minas são temas que ocuparam as páginas do jornal nesses últimos meses da década de 1970, anunciando maiores dificuldades a serem enfrentadas.

Um empresário comunista

José Costa, como empresário, foi um homem objetivo e pragmático. Sua visão de mundo, adquirida na luta pela sobrevivência desde pequeno e afinada na experiência como membro do Partido Comunista, verdadeiras escolas de vida, dava-lhe essa garra, essa gana de querer um mundo melhor e mais justo. Nunca se afastou de suas posições nacionalistas, progressistas e sempre reformistas.

Mas tinha que sobreviver numa sociedade capitalista. Nessa perspectiva, Washington Albino, um grande amigo, o definiu bem, em um depoimento perspicaz:

Costa seria um homem vitorioso em qualquer regime; foi vitorioso no capitalismo, sendo um comunista. Era muito trabalhador, muito realizador e muito correto, ‘burguesmente’ correto. E, por isso mesmo, foi muito capitalista dentro do capitalismo; como empresário, ele foi um capitalista, não tem a menor dúvida. E bem-sucedido. Embora continuasse ideologicamente comunista.

Para isso, tinha algumas qualidades que muito lhe ajudaram: era trabalhador e não tinha medo do trabalho; era simples, não fazia questão de exibicionismos materiais e, assim, não era perdulário; e tinha uma rara intuição empresarial, que o acompanhou durante toda a sua vida de negócios.

Tilden Santiago, jornalista que começou a sua carreira no Diário do Comércio e que tinha, a partir de sua história, abertura para um diálogo com José Costa, o definiu da seguinte maneira:

Gostaria de ressaltar três aspectos que definem a pessoa de José Costa: grande capacidade de trabalho, com seriedade, competência e responsabilidade com a eficácia do trabalho; uma posição política nacionalista, progressista, coerente e uma postura ética como homem e como cidadão. Foi essa postura ética que lhe permitiu equilibrar o ser comunista com o ser empresário. Um empresário que não frequentou o mundo da especulação e não acumulou riqueza.

Sempre chegou cedo no escritório. Lia todos os jornais, que já deviam estar na sua mesa. Lia, marcava as notícias e fatos mais importantes e os enviava com bilhetes aos interessados. Depois conferia toda a papelada administrativa e financeira, faturas e cobranças e receitas que cada um dos departamentos lhe enviava. Conferia cada item e se houvesse alguma dúvida, chamava imediatamente a pessoa encarregada. Não deixava nada para depois e queria uma solução rápida e eficaz. Acompanhava tudo e sabia de tudo. Fazia uma verdadeira auditoria da empresa, controlava inclusive a qualidade da documentação.

No seu senso de economia, mandava os bilhetes no verso das folhas do “Lux Jornal”, que ele também lia diariamente e guardava as folhas, depois de retiradas as notícias que não interessavam, para servir de bloco. Eram bilhetes para os seus colaboradores e funcionários, para as filhas e para os netos, quando, para esses, ele mandava algum recorte de jornal (folhetins) que poderia lhes interessar.

Depois tinha o momento de conversas: com Marcílio, com Guy, Luiz Carlos, Costinha e com os outros que chegassem. Guy de Almeida recorda:

Gostava de conversar sobre os acontecimentos políticos, saber das novidades. Eu chegava cedo também e passava na sala dele ou ele vinha na minha. Ele já tinha olhado os cheques todos, os documentos do jornal, as coisas do dia e a gente conversava um bocado!

Difícilmente, sua porta ficava fechada. Estava aberta a todos que quisessem entrar. E também circulava muito pela empresa, ia aos diferentes setores, à Redação, levava material que julgasse interessante ou importante para a seção, olhava, conversava e voltava para sua sala. Fazia isso algumas vezes por dia. Se não era muito de sorrisos e longas conversas, sabia “enxergar” as pessoas e era afável no trato.

O pessoal dizia que ele estava fiscalizando, para ver se estavam trabalhando. E estava mesmo, silenciosamente, embora gostasse também de acompanhar o dia-a-dia das diferentes seções, principalmente da Redação. Mas sabia também chamar a atenção de seus funcionários. Não admitia desperdício de tempo, de material, nem trabalho malfeito. Mas dava o exemplo, como disse Tilden:

(...) Sério, exigente, sempre muito positivo ao exigir as obrigações do trabalho. Mas começava com ele próprio, com as filhas e os filhos. Tinha moral para exigir. Era um verdadeiro líder. Mesmo porque era afável quando conversava com a gente.

Recebia muita gente no jornal: políticos, empresários, homens públicos, jornalistas. Mas não ficava fechado ali. Suas atividades nas entidades de classe, suas atividades como impulsionador de desenvolvimento econômico de Minas lhe tomavam um bom tempo. Washington Mello, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas, depõe:

Especialmente na Associação Comercial, onde sou testemunha das vibrantes manifestações dele, dos discursos das reuniões das quartas-feiras, da mobilização do empresariado em causas que ele acreditava justas. Era realmente um grande mobilizador de idéias e de ações. (...) Conseguiu injetar esse sangue de pioneirismo e de ousadia na participação nas entidades de classe.

Era muito cioso no pagamento dos salários. Pagava pouco, mas pagava no dia certo. Nunca atrasava o pagamento, nem o de seus funcionários, nem os de seus compromissos empresariais ou bancários.

Todavia, no que concerne ao salário, tentava manter para os jornalistas um piso que, segundo ele, possibilitasse a sobrevivência da empresa. Enquanto foi presidente do Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas de Belo Horizonte, por vários mandatos nas

décadas de 1970 e 1980, discutia em reuniões com a Diretoria para chegar a um consenso sobre a proposta a ser levada ao Sindicato dos Jornalistas. E dizia: “eu só posso pagar X e não podemos aceitar acordo, senão a gente se enfraquece”. Como, normalmente, era um baixo salário, os outros aceitavam, satisfeitos. Dessa forma, o salário dos jornalistas era nivelado por baixo: estabelecia-se um piso, que todas as empresas pagavam e que ele, como empresa pequena, também podia pagar. Mas afirmava que queria destacar e valorizar o bom jornalista: “Se o meu profissional é bom, eu não quero pagar a ele o salário que o Sindicato fixou no acordo, quero pagar mais. Mas se eu puser no acordo um salário alto, não poderei fazer isso”, dizia.

Washington Melo analisa:

Ele preferia dessa forma e venceu em várias negociações. A gente teve pisos não muito estimulantes. Mas a empresa dele pagava às vezes melhor que outras empresas maiores. Com isso, ele enfraquecia a posição dos sindicatos e valorizava a do empresário, do dono da empresa, o que era uma posição politicamente correta, já que ele era presidente do Sindicato dos Proprietários e defendia os interesses dos patrões. Para nós, era um desastre, mas, por outro lado, estimulava os jornalistas da sua empresa.

Nas reuniões com o Sindicato dos Jornalistas³², ao qual era filiado, era firme e duro; estava apresentando a proposta que tinha sido discutida e acertada com o Sindicato dos Proprietários e, portanto, não admitia alteração. As discussões eram acaloradas e muitas vezes tensas, até se chegar ou não a um acordo, segundo depoimento de Dídimo Paiva, também presidente do Sindicato dos Jornalistas:

Inclusive, a liberação do jornalista dirigente sindical foi assinada por ele. Mas terminadas as reuniões, não havia inimizades. E ele nos recebia sempre. Uma vez, fizemos até uma homenagem a ele.

Washington Melo completa:

Fico satisfeito de poder ter participado durante muitos anos da convivência com ele, lembrando que tivemos muita raiva dele, brigamos muito com

³² Naquele tempo, meados da década de 1970, o SJPMG estava entrando em uma fase mais aguerrida e consciente, sob a direção de Dídimo Paiva (1975-78), seguida pela de Washington Melo; transformou-se no guardião das liberdades e das manifestações democráticas, num Sindicato forte e respeitado. Lutava por melhores condições de trabalho, melhores salários e maior união da classe. Aumentou enormemente o número de associados e transformou-se, de certa forma, na principal liderança sindical de Minas; abriu as portas para os metalúrgicos do ABC e recebia constantemente Lula e os dirigentes sindicais de São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados. Estava sendo criado um novo sindicalismo.

ele na mesa de negociação, às vezes perdíamos a paciência com ele e ele com a gente, mas saíamos dali e era como se estivéssemos num Parlamento: a relação continuava, ele nos recebia, conversava, falava de seus planos. Era um homem muito afável nas relações do dia-a-dia.

Em meados da década de 1970, o pessoal da Redação foi conversar com o José Costa sobre um pedido de aumento. A equipe era boa e sabia argumentar. José Costa também não ficava atrás, e mostrava, por a + b, que o aumento nas proporções pedidas era impossível, pois a empresa tinha que sobreviver, tinha que ter um capital de giro, etc. E o pessoal insistia. Lá pelas tantas, meio gozador, ele terminou a conversa, simplesmente dizendo: *“e, depois, no sistema capitalista, existe a mais-valia...”*

Também nunca aceitou dinheiro de ninguém, político ou empresário, para atender a interesses pessoais ou empresariais dos mesmos. É Washington Albino quem afirma:

Foi um empresário que mostrou ser possível criar, manter e desenvolver uma imprensa realmente independente dos favores e benesses do poder econômico ou do poder público.

Por muitas e muitas vezes, as pessoas estranharam a obstinação e a perseverança do José Costa em continuar lutando com tanta dificuldade e confiança. E, segundo Guy de Almeida, diziam para ele:

Ah! Costa, esse jornal poderia estar muito além do que está; você devia estar fazendo acordos, oferecendo seu espaço. E ele respondia: ‘Ô fulano, do jeito que eu estou fazendo está dando para viver. Dá para viver.’

Patrão sério, de pouca conversa, mas atento às necessidades de cada um. Abria o seu jornal e sua empresa para pessoas que estavam começando, seja no jornalismo seja na estrutura administrativa da empresa. José Costa, apesar de todo o controle exercido sobre a vida cotidiana da empresa, tinha um traço importante como gestor: dava espaço a seus colaboradores e funcionários para inovar e tornar o processo de trabalho mais eficiente. Também estimulava o crescimento do funcionário, possibilitando inclusive a sua formação profissional. O relato é de Eunice Milhorato:

Ele tinha o dom de confiar naquilo que a gente fazia e estimulava a gente para inventar, para melhorar o trabalho; além disso, o jornal foi sempre uma empresa que investiu no funcionário, que gosta que o funcionário estude, se aprimore. Eu mesma fiz uns 20 cursos.

Eunice Milhorato, aliás, é um exemplo típico dessa política da empresa: entrou para a empresa como simples funcionária, para dar suporte ao Setor de Faturamento e Cobrança. Criativa e esforçada, foi se profissionalizando, fazendo uma série de cursos e recebendo maiores responsabilidades no setor, até se tornar chefe do Departamento de Faturamento e Cobranças. Na reorganização da empresa, nos anos 2001/2003, tornou-se gerente administrativo financeira.

Lembrando a presença de José Costa no jornal, Ozires Fecci, funcionário desde 1993 e atual Editor-Geral, Amaury Pimenta, editor de Finanças, no jornal desde 1975, e Clério Fernandes, editor de Opinião, contratado desde 1985, deram depoimentos que, sobre essa questão, podem ser resumidos em um só:

O jornal sempre ofereceu possibilidades de ascensão constante, como um processo natural, em função do perfil e da evolução das pessoas. Por outro lado, o 'seu' Costa estava sempre presente na Redação; ele entendia do assunto, acompanhava tudo de perto, conhecia as principais notícias, sabia o que estava acontecendo."

José Costa tinha uma visão especial em relação aos jornalistas formados pelos cursos de Comunicação. Investiu neles, numa época em que nem todas as empresas o faziam. Abriu as portas, deixou acontecer. Formou uma geração de jornalistas de qualidade, coordenados por chefes de Redação e editores mais experientes e bons profissionais. A maioria absoluta desses jornalistas trabalhava só no jornal. Havia certo compromisso entre eles de não aceitar trabalhar numa empresa e prestar assessoria em outras, como ocorria em outras empresas jornalísticas da capital. No relato de Washington Mello:

Coordenando-os havia editores ou chefes de Redação, jornalistas experientes que, tradicionalmente, tinham fama de serem formadores de bons jornalistas. E sem querer fazer injustiças com outros, porque não vou me lembrar de todos, quero ressaltar a sabedoria do Zé Costa quando ele colocou o Guy de Almeida na Redação. Foi a junção do empresário que gostava de investir em jovens e fazer a sua própria equipe, em pessoal que vestisse a camisa do jornal, e o grande mestre. E, realmente, a geração de jornalistas dessa fase do Diário do Comércio é a geração que hoje está em postos-chaves no Brasil inteiro. Brasília está cheia de ex-jornalistas do Diário do Comércio. Em vários órgãos de coordenação, de direção, tem jornalista do DC. Gente de qualificação profissional comprovada.

Entre esses jornalistas que se formaram no Diário do Comércio, mesmo correndo o risco de não citar muitos daqueles que contribuíram para o crescimento do jornal,

acreditamos que, através das pessoas citadas, todos podem se sentir lembrados: Nereide Beirão, hoje chefe da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de Belo Horizonte; Ricardo Amaral, que começou na Revisão do DC e fez uma carreira brilhante, passando por Redações importantes de Brasília e foi assessor da presidência da República, no primeiro mandato de Lula; atualmente, é repórter especial da agência Reuters e comentarista no Valor Econômico; Malu Baldoni, hoje no Palácio do Planalto; Dorian Vaz, assessora do ministro Luiz Dulci; Tilden Santiago, ex-deputado federal e ex-embaixador em Cuba; Patrícia Duarte, atual diretora da Escola do Legislativo, da ALMG; Jurani Garcia, hoje redator da ALMG; Aguinaldo Nogueira, atualmente assessor da ministra Dilma Rousseff; Sergio Esser, ex-chefe de Redação do DC, hoje secretário de Comunicação do governo Aécio Neves; Valdo Cruz, há anos na sucursal da Folha de S. Paulo em Brasília, onde chegou a chefe de Redação e hoje é repórter especial.

Nas comemorações dos 50 anos do jornal, a edição especial foi uma homenagem às pessoas que trabalharam na empresa, desde o seu início, sem os quais "a empresa não viveria e o jornal não sairia": os primeiros auxiliares e *office boys*, datilógrafas, chefes de seção, o primeiro redator, revisores, os primeiros gráficos e chefes de oficina, com depoimentos de muitos deles, assim como de colaboradores, redatores e chefes de Redação. Também foi feita uma retrospectiva completa da história do jornal, em termos dos avanços editoriais e tecnológicos e em termos das lutas e campanhas pelo desenvolvimento do País.

Os nomes citados na edição foram: Abelardo Venturelli Bressani de Lima (1935); Anésia de Lima, datilógrafa, admitida em 1935; Amália Bretas Armond, 1937, responsável pela datilografia dos textos nos estênceis e das fichas cadastrais e, às vezes, pelo "rodar" do mimeógrafo, assim como atender no balcão as pessoas que vinham pelas representações do José Costa (livros, etc.); Carlos Magnani, encarregado das entregas; José Carlos Guimarães, que percorria os hotéis para fazer a Relação de Hóspedes que saía no Informador Commercial, ambos em 1936; Glicério Batista dos Santos, em 1938; João Carneiro de Moraes, o primeiro redator do jornal, admitido em 1939, que se ocupava dos editoriais referentes principalmente à luta contra a Cia. Força e Luz e de algumas outras pequenas notícias; Clemente Luz, outro jornalista dos primeiros tempos, enfocando a problemática do petróleo; Eunice Leão, admitida por volta de 1946, datilógrafa; José Soares do Carmo, que fazia de tudo no jornal, desde rodá-lo no mimeógrafo, ajuntar folha por folha e grampeá-las dentro da capa que já estava impressa, até fazer cobranças e corretagens de publicidade e, mais tarde, se ocupar do cadastro; Antonieta Seabra, que entrou em 1951 e acompanhou o crescimento do jornal, aposentando-se em 1979. Cuidava da datilografia e das assinaturas; depois passou ao controle da publicidade, do faturamento dos anúncios publicados e da cobrança das faturas e, finalmente, mas não em último lugar de importância, o Ignácio Pereira Christo, que chegou em 1938 e ficou toda a sua vida na empresa, substituindo o José Costa quando necessário, responsável, desde aqueles

primeiros anos do Informador Commercial, pelas assinaturas e pela publicidade, tarefas difíceis a serem realizadas com sucesso entre os mineiros: "era preciso ter paciência para catequizar o cliente sobre a importância de divulgar o seu negócio e fazer a assinatura" (Edição 50 Anos, p. 1). Fausto Cerqueira, admitido em 1948, para gerenciar o serviço de Cadastro, substituído mais tarde Paulo Antonio Gissoni, genro de José Costa. Quando o jornal passou a ser impresso, o primeiro responsável pela gráfica foi Newton Barbosa, admitido em 1949. Aracy Borges, Milton Teixeira e J. Vaz conseguiam a façanha de manter as máquinas linotipo em funcionamento e operá-las com maestria. Em 1955, entra Jovelino Gonçalves do Santos, que pouco depois assumia a chefia da oficina gráfica. Joaquim Henrique Dutra era o revisor, de vez em quando auxiliado por uma das filhas do José Costa. O "seu" Jovelino fazia de tudo: revisava, compunha nas linotipos, sabia operar todas as máquinas gráficas, dava um jeito – "um fio aqui, um arame acolá" – quando elas emperravam em plena impressão do jornal. Trabalhou na oficina durante 16 anos. Uma vez, por ocasião de uma epidemia de gripe, ficou sozinho por alguns dias; o que lhe valeu foi a solidariedade dos outros gráficos, que saíram de seus empregos em outros jornais, de madrugada e iam ajudá-lo (Edição 50 Anos). Mais tarde, em 1971, chega a vez de Gualter Lineu Rodrigues, como responsável pela manutenção das máquinas. José Francisco Carlos Oliveira, gráfico, admitido em 1979, foi gerente do Depto. Industrial. Lester José Moreira, admitido em 1974 como repórter, foi chefe de Redação na década de oitenta, seguido por Otaviano Lage.

Quando se pergunta aos ex-colaboradores sobre o diferencial entre o Diário do Comércio e demais jornais, desde os primeiros tempos, todos são unânimes em afirmar que o jornal possibilitou um jornalismo militante, sério e honesto. Oferecia um clima diferente de trabalho, onde os jornalistas sabiam estar exercendo um jornalismo que significava a conscientização de seu público.

Três testemunhos de antigos funcionários resumem bem essa posição. Um é o de João Carneiro de Moraes, primeiro redator do Informador Commercial, contratado em 1939 e, mais tarde, contador e advogado:

Aquela passagem pela Redação do pequeno jornal deixou-me uma marca profunda; descortinou ante meus olhos um mundo novo (...) Um jornal de pequeno formato, com espaço reduzido para matérias e editoriais, mas, através da campanhas que promoveu, enfrentava uma luta desigual com gigantes do poder econômico (...) Sofreu dificuldades, passou por crises, enfrentou inimigos ocultos e declarados. A tudo sobreviveu, vencendo as intempéries. E era um órgão seguro de orientação para o comércio de Belo Horizonte.

O outro é o de Dimas Perrim, gráfico, revisor, paginador e chefe de oficina, além de histórico militante comunista:

Naqueles tempos de ditadura (...) o Informador Commercial, embora pequeno e modesto, era uma poderosa luz acesa dentro da noite e nos ajudava muito a encontrar o caminho a seguir. Temos orgulho de ter trabalhado com José Costa. A sua vida nos ensinou a lutar, a persistir, a jamais perder a esperança."

O terceiro é o de Ângela Carrato:

Trabalhei tanto na Redação do JC como na no DC. Foram mais de 11 anos na empresa, período do qual me orgulho muito e do qual guardo as melhores recordações. Até porque não foram quaisquer onze anos. Nesse período, saímos de uma ditadura e chegamos à primeira eleição direta para presidente da República, pós-1964. O JC/DC foi a grande escola de jornalismo e de vida que tive o privilégio de ter.

E assim, o jornal chegou à década de 1980, sob

"a direção rigorosa, competente e austera de José Costa, personagem essencial na história da formação da consciência nacionalista em Minas Gerais",

conforme José Aparecido de Oliveira, ex-chefe da Redação do JC, ex-secretário de Estado de MG, ex-governador do Distrito Federal, ex-Ministro da Cultura, ex-embaixador do Brasil em Portugal.

A década de 1980: a nova recessão

A década de 1980 foi marcada pelo retorno à normalidade democrática no Brasil, mas também por uma sucessão de crises econômicas, sobretudo no governo de José Sarney, o vice que assumiu com a morte de Tancredo Neves. A paralisação econômica, aliás, se dava em toda a América Latina, como registrou o jornal, em pronunciamento do presidente do BID, Antonio Ortiz Mena (7-12-1982). No Brasil, o ministro João Camilo Penna anunciava corte de despesas nas siderurgias estatais, afetadas pela queda dos investimentos do setor industrial (7-12-1982). As perspectivas eram bastante sombrias.

Em face da tendência crescente de contestação ao papel do Estado na economia e de se superestimar a iniciativa privada, Osório da Rocha Diniz aconselhava aos líderes das classes produtoras, como oportuna, a leitura do livro de Celso Furtado "A hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento na América Latina". No livro, Furtado mostra que debilitar o Estado como centro de decisão independente dos conglomerados internacionais não significa, na América Latina, o fortalecimento da iniciativa privada, mas a renúncia

a um sistema econômico genuinamente nacional. Pois, segundo Osório Diniz, só a empresa mista estatal teria condições de êxito e de evitar a desnacionalização crescente das principais atividades econômicas do País.

O principal assunto que ocupou as páginas do jornal nesse ano de 1982 foi a eleição de Tancredo Neves para governador do Estado, após a qual o jornal conclamava todos ao trabalho, "para enfrentar os problemas com a dívida externa e com a crise internacional e seus efeitos sobre a economia do País". O jornal também registrou a advertência de Tancredo em seu pronunciamento após a vitória, de que 1983 "seria o ano mais difícil da vida econômica, política e social da nação, com recessão, aumento do desemprego e ausência de liquidez".

A despeito da crise econômica e dos rumores sobre as novas negociações com o FMI, o tema que dominou 1983 foi, sobretudo, a sucessão presidencial, tendo o próprio Tancredo como foco principal.

Também a reunião extraordinária dos presidentes de 15 associações e federações do comércio do Brasil, realizada na AC Minas, ocupou as páginas do jornal. E na sua edição de 4 de março, foram divulgados os resultados do encontro, no qual os empresários, além de denunciar a falta de decisão política para adotar as soluções técnicas existentes para a crise brasileira, criticaram "a excessiva centralização das decisões na área econômica, em descompasso com o processo de abertura política" e pediram medidas urgentes para reduzir o impacto negativo da maxidesvalorização do cruzeiro e diminuição das altas taxas de juros, sob pena de um "sério comprometimento da livre iniciativa". Ainda nessa reunião, os presidentes das entidades de classe deram o seu apoio à "Carta de Minas", elaborada pela AC Minas, que se referia, sobretudo, ao problema das taxas de juros.

Em 15 de abril desse ano, o professor Osório da Rocha Diniz publicou seu último editorial (faleceria logo depois), que foi, de certa forma, uma reiteração da coerência de seu pensamento e de suas teses históricas, em defesa do desenvolvimento e do capital nacional. Resumidamente, respondendo a um questionário enviado pelo presidente do Conselho Federal do Comércio Exterior, ele afirmava que o Brasil precisava de indústrias e que as mais urgentes e inadiáveis seriam as que respondessem às necessidades econômicas do País e à segurança nacional. Ele relacionava diversos setores e ramos industriais, cuja implantação era urgente. Em conclusão, o Brasil precisava ainda de tudo.

O ano de 1984 amanheceu sob o signo das "Diretas já!", campanha que empolgaria todo o País. O comício em Belo Horizonte foi um sucesso e o jornal o relatou com euforia, destacando frase do "Senhor Diretas", Ulisses Guimarães, então presidente do PMDB: "Pela voz de Minas, o Brasil falou exigindo eleições diretas". Registrou também a frase de Tancredo Neves, presente ao comício: "Um povo que não pode escolher com seu voto o supremo mandatário da nação é um povo descategorizado, cassado em seus direitos políticos" (edição de 25-27-02-1984).

Em 28 de abril, o jornal manifestava sua profunda decepção com a derrota da emen-

da Dante de Oliveira, que instituiu eleições diretas para presidente da República, e pregava que “a mobilização popular que tomou conta do Brasil nos últimos meses num clima de elevada ordem e dos mais elevados sentimentos cívicos, não se esgota, não pode se esgotar no resultado da eleição do último dia 25”.

O resto do ano se passou entre as discussões partidárias, manobras e conchavos, que os leitores acompanhavam nas análises da Coluna do Castello, dos editoriais e reportagens.

Em janeiro de 1985, José Sarney assumiu a presidência com um Ministério escolhido por Tancredo. A demissão do ministro Francisco Dornelles, em agosto, foi a primeira medida para se afastar do projeto herdado. Mas ele só iria conseguir estruturar seu próprio Ministério em fevereiro de 1986 (31-10-85, coluna do Castello e editoriais de 30-12-1985 e 13-02-1986). Simultaneamente, a crise se agravava.

Na discussão da questão econômico-financeira do País, que se deu ao longo de 1985, uma nova tendência se anunciava: os empresários começaram a questionar a estatização, conclamando as classes produtoras para uma defesa intransigente da livre iniciativa. Na edição de 1º de outubro de 1985, o jornal abordava a desestatização das empresas de economia mista e noticiava a privatização das empresas do grupo Siderbrás. Ainda em outubro de 1985, são três os grandes problemas apontados pelo jornal: elevada taxa de juros, a inflação sempre crescente e a dívida externa, considerada como impagável. O jornal criticava as medidas já implementadas para resolvê-los, todas sem sucesso, e exigia do governo austeridade, equilíbrio nos reajustes salariais e nos aumentos de preços e uma negociação objetiva com os credores internacionais.

Foi nesse contexto que surgiram os primeiros “pacotes” econômicos destinados a conter a inflação. O plano do ministro João Sayad, que propunha um reordenamento da economia interna a partir da correção do déficit público e do combate à inflação, foi considerado irrealista pelo editorial de 11 de dezembro de 1985, já que o nível atingido pela inflação recomendava medidas mais drásticas. Em 28 de fevereiro, foi anunciado o de maior sucesso, embora efêmero: o Plano Cruzado, que estabelecia a desindexação da economia, com o fim da correção monetária, congelamento de preços, escala móvel de salários e adoção de nova moeda, o Cruzado.

A Confederação das Associações Comerciais do Brasil considerou as medidas coerentes e positivas, mas acreditava que faltara ao governo definir medidas de contenção do déficit público, “pois é no desequilíbrio das finanças públicas que se localizam as causas básicas do processo inflacionário”. Já o Diário do Comércio, em seu editorial da mesma data, embora dando razão à Confederação, começou analisando frase do presidente Sarney num encontro com jornalistas em Brasília: “Fizemos tudo certo e a inflação não caiu”. Sarney completou debitando a conta aos “grupos poderosos, os donos do capital que ganham com a inflação e não estão interessados na sua queda”. O presidente acertou no alvo, disse o jornal.

Em editorial do início de fevereiro, já havia alertado para a grande heterogeneidade do governo, obstáculo para uma política econômica clara e eficaz, realidade confirmada na declaração do ministro Roberto Gusmão que denunciava a poderosa e imbatível máquina administrativa e o superministro da Fazenda.

O fôlego do Plano Cruzado foi curto e, de plano em plano, de frustração em frustração, o governo apresentou em novembro de 1986 um novo modelo para a industrialização brasileira, estabelecendo como diretriz a liderança do setor privado, em aliança com os capitais externos, desde que estes tragam tecnologia. O jornal afirmou que o plano parecia ser bom, mas que era preciso criar as condições para a sua realização, ou seja, mecanismos capazes de estimular os investimentos produtivos, num ambiente em que a especulação financeira ainda dominava (5-11-1986).

Ainda em novembro, no dia 21, o governo anunciava o Cruzado II, procurando cortar o excesso de demanda e estimular a poupança, mantendo o congelamento dos preços. O jornal criticava, afirmando que o novo pacote insistia nas mesmas medidas, sem atacar o que seria realmente necessário: déficit público, taxas de juros, endividamento interno e externo e fixação de uma verdadeira política de investimentos (22 e 24-11-1986). As reações ao novo pacote foram muito fortes, mas os seus efeitos, tímidos. Surgiu, então, o Plano Cruzado III, cujo recheio seria um conjunto de medidas destinadas a estimular novos investimentos, assegurando a expansão da oferta nas áreas industrial e agrícola (10-2-1987). Poucos dias depois, Sarney anunciou a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa do País, ou seja, a moratória (26-02-1987). O jornal aconselhava aguardar, com esperança de que tudo desse certo.

Em julho de 1987, chegou a vez do Plano Macroeconômico, com a mesma receita: combate à inflação, para evitar a recessão, o desemprego e a queda da produção industrial e das vendas do comércio, mas com medidas de curto prazo. A nova política industrial abria às empresas estrangeiras a liberdade de instalar as fábricas que quisessem, onde quisessem. Em seu editorial, o jornal considerava essa decisão altamente preocupante, pois além de prejudicar as empresas genuinamente brasileiras, não era o melhor caminho para atrair investimentos estrangeiros. Tornava-se necessário uma política econômica mais bem ordenada e discutida com a sociedade e com o empresário.

Os ministros da Fazenda de Sarney se sucediam – Dilson Funaro, Luiz Carlos Bresser Pereira e, finalmente, Mailson da Nóbrega – mas a economia não reagia. Em fins de 1987, o Plano Fiscal provocou a queda de Bresser Pereira, que deixou o governo criticando o presidente e o acusando de ter feito tudo apenas para, primeiro, assegurar a vitória do PMDB nas eleições de 1986 e, depois para garantir a prorrogação de seu mandato para 5 anos (24 a 28-12-1987).

O fato relevante do ano foi a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que, nas

palavras de José Costa, foi uma “espécie de materialização de um sonho longamente acalentado pelos brasileiros. A nação se reencontra solidária para redesenhar o seu futuro. (...) E, nessa empreitada, o Brasil deposita as suas melhores esperanças. (...) Realidade que faz recair sobre os ombros dos constituintes, livre e democraticamente eleitos, pesada responsabilidade” (31 de janeiro e 1º e 2 de fevereiro de 1987).

Concluída a votação do novo texto da nova Constituição, o Diário do Comércio destacava que a decisão mais importante do segundo turno fora o perdão da correção monetária para micro e pequenos empresários e para pequenos e médios produtores rurais que tomaram empréstimos na época do Plano Cruzado. E acrescentava que o Brasil tinha um novo perfil, mais liberal, “um bom começo para um País que aspira a justiça, a futura e a felicidade” (03/05-09-1988).

Mesmo nessa conjuntura extremamente conturbada, as questões mais diretamente ligadas à industrialização do país e à consolidação do parque siderúrgico estavam sempre em pauta, como, por exemplo, a aprovação da instalação de uma usina de beneficiamento de titânio a ser implantada em Tapira, considerada como uma grande vitória pelos empresários mineiros, as dificuldades e os avanços da Açominas, as pressões sobre a Cemig, alvo de campanhas difamatórias.

Em 18 de outubro seguinte, o Diário do Comércio comemorava seus 56 anos inaugurando a sede, na Avenida Américo Vespúcio, 1660. Confiante no futuro, o editorial afirmava que os investimentos realizados demonstravam a confiança com a qual o jornal encarava o futuro, na certeza de que as dificuldades enfrentadas pela nação eram absolutamente transitórias e tão mais rapidamente seriam superadas quanto maior fosse o número dos que preferissem acreditar no trabalho, na produção e no reinvestimento de seus lucros.

O Brasil chegava ao fim de 1988 com uma inflação próxima de 1.000 %, certamente um recorde mundial. O governo Sarney era fortemente cobrado: “Não há mais como dar tempo ao tempo”, dizia o jornal, completando: “Espera-se que o presidente Sarney, por suposto desembaraçado de qualquer compromisso político, não sucumba às inevitáveis pressões e possa fazer uma reforma administrativa e tomar outras providências para que a nação reencontre o seu rumo” (23-12-88).

A resposta de Sarney foi um novo Plano, o Verão, que inaugurou 1989. Segundo o jornal, era um plano “consistente, que conjuga medidas heterodoxas – congelamento temporário de preços e salários – com regras ortodoxas – elevação da taxa de juros, restrição à circulação da moeda e ajuste nas contas públicas e que realmente ataca o problema na base: a formação de preços”. E pregava: “Todos somos co-responsáveis”. Entretanto, já em abril, o jornal anunciava o fracasso do plano.

E todo o foco do noticiário foi deslocado para as próximas eleições, a primeira disputa presidencial pelo voto direto, após o golpe militar, que daria a vitória a Fernando Collor de

Mello. No dia da posse, em 15 de março de 1990, o jornal acreditava que as proposições do novo presidente, em campanha, davam esperanças de uma nova era.

As novas reformulações no Diário do Comércio

O esgotamento do modelo que deu origem ao chamado “milagre econômico” levou à prolongada recessão, atravessou os anos 1980 e adentrou a década seguinte, que o País inicia com um vazio em termos de projeto de desenvolvimento econômico.

O contexto, naturalmente, afetou também o Diário do Comércio. Em fins de 1991, José Costa sentia que as coisas não estavam indo bem e que o jornal precisava “dar uma guinada”, achar o caminho certo dentro dessa nova realidade. Os resultados de pesquisas realizadas junto aos assinantes, ex-assinantes e empresários exigiam uma reflexão maior sobre sua linha editorial, de modo a possibilitar que o jornal cumprisse melhor o seu papel: uma cobertura informativa e analítica sobre economia, finanças, política e sociedade, que contribuísse não só para uma informação adequada de seus leitores mas também para uma tomada de decisões correta por parte dos mesmos.

Guy de Almeida teve novamente papel fundamental: ajustar o jornal à nova realidade, infinitamente mais complexa do que aquela dos anos 1970. No Projeto de Reformulação elaborado em março de 1992, Guy fez um objetivo balanço da situação econômica e política de Minas e do País, incluindo as potencialidades de sua integração com os países do Cone Sul, via Mercosul, ressaltou a tendência ao liberalismo econômico, refletido na privatização das empresas estatais, e fez uma avaliação dos jornais de interesse geral e especializados com penetração em Belo Horizonte e no interior de Minas e que poderiam afetar o espaço do Diário do Comércio.

Propôs, então, um novo modelo editorial para o jornal, que garantisse a ele qualidade e personalidade capazes de consolidar sua posição e prestígio. Isto significava a modernização de sua estrutura de produção. Conforme o projeto, o jornal deveria ser um instrumento de informação, de formação e de mobilização, com acompanhamento metódico da dinâmica, dos problemas, programas e reivindicações relacionadas com as questões econômica, política e social não só regionais, mas também nacionais e mundiais.

Dentre as mudanças propostas, as mais importantes estavam relacionadas à linha editorial que, além de assegurar a informação objetiva e realista dos fatos e acontecimentos, sejam eles econômicos, políticos ou sociais, deveria também embasar reflexões, avaliações e decisões de variada natureza, sem esquecer a função pedagógica, de conscientizar o público-alvo quanto à importância do conhecimento de situações e problemas.

As medidas propostas implicavam modificações na estrutura editorial e gráfica, como a reformulação da página de Opinião, maior participação de colaboradores especializados, a reformulação das páginas especializadas e do Segundo Caderno, bem como uma

diagramação mais moderna, mais leve e mais atraente. Foi proposta a diversificação do público-alvo e a interiorização do veículo, de modo a cobrir o interior, sobretudo os pólos industrializados. Para isso, seria necessária a revitalização da estrutura de correspondentes e das sucursais nas cidades e regiões a serem definidas e uma constante interlocução com as mesmas.

A proposta, plenamente aprovada por José Costa e pela diretoria, não era de implementação simples. Era uma proposta complexa e delicada, pois implicava um outro tipo de jornalismo, contextualizado, interpretativo, que exigia pessoal altamente qualificado. Ademais, envolvia modificações em diferentes setores da empresa, exigindo uma articulação que mexia com a cultura da casa e exigia cabeças novas em termos de concepção de jornal e do fazer jornalístico. Provocava tensões entre a necessidade de aumentar o faturamento e a necessidade de uma boa qualidade do jornal.

Cada item tinha que passar pelo crivo de José Costa, que ouvia, pedia explicações, pensava a fundo as implicações de cada item e só decidia quando estava realmente certo de seus resultados e das possibilidades da empresa de arcar com as mudanças. Essa prática retardava, às vezes, a implementação de uma ou outra medida, como ocorreu com a mudança do formato de tablóide para *Standard*, que ficou por meses na sua gaveta.

Guy de Almeida coordenou o processo até 1994, sendo substituído posteriormente por Fernando Lana e Ozires Fecci.

Apesar das dificuldades, o jornal retomou o fôlego e tomou novo impulso, consolidando a sua expansão. Esse processo, todavia, seria prejudicado pelas inúmeras dificuldades advindas das políticas econômicas dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso e pelas tragédias que desabaram sobre a família Costa nessa década.

O elenco de medidas anunciadas por Collor logo depois de sua posse, para combater a inflação, foi um verdadeiro choque para o País. Segundo o jornal, era um programa recessivo, que atacava os diversos pontos responsáveis pela elevada inflação. As medidas de maior impacto foram o congelamento de depósitos e poupanças, a mudança da moeda (saiu o Cruzado, voltou o Cruzeiro) e uma nova política de rendas. Com a demanda contida, os preços caíram rapidamente (17 e 19-03-1990).

O empresariado mineiro reagiu nervosamente em suas entidades, mas o Congresso começou a aprovar as medidas provisórias que compunham o programa de estabilização econômica. Dentro do quadro de sua política econômica, que visava a liberalização e a internacionalização da economia brasileira, Collor enfatizava a privatização e anunciava o primeiro grupo de estatais que seriam privatizadas, entre elas a Usiminas. Em 17 de agosto de 1990, em destaque na 1ª página, o jornal informava que a privatização renderia cerca de US\$10 bilhões. Em 25 de outubro do ano seguinte, o leilão da Usiminas durou apenas 150 minutos. Dois anos depois, foi a vez da Açominas, cujo controle passou à Mendes Júnior (edições de 11 e 13-09-1993). O jornal registrava as reações em Minas, que iam de

um extremo a outro: uns felizes com os leilões, que representariam “um marco na história econômica do País, pois todos os problemas do Brasil passavam pela redução da presença do Estado na economia” (Miguel Augusto Gonçalves, presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia), enquanto outros, como Aureliano Chaves, acreditavam que o processo de privatização da Usiminas tinha sido “um lamentável equívoco” (25-10-1990).

Collor terminou melancolicamente seu período, com o *impeachment*, dando lugar ao seu vice, o mineiro Itamar Franco. O ano de 1993 não foi um ano fácil para os brasileiros, lembrava o editorial de 22 de dezembro: desemprego, forte recessão, fantasma da hiperinflação, fome que castigou 32 milhões de pessoas no País não deixam espaço para muitas esperanças. Mas apesar de tantos problemas no Congresso, a democracia continuava viva e se fortalecendo. E exemplos de solidariedade podiam ser encontrados, como a Campanha contra a Fome e a Miséria, deflagrada pelo sociólogo Hebert de Souza, o Betinho, “a melhor coisa que aconteceu no Brasil este ano”.

Ao mesmo tempo, as antigas classes produtoras – agora chamadas de “empresariado” – lançavam campanha contra o aumento da carga tributária, previsto no plano econômico do governo federal e ameaçavam não apoiar o ministro Fernando Henrique Cardoso, caso insistisse em pautar o acerto de contas do governo apenas pelo aumento das alíquotas tributárias, quando a solução estaria em cortes drásticos dos gastos da administração federal (22-12-1993).

Em 1994, após longos meses de exaustivas negociações com os diferentes segmentos da sociedade, o plano de estabilização econômica do ministro FHC entrava em vigor, com a instituição da Unidade Real de Valor (URV), preparando a chegada da nova moeda, o Real, prevista para 1º de julho. O plano, de maneira geral, foi bem recebido pelas lideranças empresariais de Minas. Agora, afirmava o jornal, além da credibilidade do ministro e de seus auxiliares diretos, a concretização da sonhada estabilização dependeria da parcela de sacrifício de cada um, empresários, trabalhadores e, enfim, todos os segmentos da sociedade (1º-3-1994). Em outro editorial, o jornal manifestava a esperança de que, com o Real, a nação começasse a construir o alicerce de um novo tempo (1º-7-1994).

O sucesso do Plano Real garantiu a FHC a vitória nas eleições de outubro de 1994, recebida com entusiasmo pelo empresariado mineiro; mas o jornal cobrava: “... cabe-lhe agora estar à altura da confiança popular, mantendo a estabilidade de preços e reencontrando os caminhos do desenvolvimento” (5-10-1994). Anunciando a sua posse, o jornal, em edição de 24/26 de dezembro, enfatizava que o novo presidente prometia reverter o caos econômico em que o País estava mergulhado, através de uma política fundada na estabilização, na desindexação, na privatização, em reformas estruturais, na racionalização do setor público e de uma política cambial adequada, que não repetisse os erros da Argentina e do México.

Alguns meses antes, todavia, em 6 de outubro de 1994, o Diário do Comércio havia feito o seguinte comunicado a seus leitores:

Aos 88 anos de idade, o jornalista José Costa, fundador e, ao longo de 62 anos, Diretor-Presidente do Diário do Comércio/Jornal de Casa, decidiu, por motivos de saúde, afastar-se de suas funções executivas. José Costa passa a ocupar o cargo de Presidente de Honra da empresa, de onde continuará transmitindo à diretoria executiva sua orientação baseada em larga experiência e conhecimentos. Foi indicado para substituí-lo, com apoio unânime dos acionistas representando a totalidade do capital da empresa, o diretor-superintendente Marcílio Gonçalves, que ocupava essa função desde 1976.

Sua escolha traduz uma linha de continuidade natural na gestão da empresa e, ao mesmo tempo, a reafirmação plena e inequívoca de que as idéias e os ideais de José Costa continuarão a presidi-la. Eles possibilitaram o surgimento e a consolidação do Diário do Comércio/Jornal de Casa, cujo maior patrimônio é a credibilidade alcançada junto à sociedade, como fruto da coerência e do comprometimento permanente com a prática de um jornalismo independente, voltado para a defesa intransigente da democracia, da livre iniciativa, da justiça social e do desenvolvimento econômico de Minas Gerais e do Brasil.

O novo Diretor-Presidente do Diário do Comércio/Jornal de Casa, seus companheiros de diretoria e acionistas da empresa reafirmam, de público, esses compromissos, certos de que, com a inspiração, o exemplo e os ensinamentos de José Costa, prosseguirão na trajetória por ele traçada.

Continuarão contando, na execução dessa tarefa, com a valorosa participação de todo o quadro de colaboradores da empresa para prestar serviços que correspondam, cada vez melhor, à confiança crescentemente demonstrada pela comunidade mineira ao longo desses 62 anos.

José Costa realmente parou aí. Entregou aos sucessores familiares, como queria, os jornais pelos quais lutara a vida inteira com coragem, com trabalho perseverante, com honestidade, ética e, sobretudo, com paixão. Entregou com confiança, totalmente. Não quis mais voltar nem muito se interessava mais. A vitória tinha sido alcançada e ele acreditava no futuro.

“Ver a empresa consolidada, ver que não errei ao imaginar que minhas filhas e filhos (os genros são filhos também) poderiam e estão prosseguindo na trilha que iniciei e onde, por sinal, já está ingressando o primeiro neto, eis a minha medida de vitória. Vitória que quero dividir com todos aqueles que pas-

saram pelo Diário do Comércio e que aqui se encontram hoje... na certeza de que o futuro reservará ao Diário do Comércio muitas lutas e também muitas conquistas”.

José Costa, 1982.

Na comemoração do aniversário de 62 anos, poucos dias depois, foi Marcílio quem assinou a chamada da 1ª página, reiterando o compromisso do jornal com a linha implantada por José Costa e com a busca contínua de novos avanços. Para isso, a empresa se preparava, dizia, implantando novas melhorias editoriais, como o aumento da abrangência da cobertura jornalística e a transição do jornalismo factual para o interpretativo e buscando mais melhorias tecnológicas, com a incorporação de novos equipamentos eletrônicos ao processo de produção. Desta forma, o Diário do Comércio preparava-se para o futuro. “Um futuro melhor, com certeza”, afirmou Marcílio.



José Costa na sua mesa de trabalho no Informador Commercial, década de 1930.



Osório da Rocha Diniz e José Costa.



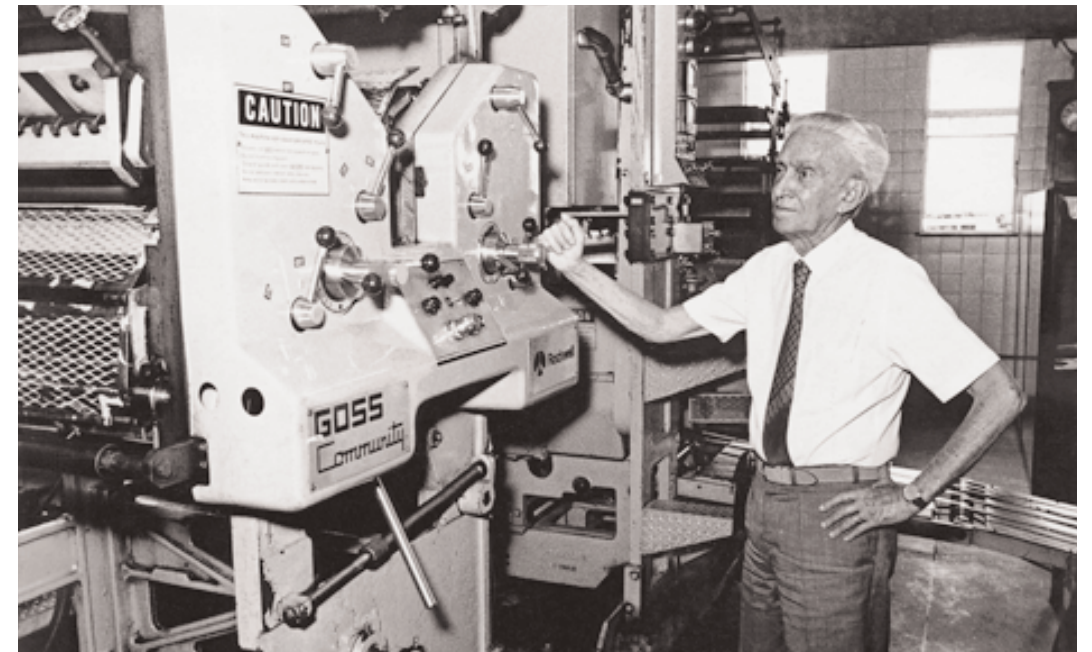
Inauguração da sede na Rua Padre Rolim



Inauguração prédio Américo Vespúcio, com Dalva e Ignácio Christo, em 1988.



O dia começava com a leitura do Diário do Comércio.



Dando partida à impressora, construindo o seu mundo, 1991.



Fechamento da edição comemorativa dos 60 anos do Diário do Comércio, 1992.



José e Dalva, sempre companheiros



Luiz Fernando Levy (Gazeta Mercantil) visita o prédio da avenida Américo Vespúcio, 1991



Relações detrabalho construídas com confiança e respeito mútuo, 1991.

3

O jornal e as campanhas pelo desenvolvimento



“E valeu a pena! Todos juntos transformamos em realidade aquilo que talvez tivesse parecido apenas o sonho de visionários”.

José Costa, 1992

A revolução de outubro de 1930 representou um divisor de águas na História do Brasil contemporâneo, posto que seu impacto se fez sentir em todos os níveis: na ordem política e institucional, nas atividades produtivas e nos próprios rumos da política econômica e social do País. Ela foi o desfecho de uma crise que evidenciou, acima de tudo, que não se podia mais simplesmente preservar o modelo econômico da Primeira República e sinalizou o começo da derrocada da tese da vocação agroexportadora da economia nacional, mineira em particular. As atividades industriais emergiram, então, como alternativa para a superação da crise e a promoção do desenvolvimento econômico do País.

Situado no centro dos acontecimentos, o Estado de Minas Gerais sofreu profundo abalo até ajustar-se à nova ordem. Mesmo porque, a situação da economia mineira no início da década era de crise generalizada: a par da redução drástica das exportações de café, com a conseqüente queda da arrecadação e aumento da dívida pública, registrava-se intensa evasão da população economicamente ativa para outros estados brasileiros, atraída pela expansão industrial de São Paulo e pela abertura de novas fronteiras agrícolas, principalmente em Goiás. Basta dizer que o orçamento de Minas se reduzira, no período 1930-1931, a um terço do anterior. Havia, pois, por parte do governo estadual e das classes produtoras, justificada apreensão por um possível e iminente esvaziamento econômico do Estado.

A transição para a nova ordem não se fez de modo brusco; ao contrário, o processo foi gradual, com ajustes, avanços e recuos. Indicativo do novo momento foi a criação de entidades das classes produtoras mineiras que vieram se somar à AC Minas, tais como a União dos Varejistas do Estado de Minas Gerais (UVMG), ainda em 1930, e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), em novembro de 1933, refletindo o novo momento histórico, em que adquiria força a tese do desenvolvimento industrial como saída para o impasse da economia nacional e regional.

O Informador Comercial

Foi nesse contexto que nasceu o Informador Commercial. Inicialmente com os modestos objetivos de divulgar aos comerciantes o movimento de mercadorias na Estação Ferroviária de Belo Horizonte, logo se tornaria o arauto e principal veículo de novas teses, idéias e mentalidade condizente com a nova ordem, desempenhando papel crucial no processo de desenvolvimento de Belo Horizonte, de Minas Gerais e do Brasil.

Este capítulo tem, pois, como foco, as principais campanhas lideradas e encampadas pelo jornal, bem como as teses que sustentou, elucidativas do modelo de desenvolvimento nacional pelo qual se bateu ao longo de sua trajetória.

A bandeira da industrialização

O ano de 1934 assinalou a realização da Assembléia Nacional Constituinte e a promulgação da nova Constituição, datada de 16 de julho, que iria alterar o quadro institucional do País, ao lado da eleição de Getúlio Vargas como Presidente Constitucional do Brasil.

Naquele ano, o Informador Commercial completaria dois anos de fundação e anunciava a nova orientação que adotaria a partir daquela data: divulgar não apenas dados estatísticos e informes comerciais e industriais, mas também publicar artigos de diferentes colaboradores, abordando temas de interesse das classes comerciantes e industriais.³³

Em sua nova fase, o Informador Commercial abraçou, desde logo e com muita garra, a causa da industrialização do País e de Minas como saída para a crise e rota segura para o desenvolvimento regional e nacional e a construção de uma nação autônoma e soberana.

Agrarismo X industrialismo

No intuito de situar o significado de ter o Informador Commercial empunhado a bandeira da industrialização naquela conjuntura, convém voltar um pouco no tempo, mais precisamente à Primeira República.

³³ INFORMADOR COMERCIAL. Belo Horizonte, 25 de julho de 1934, p. 8.

Como mostram os estudiosos do período, essa fase foi marcada pelo debate entre o agrarismo e o industrialismo. Os defensores do primeiro argumentavam que o Brasil era um País essencialmente agrícola; a indústria não gozava de imagem favorável na sociedade e era vista como atividade artificial por depender de matérias-primas importadas. A isso se somava notório preconceito em relação aos produtos fabricados localmente, considerados inferiores aos importados. Na conjuntura da Primeira Guerra Mundial, a indústria chegou a ser acusada de responsável pelo custo de vida elevado, que atingia diretamente trabalhadores e setores médios urbanos, em razão do protecionismo alfandegário e da postura dos próprios industriais, que se beneficiariam de “lucros excessivos”. Esse debate se fazia ainda bastante presente no imediato pós-1930.

Já edição de 26 de julho, o Informador Commercial publicava artigo sobre a situação da indústria no Brasil, em que se opunha frontalmente à opinião então corrente de que seria necessário primeiro o País expandir sua atividade agropecuária e extrativista, para só depois desenvolver seu potencial industrial, em razão da importação das matérias-primas necessárias à atividade industrial. No trecho que se segue, são nítidos os traços do debate:

A indústria no Brasil

Fartamente ventilada tem sido, especialmente nas colunas da imprensa, a matéria tocante ao acerto ou desacerto da implantação das indústrias entre nós pelos que flutuam nas correntes ora favoráveis ao seu incremento, ora condenatórias da sua expansão.

É fato não ter cessado ainda a idéia passadista que não concebe País agrícola sem passar pelo período pastoril em todas as suas pretensas evoluções e tampouco industrial sem ter atravessado largo estágio na cultura dos campos.

Feita, porém, uma observação atenta no cenário atual das atividades, seremos levados a concluir que a indústria se torna, cada vez mais, um cooperador imprescindível da agricultura e da pecuária, longe de lhes embargar os passos, como pretendem muitos dos talvez bem intencionados patronos dos homens de campo.

Mencionava a Itália como o mais eloqüente exemplo do quão pouco significava existir no País a matéria-prima para as indústrias e afirmava a certa altura:

“De resto, não se vê País de verdadeiro valor financeiro, quando limitado apenas às atividades agrícola e pastoril, mormente na época presente, em que a tendência é a de cada um se bastar do máximo possível, assegurando para si a maior independência”.

Chama atenção na matéria a referência aos experimentos de utilização do álcool como combustível substituto da gasolina, manifestando a visão de futuro que se tornaria marca do jornal ao longo do tempo. Assim encerrava:

“Na realidade o valor de uma nação se mede pela indústria. E quanto mais amor não nos impõe o torrão em que são fabricados todos os objetos que nos servem, quanto mais orgulho não teremos da terra em que vemos mobilizadas todas as atividades, atestando a superioridade do nosso povo!”.

A questão da suposta “vocaçã agrária” do Brasil voltou às páginas do Informador Commercial em artigo carregado de ironia, publicado na edição de 31 de agosto daquele ano. Alguns trechos merecem ser transcritos:

Brasil rico de nascença, próspero e feliz.

(...) Grande terra generosa onde um discurso de colegial consagra uma celebridade! Terra de muitos adjetivos e de tão minguados substantivos! Graça Aranha dizia que, em Minas, os políticos são gramáticos, mas deve isso ter sido uma maldade do saudoso acadêmico, que Deus perdoe, porque já morreu. Temos o nosso fraco pelas ‘tiradas’, mas que mal há nisto?! Gostamos do comodismo de resolver com um conceito os nossos problemas capitais, aí é que está o defeito.

Sabemos – mais ou menos – que a pecuária deixa tudo a desejar, que a nossa agricultura é primitiva, entretanto, estamos convencidos de que o Brasil é essencialmente agrícola, e está acabado. Não tendo organizadas nem a indústria, nem a lavoura, nem o comércio, o Brasil pode, perfeitamente, ser, essencialmente, qualquer dessas coisas. Acreditamos, sem mais exames, contudo, que ele é mesmo essencialmente agrícola porque, afinal, que fazemos todos nós, há muito tempo, senão plantar batatas?! (...) As coisas mais valiosas são justamente aquelas de que ninguém teve ainda notícia, mas que o futuro irá revelar a outras gerações mais felizes.

Em todo caso, apesar deste justificado otimismo da gente dessa terra privilegiada (há quem diga que o próprio Cristo nasceu no Brasil) não seria mau, agora que entramos num período de grandes esperanças com o advento do segundo período constitucional da República, lembrar que já é tempo de considerar a sério os problemas nacionais e começar a registrar sob as epígrafes dos programas alguma coisa que não seja a pilhéria com que temos tratado tanta coisa de responsabilidade.

(...) Terra graciosa, como a descreveu Caminha, que nela querendo, dá tudo, essa nossa terra do Brasil nos deixa a salvo das sérias preocupações. Nascermos na terra do Sol Dourado, País de excepcionais riquezas. Tantas, tan-

tas! Que, confiados nelas, o brasileiro nunca se preocupou com o trabalho penoso que coube a outros povos menos felizes, como por exemplo o holandês, que teve de conquistar ao oceano, o seu próprio País.

As grandes dificuldades, entretanto, e o confronto com a prosperidade de outros povos sul-americanos, não abalam a convicção de que somos os felizes proprietários do País mais rico do mundo, só o conseguiria outra vez o Caminha – e nós não acreditávamos em almas do outro mundo.

A edição comemorativa do segundo aniversário do Informador Commercial, antecipada para 1º de setembro de 1934, trazia uma discussão sobre a expansão da atividade industrial no Brasil e firmava, uma vez mais, a posição do jornal no debate acerca da vocação brasileira. Depois de dizer que o caminho da industrialização teria evitado que o País enfrentasse problemas gravíssimos no século XX, tais como estar em situação econômica subalterna e não ter podido elevar o poder aquisitivo da população, enfatizava que, ao implantar os rudimentos de nosso industrialismo, foi possível aumentar extraordinariamente a riqueza do País, dotando-o de uma armadura industrial, que era o seu melhor aparelho de defesa.

“Quem quer, pois, que ousasse abandonar a nossa indústria a sua própria sorte cometeria o mais nefando dos crimes contra a nossa segurança econômica e a nossa estabilidade política. Cavaria, sem dúvida alguma, o túmulo da própria nacionalidade!”

Dizia mais: havia no Brasil, cerca de 15.000 fábricas, com um capital de 134.629.000 libras, ocupando 365.615 operários, dos quais aproximadamente 1/3 concentrados na indústria têxtil. Por outro lado, a circulação da nossa produção industrial mantinha uma organização comercial que garantia a existência de milhares de pessoas vivendo exclusivamente do comércio e do escambo de produtos nacionais.

As riquezas minerais e a siderurgia

A defesa da industrialização como rota para o desenvolvimento veio acompanhada, em Minas, da defesa da implantação da indústria de base, em especial a grande siderurgia, considerada a vocação natural do Estado por suas enormes riquezas minerais.

A luta pela implantação da indústria siderúrgica constituiu o grande tema do IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, realizado em Belo Horizonte, em 1935, reunindo representantes de todos os setores produtivos da economia regional, e se tornaria a principal bandeira de luta do jornal nos anos subseqüentes.

As riquezas minerais do Estado, consideradas ainda mal exploradas, foram tratadas na edição de segundo aniversário do Informador Commercial, em artigo assinado por Franklin de Salles. Reportava-se a Henri Gorceix que, ao estudar as jazidas minerais do País exclamava: “Minas é um coração de ouro num peito de ferro”; e a Laboriau, que completara: “Temos os maiores e os melhores depósitos do mundo”, para dizer que muito pouco se vinha fazendo para o aproveitamento daquelas inexauríveis fontes de riqueza.³⁴ E prosseguia:

Alega-se que o minério de ferro não tem sido explorado devidamente, em virtude da falta de combustível, na sua forma industrial – o coque metalúrgico. Tem-se indicado como solução ao problema metalúrgico nacional a adoção dos modernos processos da eletro-siderurgia que, além de outras vantagens, tem para nós a de reduzir o consumo do combustível a 1/3 da quantidade que se gastaria nos altos-fornos comuns, utilizando-se para isso a energia hidroelétrica das nossas quedas d’água. Na Suécia, País de condições mais ou menos similares às nossas, a questão foi resolvida definitivamente. Não nos conviria imitar-lhe o exemplo?

Outra opção seria adotar o conselho de Pandiá Calógeras, para quem não importava adiar a solução da siderurgia, já que o tempo, nesse ponto, trabalharia pelo Brasil. “*Não tenhamos impaciências, compreensíveis no homem que planeja para a curta duração da própria existência, enquanto os governos visam a eternidade. As soluções virão*”, dissera. Mas, questionava o articulista, não seria um crime de lesa-pátria deixar-se ao abandono esses fantásticos depósitos de minério? E, contrapondo-se a Calógeras, dizia: “Se há um sentimento de revolta é o que provoca a estulta afirmação que já se tem feito entre nós, de que promover a exportação dos nossos minérios de ferro é dilapidar o patrimônio nacional”. Recorria a Monteiro Lobato, em seu paralelo entre o Brasil e os Estados Unidos, e a Laboriau e afirmava, ainda:

Por que motivo – pergunta ainda Monteiro Lobato – é o ferro o grande pai da riqueza e não, por exemplo, o ouro, a prata, a agricultura, a pecuária? Simplesmente porque o ferro é a matéria-prima da máquina, a grande forma que o homem inventou para dominar a natureza, subjuga-la, pô-la humilde a seu serviço nesta tremenda aventura de civilização.

(...) É necessário repetir, e que as ondas sonoras levem o eco deste refrão ao mais longínquo rincão de Minas Gerais, que é pela siderurgia que alcançaremos a nossa independência econômica. Tudo dela depende. A abundân-

³⁴ O engenheiro francês Henri Gorceix veio para o Brasil fundar a Escola de Minas de Ouro Preto. Laboriau é autor de “Curso Abreviado de Siderurgia”.

*cia das nossas searas, que é pela siderurgia que transformaremos o rotinismo das nossas lavouras pela lavoura mecânica, produtiva e barata; o pão que nos alimenta, porque de um composto de ferro, fabricam-se os nossos instrumentos melhores para as grandes derrubadas; porque com as máquinas lavramos, plantamos, colhemos, transportamos o trigo e é ainda a máquina que nos serve para a moagem e o preparo da massa.*³⁵

Colaboradores com identidade de idéias

Em fins de 1935, em decorrência das mudanças ocorridas no pós-1930, começou a constituir-se em Minas um grupo de empreendedores e técnicos, preocupado em estudar as questões do desenvolvimento econômico do Estado, com vistas à superação de seu atraso relativo.³⁶ O novo grupo, que gradativamente ia substituindo bacharéis e coronéis, vinha sendo formado, em boa parte, pela Escola de Minas de Ouro Preto, a qual, conforme mostrou estudo de José Murilo de Carvalho, teve contribuição decisiva na formação de técnicos para os setores públicos estadual e federal.³⁷

Uma parte foi absorvida pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio que, pela própria denominação, abrangia institucionalmente todas as questões referentes à economia do Estado, e que, entre 1933 e 1942, foi comandada por Israel Pinheiro da Silva, filho do ex-presidente do estado, João Pinheiro, formado ele próprio em Ouro Preto. Algumas entidades de classe, como a AC Minas, a Fiemg, a Sociedade Mineira de Engenheiros e a UVMG também abrigavam figuras de destaque.

Aos poucos, muitos membros desse grupo, que tinham identidade de idéias com José Costa, começaram a colaborar no Informador Comercial que, além de tornar-se veículo das teses e idéias sustentadas por esse novo grupo, liderou boa parte dos movimentos pró-desenvolvimento no Estado.

Duas idéias eram centrais no pensamento do grupo: a industrialização como saída para superar o atraso econômico mineiro, com ênfase na necessidade de desenvolvimento da indústria de base, em especial a siderurgia, e o nacionalismo, entendido como a necessidade de haver proteção à indústria nacional e de não ser permitida a entrada do capital estrangeiro em setores estratégicos da economia. Associadas a essas idéias, direta ou indiretamente, vinham outras questões, como a luta contra os trustes internacionais e o imperialismo, a tese da intervenção do Estado em setores de base da economia e a discussão de medidas de política econômica, como as políticas cambial e tributária, e das questões de transporte, energia elétrica e combustível.

³⁵ INFORMADOR COMERCIAL. Belo Horizonte, 1º de setembro de 1934.

³⁶ DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: PROED/UFMG, 1981. Para o autor, este grupo constituiu o embrião de uma tecnocracia no Estado.

³⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto – o peso da glória*. Rio de Janeiro: FINEP, 1978.

Foi nessa época que teve início a publicação de uma coluna na primeira página, intitulada “Comentários do Dia”, que assinalava o começo da duradoura colaboração de Osório da Rocha Diniz no futuro Diário do Comércio.

Combustíveis e petróleo

O problema dos combustíveis e do petróleo exigia atenção especial naqueles anos e, por isso, foi tema privilegiado no Informador Commercial, não apenas naquela conjuntura como também ao longo das décadas subseqüentes.

Em 13 de março de 1936, antecipando-se em muito ao que surgiria mais tarde como solução para a substituição da gasolina, Osório da Rocha Diniz referia-se à utilização do álcool motor no Brasil. Ele lamentava que o Instituto de Defesa do Açúcar ainda não tivesse voltado a atenção para sua produção:

“Enquanto o País for dado como não possuidor de petróleo, precisamos cuidar seriamente de produzir um substituto da gasolina importada. Este, já disseram os técnicos, para o nosso País é o álcool”.

Dentre as sugestões que enumerou para a resolução do problema, encontrava-se a de os poderes públicos obrigarem os importadores ou fabricantes de automóveis e caminhões a que, pelo menos na proporção de 10% dos veículos importados ou montados no País, os motores fossem desenhados e construídos para utilização do álcool motor.

Osório da Rocha Diniz retomou o assunto da possibilidade de existência de petróleo no subsolo brasileiro poucos dias depois, criticando o Serviço Geológico Federal por dificultar a exploração do subsolo e voltando a insistir na alternativa de utilização do álcool para reduzir a dependência brasileira com relação ao petróleo estrangeiro. Em um dos trechos, dizia:

Apenas ousamos dizer que ou o Brasil acompanha o ritmo das grandes potências, indo utilizar o petróleo que o seu subsolo contém ou permanecerá o que é; potencialmente rico e forte, mas, na realidade um País pobre, arruinado e com o seu futuro comprometido pelos imperialismos que sofre. É bem verdade que, enquanto não conseguirmos contrariar os grandes trustes que nos exploram e escravizam, enquanto não formamos a verdadeira consciência nacional, enquanto não nos livrarmos dos empecilhos que nos dificultam explorarmos nós mesmos no nosso solo e subsolo, devemos ir procurando substitutos para o petróleo.

Outro artigo, também assinado por Osório da Rocha Diniz, na edição de 21 de maio daquele ano, enfocava a questão energética no Brasil, desta vez chamando a atenção para a necessidade de aproveitamento das quedas d’água para o desenvolvimento da energia hidrelétrica. Assim argumentava:

Não obstante os preços elevados e constantemente em ascensão do carvão mineral e do petróleo, que despertam em todos os povos a necessidade de aproveitar a força hidráulica armazenada nas cachoeiras e nos desníveis dos rios, o nosso País que possui carvão e petróleo em diminuta escala ou, apenas em estado potencial, já devia ter promovido com mais intensidade o estudo e a utilização dos seus recursos hidroelétricos.

Lamentou também que a geração da energia elétrica brasileira estivesse concentrada em mãos de empresas estrangeiras, que detinham mais de 95% do total da potência elétrica das usinas do País.

Minas e a siderurgia: primórdios

A primeira tentativa de implantação da siderurgia em Minas Gerais que obteve êxito foi a do Barão de Eschwege. Pouco depois de aportar em Minas, em 1811, e de percorrer a atual Zona Metalúrgica do Estado, ele deu início, em Congonhas do Campo, aos trabalhos de construção de uma fábrica de ferro, denominada Patriótica. Em 1812, Eschwege colocou a usina em funcionamento, promovendo a primeira corrida de gusa no Brasil.³⁸

Os registros da época indicam que havia um número considerável de forjas na região central de Minas Gerais, localizadas, em boa parte, nas grandes fazendas. O ferro era produzido por método precário e se destinava à fabricação de instrumentos como ferraduras de animais, peças de engenho e ferramentas agrícolas. Era também significativo o mercado representado pelos garimpos, lavras de ouro e de diamantes e suas ferramentas, além de utensílios de ferro para encanamentos e esgotos. Mais tarde, veio a demanda por objetos de ferro das grandes minas de ouro controladas pelo capital estrangeiro, dando novo impulso a essa atividade.

A implantação da Escola de Minas de Ouro Preto, em 1876, foi um marco para o posterior progresso da siderurgia. Em 1888, registra-se a tentativa de instalação de uma usina siderúrgica, por Joseph Gerspacher, Amaro da Silveira e Carlos da Costa Wigg, que construíram, em Itabira do Campo, a Usina Esperança, primeiro alto-forno instalado em Minas. A usina conheceu dificuldades até 1899, quando foi adquirida por Joaquim Queiroz Júnior.

³⁸ PAULA, João Antônio de. “Dois ensaios sobre a gênese da industrialização em Minas Gerais: a siderurgia e a indústria têxtil”. Face/UFMG s/d.

A primeira experiência significativa depois da Usina Esperança consistiu na fundação da Companhia Siderúrgica Mineira, por Amaro Lanari, Gil Guatimozim e Cristiano Guimarães, todos engenheiros formados pela Escola de Minas de Ouro Preto. A indústria, localizada em Sabará, era composta por um alto-forno e uma oficina mecânica. Em 1921, fundou-se a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, que incorporou a Cia. Siderúrgica Mineira, como resultado da associação entre o grupo empresarial mineiro e o grupo belga Arbed, Acières Réunis Burbach et Dudelanges. A usina de Sabará era considerada a maior do País e, em fins de 1925, tornou-se a primeira usina integrada da América Latina, ao dar início ao funcionamento dos trens de laminação.

Ao lado dessa bem-sucedida experiência, outras pequenas indústrias siderúrgicas foram fundadas na década de 1920, sendo posteriormente ampliadas ou incorporadas pelo capital estrangeiro.

Nos anos de 1930 a importância do desenvolvimento da siderurgia no País adquiriu maior centralidade, especialmente em Minas Gerais, o qual, pela riqueza de seu solo, teria natural vocação siderúrgica.

De vergonhosa deficiência a missão grandiosa

Em 26 de maio de 1936, Osório da Rocha Diniz abordava o problema da siderurgia nacional, salientando que, apesar de serem reconhecidos os potenciais siderúrgicos do País, essa indústria ainda não se encontrava organizada. Argumentava que a falta de desenvolvimento siderúrgico tornava o Brasil dependente da importação da quase totalidade de produtos para dar suporte a suas indústrias, além de limitar a capacidade de expansão da malha ferroviária, principal meio de transporte utilizado então pelas indústrias. Depois de apresentar dados sobre “nossa vergonhosa deficiência econômica”, indagava:

Por que, então, deixamos de implantar em nosso próprio País a indústria capaz de produzi-los, indo adquirir no exterior o ferro que precisamos, indo enriquecer a estrangeiros e aumentar o seu poderio?

Já somos bastante pobres para precisarmos de trabalhar, de produzir e de guardar o que ainda nos sobra. Consigam, pois, os que nos governam com fitos e objetivos verdadeiramente patrióticos, sem compromissos e obrigações com interessados nacionais e estrangeiros, efetuar a bem da pátria e felicidade geral o nosso máximo desenvolvimento industrial.

Em 21 de agosto de 1936, Osório da Rocha Diniz defendeu a necessidade de desenvolvimento industrial do Brasil e, mais uma vez, tocou na tese da “vocação agrária” do

País. Como era de seu feitio, sustentou que o desenvolvimento industrial não se oporia ao desenvolvimento agrícola; antes, seria um estimulante aliado deste. Vejamos um trecho de sua argumentação: “Mas, se temos uma noção exata do que representa para o Brasil a agricultura, ainda que rotineira como a praticamos, o mesmo não se dá e não tem acontecido para com a indústria, que significa e sintetiza: progresso agrícola, mecânico, científico, material e moral, em suma: CIVILIZAÇÃO”.

Sobre essa campanha, disse ele em depoimento para a edição comemorativa dos 50 anos do Diário do Comércio.

Através da coluna “Panorama” sempre procurei jogar por terra um mito injustificável, mas que contava com uma gala enorme de defensores: o de que Minas Gerais era um Estado agrário por vocação e que deveria deixar de sonhar com indústrias. Coisa que, segundo se pensava, só ficava bem em outros países ou então em São Paulo. Devido a essa mentalidade – não raro associada aos mais diversos grupos econômicos que tinham interesse em que continuássemos atrasados – a criação da Usiminas, que é filha da Cosipa, a instalação da fábrica de tratores Deutz e da Mannesmann foram precedidas de verdadeiras campanhas, nas quais tivemos participação direta.

Naqueles tempos em que a questão da segurança nacional assumia prioridade na ordem institucional do País, a questão da siderurgia esteve na ordem do dia. Em 22 de julho de 1936, o Informador Commercial trazia dados sobre o desenvolvimento da siderurgia mineira, que de 32 mil toneladas em 1926 passara a 119 mil em 1935. Desse ponto de vista, o Estado de Minas seria de suma importância para a economia nacional. O tema continuava na edição seguinte. Segue um trecho da primeira parte: “Com as realizações já conseguidas e com os elementos que lhe vão sendo acrescentados pelas instalações de novas usinas e aplicação de capacidade produtiva das existentes, Minas, vai, pouco a pouco, cumprindo a missão grandiosa que lhe foi imposta pelos destinos da nacionalidade, qual seja a de dar ao Brasil a indústria siderúrgica como elemento máximo de sua riqueza e soberania econômica”.

Esforço heróico

Os temas relacionados ao aproveitamento e à regulamentação dos recursos naturais da região ocupavam igualmente lugar de destaque nos debates que se travavam nas entidades de classe e, como não poderia deixar de ser, nas páginas do Informador Commercial: o código das águas, a lei do solo, os requisitos para a concessão de autorização para exploração de minas e jazidas, ao lado dos problemas da siderurgia e da exportação de minérios.

Ainda em 1936, a comissão do Código de Minas aprovou várias disposições para a organização da lei sobre o aproveitamento industrial de jazidas. Decidiu-se, entre outras medidas, que as concessões para a lavra só seriam admitidas a brasileiros natos ou a empresas organizadas no Brasil.

A edição de 7 de dezembro do ano seguinte referiu-se à questão siderúrgica no Brasil, tal como abordada pelo ministro da Viação, Coronel Mendonça Lima, que acabara de ser empossado. A declaração do novo ministro permitia antever a posição do recém-instalado Estado Novo com relação à necessidade de investimentos para o desenvolvimento da siderurgia nacional. O texto salientava a certa altura:

No limiar daquela pasta, o novo ministro teve a sinceridade e a bravura de traçar um programa: o de resolver o problema da siderúrgica e o da exportação de minérios, com a conseqüente fundação da indústria pesada no nosso País. Sabe o Coronel Mendonça Lima, e o diz serenamente, que isso exigirá, sem dúvida, o dispêndio de uma formidável soma de energia, de perseverança e de coragem, e emprego de meios heróicos e de recursos abundantes; todos os sacrifícios, porém, serão fartamente compensados com os grandiosos resultados que alcançaremos, elevando o Brasil ao nível das grandes potências mundiais. Esperemos que assim se faça.

O ano de 1937 registrou importante marco na indústria siderúrgica do Estado: a Belgo-Mineira inaugurou a Usina Monlevade, com capacidade inicial para 50.000 t/ano.

O tema da siderurgia nacional voltou à edição de 26 de janeiro de 1938, a propósito da necessidade de desenvolvimento da infra-estrutura viária do País, que daria impulso não apenas à própria indústria siderúrgica, como também reduziria os custos de produção de outros gêneros comerciais e industriais, estimulando outros setores econômicos a também consumirem produtos siderúrgicos. Foi mencionada a Companhia Belgo-Mineira, cuja produção adiantada não encontrava ainda no País mercado suficiente, e indagava:

Por que os poderes públicos não tratam de estender as vias férreas do País empregando os trilhos de fabrico nacional, concorrendo assim para dar trabalho à nossa siderurgia incipiente e formando assim a rede ferroviária indispensável ao acréscimo no ritmo das atividades agrícolas e comerciais, criando o ambiente dentro do qual iria agir, mais, adiante, a indústria siderúrgica?

A necessidade de revisão nas tarifas viárias, por sinal, fora abordada pelo Informador Commercial no começo de 1936, já que as tarifas então vigentes levavam algumas regiões produtoras de Minas a comercializarem mais com outros estados do que com a própria

capital mineira. E mais: “Outra face notável da questão se refere ao aspecto político, pois, com um intercâmbio mais intenso viriam relações mais fortes e maior coesão política do Estado. A importância e oportunidade das sugestões referidas dispensam qualquer comentário. Oxalá que elas encontrem terreno propício para medrar...”³⁹

Contrato polêmico

Por essa época, acirrou-se a polêmica em torno do contrato da Itabira Iron Company, iniciada duas décadas antes. A questão surgira em 1910, após a realização do Congresso Mundial de Estocolmo, onde foram divulgadas as primeiras avaliações científicas sobre as reservas de Minas Gerais. A revelação da magnitude dessas reservas desencadeou uma verdadeira corrida pela compra das terras em que se localizavam as jazidas.

Com isso, já em 1911, fundou-se a Itabira Iron Ore Company, a qual comprou o Pico do Cauê em Itabira, a célebre “montanha de ferro”, que tanto marcou o poeta Carlos Drummond de Andrade. A reação, relatada por José Murilo de Carvalho, foi comandada por engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto, liderados pelo professor Clodomiro de Oliveira. Abriu-se, então, amplo debate nacional em torno da questão. Na década de 1920, a batalha colocou de um lado Artur Bernardes, então presidente de Minas, e, de outro, o empresário Percival Farquhar que comprara a Itabira Iron em 1919. Foi nessa ocasião, por sinal, que Bernardes teria cunhado o *slogan* que se tornaria célebre: “Minério não dá duas safras”. Manifestava-se aí, com todo o vigor, o nacionalismo de setores da elite mineira, que iria se manter até meados dos anos 1960.

Em 1938, sob a presidência do ministro da Fazenda, reuniu-se o Conselho Técnico de Economia e Finanças para concluir estudos em relação aos problemas de criação da grande siderurgia nacional e à exportação do minério de ferro em grande escala. Foram também votadas emendas e alterações no contrato com a Itabira Iron. O relatório do Conselho provocou reações diversas.

O modelo em debate

Ao longo de 1938, a campanha em favor do desenvolvimento da siderurgia mineira prosseguiu no Informador Commercial com maior intensidade ainda, por vezes associada ao contrato da Itabira Iron. Em 19 de março, o editorial transcrevia partes de uma conferência sobre a siderurgia mineira proferida por Valentim Bouças, secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, realizada na AC Minas. O conferencista abordara diversos pontos a respeito da siderurgia nacional – e particular-

³⁹ Idem. Belo Horizonte, 11 de janeiro de 1936, p. 1. O artigo não é assinado, mas pode-se supor que sua autoria seja de Osório da Rocha Diniz, que escrevia regularmente os editoriais do jornal nesse período.

mente a mineira – manifestando pontos de vista divergentes daqueles que vinha defendendo o *Informador Commercial*. Ousera-se ao protecionismo aduaneiro da siderurgia brasileira, que obrigaria a compra de produtos metalúrgicos mais caros por parte da indústria nacional, e criticara o uso do combustível “nacional” para o processo siderúrgico – o carvão vegetal – pela superexploração de precária mão-de-obra nas queimadas e os danos que estas causavam às reservas florestais mineiras. Discordara ainda da opinião corrente de que a Estrada de Ferro Central do Brasil deveria ser o escoadouro do minério do Estado, considerando mais próprio o incentivo à exploração do Vale do Rio Doce e de sua bacia. Por fim, considerava que a siderurgia não deveria se opor ao financiamento estrangeiro, mas sim aos monopólios comerciais e “concessões indébitas”.

A conferência de Valentim Bouças se situava em meio a um debate em torno do modelo de desenvolvimento siderúrgico a ser adotado em Minas Gerais, em que duas posições estavam em jogo: a que defendia a proteção de uma siderurgia completamente nacional, baseada no carvão vegetal, e a ampliação da Estrada de Ferro Central do Brasil como o escoadouro de sua produção; outra que se mostrava disposta a se aliar ao capital estrangeiro, utilizando-se do carvão mineral importado e baseada na instalação de um pólo na região do Vale do Rio Doce, fazendo uso de uma rota alternativa para a ligação com o mar.

A resposta do *Informador Commercial* não se fez esperar. Em artigo assinado por Osório da Rocha Diniz, o jornal firmava posição contrária às idéias expostas por Valentim Bouças. Situava o problema da siderurgia nacional no plano do mercado internacional armamentista, favorável à compra de produtos siderúrgicos, mas, já antevendo o que iria ocorrer no ano seguinte, afirmava que essa alternativa se tornaria imprevisível no caso da ocorrência de um cenário de guerra na Europa. Opunha-se, portanto, ao planejamento de uma siderurgia futura em detrimento da siderurgia que já se desenvolvia no Brasil e que deveria ser reforçada para o melhor aproveitamento do mercado internacional. Criticava a participação estrangeira na siderurgia nacional e no fornecimento de combustível, além da criação de um pólo siderúrgico no Vale do Rio Doce, ainda praticamente despovoado, em detrimento de áreas com mercado já estabelecido e vias de acesso já existentes e que só precisariam ser reforçadas. Quanto ao desmatamento, denunciava a hipocrisia de atribuí-lo unicamente à ação das siderúrgicas, desconsiderando as diversas outras atividades agrícolas que ameaçavam igualmente as florestas brasileiras. Como solução para o problema, advogava o reflorestamento e o combate à formiga saúva, problema ainda mais grave que o próprio desmatamento.⁴⁰

A discussão em torno do modelo de siderurgia a ser implementado no País teve sensível repercussão no Ministério da Fazenda, o qual debatia as teses em jogo. Em 7 de junho daquele ano, Osório da Rocha Diniz criticava as atitudes do governo federal com re-

⁴⁰ Idem. Belo Horizonte, 23 de março de 1938, pp. 1, 3, 5.

lação à situação da siderurgia brasileira e defendia ações concretas no sentido de desenvolver a infra-estrutura necessária para a exportação, em curto prazo, do minério de ferro. O articulista expôs seus argumentos a partir de uma análise do cenário internacional em que uma conflagração mundial era aguardada para breve e diversos países manifestavam a necessidade de importar minérios. O Brasil, por sua vez, estaria perdendo uma grande oportunidade econômica, ao planejar o desenvolvimento siderúrgico somente para o longo prazo. Seguem-se alguns trechos:

Enquanto o mundo bate-nos à porta querendo adquirir os minérios do Brasil, (...) enquanto o momento é mais do que propício para a venda dos nossos minérios de ferro, o que fazemos para ganhar dinheiro? O que fazemos para vender o minério que tão abundantemente o nosso solo contém? Quase nada! E isto porque não temos transportes eficientes, porque ficamos a ouvir e a comentar “pareceres”, porque ficamos a ler relatórios (...) e, afinal, a nossa ação não vai além do palavreado... (...) Estudemos, portanto, soluções IDEAIS para exportação de minérios do Brasil em tempos normais, em períodos de preços baixos, mas para o presente, aparelhem-nos para a exportação IMEDIATA, enquanto o mundo tem fome de minérios, pelas vias e pelos meios que possuímos, isto é, pela Central do Brasil.⁴¹

Poucos dias depois, na edição de 15 de junho, o *Informador Commercial* publicou o encaminhamento das discussões sobre a siderurgia nacional no Ministério da Fazenda. O Conselho Técnico de Economia e Finanças manteve a posição de dar prioridade ao desenvolvimento da atividade siderúrgica no Vale do Rio Doce, mas sem abrir mão do desenvolvimento da infra-estrutura necessária na Estrada de Ferro Central do Brasil para a expansão da exportação de minérios das usinas siderúrgicas já instaladas em Minas Gerais. O Conselho demonstrara também preocupação com o contrato firmado com a empresa Itabira Iron para a exploração da região do Vale do Rio Doce, considerado “inaceitável e perigoso” para os interesses nacionais.

As conclusões finais do estudo empreendido pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças a respeito do desenvolvimento da siderurgia nacional e da exportação de minérios foram publicadas em 30 de julho de 1938. Dentre outras, mencione-se a de que deveria ser mantido o contrato com a Itabira Iron para a exploração do Vale do Rio Doce, ainda que revisando seus termos previamente acordados, já que considerava que ele resolveria o programa da exploração de minério de ferro em larga escala com enorme vantagem para a economia nacional e criaria condições especiais para o desenvolvimento da grande siderurgia.

⁴¹ Idem. Belo Horizonte, 7 de junho de 1938, pp. 1, 3, 5.

O Informador Commercial manifestou-se de imediato a respeito das conclusões do Conselho. No editorial de 9 de agosto, opôs-se frontalmente ao contrato entre o governo federal e a Itabira Iron, por representar uma apropriação, por parte do capital internacional, das riquezas minerais brasileiras. Publicava um telegrama enviado pela UVMG ao presidente Getúlio Vargas solicitando uma solução nacionalista para o problema, redigido por Osório da Rocha Diniz, então presidente em exercício daquela entidade. Dizia um dos trechos do telegrama:

Tudo que o Brasil possui de mais ponderável no seu quadro de homens públicos e na sua elite intelectual tem condenado com veemência mais essa tentativa do grande truste internacional para submeter também o Brasil à sua cadeia de interesses bolsistas. (...) Juntamos, assim, com orgulho, à lista dos cidadãos e organizações que se pronunciaram contra o malfadado contrato, a União dos Varejistas de Minas Gerais.

Perguntas que esclarecem

Em 12 de janeiro de 1939, o Informador Commercial publicava a primeira de três partes de uma entrevista concedida pelo almirante Ricardo Greenhalgh Barreto ao jornalista José Costa, a respeito do desenvolvimento da siderurgia nacional. As perguntas formuladas pelo jornalista são elucidativas dos grandes dilemas que envolviam a controvérsia sobre o assunto.

José Costa começara por indagar por que o Brasil se atrasara tanto na produção e consumo de ferro e aço, enquanto outros países que não dispunham de minério de ferro e combustíveis eram grandes produtores de ferro e aço. “E nós brasileiros que temos minério, temos mercado e temos carvão não produzimos ferro e aço senão em doses homeopáticas e vivemos a apregoar que somos ricos e que só devemos exportar minério?” E por que o Brasil só pensou em fabricar ferro e aço em grande escala depois que a Itabira Iron se interessou pelo nosso minério? Indagara também se era possível se ter uma grande indústria siderúrgica com elementos puramente nacionais ou se teríamos que depender do estrangeiro para adquirirmos matérias-primas complementares. E mais:

Por que em vez de reparar o material ferroviário que iria fazer transportes lucrativos, o governo prefere remeter ao exterior minérios que pagam fretes reduzidíssimos? Por que em vez de olharem o mercado interno do País, de fazerem do Brasil um ótimo mercado só para o Brasil, vários técnicos indicam situar usinas siderúrgicas no litoral? Seria possível o reaparelhamento militar e naval do Brasil com os nossos próprios recursos em capital, técnica a indústria de

construção de nossas armas e munições com a urgência que a situação internacional exige-nos? Não seria mais fácil o transporte do minério e mesmo de ferro e aço, pelo Rio Doce, por meio de uma companhia de navegação?

O editorial do dia seguinte publicou a segunda parte da entrevista, em que o almirante Barreto criticara a proposta inicial da Itabira Iron para o Vale do Rio Doce, que teria como meta exclusiva a exportação de minérios e observara a circularidade entre os problemas siderúrgico e ferroviário. Na última parte da entrevista, publicada em 14 de janeiro, o almirante Barreto explicitara importante ponto do projeto siderúrgico oposto ao contrato da Itabira Iron: a instalação de uma indústria siderúrgica matriz no Rio de Janeiro, por questões de conveniência econômica, que daria o impulso inicial para o desenvolvimento siderúrgico nacional.

Finalmente, em agosto de 1939, a Itabira Iron teve seu contrato revogado, com o aplauso das mais representativas entidades de classe do Estado, a exemplo da Fiemg, então presidida por Américo René Giannetti, e da AC Minas, que tinha à frente José de Magalhães Pinto. Como era de se esperar, o Informador Commercial pronunciou-se sobre a revogação do contrato, afirmando que a solução para o problema da siderurgia seria a implantação da indústria pesada no País com capital exclusivamente brasileiro. Porém, lamentava: “parece que a nossa indústria pesada será criada pela intervenção de capitais americanos”.⁴²

A emancipação pelo aço

O tema da siderurgia não saía das páginas do jornal. Em 29 de setembro de 1939, o editorial exigia a definição de um plano para os problemas da exportação de minério e do desenvolvimento da siderurgia nacional. Dizia que teria sido definida a instalação de uma usina siderúrgica no Rio de Janeiro, o que implicaria a necessidade do reaparelhamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, que abasteceria o litoral com o minério de Minas Gerais, como, aliás, já era praticado. A despeito da localização fora do Estado do pólo siderúrgico a ser criado, louvava a iniciativa e destacava a importância da economia mineira para o que seria a emancipação econômica do País através da siderurgia.

O mais velho sonho acalentado pelo Brasil parece que vai se realizar. Os jornais nos informam que nesta nova fase do eternizado problema da grande siderurgia não é mais o sr. Percival Farquhar, mas a United States Steel Corporation, o pivô das negociações. (...) Talvez os mineiros não estejam satisfeitos com a notícia dos grandes fornos a serem instalados no Rio de Janeiro, mas é forçoso confessar que, do ponto de vista nacional, superpondo os interesses do Brasil aos

⁴² Idem. Belo Horizonte, 23 de janeiro de 1940, p. 3 e 5.

de Minas, essa é a solução mais acertada. (...) Vamos ter a Grande Siderurgia Nacional e com ela as indústrias básicas para a nossa defesa militar e econômica, propiciando um desenvolvimento interno cujos limites ficarão, apenas, condicionados à clarividência de nossos governos e ao esforço e inteligência do povo brasileiro. Minas será, assim, o eixo sobre o que girará a emancipação econômica do Brasil, para cuja história não tem sido das menores a nossa contribuição.

No plano nacional, aumentavam as pressões sobre o governo federal para a implantação de uma grande indústria siderúrgica. O próprio Exército, que criara sua Escola de Engenharia em 1930, insistia na necessidade de criação de uma siderúrgica capaz de garantir a soberania da nação, já que a produção da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira mostrava-se insuficiente.

A construção da usina siderúrgica de Volta Redonda foi anunciada em 1941. Embora frustradas com sua localização, as associações de classe mineiras deram seu inteiro apoio à iniciativa. Não foi diferente a reação do Informador Commercial, que noticiou:

A construção da usina siderúrgica de Volta Redonda concretizará uma das mais notáveis aspirações do Brasil. (...) Dos entendimentos efetuados com a United States Steel Products Corporation e o Export and Import Bank, de Washington, obteve o governo brasileiro as condições de garantias técnica e financeira para a efetivação de tão patriótica realização.

Demonstrava com isso colocar os interesses do País acima de interesses regionais, já que considerava representar a iniciativa a emancipação econômica do Brasil.⁴³

Os dados estatísticos da produção siderúrgica brasileira, publicados em 23 de fevereiro de 1942, demonstravam a constante expansão no ano de 1941, em comparação aos anos anteriores. Apontava o editorial que a indústria siderúrgica brasileira, ainda que modesta, fora das mais favorecidas pelas condições favoráveis criadas pela guerra; o momento era, portanto, favorável para que se pusesse em funcionamento os altos-fornos de Volta Redonda. E observava: “Vamos nos afastando da fase do agrarismo puro, para a industrialização que, para ser sólida, deve ter por base a produção de ferro e aço em ritmo crescente”.

Uma cidade industrial

Na virada da década de 1930, merece destaque a implantação de um parque industrial na capital mineira, também uma das reivindicações do já mencionado Congresso de 1935. No ano seguinte, a AC Minas retomava a proposta e participou de uma comissão

⁴³ Idem. Belo Horizonte, 22 de abril de 1941, p. 1.

de estudos da qual resultou o decreto nº 770, de 20 de março de 1941, pelo qual o governo mineiro declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de aproximadamente 770 hectares, na localidade de Ferrugem, a 9 Km do perímetro urbano de Belo Horizonte, para a instalação do Parque Industrial, conhecido mais tarde como Cidade Industrial Juventino Dias.

Justo Pinheiro da Fonseca relatou as idéias sustentadas pelo grupo ligado às questões do desenvolvimento do Estado que justificavam a necessidade de criação de uma cidade industrial:

Minas tinha um problema: tinha uma economia centrífuga; ela se esfacelava com pólos de atração periféricos. Era o Triângulo Mineiro, era a Zona da Mata, era todo o sul de Minas, vivendo de outros pólos de atração que não o centro de Minas, que era Belo Horizonte. A idéia de criação da Cidade Industrial era transformar uma economia centrífuga em uma economia centrípeta, em que o pólo atraísse. A Cidade Industrial de Contagem foi feita com esse espírito, de vir dar consistência à economia mineira.⁴⁴

A escolha do local, como observado por, entre outros, Clélio Campolina Diniz, obedeceu à necessidade tanto de estar fora do núcleo urbano de Belo Horizonte, quanto de fugir da área de concessão da Companhia Força e Luz de Minas Gerais, subsidiária da Bond and Share, com deficiente fornecimento de energia e tarifas elevadas. Em depoimento de 1993, José Costa mencionou esse aspecto e citou a criação da Cidade Industrial como a grande realização do governo Benedito Valadares.

A par da criação de infra-estrutura, o poder público realizou uma agressiva política de atração de indústrias, mas sem muitos resultados imediatos. A primeira indústria importante que decidiu instalar-se ali foi a Companhia de Cimento Portland Itaú, com capital de 20.000 contos e capacidade de 200 t/dia.

O editorial de 20 de março de 1941 divulgava dados relativos ao desenvolvimento econômico de Minas Gerais, salientando a importância que teria a planejada instalação de um parque industrial no Estado:

“A próxima instalação de nosso parque industrial possibilitando maior aproveitamento e transformação de nossas matérias-primas, será mais um fator decisivo de prosperidade para a vida mineira e, conseqüentemente, mais um grande impulso à economia nacional”.

⁴⁴ Justo Pinheiro da Fonseca, neto de João Pinheiro da Silva e genro de Américo René Giannetti, fez parte da liderança das classes produtoras naqueles tempos. Entrevista concedida a Lígia Maria Leite Pereira para o Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da FAFICH/UFMG. São Paulo, maio/1990.

Em 1946, foi construída, pelo governo do Estado, a Usina de Gafanhoto, que possibilitou a implantação da Cidade Industrial de Contagem e seria o embrião da Cemig, à qual seria transferida em 1952. O desenvolvimento efetivo do Parque Industrial, porém, só iria se efetivar no início dos anos de 1950, com a criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), mas constituiu, sem dúvida, a maior realização do governo Benedito Valadares, sob a liderança do secretário de Agricultura do Estado, Israel Pinheiro da Silva.

Os difíceis (e oportunos) anos da guerra

Os anos da Segunda Grande Guerra não foram nada fáceis para a economia nacional, com os constantes racionamentos de gasolina e outros produtos. Mas a guerra, como se sabe, não trouxe apenas prejuízos, já que as dificuldades de importação constituíram poderosa alavanca para a indústria nacional substitutiva de importações. Assim é que, a par do estímulo à produção local de produtos de primeira necessidade, alguns importantes projetos na área de mineração e metalurgia foram definidos para Minas no início dos anos de 1940.

O editorial do *Informador Commercial* de 21 de junho de 1940 apontava que, em período de guerra, o desenvolvimento da siderurgia brasileira se relacionava à segurança nacional. Apresentava dados sobre a produção siderúrgica da Belgo-Mineira, em João Monlevade que, apesar de meritória, era ainda ínfima em comparação com a produção siderúrgica de outros países e com o potencial brasileiro, e dizia: a guerra viera demonstrar o perigo das usinas siderúrgicas localizadas no litoral, bem como fábricas de avião, de munições e o centro político-administrativo num País da amplitude do Brasil.

BH e a campanha contra a Força e Luz

Mesmo às voltas com as grandes questões do desenvolvimento nacional e mineiro, o *Informador Commercial* não se descuidava dos problemas que assolavam a capital mineira. Em 16 de janeiro de 1936, comparava o crescimento da cidade de São Paulo com o de Belo Horizonte, mostrando que, se fosse empreendida uma sábia política de industrialização, aumentando a capacidade de suprimento de força motriz à cidade, dotando-a de energia barata, dotando o Estado de um sistema de transportes eficiente, ampliando o seu sistema bancário, “poderemos daqui a 25 anos atingir o progresso que São Paulo atingiu desde a sua fundação até 1920, e em melhores condições de vida”.

Em 7 de maio de 1941 o editorial do *Informador Commercial* abordava o problema da alta artificial de preços, devido à estocagem praticada por comerciantes de gêneros “de primeira necessidade”. Mas não era esse o principal alvo da matéria; comparava, em seguida, essa prática com a situação do fornecimento de energia e transportes elétricos em Belo Horizonte. Era apenas o começo de uma longa ofensiva, sem tréguas, que o Infor-

mador *Commercial* iria disparar contra a Cia. Força e Luz, responsável pelo fornecimento de energia elétrica à capital. Dizia que a referida Companhia remetia aos EUA 47% de seus lucros, enquanto praticava preços elevados sem oferecer serviços de qualidade à cidade.

Há muito que o belo-horizontino vem sendo explorado por todos os meios e modos pela concessionária dos serviços de força, luz e transportes em nossa capital (...) é justo que se olhe e ‘ampare’ os negócios destes negociastas, fazendo que os mil contos que daqui saem por mês se revertam em nosso próprio benefício, isto é, aumentando pelo menos, no momento, o número de bondes.

Pouco depois voltava a atacar a Cia. Força e Luz dizendo, referindo-se à instalação da Cidade Industrial em Contagem, que aquela companhia iria continuar a atrasar o desenvolvimento das potencialidades industriais da capital mineira, enquanto sua atuação não fosse revista: “Estará a Companhia Força e Luz de Minas Gerais em condições de satisfazer o crescimento de Belo Horizonte e as necessidades de seus habitantes? Até agora não está e não tem cogitado de resolver esse problema. E o governo do Estado precisa obrigá-la a que o ataque decididamente, antes que o mesmo se torne asfixiante para Belo Horizonte”.⁴⁵

Problemas da guerra

Em 1942, os submarinos alemães passaram a dificultar o fornecimento de petróleo dos EUA e da Venezuela para o Brasil, o que obrigou o governo federal a decretar o racionamento de gasolina no País. Nesse cenário, o editorial de 28 de abril daquele ano vinha oferecer uma contribuição inovadora para minimizar os efeitos negativos daquela política. Considerava a possibilidade da utilização do “gás pobre”, o gasogênio, produzido a partir da queima de carvão vegetal, como uma alternativa viável, demonstrando o sucesso de seu uso na Itália e por iniciativas privadas no Brasil, como a da Light, no Rio de Janeiro. Sugeriu a criação de uma política pública para o estímulo da substituição da gasolina pelo gasogênio, por meio da premiação, pela Prefeitura, das frotas particulares que assim procedessem: “De grande alcance seria sem dúvida aquela medida, que viria contribuir para a manutenção normal de nossos meios de transportes e o nosso ouro não se evaporaria com a gasolina”.

A necessidade de substituição da gasolina pelo gasogênio, em virtude do racionamento provocado pela guerra, se tornou cada vez mais premente ao longo daquele ano. E como não podia deixar de ser, foi tema recorrente nas páginas do *Informador Commercial*. Em 3 de junho, o editorial mencionava os esforços da Comissão Nacional de Gasogênio do governo federal para a ampliação do uso do combustível alternativo no País e o sucesso que a Light no Rio de Janeiro obtivera economicamente, ao implantar gradual-

⁴⁵ INFORMADOR COMMERCIAL. Belo Horizonte, 12 de maio de 1941, pp. 1.

mente a utilização do gasogênio em sua frota.

O editorial de 18 de outubro de 1942 reproduzia uma série de propostas levantadas pelo Serviço de Informações Econômicas da UVMG visando fomentar a produção do álcool combustível e facilitar sua adoção pelos consumidores. Ao encerrar, observou: “Como se vê a solução do problema não é fácil, mas acredita a União dos Varejistas que será resolvido desde que para isto se interessem governo e particulares no mesmo objetivo elevado de conseguirem a emancipação econômica do Brasil”.

A siderúrgica de Volta Redonda

O discurso do presidente Getúlio Vargas na inauguração da CSN, em Volta Redonda, foi comentado por Osório da Rocha Diniz em 27 de maio de 1943. Afirmava que a localização da primeira grande usina siderúrgica brasileira fora acertada, posto se beneficiar de desenvolvida infra-estrutura e estratégica posição geográfica. Para aqueles que ainda julgavam que a usina deveria ter sido instalada em Minas, mandava um recado: a instalação de uma usina daquele porte em Minas Gerais seria economicamente inviável naquele momento e retardada pela necessária infra-estrutura ainda por ser desenvolvida.

Volta Redonda colocada entre as duas maiores cidades do Brasil, que assim constituem seus melhores mercados, em centro dotado com as melhores vias de comunicações do País, tanto ferroviárias como rodoviárias; próxima de um porto servido por estrada de ferro eletrificada, nas cercanias de uma das maiores usinas hidroelétricas já instaladas no País, podendo receber o carvão do sul ou do exterior (...) é realmente o ponto ideal para a nossa primeira usina siderúrgica, de importância, a funcionar sem o uso do carvão de madeira, redutor propriamente para a pequena siderurgia. (...) Minas que já iniciou a pequena siderurgia (...) não tem direito de criticar o que está certo e virá beneficiar a todo o Brasil.

A importância da usina siderúrgica de Volta Redonda, como representando a emancipação econômica do Brasil, foi reiterada em 2 de junho de 1943. Porém, isso não significou o abandono do sonho de ver uma grande siderúrgica no Estado. Advertia o Informador Commercial que seria necessário complementar a solução do problema levando os minérios de Minas Gerais para uma nova usina siderúrgica, que deveria ser construída próxima às coqueiras ou jazidas carboníferas do Estado. Com esta usina “estariamos em condições de suprir a Argentina, o Uruguai e o Paraguai no futuro próximo”.

Por essa época, a precária infra-estrutura brasileira foi tema da coluna “Panorama Nacional”. A guerra estava expondo os problemas da produção, das vias de comunicações, da navegabilidade dos rios, como o São Francisco, da ligação por fora da orla marítima,

do norte ao sul do País, o abastecimento dos centros litorâneos, mais povoados do que o interior, que de um dia para outro saltaram para o plano das realidades mais prementes na vida nacional. “Produzir muito, produzir mais, produzir melhor, construir vias de comunicações, aparelhar hospitais e manter e espírito sempre alerta contra todas as propagandas insidiosas é o que nos cumpre fazer pelo Brasil, e para a vitória”.⁴⁶

O título do editorial da edição de 3 de janeiro de 1944, “Perspectivas risonhas para 1944”, dizia, por si só, do entusiasmo com que o Informador Commercial começava aquele ano. Esse otimismo se devia, em grande medida, ao aumento da produção provocado pela Segunda Guerra Mundial. No editorial, foram avaliados os progressos das diversas atividades econômicas mineiras, nos mais variados campos e regiões.

Tudo indica que o ano que agora se inicia será, para as atividades de Minas Gerais, um ano de prosperidade marcada, de trabalho produtivo, de progresso vertiginoso, de lucros verdadeiramente inigualáveis, em qualquer época anterior. A guerra estimulou, de maneira intensa, as atividades mineradoras que há muito estavam adormecidas, em nosso Estado. Não obstante a nossa ânsia de progresso e o queremos sempre e cada vez mais intenso, muito ainda teremos que realizar no ano que se inicia. Está em construção a nossa cidade industrial, onde uma fábrica de cimento em breve entrará em funcionamento. Em Lagoa Santa, centenas de aviões ainda serão construídos, antes que o conflito mundial entre em seu término. As nossas centrais elétricas estão a merecer a atenção dos poderes públicos e uma política previdente de utilização de nossos recursos hidroelétricos, a par da interligação de nossas redes e usinas supridoras de energia elétrica, em breve deverá ser uma realidade. (...) Produzindo mais e melhor, construindo mais estradas de rodagem e de ferro, industrializando a sua produção, educando os seus filhos para as árduas tarefas do após guerra, podemos olhar, tranqüilamente, para o dia de amanhã que não será pior que o dia de hoje.

Giannetti e o alumínio nacional

No núcleo do grupo inicial sintonizado com a nova ordem que se desenhava no pós-1930, nota-se a presença marcante de Américo René Giannetti, engenheiro formado pela Escola de Minas de Ouro Preto e ativo líder empresarial.⁴⁷

⁴⁶ Idem. Belo Horizonte, 19 de maio de 1943, p. 1.

⁴⁷ Américo René Giannetti esteve à frente de diversos empreendimentos industriais em Minas, foi um dos fundadores da Fiemg, a qual presidiu por duas vezes, da Confederação Nacional da Indústria e da SME, da qual também foi presidente, e ainda diretor da AC Minas. Na década de 1940, destacou-se na administração pública como Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais, durante o governo Milton Campos e, nos anos de 1950, foi eleito Prefeito de Belo Horizonte, cargo que ocupou de janeiro de 1951 a setembro de 1954 (faleceu no cargo).

Empenhado na implantação da indústria de base em Minas, em meados de 1934, Giannetti obteve autorização para pesquisar bauxita, pirita e minerais de ferro e manganês no Morro do Cruzeiro e em Saramenha, em terrenos da Prefeitura de Ouro Preto, por decreto assinado pela Secretaria de Agricultura. O Estado de Minas Gerais foi então autorizado, pelo chefe do Governo Provisório, a fazer ao mesmo industrial concessão de cachoeiras para fins de utilidade pública, com o fim de estabelecer indústria de interesse nacional. Em agosto do mesmo ano, foi constituída a sociedade anônima que iria montar, em Ouro Preto, uma fábrica de produtos químicos, a Eletro-Química Brasileira S.A. (Elquisa), sob a presidência de Américo Giannetti.

Em 27 de outubro de 1938, o Informador Commercial publicou uma nota sobre o estabelecimento de uma indústria de cimento em Minas Gerais, de propriedade de Américo René Giannetti, salientando que a iniciativa representava um incentivo à industrialização mineira. Não poupava elogios a Giannetti, destacando seu espírito empreendedor:

Homens da fibra do dr. Américo René Giannetti vêm procurando dotar o nosso Estado de indústrias novas, como a Eletro-Química Brasileira, em Ouro Preto, indústria destinada a explorar a fabricação de ácido sulfúrico e outros produtos. (...) Teremos em breve, em Ouro Preto, uma grande fábrica de cimento capaz de produzir 60 toneladas diárias. (...) Espera-se que em novembro de 1939 a fábrica esteja em franca produção, não só de cimento, como ainda de carbureto de cálcio, ferro-manganês, ferro-silício e ferro cromo.

Ao longo dos anos de 1940, posições de cunho nacionalista foram constantemente sustentadas no Informador Commercial, à medida que avançavam os debates sobre a industrialização do País e da região. Washington Albino confirmou em seu depoimento às autoras: “Tudo que havia dentro do nacionalismo nós entrávamos”.

De modo que, de grande significado para a economia do País e para o grupo que defendia a idéia do desenvolvimento da indústria de base com capitais nacionais, foi a inauguração, em 1945, da Eletro-Química S.A., destinada à produção de alumínio em larga escala, pois tratava-se da primeira indústria do produto no País. Giannetti foi alvo de inúmeras homenagens, especialmente de entidades ligadas à Engenharia e a atividades empresariais. Observou o Informador Commercial que a organização da indústria talvez só tenha sido possível devido à guerra, pois antes os trustes internacionais tornavam essa tarefa quase impossível. O jornal chamava a atenção para o fato de que quando as importações voltassem a crescer, o poder público tinha obrigação de colocar barreiras para a importação do produto fabricado pela empresa, a fim de permitir a concorrência do alumínio nacional com o importado.⁴⁸

A inauguração da fábrica de alumínio teve ampla cobertura no Informador Comercial,

⁴⁸ INFORMADOR COMERCIAL. Belo Horizonte, 12 de setembro de 1945 e 23 de outubro de 1945.

bem como as homenagens prestadas a Giannetti por entidades de classe, tais como a UVMG e a AC Minas. Mas já no mês seguinte, as notícias sobre a indústria já não eram tão auspiciosas. Uma nota dizia: a fábrica de alumínio de Saramenha “produto do idealismo e da ação do sr. Américo Giannetti, está na contingência de ser paralisada, pois não suporta o onerosíssimo serviço de juros”.⁴⁹

Os alertas sobre as ameaças que pairavam sobre a nova indústria não pararam aí. Em 23 de outubro daquele ano, uma matéria demonstrava a importância do alumínio no Brasil, mostrando que a queda de sua importação se dera porque antes da guerra “aparece um brasileiro progressista (o sr. Américo Giannetti) que achou de dar ao País autonomia nesse setor”. Mas a importação voltara a subir e o Brasil teria obrigação de colocar barreiras para a importação deste produto. E voltava a insistir: “É um caso típico de protecionismo justo. É um caso de legítima defesa. Urge, pois, que o governo crie tarifas capazes de permitir a concorrência do nosso alumínio com o importado. (...) O dever dos governos é defender os interesses dos respectivos países. O caso do alumínio é de interesse nacional. É, pois, obrigação do governo defendê-lo”.

O jornal não media esforços para salvar a Elquisa. No ano seguinte, publicou uma matéria que reconstituía as etapas percorridas por Giannetti até a implantação da fábrica de alumínio e denunciava o bloqueio que a indústria começava a sofrer por parte da concorrência estrangeira. Segue um trecho:

*Desonesto, absurdo é o bloqueio exercido, não sobre lucros, mas produções ou mesmo sobre possibilidades de produção de determinadas indústrias mineiras, exercido sob as vistas do governo, às vezes com conveniência dele, contra determinadas indústrias, determinados ramos de produção. Sabe-se que no Brasil muitas iniciativas, tendentes a encontrar rumos para a libertação econômica da nação, encontraram poderosas barreiras, erguidas ora por capitais americanos, ora por capitais ingleses e, outras vezes, pelos capitais do Comité Des Forges, francês e luxemburguês. Aí estão poços de petróleo fechados, indústrias extrativas suspensas de uma hora para outra, com os seus capitalizadores falidos, aí estão as indústrias metalúrgicas nacionais lutando com dificuldades extremas, aí estão os meios de transportes e de energia presos, por contratos lesivos, a capitais estrangeiros, puramente exploradores. Em agosto do mesmo ano (1946), Giannetti dirigiu-se ao Presidente da República, Eurico Dutra, em longo e documentado estudo, solicitando decisão no sentido de que a Eletro-Química fosse transformada em sociedade de economia mista. A solicitação obteve a recusa de Dutra, ficando a indústria sujeita a dificuldades crescentes.*⁵⁰

⁴⁹ Idem. Belo Horizonte, 5 de outubro de 1945, p. 1.

⁵⁰ Idem. Belo Horizonte, 18 de abril de 1946, pp. 1 e 4.

O assunto voltou à pauta em 23 de setembro daquele ano, a propósito de telegrama enviado pela AC Minas ao presidente da República, solicitando amparo à fábrica de alumínio. Uma semana mais tarde, uma nota informava que a AC Minas recebera telegrama do então interventor em Minas Gerais, Júlio Ferreira de Carvalho, no qual este assegurava que seriam tomadas as medidas necessárias ao apoio à fábrica.⁵¹

A luta pela preservação da Eletro-Química se arrastou ainda ao longo do ano seguinte. Até que o governo brasileiro deu o tiro de misericórdia na empresa, ao autorizar o funcionamento da Aluminum Import Corporation no Brasil, noticiada em 23 de novembro de 1947. Em face da concorrência do produto estrangeiro, a empresa começou a percorrer o difícil caminho dos empréstimos bancários em curto prazo, na tentativa de evitar o colapso de suas atividades. A despeito de toda a luta empreendida para preservar a fábrica de Ouro Preto, em 6 de junho de 1950, o Banco do Brasil transferiu à Aluminum Limited, estabelecida em Montreal, Canadá, todos os direitos da Eletro-Química Brasileira S.A. O relatório da Comissão de Inquérito do Banco do Brasil, instalada em 1951, assinado por José Aparecido de Oliveira, registrou em um dos trechos:

Desse modo, alinhando argumentos de ordem secundária, numa in-torsa e melancólica visão dos fatos econômicos, o governo do general Dutra praticou obra impatriótica e de inconsciente sabotagem a uma indústria diretamente ligada aos interesses da própria segurança nacional.⁵²

Nova ofensiva à Força e Luz

Nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, a insatisfação da população com o fornecimento de energia e transporte elétricos em Belo Horizonte, pela Cia. Força e Luz, caro e precário, aumentou consideravelmente. De maneira que a campanha contra a companhia voltou com força às páginas do Informador Comercial e tornou-se um de seus alvos prediletos dali para frente.

O editorial de 22 de setembro de 1944 protestava contra recente circular da companhia que solicitava aos consumidores que moderassem seu consumo de energia elétrica. Mencionava a atuação deficiente da empresa na cidade e seus preços elevados e defendia a abolição da cobrança de uma "Taxa Mínima", se era fato que ela precisava racionalizar o fornecimento de energia elétrica:

A Companhia Força e Luz que nos abastece não deseja mais cumprir as cláusulas contratuais. E, no seu descumprimento, não usa mais subterfúgios.

⁵¹ Idem. Belo Horizonte, 30 de setembro de 1946, p. 7.

⁵² OLIVEIRA, José Aparecido de. Inquérito do Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 1953, p. 121 e 122.

Age agora pela ação direta. Que é senão a ação direta, essa última circular endereçada aos consumidores e datada de 15 do corrente? (...) Já ela fala em "racionamento" com a mesma sem-cerimônia com que abrimos ou fechamos a porta da nossa casa. Ora, por que então essa patriótica Companhia não desobriga os seus consumidores da rígida Taxa Mínima, para cobrar unicamente o gasto real? Esse, sim, seria o seu louvável propósito se ela tivesse em vista o bem do consumidor. No entanto, só se lembra do desgraçado nos momentos de exigir-lhe restrições. Já de restrições, anda ele repleto até à goela.

A crítica ao fornecimento de energia elétrica em Belo Horizonte continuou na edição seguinte. Desta vez, assinalava a necessária reorganização técnica e estrutural daquele serviço como indispensável para o desenvolvimento industrial da cidade e, com muita ironia, referia-se ao "sr. Kilowatt", personagem que ainda iria freqüentar as páginas do Informador Comercial por um bom tempo:

E a concessionária vai aceitando contratos de compra de energia, sabendo que sua carga máxima só responderá por 11.000 Kws durante as prolongadas estiagens, como é o caso presente e como foi o caso de 1942. A feliz companhia concessionária vive dependurada no barômetro. A pressão barométrica é o seu volante. Mais ou menos chuva... Daí depende a propaganda. Ora, é o amigo, o sr. Kilowatt que nos aparece em profusão pela imprensa rogando-nos com a sua simpática benevolência que gastemos energia elétrica; que sem energia elétrica não há progresso; que sem energia elétrica não há higiene e que até sem energia elétrica não há moral... (...) Realmente, não sabemos a quem atender. Se ao sr. Kilowatt, naquilo que nos pedia há bem pouco ainda, por certo, haveremos de ferir os respeitáveis interesses dos seus patrões. Se aos patrões do amigo e sr. Kilowatt tememos de desagradar a imensa cortesia com que ele, sr. Kilowatt, nos pedia para que o utilizássemos a toda a hora".⁵³

Ainda na mesma edição, o jornal protestava contra a pressão que a Cia. Força e Luz vinha fazendo, através da Fiemg, para a redução do consumo de energia elétrica pelas indústrias, afetando diretamente o desenvolvimento industrial do Estado de Minas Gerais. E não hesitou em denunciar a atitude da entidade no episódio:

A Federação das Indústrias está sendo porta-voz, junto aos seus associados, do apelo que a Cia. Força e Luz de Minas Gerais acaba de fazer ao público, as indústrias e ao comércio para gastar menos luz e força, em virtude das

⁵³ INFORMADOR COMERCIAL. Belo Horizonte, 23 de setembro de 1944, p. 1.

suas dificuldades. No momento em que as nossas indústrias precisam produzir cada vez mais, vem a defensora dos seus interesses pedir para que as nossas indústrias diminuam o seu ritmo de trabalho.

A implacável oposição do Informador Commercial à Força e Luz prosseguia, ocupando espaço em muitas outras edições naquela conjuntura. No editorial de 28 de setembro, foi reiterada a ilegalidade das multas cobradas pela Força e Luz e do não-cumprimento das cláusulas contratuais de sua concessão pública. Afirmando ser aquele “um caso velho e doloroso”, lembrou que já em 1933 uma “forte corrente” se levantava contra a Companhia, tendo sido o assunto suscitado longos debates no Conselho Deliberativo do Município e na Câmara Estadual, onde o contrato sofrera as mais justas e severas críticas até mesmo sobre sua legalidade. Entretanto, nada disso fora suficiente. “Continuamos a sofrer pelo descaso da Companhia que felizmente nos ilumina”.

Dois dias depois o Informador Commercial comentava a ida de Mário Werneck de Alencar Lima, diretor da Força e Luz, a uma reunião semanal da UVMG, com o intuito de solicitar à entidade o apoio ao racionamento solicitado. O diretor teria sido bem-sucedido, dizia o editorial, o que representaria o abandono, por parte da entidade, de uma trajetória histórica de defesa intransigente do desenvolvimento econômico do Estado de Minas e de sua capital e dos interesses públicos. E lamentava que até Osório da Rocha Diniz tivesse se deixado convencer, aderindo à campanha pelo racionamento:

Até esse velho ‘maquis’⁵⁴ das franquias coletivas, homem ardoroso no combate, firme nos seus pontos de vista, porque cimentados na altura da inteligência e na limpidez do senso, autor de grandes livros cheios de diretrizes para o pensamento nacional – até Osório da Rocha Diniz numa palavra – baqueou com a invencível presença do diretor da Companhia que felizmente ainda nos ilumina e considerou longamente o fato consumado para dar sua valiosa palavra de adesão. Ele, o destemido presidente da União dos Varejistas em 1942, que redigiu um notável memorial dirigido a uma outra entidade de classe que havia imediatamente hipotecado sua solidariedade aos destemperos que a Força e Luz vem cometendo contra o público da capital.⁵⁵

Em 1º de outubro de 1944, o Informador Commercial divulgava a suspensão, pela Força e Luz, da “taxa mínima” enquanto durasse a estiagem e o conseqüente racionamento de energia. Em resposta, o Informador Commercial defendeu a abolição perma-

⁵⁴ Os maquis foram grupos franceses de resistência à ocupação alemã, durante a Segunda Guerra Mundial, que se escondiam em regiões pouco habitadas.

⁵⁵ INFORMADOR COMERCIAL. Belo Horizonte, 30 de setembro de 1944, p. 1.

nente da taxa: “A taxa mínima deve ser abolida de uma vez para sempre em Belo Horizonte, porque ela não tem mais razão de ser”. Encerrado o período de estiagem que legitimava o racionamento, em 21 de outubro daquele ano o Informador Commercial voltou a discutir a atuação da Cia. Força e Luz. O editorial comentava o início da contagem, pela Companhia, do número de pontos de consumo de energia elétrica dentro de cada propriedade particular e sustentava que tal atitude permitiria antever que em pouco tempo ela reajustaria seus preços para compensar as perdas advindas da suspensão da Taxa Mínima:

E as chuvas chegaram...

Não é título de romance nem de fita de cinema. É a realidade. Vimos a chuva e ela promete cair em abundância. Isso quer dizer que já está mudando o espírito da Companhia que nos transporta e nos ilumina. A seca inclemente, que tantos males causou à lavoura em nosso Estado, só não prejudicará a simpática amiga do consumidor, pois, quando as fivelas lhe apertam, ela sai com aquele dolce stil nuovo das circulares melífluas. E o público geme.

(...) Para quê este trabalho de ir ao nosso lar, devassar o recesso da nossa habitação e contar os pendentes? À toa não será, nossos caros leitores! (...) Está visível o seu intuito: a emergência, ela irá reivindicar a renda perdida com o seu gesto, majorando, isto é, mudando, de uma para outra classe, os mínimos atuais, reajustando-os à “realidade”, ou seja, em função do número de pendentes: das geladeiras, fogareiros, rádios, ferros elétricos, etc.

Em 5 de dezembro de 1944, o Informador Commercial denunciava mais uma prática ilegal da Força e Luz. Tendo em vista a escassez de papel-moeda circulante em Belo Horizonte, ela passara a devolver como troco nos bondes elétricos os passes de transporte, que não tinham valor algum senão para uso exclusivo nos bondes:

Mas, à boca pequena, dizem que o níquel está nos escritórios da Companhia que felizmente nos transporta e nos ilumina. (...) Mas que há falta, há. Aproveita, então, a nossa prezada colaboradora (Cia. Força e Luz) para ir emitindo o seu dinheirinho sossegadamente, tal como se fosse ela o conspícuo Tesouro da Nação ou o muito honrado Banco do Brasil, na sua função de emissor. (...) É claro que a Cia. que felizmente nos transporta e nos ilumina tem aquele papelzinho como dinheiro. Mas há, evidentemente, um pequeno equívoco da parte dela. (...) Porque, nossos caros leitores, não podemos sair com os passes e tomar um café ou comprar uns cigarros. O dono do bar ou da tabacaria não reconhece na Força e Luz nenhuma prerrogativa para emitir.

A campanha contra a Força e Luz voltou às páginas do Informador Comercial em 15 de março de 1945. O editorial comentava o protesto enviado à companhia pela Fiemg, exigindo melhor fornecimento de energia elétrica ao setor industrial de Belo Horizonte. Em tom crítico, a matéria avivava a memória dos leitores dizendo que em outras ocasiões a entidade consentira com o descaso da Força e Luz pelas necessidades públicas, dividindo opiniões e as associações de classe.

Nunca tivemos todos unidos diante da hidra. Sem união, não há campanha eficaz. A simpática Força e Luz tem um único objetivo: ludibriar o público, jamais cumprir o contrato, receber bons rendimentos, dar bons dividendos. (...) A Companhia Força e Luz não deve encontrar mais apoio na ilustre agremiação dos industriais, seus melhores clientes. (...) E sua admirável habilidade conquista cúmplices no momento preciso. Quando chegar a canícula, mandará um ofício e uma circular à Federação das Indústrias e ela aderirá...

“Força e luz para o nosso progresso”. Com esse título, em 24 de setembro de 1947, o Informador Comercial anunciava que o deputado da UDN Simão Viana da Cunha pediria a revisão de contrato com a Cia. Força e Luz. Como era de se prever, o jornal deu inteiro apoio à iniciativa, argumentando que o comércio e a indústria eram os mais prejudicados com os serviços daquela companhia. “Por isso, a atitude do sr. Simão Viana da Cunha há de encontrar o respeito e o apoio de todo o comércio que espera que outros deputados secundem o jovem representante udenista.”

O protesto do jornal em relação ao abastecimento de energia em Belo Horizonte ainda iria durar muito tempo. Basta dizer, a título de exemplo, que em 9 de maio de 1958 dizia que o povo clamava por uma medida rápida do governo para que a energia não fosse cortada e a população se revoltasse. “Para que tudo permaneça em calma, é urgente e imprescindível uma providência energética no sentido de ser suspenso o *black-out* que pesa sobre a *urbs*”. A postura do governo foi alvo de duras críticas, por não tomar providências e deixar a situação se agravar. Concluiu o artigo: “A situação não é grave. É gravíssima”.

O álcool novamente em pauta

A produção de álcool combustível no País, que se encontrava penalizado pela dificuldade de importação do petróleo de que necessitava, veio novamente à tona na conjuntura do final da Segunda Guerra. Argumentava o Informador Comercial que mesmo países que dispunham de desenvolvida produção petrolífera tinham a precaução de garantir a produção de combustível alternativo, enquanto no Brasil, o Instituto do Açúcar e do

Álcool limitava deliberadamente a produção de álcool combustível, apostando na produção nacional de petróleo, ainda muito pouco desenvolvida:

A nossa produção petroleira ainda é embrionária e só existe a ignorância dos ‘técnicos’ que assim decidiram, a vaidade de muitos, os interesses inconfessáveis de alguns e a realidade do encarecimento da vida por falta de transportes que uma produção irrestrita e abundante do álcool-carburante nos teria fornecido, mas que a miopia do Instituto do Açúcar e do Álcool não consegue enxergar...⁵⁶

Classes conservadoras X classe revolucionária

A nova realidade que se configurou ao término da Segunda Guerra colocou em cena novos problemas e novas questões. Aos poucos, foi se desenhando um novo modelo de desenvolvimento para o País que, embora só viesse a adquirir consistência no decênio subsequente, teve alguns de seus pontos em pauta já naquela conjuntura. Um deles, que era a principal tese do projeto nacional-desenvolvimentista, sustentava que a sociedade brasileira encontrava-se dividida em dois blocos: de um lado, os grupos interessados em promover o desenvolvimento econômico em bases nacionais, dos quais faziam parte a burguesia industrial e a classe trabalhadora, e, de outro, os grupos interessados em manter o *status quo* que incluíam principalmente os setores ligados à agricultura.⁵⁷ É interessante notar que esse projeto contaria com o apoio da esquerda brasileira, que iria defender uma aliança entre trabalhadores, setores de classe média, estudantes, intelectuais e, sobretudo, setores da burguesia industrial.

Em 6 de abril de 1945, o Informador Comercial dizia que a Conferência de Teresópolis seria o momento em que as classes produtoras iriam se fazer ouvidas pelo Brasil e mais: assinalava uma ruptura com o papel político das classes produtoras no passado, à medida que afirmava não mais poderem ser designadas como “conservadoras”; ao contrário, deveriam assumir um papel “revolucionário”. Eis a argumentação apresentada:

Hoje, essa classe já não é mais a corporação feudal designada pelo antipático adjetivo “conservadora”. A classe conservadora já não existe mais. Os que se obstinam em denominá-la assim são os reacionários e os retrógrados. E não há classe mais evoluída, mais revolucionária do que a dos produtores. To-

⁵⁶ Idem. Belo Horizonte, 19 de outubro de 1944, p. 1.

⁵⁷ Esse projeto seria sistematizado mais tarde, pelo Grupo Itatiaia, formado em 1952 por intelectuais, sociólogos e economistas, com o objetivo de formular uma nova teoria para o desenvolvimento do País com base na doutrina nacionalista. Esse grupo fundou, em 1955, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, principal sustentáculo da política econômica de governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira na presidência da República.

dos estão ébrios de progresso, de rejuvenescimento, de atmosfera respirável, de níveis altos de vida. Enfim, cheios de todos os pensamentos que outrora eram o apanágio dos revolucionários e que são agora a bandeira dessa classe. E na reunião de Teresópolis, todos esses pontos serão debatidos livre e democraticamente pelas classes produtoras.

A mobilização para a Conferência de Teresópolis era tema privilegiado nas páginas do Informador Comercial e, à medida que o encontro se aproximava, as classes produtoras mineiras aceleravam os preparativos para sua participação.⁵⁸ Em 26 de abril, foi divulgada a relação das associações de classe do Estado que enviariam delegados a Teresópolis. Dizia o jornal que a UVMG seria representada por uma delegação composta por Osório da Rocha Diniz e José Costa e informava os posicionamentos que a entidade defenderia no conclave.

Os resultados da Conferência começaram a ser divulgados em 8 de maio. Assinado por Vivaldi Moreira, o editorial, redigido ainda em Teresópolis, tinha como foco a organização dos debates e o papel desempenhado pela delegação mineira, chefiada por Paulo Gontijo, presidente da AC Minas. O discurso de Daudt de Oliveira na abertura do evento causara a melhor das impressões no autor, para quem teve ele “oportunidade de demonstrar seu alto espírito público, sua notável compreensão dos mais graves problemas do Brasil”. Demonstrara também a necessidade do “congruamento do capital e do trabalho para a elevação do Brasil à categoria por todos nós almejada de potência de primeira grandeza. Não no antigo sentido imperialista, mas no sentido de potência econômica, com sua vida interna organizada, eficiente, produtiva, harmoniosa”.⁵⁹

Um dos pontos destacados por Moreira foi a divisão de opiniões entre os conferencistas sobre a extensão da intervenção do Estado no planejamento da economia. As posições se dividiam entre aqueles que consideravam a intervenção do Estado indispensável para o planejamento econômico do País e os que a rejeitavam inteiramente, fosse por defenderem os princípios do liberalismo econômico clássico, fosse por considerarem a intervenção econômica do Estado incongruente com um regime político democrático. Como de hábito, o Informador Comercial não deixou dúvida quanto a sua posição: “Queremos o intervencionismo orientador e supletivo.”

O segundo artigo de Vivaldi Moreira sobre a Conferência foi publicado em 10 de maio. Abordava novamente a divergência entre os defensores do planejamento econômico, em favor da intervenção do Estado, e os adeptos do liberalismo econômico radical. Criticava a falta de visão de muitos dos participantes sobre as necessidades e possibilidades de um planejamento econômico nacional e lamentava o particularismo regionalista presente em

⁵⁸ A Conferência de Teresópolis realizou-se de 30 de abril a 5 de maio de 1945.

⁵⁹ João Daudt de Oliveira foi presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro – 1942-1951. Em dezembro de 1945, elegeu-se presidente da Confederação Nacional do Comércio, criada em setembro daquele ano.

vários debates e as propostas reacionárias que se difundiam pelas seções. Ao concluir, deixou clara, mais uma vez, a posição da delegação mineira: “Acreditamos, porém, que democracia econômica não colide com o planejamento. A democracia puramente política, sim. Porque a democracia política coloca a liberdade acima de todos os bens. Mas não a democracia econômica, que aspira a elevação de todos os elementos sociais”. Vale notar que esse debate antecipava a intensa controvérsia em torno da estratégia a ser adotada para o desenvolvimento que iria marcar o País nos anos de 1950, na qual se confrontavam concepções distintas do papel do Estado, do capital privado nacional e do capital estrangeiro.

Osório da Rocha Diniz se reportou aos debates ocorridos na Conferência de Teresópolis e não conteve seu entusiasmo diante dos resultados:

*Com o “Planejamento geral” de sua economia votado unanimemente por mais de quinhentos representantes autênticos das forças vivas da nacionalidade, já sabemos que o nosso crescer não mais se fará aos saltos, ao léu da sorte, ao sabor de capacidades ou incapacidades detentoras do poder, mas seguirá um ritmo pré-traçado, obedecerá uma orientação técnica, definida, progressista, realista e humana. (...) Uma nova era de progresso e de vida intensa foi declarada ali. A transição do Brasil de País agrário para nação industrial ficou, indelevelmente, assinada nas discussões travadas no recinto do Hotel Higino. (...) Vimos, ali, que as nossas fronteiras políticas vão ser ajustadas pela dilatação planejada de nossas fronteiras econômicas. (...) continuamos a sonhar o Brasil sempre grandioso e eterno, mas já agora, vemos tudo isso dentro de um sentido novo, humano, realista e progressista.*⁶⁰

A atuação da delegação mineira na Conferência foi notícia ainda nas edições de 18 e 19 de maio. Nesta última, foram enfocadas as atuações de Osório Diniz e de José Costa nos debates. Enquanto o primeiro se dedicara aos temas do planejamento econômico, fortalecimento do mercado interno e desenvolvimento econômico do Brasil, José Costa discutira as relações de trabalho e as organizações sindicais, além de buscar resguardar os interesses dos comerciantes varejistas. Em suma, Osório Diniz combatera os institutos autárquicos, fizera declaração de voto contra o intervencionismo do Estado fora do planejamento, condenara as falsas cooperativas e outras organizações artificiais que guerreavam deslealmente o comércio varejista; votara pela defesa do mercado. Atuando junto à Comissão de Política Social e Trabalhista, José Costa defendera a autonomia e liberdade dos sindicatos e atacara duramente o imposto sindical e, mais acentuadamente ainda, o “Fundo Sindical” então vigente.

⁶⁰ INFORMADOR COMERCIAL. Belo Horizonte, 16 de maio de 1945, pp. 1 e 3.

O significado para o País da Carta elaborada na Conferência de Teresópolis, cuja publicação era aguardada com ansiedade, foi destacado em 21 de maio. Mas, advertia o Informador Comercial:

Julgamos, porém, necessário para a consecução dos alvitre da Carta de Teresópolis, que as classes produtoras do Brasil se congreguem num organismo mais forte ainda, numa espécie de frente única nacional, com capacidade de ingerência nos negócios públicos. Só assim poderíamos conseguir pôr em prática o mais patriótico e mais objetivo corpo de idéias até hoje elaborado no Brasil, para bem do Brasil.

A edição de 5 de julho de 1945 trazia matéria assinada por José Costa, o que não era comum, com o título “Diante da Realidade”, onde discutia o decreto-lei 7.666, que visava o fim dos trustes no Brasil. Defendia os objetivos do decreto, mas considerava que ele ainda necessitava de revisões. Eis um trecho:

O capital colonizador só deseja bons juro e não almeja a industrialização do Brasil. (...) Cremos que a lei ‘antitrustes’ visou a defesa do capital honesto e produtor contra o capital parasitário (...). É claro que a exploração tendenciosa maculou logo a citada lei de confisco puro e simples. Mas só proferem tais palavras os implicados nos processos que a lei veda e atinge.⁶¹

Câmbio livre?

“Livrecambismo”. Esse título abria o editorial em que era discutido o dilema em que se debatia a economia brasileira naqueles tempos: ao mesmo tempo preservar a ainda frágil industrialização brasileira, mas sem fechar os mercados aos capitais e mercadorias estrangeiras dos quais o mercado brasileiro necessitava. Era preciso encontrar uma fórmula que criasse uma concordância entre os dois interesses, igualmente importantes, o de abastecimento do mercado interno e a proteção das jovens indústrias. “Não podemos entregar nossa pátria à voracidade dos grandes produtores do estrangeiro. Não podemos, por outro lado, trancar as portas do Brasil e impedir a entrada de capitais estrangeiros que desejam explorar, em identidade de condições, as reservas minerais de nosso querido Brasil”.⁶²

As questões ligadas à proteção da indústria nacional sempre tinham espaço privilegiado no jornal. Na edição de 9 de maio de 1947, por exemplo, foi comentada a medida tomada pelo presidente Eurico Dutra para proteger a indústria nacional de tecidos com a

⁶¹ Idem, idem, 5 de julho de 1945, pp. 1 e 3.

⁶² Idem, idem. 27 de dezembro de 1946, p. 1.

permissão de exportação do *rayon*, contra o *dumping* norte-americano. De acordo com o jornal, Dutra estaria bem intencionado, mas vinha sofrendo pressão, agravando a situação dos tecidos, já que os monopólios americanos insistiam em exportar produtos para o Brasil, asfixiando a indústria nacional. “O presidente Dutra já tem revelado a sua compreensão para o problema e se tem mostrado um patriota resolvido a defender o verdadeiro interesse do Brasil”.

Planejamento

Os debates sobre a natureza da intervenção do Estado na economia haviam adquirido ainda maior relevância no imediato pós-guerra, agora sob a forma de planejamento. Em fevereiro de 1946, por exemplo, o engenheiro Lucas Lopes pronunciou conferência sobre “Planejamento Industrial de Minas Gerais”, que viria a ser tema da coluna de Osório da Rocha Diniz. Dizia ele que a exposição de Lucas Lopes demonstrara o caminho do desenvolvimento de Minas Gerais, com o aproveitamento intenso de suas reservas de energia elétrica e a industrialização das matérias-primas de seu território. Ressaltava que no Brasil todo planejamento econômico visando o desenvolvimento industrial sofria sempre a resistência de interesses já consolidados, geralmente a serviço do capital estrangeiro. Felizmente, Minas Gerais se encontraria na situação de não ter seu setor elétrico controlado por grandes empresas estrangeiras, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Espírito Santo, à exceção de Belo Horizonte e de Santa Bárbara.⁶³

No âmbito nacional, a idéia de planejamento econômico vinha sendo debatida desde 1944, no interior da célebre “Comissão de Planejamento Econômico”, instituída por Vargas, e que iria projetar nomes como Roberto Simonsen e Eugênio Gudín. Esses defendiam, respectivamente, a industrialização planejada pelo Poder Público e o liberalismo monetarista voltado, de preferência, para a agricultura.

A destituição de Getúlio interrompeu o debate em torno do planejamento econômico no plano federal, mas, felizmente para os mineiros, a idéia de se planejar a economia continuou a vicejar no Estado, em decorrência dos inúmeros reveses econômicos por que passara.

Ao assumir o governo de Minas, em 1947, Milton Campos convocou uma equipe de jovens dinâmicos e, de uma forma ou de outra, ligados ao meio empresarial, além de figuras de notoriedade e expressão política, a exemplo de Pedro Aleixo, secretário do Interior; José de Magalhães Pinto, secretário das Finanças; Américo René Giannetti, secretário da Agricultura, Indústria e Comércio e Trabalho. O planejamento econômico se tornaria, com essa equipe, a primeira e grande inovação do seu governo.

O Informador Comercial não poupou elogios aos secretários nomeados e a atuação

⁶³ Idem, idem. 14 de março de 1946, pp. 1 e 3.

de Giannetti desde logo se sobressaiu, merecendo rasgados elogios nas páginas do jornal. Já em 15 de abril observava que o secretário Giannetti começava a confirmar a política acertada que dele esperavam as classes produtoras de Minas. “Conhecido das delicadas questões, não procurou impor idéias, mas consultar para encontrar um caminho seguro. Graças à ligação de Giannetti às massas trabalhadoras, poderemos resolver graves problemas de nossa economia”.⁶⁴

Um plano para Minas

Giannetti coordenou a elaboração de um “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção do Estado de Minas Gerais”, que foi um ato pioneiro de planejar o desenvolvimento econômico do Estado e resultou de trabalho conjunto do Secretariado, e cujo ponto central era a defesa da industrialização como forma de superar o caráter colonial e aumentar a renda do Estado.

A despeito da fragilidade do diagnóstico que sustentou sua elaboração, o Plano listou um conjunto de projetos e programas que cobria, praticamente, todas as atividades econômicas e assistenciais, com ênfase na industrialização. Para promovê-la, o Plano indicava dois pontos de apoio que, até então estrangulados, concorriam decisivamente para a estagnação econômica do Estado: energia e transporte. Se o governo Milton Campos não pôde enfrentar abertamente essas questões, apontou o caminho para seu sucessor. Juscelino Kubitschek de Oliveira o seguiu.

O Informador Comercial não deixava passar oportunidade para referendar o apoio a Giannetti e a confiança no plano em elaboração. Finalmente, em 15 de agosto, noticiava o seu lançamento, em reunião com representantes das classes produtoras e com a presença do Conde Francisco Matarazzo, que vinha aplicando capitais no Estado.⁶⁵

O clima de otimismo era contagiante e, cheio de entusiasmo, afirmava Osório da Rocha Diniz: “O Brasil está vivendo dias da maior significação para o seu futuro econômico e para a sua verdadeira independência política.” Naquele momento, dizia, exploravam-se minérios de ferro no Vale do Rio Doce, níquel no Tocantins, estanho em São João del-Rey, apatita em Ipanema, fosfatos em Araxá, ferro no Amapá, cristal de rocha, mica e materiais raros em Minas Gerais e nordeste, “atividades condizentes com a verdadeira independência econômica do Brasil, só recentemente, vêm sendo dirigidas por nacionais.”⁶⁶

A publicação do Plano de Recuperação foi, como era de esperar, amplamente noticiada no Informador Comercial, em 18 de setembro de 1947. A par de destacar ser ele o início do primeiro trabalho sério de administração da atividade econômica em Minas Gerais,

⁶⁴ Idem, idem. 15 de abril de 1947.

⁶⁵ Idem, idem. 15 de agosto de 1947, p. 1 e 2.

⁶⁶ Idem, idem. 20 de agosto de 1947, p. 1 e 2.

expressava a seguinte opinião: “O Plano é totalmente plausível, é preciso, então, que Minas apóie este trabalho, porque ele não tem cor partidária, não visa planos demagógicos, mas encara com tal franqueza a nossa realidade econômica e social, que nos fala de nós próprios, no grande anseio de progredir e na desoladora realidade do marasmo em que nos encontramos.”

O Plano, porém, não obteve unanimidade. Da Assembléia Legislativa, partiram críticas isoladas, dentre elas a do deputado Maurício Andrade, que o tachou de “obra de afo-gadilho”. A resposta do Informador Comercial não se fez esperar. Na coluna “Política, políticos e politiquices”, partiu para o ataque: “Alguns deputados, precisando ‘fazer onda’, meteram o pau no plano Giannetti. Mas o sr. Giannetti convidou a Câmara a colaborar na execução do trabalho. Por que esses deputados não provam, agora, sua capacidade?”⁶⁷

O clima de euforia não arrefecia

Washington Albino também aplaudia o Plano e, em sua coluna “Economia e Direito”, dizia: “o Estado vê a sua economia realmente movimentada e os grandes problemas administrativos abordados com coragem e espírito construtivo”.⁶⁸ Em outra ocasião, referindo-se aos planos econômicos de pós-guerra, assinalava que o governo de Minas Gerais já estava executando o seu Plano de Recuperação Econômica e, assim, “estamos vivendo o momento das atividades econômicas planificadas, e somente com a sua vitória (...) poderá o mundo vencer a etapa de dificuldades contra a qual está lutando neste momento.”⁶⁹

Ferro e siderurgia

Em meio a tantas discussões suscitadas pela nova ordem que se desenhava no cenário pós-guerra, o tema da siderurgia foi resgatado. Em artigo intitulado “O Fio da Navalha”, A. B. Nogueira afirmava, em 11 de agosto de 1947, que o problema básico do Brasil era o ferro. O Brasil produzia ferro e aço em larga escala com base em carvão mineral de má qualidade, o que, segundo ele, não era econômico. Na opinião do articulista, era preciso mudar a orientação então seguida, adotando soluções mais racionais, como o faziam a Belgo-Mineira e a Cia. Nacional de Ferro Puro.

A propósito da usina de Volta Redonda, em “Panorama Nacional”, Osório da Rocha Diniz criticou os administradores e militares do País, que cada vez mais se descuidavam do preparo industrial da nação. A usina de Volta Redonda estava em condições de produzir trilhos de que muito precisavam as ferrovias, mas os “financistas” e “ditadores do pro-

⁶⁷ Idem, idem. 17 de outubro de 1947, p. 1 e 6.

⁶⁸ Idem, idem. 5 de dezembro de 1947, p. 3..

⁶⁹ Idem, idem. 20 de dezembro de 1947, p. 3.

gresso ou atraso nacional” não permitiam que os trilhos fossem vendidos e fabricados porque faltava crédito. “Volta Redonda só pode vender a dinheiro, o que as nossas usinas não possuem, então esta indústria fica sem produzir”. Criticava ainda o fato de o Brasil importar alimentos. “Precisamos fazer com que o nosso País possua indústria de base em funcionamento”.⁷⁰

A ação dos interesses internacionais no setor minerador foi novamente avaliada por Osório Diniz em 23 de março de 1949. Para ele, a proposta internacional de exploração das jazidas do Amapá era um ataque à economia nacional e mineira. Depois de todo o trabalho feito durante a guerra para aparelhar as ferrovias a fim de transportarem minérios de ferro, “eis que os maiores compradores de minério estão a nos dizer que somente se interessarão pelo nosso minério de ferro se eles tiverem o ‘controle absoluto’ das empresas que se dedicarem a esta exportação”. Em vista disso, recomendava que se cuidasse, enquanto era tempo, de reaparelhar a ferrovia Vitória - Minas, de ampliar o programa da Cia. Vale do Rio Doce, para que ela pudesse ter uma usina do porte daquela de Volta Redonda, e ainda que se rumasse para o litoral via Espírito Santo, e não através do porto do Rio de Janeiro, posto que “o comércio atacadista do Rio tudo tem feito a fim de tutelar e dificultar a expansão do comércio importador e atacadista de Belo Horizonte e das principais cidades mineiras”.

Cuidado com os trustes

Ao findar o ano de 1947, Osório da Rocha Diniz voltava a um de seus assuntos prediletos: alertava para os riscos da entrada do capital estrangeiro em setores essenciais ao desenvolvimento do País e advertia: enquanto associações de classe e órgãos técnicos do País se desinteressavam da questão dos combustíveis e fontes energéticas, “os trustes mundiais do petróleo, do carvão e da energia elétrica fincam, cada vez mais, ‘as suas garras aduncas’ sobre a economia brasileira”. Comentava a instalação de motores a óleo em várias cidades, para o suprimento de força e luz “quando, nas suas proximidades, existem ótimas cachoeiras a serem aproveitadas”. Concluiu observando que o Brasil vivia “a mercê” dos interesses estrangeiros, proibindo o álcool carburante, não adquirindo navios tanques, não prosseguindo a eletrificação de suas linhas férreas, gastando, com isso, gasolina em percursos dispensáveis.

A campanha do petróleo

Ao longo dos anos de 1930, surgiu, em meio à campanha desencadeada contra a Itabira Iron Company, um movimento em torno da nacionalização dos bens do subsolo.

⁷⁰ Idem, idem. 3 de setembro de 1947, p. 1 e 5.

Dentre as figuras que desempenharam papel-chave nesta campanha, sobressaiu a de Monteiro Lobato, o qual, depois de uma viagem aos Estados Unidos, em 1931, retornou entusiasmado com o modelo de país próspero que conhecera e passou a defender as riquezas naturais do Brasil e sua capacidade de produzir petróleo. Atuava em várias frentes: escrevia artigos para jornais e proferia palestras destinadas a promover a conscientização popular. Estavam entre seus esforços de luta cartas enviadas ao então presidente Getúlio Vargas, alertando-o sobre os malefícios da política de trustes para o País e a necessidade de defesa da soberania nacional na questão do petróleo.⁷¹

Em 1939, o governo Vargas instalou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), com a primeira Lei do Petróleo do País, para estruturar e regularizar as atividades envolvidas desde o processo de exploração de jazidas, até a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo e derivados. Por esta lei, o petróleo se tornou patrimônio da União.

No começo daquele mesmo ano, na edição de 6 de janeiro, o Informador Commercial ressaltava a importância que a descoberta de petróleo em território nacional teria para se efetivar a liberdade econômica do País no tocante ao combustível líquido. As pesquisas empreendidas pela Cia. Nacional de Petróleo S.A. em Alagoas mereceram destaque e foi dada ênfase à necessidade de financiamento de novas perfurações para a pesquisa. Sem imaginar que o petróleo seria, de fato, descoberto pouco mais de uma semana depois no subsolo da Bahia, dizia:

Os estudos geológicos indicam que o subsolo de certas regiões brasileiras é de natureza petrolífera. (...) Há grande confiança, principalmente no nordeste do Brasil, sobre a próxima descoberta do petróleo naquela zona. (...) A existência do ‘óleo de pedra’ em território nacional será o progresso do povo, a liberdade econômica do Brasil. (...) Realizadas essas compras, teremos, em pequeno espaço de tempo, o petróleo jorrando em abundância, para felicidade do Brasil.

Em 25 de janeiro, o Informador Commercial divulgava, com evidente euforia, a notícia da descoberta de petróleo na Bahia, por coincidência, na cidade de Lobato, dois dias antes. Expressava a confiança na possibilidade aberta pela novidade para a emancipação econômica e o desenvolvimento industrial do Brasil. É interessante notar ainda que poucos dias antes haviam sido divulgados estudos estatísticos nos EUA que previam o futuro esgotamento, em quinze anos, de suas reservas petrolíferas. Alguns trechos da matéria:

Por mais que parecesse absurda a idéia da existência do petróleo no Brasil, homens de fibra, trabalhadores e confiantes, jamais se esmorece-

⁷¹ Monteiro Lobato é autor dos livros **O escândalo do petróleo** e do infanto-juvenil, **O poço do Visconde, Serões de Dona Benta e Histórias de Tia Nastácia**, sobre a descoberta do petróleo.

ram, continuando a empregar os recursos de que dispunham, como que certos da vitória não muito distante. (...) Vejamos agora como ficam os incrédulos, diante das notícias alvissareiras da descoberta do petróleo na Bahia. (...) Dentro também de pouco tempo, a indústria brasileira será progressivamente desenvolvida, à semelhança do que tem acontecido nos países onde existe em abundância material combustível. Tomemos nota e vejamos que, após a abertura dos poços de petróleo brasileiro, o progresso de nosso País se fará com muito vigor.

(...) Agora, mais do que nunca, não devem cessar os serviços de sondagem nos vários pontos do País, porque de momento, será realidade, o que muitos pessimistas têm julgado apenas um sonho a existência de petróleo no Brasil.

A partir de então, o tema do petróleo brasileiro não saía das páginas do Informador Commercial, que acompanharia, passo a passo, cada medida e cada etapa da construção do que viria a ser, em 1953, a Petrobras, e ainda lutaria por sua preservação como empresa de monopólio estatal por muitos anos.

A primeira fase

Na primeira fase da campanha, o enfoque estava no combate ao pessimismo, muito disseminado, com relação à existência de petróleo no País. Em 3 de fevereiro de 1939, observava o Informador Commercial:

Um fato curioso foi assinalado pelos jornais da Bahia e transcrito pelos dos outros Estados. É que o chanceler Oswaldo Aranha declarara que somente vendo como via, é que podia acreditar na existência de petróleo no Brasil. Disse ainda que muitos 'São Tomés' existiam ainda, que precisavam visitar as jazidas de Lobato para que dissipassem as suas dúvidas. Enfim, temos petróleo.

Após a descoberta de petróleo no subsolo brasileiro, o setor começou a se expandir rapidamente, contando com acordos feitos com a iniciativa privada estrangeira, como pode ser constatado na nota divulgada em 23 de novembro daquele ano, a respeito da instalação de uma refinaria em Niterói: "O interventor federal no Estado do Rio, comandante Ernani do Amaral Peixoto, autorizou o secretário de Viação e Obras Públicas do seu governo a lavrar (...) o contrato para a construção, montagem, equipamento e aparelhagem de uma refinaria de petróleo, com a firma norte-americana Fooster Whesler Corporation".

Na segunda metade da década de 1940, o debate em torno da questão do petróleo passou a assumir grande centralidade, vindo a intensificar-se no decênio subsequente. Para o grupo que sustentava a bandeira nacionalista, o petróleo estava inteiramente associado à defesa e soberania nacionais, vindo mesmo a se tornar o grande símbolo da luta nacionalista no Brasil.

Dois teses em jogo

Em 4 de setembro de 1947, o Informador Commercial anunciou que, a fim de contribuir para o esclarecimento da importante questão do petróleo, a Sociedade Mineira de Engenheiros divulgara a vinda a Minas dos representantes das duas teses em discussão: a do general Horta Barbosa, "defendendo a nacionalização no levantamento de capitais para a exploração", e a outra de Juarez Távora, que "defendia a participação de capitais internacionais". Expressando-se no Informador Commercial, os defensores da primeira tese em Minas mostraram preocupação com o projeto da comissão encarregada pelo Conselho Nacional do Petróleo para rever e atualizar a legislação do petróleo, pois, "pelo que se informa, o referido projeto é, em parte, pela participação de capitais estrangeiros na sua exploração."⁷² O general Juarez Távora foi alvo de duras críticas por defender essa tese: "Aqueles que se colocam do lado da entrega de nosso petróleo ao estrangeiro, parecem desconhecer o exemplo que nos apresenta a Saudi-Arábia, o Paraguai e a Venezuela, com suas forças asfixiadas pelos magnatas estrangeiros na mais negra das misérias".⁷³

O envio ao Congresso Nacional, pelo presidente da República, de mensagem encaminhando o projeto de lei do estatuto do petróleo foi divulgado pelo Informador Commercial em 16 de fevereiro de 1948. A nota frisava que uma vez aprovado, o estatuto iria facilitar o incremento da indústria refinadora do petróleo no País. Outra matéria, em 24 de fevereiro, reiterava a importância e a urgência da exploração do petróleo. "Nunca é demais debatermos um problema que se relaciona com a libertação econômica de nossa pátria e que pode decidir sobre esta libertação. Precisávamos produzir, pois assim poderíamos contar com um abastecimento regular de combustível, sem depender das situações internacionais".

A maneira como o governo federal vinha, através da CNP, encaminhando o problema do petróleo recebeu críticas do Informador Commercial. Reafirmava a nota que a independência econômica do País dependia da exploração de nosso petróleo por brasileiros. Entretanto, "... o relatório da CNP ao Congresso Nacional embaralha de tal maneira as cartas, que é fácil prever o controle desta fabulosa riqueza pelos trustes internacionais, que já o controlam e dirigem em mais da metade do mundo".⁷⁴

⁷² INFORMADOR COMERCIAL. Belo Horizonte, 10 de novembro de 1947.

⁷³ Idem, idem. 1 de março de 1948, p. 1 e 5.

⁷⁴ Idem, idem. 16 de março de 1948, p. 8.

Em 7 de fevereiro de 1948, Washington Albino ressaltava a importância do petróleo para o Brasil e afirmava:

Nosso petróleo vem da Venezuela e das Caraíbas, não sai dos Estados Unidos e, por isso, não faltará. Mas compramos o líquido nas bombas norte-americanas e só quando os donos do petróleo no mundo querem, é que andamos. Fora disso, pára-se a atividade brasileira. Por isso, queremos o nosso petróleo para nós, como tese inicial para a discussão.

Além das associações das classes produtoras e do Informador Comercial, o meio jornalístico também saiu em defesa do petróleo nacional. Em 13 de abril de 1948, o Informador Comercial divulgava um manifesto lido na Câmara Municipal que levava a assinatura de 200 jornalistas profissionais em apoio à tese da exploração do petróleo com capitais nacionais. Naquele mesmo ano, foi criado o Centro Estadual de Estudos para a Defesa do Petróleo em Belo Horizonte, que contou com o firme apoio de Artur Bernardes que, na Câmara Federal, garantia o debate sobre a indústria nacional do petróleo.

Em 4 de junho daquele ano, Osório da Rocha Diniz denunciava que técnicos norte-americanos e britânicos constataram que ao sudoeste de Goiás existiam grandes reservas de petróleo, justamente onde a Standard Oil comprara dez mil alqueires de terras. “O estatuto do petróleo que está na Câmara permite ao dono do solo a exploração do subsolo, por isso as companhias (donas das bombas) compram o solo e o exploram, criando a possibilidade do câmbio negro”. Em outro artigo crítico sobre os defensores da “livre iniciativa” na questão do petróleo, questionava o Informador Comercial em 20 de junho: “Onde podemos concorrer com a Standard Oil, no Japão, na China ou nas Arábias? Que nos responda o sr. Odilon Braga, que tantas conferências vem fazendo sobre o assunto”. A crítica a Odilon Braga continuou na edição seguinte: “Também o sr. Odilon Braga acredita que as companhias petrolíferas não agem de acordo com os interesses de seus respectivos países. Como se muda a face de um dilema. Ao aceitarmos a tese de nossa incapacidade, não deveríamos advogar também a administração de nosso exército por soldados estrangeiros?”⁷⁵

Defesa do petróleo

A fundação do Centro de Estudos sobre o Petróleo na capital mineira reacendeu os ânimos do Informador Comercial e de todos os que endossavam a campanha pelo petróleo nacional. “A campanha firme que se trava pelo petróleo nacional conta com o apoio de um grande mineiro, o sr. Arthur Bernardes, em compensação à série de erros e de de-

⁷⁵ Idem, idem. 21 de junho de 1948. p. 8.

cisões absurdas que o País tomou, na pessoa do sr. Odilon Braga, quando ministro da agricultura”.⁷⁶

“Esta terra tem dono”, era o título da nota que anunciava a cerimônia de abertura do Centro. “Como falou na sessão de instalação do Centro Estadual de Estudos para a defesa do petróleo, saudando o gen. Horta Barbosa, o deputado Lima Guimarães – ‘o problema é nosso e só nós poderemos resolvê-lo’ - respondendo às críticas dos que advogam a participação de capitais estrangeiros na indústria de nosso ‘ouro-negro’. Lobato é a expressão vigorosa da potencialidade de nossas reservas naturais”.⁷⁷ Na edição de 7 de agosto, o Informador Comercial fazia apelo aos leitores para que apoiassem a campanha pela defesa do petróleo brasileiro. “Defender o petróleo é defender o Brasil. Dê o seu apoio à grande campanha de defesa de nosso ‘ouro negro’, contribuindo para a defesa do petróleo. Sede: av. Afonso Pena, 772 – sala 506”.

Na mesma edição, o “Homem da Rua” comentava recente declaração do deputado Oscar Dias Corrêa na Câmara Federal, de que o problema do petróleo não era propriamente mineiro. A coluna indagava: “Onde tirou a idéia de que o problema não seja mineiro? Então não consumimos petróleo? Nossos caminhões andam puxados a boi? Não, Oscar, você é rapaz inteligente. Não se deixe levar por tais conversas...”⁷⁸

O momento era mesmo efervescente para a questão do petróleo nacional. Ainda no mês de agosto foi divulgada a realização da “Convenção Nacional do Petróleo”, que tinha por objetivo fazer um balanço nas atividades dos movimentos em prol do monopólio do petróleo estatal. A Convenção contou com a participação de Arthur Bernardes, general Júlio Horta Barbosa, general Raimundo Sampaio, jornalista Mattos Pimenta.⁷⁹ Este último pronunciou palestra na AC Minas, naturalmente divulgada no Informador Comercial, que notou: “Lembrando o perigo da entrega de nossas jazidas minerais à guarda dos trustes estrangeiros, suas palavras devem calar fundo na consciência de luta do povo brasileiro.”⁸⁰

A ofensiva contra a corrente que defendia capitais mistos na indústria do petróleo prosseguia a todo vapor. Na edição de 5 de outubro do mesmo ano, a questão apareceu com o título “A ‘situação do petróleo’ não passa de mera encenação”. Referia-se à “genial” solução do presidente da República de usar os saldos do País “para a realização de um negócio da China para particulares. Beneficiados diretamente os mais íntimos auxiliares do governo. Entregue ao bloco do sr. Correia e Castro, um dos acionistas da Gaz Esso do Brasil, o controle de uma das refinarias. Não é possível que o povo e a nação continuem a ser explorados dessa forma”.

⁷⁶ Idem, idem. 5 de julho de 1948, p. 1.

⁷⁷ Idem, idem. 6 de julho de 1948, p. 1.

⁷⁸ Idem, idem. 7 de agosto de 1948, p. 8.

⁷⁹ Idem, idem. 21 de agosto de 1948, p. 3.

⁸⁰ Idem, idem. 1º de setembro de 1948, pg. 1.

Por essa época, ao protesto contra as tentativas de ingerência do capital estrangeiro no setor de petróleo, juntou-se a denúncia contra antigo alvo do Informador Comercial. Tratava-se de projeto que tramitava no Congresso Nacional, que autorizava o governo brasileiro a garantir um empréstimo de 90 milhões de dólares à Light and Power, como sendo “profundamente lesivo aos nossos interesses no momento”. Dizia a matéria: “No momento preciso em que necessitamos de recursos financeiros para a instalação de nossa indústria do petróleo, vamos lançar pela janela da imprevidência, perdulariamente, o nosso crédito (...) em benefício exclusivo dessa mesma companhia. (...) Não seria melhor e mais justo que protegêssemos as companhias nacionais, que irão segurar em nosso País os lucros do negócio?” Observava que no Brasil havia dois grandes blocos financeiros que exploravam o ramo da indústria elétrica, a Light e a Bond and Share, os quais se faziam representar nos diversos órgãos do governo nacional. A Bond and Share, por exemplo, tinha no senador carioca Mário de Andrade Ramos um autêntico representante no Senado da República, já que ele era um de seus grandes acionistas e importante membro da diretoria.⁸¹

Mr. Abbink, de ponta a ponta

O Informador Comercial inaugurou o ano de 1949 com mais uma de suas campanhas de defesa nacional: a denúncia da Missão Abbink. A vinda da Missão a Minas Gerais suscitou a pronta reação do jornal, que estampou na primeira página a seguinte manchete: “Não se iluda o governo mineiro. Mr. Abbink quer o nosso minério, ferro e manganês”. A matéria denunciava as pretensões do “magnata americano de obter o controle absoluto de nosso manganês, como condição inicial para qualquer inversão em nosso País”.⁸²

Em resposta à campanha desencadeada pelo Informador Comercial contra a Missão Abbink, o vice-presidente da AC Minas, José Continentino, dirigiu uma carta ao jornal, na qual dizia: “Que Deus ilumine os nossos homens públicos e faça com que Mr. Abbink leve milhões de toneladas de minério que estão dormindo sem utilidade.” Para o Informador Comercial, tratava-se de uma tese de “entreguista” que precisava ser conhecida dos brasileiros.⁸³ Poucos dias mais tarde, o Informador Comercial anunciava que a economia nacional reagia às manobras da Missão Abbink, referindo-se à fala de Euvaldo Lodi na Bahia, quando voltara a combater os pontos de vista da Missão. O governador Otávio Mangabeira manifestara-se no mesmo diapasão: “Precisamos urgentemente ver instaladas as refinarias de minério do Brasil”.⁸⁴ E não demorou a anunciar o fracasso das negociações da missão Abbink. “Em face da séria oposição manifestada a seus planos por di-

⁸¹ Idem, idem. 2 de agosto de 1948, p. 1 e 2.

⁸² INFORMADOR COMERCIAL. Belo Horizonte, 7 de janeiro de 1949, p. 1. A Missão Abbinck foi uma missão técnica norte-americana que, em 1948, aqui esteve para um estudo macroeconômico dos problemas brasileiros e fazer recomendações setoriais para diversos setores.

⁸³ Idem, idem. 11 de janeiro de 1949, p. 1.

⁸⁴ Idem, idem. 14 de janeiro de 1949, p. 8.

versos círculos de nossas classes produtoras, acredita-se que o magnata ianque regressasse à sua pátria sem conseguir os objetivos de sua viagem ao Brasil. Seria uma repercussão das deliberações do sr. Euvaldo Lodi na Bahia, pela industrialização do País.”⁸⁵

Mas esse otimismo iria durar pouco. Os ataques a Mr. Abbink continuaram nas edições seguintes e, em 13 de setembro, o Informador Comercial noticiava que o Brasil iria ficar em minoria na Companhia Vale do Rio Doce. Apreensivo, comentava: “Parece que Mr. Abbink está ganhando de ponta a ponta.”

De novo, o petróleo

O problema do petróleo continuava na ordem do dia e assim ficaria ainda por um bom tempo. A adesão de Juarez Távora à causa da nacionalização do “ouro negro” foi notícia no Informador Comercial. E não era para menos, dada a importância de ter um nome de tal envergadura abraçando a causa do petróleo nacional. Em 28 de fevereiro de 1949, publicava a seguinte nota: “A aprovação do anteprojeto do Estatuto em discussão no Congresso significa a entrega do nosso petróleo ao estrangeiro?” - pergunta o general Távora, a que responde o sr. Rafael Correia de Oliveira: ‘Qual o País do mundo que deu concessão de petróleo a companhias estrangeiras e que prosperou?’. O general acabou por confessar-se favorável à nacionalização, não só do petróleo, mas de todas as fontes de energia”.

Em 1º de novembro de 1949, o Informador Comercial deu ampla cobertura à “Convenção Nacional de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional”, que iria se realizar em breve. Divulgava as palavras do engenheiro Luiz Fernando Lobo Carneiro⁸⁶, que se encontrava na capital para o evento, e de outros que vinham se batendo pela defesa do petróleo nacional, especialmente o deputado Arthur Bernardes. Dizia que o Centro estava convocando uma grande Convenção Nacional e que os representantes da indústria e do comércio não podiam ficar à margem de mais esta iniciativa da instituição: “Com ampla campanha de esclarecimento da opinião pública, a ser iniciada pela Convenção, e da qual devem todos os bons brasileiros participar ativamente, será possível evitar a ratificação pelo Congresso das cláusulas nocivas ao País contidas nos tratados econômicos”.

A descoberta de indícios positivos de petróleo no Estado do Rio, mais precisamente na cidade de Campos, foi recebida com euforia pelo Informador Comercial. Mas a nota colocava em relevo um fato que causava estranheza: a notícia tinha sido divulgada à imprensa internacional por técnicos norte-americanos e, apesar de já ter sido divulgada em todo o território dos Estados Unidos, até então a imprensa brasileira nada informara. O governo, por outro lado, mantinha-se também em absoluto silêncio. “Temos de reconhe-

⁸⁵ Idem, idem. 18 de janeiro de 1949, p. 1.

⁸⁶ Nascido no Rio de Janeiro, como suplente de deputado federal, o engenheiro Luiz Fernando Lobo Carneiro atuou na criação da Petrobras.

cer que tal silêncio é profundamente estranho, principalmente quando a imprensa de outra nação já tenha noticiado amplamente o fato”.⁸⁷

A tese mineira do petróleo

No início dos anos de 1950, as entidades de classe mineiras, especialmente a AC Minas, por meio do Centro de Estudos Econômicos de Minas Gerais, intensificaram os estudos sobre o petróleo. Em 9 de maio de 1951, dizia Osório da Rocha Diniz no Informador Comercial.

A luta pelo domínio das jazidas de petróleo do Brasil está acesa; poucos são os brasileiros que perceberam que no combate ao plano Salte estava o dedo dos interessados no fracasso da instalação das refinarias adquiridas pelo governo; não concordam os monopolizadores internacionais que o governo brasileiro construa as refinarias de Cubatão, do Rio de Janeiro, de Marajó, amplie a de Mataripe e termine o oleoduto de Santos a São Paulo, com o financiamento estabelecido no Plano Salte.

A fundação do Centro de Estudos Econômicos de Minas Gerais (Ceemg), com a finalidade de promover estudos e pesquisas sobre problemas econômicos de Minas Gerais, em meados de 1950, sob os auspícios da AC Minas, deu novo impulso à campanha pelo controle nacional do petróleo⁸⁸. E não poderia ser diferente, pois, entre seus fundadores figuravam José Costa, Osório da Rocha Diniz e Washington Albino.

Dentre os muitos estudos realizados pelo Centro, uma de suas mais notórias contribuições foi a elaboração da denominada “tese mineira do petróleo”, por sugestão do então chefe do Departamento de Estudos Econômicos da AC Minas, Washington Albino. A tese foi discutida e aprovada pela diretoria da entidade, tornando-se sua posição oficial a respeito da matéria.

A “tese mineira do petróleo” defendia o monopólio estatal, procurando “dar um sentido nacionalista que não prejudique de modo nenhum a imediata ‘operação’ no objetivo de oferecer ao País o petróleo de que necessita”.⁸⁹ Previa a criação de uma *holding* estatal que dominasse todas as fases de tratamento do petróleo, conferia a pesquisa ao Conselho Nacional do Petróleo e permitia a participação do capital particular “com os resguardos da legislação nacionalista em vigor, em minoria obrigatória, nas subsidiárias que se formam”. A defesa do monopólio estatal do petróleo vinculava-se estreitamente às condições geográficas e econômicas da região, em que a atividade predominante se ligou

⁸⁷ Idem, idem. 27 de outubro de 1950, p. 1.

⁸⁸ Sobre o Ceemg, ver capítulo quarto desse livro.

⁸⁹ MENSAGEM ECONÔMICA. Belo Horizonte, AC Minas, janeiro de 1952.

desde o início à exploração de recursos naturais.

De modo que, em termos do pensamento nacionalista que foi se sedimentando em Minas ao longo das primeiras décadas do século XX, nada mais expressivo que a luta pelo monopólio estatal do petróleo, que ocupou a cena durante toda a década de 1950. O Informador Comercial tomou para si a defesa da tese, que, por sinal, era o que vinha defendendo há mais de uma década, acompanhou todos os passos da campanha e foi implacável na denúncia das tentativas de boicote ao projeto.

O primeiro projeto de Vargas

No final de 1951, o presidente Getúlio Vargas enviou projeto de lei à Câmara dos Deputados dispoendo sobre o petróleo, publicado no Informador Comercial em 8 de dezembro, o qual previa a criação de uma empresa de capital misto para sua exploração, deixando aberta a possibilidade de participação do capital estrangeiro. A empresa tinha por finalidade garantir a exploração nacional do petróleo, sendo batizada de “Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima”. Contava com o apoio da maior parcela do empresariado nacional, mas não de entidades empresariais mineiras, notadamente a AC Minas, e do Informador Comercial, que, como vimos, há muito vinham se manifestando sobre a matéria de modo distinto, por entenderem que a questão estava inteiramente associada à defesa e soberania nacionais.

Assim é que, quatro dias depois, Osório da Rocha Diniz voltava a insistir na necessidade de defesa da economia brasileira diante dos interesses econômicos estrangeiros. Para ele, os representantes do capital estrangeiro possuíam a estratégia tradicional de dividir as opiniões do País para manter a dependência econômica brasileira. E mais: “Temos certeza de que os trustes ainda não descansarão na sua arremetida para conseguirem o domínio do petróleo brasileiro e mais do que nunca precisamos estar alerta”. Terminava mencionando a necessidade de nacionalização dos bancos estrangeiros que, como dissera Magalhães Pinto, sempre gozaram de ampla liberdade no Brasil, enquanto o Banco do Brasil não obtinha a mesma liberdade de instalação em Nova York.⁹⁰

“Nova forma de entreguismo a ‘Solução Vargas’ para o petróleo”. Assim se manifestou o Informador Comercial sobre o projeto de lei de Getúlio. “O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional já denunciou em nota oficial que se trata de um projeto entreguista que permitirá à Standard Oil penetrar no domínio da pesquisa e industrialização do petróleo nacional”.⁹¹ Em discurso pronunciado na Câmara Federal, Artur Bernardes sustentou que o projeto do presidente apresentava uma contradição entre a exposição de motivos e o projeto propriamente dito: a exposição de motivos era nacionalista, mas o projeto era entreguista.⁹² A Câmara Municipal de Belo Horizonte, por meio

⁹⁰ INFORMADOR COMERCIAL. Belo Horizonte, 12 de dezembro de 1951, pp. 1 e 4.

⁹¹ Idem. 21 de março de 1952, p. 3.

⁹² Idem, idem. 9 de abril de 1952.

da moção Ney Octaviani Bernis, se manifestou contra o projeto getulista e pediu apoio do Legislativo Federal para a tese estatal da exploração do petróleo.⁹³

“Monopólio estatal para o petróleo!”, estampava na primeira página a edição de 18 de outubro de 1952, comemorativa do aniversário do jornal, quase toda dedicada ao tema. Dizia que como movimento que levantara todas as classes e despertara a opinião pública nacional, dificilmente se encontraria na história do Brasil episódio mais expressivo do que este apaixonante tema de debates, que era o problema da exploração do petróleo nacional. Em certo momento, salientava: “Não precisamos de capital estrangeiro para resolver o problema do ‘ouro negro’ nacional” - Palavras do engenheiro Mário Bittencourt Sampaio às comissões de Segurança Nacional, Economia e Transportes da Câmara Federal quando da aprovação do projeto governamental que criou a Petrobras. Publicava na íntegra a exposição de Mário Bittencourt Sampaio às comissões de Segurança Nacional, Economia e Transportes da Câmara Federal, a respeito do monopólio estatal da exploração do petróleo.⁹⁴

A “tese mineira do petróleo” foi levada à primeira reunião nacional de entidades de classe de importância após a reunião de Araxá: a reunião da Federação das Associações Comerciais do Brasil, realizada no Rio de Janeiro, em abril de 1952. A edição de 3 de abril noticiava a reunião e dizia que os assuntos abordados foram amplos e que os mais polêmicos, como o da exploração do petróleo brasileiro e o da participação dos empregados nos lucros das empresas, teriam gerado divergências inconciliáveis, “deixando o petróleo congelado ainda por mais uns meses e desapontados os ultranacionalistas do famoso *slogan* ‘O petróleo é nosso’ e os nacionalistas moderados que, não excluindo o direito de propriedade, admitem uma sociedade com os pingos nos is, correspondendo ao anseio da maioria que candidata-se a um grupo de ações da Petróleo Brasileiro S.A.”.

A Lei 2004

Em 1953, o Informador Comercial foi dominado pelo veemente repúdio aos ataques contra o projeto do monopólio estatal do petróleo, feitos notadamente por setores empresariais ligados ao comércio exportador. Os títulos das matérias do agora Informador Comercial – Diário do Comércio são ilustrativos da luta contra os grupos internacionais, não apenas ligados ao petróleo como a outras riquezas do País. “Novamente em cena os trustes contra o petróleo brasileiro”.⁹⁵ “Mais um crime contra os interesses da nação”.⁹⁶ “Estamos vivendo uma época de venalidades”.⁹⁷ “Querem entregar o nosso petróleo aos trustes internacionais”.⁹⁸

⁹³ Idem, idem. 2 de julho de 1952.

⁹⁴ Mário Bittencourt Sampaio foi responsável, no governo Dutra, pela implementação do Plano Salte e pelo início da petroquímica brasileira. Foi presidente do TCU de 1951 a 1954.

⁹⁵ INFORMADOR COMERCIAL-Diário do Comércio. Belo Horizonte, 20 de maio de 1953, pp. 9 e 12.

⁹⁶ Idem. 22 de maio de 1953, p. 12.

⁹⁷ Idem, idem. 9 de junho de 1953, pp. 3 e 12.

⁹⁸ Idem, idem. 12 de junho de 1953, pp. 11 e 12.

A posição adotada pelo Senado Federal em relação ao projeto não passou despercebida ao jornal. Segundo notou em 26 de junho de 1953, o Senado “acabara de dar um ‘golpe fatal’ no projeto da Petrobras, acrescentando algumas emendas”. A principal delas significava a volta pura e simples ao entreguismo do Estatuto do Petróleo, derrotado pelo povo em 1948.

Em 17 de julho, o Diário do Comércio divulgou “Enérgico manifesto do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo à Câmara Federal”, no qual demonstrava repulsa à entrega do petróleo à exploração estrangeira. Reafirmando seu ponto de vista sobre o monopólio estatal do petróleo, “o Centro sentia-se na obrigação patriótica de manifestar a sua veemente condenação à emenda apresentada pelo senador Ismar de Góes Monteiro e aprovada pelo Senado”. A emenda permitia ao governo, por intermédio da Petrobras, contratar com trustes estrangeiros a pesquisa e a lavra do petróleo. “Tais contratos seriam na realidade verdadeiras concessões, em nada diferentes das previstas no impatriótico Estatuto do Petróleo, derrotado pelo povo em 1948”, dizia o manifesto, assinado pelo general Felicíssimo Cardoso.

“A verdade sobre o petróleo brasileiro”. Cr\$ 55.000.000,00 por ano, alardeava o Informador Comercial, era quanto lucrava a Standard Oil através da criação, junto ao CNP, de um órgão consultivo denominado “Junta de Cooperação”, mantido por quatro grandes companhias de petróleo que funcionavam no Brasil: Standard Oil Company of Brasil, Atlantic Refining Company of Brasil, Texas Company of South America Ltd. e Anglo-Mexican Petroleum Company. Através da Junta de Cooperação, essas firmas teriam ordenado que todos os produtos das refinarias brasileiras lhes fossem entregues para revenda.⁹⁹

Pressionado por todos os lados, Vargas acedeu aos apelos dos setores nacionalistas e populares, encampando a proposta de monopólio estatal do petróleo. A criação da Petrobras pela Lei 2004, de 3 de outubro de 1953, contudo, não significou o fim da luta pelo monopólio estatal do petróleo, que ainda iria experimentar muitos embates.

Plantem café

Em 2 de abril de 1954, realizou-se a Convenção Nacional pela Emancipação Nacional, com a presença de representantes de todos os estados. Na sessão de encerramento, foi lido um manifesto, publicado no Diário do Comércio em 15 de abril, onde se destacavam os seguintes pontos: a indústria nacional era impedida de desenvolver-se em consequência da ação nefasta dos trustes e monopólios norte-americanos; a independência econômica do País estava condicionada à criação da indústria pesada.

No mês seguinte, Araújo Nabuco, diretor da Esso Standart do Brasil, pronunciou conferência na AC Minas de grande impacto para o grupo nacionalista. Revelou o conferencista

⁹⁹ Idem, idem. 24 de julho de 1953, p. 4. A discussão das medidas figurou ainda em outras edições daquele mês, tais como as dos dias 11 e 14.

ta que a nova palavra de ordem da empresa era: “Plantem café e deixem para nós o petróleo”.¹⁰⁰ Para o Informador Comercial-Diário do Comércio, o motivo pelo qual a Standard Oil tinha tanto empenho em entrar a exploração do petróleo brasileiro com nossos próprios recursos, estava nos grandes lucros demonstrados através do balanço de 1953.¹⁰¹

“Capital estrangeiro para a exploração do nosso petróleo”, era a chamada que abria para a matéria que denunciava estar Juraci Magalhães, presidente da Petrobras, ultimando o trabalho que deveria ser encaminhado ao governo, “pelo qual será permitida a entrada de capitais estrangeiros no País para a exploração industrial do nosso petróleo”.¹⁰²

Na Reunião das Classes Produtoras Nacionais, realizada em setembro de 1954, no Rio de Janeiro, Minas e Rio Grande do Sul foram os únicos estados que se colocaram contra a proposta de extinção da Petrobras e criação de empresas petrolíferas com capitais mistos, conforme noticiou o Diário do Comércio em 18 de setembro.

Fim da Era Vargas e o petróleo

Nesse ambiente de marchas e contramarchas em relação à Petrobras, o equilíbrio de Getúlio Vargas no poder tornava-se a cada dia mais precário, mesmo porque eram cada vez mais claros os sinais de que pendia para o lado populista da instável aliança que lhe dava sustentação.

O ano de 1954 inaugurou-se, assim, sob clima de grande incerteza. Após o atentado a Carlos Lacerda em que o major Rubens Vaz, da Aeronáutica, perdeu a vida, a questão da legalidade foi sendo reconsiderada por parcelas cada vez maiores dos comandos militares. Em 12 de agosto, no auge da turbulência política, o presidente veio à capital mineira para inaugurar as indústrias Mannesmann. A edição do dia seguinte apreciava a fala do presidente e, referindo-se às suas palavras de que estava disposto a manter-se vigilante na defesa do regime, afirmava: “forçar a renúncia do presidente ou golpear o princípio de autoridade que ele encarna é servir de coveiro do regime democrático”.

Em 24 de agosto, acuado, Vargas deu um surpreendente desfecho à crise, pondo fim à própria vida. Com sua morte e a posse de Café Filho, recrudescer a campanha contra o monopólio estatal do petróleo. Pregava-se, abertamente, a extinção pura e simples da Petrobras. Ao mesmo tempo, o interesse pelo petróleo ganhou nova dimensão, motivado, em boa medida, pelo aumento das importações do produto, que causava enorme dispêndio de divisas.

O Diário do Comércio alertava: “O caso da Petrobras que já havia passado em julgamento pelo Congresso, reabriu-se com a posse do sr. Café Filho e recrudescer com a visita do ministro Eugênio Gudin aos EUA. Hoje, mobilizam-se todas as forças antinaciona-

¹⁰⁰ Idem, 24 de maio de 1954.

¹⁰¹ Idem, idem. 29 de maio de 1954.

¹⁰² Idem, idem. 21 de junho de 1954, p. 12

listas (...) E o governo está conivente com o golpe de morte na economia brasileira”.¹⁰³ A Liga da Emancipação Nacional distribuiu nota esclarecendo os propósitos da Standard Oil e dos “entreguistas” brasileiros que se empenhavam na “impatriótica campanha de entrega do nosso petróleo aos trustes internacionais”.¹⁰⁴ Em 28 de outubro de 1954, o Diário do Comércio divulgava os debates ocorridos na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, por iniciativa do deputado Fabrício Soares, e o posicionamento unânime contrário à revisão do decreto que criara a Petrobras. Da Câmara dos Deputados, Artur Bernardes denunciava a nefasta ação dos trustes internacionais no País, chegando a afirmar que a entrega do petróleo brasileiro ao estrangeiro justificaria uma revolução.¹⁰⁵ O presidente Café Filho e o ministro Eugênio Gudin, considerados responsáveis pelas ameaças que vinha sofrendo a Petrobras e a indústria nacional de modo geral, eram objeto constante de críticas no jornal.¹⁰⁶

Liberalismo X protecionismo

Por essa época, reacendeu-se o debate sobre a questão do liberalismo x protecionismo. Em 19 de dezembro, uma matéria do jornal afirmava que as teses liberais clássicas não poderiam dar conta das características da economia de então; o protecionismo era necessário aos países em desenvolvimento industrial a fim de diminuir a ação dos grandes monopólios econômicos. A livre concorrência absoluta, observava, servia apenas aos interesses desses monopólios.

Os temores dos que se empenhavam na proteção da indústria nacional e por um modelo de desenvolvimento controlado pelo capital nacional não eram sem fundamentos. Desde 1953, se iniciara no País uma nova política de capital estrangeiro, com a lei do livre câmbio, que abolia os registros e as limitações desse capital. A nova orientação iria se consolidar em 1955, com a Instrução 113 da Sumoc, do governo Café Filho, e que seria reforçada por medida tarifária do governo Juscelino Kubitschek, em 1957. A referida instrução tinha por finalidade atrair o capital estrangeiro, permitindo aos investidores estrangeiros a importação de bens de capital sem cobertura cambial.

Foi uma legislação extremamente favorável ao investidor de fora e responsável pela maior parte dos investimentos estrangeiros realizados no País naquele período. O Plano de Metas de Kubitschek exprimia a nova orientação do processo de industrialização brasileiro, em que a primazia era do setor de bens de consumo duráveis, o qual exigia um grande volume de recursos. Parte considerável desses recursos foi obtida através da en-

¹⁰³ Idem, idem. 26 de outubro de 1954. O engenheiro Eugênio Gudin teve importante atuação na área econômica a partir da década de 1930, coroada com sua indicação para o Ministério da Fazenda, em 1954-1955. Era adepto do liberalismo, contrapondo-se a Roberto Simonsen que defendia o planejamento.

¹⁰⁴ Idem, idem. 27 de outubro de 1954.

¹⁰⁵ Idem, idem. 29 de outubro de 1954.

¹⁰⁶ Por exemplo, nas edições de 19 de outubro e de 29 de dezembro de 1954.

trada maciça de capitais estrangeiros, sob a forma de investimentos diretos nos novos setores dinâmicos e pelo fornecimento de tecnologia.

JK e a Petrobras

Empossado na presidência da República em 1956, JK afirmou seu inteiro apoio à causa da Petrobras, o que não foi suficiente para calar seus detratores, que teimaram em se manifestar até o final daquela década e ainda na seguinte.

Em 5 de fevereiro de 1956, o Diário do Comércio anunciava que o novo presidente da Petrobras, tenente-coronel Janary Nunes, declarara que a política nacionalista do petróleo brasileiro e o monopólio da exploração e produção do mesmo seriam mantidos. “Apenas todos os seus programas serão intensificados substancialmente”, dissera. Mas o grande problema, ponderava o jornal, era o crescimento da demanda de consumo que, em 1945, representava 4,7% das importações e em 1955 já representara 7%. De sorte que, mantendo constante o ritmo de crescimento do consumo, em 1960 o gasto com a importação do produto ficaria em torno de 450 milhões de dólares. Em vista disso, afirmava a necessidade absoluta de aumentar a produção do petróleo brasileiro.

O sonho do aço

O sonho dos mineiros de ver uma grande siderúrgica instalada no Estado era antigo. Depois de uma década digerindo Volta Redonda, a campanha foi retomada com ânimo redobrado. Em 11 de maio de 1953, o Diário do Comércio anunciava que o deputado Magalhães Pinto enviara à Câmara dos Deputados projeto de lei que autorizava o poder executivo a organizar uma sociedade de economia mista para explorar a siderurgia pesada em Minas.

Em abril de 1956, o presidente da Cia. Siderúrgica Nacional e da Acesita, general Macedo Soares, pronunciou importante conferência na Sociedade Mineira de Engenheiros, intitulada “Volta Redonda Mineira”, e, para grande satisfação dos presentes, a certa altura afirmara: “Ora, o Brasil, com a extensão de um continente, não poderia ter uma só usina [siderúrgica].” Ao final, observara ser natural que os mineiros quisessem a criação de grande usina siderúrgica e que de sua parte não haveria obstáculos.

“Em vias de concretização, a idéia da instalação de uma grande siderúrgica em Minas Gerais”, foi a manchete do jornal ao anunciar a chegada à capital de siderurgistas japoneses e diretores da Cosipa e que, em reunião realizada na véspera com o presidente Juscelino Kubitschek, representantes das indústrias mineira e paulista estabeleceram um acordo para a implantação de usinas siderúrgicas em ambos os estados.¹⁰⁷

¹⁰⁷ Idem, idem. 17 de abril de 1956, p. 1 e 6.

O retorno da delegação brasileira que fora ao Japão tratar de assuntos relativos à instalação da siderúrgica foi devidamente registrado por Osório da Rocha Diniz, para quem os entendimentos entre grupos alemães e japoneses levariam em breve ao início das obras para a construção da Usiminas. Ele fazia uma retrospectiva dos fatos que precederam o acordo e que culminaram com o discurso de Juscelino Kubitschek, em 22 de abril de 1956, na inauguração da Mannesmann, em Belo Horizonte, quando prometera apoio à instalação de usina siderúrgica de grande porte no Estado.

Em histórico momento para Minas Gerais, em 3 de junho de 1957, foi finalmente assinado o acordo Horikoschi – Lanari para a constituição da *joint-venture* Brasil – Japão, que iria construir a Usiminas. Dois dias depois, o jornal estampava a seguinte manchete na primeira página: “Assinado no Rio o acordo para a instalação da Usiminas”. Informava a quantia em que estava fixada a construção da usina, 113 bilhões de cruzeiros, e que a participação japonesa, considerada a menor parte do orçamento, girava em torno de 20 milhões de dólares, mais o maquinário que viria por meio de importação do Japão.

A organização da Usiminas como *joint-venture* Brasil – Japão ocorreu em janeiro de 1958, quando foi eleita a nova diretoria. Aproximadamente 50 personalidades do meio empresarial e político de Minas subscreveram ações da Usiminas; dentre elas, figurava José Costa.

O início das obras da Usiminas, anunciado em maio, foi marcado para o dia 16 de agosto daquele ano. Na edição de 20 de agosto, o jornal registrou: “Com o batimento da primeira estaca da siderúrgica da Usiminas, no sábado último, em Ipatinga, Minas Gerais, em solenidade presidida pelo sr. Juscelino Kubitschek, foi iniciada a execução de um dos mais importantes projetos ligados à produção de aço no País. Progressivamente consumido em razão do vertiginoso processo de industrialização que ocorre no Brasil, o aço vem se colocando, ao lado do petróleo, como elemento básico da emancipação econômica do País.”

Defesa da indústria nacional

Por essa época, a decisão da Sumoc de autorizar a instalação em São Paulo da American Can, fábrica americana de lataria, provocou forte reação da corrente nacionalista. A decisão foi também condenada pelo Senado e pôs em movimento a Frente Parlamentar Nacionalista.¹⁰⁸

Essa mobilização não escapou ao Diário do Comércio, que, em fevereiro de 1958 denunciava: “Trustes manobram contra a indústria nacional”. Dizia que a Sumoc acabara de cometer um crime contra a indústria brasileira, dando ganho de causa e enormes lucros à American Can Corporation. Lembrava que a indústria de folha de flandres para a pro-

¹⁰⁸ A FPN foi um movimento que mobilizou deputados e senadores de diferentes partidos entre os anos de 1950 e 1960. Defendia políticas nacionalistas para a solução dos problemas do desenvolvimento do País e dela faziam parte, entre outros, Barbosa Lima Sobrinho, Gabriel Passos e Sérgio Magalhães. Desapareceu após o golpe militar de 1964.

dução de laticínios era uma das mais antigas do País e vinha apresentando os melhores resultados. Todavia, um dos diretores da American Can comprara uma insignificante fábrica de latas em São Paulo e, protegido pela portaria 113 da Sumoc, sem cobertura cambial, importara dos EUA as mais modernas e eficientes máquinas, “jogando sobre a indústria nacional o *dumping* e absorvendo lucros acrescidos que serão daqui para frente enviados para o estrangeiro”.¹⁰⁹

Trustes insistentes

No final dos anos de 1950, a luta pela preservação da Petrobras ainda não terminara. “Os trustes não desistiram de se apoderar do petróleo brasileiro”, publicava o Diário do Comércio na coluna “O que diz a imprensa”, onde transcrevia artigo do jornal Última Hora, assinado por Adalgisa Nery.¹¹⁰ Em 29 de outubro de 1958, dizia que forças entreguistas estavam agindo contra a empresa, “procurando enfraquecê-la e preparando o momento para lançar-se contra ela e provocar a revisão da lei 2004 que a criou e que instituiu o monopólio estatal. No entanto, a Petrobras, antes de apresentar os extraordinários níveis de produção e as numerosas e grandes realizações que apresenta no momento, já estava acima de questões pessoais e de grupos”. O jornalista Assis Chateaubriand foi identificado como “entreguista”, já que “vem a público repetir a tese ‘entreguista’ de que o Brasil está insolvente e de que se usássemos os recursos da Petrobras na economia cafeeira, o problema estaria resolvido.”¹¹¹ Foi também apontado como “excessivamente identificado com grupos estrangeiros” o então Ministro da Fazenda, Lucas Lopes.

“A luta constante contra a Petrobras é desrespeito ostensivo à lei em vigor e uma ofensa direta aos interesses nacionais”. Assim, o Diário do Comércio divulgava, em 23 de dezembro de 1958, as incisivas palavras do cel. Janary Nunes no discurso de transmissão de cargo de presidente da empresa ao cel. Idalio Sardemberg. Uma semana mais tarde, ainda se referindo ao discurso do cel. Janary, noticiava que, junto aos documentos que ele entregara aos deputados, se referira à pressão que até então faziam os trustes e as refinarias particulares contra os interesses e o desenvolvimento da Petrobras.¹¹²

Incansável em sua missão de dar cobertura a todo e qualquer ato de defesa da Petrobras, em 30 de abril de 1963, o Diário do Comércio denunciava: “Conspiração contra a lei 2004 tramada nos bastidores”. Informava que grupos econômicos internacionais que até então se revelaram vigilantes para tirar do Estado o monopólio do petróleo tramavam,

¹⁰⁹ Idem, idem. A mobilização contra a American Can foi também noticiada na edição de 5 de março.

¹¹⁰ Idem idem. 25 de janeiro de 1958, p. 1. Adalgisa Nery foi Deputada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro - ALERJ, na 1ª e 3ª legislaturas.

¹¹¹ Idem, idem. 7 de setembro de 1958.

¹¹² Idem, idem. 27 de dezembro de 1958, pp. 4 e 10.

mais uma vez, reformas no estatuto da Petrobras através da Rede Ferroviária Federal.

A Petrobras em Minas

Ao mesmo tempo em que não perdia de vista a cena nacional na luta pela preservação da Petrobras, no plano regional o jornal liderava outra campanha: a instalação, no Estado, de uma refinaria de petróleo, junto com a idéia de que esta haveria de determinar a construção de um oleoduto.

Em setembro de 1955, Magalhães Pinto apresentou na Câmara dos Deputados projeto de lei - nº 672/55 - que cogitava a construção de um oleoduto ligando o Rio de Janeiro a Belo Horizonte, pautado por estudos realizados no âmbito do Centro de Estudos Econômicos de Minas Gerais. Em conferência realizada na AC Minas sobre o problema da exploração do petróleo no Brasil, uma das principais declarações do cel. Levy de interesse de Minas fora a disposição da Petrobras em construir um oleoduto Rio - BH, conforme noticiava o jornal em 17 de janeiro de 1956.

No mês seguinte, o jornal divulgou que Osório da Rocha Diniz, presidente da comissão designada pelo governador Bias Fortes para tratar da instalação de uma refinaria de petróleo no Estado, afirmara que naquele momento estavam sendo tomadas medidas preliminares que deveriam apressar a referida instalação. A grande preocupação, observava a matéria, era recriar o clima favorável à refinaria que existira no período em que Janary Nunes era presidente da Petrobras. Entretanto, devido a imprevistos ocorridos na política da empresa, como as altas sucessivas do petróleo, as obras, que deveriam ser iniciadas em setembro de 1958, quase caíram no esquecimento. Era preciso, portanto, envolver as classes produtoras no planejamento da criação da empresa para motivá-las, seguir com o planejamento do governador do Estado e depois ter entendimento direto com o presidente da República.

Finalmente, a edição de 20 de agosto de 1959 anunciava: “Concretiza-se a instalação da grande refinaria, cuja localização será nas proximidades de Belo Horizonte”. O subtítulo da matéria, com informações atribuídas a Osório da Rocha Diniz, dizia também que poderia ser estudada a montagem de outras refinarias em diferentes regiões do Estado e, desde que elas fossem especializadas, teriam mercado suficiente para justificar sua instalação.

A edição de 19 de outubro de 1961 trazia notícia auspiciosa: a Petrobras autorizara a construção da refinaria em Minas Gerais e do oleoduto para o transporte de petróleo da então Guanabara para Belo Horizonte. A capacidade de produção da refinaria, que iria se localizar na Cidade Industrial de Santa Luzia, seria de 25.000 barris diários. A autorização da Petrobras para a construção de ambos os empreendimentos foi considerada uma grande vitória das classes produtoras mineiras.

A conclusão os trabalhos preliminares para a construção do oleoduto que, segundo constava, deveria estar funcionando em 1964, foi anunciada em 19 de dezembro. Destacava que o empreendimento reduziria os gastos com produtos derivados do petróleo e que traria desenvolvimento ao Estado, que passaria a dispor de constante abastecimento de petróleo, possibilitando melhor atendimento aos prováveis aumentos de consumo e a instalação de diversas indústrias.

Em 25 de abril do ano seguinte, o jornal comunicava que Francisco Mangabeira, presidente da Petrobras, dera início, na véspera, à construção da Estação Campos Eliseos do oleoduto Rio – Belo Horizonte, denominado Orbel, que deveria estar concluído dentro de 26 meses, quando transportaria 70 mil barris diários de derivados de petróleo da Refinaria Duque de Caxias para o consumo de Minas Gerais.

A campanha pela refinaria foi longa e intensa, tendo mobilizado, além de entidades das classes produtoras, políticos, jornalistas, intelectuais e sindicalistas. Finalmente, em 6 de fevereiro de 1963, iniciaram-se, em clima de festa, as obras de construção da Refinaria Gabriel Passos, não em Santa Luzia, mas à altura do Km 5 da rodovia Fernão Dias, em Betim. Sua inauguração iria se dar apenas cinco anos mais tarde, já em outro cenário político-institucional.

Câmbio e nacionalismo

A política cambial era tema privilegiado no jornal, dada sua relação com a proteção da indústria nacional e a entrada de capital estrangeiro. Em 18 de junho de 1958, o então ministro da Fazenda José Maria Alkmim mereceu severas críticas no Diário do Comércio, particularmente pela promulgação da Instrução 158, da Sumoc. Dizia o jornal: “É muito grave o que acontece dentro da Sumoc sob a presidência do ministro, o qual joga fora a bandeira nacionalista e curva-se às exigências de medidas equivalentes à reforma cambial. Como já anunciamos, a instrução 158 altera a taxa cambial para a importação de equipamentos. Diante desta ofensiva antiindustrialização do Brasil, as forças nacionalistas e industriais progressistas, em todos os setores, entram em efervescência e contra atacam”.

O jornal também não poupava críticas à Instrução 113, da mesma Sumoc, que vinha permitindo a “Desnacionalização da indústria nacional”. Essa seria quase inevitável em face da vigência daquela legislação que dispunha sobre investimentos estrangeiros, permitindo a importação de equipamentos sem cobertura cambial.¹¹³ Igualmente, UDN e PSD foram acusados de estarem combatendo o nacionalismo, sob o disfarce da luta anticomunista:

¹¹³ Idem, idem. 24 de agosto de 1958, p. 1.

UDN e PSD não estão combatendo nenhum comunismo e nem defendendo nenhum sentimento cristão, pois nunca rejeitaram o apoio e a cobertura comunista sempre que isto lhes foi oferecido. A verdade é que o PTB significa para essas duas agremiações políticas uma ameaça muito mais grave do que todas as contidas no voto dos vermelhos. Combatem não o Comunismo, mas o PTB, que é um partido que reivindica a reforma agrária, a nacionalização dos bancos, a intocabilidade da Petrobras, os minerais atômicos e tudo que pertence à coletividade brasileira cobiçada pelos monopólios internacionais.¹¹⁴

O sistema de câmbio vigente durante o período de aplicação do Plano de Metas foi alterado em 1961, por meio das instruções 204 e 208.¹¹⁵ Em 26 de maio daquele ano, o Diário do Comércio publicou memorial das classes produtoras de Minas Gerais enviada ao presidente Jânio Quadros, considerado de grande repercussão. O memorial levava a assinatura dos presidentes de todas as entidades das classes produtoras mineiras e dizia que, após analisar detidamente a Instrução nº 204 da Sumoc, aquelas classes vinham hipotecar “construtiva solidariedade” ao governo.

Outro tema privilegiado pela cobertura jornalística nessa conjuntura foi o projeto de lei referente à remessa de lucros. As mudanças no projeto, que a AC Minas iria propor no II Encontro das Classes Produtoras, a realizar-se no Rio de Janeiro em dezembro de 1961, foram divulgadas em 10 de dezembro. O jornal deixava claro que a entidade não era contra a remessa, mas propugnaria para que as mesmas não ameaçassem o desenvolvimento do País.

Em 1º de março de 1962, o tema foi retomado. A nota observava que, segundo diziam, se tal lei fosse promulgada, o Brasil poderia perder o apoio econômico que vinha recebendo dos EUA, pois os políticos daquele País afirmavam que o Brasil não era mais confiável e o comparava a Cuba. O jornal mostrava também a grande propaganda negativa feita pela imprensa norte-americana, destacando o New York Times, que dissera que o Brasil vivia uma situação caótica. Ao encerrar, afirmou: “A opinião norte-americana não quer admitir que o capital estrangeiro seja colocado em uma ‘camisa-de-força’ pelo Brasil, da mesma forma que o Brasil não quer ter sua soberania ameaçada pela Aliança para o Progresso”.

“Minério não dá duas safras”

No início dos anos de 1960, outra importante campanha a mobilizar os setores nacionalistas mineiros foi a luta contra a Hanna Corporation, empresa americana que obti-

¹¹⁴ Idem, idem. 6 de setembro de 1958, pp. 4 e 12.

¹¹⁵ A reforma instituída por essas medidas consistiu em eliminar a concessão de subsídios via sistema de câmbio, unificar os tipos de câmbio e estabelecer mecanismos mais automáticos para a determinação da taxa de câmbio.

vera autorização para explorar minério de ferro em Minas Gerais. O Conselho de Segurança Nacional condenara o projeto da Hanna, considerando-o inaceitável não só do ponto de vista econômico, como do ponto de vista político¹¹⁶. Gabriel Passos denunciou assalto da Hanna à Central do Brasil, visando a monopolizar a exportação¹¹⁷. Anunciava-se que a Hanna já tinha 15 bilhões dos 26 bilhões de toneladas do quadrilátero ferrífero. Para conquistá-las e explorá-las, a empresa americana havia se organizado sob a forma de *holding*, controlando jazidas, lavras e exportação, prevendo o domínio do transporte pelos trilhos da Central, num plano que arruinaria a Vale do Rio Doce.¹¹⁸

Em 1º de dezembro de 1961, o Diário do Comércio publicava que o deputado Euro Arantes solicitara ao legislativo estadual uma comissão para apurar as atividades da Hanna Corporation em Minas. Aberto o inquérito, este concluiu pelo pedido de expropriação da empresa.

Em 1962, a campanha ganhou novas adesões, tornou-se mais agressiva e não saía das páginas do jornal. “Trabalhadores lutarão para que Hanna não asfixie as indústrias nacionais”, foi o título da matéria que anunciava ter a Federação dos Trabalhadores em Indústrias Extrativas resolvido hipotecar irrestrito apoio às empresas nacionais, na luta contra o monopólio do transporte de minério, na Central do Brasil, por parte da Hanna. Ao mesmo tempo, várias indústrias sediadas em Minas tomavam as primeiras providências para impedir a aprovação do acordo.¹¹⁹ O superintendente da Rede Mineira de Viação aderiu ao movimento e afirmou que não se podia conceber que firmas estrangeiras ou nacionais pretendessem o monopólio de uma ferrovia tão importante ao desenvolvimento econômico do País.¹²⁰

Em 1962, foram cassadas as concessões da Hanna, mas essa continuou a operar clandestinamente, como foi denunciado pela imprensa identificada com a campanha. A Hanna chegou a recorrer ao Supremo contra a cassação de seus direitos.¹²¹

A estatização dos serviços públicos

Com a chegada de João Goulart à presidência da República, as chamadas reformas de base, que já vinham sendo discutidas desde o final do governo JK, se transformaram em bandeiras do novo governo. A estatização dos serviços públicos e encampação das empresas estrangeiras que atuavam no setor foi uma delas.

Em 30 de março de 1962, anunciava o Diário do Comércio que o presidente João Goulart levaria aos Estados Unidos um plano de expropriação total, pelo governo brasileiro, dos serviços públicos de propriedade norte-americana. Informava a nota que as empresas en-

¹¹⁶ Idem, 1 de maio de 1961.

¹¹⁷ Idem, 19 de março de 1961.

¹¹⁸ Idem, 18 de setembro de 1961.

¹¹⁹ Idem, 11 de fevereiro de 1962, p. 1.

¹²⁰ Idem, idem, 14 de fevereiro de 1962, p. 3.

¹²¹ Idem, idem, 23 de setembro de 1962.

campadas seriam estimuladas a aplicar as indenizações em outros setores da atividade econômica do Brasil. A prometida estatização de todos os serviços de telecomunicação no País, estabelecida de comum acordo com o Conselho de Segurança Nacional, não por acaso fora anunciada em 1º de maio de 1962. Pouco mais de um mês depois, era divulgada, como evidência de uma consciência nacionalista, a criação da Eletrobrás, em sessão solene presidida pelo presidente João Goulart. Na constituição da empresa, o então ministro Gabriel Passos, a cuja pasta se encontrava vinculada a empresa, afirmara representar a constituição da Eletrobrás uma efetivação da iniciativa de Getúlio Vargas e que visava a emancipação econômica do País.¹²² Naquele mesmo mês, o jornal anunciava a instalação da comissão de nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos.¹²³

A tese mineira do minério

Em 5 de outubro de 1963, a AC Minas anunciou que iria lançar a “tese mineira do minério”, pretendendo com ela fixar as bases para a definição de uma política de minério no Brasil. A tese não implicava uma política de estatização da exportação e exploração de minério e, sim, uma política nacionalista, nos moldes da que era defendida por Artur Bernardes e Gabriel Passos. Para tanto, foi organizado um seminário, que adotou o *slogan* “minério não dá duas safras”, criado por Bernardes.

A semana do minério obteve grande repercussão na imprensa e em segmentos distintos da sociedade mineira, tendo obtido apoio até dos sindicatos operários, que, em janeiro do ano seguinte organizaram a “Semana Popular do Minério”¹²⁴. Portanto, a tese do monopólio estatal do minério, sustentada por Magalhães Pinto naquela conjuntura, foi defendida tanto pelas classes produtoras quanto por sindicalistas, chegando a penetrar também nos meios políticos e administrativos do Estado.

Como derradeiro ato de inspiração nacionalista, em dezembro de 1963, o governador Magalhães Pinto declarou de utilidade pública, para efeito de desapropriação, terrenos pertencentes à St John del Rey Mining Co. Ltda, situados nos municípios de Nova Lima e Itabirito, para garantir à Metamig, empresa de economia mista estadual, a exploração de jazidas de minério de ferro que ali se encontravam.¹²⁵

O capital estrangeiro no pré-golpe

A intensa mobilização de setores populares da sociedade marcou os primeiros anos da década de 1960, especialmente depois que João Goulart assumiu a presidência da Re-

¹²² Idem, idem, 13 de junho de 1962, pp. 3 e 14.

¹²³ Idem, idem, 23 de junho de 1962, p. 2. A comissão foi criada pelo decreto 1.106, de 30 de maio de 1962.

¹²⁴ DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, 4, 8, 14, 15 e 19 de janeiro de 1964.

¹²⁵ DIÁRIO DO COMÉRCIO-INFORMADOR COMERCIAL. Belo Horizonte, 5 de dezembro de 1963.

pública. A inflação atingia níveis sem precedentes e a crise se alastrava. À medida que a sociedade se polarizava, o jornal assumia mais firmemente sua posição contrária à ingerência do capital estrangeiro nos setores chave da economia. Na edição de 3 de janeiro de 1964, Osório da Rocha Diniz discutia o contexto econômico brasileiro comparando-o àquele que dera origem à revolução de 1930 e afirmava, outra vez mais, a tentativa do capital estrangeiro de “boicotar” a emancipação econômica brasileira.

Em 21 de janeiro de 1964, voltava a discutir o desenvolvimento nacional em face dos interesses internacionais contrários, bem como o posicionamento de determinados setores e de “certa” imprensa, aliados na “fabricação de uma crise econômica aguda” no Brasil.

Osório da Rocha Diniz afirmou a necessidade de encampação, pelo governo, das “empresas estrangeiras concessionárias” de serviços básicos, como a energia elétrica e a telefonia, posicionando-se, dessa forma, contra a opinião de “certa imprensa”, que se colocava a favor da permanência do controle estrangeiro nesses setores-chaves para o desenvolvimento nacional.

Denunciou ainda as manobras dos grupos estrangeiros (Brazilian Traction e Bond & Share, Light, Cia. Força e Luz do Paraná) para pressionar os governos federal e estaduais e sugeriu um plano de prioridades a serem estabelecidas a partir de estudos e auditoria de todas as concessionárias, possibilitando a solução adequada do problema.

Às vésperas do golpe, Osório da Rocha Diniz ainda abordava “Os Problemas de Minas” que entravavam seu desenvolvimento econômico. Enquanto a edição de 31 de março de 1964 circulava, os militares já haviam tomado o poder. Encerrava-se, assim, uma era da história do País e também do Diário do Comércio-Informador Comercial.

As velhas campanhas

No clima de incerteza que se seguiu ao golpe, Osório da Rocha Diniz não tardou em voltar às questões de ordem econômica, eximindo-se de comentários sobre o momento político. Retomando suas investidas contra os grupos estrangeiros, ao referir ao problema dos transportes no Brasil, defendeu o projeto de criação de uma rede de oleodutos nacionais, que seria contrário aos interesses das empresas estrangeiras que monopolizavam o transporte e a distribuição dos derivados de petróleo:

A situação deficitária e precária em que se encontram diversos sistemas de transportes no Brasil e a necessidade de recuperá-los, de aperfeiçoá-los, de conservá-los, de padronizá-los, de torná-los lucrativos, exige uma política adequada, corajosa e nacionalista que até hoje não foi iniciada seja pela Rede Ferroviária Federal ou pelos responsáveis pela nossa Marinha Mercante ou construções de canais, portos e rodovias.

Os tempos eram outros e, nessa mesma edição (1º de julho), observava-se, em tom abertamente elogioso, a mudança de comportamento dos Estados Unidos em relação ao Brasil, mencionando um empréstimo vultoso então concedido ao governo, bem como um acordo para ajuda na expansão industrial e construção de casas populares no Ceará:

É preciso compreender que se trata de uma inovação auspiciosa, de uma alteração completa, revolucionária mesmo, de todo o comportamento do governo norte-americano com relação à concessão de empréstimos a países considerados subdesenvolvidos. (...) Por outro lado, poderão ocorrer novas mudanças no comportamento externo com relação ao Brasil, em face das modificações pretendidas pelo presidente Castelo Branco na Lei de Remessa de Lucros.

O programa econômico do primeiro governo “revolucionário”, centrado na luta contra a inflação por meio da restrição do crédito, foi, de modo geral, bem recebido pelas classes produtoras do País. Todavia, em 29 de julho de 1964, Osório da Rocha Diniz já notava seu possível impacto nas empresas nacionais, antecipando-se à insatisfação que tomaria conta das classes produtoras nos dois anos seguintes.

Em 1965, o “Comentário do Dia” da edição de aniversário discutia a presença do capital estrangeiro no Brasil, a propósito da reforma da lei 4.131 sobre remessa de lucros, aprovada pelo Congresso Nacional em agosto daquele ano.¹²⁶ Dizia que o afastamento do capital estrangeiro do Brasil nos últimos anos não se deveria essencialmente a uma legislação restritiva, mas muito mais à incerteza quanto ao verdadeiro intuito do governo nesse domínio. Isso porque, desde setembro de 1962, as remessas de lucros estavam suspensas e as autorizações para pagamento de *royalties* e *know-how* muito reduzidas. Em tais condições, era bastante difícil que aplicações de capitais se realizassem no País. Surpreendentemente, dizia:

Cumprir notar que o primeiro a sofrer com esta situação é o próprio País. Porém, não pode haver dúvida que os capitais estrangeiros reagiram favoravelmente ao novo clima que se verifica no Brasil. (...) Por outro lado, é fato público que existem diversos projetos de investimentos externos, notadamente no setor de alumínio, que permitiriam transformar o Brasil de importador a exportador, quebrando, assim, um quase monopólio favorável a todos os abusos. Por isso, espera-se que o atual governo, bem-intencionado, promulgue o quanto antes um regulamento que mostre que o Brasil está pronto para rece-

¹²⁶ A Lei 4.131, de 3 de setembro de 1962, definia uma nova política de capital estrangeiro no Brasil, bastante restritiva em relação à anterior, regulamentada pela Instrução 113, abolida pouco antes.

ber o capital estrangeiro, que queira ajudá-lo em seu desenvolvimento.¹²⁷

Nessa oscilação em relação à política de capital estrangeiro, a atuação da Eletrobrás constituiu mais uma oportunidade para Osório da Rocha Diniz colocar em pauta a atuação de grupos internacionais. Sustentava que a Eletrobrás deveria se restringir a proporcionar melhoria no fornecimento de energia nas regiões onde o fornecimento fosse deficitário, sem atender à pretensão da chamada “livre iniciativa” ou de certos “grupos de pressão”, que queriam que ela fosse a construtora e financiadora de usinas e linhas de transmissão para os grupos internacionais “que sempre parasitaram os serviços de energia elétrica no Brasil”. Era o que se deduzia, dizia, da campanha que certos grupos andavam fazendo, negando à Cemig concessão para construir a usina de Estreito, sob o pretexto de que caberia à Eletrobrás realizá-la.¹²⁸

Ainda a defesa da Petrobrás

Passada mais de uma década de sua criação, a Petrobras ainda não tinha sua existência plenamente assegurada. O Diário do Comércio não esmorecera em sua luta, como mostra o editorial da edição de 19 de fevereiro de 1965, publicado junto com a transcrição de matéria do Correio da Manhã, que afirmava ser o bloqueio financeiro da Petrobras resultado de um plano longamente premeditado, pois o que se passava então na empresa e no CNP não deixava margem a outra conclusão:

Na impossibilidade total de conseguir (mesmo com esse Congresso que aí está) a revogação de nossa legislação petrolífera, mudou-se a estratégia do grande combate: o desenvolvimento da Petrobras seria comprometido através da lenta, mas inexorável redução de seus recursos em divisas estrangeiras, imprescindíveis ao seu equilíbrio financeiro e ao prosseguimento harmônico de seus programas de trabalho.

A questão do ferro-gusa

“Precisamos resolver, agora, a crise do gusa” era o título da coluna de Osório da Rocha Diniz, de 31 de outubro de 1965, na qual retomava a questão do minério de ferro em Minas Gerais. Afirmava que industrializar nossos ricos e abundantes depósitos de minério de ferro, em vez de apenas procurar exportá-los deveria constituir o objetivo da política de desenvolvimento do Estado. Voltou a mencionar as “forças ocultas” contrárias ao desenvolvimento nacional e, especificamente, ao aumento da produção de aço e de laminados no Brasil, em especial em Minas Gerais. Entre outras provas da ação dessas “for-

¹²⁷ DIÁRIO DO COMÉRCIO-INFORMADOR COMERCIAL. Belo Horizonte, 18 de outubro de 1964, p. 4.

¹²⁸ Idem, idem. 28 de outubro de 1964, p. 1.

ças”, citou o atraso ocorrido no suprimento de recursos financeiros às principais indústrias siderúrgicas do País em sua fase de instalação – Usiminas, Cosipa, Acesita, Cia. Ferro e Aço de Vitória – e o desinteresse com que a Cia. Vale do Rio Doce tratava a implantação de uma usina siderúrgica no Estado.

A estatização da economia

No decênio subsequente ao golpe militar de 1964, acentuaram-se duas tendências que começaram a despontar com JK na presidência da República: de um lado, uma expansão considerável do setor produtivo do Estado; de outro, o aumento da associação entre o Estado e o capital estrangeiro.

Em 19 de novembro de 1966, o Diário do Comércio antecipava-se à intensa campanha pela desestatização da economia que se desenrolaria na segunda metade dos anos de 1970, discutindo “a questão siderúrgica” do ponto de vista da crescente estatização do setor e manifestando sua preocupação com o processo em marcha. O tema esteve em pauta motivado pela divulgação do relatório parcial da firma norte-americana Booz-Allen & Hamilton International sobre o plano de expansão da produção siderúrgica brasileira, que suscitara uma série de críticas à atuação do Governo Federal. Dizia o Diário do Comércio que as entidades de classe deveriam se preocupar mais com a marcha em curso em direção à estatização da economia brasileira:

Há nestes estudos um aspecto que mereceria a maior atenção das entidades de classe, para que pelo menos tomem consciência de um fato preocupante. Queremos nos referir à acentuação da estatização no setor siderúrgico. (...) É possível que não se possa evitar esta situação, mas, pelo menos, devemos ter consciência do problema e tentar reduzir ao mínimo os inconvenientes deste estado de fato.

O artigo recomendava que as entidades de classe encabeçassem um movimento para que o Governo Federal tomasse medidas suscetíveis de encorajar os investimentos privados naquele setor e lançassem uma campanha para convidar os empresários a participar, ainda que em proporção minoritária, dos empreendimentos que o governo pretendia conduzir no setor siderúrgico.

O AI-5 e a refinaria de Minas

A conjuntura dos anos 1967 e 1968 foi decisiva para a definição dos contornos que o regime político assumiria dali para frente, bem como da rota da política econômica. A escolha do general Arthur da Costa e Silva para a presidência da República representou uma

ruptura com a orientação política do governo anterior e se refletiu também no programa econômico de seu governo, ao deslocar a ênfase na estabilização para a tônica do desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a oposição ao regime tomava novas dimensões, com maior mobilização partidária e as crescentes mobilizações estudantil e operária. A crise política agravou-se em 1968, com a atuação dos grupos revolucionários clandestinos e a ocorrência de greves operárias. O acirramento do conflito resultou na promulgação, a 13 de dezembro daquele ano, do Ato Institucional nº 5, o AI-5, que institucionalizou a ditadura, com o fechamento do Congresso, a censura à imprensa e outras medidas de força.

Mesmo no bojo dessa conturbada conjuntura política, a questão do petróleo ainda mobilizava as atenções, especialmente a de Osório da Rocha Diniz. Em 11 de fevereiro de 1968, ele comentava algumas medidas levadas a cabo pelos “grupos internacionais do petróleo, seus advogados e sócios no Brasil e os ex-ministros Roberto Campos e Mauro Thibau”, e afirmava que essas medidas visavam retirar o controle da Petrobras sobre a indústria petroquímica no Brasil e entregá-lo a trustes internacionais.

Nesse cenário, a inauguração da Refinaria Gabriel Passos (Regap) teve grande destaque no Diário do Comércio e foi assunto de várias edições. Ocupando toda a primeira página, em 30 de março de 1968, o jornal estampava a manchete: “REGAP: o Petróleo é Nosso”. O texto que se seguia não ocultava a satisfação com o coroamento de uma campanha que o jornal conduzira com tanta garra.

Os primeiros litros de petróleo cru caíram, ontem, nos tanques da Refinaria Gabriel Passos, vindos pelo Oleoduto Rio-Belo Horizonte, e hoje, quando o presidente Costa e Silva descobriu as placas comemorativas da inauguração, todos os que um dia lutaram pela PETROBRAS, em Minas Gerais, poderão gritar: ‘O Petróleo é nosso’, porque a REGAP passará a abastecer de combustível toda a região Centro-Oeste do País, que não precisará mais importá-lo (...) A PETROBRAS, com a Refinaria Gabriel Passos, dá mais um passo em sua marcha histórica no sentido do desenvolvimento e da independência econômica e social do Brasil. Para esse passo, só possível de ser dado por uma empresa genuinamente nacional, contribuiu todo o esforço, a luta e o sacrifício daqueles que, um dia, acreditaram na mística do ‘petróleo é nosso’, aqui, em Minas e no Brasil. Gente com ânimo de pioneiro, que ontem, finalmente, recebeu as homenagens do Poder Político, da qual nunca se afastou, no seu apoio e solidariedade, o DIÁRIO DO COMÉRCIO.

O “Comentário do Dia” da mesma edição historiava a campanha “O petróleo é nosso”, denunciava as investidas que ainda se faziam contra a Petrobras e finalizava desta-

cando o papel do Diário do Comércio que, desde os primeiros momentos em seus trinta e sete anos de vida, abraçara a luta pelo petróleo no Brasil, dando cobertura a todas as batalhas que levaram à Lei 2.004. “Por tudo isso, o DIÁRIO DO COMÉRCIO pode dizer, hoje, antes de cumprimentar os que inauguram mais esta realização da Petrobras, que merece também as homenagens, junto com os pioneiros que só agora recebem o reconhecimento dos governantes”.

A siderúrgica do Paraopeba

A antiga reivindicação de que fosse instalada uma siderúrgica no Vale do Paraopeba foi retomada nos anos de 1960. Pela Lei nº 2.805, de 12 de setembro de 1963, o Executivo foi autorizado a participar da constituição da Açominas, através da Metamig. O governo do Estado procurou então atrair investidores estrangeiros, mas não obteve resultado.

Em 19 de outubro de 1966, o Diário do Comércio noticiava que a AC Minas, por intermédio de seu associado Waldemar Coronha, propunha a participação da CSN no capital da “Siderúrgica do Vale do Paraopeba”, sob o argumento de que era justamente no Vale do Paraopeba que aquela Companhia buscava a totalidade do minério de ferro consumido em seus altos-fornos, assim como grande parte de fundentes.

Em 4 de novembro seguinte, o jornal anunciava a finalização do estudo elaborado pela AC Minas sobre a implantação da usina e publicava as principais conclusões a que chegara, dentre as quais a de que a indústria siderúrgica era fundamental para reverter a tendência de Minas ser apenas o grande fornecedor de mão-de-obra para os outros estados da Federação.

Uma vez constituída a Açominas, a diretoria eleita passou a mobilizar os diversos segmentos da sociedade mineira, notadamente entidades das classes produtoras, em apoio ao empreendimento. O Diário do Comércio também ingressou em permanente campanha em prol de sua concretização.

O embrião da nova Minas

A crise econômica que assolou o País no início da década de 1960 atingiu em cheio a economia mineira, ao provocar a retração dos investimentos e inibir as possibilidades de ampliação do parque industrial do Estado que se vislumbravam ao final do decênio anterior.

O estreito relacionamento entre Governo e empresariado para soerguer a economia e promover a arrancada para o desenvolvimento, aliás, foi uma das bandeiras de campanha de Israel Pinheiro. Todavia, eleito em oposição ao governo federal, num cenário de forte centralização administrativa, viu-se sem recursos para realizar os investimentos que se faziam necessários para a retomada do desenvolvimento econômico de Minas. Seu go-

verno concentrou-se, então, na criação de condições institucionais que iriam dar sustentação à aceleração industrial do decênio subsequente.

Na primeira fase, que corresponde à segunda metade dos anos de 1960, destacou-se o papel do BDMG que, sob a liderança de Fernando Reis, reuniu uma equipe técnica de alto nível e com as melhores condições de trabalho, responsável, entre outras ações, pela publicação, em 1968, do Diagnóstico da Economia Mineira, que divulgava os pontos de estrangulamento da economia regional. Segundo o estudo, a ausência de um autêntico empresariado constituía um dos principais entraves ao desenvolvimento do Estado.

Na segunda fase, na virada da década, juntaram-se ao BDMG o Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi) e a Companhia de Distritos Industriais (CDI), organismos destinados a elaborar estudos de oportunidade industrial, estudos setoriais e de mercado, o primeiro, e a fornecer terrenos dotados de infra-estrutura básica para a instalação de empresas, a segunda.

A década de 1970 se iniciou, então, com a retomada do processo de desenvolvimento econômico em Minas, com a indústria apresentando altas taxas de crescimento, acima da média nacional, e diversificando sua estrutura produtiva.

A edição de 16 de março de 1971 foi dedicada, em grande parte, à cobertura da posse de Rondon Pacheco, saudada pelo jornal em clima de otimismo. Junto com a cobertura da solenidade, o jornal publicava a íntegra do documento entregue ao governador em agosto do ano anterior, “contendo pontos de vista do setor empresarial sobre problemas de administração pública e algumas sugestões relativas à economia mineira”. O documento sugeria ações em diversos setores e, dentre os problemas de maior relevo para o desenvolvimento do Estado citava, em primeiro lugar, a implantação da indústria siderúrgica do Vale do Paraopeba.

A atração de investimentos e a Fiat

A necessidade de uma política de atração de novos investimentos para o Estado foi uma das questões que mobilizaram as classes produtoras mineiras naquela conjuntura. Com o apoio do governo estadual, suas entidades de classe passaram a realizar e a divulgar estudos sobre as potencialidades industriais das diversas regiões e a estabelecer contatos diretos com grupos empresariais estrangeiros.

As visitas de investidores estrangeiros intensificaram-se depois da posse de Rondon Pacheco, atraídos pela divulgação das condições do Estado e dos incentivos oferecidos. Um marco nesse processo foi a realização, em 1972, em Belo Horizonte, de reunião da Business International Corporation, entidade que reuniu algumas das maiores empresas do mundo, sob a argumentação de que Minas dispunha de infra-estrutura adequada, financiamentos de médio e longo prazos, um sofisticado esquema de assessoramento a investidores e um mecanismo de incentivos fiscais sem concorrente no Brasil.

Neste contexto, a vinda da Fiat Automóveis constituiu um dos empreendimentos mais significativos e simbólicos da recuperação econômica mineira, via investimentos externos. A decisão foi precedida de intensa campanha que mobilizou entidades de classe, o governo estadual e outras forças regionais, diante da disputa instalada com outros estados, que também ofereciam incentivos fiscais à fábrica italiana.

A visita do presidente general Emílio Garrastazu Médici à capital mineira, em agosto de 1972, foi noticiada pelo Diário do Comércio na edição do dia 17, com destaque à entrega de um memorial ao presidente, pelas classes produtoras, em que agradeciam o apoio do governo federal ao Estado e lembravam projetos que ainda requeriam providências da União. Entre eles, “a expansão do parque siderúrgico e a implantação de grande usina no setor de não-planos”, transformando Minas em grande pólo siderúrgico, e o projeto da Fiat, “visando o aumento da produção de tratores e a fabricação de automóveis”.

“Seja bem-vindo, Presidente” foi o título do editorial dessa edição. Referia-se à oportunidade que aquela visita representava para colocar o presidente a par de questões que ainda precisavam de solução no Estado e dizia: “É preciso que se compreenda também que, situado numa posição estratégica, Minas Gerais pode, se não estiver em excelente forma, comprometer o equilíbrio de toda a região Centro-Sul, vale dizer, do coração do Brasil. Minas Gerais vem acompanhando com simpatia e respeito a atuação do presidente Garrastazu Médici, admirável figura de homem público, estadista que conquistou o respeito de todo o mundo ao alçar o País à sua condição atual”.

O ano de 1973 registrou importante marco na história econômica do Estado, quando o presidente da Fiat anunciou oficialmente, na Fiemg, a vinda da fábrica para Minas Gerais. Além de todas as facilidades normalmente oferecidas a empresas que viessem a se localizar no Estado, o governo estadual ofereceu subsídios e facilidades especiais ao grupo italiano, por meio de um acordo de comunhão de interesses.

Em 19 de maio daquele ano, o Diário do Comércio anunciava a escolha, pelo governador Rondon Pacheco, do empresário Adolfo Neves Martins da Costa para a presidência da empresa. A edição trazia também as manifestações de agrado do empresariado, pela escolha de um empresário, um representante do setor produtivo mineiro, e não de um político, para comandar o empreendimento.

A política de desconcentração industrial

Tão logo foi anunciada a vinda da Fiat Automóveis para Minas, os dirigentes da empresa começaram a se reunir com empresários mineiros para dar início a discussões relativas à implantação de novas unidades industriais do setor de autopeças, como complemento indispensável àquela indústria. Todavia, a perspectiva de que fosse construído um parque industrial de autopeças forte em Minas provocou acirrada disputa com o empre-

sariado paulista ligado ao setor, que forçou a tomada de uma posição firme em defesa dos interesses mineiros, por parte das entidades das classes produtoras, do governo estadual e, naturalmente, do Diário do Comércio.

A criação de pólos industriais fora do Estado de São Paulo fazia parte da estratégia do governo federal de descentralização espacial das atividades industriais, que viria a se consolidar no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), do governo Ernesto Geisel, lançado em setembro de 1974. Essa orientação, todavia, encontrou sérias resistências por parte de empresários de outras regiões, especialmente de São Paulo.

“Minas não aceita pressão contra suas indústrias” foi a chamada para a matéria publicada pelo Diário do Comércio sobre a reação dos mineiros às tentativas de boicote à industrialização do Estado. Assim começava: “A posição assumida pelo governo mineiro contra o ‘imperialismo interno’ abre um novo campo de luta que deverá contar com a participação de todos os mineiros, independentemente de ideologia política ou partidária”. Era essa, segundo o jornal, a opinião da diretoria da Federação do Comércio de Minas, ao analisar o pronunciamento do governo contra as tentativas de cartelização ensaiadas por grupos que se diziam prejudicados pelo desenvolvimento regional de outros estados fora de suas áreas de interesse. Aqueles grupos, afirmava, se esqueciam de que a “Minas Gerais de hoje não mais aceita ser tratada como um simples exportador de riquezas naturais”.¹²⁹

Em 23 de julho, mais um destaque na primeira página: “Minas não aceita imposição paulista”. A matéria dedicava grande espaço à repercussão das declarações do presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças, Luís Eulálio Bueno Vidigal, publicadas em diversos jornais, de que “não permitiremos a instalação em Minas Gerais ou em qualquer parte do País de indústrias de autopeças que possam colocar em risco nossa economia de escala através da produção de similares que provocariam capacidade ociosa no setor”. Dizia que aquela declaração fora recebida com indignação pelos meios empresariais e pelo governo mineiro. O presidente da Fiemg enviara telegrama ao presidente do Sindicato Nacional de Autopeças, publicado na íntegra, no qual manifestara o inconformismo das entidades de classe mineiras, diante do declarado boicote à industrialização de Minas. O presidente do BDMG, Abílio Santos, considerara que as declarações do industrial paulista representavam um atentado à Fiemg e mesmo à liberdade do setor privado investir onde considerasse mais conveniente. Para Abílio Santos, estava confirmada a existência dos cartéis paulistas que tentavam obstar o desenvolvimento de Minas e de outros estados.

A Açominas

A campanha pela implantação da siderúrgica do Paraopeba, agora Açominas, prosseguia. No final de 1969, o Diário do Comércio publicava nota com as palavras do deputa-

¹²⁹ Idem, idem. 17 de julho de 1975, p. 1.

do e industrial Joaquim Mariano Silva, que dissera: para não ter de importar aço dentro de alguns anos o Brasil iria precisar da Açominas, no Vale do Paraopeba, e ainda de outras indústrias siderúrgicas. A nota trazia dados acerca da produção siderúrgica nacional e concluía pela necessidade de expansão do setor e adaptação do projeto Açominas, tornando-o de maior envergadura.¹³⁰

A Açominas foi o tema, outra vez mais, da coluna de Osório da Rocha Diniz, em 2 de abril de 1971. Ele sustentava que o “agigantamento” do projeto que muitos vinham defendendo era, na verdade, uma estratégia usada pelos grandes produtores de aço mundiais para atrasar o empreendimento. Não era outra a razão para aconselharem “um complexo siderúrgico integrado”. A exemplo de outras usinas siderúrgicas nacionais, como a Belgo-Mineira, CSN e a Mannesmann, o desenvolvimento, ponderava, deveria ser gradual, “conservador”. “Jamais pretenderam começar já gigantes para obterem economias de escala”. O articulista voltou a bater na mesma tecla na edição de 18 de agosto.

Em 22 de outubro de 1971, constituiu-se nova diretoria para a Açominas, com Lúcio de Souza Assumpção na presidência, mantendo-se Waldemar Pereira Coronha como diretor. Logo depois, Lúcio Assumpção assumiu o cargo de presidente do BDMG, sem renunciar ao de presidente da Açominas, sendo substituído pelo diretor Aristides Mário Rache Ferreira, que permaneceu no cargo até 1975.

Naquele mesmo ano de 1972, o projeto de implantação de uma usina central para produzir aço em Minas Gerais passou a ser defendida pelo próprio governo federal. O projeto do Ministério da Indústria e Comércio foi apresentado ao setor privado no II Congresso Brasileiro de Siderurgia e obteve, naturalmente, total apoio do empresariado mineiro. Todavia, encontrou oposição por parte do presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), Antônio Ermírio de Moraes, que dissera que o empreendimento, além de economicamente inviável, viria acentuar a tendência de estatização do setor siderúrgico.

A reação não se fez esperar. A edição de 15 de abril divulgava a repercussão das declarações do industrial paulista e, já na primeira página, mencionava a recepção negativa das declarações pelo Ministério da Indústria e Comércio, que a considerara “precipitada”, conforme nota divulgada pelo ministro Pratini de Moraes, publicada na íntegra. Outra matéria, também na primeira página, dava cobertura ao pronunciamento feito no dia anterior pelo deputado João Ferraz na Assembléia Legislativa de Minas, criticando a posição de Ermírio de Moraes.

A campanha pela siderúrgica prosseguiu no ano seguinte. “É hora de se pensar seriamente num assunto: Central do Aço”, era a chamada de uma matéria publicada em 22 de janeiro de 1973, que trazia longa discussão sobre o assunto. Começava por falar do silêncio que havia se instalado sobre a implantação da Central do Aço em Minas Gerais e apontava a necessidade de diálogo e entendimento entre empresários e governo para

¹³⁰ Idem, idem. 31 de dezembro de 1969, p. 4.

elaboração de um projeto viável para o empreendimento, a ser entregue ao Consider. Desde que o governador Rondon Pacheco declarara ser da exclusiva competência empresarial a iniciativa de levar adiante o projeto, o entusiasmo se arrefecera e a instalação da usina no Vale do Paraopeba passara a ser tratada em “segundo, terceiro e quarto planos, até ser quase que completamente esquecida”.

Na edição de aniversário daquele ano, Waldemar Coronha abordava novamente o projeto Açominas, dando destaque às questões que poderiam estar atuando como empecilho à concretização do empreendimento, sobretudo, a exportação da energia produzida no Estado, insistindo no fato de que deveriam prevalecer, sempre, os interesses de Minas Gerais:

Este colunista teve, a propósito, oportunidade de relatar diálogo que mantivera, em 1965, como o vice-presidente da Cemig, eng. Mário Bhering, quando alertáramos que a exportação de energia para o Espírito Santo poderia vir a criar dificuldades à implantação da usina do Vale do Paraopeba. E, hoje, somos todos testemunhas que a exportação de nossa energia elétrica não só está criando empecilhos à implantação da Açominas como penaliza o futuro econômico deste Estado ao se transferir o pólo siderúrgico natural de Minas Gerais para o Estado do Espírito Santo. (...) Não pode, agora, o governador Rondon Pacheco repetir o erro de administrações anteriores, penalizando duramente o futuro econômico do seu próprio Estado.

Os incentivos fiscais concedidos à Açominas foram tema da coluna de Waldemar Coronha em 30 de novembro de 1973. Ressaltava o significado excepcional do apoio concedido pelo governo Rondon Pacheco, por meio da sanção da lei dispendo sobre a concessão de estímulos fiscais de até 40% do valor do ICM recolhido no Estado, pelo prazo de 10 anos. O editorial da mesma edição, porém, já não expressava tanto otimismo. Isso porque, em entrevista coletiva, o governador Rondon Pacheco citara a Siderúrgica Mendes Júnior, em implantação em Juiz de Fora, mas não mencionara a Açominas, ao destacar que Minas Gerais estava “solidamente preparada para liderar a produção siderúrgica do País”. Dizia o editorial:

Não queremos e não podemos minimizar a decisão do governo, destinada a ter profundos reflexos na economia estadual, cuja indústria pesada, temos insistido, só poderá ser uma realidade palpável a partir da criação de um vasto parque siderúrgico. Mas, pelas mesmas razões e motivos não podemos ignorar que hoje não há como tocar no assunto sem incluir a Açominas, peça essencial do pólo siderúrgico que desejamos ver formado. Nesse ponto, as notícias vindas de Brasília e o próprio comunicado do governador causaram decepção.

Tal como fazia Osório da Rocha Diniz com a questão do petróleo, Waldemar Coronha mantinha vivo o debate sobre o projeto da Açominas. Certa vez, discorreu sobre a necessidade do aumento da produção brasileira anual de aço, comparando os números nacionais com os de outros países, e insistiu na vocação siderúrgica mineira, ainda mal aproveitada. Fazia justiça a algumas das ações do governador Rondon Pacheco em prol da Açominas, mas lamentava que não tivesse mandado proceder aos estudos finais para desapropriar a área da usina e promover o seu saneamento com a ajuda de órgãos federais.¹³¹

Sobre o papel central desempenhado pelo Diário do Comércio e por Waldemar Coronha na campanha pela Açominas, vale registrar o depoimento de Luiz Carlos Motta Costa:

O Diário do Comércio, teimosamente – temos muito orgulho disso – continuou defendendo a construção de uma segunda grande usina siderúrgica em Minas Gerais. Nesse ponto, havia um jornalista em Belo Horizonte, era um jornalista da área de economia, com experiência profissional, que foi diretor da sucursal da Visão.

Ele estava muito à frente disso, com muito entusiasmo, e nos pediu que cedêssemos a ele um espaço para que pudesse escrever todos os dias sobre a idéia da Usina do Vale do Paraopeba. Isso foi feito. Publicamos durante alguns anos, quase diariamente, essa coluna em que ele levantava argumentos para demonstrar que era importante a construção de uma usina nova, de grande porte, que tivesse a produção voltada para perfis longos, e não aquilo que já se fazia no País, sobretudo pelas outras três estatais – Cosipa, CSN e Usiminas. Lembro-me bem que ele dizia: “No Brasil, as estatais ficaram com o osso e as empresas privadas com o filé”. Então, a idéia para a Açominas é que ela entrasse no filé.

A mobilização para a concretização da Açominas ganhou maior força com a posse do governador Aureliano Chaves, que declarou seu apoio incondicional ao projeto e anunciou o início das obras de implantação para 1976. Em 28 de abril de 1975, o Diário do Comércio anunciava que o projeto da Açominas seria examinado pelo Grupo de Trabalho da Siderurgia, sob a presidência de Átila Carvalho de Godoy, criado no âmbito da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo para formular sugestões ao governo do Estado como forma de contribuição para a elaboração da política siderúrgica de Minas.

Em 17 de julho daquele ano, Waldemar Coronha denunciava as manobras de sabotagem contra o projeto Açominas, projeto que, executado tal como planejado, poderia colaborar na “política de transformar o Brasil em nação de alto poder nacional”. O editorial dessa edição dizia: “Minas Gerais não se contenta com a condição de mero exportador de matérias-primas e deseja participar, mais ativamente, do processo de desenvolvi-

¹³¹Idem, idem. 1º de fevereiro de 1975, p. 3.

to nacional, para o que precisa e reivindica acesso às novas oportunidades que surgem em decorrência desse mesmo processo”.

Em 18 de agosto desse ano, Manoel Moacélio de Aguiar Mendes foi eleito presidente da Açominas; ele seria reconduzido até 22 de abril de 1981 e ficaria no cargo até 1984, quando foi substituído por Miguel Augusto Gonçalves de Souza.

Finalmente, em 19 de fevereiro de 1976, o Diário do Comércio destacava o lançamento definitivo da Açominas, com a cravação simbólica da primeira estaca da usina, ocorrida no dia anterior, na presença do presidente Ernesto Geisel. O jornal trazia também a coluna de Waldemar Coronha, em que continuava discussão iniciada na edição anterior, sobre a mudança de localização da Açominas, de Igarapé para Ouro Branco. Avaliava as desvantagens da modificação e defendia a localização inicial, tese na qual insistiria em colunas posteriores, inclusive sugerindo Igarapé para implantação da Açominas 2.

As obras de infra-estrutura da usina tiveram início em 18 de agosto de 1976. Em 23 de agosto, o Diário do Comércio publicava as palavras do secretário-executivo do Consider, Aluísio Marins, que acabara de visitar o canteiro de obras da Açominas: “A Usina do Alto Paraopeba é a etapa mais importante na meta brasileira da auto-suficiência da produção de aço e empreendimento que se faz com amor e espírito artesanal. (...) A Açominas vai representar uma conquista siderúrgica ao nível das aspirações de nossa sociedade, que precisa de aço para crescer industrialmente e melhorar os padrões gerais do bem-estar”.

Desestatização ou desnacionalização?

Os primeiros sinais de que uma crise econômica se anunciava no País e que a fase do “milagre econômico” chegava ao fim se manifestaram em meados dos anos de 1970 e foram acompanhados pela insatisfação das classes produtoras, que começaram a se manifestar por volta de 1976. Nessas circunstâncias, o próprio Estado passou a preocupar-se com a criação de mecanismos para a obtenção de apoio político e social, já que, com o esgotamento do modelo econômico, a busca de legitimação baseada no crescimento econômico apresentava dificuldades cada vez maiores.

O País vivia os tempos da “distensão lenta, gradual e segura” dos generais Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel e as lideranças empresariais se sentiram mais à vontade para criticar a condução da política econômica, principalmente pela crescente estatização da economia e pela ausência de participação das classes produtoras nos órgãos decisórios. O empresariado pregava a promoção de melhor delineamento das funções do Estado, advogando a retomada, com vigor, das suas funções tradicionais e precípuas nos campos de alimentação, habitação saúde, educação, cultura, lazer, assistência social e meio ambiente. A campanha foi intensa e ganhou ampla cobertura da imprensa, que registrava também interpretações de que ela seria estimulada pelas empresas multinacionais, in-

teressadas em controlar setores que estavam sob o domínio do Estado.¹³²

Em 15 de março de 1979, o general João Batista Figueiredo assumiu a presidência da República e em fevereiro anunciou seu ministério. O discurso feito na ocasião foi comentado no Diário do Comércio em matéria que levava o título “Privatização ou desnacionalização”, no qual registrava a intenção do presidente de estimular ao máximo a iniciativa privada e, ao mesmo tempo, iniciar uma progressiva desestatização da economia brasileira. “Não é a primeira vez que uma promessa desse tipo é feita, mas as circunstâncias, agora, contribuem para dar maior credibilidade ao que disse o futuro presidente. A intervenção do Estado na economia, e não se entenda tal intervenção apenas em termos de investimentos, é assunto que se presta a um amplo debate”. A posição do Diário do Comércio, e das classes produtoras mineiras, divergia, mais uma vez, daquela do empresariado paulista:

Como investidor, o papel do Estado tem sido, no nosso entender, positivo. Ele cuidou apenas de manter o controle sobre setores vitais, tais como energia e comunicações ou daquelas áreas nas quais o interesse coletivo vem em primeiro lugar. Poderia ser diferente? Alguém admitiria que o lugar da Cemig estivesse sendo ocupado por uma Light and Power qualquer? Ou que a Hanna estivesse ocupando o lugar da Vale do Rio Doce?

Vejam os leitores como o tema é delicado. É fora de dúvida, contudo que, à medida que progredir a “abertura”, aqueles setores que preferem ver uma multinacional no lugar de uma empresa estatal serão mais e mais desinibidos. O papel da imprensa sadia e das lideranças autênticas, tanto empresariais quanto políticas, será o de impedir que tenham sucesso. E basta para isto fazer com que a discussão sobre o papel do Estado na economia não saia de seus limites corretos.

Na mesma edição, divulgava as reivindicações do empresariado ao futuro ministro da Indústria e Comércio, o mineiro João Camilo Penna. Dizia que, enquanto os mineiros pediam num extenso documento entregue ao ministro a continuidade da política de descentralização industrial e se colocavam frontalmente contrários à reserva de mercado, “os paulistas, usando de nova terminologia, pediam a ‘concessão de incentivos para planos de implantação e desenvolvimento industrial, somente quando se destinarem a setores não atendidos, total ou parcialmente, pelo parque industrial já estabelecido no País’, isto é, reserva de mercado”. Vale observar que, naquela conjuntura, a questão da reserva de mercado seria um ponto constante de atrito entre mineiros, de um lado, e paulistas e cariocas de outro¹³³.

¹³² Na esfera governamental, um dos que defenderam essa tese foi o então Ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes.

¹³³ DIÁRIO DO COMÉRCIO. Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 1979.

Tancredo, FMI

Na edição de 17 de novembro de 1982, o Diário do Comércio deu ampla cobertura à eleição de Tancredo Neves para o governo do Estado e, em meio à euforia que a eleição direta para governador despertara, alertava que o Brasil deveria voltar o quanto antes para sua rotina de trabalho e que o debate político deveria ser substituído por outros temas direcionados para a situação econômica.

Em 7 de dezembro de 1982, o jornal criticava o posicionamento do governo federal quanto aos rumores, que já se arrastavam por pelo menos dois anos, de que o País recorreria ao FMI. Alertava para os drásticos controles aos gastos públicos que seriam impostos pelo Fundo para a liberação de crédito, enquanto o governo rebatia que os técnicos do FMI compreendiam que em países como o Brasil seria necessário compatibilizar austeridade e crescimento econômico.

A Nova República

O ano de 1984 foi marcado pela sucessão presidencial, começando com a campanha das Diretas já e encerrando com a expectativa da eleição pelo Colégio Eleitoral, que ocorreria em 15 de janeiro do ano seguinte, dando início à chamada “Nova República”, com o vice José Sarney assumindo no lugar do falecido Tancredo Neves.

Em plena campanha para as eleições municipais de outubro de 1985, a situação econômica do País voltou a ocupar o primeiro plano, dadas as altas taxas de inflação e o aumento do déficit público. Com o título “Será tão difícil?”, a edição de 1º de outubro do Diário do Comércio discutia a questão das taxas de juros, motivada por recentes declarações de um dos diretores do Banco Central. O que se depreendia delas, dizia o jornal, era que “no curto prazo o que podia ser feito está feito”. E prosseguia:

Na verdade, o que houve até agora pode ser tomado – no máximo – como um indicativo do muito que ainda está por fazer, independentemente de se considerar, como diz o diretor do Banco Central, que “a parte fácil” da questão já foi atacada. Se é assim, não seria o caso de se indagar porque o País não começa logo a cuidar da parte mais difícil? E também porque não teria adotado ainda a tal “postura realista” sugerida? (...) Numa palavra, é preciso haver austeridade.

O novo modelo industrial

Em 11 de novembro de 1986, o Diário do Comércio salientava que estava finalmente definido o novo modelo industrial brasileiro, no qual estava prevista uma taxa de cresci-

mento industrial de 7,7% ao ano e cabia ao setor privado nacional liderar a nova etapa da industrialização do País. Os capitais externos seriam bem-vindos, desde que transferissem tecnologia. A ênfase no papel da iniciativa privada, dizia, em que ao setor público estaria reservado quase exclusivamente o papel de direcionador do processo, fazia supor grandes mudanças também na política de investimentos. E para que os objetivos definidos fossem efetivamente alcançados, era preciso definir regras claras e que fossem criadas todas as condições necessárias:

E a primeira delas diz respeito exatamente aos mecanismos capazes de estimular os investimentos produtivos. (...) Desviar a poupança nacional da especulação para a produção será efetivamente o primeiro passo para que se possa fixar as bases de um modelo de desenvolvimento industrial autônomo. (...) Um segundo ponto diz respeito às regras de convivência com os capitais externos. Eles serão bem-vindos à medida que representados por capitais de risco, que estejam preferencialmente associados a capitais locais que permitam o aporte de novas tecnologias.

“Editorial do Diário do Comércio vai ao presidente”. Com essa chamada, o Diário do Comércio tornava público que a diretoria executiva da Fiemg aprovava o envio ao presidente José Sarney de certo editorial do jornal. Na correspondência de encaminhamento do editorial, dizia o presidente da Fiemg que “as idéias estampadas retratam o pensamento dos industriais de Minas, que não escondem o seu inconformismo em relação a certos procedimentos observados na área federal, que indicam uma política predeterminada de fazer crescer a hegemonia de um estado sobre os demais no que toca às áreas decisórias das atividades econômicas”.¹³⁴

Dez anos de Fiat

Em 1986, em meio às dificuldades e planos econômicos do governo Sarney, a fábrica da Fiat Automóveis em Betim comemorava 10 anos e, em 9 de julho, ganhou as páginas do Diário do Comércio, que ressaltava a importância da empresa para o Estado e lembrava, em matéria especial, a campanha que o jornal fizera desde o início das negociações até a implantação da empresa, mostrando-se favorável mesmo no momento em que o governador Rondon Pacheco estava sendo alvo de fortes críticas por parte da imprensa paulista. A coluna “Opinião” também se dedicou à data e a certa altura dizia:

¹³⁴ Idem, idem. 6 de novembro de 1986, p. 2.

A empresa italiana representou e representa muito para a economia regional. E não apenas pelos investimentos aqui realizados, pela ampliação da oferta de empregos ou pela contribuição à expansão da arrecadação de impostos. Na realidade, o mais relevante significado da presença da Fiat em Minas Gerais diz respeito à sua contribuição à modernização do parque industrial mineiro e da própria mentalidade empresarial em nosso Estado. Sua tecnologia, seus procedimentos gerenciais e de marketing ajudaram a impulsionar diversos outros setores. Um processo de múltiplos e multiplicadores tão certos quanto aqueles gerados pelos investimentos diretos do grupo. (...) Minas Gerais, que ajudou a criar a Fiat Automóveis num processo de parceria até então inédito no País e que soube superar todos os obstáculos para consolidar a empresa, tem boas razões para partilhar dessa confiança. Mais que isso, para ao festejar estes primeiros 10 anos da fábrica de Betim, tomá-los como marco de novas e ainda mais expressivas conquistas.

Prêmio 'Minas Exporta'

Disposto a apoiar tudo que pudesse concorrer para a promoção do desenvolvimento do País e, em especial, de Minas, em 1981 o Diário do Comércio, por meio de seu presidente, José Costa, realizou uma parceria com a Fundação Dom Cabral, destinada a estimular a exportação no estado. Emerson de Almeida, presidente da Fundação Dom Cabral, narrou como isso ocorreu:

Em 1981, a Fundação Dom Cabral, junto com 14 organizações, criou o Centro de Estudo e Desenvolvimento das Exportações (Cedex), que depois virou Centro de Estudos e Desenvolvimento do Comércio Exterior. A idéia era apoiar empresas mineiras para aprender a exportar ou aperfeiçoar atividades de exportação e, ao mesmo tempo, criar um ambiente em Minas voltado para o comércio exterior, para a exportação, sobretudo naquele primeiro momento.

Em seguida, procurei o Zé Costa e aí tive meu primeiro contato direto com ele, o que fez deslanchar uma longa convivência muito próxima com ele, com o Diário do Comércio e depois também com os seus filhos. Eu o procurei com uma idéia de, no âmbito desse centro, criarmos uma premiação para empresas mineiras que se destacassem na área de exportação.

O relato de Emerson de Almeida sobre a primeira reação de José Costa à proposta é bastante revelador de seu jeito de ser: ele não hesitava em apoiar medidas em favor do desenvolvimento.

Quando fui procurá-lo pela primeira vez com essa idéia, eu esperava que ele acatasse, mas pedisse um tempo para pensar, fizesse perguntas que indicassem um caminho operacional daquela atividade que eu estava propondo. E ele me surpreendeu: quando eu terminei de falar não fez nenhuma dessas perguntas, só uma: "Quando é que nós vamos fazer esse prêmio?"

Quer dizer, o seu Zé Costa tinha essa visão, essa intuição que é rara nas pessoas, daquilo que importa e faz diferença e não do caminho crítico, das dificuldades. Nada disso, ele percebeu a grandeza da idéia ou ele soube dar grandeza à idéia. A idéia ainda não tinha grandeza, mas ele percebeu o alcance daquilo. A reação dele me entusiasmou mais ainda e não apenas a mim, mas a toda a equipe da Fundação Dom Cabral que ao longo do tempo se envolveu de corpo e alma nessa atividade do "Minas Exporta".

O Diário do Comércio dava, naturalmente, toda a cobertura ao Prêmio, que era anual. Em 27 de maio de 1988, por exemplo, a solenidade de entrega do prêmio foi prestigiada pelo ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. Na ocasião, José Costa ressaltou o crescimento das exportações em Minas e atribuiu o resultado a um enorme esforço nacional e, particularmente, ao ministro da Fazenda pela sua agilização nas negociações externas. "Era preciso simplificar as rotinas de importação e de exportação. Era preciso desburocratizar e eliminar entraves, num processo de desregulamentação que há de produzir bons frutos. Na economia brasileira, há excesso de presença governamental. Dêem liberdade à iniciativa privada e ela fará a sua parte, conduzindo o Brasil ao seu destino de grande nação". José Costa valeu-se da ocasião para condenar, energicamente, a tentativa do desmembramento do Triângulo de Minas Gerais, então na ordem do dia. Mailson da Nóbrega, de sua parte, destacou o trabalho e o espírito empreendedor do jornalista José Costa e salientou o processo de modernização do jornal:

É confortável notar que um homem, do porte, da dignidade, da capacidade do jornalista José Costa, de um simples balconista anos atrás, construiu o mais atualizado jornal do Estado, um dos quatro mais modernos em tecnologia da América Latina. Ele simboliza o novo Brasil. Simboliza o empresariado privado, aquele que acredita no País, e com seu próprio esforço, vence, mostra, lega às gerações futuras um exemplo de dedicação, um exemplo de fé no Brasil.

O "Prêmio Minas Exporta" começou a ser atribuído em 1983 e até 1993 contou com a participação direta de José Costa em todas as etapas da premiação.



Com João Camilo Penna, anos de 1970.



Com Aureliano Chaves, 1976.

Foto José Goes



Com Juscelino Kubitschek



Com Francisco Gonçalves, em 1982.



Com Magalhães Pinto, em 1982.



Com José Aparecido, Itamar Franco e Tancredo Neves, em 1982.



Com Octávio Eliseo Alves de Brito e José Eustáquio Souza, em 1982.



Hélio Garcia, José Costa e Luiz Carlos Costa, em 1983.



Com Ronaldo Costa e Marcílio Gonçalves



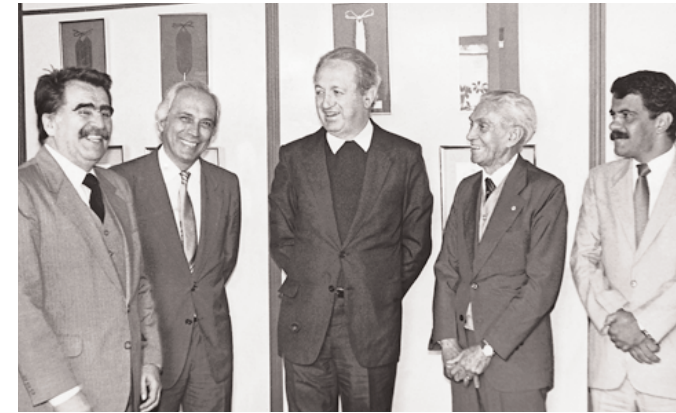
Com o governador Hélio Garcia, anos 1980.



Com a senadora Junia Marise, em 1986.



Com Rondon Pacheco, em 1986.



Com Dom Serafim Fernandes, em 1988.



Com José Aparecido de Oliveira, em 1989



Com Márcilio Gonçalves e Wilson Brummer, 1990



Paulo Paiva, José Costa, Roberto Brant e Octávio Eloseo, em 1991.



Com José Alencar Gomes da Silva, em 1991



Com Aécio Neves e Luiz Carlos em 1992.



Paulo Paiva e Roberto Brant, 1992



Com Washington Albino, em 1992.



Marcílio Gonçalves, Virgílio Guimarães, Patrus Ananias, José Costa, Luiz Dulci, José Amaro, 1992.



Com François Moien, em 1992.



Homenagem da Federação das Indústrias nos 50 anos do DC, 1992.



Com Francelino Pereira



Em convenção do Lions Clube.



Em reunião do Lions Clube, comemorando os 50 anos do Diário do Comércio



Com Octávio Eliseo, Lúcio Bemquerer e José de Alencar, em 1992



Com Carlos Eloy Guimarães

4

O associativismo de José Costa



“Há uma premente necessidade de união e coesão das classes produtoras na defesa de seus interesses.”

José Costa, janeiro de 1962

A atuação de José Costa nas entidades de classe do empresariado mineiro esteve intrinsecamente relacionada não só à sua condição de empresário e ao seu espírito público, mas, ainda, à sua posição em defesa do desenvolvimento econômico de Minas e do Brasil. Das tribunas dessas entidades nasceram as várias campanhas em prol desse desenvolvimento, que tiveram nos editoriais e reportagens de seu jornal o principal instrumento de veiculação, conforme detalhado nos capítulos anteriores.

Ele também soube fazer dessas tribunas uma espécie de caixa de ressonância das denúncias e propostas de soluções para variados problemas do cotidiano vivenciado pelos empresários.

Seu grande sonho, embalado nos anos de militância como dirigente empresarial, era a união de todos os setores econômicos em uma grande entidade que fosse, a um só tempo, porta-voz dos anseios de industriais, agricultores, comerciantes de atacado e de varejo, prestadores de serviços e de quantos mais participassem do crescimento do Estado.

Foi assim, na tentativa de chegar mais perto desse sonho, que participou ativamente em pelo menos três das inúmeras entidades a que pertenceu. Em cada uma, fazia repercutir as ações levadas a efeito pelas outras, enfatizando sempre a necessidade de união de forças

para a superação dos obstáculos que se interpunham ao progresso econômico de Minas.

Daí, nossa opção por recuperar, em capítulo especial, momentos significativos de seu desempenho como dirigente e líder empresarial na Associação Comercial de Minas (AC Minas), na União dos Varejistas de Minas Gerais (UVMG) e na Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg).

Associação Comercial de Minas

A primeira entidade de classe de empresários da capital mineira foi fundada em 6 de janeiro de 1901, quando a cidade ainda se apresentava como vasto canteiro de obras e era chamada Cidade de Minas.¹³⁵

Congregava comerciantes, banqueiros, industriais, prestadores de serviços e demais membros da elite econômica, autodenominados “classes conservadoras”, que quisessem se fazer representar junto às autoridades do município, do Estado e do País. Dentre seus idealizadores, estavam Oscar Trompowski, Prado Lopes, Teófilo Ribeiro, Avelino Fernandes e Francisco de Castro Ribeiro.

Com mais de um século de existência, a trajetória histórica da AC Minas se mescla à de Belo Horizonte e à do estado de Minas Gerais. Mais que uma entidade representativa de interesses do empresariado, afirmou-se desde muito cedo como cenário de importantes decisões político-econômicas e foi de sua tribuna que muitos dos construtores de nosso desenvolvimento se fizeram ouvir.¹³⁶

José Costa foi um desses construtores. Embora já fosse reconhecido pelos membros da entidade pela importante contribuição que o Informador Comercial prestava ao empresariado mineiro, só ingressou na mesma como associado contribuinte em novembro de 1941, e fez dela mais uma de suas trincheiras na luta pelo desenvolvimento econômico de Minas e do Brasil.

Um dos primeiros registros de sua presença foi na reunião de 19 de março de 1942. Daí em diante, raramente perdia uma reunião e, quando isso ocorria, fazia questão de justificar sua falta. Aliás, de acordo com as lembranças de seu filho Luiz Carlos, mesmo as festinhas e comemorações familiares tinham que ser marcadas em dias não coincidentes com os de reuniões da entidade, que, para ele, eram sagradas.

Para reconstituir seu cotidiano no interior da AC Minas, optamos por percorrer as atas de reuniões semanais e selecionar, dentre elas, alguns momentos de maior significado de

¹³⁵ Quando foi inaugurada, a nova capital de nosso Estado recebeu o nome de Cidade de Minas. Mas, renitente, a população já então instalada no local insistia em referir-se a ela pelo nome do antigo arraial que lhe dera origem: Arraial do Bello Horizonte. Sem alternativa, a não ser a de aceitar o provérbio popular de que “a voz do povo é a voz de Deus”, as autoridades recuaram e, pela Lei nº 301, de 9 de junho de 1901, a capital mineira voltou à denominação de Belo Horizonte.

¹³⁶ Sobre a história da AC Minas ver: FARIA, Maria Auxiliadora de & PEREIRA, Lígia Maria Leite. 1901-2001 Associação Comercial de Minas – Uma história de pioneirismo e desenvolvimento. Belo Horizonte: AC Minas, 2001.

sua atuação.¹³⁷

É importante ressaltar que, não obstante conhecer os estatutos da entidade, José Costa tentava, não raras vezes, que a mesma se manifestasse frente a questões que extrapolavam as finalidades para as quais tinha sido criada. E, como tinha apurado senso histórico, quando aquele tipo de proposta era rechaçado pelos presentes, insistia para que seu manifesto ficasse registrado em ata, na certeza de que, por aquela fresta, sua trajetória e a da entidade poderiam ser reconstituídas no futuro.

Década de 1940: vitórias na organização

Naquele memorável 19 de março em que fazia sua estréia, a entidade estava em festa: celebrava sua elevação a órgão de cooperação com o Poder Público. Em plena vigência do Estado Novo, aquele ato do governo Vargas era bastante significativo, pois indicava, mais que a força e o respeito de que gozava junto à sociedade, maiores possibilidades de êxito em suas eventuais reivindicações. Assim, depois dos comunicados da diretoria, José Costa fez uso da palavra e asseverou, em brilhante discurso, que a conquista daquela “alta e honrosa distinção pela Associação Comercial se devia ao dinamismo, à clareza e aos esforços de presidente desta entidade, Lauro Gomes Vidal, que tão decididamente lhe dirige os destinos”. Declarou também que, por aquele motivo, a UVMG, entidade da qual também era membro, fizera inserir na ata dos trabalhos de sua última reunião voto de congratulações à AC Minas.

Em janeiro de 1945, José Costa convidou a AC Minas, em nome da UVMG, a integrar o grupo de patrocinadores do V Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Minas Gerais. Depois do convite, “enumerou o orador as vantagens e a oportunidade de se levar a efeito, no momento, um certame econômico de largas proporções através do qual possam ser equacionados os mais importantes problemas ligados à vida do comércio, da lavoura e da indústria”. O convite foi recebido com aplausos, tendo o presidente Paulo de Macedo Gontijo manifestado a José Costa a completa adesão da AC Minas ao conclave.

No mesmo ano, criticou o comunicado do governo sobre a regulamentação da lei eleitoral, segundo a qual todas as empresas estariam obrigadas a apresentar relação completa de seus empregados alfabetizados e maiores de 18 anos para fins de alistamento eleitoral. Em meio aos debates sobre a exigência, lamentou a desorganização dos Institutos de Previdência, que deviam ter cadastros de seus segurados e fornecê-los ao governo.

Em 1948, o Informador Comercial recebeu aplausos e congratulações da AC Minas, em três ocasiões. A primeira, na reunião de 11 de março, por proposta de Alfredo Marti-

¹³⁷ O trecho referente ao desempenho de José Costa na AC Minas foi elaborado com base nas Atas de reuniões da entidade. Atas de reuniões da Associação Comercial de Minas. Belo Horizonte: AC Minas. (Acervo de documentos da AC Minas).

ni, pelos relevantes serviços às classes conservadoras. A segunda, em 13 de maio, quando foi homenageado por Newton Paiva Ferreira nos seguintes termos: “Quem vem acompanhando a vida do Informador Comercial nota que a leitura desse órgão vem-se tornando dia a dia mais interessante.” Finalmente, na reunião de 16 de setembro, ocasião em que o diretor Edílio Duarte elogiou a campanha da UVMG para resolver o problema das feiras livres e o efetivo desempenho do jornal.

Para encerrar com chave de ouro a década de 1940, a AC Minas, por sua diretoria, instalou, no início de setembro de 1949, seu Departamento de Economia, órgão de perfil nitidamente técnico. Seus principais idealizadores foram José Costa e o advogado, professor e jornalista Washington Albino, que tinham como propósitos imediatos a criação, pela entidade, de Arquivo, Biblioteca e das seções de Pesquisas Econômicas e de Pesquisas de Padrão de Vida.

Década de 1950: fazendo escola

A nova década iniciou-se em clima de inquietação em torno das eleições gerais, que se realizariam em outubro de 1950. Por intermédio dos editoriais de seu Boletim, a entidade não deixava de lembrar aos candidatos o compromisso que deveriam ter com o desenvolvimento do País.

Além de participante assíduo das reuniões semanais, José Costa estava sempre atento aos problemas enfrentados pelos empresários e, pelos contatos que o jornal lhe proporcionava, era quase sempre procurado pelos reclamantes. Foi assim que, a 14 de setembro de 1950, comunicou ter recebido telegrama do município de Ubá, dando conta de abusos fiscais ocorridos, e solicitou à entidade, em nome dos empresários daquela cidade, providências junto aos órgãos públicos competentes.

Em outubro do mesmo ano, o diretor Newton de Paiva Ferreira observou a seus pares que, no dia anterior, o Informador Comercial, “brilhante órgão que vem se impondo à admiração de todos”, completara 18 anos de atividades e o presidente da AC Minas, Alberto Brochado, referiu-se ao jornal nos seguintes termos:

O Informador Comercial representa atualmente o máximo que se tem feito, já não digo em Minas, mas em todo o Brasil, em matéria de órgão especializado no debate e divulgação de problemas econômicos. A sua contribuição, como autêntico pioneiro que é, na divulgação e no debate de temas econômicos, não foi, portanto, superada nem menos igualada por qualquer outro órgão do gênero. A posição que o Informador Comercial assumiu desde a sua fundação como órgão de defesa e orientação das classes produtoras tem sido das mais benéficas aos interesses das mesmas classes, às quais tem prestado os

mais relevantes serviços. É justo, pois, que as classes produtoras do Estado, através de seus elementos mais representativos, e também de suas entidades, prestem ao Informador Comercial a mais completa assistência e apoio.

Diuturnamente preocupado com as questões do desenvolvimento econômico, na reunião de 6 de abril de 1951 José Costa levou ao conhecimento da Casa a criação, em São Paulo, pela Fundação Getúlio Vargas, de uma Escola de Administração de Negócios. Depois da notícia, sugeriu à entidade estabelecer contato com a Fundação, tendo como propósito a criação de uma escola do mesmo gênero em Belo Horizonte.

De grande significado foi também a fundação, na mesma época, do Centro de Estudos Econômicos de Minas Gerais (Ceemg), órgão de debate e sistematização do pensamento econômico-social do empresariado mineiro. Organizado como sociedade civil, com sede em Belo Horizonte, foi oficialmente instalado a 24 de agosto de 1950 e, sob o patrocínio da AC Minas, congregava empresários, técnicos, jornalistas e intelectuais. Seus estatutos foram aprovados em assembléia geral realizada a 28 de abril de 1951 e definia-se como instituição cultural cuja finalidade era:

(...) promover estudos, pesquisas sobre economia, principalmente quanto aos problemas econômicos de Minas Gerais; constituir-se como núcleo de estudiosos de assuntos econômico-sociais; organizar-se como centro de documentação atinente às suas atividades; concorrer para melhor compreensão das questões econômicas, propiciando o seu estudo e debate; divulgar estudos e trabalhos relacionados às suas atividades.

Os membros fundadores de Ceemg, assim considerados os assinantes da ata de aprovação dos estatutos, foram: Alcino Chaves Xavier, Adailton Quintão, Antônio Groszmann, Antônio Lopes de Sá, Geraldo Alves de Oliveira, Henrique Furtado Portugal, Itamar Corrêa, Jayme Andrade Peconick, Jaime Lins de Almeida, Joaquim Ribeiro Costa, João Machado Sobrinho, José Carneiro Vianna, José Costa, José Maria Barbosa, Justo Pinheiro da Fonseca, Luciano do Carmo, Orlando Caldeira, Osório da Rocha Diniz, Ruy Lourenço Filho e Washington Albino.¹³⁸

Diretor: política e meio ambiente

No início de 1953, por sugestão do presidente Paulo de Macedo Gontijo, José Costa assumiu uma das diretorias da Casa e, na mesma reunião, em 9 de janeiro, passou a integrar a Comissão de Política Comercial. A partir de então, passou a atuar com mais de-

¹³⁸ Centro de Estudos Econômicos de Minas Gerais. Estatutos 1951. (mimeo). Grifo nosso.

seenvoltura, inscrevendo-se como um dos agentes da história da entidade.

Em fevereiro, voltou à tribuna para, com veemência, reclamar mais uma vez a carência de verbas para as obras da BR-3, atual BR-040. Depois de sua fala, ficou deliberado que a entidade entraria em contato com a bancada de deputados mineiros e, por intermédio deles, reivindicaria o aumento de verbas destinadas à construção da estrada.

José Costa foi, desde muito cedo, defensor da preservação do meio ambiente. Assim, a convite da Associação de Comércio e Indústria e da Sociedade Regional de Conservação do Solo de Guaxupé, participou da Reunião dos Cafeicultores do Sul de Minas e voltou sensibilizado com suas reivindicações. Além das críticas a questões referentes aos impostos, barreiras fiscais e meios de transporte, os agricultores demonstravam grande preocupação com o esgotamento do solo. Ao relatar a viagem, na reunião de 6 de agosto, advertiu a seus pares que se o governo não tomasse providências imediatas e tivesse mais habilidade nas relações com os agricultores, “eles poderiam agir em movimentos de conseqüências imprevisíveis”.

O início dos anos de 1950 foi marcado, em Minas Gerais, pela criação das chamadas sociedades de “economia mista”. Na reunião de 3 de setembro de 1953, José Costa referiu-se ao anteprojeto enviado à Assembléia Legislativa pelo governador Juscelino Kubitschek, propondo a criação de uma Sociedade de Economia Mista para a exploração de apatita em Araxá. Depois de tecer considerações sobre a importância da nova indústria extrativa, propôs à Casa o envio de congratulações ao governador pela iniciativa, com votos de que o anteprojeto fosse logo aprovado pelo Poder Legislativo.

No decorrer daquela década, os empresários mineiros retomaram experiência de razoável êxito da segunda metade da década de 1920, no governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, com a realização de conclaves regionais, onde buscavam soluções para problemas específicos. Se na década de 1920 tais encontros eram patrocinados pelo governo, agora eram iniciativa dos próprios empresários, por intermédio de suas entidades. Sempre que podia, José Costa comparecia a tais reuniões. Após participar da III Reunião Regional das Classes Produtoras do Norte de Minas, por exemplo, apresentou relato minucioso dos temas discutidos, demonstrou suas esperanças no “reerguimento econômico daquela região” e informou que “as deliberações tomadas tiveram sentido prático e logo seriam postas em execução pelos poderes competentes”.

O ano de 1954 foi marcado por intensa movimentação político-social, repercutindo, como não podia deixar de ser, no interior da AC Minas. Em agosto, já o sabemos, o presidente Getúlio Vargas sucumbiu às pressões e, tragicamente, pôs fim à própria vida. Na conjuntura que precedeu a sua morte, os debates na entidade foram acalorados. Membros da diretoria como Osório da Rocha Diniz, Washington Albino, Renato Falci e José Costa tiveram destaque especial nas discussões.

Um dos debates que mobilizou políticos, empresários e sindicalistas foi a proposta de

aumento do salário mínimo. Em 1º de maio, Getúlio Vargas assinara decreto elevando os níveis salariais em todo País, com forte impacto nos meios empresariais mineiros, porque os percentuais de aumento variavam de região para região e Minas Gerais foi um dos estados mais prejudicados.

Logo depois da veiculação do referido decreto, os ânimos se exaltaram. Na reunião de 6 de maio, José Costa chamou a atenção de seus pares para a complexidade do problema e sugeriu que o assunto fosse discutido com mais vagar. A entidade realizou diversas reuniões para tratar do assunto, enfatizando a injustiça praticada pelo governo federal contra Minas Gerais e, mais que isso, de “lançar às classes produtoras a responsabilidade dos males de que sofre o Brasil”.

Após verdadeira “odisséia”, no dizer de um integrante da AC Minas, em busca de uma revisão nos índices de reajuste do salário mínimo, em 19 de agosto houve ato de solidariedade ao presidente Paulo de Macedo Gontijo, por seu desempenho na elaboração do memorial encaminhado à Presidência da República, sob o título “Resposta de Minas”, com apoio de 11 entidades de classe. José Costa declarou estar solidário à manifestação, mas lamentou o fato de a Comissão Executiva ter cedido às pressões de “interesses estranhos”.

Frente ao impasse e às intermináveis discussões em torno do Decreto de 1º de maio, os sindicatos dos trabalhadores optaram por uma greve geral que, dentre outros fatores, contribuiu para a derrocada definitiva de Vargas em 24 de agosto.

Por aquela época, jornais da cadeia dos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, publicaram artigo do almirante Pena Botto que, em nome de uma cruzada anticomunista, atribuiu à AC Minas a pecha de “foco de elementos comunistas”, citando os diretores Osório da Rocha Diniz, José Costa e Washington Albino, já então diretor do Departamento de Estudos Econômicos.

O presidente da Casa atribuiu as acusações ao combate da entidade aos monopólios econômicos. Presente à reunião em que o assunto constou da pauta, José Costa agradeceu a solidariedade também em nome dos amigos citados no artigo e reafirmou sua disposição de continuar lutando em defesa dos interesses da AC Minas. Sem demonstrar constrangimento com as acusações do almirante Pena Botto, José Costa e seus amigos continuaram a participar normalmente das atividades da entidade.

Amigo e crítico de JK

Em 1956, após a eleição de Juscelino Kubitschek para presidente da República, no ano anterior, a despeito da forte oposição da UDN, o Brasil entrava em nova fase de sua história, marcada por anos de progresso econômico e democracia ou, como já se conveniou chamar, os “anos dourados”, que durariam até o golpe militar de 1964.

Não obstante as conhecidas diferenças político-ideológicas, José Costa e Juscelino Ku-

bitschek eram amigos, o que não significou qualquer alteração na conduta como líder empresarial por parte do primeiro. Apresentou, quando necessário, duras críticas ao governo federal e, do mesmo modo, congratulou-se com ele em ocasiões de conquistas das classes produtoras.

Nessa quadra histórica, quando a política desenvolvimentista do governo era posta em prática, entidades de classe como AC Minas e empreendedores como José Costa encontraram campo fértil para se fazerem ouvir, mesmo porque o regime era de democracia plena.

Logo no início de 1956, o coronel Arthur Levy proferiu conferência na AC Minas e, pela primeira vez, expôs o plano quinquenal do governo federal. Comunicou que a Petrobras, em vinte meses de atuação, já se tornara a maior empresa do Brasil. José Costa foi um dos mais tenazes questionadores. Exigiu do conferencista esclarecimentos sobre produção de petróleo, expansão de oleodutos e outros temas de interesse da sociedade brasileira. Além disso, trouxe à pauta das discussões a possibilidade de instalação de uma refinaria de petróleo em Minas Gerais.

“Salário justo” e outras questões

O mês de março de 1956 começou com intensa discussão no interior da AC Minas em torno do “salário justo”, discussão que envolvia tanto as questões de ordem conceitual quanto outras de interesse mais imediato, que atingiam em cheio patrões e empregados.

Afirmava-se, por exemplo, que o simples aumento do chamado “salário mínimo” prejudicava trabalhadores eficientes e premiava os ineficientes. José Costa lembrou que tal discussão criava a oportunidade para se organizar uma Comissão Executiva das Classes Produtoras para não apenas analisar, mas também reivindicar para os trabalhadores eficientes o chamado “salário justo”, em consonância com a realidade econômica do País.

Dando seqüência ao debate, em 3 de maio, José Costa atribuiu leviandade às palavras do presidente da República que, em discurso no Dia do Trabalho, prometera decretar um novo salário mínimo dentro de 30 dias. Tal promessa, observou, não correspondia ao que fora dito pelo ministro do Trabalho, Percival Barroso, em conferência na Fiemg, quando afirmara que os prazos legais de fixação do salário mínimo seriam rigorosamente obedecidos. Sugeriu, pois, o envio de enérgico telegrama de protesto a JK sobre o assunto.¹³⁹

A questão da produção de petróleo e da Petrobras eram muito caras a José Costa, como, de resto, lhe era muito importante o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Foi assim que, em 11 de maio, solicitou empenho da entidade para convencer a diretoria da Petrobras a instalar uma refinaria de petróleo em Minas Gerais, já que, segundo recente afirmativa do coronel Janary Nunes, presidente da referida estatal, já estavam sendo realizados estudos para instalação de duas novas refinarias.

¹³⁹ Atas das reuniões de 5 e 21 de fevereiro de 1953. Belo Horizonte: AC Minas, 1953.

No mesmo mês, teceu comentários a respeito de observações do presidente da República sobre o atraso com que as classes produtoras apresentavam suas reclamações contra atos do Congresso Nacional. E, sob o mesmo impulso, solicitou da Casa maior empenho junto aos deputados mineiros principalmente em relação ao projeto do deputado Rogê Ferreira, de São Paulo, que pretendia reduzir o horário diário de trabalho dos empregados de escritório e serviços de portos marítimos para 6 horas. Segundo José Costa, a proposta parecia até ser inofensiva, mas poderia abrir precedentes perigosos.

Em 1º de junho, ele integrou a delegação da AC Minas, presidida por Renato Falci, que foi ao Rio de Janeiro entregar ao presidente da República memorial sobre a posição das classes produtoras frente às novas tarifas postais, telegráficas e ferroviárias, aos novos níveis de salário mínimo e às contribuições dos Institutos de Previdência.

Na semana seguinte, Juscelino enviou ao Congresso mensagem solicitando prorrogação do prazo, até dezembro daquele ano, para extinção dos órgãos controladores de abastecimento e preço. As classes produtoras eram unânimes quanto à necessidade de extinção de tais órgãos que, até então, segundo afirmavam, nada fizeram em seu benefício. José Costa disse acreditar que tal mensagem não seria atendida pelo Congresso, principalmente depois dos recentes distúrbios provocados por estudantes no Rio de Janeiro. Aproveitou para narrar as conversações mantidas entre a delegação de mineiros e o presidente da República na semana anterior, quando o mesmo se mostrara bastante acessível aos interesses das classes produtoras.

Na contramão daquele momento histórico, que tinha o aperfeiçoamento da democracia representativa como uma das marcas, José Costa manifestou seu apoio a projeto de lei do deputado Manuel Barbura, que vedava a qualquer militar o ingresso em atividades político-partidárias. Além do apoio, afirmou que a proibição deveria ser estendida aos funcionários públicos em geral.¹⁴⁰

Em decorrência de sua profícua atuação no interior da entidade, gradativamente lhe eram atribuídas novas responsabilidades. Assim, no início de 1957, foi indicado para compor a Comissão de Agricultura e Pecuária. Depois de agradecer, propôs registro em ata de voto de congratulação à Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, hoje UFMG, pela criação do curso de Engenharia de Minas e Metalurgia, que viria atender a antigas aspirações das classes produtoras.

Naquela mesma reunião de 3 de janeiro de 1957, solicitou que se oficiasse ao presidente da República solicitando urgência nas obras de ligação ferroviária Pirapora-Brasília, “que abreviará vários problemas que afligem o interior do País”. Informou que o governo paulista já realizava estudos de uma linha férrea para ligar São Paulo à nova capital do País. “Minas deve estar atenta à realização de seus planos para que não seja novamente prejudicada por decisões de interesse público”, afirmou. Ao concluir sua fala, observou

¹⁴⁰ Idem, 12 de julho de 1956. Belo Horizonte, AC Minas, 1956.

que “Belo Horizonte, situada a meio caminho da futura capital e dos maiores centros consumidores do País, não poderia ficar à margem dos benefícios que a construção de Brasília haveria de trazer”.

O presidente da Petrobras enfrentava nessa época forte campanha da imprensa nacional, que o acusava de pretender iniciar a exportação de petróleo bruto e até mesmo de combustíveis. Assim, na reunião de 14 de março, propôs voto de solidariedade ao presidente da estatal, coronel Janary Nunes. Ao justificar, fez um relato da participação da AC Minas na luta pelo petróleo nacional, sua responsabilidade frente à Petrobras e concluiu:

Liderando uma campanha de âmbito nacional, pela qual recebeu as mais acerbas e injustas críticas, a nossa entidade pôs-se como defensora intrépida da solução nacionalista do petróleo brasileiro, dando-lhe o vigor de seu entusiasmo. Agora, quando a empresa brasileira, na figura do ilustre presidente Cel. Janary Nunes, vem sendo visada na mais impatriótica das campanhas, a Associação deve se levantar em sua defesa, dando-lhe sua inteira solidariedade e manifestando de público a confiança na sua administração e nos propósitos que a animam.

Como proprietário de jornal, José Costa era, dentre os diretores da AC Minas, um dos mais bem-informados sobre os acontecimentos do País, notadamente aqueles referentes à economia. Assim, na reunião de 21 de março solidarizou-se às Indústrias Votorantim, atingidas por denúncias dos Diários Associados de São Paulo; prestou apoio às classes produtoras de Pernambuco que travavam luta interna com forças públicas locais contra abuso no aumento de impostos; solicitou moção de aplauso ao presidente da República pela transferência da 4ª Região Militar de Juiz de Fora para Belo Horizonte e sugeriu o início de uma campanha de libertação das empresas cinematográficas nacionais do truste internacional.

Em 4 de maio, foi indicado para a presidência da Comissão de Assuntos e Problemas Municipais e já na reunião seguinte trouxe à consideração da Casa proposta de patrocínio da campanha de incremento do turismo em Belo Horizonte, “dada a inoperância do poder público”.

Nessa mesma reunião, no entanto, o fato de maior relevância foi a leitura que fez de trecho do discurso do general Olímpio Mourão Filho – que em 31 de março de 1964 comandaria as tropas mineiras que dariam o golpe militar –, no qual ele apresentava uma análise de conjuntura econômica nacional e chamava atenção para a “demasiada interferência dos poderes públicos na economia privada”. Costa propôs voto de congratulações ao general, mas foi aparteado pelos diretores Ralim Elias e Osório da Rocha Diniz, que discordaram com veemência da proposta, afirmando que o general incorria em erros téc-

nicos em suas afirmativas, que não deveriam, portanto, ser encampadas pela AC Minas. José Costa retirou sua proposta de congratulações.

Festa pela Simca

A primeira reunião de 1958 foi feita em clima festivo. Por iniciativa de José Costa, foi dado a Paulo de Macedo Gontijo voto de regozijo por seu empenho no anunciado processo de instalação da fábrica de automóveis da Simca em Minas Gerais.

Sempre demonstrando preocupação com as rodovias mineiras, assunto recorrente em suas intervenções, solicitou a José Continentino – representante da entidade no Conselho Rodoviário do Estado – o empenho devido para que o plano de asfaltamento beneficiasse, em primeiro lugar, as estradas diretamente ligadas à capital.

Na reunião de 6 de março, o professor João Camilo de Oliveira Torres proferiu conferência sobre a situação da previdência social em Minas Gerais. Como aquele tema sempre suscitara o interesse de José Costa, foi ele, dentre os presentes, quem mais apresentou questões ao conferencista.

Na mesma ocasião, comunicou a inauguração do serviço telefônico de microondas entre Rio de Janeiro e São Paulo e solicitou à Casa manifestação junto à Companhia Telefônica de Minas Gerais para instalação de idêntico serviço entre Rio de Janeiro e Belo Horizonte e concluiu: “o progresso está a exigir esta providência de tão significativa importância para o comércio e indústria de Minas”

Briga pelo oleoduto

No dia 3 de outubro, houve eleições municipais. Renato Falci, respeitado comerciante da cidade, diretor da AC Minas e amigo pessoal de José Costa, foi candidato a prefeito de Belo Horizonte pelo Partido Democrata Cristão (PDC), mas não se elegeu. Na reunião do dia 16 daquele mesmo mês, recebeu os cumprimentos da entidade pela votação obtida e voltou a ocupar uma de suas diretorias. José Costa sugeriu, no entanto, que a Casa se desculpasse com ele “em nome das classes média e alta por não lhe terem propiciado o maior número de votos”.

Por iniciativa de Gabriel Janot Pacheco, foi discutida, na mesma reunião, a provável instalação em Minas de uma fábrica de tratores, junto com a da Simca e de outras indústrias, que poderiam determinar o surgimento de produção intensiva de motores e acessórios para autos. Entusiasmado, José Costa sugeriu que a Casa liderasse campanha com aquele propósito em apoio à iniciativa tomada “por um companheiro nosso que já deu provas de sua capacidade”.

Como era de seu feitio, aproveitou o mote para lembrar a seus pares que os estudos

para instalação de um oleoduto em Minas Gerais já estavam concluídos, mas as verbas para sua construção ainda não haviam sido liberadas. Observou que a “Casa não pode cruzar os braços e tem a obrigação moral de promover movimentação no estado e de agir junto aos deputados da bancada mineira na Câmara Federal para a liberação da verba”. Sua proposta foi aprovada com aditivo de Osório Diniz para o envio de ofício ao presidente da República, solicitando entrega de verba ao coronel Janary Nunes, presidente da Petrobras.

Em 4 de dezembro, houve reunião extraordinária para tratar da prisão de Felício Elias Moisés, diretor da Casa, que teria sido “vítima de arbitrariedades policiais”, mas preferia renunciar ao cargo, alegando “que sua presença entre os ilustres colegas poderia motivar campanha demagógica contra a entidade”. Sua prisão motivara a presença da imprensa no recinto da reunião, o que provocou certo tumulto. Antônio Vidigal, por exemplo, não concordava com a presença dos jornalistas e afirmou que a imprensa belo-horizontina não possuía mentalidade para assistir a tal reunião. José Costa discordou com veemência. Afirmou que a imprensa devia se retirar do recinto não por falta de mentalidade, mas por se tratar de uma reunião secreta, cujas decisões só interessavam à diretoria. Mas o caso já havia repercutido e a população estava informada de que o diretor da AC Minas fora preso sob a acusação de ter misturado dois tipos de feijão, mantendo o preço do mais alto.

Na primeira reunião de 1959, a pauta foi dominada por debates sobre as dificuldades no abastecimento de gêneros alimentícios no Estado e a conseqüente intervenção policial, tendo em vista o congelamento dos preços. Diante da perceptível preocupação de seus pares, José Costa ponderou que todos deveriam ter calma e acompanhar o desenrolar dos acontecimentos para, só então, tomarem medidas firmes em defesa do comércio.

No dia 22 de janeiro, denunciou a inoperância da Feira de Amostras (instalada no local onde atualmente funciona a Estação Rodoviária), mantida pela Secretaria de Estado da Agricultura. No seu entender, a feira não podia ser chamada de “mostra da indústria mineira”. Solicitou, pois, que se oficiasse ao titular da Secretaria para que fosse exposto ali o que de fato era produzido em Minas Gerais.

Na mesma ocasião, enérgico, reclamou da ineficiência dos departamentos técnicos da Casa por não acompanharem, nas esferas municipal, estadual e federal, a marcha de diversos projetos de lei que poderiam trazer vantagens às classes produtoras. O superintendente do Departamento Jurídico, Miguel Augusto Gonçalves, afirmou que os projetos continuavam sendo fichados e o acompanhamento dos mesmos era feito, mas que a entidade, no entanto, não tinha força para influenciar sua aprovação ou rejeição. A discussão se tornou acalorada entre Miguel Augusto Gonçalves e José Costa que disse ao final: “o certo é que o serviço tem que ser feito, e o quanto antes”.

Em 12 de fevereiro, o deputado federal por Minas Gerais, Gabriel de Rezende Passos, proferiu conferência na AC Minas. José Costa pediu sua opinião sobre o projeto de auto-

financiamento de telefones que a Companhia Telefônica de Minas Gerais pretendia instituir em Belo Horizonte. Em resumo, o conferencista respondeu que tal projeto só privilegiaria os ricos e que o ex-prefeito Celso de Mello Azevedo havia prestado grande serviço à coletividade belo-horizontina ao vetá-lo.

Em 2 de abril, José Costa apresentou a seus pares um sucinto relato da missão que o levava ao Rio de Janeiro: proposição, junto à Fundação Getúlio Vargas, de instalação de um Curso de Administração de Empresas em Belo Horizonte. Na mesma reunião, sugeriu convite ao prefeito eleito de Belo Horizonte, Amintas de Barros, para expor seus planos de atividades junto ao Executivo Municipal e, empolgado, sugeriu que se enviasse voto de congratulações ao deputado José de Magalhães Pinto, por sua eleição à presidência da UDN. Entretanto, o sócio José de Azevedo ponderou que tal iniciativa derogaria o art. 74 do estatuto social da entidade, “que proíbe manifestações de caráter político-religioso”.

Fora FMI!

Nos anos 1950, como nos atuais, a carga tributária se constituía em motivo de preocupação para as classes produtoras. Na reunião de 9 de abril de 1959, por exemplo, José Costa fez longa explanação sobre a necessidade de isenção da taxa de Recuperação Econômica sobre cereais de Goiás e regiões limítrofes a Minas Gerais. Lembrou que o pagamento daquela taxa seria repassado aos consumidores e que, além do aumento dos preços, poderia prejudicar o abastecimento de alimentos da capital mineira. Ainda sobre finanças e contribuições obrigatórias, observou, em 30 de abril, que o governo vinha se locupletando do dinheiro arrecadado pelos Institutos de Previdência, o que resultava na inoperância dos mesmos. Propôs um estudo detalhado a ser feito pela Comissão de Trabalho e Previdência Social e uma campanha nacional para que os Institutos voltassem às suas reais finalidades.

Na reunião de 15 de maio, o convidado especial da entidade foi o engenheiro Amaro Lanari Júnior, que iniciava sua longa trajetória à frente da Usiminas. Coube a José Costa fazer a saudação ao convidado em nome de seus pares. Em meio aos elogios por seu desempenho, lembrou que era graças a homens como Lanari Júnior que (...) “o Brasil avança e progride, plantando cidades e fábricas, e as transportando, como num passe de mágica, em apenas um par de anos, da era do transporte em lombo de burro para a idade do caminhão”.

Outro tema que gerava muitas discussões no interior das entidades de classe do empresariado nacional era a tentativa de ingerência do Fundo Monetário Internacional (FMI) nas questões econômicas do País. Assim, na reunião de 4 de junho, José Costa aprovou moção de apoio da entidade ao presidente da República pela bravura com que estava lidando com o FMI.

No decorrer do mês de agosto, as discussões mais importantes da Casa giraram em torno das rodovias que cortavam o Estado de Minas Gerais e que, com a construção da nova capital, se tornavam vitais ao projeto de interiorização do desenvolvimento. José Costa foi contundente, como sempre, e exigiu urgente pavimentação das estradas, principalmente aquelas que beneficiavam diretamente as indústrias mineiras.

Na ata da reunião realizada em 17 de setembro, houve, a pedido de José Costa, transcrição de longo discurso proferido na Câmara pelo deputado federal Sérgio Bernardes, acerca da propalada substituição do general Edmundo de Macedo Soares e Silva na presidência da Companhia Siderúrgica Nacional. O deputado denunciara manobras nos bastidores do Poder contra a permanência do general na presidência da CSN, o que, para José Costa, equivalia a um atentado ao progresso do País. Edmundo de Macedo, observou, “tem sido um grande benfeitor do Estado de Minas Gerais e do País. Estava entre os únicos capazes de promover a corporificação de um empreendimento do porte da Usiminas”. Propôs, portanto, além da transcrição do discurso do deputado, um voto de solidariedade ao general e um convite para que expusesse, na AC Minas, os problemas da siderurgia brasileira.

Naquela mesma reunião, comentou a mensagem do presidente da República propondo a criação da Superintendência da Produção e do Abastecimento (Supra). O propósito, segundo a mensagem presidencial, era assegurar em todo o País o controle e o abastecimento de bens, assim como a prestação de serviços necessários ao consumo do povo. José Costa mostrava-se preocupado com o risco de eventuais restrições à liberdade dos comerciantes e sugeriu ao Departamento de Estudos Econômicos exame minucioso de referida mensagem.

Plano Diretor, reforma agrária

Ainda em setembro, de 1959, solicitou da entidade, mais uma vez, empenho junto ao prefeito Amintas de Barros para reativação de medidas de combate aos camelôs e vendedores ambulantes que infestavam as ruas centrais de Belo Horizonte. José Costa comentou o extraordinário desenvolvimento da cidade, mas demonstrou preocupação com o caráter desordenado do crescimento urbano. Segundo projeções estatísticas, seu crescimento populacional seria ainda mais acelerado, mas ela continuaria a ter problemas relacionados ao abastecimento de água e de energia elétrica e à coleta de esgoto.

Salientou a preocupante descontinuidade administrativa e a falta de planejamento e disse que era absolutamente necessária a imediata execução do Plano Diretor da Cidade, que fora elaborado por Américo René Giannetti. Observou também que o serviço de transporte coletivo não era compatível com a demanda dos moradores e, finalmente, solicitou aos departamentos Jurídico e Econômico da entidade análise do Plano Diretor para

que a Casa reivindicasse sua aplicação imediata. Sobre a proposta orçamentária apresentada pelo prefeito à Câmara Municipal, afirmou que havia um crescente déficit sem obra de monta que o justificasse e solicitou que se oficiasse ao prefeito sobre o assunto.¹⁴¹

Nas reuniões seguintes, as discussões giraram em torno de questões nacionais. José Costa lembrou que estava na ordem do dia um tema de transcendental importância: a reforma agrária. Advertiu sobre a necessidade de profundos estudos por parte das classes produtoras, porque a “politicagem” já havia dado início à sua campanha demagógica em torno do problema. Outro tema polêmico daquele momento era a compra, pelo governo federal, do navio aeródromo, o famoso porta-aviões “Minas Gerais”. José Costa fez coro com a imprensa e criticou Juscelino Kubitschek pela compra daquele “ferro velho”, cujas obras de reparo seriam muito caras.

Em 3 de dezembro, discursou sobre a necessidade de se levar a sério o projeto de regulamentação do direito de greve apresentado pelo senador Jefferson Aguiar, proposta que disse considerar “verdadeiramente monstruosa”, já que permitiria a uma minoria de empregados entrar em greve sem sofrer penalidades. Ressaltou que na proposta não se observava o preceito constitucional de que “todos os cidadãos são iguais perante a lei” e propôs campanha junto aos legisladores contra aquele absurdo, encaminhando-lhes estudo da Comissão de Trabalho e Previdência Social sobre o caso.

Na mesma reunião, propôs veemente protesto contra a intervenção indevida do vice-presidente da República, João Goulart, no movimento grevista que deveria ter eclodido em São Paulo no dia anterior, sob “patrocínio” do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ao mesmo tempo, propôs voto de apoio ao presidente Juscelino Kubitschek que teria sido desrespeitado por seu vice, “numa verdadeira inversão de mando”.

Falou ainda sobre o “gesto altamente impatriótico” dos oficiais da Aeronáutica que se rebelaram contra os poderes constituídos da nação ao empreenderem, em 3 de dezembro, uma fuga à região do Alto Tocantins e, com isso, reeditarem o triste episódio de Jacareacanga. Propôs voto de solidariedade a Juscelino Kubitschek, proposta que novamente gerou discussões em torno de um eventual desrespeito ao estatuto da entidade. Depois dos debates, o voto de solidariedade foi aprovado, com a recomendação de se enviar cópia do mesmo ao ministro da Justiça.

Às vésperas da crise

Não obstante os altos índices inflacionários, a década de 1960 anunciava-se com bons presságios para a economia brasileira. A inauguração da nova capital, marcada para 21 de abril daquele ano, renovava as esperanças de boa parte da sociedade brasileira, que via, naquele ato, a tão sonhada interiorização do desenvolvimento nacional.

¹⁴¹ Idem, 1º de outubro de 1959. Belo Horizonte: AC Minas, 1959.

Mas havia também, como em todo regime democrático, os incrédulos nas promessas feitas pelo “presidente bossa-nova”, além dos raivosos opositores, encastelados na UDN, que torciam pelo insucesso dos projetos postos em prática pelo governo federal. O certo é que as instituições democráticas estavam funcionando em toda sua plenitude e, naquele ano, ocorreriam eleições para os cargos de governadores de estado e presidente da República.

Em 17 de março de 1960, José Costa trouxe vários assuntos à mesa de discussão. Manifestou, por exemplo, sua preocupação com um projeto em tramitação na Câmara dos Deputados concedendo aos sindicatos dos estivadores o monopólio de exploração empresarial dos serviços de estiva em todos os portos do País. Para ele, a proposta era absurda. Propôs às classes produtoras uma ação imediata junto ao presidente da República, ao ministro do Trabalho e aos representantes mineiros na Câmara dos Deputados para que se manifestassem contra tal medida.

Por aqueles dias, informou a seus pares que a Petrobras abriria em breve concorrência pública para a construção de oleoduto Rio de Janeiro – Belo Horizonte, que, segundo ele, devia encher de orgulho a todos, pois a Casa havia sido pioneira nessa luta. Propôs voto de louvor à Petrobras e ao diretor Osório da Rocha Diniz, membro do grupo de estudos sobre o oleoduto.¹⁴²

Na reunião de 19 de maio, lamentou a visita de delegações comerciais estrangeiras a importantes cidades brasileiras, mas não a Belo Horizonte e disse que “já era tempo” de nossa capital concorrer com as outras cidades, para que os setores do comércio e indústria não precisassem da intermediação de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 4 de agosto, abriu polêmica ao sugerir a inserção em ata de um protesto pela nomeação de Newton de Paiva Ferreira para presidente da Comissão Executiva da Refinaria de Petróleo e do Oleoduto de Minas Gerais. Na sua opinião, a escolha deveria recair sobre um dos quatro diretores que lutaram, de fato, pela implantação do oleoduto: Osório da Rocha Diniz, Renato Falci, Gabriel Janot Pacheco ou Washington Albino. Houve manifestações contrárias. Alguns dos presentes chegaram a pedir que retirasse suas palavras e, ao final, Renato Falci ponderou junto ao amigo que aquele era um momento para somar e não para subtrair e fez vários elogios à sua “luta pelo petróleo”. Mesmo diante da argumentação de Falci e dos elogios que recebeu, José Costa fez questão que o protesto fosse mantido.

Magalhães X Tancredo

Nas eleições previstas para outubro de 1960, o cargo de governador do Estado estava sendo arduamente disputado: de um lado, o banqueiro José de Magalhães Pinto, candidato por uma coligação partidária liderada pela UDN; de outro, Tancredo de Almeida

¹⁴² Idem, 2 de abril de 1960. Belo Horizonte: AC Minas, 1960.

Neves, pelo Partido Democrata Social (PSD), em aliança com outros partidos, inclusive o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Como parte dos festejos de seu 60º aniversário, a ser completado em janeiro do ano seguinte, a AC Minas convidou os dois candidatos para um debate, a realizar-se em 8 de setembro. De acordo com prévia decisão da diretoria, José Costa foi incumbido de saudar o candidato Tancredo Neves, o que foi feito com muita cortesia, apesar de ser público que seu candidato era Magalhães Pinto.

Três dias após as eleições, na reunião realizada em 6 de outubro, José Costa solicitou licença especial do cargo de diretor pelo prazo de três meses, para viagem ao exterior. Comunicou que iria a um congresso de jornalistas na Áustria e que, possivelmente, estenderia sua viagem até a União Soviética e a China.

Progresso chinês

Em 12 de janeiro de 1961, o presidente da Casa, Gerson Dias, deixou o cargo e, em seu discurso de despedidas, fez elogios ao desempenho de José Costa. Depois dos agradecimentos, José Costa sugeriu à Mesa a designação de representantes da entidade para a cerimônia de posse do novo governador de Minas, José de Magalhães Pinto, e disse mais: como se tratava de um ex-presidente da Casa, sugeria que fosse preparado um “decálogo de reivindicações” das classes produtoras a ser entregue ao governador, logo depois de empossado no cargo.

No início de fevereiro, José Costa apoiou ofício que a Sociedade de Engenheiros de Petróleo do Recôncavo Baiano havia dirigido a Jânio Quadros, solicitando que a direção da Petrobras fosse entregue a administradores realmente capacitados e não a políticos de carreira. Ainda naquela reunião, teceu elogios ao discurso de posse do presidente da República e pediu que o mesmo fosse transcrito nos anais da Casa. Houve manifestações contrárias, alegando que o discurso continha laivos de demagogia; depois dos debates, foi aprovado apenas o envio de um ofício elogioso ao novo presidente.

Na reunião seguinte, em 9 de fevereiro, José Costa fez longa apreciação sobre sua viagem ao exterior, quando, após participar de Congresso na Áustria, visitou também a República Popular da China. Comentou o progresso econômico, social e industrial daquele país, observando que lá o turismo vinha sendo encarado com seriedade pelo governo e que seu parque ferroviário era digno de nota, assim como as condições sociais. Segundo suas observações, o governo e o povo da China estavam lutando para sair do atraso econômico secular. E, para surpresa de todos, disse que na China também havia capitalistas, referindo-se a um deles que era também secretário da Associação Comercial de Xangai e deputado do Partido da Construção Democrática.

Por aquela época, a AC Minas estava empenhada na construção de sua nova sede. Na

reunião de 23 de fevereiro, José Costa sugeriu que se solicitasse ao Banco da Lavoura de Minas Gerais financiamento para conclusão das obras. Presente à reunião, José Andrade de Faria, representante do referido banco, deu indicações de que o financiamento seria viável. A sugestão foi aclamada por todos os presentes. Na mesma oportunidade, sugeriu à Comissão de Assuntos Municipais um estudo profundo sobre a conveniência de funcionamento do comércio da capital no período noturno como já ocorria em São Paulo.

Dias depois, teceu comentários sobre o manifesto que o Conselho das Classes Produtoras iria encaminhar ao presidente da República, contendo uma análise da conjuntura econômica do País e reivindicações dos comerciantes. Na ocasião, disse acreditar que, com certas medidas administrativas, o presidente Jânio Quadros poderia abrir novas perspectivas ao futuro do Brasil.¹⁴³

O fracasso da Simca

Na reunião do dia 6 de abril, José Costa mostrou-se desolado. De acordo com suas constatações, a fábrica de automóveis Simca nunca seria instalada no município de Santa Luzia ou em qualquer outro do Brasil. Na verdade, observou, o que o grupo sempre desejou foi montar aqui automóveis importados a câmbio especial, para vendê-los a preços astronômicos. Lamentou profundamente que as classes produtoras mineiras, e ele próprio, tivessem agido como “verdadeiros inocentes úteis”. Registrou seu protesto para deixar claro que os membros da Casa erraram ao pedir aos poderes competentes o apoio necessário ao projeto da Simca.

Por sua sugestão, em 4 de maio foi instituída a Comissão de Turismo da AC Minas e ele foi aclamado seu vice-presidente. Na mesma reunião, comunicou a presença no País de uma Missão Comercial Chinesa, com o objetivo de intensificar relações comerciais entre os dois países, e que membros daquela delegação viriam a Belo Horizonte, a convite da Fiemg. Lembrou que caberia às classes produtoras locais convencer os chineses da importância de nossos produtos a serem exportados, a exemplo do que já estava sendo feito com o grupo de joalheiros alemães.

No dia 24 de agosto daquele 1961, o presidente Jânio da Silva Quadros renunciou ao cargo, alegando que “forças ocultas” o impediam de governar. Mas na AC Minas, houve reunião normal da diretoria, como ocorria semanalmente. José Costa falou sobre a “alfândega seca” que funcionara em Belo Horizonte entre 1929 e 1931 e que havia sido extinta para contenção de gastos públicos. Lembrou que as classes produtoras deviam lutar pelo seu restabelecimento e que já havia projeto de lei naquele sentido no Senado.

¹⁴³ Ata da reunião do dia 2 de março de 1961. Belo Horizonte: AC Minas, 1961

Apoio aos mineiros

No início do mês de setembro, as autoridades brasileiras haviam conseguido solução paliativa para a crise política desencadeada com a renúncia de Jânio. A opção, como é sabido, foi a instituição do regime parlamentarista de governo. Na reunião do dia 14 daquele mês, José Costa apresentou à Casa proposta sobre o assunto, que se dividia em quatro itens:

1. Inserção de voto de efusivas congratulações a Tancredo Neves por ter sido escolhido Primeiro-Ministro; no seu entender, Tancredo Neves era um mineiro ilustre, ligado às classes produtoras do Estado.

2. Extensão do voto a Walter Moreira Sales e Francisco Clementino de San Tiago Dantas, respectivamente, ministros da Fazenda e das Relações Exteriores.

3. Extensão do mesmo voto ao marechal Henrique Teixeira Lott, ex-ministro da Guerra, e ao general Lopes Machado, comandante do III Exército, pela corajosa atitude que assumiram na recente crise político-militar eclodida no País. Afirmou que somente o patriotismo desses ilustres militares pôde evitar que o Brasil entrasse em uma guerra civil, articulada por “oficiais golpistas que, além de rasgarem a Constituição, rasgaram também os direitos civis e constitucionais do povo brasileiro logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros”.

4. Extensão do voto aludido ao Diretório Estadual da UDN, pela atitude daquele partido político em procurar sindicado e depois dar ao conhecimento público das verdadeiras causas da renúncia de Jânio.

Como era de se esperar, houve acalorados debates. José Costa reconheceu, desde logo, que os itens 3 e 4 de sua proposta não condiziam com a linha apolítica da AC Minas e que, portanto, não seriam postas à aprovação dos presentes.

Entretanto, foi proposto por outro membro da diretoria que se estendesse o mesmo voto de congratulações ao Congresso Nacional. José Costa concordou com o arranjo, mas insistiu que a íntegra de sua proposta constasse em ata, como de fato ocorreu.

Na reunião do dia 26 do mesmo mês, José Costa informou que os jornais estavam a noticiar graves acontecimentos em Nova Friburgo, onde alguns oficiais no Núcleo Aéreo-Terrestre da Força Aérea Nacional – Corpo de Para-quedistas invadiram a garagem de uma empresa de ônibus e metralharam seus ocupantes, em represália pelo acidente entre o automóvel de um deles e um ônibus da empresa. Afirmou que tais arbitrariedades ocorriam em todo o País, inclusive em Belo Horizonte, lembrando o tumulto dos militares na posse do presidente legalmente eleito. No seu entender, tornava-se necessário cobrar dos oficiais do Exército, Marinha e Força Aérea respeito à Constituição. Pediu que se enviassem ofícios aos ministros da Guerra, da Marinha, da Aeronáutica e ao primeiro-ministro, solicitando providências contra tais violências. O presidente da entidade adiou a

discussão, para que a Mesa avaliasse com mais acuidade o pedido, já que, em princípio, vinha contra o regulamento da Casa que previa isenção político-religiosa.

Inimigo na sombra

Em 24 de novembro, a AC Minas recebeu a visita do general João Punaro Bley, que ministrou longa palestra sobre o comunismo, “inimigo que trama na sombra”. A íntegra de sua conferência, intitulada “Os Problemas Comunistas e a Segurança Nacional”, foi registrada em ata. Presente à reunião, José Costa não levantou nenhuma questão.

Na primeira reunião de 1962 a que compareceu, comentou a eleição da nova diretoria da UVMG e salientou as “magníficas relações” entre a AC Minas e aquela entidade. Já na reunião de 25 de janeiro, teceu comentários sobre os encontros preparatórios ao Congresso das Associações Comerciais e afirmou que competia à AC Minas levar sua palavra de fé e confiança no futuro econômico do Estado.

Dias depois, na condição de secretário geral do Congresso das Associações Comerciais, manifestou sua satisfação pelo êxito das reuniões preparatórias realizadas no interior do Estado, “quando uma vez mais se fizera sentir a necessidade de uma perfeita união e coesão das classes produtoras na defesa de seus interesses”.¹⁴⁴

Omissão dos senadores

Em abril, apresentou proposta de ofício ao primeiro – ministro Tancredo Neves solicitando urgência na restauração da rodovia Belém – Brasília. Disse também estar informado de que o Congresso Nacional tinha aprovado verbas substanciais para subvenções às empresas de transportes aéreos a fim de lhes permitir melhoria de seus serviços. Afirmou que, infelizmente, o que ocorria nas pontes aéreas entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro, entre São Paulo e Brasília, eram verdadeiros descalabros e acarretavam inúmeros contratempos aos passageiros. Propôs representação à Diretoria da Aeronáutica Civil solicitando a regularização do tráfego aéreo entre a capital e aqueles centros, tendo em vista o progresso de Belo Horizonte e de nosso Estado.

No dia 10 de maio, voltou a reclamar sobre o descaso do governo do Estado em atrair missões econômicas estrangeiras que, quando visitavam o Brasil, se limitavam a conhecer as condições de São Paulo e do Rio de Janeiro. Citou várias missões com as quais o governo de Minas e as classes produtoras poderiam ter mantido contato e solicitou, novamente, envio de ofício ao governador Magalhães Pinto abordando aquele tema.

No início de julho, fez um alerta sobre problemas de abastecimento em Minas e em todo o País. Depois de ler manifesto sobre o assunto expedido pelas entidades represen-

¹⁴⁴ Idem, 2 de fevereiro de 1962. Belo Horizonte: AC Minas, 1962

tativas das classes produtoras do Triângulo Mineiro, solicitou que o mesmo fosse enviado ao governador, juntamente com declaração da Casa sobre o problema. Apresentou, na mesma ocasião, outro manifesto sobre eventual desabastecimento elaborado pelas associações de produtores de arroz e expedido a Leonel Brizola, à época governador do Rio Grande do Sul.

Em agosto, reportou-se à rejeição pelo Senado do projeto que restabeleceria a “alfândega seca” em Belo Horizonte. Pediu que constasse em ata protesto contra os senadores mineiros Milton Campos e Benedito Valadares que, ao invés de apoiarem o projeto, encontravam-se em campanha eleitoral pelo interior do Estado. E concluiu: “Tal irresponsabilidade nos choca profundamente”.

A 20 de setembro, apresentou pedido de licença por período de 45 dias para viagem ao exterior. Comunicou que visitaria França, Alemanha, Itália e Polônia. De volta ao Brasil, na reunião de 16 de dezembro, comentou a visita que fizera à Alemanha, a convite do governo daquele país, acentuando o extraordinário progresso e o dinamismo de seu povo na reconstrução das cidades destruídas pela guerra. Elogiou a indústria alemã, observou que havia notado grande interesse pelo Brasil e preconizou a conveniência de intensificação do comércio com aquele país.

Tensão pré-golpe

O ano de 1963 iniciou-se sob forte tensão política. Bem informado, José Costa presentia futuros dissabores. Mas no interior da AC Minas, mantinha a mesma postura, não deixando transparecer suas preocupações com a crise política que se avizinhava. Assim, na reunião do dia 28 de fevereiro, abordou o problema dos caminhões-feira que estacionavam nas ruas centrais de Belo Horizonte e, mais uma vez, lamentou a inexistência de um plano diretor para a cidade e regulamentação das atividades urbanas.

Em 7 de março, observou que o Diário Oficial da União chegava a Minas Gerais e a outras regiões do Brasil com intoleráveis atrasos e sugeriu ofício à presidência da República e à Imprensa Nacional sobre o assunto. Ainda em março, comunicou que, por determinação do presidente da República ao Departamento de Administração do Serviço Público (Dasp) tinha sido abolida a participação dos servidores do Ministério da Fazenda nas rendas da União. Propôs congratulações ao presidente pela iniciativa, pois aquela era uma antiga reivindicação da Casa que, como ele, considerava um verdadeiro escárnio a participação financeira de fiscais nas multas.

No início de abril, José Costa discorreu sobre a industrialização de Minas Gerais e sugeriu à Casa ação junto ao governador Magalhães Pinto no sentido de ampliar e complementar as instalações da Cidade Industrial de Contagem. Observou que estados do Nordeste brasileiro estavam se industrializando mais rapidamente que Minas Gerais e



Com Riuti Kanadami, na Samarco em Mariana, 1985.



Almoço no DC: Hiram Reis, Itamar Franco e José de Alencar, 1986



Com o senador Murilo Badaró, 1986.



José Mota Costa, ministro Mailson da Nóbrega e Luiz Carlos Costa da redação do DC, 1988.



Acílio Lara Rezende, Britaldo Soares, José Costa, Camilo Teixeira da Costa e José Mota Costa, 1988.



Com José Aparecido de Oliveira e Hudson Brandão, em 1989.



Na AC Minas, com Lúcio Bemquerer e Celso Mello Azevedo, 1991.



Com Carlos Eduardo Orsini e Lúcio Assumpção, 1992.



Com Nabib Agras, homenagem aos 60 anos do Diário do Comércio, 1992.



Marcílio Gonçalves, José Costa e Luiz Carlos, 1992.



Com Rômulo de Avellar e Renato Falci, 1992.



Com Antônio Lopes de Sá, 1992.



Homenagem da Assembléia Legislativa, 1992.



Minas Exporta: Luiz Carlos Costa, ministro Celso Amorim e Arlindo Porto, 1994.

lembrou que as pequenas e médias empresas careciam de maior estímulo para se instalarem aqui.

No dia 14 de junho, o então prefeito de Belo Horizonte, Jorge Carone Filho, visitou a AC Minas e fez uma conferência sobre as questões urbanas. José Costa integrou a comissão encarregada de debater com o prefeito. Os temas em pauta foram: desenvolvimento de obras públicas, melhoramento do setor de limpeza pública, recuperação da Pampulha, ajardinamento do anel rodoviário, extinção de favelas urbanas, abastecimento de gêneros alimentícios, construção de nova rodoviária, combate aos camelôs e ampliação da rede de esgotos.

Na reunião seguinte, José Costa informou que o prefeito havia autorizado à Companhia Telefônica de Minas Gerais a instalação imediata de 5.000 novos aparelhos telefônicos na capital sob regime de autofinanciamento. Observou que, se a AC Minas e outras entidades de classe liderassem movimento contrário ao autofinanciamento seria possível reverter o problema. A proposta foi encaminhada aos órgãos técnicos da Casa.

Na mesma ocasião, comunicou que a Câmara de Comércio do México havia se dirigido à ONU solicitando que fossem denunciados, por meio dos bancos internacionais, os nomes de pessoas que possuíam depósitos no estrangeiro. Observou que também no Brasil, onde se usavam e abusavam daquele expediente, nossos governantes careciam subscrever aquela oportuna iniciativa do México e concluiu:

Trata-se de uma medida que realmente se impõe porque, como todos sabemos, entre nós subsistem milhares e milhares de depositores [sic] no estrangeiro, a maioria justificando os seus depósitos sob a premissa de que necessitam resguardar o valor da moeda nacional. O que ocorre na realidade, todavia, é toda uma gama de prejuízos ao nosso País.

Renúncia forçada

Na primeira reunião de 1964, realizada em 6 de janeiro, recebeu congratulações da Casa, representada por Joaquim Vieira de Faria, pelo título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte que lhe fora concedido pela Câmara Municipal. Na ocasião, o orador teceu longos comentários em torno das atividades de José Costa no cenário da coletividade belo-horizontina, da qual se tornou “figura das mais benquistas, mercê de um trabalho todo ele dedicado às causas do progresso da capital mineira”.

José Costa não compareceu à reunião do dia 12 de março, ocasião em que a AC Minas divulgou uma “Mensagem ao Povo Brasileiro”, na qual assinalou: “a causa principal dos males, cabe insistir, reside no desvirtuamento da autoridade civil que faz o jogo da investidura totalitária, transgredindo, ostensivamente, com os comunistas”.

Vinte e cinco anos depois, em entrevista concedida a Ligia Maria Leite Pereira, Miguel

Augusto Gonçalves de Souza, que em 1964 presidia a AC Minas, relatou a posição da entidade frente aos acontecimentos que culminaram com o golpe militar de 31 de março. De acordo com ele, naquela ocasião, não obstante o apoio da grande maioria, houve algumas vozes discordantes em relação ao movimento militar. Nem poderia ser diferente, em uma entidade que sempre pregou o respeito às opiniões divergentes.¹⁴⁵

Na reunião de 2 de abril de 1964, dois dias após o golpe militar, Miguel Augusto Gonçalves de Souza propôs “voto de aplausos da Casa à gloriosa atuação das Forças Armadas Brasileiras, como homenagem e reconhecimento à brilhante demonstração de fé democrática que souberam dar quando dos recentes acontecimentos político-sociais ocorridos no País”. Solicitou ao plenário que aprovasse de pé a proposta, o que ocorreu logo após, com prolongada ovação de todos os presentes. Na seqüência, houve várias manifestações de apoio aos militares. Não há registro em ata, mas certamente ficou decidido que o diretor José Costa “renunciaria ao cargo”. E assim foi.

Conforme narrado no primeiro capítulo desse livro, José Costa foi preso logo depois do golpe militar ou, conforme afirmou, nos primeiros dias do mês de abril de 1964. Não estava presente, portanto, à reunião realizada em 13 de abril, de cuja ata consta o seguinte comunicado. “(...) o presidente da Casa após comunicar aos membros da mesma que o sr. José Costa havia renunciado ao cargo de diretor, [comunicou também] que existiam na diretoria-plena, desde há algum tempo, mais duas vagas.”

Terminava assim, de maneira melancólica para a entidade, a primeira fase da longa jornada de José Costa no interior da AC Minas.

O retorno do guerreiro

O ingresso de José Romualdo Cançado Bahia na AC Minas ocorreu em novembro de 1964. Assim, segundo informou, apesar de conhecer José Costa desde a década de 1940, houve um desencontro entre eles no interior da entidade. Mas logo depois de assumir a presidência da Casa, no início dos anos de 1970, chegou a convidar José Costa para retomar sua cadeira de diretor, mas ele declinou do convite.

Em 1972, fui eleito presidente da Associação Comercial. Um grande amigo meu, Cássio França, tinha sido afastado da Associação na mesma época do afastamento do José Costa. Logo depois que assumi a presidência, conversei com o José Frederico Sobrinho, que era superintendente da AC Minas e redator-chefe da página de economia do jornal Estado de Minas, uma pessoa brilhante, um caráter invejável. Eu disse a ele que iria convidar o Cássio França para voltar

145 Miguel Augusto Gonçalves. Entrevista concedida a Ligia Maria Leite Pereira em 1989. Citada por FARIA, Maria Auxiliadora e PEREIRA, Ligia Maria Leite. *Associação Comercial de Minas*. Op. cit. p. 208

à diretoria da AC Minas. Ele apoiou minha idéia e sugeriu que o convite fosse feito também ao José Costa. Eu, honestamente, não tinha pensado no José Costa, mas resolvi convidar os dois. Convidei o Cássio França. Ele aceitou. Quando convidei o José Costa, ele me disse: “estou muito honrado, muito satisfeito, mas gostaria de saber quem teve a idéia de me convidar.” Eu disse que a idéia partiu primeiro do José Frederico Sobrinho, mas que a apoiava integralmente. Ele agradeceu, mas não quis voltar. Perguntou se podia indicar seu genro, Marclio Gonçalves. Concordei prontamente e ainda disse ao Marclio que ele seria, na AC Minas, o sucessor de José Costa e o nomeei primeiro secretário da Mesa.

Sete anos depois, no início de 1979, o general João Batista de Figueiredo assumiu a presidência da República. Seria o último dos generais a ocupar o cargo, no ciclo militar. No ano anterior, o famigerado Ato Institucional nº 5 havia expirado. Mas como a sociedade brasileira já havia reconquistado alguns direitos, inclusive o de liberdade de imprensa, houve certo e merecido descaso ao seu fim. O País caminhava a passos largos em direção à abertura política e ao fim do regime militar.

Acompanhando o ritmo dos acontecimentos, a AC Minas também passara por reformulações internas, teve substantivo crescimento no quadro de associados e no âmbito de suas atividades.

Dois anos depois de ter assumido a presidência da Casa, em janeiro de 1979, Nilo Antônio Gazire propôs oficialmente à Casa a formulação de convite a José Costa para reintegrar-se ao seu quadro de diretores. Em sua justificativa, lembrou que a entidade devia muito aos serviços prestados por José Costa e que, por sua bagagem de experiências, seu retorno seria importante para os novos diretores. Aprovada a proposta, em 24 de janeiro, o velho guerreiro voltou à tribuna da AC Minas e, emocionado, afirmou:

É com muita satisfação que venho ao microfone agradecer a lembrança do presidente Nilo Antônio Gazire, convocando-me novamente para atuar nesta Casa. Estejam certos – o presidente e os demais companheiros – que tudo farei para corresponder a esta confiança. Quero também agradecer ao ex-presidente Euler Marques Andrade o comentário sobre o editorial do Diário do Comércio “que coloca a Associação Comercial como autêntico porta-voz do Estado”. Estou absolutamente certo de ser aquele o pensamento do comércio e das classes produtoras de um modo geral a respeito da Associação Comercial de Minas. Por isso, é preciso que continuemos nesse passo firme. Como disse nosso companheiro Charles Lotfi, estou certo de que se espera muito do trabalho e da eficiência da Associação Comercial de Minas para esse passo enorme que temos que dar no novo governo.

Na mesma reunião, abordou o embate de interesses entre europeus e brasileiros sobre a produção de ferro-gusa e solicitou que a entidade recorresse ao ministro das Relações Exteriores sobre a matéria. A seguir, comentou a “paralisação, até melhores dias”, da construção da Ferrovia do Aço, cujo término deveria ser estendido até o fim do governo do general Figueiredo, prazo mais compatível com a magnitude da obra. Acrescentou que o orçamento inicial era baixo para “obra de porte tão faraônico e que era imprescindível salvar os bilhões de cruzeiros já empregados”. Propôs que fosse promovido um seminário sobre o assunto, já que “não é o governo que não tem podido fazer, nós é que não temos pressionado convenientemente para que ele faça”.

Propôs ainda que se oferecesse um jantar para homenagear os três mineiros escolhidos para compor o Ministério do presidente João Batista de Figueiredo: João Camilo Penna, Eliseu Resende e Murilo Macedo e que o convite deveria ser estendido ao futuro vice-presidente da República, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça.

Rodoviária, Ferrovia do Aço, ponte aérea

Tal como ocorrera com a AC Minas, e de certo modo com o País, naqueles quinze anos que permearam o fatídico 31 de março de 1964 até janeiro de 1979, a empresa jornalística de José Costa havia se desenvolvido e modernizado.

Mas seu proprietário, então com 73 anos, embora continuasse a lutar pelo desenvolvimento do Estado, já não tinha a mesma frequência às reuniões.

Em 7 de março, retomou a questão da Ferrovia do Aço e reafirmou “a necessidade de se restaurar o projeto em bases mais realistas e executá-lo com menos propaganda e mais trabalho”. Lembrou que a Casa devia se inteirar das decisões que eram tomadas, influenciando-as segundo os legítimos interesses de Minas Gerais. Na reunião do dia 28 do mesmo mês, voltou à questão e afirmou que a ferrovia era uma das grandes vergonhas nacionais, “porque começaram a construí-la sem nenhum estudo sobre sua viabilidade econômica”. E concluiu: “Eu não sou contra a Ferrovia do Aço. Sou contra o processo de se fazer a Ferrovia do Aço. Creio que nós devemos não apenas ter uma ferrovia, mas várias.”

Em novembro, voltou à tona uma proposta para transformar o terminal rodoviário em centro de convenções. Como um dos mais antigos associados presentes à reunião, José Costa observou: “Se formos procurar nos arquivos desta Casa, vamos encontrar, justamente, a proposição que o companheiro Charles Lotfi acaba de fazer. Quando se debatia a construção dessa rodoviária, nós defendemos, aqui, desta tribuna, a implementação de três ou quatro pontos rodoviários na cidade.”

No decorrer do primeiro semestre de 1980, há poucos registros da presença de José Costa nas reuniões da entidade. Ou, em algumas ocasiões, mesmo presente, preferia não fazer uso da palavra, mantendo-se apenas como observador dos debates. Mas na reunião

de 9 de junho criticou uma nova lei que entraria em vigor sobre imigração estrangeira no País e insistiu para que a Comissão de Ação Empresarial da Casa voltasse a funcionar e examinasse com acuidade a nova lei.

Em 23 de julho, denunciou o tratamento inadequado dado pela imprensa à questão dos medicamentos proibidos. José Holanda de Freitas discordou, afirmando que tais assuntos deviam ser tratados pelo Ministério da Saúde e autoridades sanitárias. Mesmo porque, observou, determinados assuntos quando não eram bem focalizados, ou apropriadamente tratados, causavam malefícios. Veemente, José Costa retrucou dizendo: “Sou frontalmente contrário à posição do companheiro José Holanda de Freitas. Sou de opinião que o problema de medicamentos é seriíssimo, é caso quase de polícia.”

No início de setembro, comentou o noticiário nacional sobre medida recente do governo federal referente à implantação de vôos noturnos ligando os principais centros econômicos do País. Irônico, lamentou: “Como sempre, Belo Horizonte ficou para trás e não foi beneficiada pela medida”. Propôs à Casa tomar algum tipo de providência para incluir Belo Horizonte na nova programação vôos.¹⁴⁶

No dia 1º de outubro, o presidente da entidade, Nilo Antônio Gazire, prestou homenagem a José Costa pela modernização por que passava o seu jornal. Disse ele:

Tivemos, nesta data, a agradável surpresa de conhecer as modificações introduzidas no Diário do Comércio, tradicional e conceituado jornal que tantos serviços vem prestando, ao empunhar bandeira de defesa das nossas riquezas e da nossa iniciativas. Entretanto, em breve, no ano de seu cinquentenário, o Diário do Comércio, lucidamente dirigido pelo jornalista e nosso prezado companheiro de diretoria José Costa, seu fundador, se apresenta, a partir de hoje, em novo formato e nova roupagem gráfica, mais informativo, sempre dentro de sua linha de noticioso dos assuntos econômico-financeiros. Assume agora, de fato, o Diário do Comércio uma posição que sempre lhe coube – a de grande jornal. A José Costa, seus diretores e demais colaboradores, transmitimos nossa calorosas congratulações, por essas excelentes inovações introduzidas no seu Jornal. Fazemos, também, firmes votos de que sua organização – que desfruta de tanta estima e respeito – continue sempre a crescer, acompanhando, como tem feito tão bem, a evolução da política econômica e social. Com isso ganhamos todos nós, empresários, jornalistas, enfim, a comunidade mineira.

Depois do discurso, o presidente comunicou que, por sugestão de José Costa, havia enviado ofício ao Departamento de Aviação Civil do Ministério da Aeronáutica e que a resposta fora imediata. Tinha, pois, o prazer de comunicar que a rede definitiva do transpor-

¹⁴⁶ Ata da reunião de 10 de setembro de 1980. Belo Horizonte: AC Minas, 1980

te noturno seria consolidada em 1º de janeiro de 1981 e que Belo Horizonte estaria incluída nas novas rotas. O diretor Antônio Maluf disse que havia tido o prazer de ler o jornal ainda mimeografado, já que seu pai fora amigo de José Costa, e estava muito feliz com o progresso do Diário do Comércio. E concluiu. “José Costa, eu digo a você com muito orgulho: você engrandeceu o jornalismo de Minas Gerais.” Emocionado, José Costa agradeceu as homenagens que lhe foram prestadas.

Incentivos à exportação

Em 18 de julho de 1981, voltou à tribuna para lembrar a necessidade de atuação firme das entidades de classe para que os produtores de café não preferissem terras paulistas em detrimento das mineiras. Sugeriu que a Casa convidasse Hélio Ferreira Pinto, grande produtor de café em Minas, para palestrar sobre o assunto. No dia seguinte, o então Secretário da Indústria, Comércio e Turismo de Minas Gerais, José Romualdo Cançado Bahia, compareceu à AC Minas como representante do governador, Francelino Pereira, para falar sobre a economia do Estado. Depois de saudar cada um dos diretores que compunham a Mesa, referiu-se a José Costa nos seguintes termos:

José Costa também nós conhecemos de longa data, desde os velhos tempos do Informador Comercial. José Costa veio para Belo Horizonte, plantou aqui as raízes de sua capacidade, de seu trabalho, de seu amor às causas de Minas e do Brasil. Não há grande causa, principalmente, as vinculadas aos interesses maiores e mais legítimos da economia mineira, que não tenham tido na voz de José Costa, na voz de seu jornal, um baluarte, um defensor intransigente dessas mesmas causas. O desenvolvimento econômico e, porque não dizer, também social do Estado de Minas Gerais, deve a ele e sua equipe o testemunho do mais profundo reconhecimento.

Conforme prometera seu proprietário, e ainda como parte das comemorações do 50º aniversário do Diário do Comércio, em 25 de agosto foi publicado o suplemento especial sobre os últimos cinquenta anos do comércio em Belo Horizonte. A iniciativa mereceu eloqüentes elogios da presidência da AC Minas.

Por aquela época, José Costa discorreu sobre o desempenho da Companhia Vale do Rio Doce. Não obstante seus 76 anos, o entusiasmo com que descreveu a empresa era similar ao dos anos de 1950, quando lutava de maneira ferrenha pelo desenvolvimento econômico de Minas. Para ele, “o trabalho que a Vale do Rio Doce está fazendo em Carajás é tão grandioso que eu não tenho capacidade de descrevê-lo. A estrada de ferro tem capacidade de exportar toneladas de minério de ferro. (...) Os trilhos também são uma coisa

impressionante.” Observou que, além do minério de ferro, a empresa estava tentando também a exploração do manganês. O que o deixava apreensivo era “a distribuição dos minérios que temos para firmas estrangeiras”. Advertiu: as classes produtoras deviam se informar melhor sobre aquele processo, pois “o manganês é o filé *mignon*” da siderurgia.¹⁴⁷

Tendo acabado de chegar de uma rápida viagem ao Iraque, informou que naquele país a Construtora Mendes Júnior estava, assim como a Vale do Rio Doce, construindo estradas de longas distâncias, com trilhos de até 23 metros, e concluiu sua fala com outra informação: os australianos estavam muito preocupados com o desenvolvimento da CVRD, pois, como exportadores de minério para o Japão e outros países, temiam perder aqueles mercados.

No dia 2 de fevereiro de 1983, houve sessão especial na AC Minas com palestra do presidente da Associação de Exportadores Brasileiros, Humberto da Costa Pinto Júnior. Por essa época, o Diário do Comércio e a Fundação Dom Cabral estavam envolvidos entusiasmadamente na criação do prêmio “Minas Exporta”. Coube, pois, a José Costa fazer sobre ele o seguinte pronunciamento da tribuna da Casa:

O Brasil vive, a julgar pelo o que tem sido dito e escrito nos últimos meses, momentos bastante difíceis. A crise econômica, alimentada por fatores internos e externos sobre os quais é desnecessário falar nesse momento, tornou-se mais aguda. E há quem diga que não há como fazer paralelos quantitativos entre o que acontece hoje e qualquer outro momento de crise no passado.

Juízos dessa espécie, na verdade, terão sempre um valor relativo para aqueles que preferem encarar qualquer crise como um momento criativo, feito de desafios que podem e serão vencidos. Penso que são homens desse tipo que estão reunidos aqui hoje. Homens que estão enfrentando e vencendo o desafio das exportações. Homens que não mediram esforços, dedicação e talento na luta árdua pela conquista de novos mercados, em condições muitas vezes adversas. Homens vitoriosos, posto que, de outra forma, Minas Gerais não seria hoje o segundo exportador brasileiro.

A eles o Diário do Comércio e o Centro de Estudos e Desenvolvimento da Exportação da Fundação Dom Cabral dedicam o prêmio “Minas Exporta”. Uma homenagem de valor meramente simbólico, mas que pretende traduzir reconhecimento e gratidão. Uma tentativa de mostrar o que as empresas e empresários valorosos vêm realizando, antecipando também a confiança pelo muito que ainda farão.

O Brasil tem pela frente o grande desafio de produzir, em 1983, um saldo comercial de 6 bilhões de dólares. Há quem diga que isso é impossível, a

¹⁴⁷ Idem, 15 de setembro de 1982. Belo Horizonte: AC Minas, 1982

menos que se aceite a recessão via estrangulamento geral das importações. Como isso não interessa a ninguém, resta a possibilidade de transformar o desafio em trampolim. Eis aí o sentido positivo da crise que a tantos amedronta. Eis aí o sentido maior do prêmio “Minas Exporta”.

Ele se repetirá ano após ano, traduzindo, mercê de um trabalho sério e persistente, resultados cada vez mais expressivos no campo do comércio exterior. Nosso muito obrigado aos presentes, especialmente ao Dr. Humberto da Costa Pinto Júnior, presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros, cujo apoio valoriza a iniciativa e lhe confere dimensão nacional; à Associação Comercial de Minas, sempre presente às iniciativas do Diário do Comércio, à Federação das Indústrias, à Federação do Comércio, e à Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil. O “Prêmio Minas Exporta” é soma de esforços de cada uma dessas entidades.

Na reunião de 13 de abril do mesmo ano, José Romualdo Cançado Bahia falou sobre a “Carta de Minas”, documento que se referia ao gravíssimo problema das taxas de juros praticadas no País. Observou que tal documento deveria ser assinado por todos os presidentes de confederações representativas das classes produtoras do Brasil e que, se possível, deveria ser assinado também pelos representantes das classes trabalhadoras. Entusiasmado, José Costa foi à tribuna e afirmou:

A proposta do dr. José Romualdo Cançado Bahia é muito interessante e muitíssimo oportuna. Eu só tenho que fazer um pequeno adendo a ela. Sou de opinião que essa proposição deva ser realmente levada por todas as entidades. Mas também pelo mais elevado número de pessoas para que o presidente da República sentisse realmente que o comerciante, que as classes produtoras estão apreensivas com a situação.

Em 25 de janeiro de 1985, lamentou que a ponte-aérea BH – Rio e BH – SP não tivesse permanecido no Aeroporto da Pampulha, o que demandava um deslocamento de 24 km até o Aeroporto de Confins. Para ele, o *lobby* dos mineiros junto às autoridades competentes tinha sido muito fraco. Alguns dias depois, felicitou a presidência da AC Minas pela instalação do Conselho da Micro, Pequena e Média Empresa e colocou-se à disposição do novo Conselho.

Em 1º de abril de 1987, o diretor Antônio Maluf observou que na reunião anterior a Casa encontrava-se em clima de pessimismo e amargura e que ele, portanto, fazia questão de naquele momento apresentar uma mensagem de otimismo e esperança nos seguintes termos:

Eu gostaria de trazer a vocês, realmente, um exemplo de força daquele que acreditou em Minas Gerais e nas classes produtoras. É um jovem que está aqui presente e dia 5 de abril vai completar 81 anos: é o nosso amigo José Costa, um exemplo de abnegação e de confiança. É por essa razão que convido o filho dele, José Motta Costa, para fazer um perfil do investimento que estão fazendo para, muito em breve, termos um dos melhores parques gráficos deste País.

Depois de agradecer, José Motta Costa, o Costinha, apresentou em detalhes as inovações tecnológicas que estavam sendo implantadas no jornal. Convidou a todos para, em breve, conhecerem a nova sede do Diário do Comércio, cuja construção já estava em andamento, e concluiu: "(...) O mais importante que ele [José Costa] está deixando para nós, filhos dele, não é o Diário do Comércio, não é o Jornal De Casa, não é uma empresa, mas é acreditarmos em nós, na empresa, acreditarmos no Brasil".

O ano de 1988 seria memorável para a empresa jornalística de José Costa, posto que, em novembro, seria inaugurada sua nova sede, situada na Avenida Américo Vespúcio. José Costa participou de poucas reuniões da AC Minas. Nas raras ocasiões em que esteve presente, fez convites e agradecimentos. Em 1989, só há registro de sua presença a uma reunião, realizada em 3 de maio. Na ocasião, felicitou a presidência da Casa por sua atuação no chamado "Movimento de Cidadania", que, naquele momento, mobilizava boa parte da sociedade civil brasileira.

O ano de 1990 foi de intensas comemorações pelos 90 anos da AC Minas, a serem completados em janeiro do ano seguinte. Para bem iniciá-las, em 14 de fevereiro o então presidente Lúcio de Souza Assumpção inaugurou, com a presença do ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, o Instituto Cultural da entidade. O propósito era "resgatar os valores de Minas" por meio de eventos técnicos e culturais que identificassem as prioridades de Belo Horizonte e de Minas.

Em meio às ruidosas medidas adotadas pelo presidente da República, Fernando Collor de Mello, que tomara posse em 15 de março, a AC Minas seguia discutindo questões pertinentes aos interesses do empresariado e da sociedade em geral, sem, contudo, deixar de lado os eventos alusivos aos seus 90 anos.

Em 26 de setembro do mesmo ano, e ainda em celebração aos 90 anos da entidade, houve solenidade especial para homenagear as pessoas que, de uma maneira ou de outra, fizeram a sua história. Receberam o troféu especial, criado pela artista plástica Helena Neto, os ex-presidentes da AC Minas, empresários nascidos na década de fundação da entidade, empresas e instituições contemporâneas de seu surgimento e destacados como pioneiros do desenvolvimento do Estado. José Costa foi um dos agraciados na categoria "empresários" e, sobre ele, afirmou o presidente da Casa no momento da entrega do troféu:

Um dos valores fundamentais da Associação Comercial de Minas, que presidiu o seu aparecimento, há 90 anos e que continua presente em todos os momentos, é a participação. É exatamente nesse ponto que há maior identificação entre a entidade e o jornalista José Costa. É uma semelhança que não esgota simplesmente no registro da presença constante do diretor José Costa às nossas reuniões. Ela se torna mais evidente quando se conhece a história do Diário do Comércio, que completará 58 anos no próximo mês e que nasceu da vontade de prestar serviço e abrir espaço à participação, de lutar pelo desenvolvimento e fortalecimento da economia regional, mas sem nunca se esquecer de que Minas é parte indivisa do Brasil. Exatamente como age a Associação Comercial de Minas.¹⁴⁸

José Costa foi escolhido pelos homenageados para representá-los no discurso de agradecimento e o fez de bom grado. Iniciou por narrar sua chegada e os primeiros tempos em Belo Horizonte e, depois de traçar breve perfil da AC Minas, prosseguiu:

(...) Para nós, essa homenagem tem significado especial porque a Associação Comercial também foi erguida graças ao trabalho e à esperança de muita gente. A nossa história pessoal e profissional tem muito a ver com a evolução desta Casa. Identificamo-nos, ao longo do tempo, na capacidade de lutar, na dedicação às boas causas, na persistência, na confiança renovada em Minas e no Brasil.

Se a nossa trajetória mostra êxitos, a história da Associação apresenta sucessos permanentes. Foram bem-sucedidas todas as campanhas comandadas pela entidade. O segredo de tal conquista foi um só: saber acolher as aspirações dos homens de negócios de Minas Gerais sintonizada com os anseios, embalada pelos sonhos e guiada pelo senso do bem comum, pode a Associação Comercial ajudar a construir muito do que de bom temos hoje na economia de nosso Estado.

(...) Aos 90 anos, a Associação Comercial de Minas é jovem, tanto quanto foi em 1901, quando um grupo de abnegados homens de negócios decidiu reunir-se para criar, na nova capital do Estado, a sua Associação.

Foi-me solicitado falar em nome dos agraciados com o troféu AC-90 anos entre os empresários, velhos companheiros: Elias Aun, que veio do Oriente mexer com fotografias e montou o melhor laboratório da época; João Rolla Filho, de tradicional família de São Domingos do Prata, dentre outros méritos, é irmão de Mário Rolla e de Joaquim Rolla, esse o construtor do Quitandinha; Seve-

¹⁴⁸ FARIA, Maria Auxiliadora de & PEREIRA, Lígia Maria Leite. Associação Comercial de Minas. Op. cit. p.317

rino Ballesteros Rodrigues, vindo da Espanha, chegou com boas idéias e a vontade de montar uma indústria de calçados; tão logo fez o pé-de-meia, entrou também no ramo do comércio calçadista. Outro bom companheiro, Sinval Ladeira Neves, latifundiário em Guarani, sentiu-se imbuído da missão de ajudar a desenvolver Belo Horizonte e implantou um bom comércio atacadista de cereais.

Entre as empresas e instituições homenageadas, a respeitada Associação Comercial de Juiz de Fora, a mais antiga de Minas, fundada em 1896; a nossa querida e tão importante Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, e empresas da tradição da Casa Salles, Companhia Têxtil Cachoeira dos Macacos, Casa Arthur Haas, do velho Arthur Haas e de seu filho Luiz Haas, nosso antigo diretor.

(...) Minas Gerais vive um momento importante. Muito do que ocorrerá ao Estado no futuro dependerá de decisões que tomamos hoje. Estamos num ponto de inflexão. Cumprimos nossas etapas no processo econômico, saltando de uma atividade agrícola e extrativa para um parque de bens de capital, insumos básicos e semi-elaborados. Cumprimos nossa etapa como uma espécie de Vale do Ruhr, na Alemanha. Conquistamos a posição de uma das três maiores economias regionais do País, mas não preenchemos plenamente nossa capacidade. Não esgotamos nosso potencial. É hora de nos lançarmos em novas batalhas.

(...) Estaremos empunhando essa bandeira. Estaremos realimentando nossa esperança, manifestando nossa confiança, a mesma esperança e a mesma confiança que construíram nossas vidas, que construíram uma entidade da respeitabilidade e da presença vitoriosa da nossa querida Associação Comercial de Minas. Parabéns a todos e muito obrigado.

No dia 10 de dezembro do mesmo ano de 1990, o economista e sociólogo Lúcio Marcos Bemquerer assumiu a presidência da AC Minas com o *slogan* “Desenvolvimento com Justiça Social.” Sua posse se deu em ato social dos mais concorridos e, depois de contundente discurso, na forma do artigo 41, e observando o dispositivo 83 do Estatuto da AC Minas, concedeu o título de Diretor Emérito aos seguintes ex-diretores: Alberto Oswaldo Continentino de Araújo, Custódio Antunes Fonseca, Everaldo João Rolla Braga, José Costa, José Holanda de Freitas, José Maria da Silva Cantídio e Manoel Carlos Avelar.¹⁴⁹

Aquele início dos anos de 1990 era mesmo de festas e homenagens a José Costa e aos jornais que fundara. Foi assim que, em meados de outubro de 1991, a AC Minas promoveu sessão solene para a celebração dos 15 anos de fundação do jornal *De Casa*. Do belo discurso pronunciado por Lúcio Bemquerer naquela ocasião, selecionamos alguns trechos:

¹⁴⁹ Idem, idem. p. 320

Prezado amigo Jornalista José Costa,

A história de Minas e da Associação Comercial registra, com justificando orgulho, currículos de personalidades que fizeram do desprendimento e da capacidade empreendedora sua razão de viver; a sua razão de ser.

É nessa galeria que nós – seus amigos e companheiros – o incluímos. Por isso mesmo, entendemos que a solenidade que aqui realizamos é, mais que uma homenagem, a expressão sincera de reconhecimento ao homem que acreditou em si mesmo, acreditou em sua terra e, principalmente, acreditou em seus sonhos, transformando-os em realidade concreta, perene, imortal.

É assim, com gratidão e reconhecimento ao seu criador, que vemos o Jornal De Casa atingir os 15 anos e se consolidar como presença obrigatória nas lares belo-horizontinos, leitura indispensável nas manhãs de domingo e roteiro mais que necessário para as atividades da semana.

*É a receita pronta e bem-sucedida do jornalismo eclético, que aborda sempre, com seriedade e competência, com respeito ao leitor, questões de interesse de Belo Horizonte e de Minas – seja na economia, na política ou no entretenimento. Por tudo isso, o jornal *De Casa* é o jornal da casa de todos nós. Mas é, antes, o retrato sem retoque de José Costa, de sua capacidade realizadora, de seu talento e de sua fé na comunicação. O jornal *De Casa* é mais uma luta vencida. É mais uma batalha ganha.*

(...) Sua vivência e participação em entidades classistas revelam outro traço de sua marcante personalidade solidária. Na União dos Varejistas, na Federação das Indústrias e aqui mesmo, nesta Casa, esteve sempre ligado a memoráveis campanhas em favor do desenvolvimento econômico e social de Minas.

Agora mesmo, quando o Estado luta para resgatar sua presença no cenário nacional, parte do número 1660 da Avenida Américo Vespúcio, do gabinete de trabalho de José Costa, mais uma iniciativa da maior importância para Minas e sua gente. Refiro-me ao “Fórum do pensamento econômico de Minas Gerais” que, através do debate e da participação das lideranças empresariais e políticas do Estado, busca repensar Minas. Não posso deixar de registrar, por dever de justiça, a sua grande sensibilidade ao dar o seu apoio decisivo, desde a primeira hora, à meritória campanha “Santa Casa – Santa causa”.

O ano seguinte, 1992, era também muito especial para José Costa, seus familiares e sua equipe de trabalho. O Diário do Comércio estava completando 60 anos. As homenagens ao jornal e a seu fundador foram muitas. Na reunião de 28 de outubro, o presidente da Casa ressaltou a homenagem que a Fiemg iria prestar ao jornal e propôs que, proximamente, a AC Minas fizesse o mesmo. E ela o fez em duas ocasiões.

A primeira ocorreu em meio ao Fórum do Pensamento Econômico de Minas realizado nos primeiros dias de novembro, com reunião especial comemorativa ao aniversário do jornal. O tema da reunião foi: “A preparação de Minas para a retomada do desenvolvimento”. A 22 de dezembro, a segunda homenagem, desta vez como parte do importante movimento “Minas presente”. A solenidade foi realizada no Automóvel Clube de Belo Horizonte e constou de breve saudação a José Costa, coquetel e concerto da Orquestra Filarmônica do Palácio das Artes.

Em 1993, José Costa compareceu a poucas reuniões da entidade e, em tais ocasiões, foi sempre convidado a integrar a Mesa diretora dos trabalhos. No dia 14 de julho, o diretor Antonio Maluf fez uso da palavra e, em nome da Casa, prestou homenagem a ele e a Ignácio Ballesteros, “exemplos de vida e de realização profissional”.

No ano seguinte, não há registro de sua presença na entidade. Com a saúde debilitada, não pôde sequer comparecer à cerimônia realizada a 30 de novembro de 1994, quando o presidente da Casa, Francisco Américo Mattos de Paiva, diplomou os Diretores Eméritos. Naquela ocasião, foi representado por seu filho, José Motta Costa.

José Costa: três testemunhos

Dada a impossibilidade de registrar depoimentos das centenas de ex-companheiros de José Costa em sua militância na AC Minas, optamos por três testemunhos: os dos ex-presidentes José Romualdo Cançado Bahia e Hiram Reis Corrêa e o do atual presidente, Charles Lofti.

José Romualdo Cançado Bahia foi eleito presidente da AC Minas no final de 1972. Apesar de terem conviado por pequeno período no interior da entidade, sempre nutriu por José Costa grande respeito e admiração:

Em 1943, eu trabalhava na Companhia de Tecidos Mascarenhas, uma casa atacadista de tecidos, localizada na Rua Rio de Janeiro, quase esquina com Caetés, que ficava muito próxima da sede do Informador Comercial. Então, eu tenho ligação com a obra e com o nome do José Costa desde 1943. Recebíamos diariamente um mensageiro do jornal e, conforme estava claro no título, ele era realmente um informador do que ocorria no comércio de Belo Horizonte e de Minas Gerais. Eles tinham um arquivo fantástico. Nós mesmos, em alguns momentos, recorriamos ao arquivo do Informador Comercial. Houve um desencontro entre mim e José Costa na AC Minas porque só comecei a freqüentá-la a partir de novembro de 1964, momento em que ele já havia saído.

Ele participou de campanhas memoráveis; de uma delas participei como estudante: “O Petróleo é Nosso, Petrobras”. Com ele, estavam Osório da

Rocha Diniz e Renato Falci, contrariando o “papa” Assis Chateaubriand, que não gostava dessa história nacionalista. Belo Horizonte era uma cidade de 150 mil habitantes, de maneira que a gente sabia quem era quem e o que fazia.

Nessa campanha, eu estava do lado estudantil, mas na campanha da Açominas não. Participei ativamente e, sempre que se precisava de José Costa, ele comparecia. Reservou um espaço enorme no jornal dele para Valdemar Coronha, que escrevia notícias da Açominas.

Outra campanha memorável foi a da Fiat. Havia dois políticos mineiros de muito peso: Aureliano Chaves e Jorge Ferraz, que era de oposição. Contávamos com o José Costa de olho fechado. Aliás, contávamos com ele e com seu jornal. O patriotismo dele começava aqui. Amando a terra dele, Minas Gerais e o Brasil. Outra qualidade dele sempre foi a lealdade. Não mentia nem para consolar. A verdade estava na sua franqueza, com cordialidade, sem ofender, mas muito franco. Era um homem muito fácil de lidar.

Hiram Reis Corrêa presidiu a AC Minas no período de 1985 a 1987 e atualmente é vice-presidente da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais (Fecomércio). Emocionado, narrou seu convívio com José Costa a quem conhecia e admirava antes mesmo de atuarem juntos:

Conheci o José Costa de maneira peculiar. Ele passava regularmente em frente à Livraria América que ficava na Rua dos Tupinambás, para seguir até a Rua Curitiba. Meu sócio, José Mendes de Carvalho, o conhecia e, depois de cumprimentá-lo, sempre me dizia: “No dia em que você precisar de um homem sério, está ali, José Costa” e observava em voz baixa: “mas ele é comunista.” Depois de muitos anos, tomei a liberdade de cumprimentá-lo e, quando ingressei na AC Minas, tive oportunidade de conhecê-lo mais de perto. Aproximei-me dele e verifiquei que se tratava – como havia me dito o José Mendes – de um homem sério, trabalhador, inteligente e que tinha idéias muito positivas. Tinha uma preocupação muito grande com o social, mas era um empresário com todas as idéias da livre iniciativa, da luta pelo progresso. Aproximei-me dele principalmente porque o jornal que publicava era o único do Estado a tratar de temas econômicos e a defender os nossos interesses. Portanto, ele pode ter sido comunista em certa época, nos tempos de juventude, mas como empresário e jornalista sua preocupação, como a de todos nós, era com o desenvolvimento e o equilíbrio econômico de Minas e do Brasil. Na época da Revolução de 1964, eu não pertencia à Associação Comercial, mas sei que alguns diretores denunciaram o José Costa. Ele já tinha o Informador Comercial, já estava alinhado com as nossas

idéias, com as idéias que ele sempre defendeu, mas queriam incriminá-lo. Talvez o tenham feito por inveja. Mas ele sobreviveu bem àquela época, e, em 1979, voltou a participar da AC Minas.

Comentou ainda, saudoso, o firme desempenho de José Costa e do Diário do Comércio nas campanhas econômicas desencadeadas pela AC Minas.

As campanhas da Associação Comercial sempre tinham uma bandeira importante. Eu tive a sorte de estar à frente da campanha por nossa ligação ferroviária, que nós chamávamos Costa Lacerda. Naquele momento, eu era o presidente da Casa e assinei como testemunha o texto de sua criação. Não quero desfazer de outros veículos de comunicação, mas o jornal que sempre deu maior apoio às campanhas foi o Diário do Comércio. Eu sempre observava que, além da nota, da notícia, havia sentimento. Aquele sentimento de José Costa, aquele desejo de ver Minas crescendo economicamente. Ele tinha uma característica a mais: além de todos os predicados, era um apaixonado na defesa de suas idéias. Uma delas era a construção de uma sede para abrigar todas as entidades de classe do empresariado mineiro. Era um sonho que ele defendia porque naquela época ainda éramos muito dispersos.

Para finalizar, confirmou o que foi dito por outros que conviveram com José Costa: ele era homem de mil compromissos e de participação intensa em várias frentes de luta.

José Costa também participava da Federação do Comércio, da Fiemg, da União dos Varejistas e de outras entidades. Aliás, ele freqüentava e tinha trânsito em todas as entidades de classe. Era eclético e exatamente por isso defendia a união de todas elas. Era, além do mais, coerente e consistente, porque ser só coerente sem consistência não tem valor. É bom que se registre: José Costa era consistente nos seus pontos de vistas. Na AC Minas, ele ia à tribuna, fazia discurso para defender suas idéias. Quando eu era presidente, havia uma cadeira na qual José Costa gostava de se assentar durante as reuniões semanais. Eu ficava observando-o. Muitas vezes, ele não dizia nada, mas olhava para mim e eu sabia o que ele estava pensando. Se ele estava apoiando, se estava me puxando a orelha, porque ele puxava e, muitas vezes, com razão. Nossa convivência era tão boa que às vezes eu estava conversando com alguém e ele passava com aquele jeito ‘empinadinho’ (ele era sempre muito elegante) e bastava me olhar para que eu me sentisse elogiado ou não. Aliás, ele nunca me fez um elogio direto. Mas eu sabia de sua satisfação com minha gestão. As críticas diretas eram

raras, porque a maioria delas era feita com o olhar. Ele tinha muita autoridade.

O atual presidente da AC Minas, Charles Lofti, revelou ter guardado boas recordações do amigo José Costa:

Eu o conheci quando ele regressou à AC Minas em 1979. Tenho ótimas lembranças dele. Era um brasileiro nacionalista puro, idealista, um homem que teve uma presença marcante na Associação Comercial. Foi sempre muito combativo. Um homem ético que cuidava dos assuntos públicos, dos interesses de todos, da sociedade como um todo. Ele sempre esteve em sintonia com a AC Minas, porque a considerava uma tribuna livre para defender a economia mineira. Havia a suspeita de que fosse esquerdista, mas ele era, acima de tudo, um bom brasileiro, um nacionalista.

José Costa era um sábio, um homem de experiência, um homem vivido. E nós, então mais novos, recorriamos a ele para pedir orientação, para pedir sua opinião sobre os grandes acontecimentos, os grandes problemas do Estado e do País. Ele sempre nos atendeu com boa vontade e educação. Era um homem de coração aberto, não negava ajuda e atenção a ninguém. Em 1990, foi eleito Diretor Emérito da AC Minas como coroação de todo esse trabalho. Depois de seu falecimento, a AC Minas o homenageou dando seu nome ao plenário. Foi uma bela homenagem. [...] Até hoje é lembrado com muito carinho e respeito, porque era um homem que não compactuava com as coisas erradas. O jornal que publicava foi, e de certa forma continua sendo, o grande parceiro desta Associação Comercial pela assistência ao comércio de Belo Horizonte e de Minas Gerais. Se me perguntassem como eu o qualificaria nos dias de hoje, eu diria: José Costa foi um guerreiro, mas um guerreiro do bem, da soberania, do progresso, do desenvolvimento de Minas e do Brasil; o guerreiro a favor do fortalecimento da empresa brasileira. Como presidente da AC Minas, ficaria muito feliz se pudesse ter na diretoria um, dois ou três companheiros do mesmo quilate de José Costa.

União dos Varejistas de Minas Gerais

A União dos Varejistas de Minas Gerais (UVMG) foi fundada em meio à turbulência política do ano de 1930. Quando completou 50 anos, fez publicar um livreto com breves perfis biográficos de seus ex-presidentes e um apanhado histórico de sua atuação, escritos por Osório da Rocha Diniz, que a presidiu entre 1935 e 1941. Foi no decorrer de sua gestão, que a entidade adquiriu o terreno e, posteriormente, construiu sua sede, na Ave-

nida Paraná, 514. Em 1953, um incêndio destruiu a sede e a maioria dos documentos da entidade, inclusive as atas de suas reuniões. Foi, pois, do pequeno texto escrito por Osório da Rocha Diniz que obtivemos algumas informações sobre os primeiros anos de trajetória da UVMG.¹⁵⁰

A idéia de fundação de uma entidade surgiu da insatisfação de comerciantes varejistas que se sentiam injustiçados com as medidas governamentais, em flagrante desrespeito aos seus direitos. Uma delas era a participação dos fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda na arrecadação das multas: eles ficavam com 50% do valor, gerando uma escandalosa “indústria das multas”.

Ainda sem local definido para se reunir e tendo de, às vezes, se encontrar sob as árvores das avenidas de Belo Horizonte, o grupo formado, entre outros, por João Ferreira Porto Filho, Fiorello Nadalin, Nicola Marotta, Américo de Mendonça Scotti, Deoclides Alves Liberato, Joaquim Séptimo Vaz de Melo, Gibraltar de Souza e Carlos Coelho de Souza decidiu pela fundação da entidade.

O grupo de pioneiros solicitou, então, ao jovem advogado Pedro Aleixo, amigo pessoal de Deoclides Liberato, a elaboração do estatuto. Pedro Aleixo fez o trabalho graciosamente e tornou-se, desde então, seu consultor jurídico e sócio benemérito. O nome escolhido foi uma derivação do lema que haviam consagrado quando tiveram a idéia de fundá-la: “A união faz a força”.

Depois do incêndio, a UVMG funcionou em pelo menos dois endereços, até retornar, em 1956, ao prédio original, reformado.

Não há registro preciso, mas indícios de que José Costa tenha ingressado na UVMG por volta de 1935, quando seu amigo Osório da Rocha Diniz foi eleito presidente. É que, no rescaldo do incêndio, encontra-se folha solta, provavelmente parte final de uma ata de reunião datada de 26 de junho de 1939, onde seu nome figura na lista de presença. Da mesma forma como foi impossível precisar a data de seu ingresso na UVMG, o momento de seu desligamento também é impreciso. O que se pode inferir, é que tenha ocorrido entre meados da década de 1960 e início da de 1970.¹⁵¹

É sabido que, no início dos anos de 1950, a vigorosa atuação da UVMG era veiculada por vários jornais da capital e, excepcionalmente, pela revista *Vida Industrial*, publicada pela Fiemg. Na edição de abril de 1953, por exemplo, a revista publicou resumo da reunião realizada a 18 de março daquele ano, durante a qual foi discutida a “situação alarmante vivida pelos varejistas”, provocada, segundo se afirmava, pela “atuação desastro-

¹⁵⁰ União dos Varejistas de Minas Gerais – 1930 – 1980. Belo Horizonte: UVMG, 1980. p. 52

¹⁵¹ Em decorrência da perda das atas no incêndio de 1953, a pesquisa a tais documentos cobriu apenas o período de 1954 a 1962. É que as atas das reuniões realizadas entre 1963 e 1972 não foram encontradas no arquivo da entidade e, na série de livros iniciada em 1973, não há mais registro da presença de José Costa, o que indica que seu desligamento deve ter ocorrido entre 1963 e 1972. De qualquer forma, nos documentos a que tivemos acesso, sua atuação no interior da UVMG foi recuperada.

sa” da Comissão de Abastecimento e Preços (Coap). De acordo com artigo, a Coap “com os tabelamentos impraticáveis para o comércio, vem provocando o desvio de gêneros para outros centros, crise que já vem alarmando a população e coloca em risco o patrimônio do comerciante varejista”.

José Costa sugeriu que fosse feita “uma campanha esclarecedora ao povo, dando conhecimento da verdadeira situação, pois o comércio cerealista, além de não ter a mínima responsabilidade pela grave crise de abastecimento, é uma das maiores vítimas.”¹⁵²

O diretor de plenário

Na condição de diretor de plenário da UVMG, a atuação de José Costa tinha que ser quase sempre pedagógica. Cabia a ele ordenar os assuntos a serem tratados, assim como conceder a palavra àqueles que a solicitavam. Não raras vezes, como ocorreu na reunião de 8 de janeiro de 1954, tinha que pedir a suspensão dos trabalhos para comunicados da diretoria e organizar a pauta de assuntos tratados. É que, como lembrou Osório da Rocha Diniz, os primeiros tempos da UVMG foram marcados por grande dinamismo, com reuniões agitadas, às vezes com debates acalorados que se prolongavam até altas horas da noite.¹⁵³

No dia 27 de março, o engenheiro Celso Murta, diretor do Departamento de Estradas e Rodagens de Minas Gerais (DER), fez uma palestra na entidade e, a exemplo do que ocorria na AC Minas, José Costa foi um dos diretores que mais o questionou. Começou informando que, em viagem ao sul de Minas, verificara que as obras de arte das estradas daquela região ficavam sempre em segundo plano e, a seguir, comentou as freqüentes notícias veiculadas pela imprensa de que o DER fazia pagamentos indevidos. O conferencista respondeu que as denúncias tinham caráter político e que as portas do órgão que dirigia estavam abertas para possíveis e eventuais investigações.

Em 7 de abril, José Costa foi indicado pelo presidente da Casa, João José Narciso, para integrar a comissão de estudos sobre salário mínimo. Depois de agradecer a indicação, pediu que fosse comunicado ao engenheiro Celso Murta, conferencista de reunião anterior, que aceitava pessoalmente o oferecimento que o mesmo havia feito para qualquer sindicância no DER.

A seguir, analisou a produção de cereais no Triângulo Mineiro, região que acabara de visitar. Conforme já havia afirmado na AC Minas, disse que as perspectivas eram favoráveis ao perfeito abastecimento dos centros consumidores e que a única restrição era o mau estado de conservação das estradas.

Como membro da comissão de estudos sobre salário mínimo, na reunião de 5 de

¹⁵² *Vida Industrial*. Belo Horizonte, Fiemg, abril de 1953. p. 29

¹⁵³ União dos Varejistas de Minas Gerais – 1930 – 1980 op. cit. p. 53

maio reeditou, de certa forma, as críticas que se faziam na AC Minas às disparidades dos salários e ao decreto do presidente da República que elevava as contribuições aos institutos de previdência de 6% para 8%. Declarou que tal medida sobrecarregaria ainda mais os empresários, “já tão apreensivos quanto à sobrevivência de seus negócios”.

Em meados daquele ano, o principal tema foi a inoperância da Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). José Costa fez uso da palavra para afirmar que a culpa era do governo do Estado, já que a ele cabia fiscalizar o emprego das verbas federais em Minas. Para esclarecimento da questão, sugeriu que se convidasse Bento Gonçalves Filho, secretário da Viação e Obras Públicas, para falar na entidade sobre as reais condições econômicas do Vale do São Francisco.

Em 23 de junho, criticou a Secretaria da Agricultura por manter funcionando em Pará de Minas uma refinaria de óleo de algodão sem as necessárias instalações para sua completa industrialização. Informou que a usina não tinha meios de embalar o produto, de consumo popular, e que o mesmo era embalado em outros estados voltando a Minas a preços consideravelmente superiores. Solicitou que a Casa exigisse da Secretaria as providências necessárias para dotar a Usina de instalações capazes de industrializar e distribuir o produto no próprio Estado.

Na mesma reunião, o diretor Edgar Faria Matos apresentou protesto contra recentes declarações do almirante Pena Boto, presidente da Cruzada anticomunista, que havia acusado as classes produtoras mineiras, em particular a AC Minas, de infiltração comunista. Disse ter estranhado a citação de Osório da Rocha Diniz, Washington Albino e José Costa, nomes de destaque nos meios econômicos mineiros. Solicitou que constasse em ata voto de desagravo aos três, o que foi aprovado unanimemente.

Depois de agradecer a solidariedade recebida, José Costa criticou o governo do Estado que, segundo fora informado, estava estudando a viabilidade de um plano de publicidade para justificar o aumento de impostos.

Em setembro, chamou a atenção para o fato de alguns comerciantes terem achado interessante a eliminação da taxa de seguro, que aumentaria o valor dos fretes. Observou que tal decisão era completamente incompatível com os interesses da maioria da classe e propôs que a UVMG entrasse em contato com a Associação das Empresas de Transporte para uma discussão amigável sobre o problema.

Na mesma ocasião, teceu considerações acerca da situação política do País, citando depoimento do brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos à revista *O Cruzeiro*, com pesadas críticas às Forças Armadas e denúncias contra oficiais da Aeronáutica. Quando lia o depoimento do brigadeiro, foi interrompido por Nilo Neme com o argumento de que discutir tal assunto na reunião ia contra a neutralidade política da Casa. José Costa negou que tais denúncias fossem de natureza política. A questão foi posta em votação e sua opinião foi vencedora, com apenas três votos contrários. Assim, terminou a leitura e sugeriu

à Casa o envio de ofício ao presidente da República para verificar a veracidade das acusações.

Houve acalorado debate. O diretor Antônio Duarte Guedes pediu que se retirasse a proposta, pois o depoimento poderia sofrer contestações e, em véspera de eleições, não seria bom que a entidade desse motivo para explorações políticas. José Costa insistiu que sua intenção não foi política, mas, tendo em vista a proximidade das eleições, aceitou transferir a discussão para momento mais oportuno.¹⁵⁴

Em 20 de outubro, houve debate sobre reportagem do jornal *Estado de Minas* denunciando “o conto do troco” no comércio da capital. O diretor Edmundo Fernandes protestou com veemência e José Costa lamentou que era desagradável para o comércio ter de criar artifícios para compensar a falta de troco usando balas, caixa de fósforos, etc. Argumentou que os comerciantes não podiam deixar de reconhecer que os fregueses tinham direito de reclamar. Disse, ainda, que seria preferível que os comerciantes resolvessem a questão dos preços de modo a não haver necessidade de troco.

Na mesma reunião, comentou o encontro entre o ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, e representantes das classes produtoras, quando o ministro teria feito proposta de aumento de impostos, inclusive do Imposto de Renda pago pelos empregados. Informou que as classes produtoras do Rio de Janeiro manifestaram concordância com as propostas, mas que a UVMG não devia aprová-las.

Em 10 de novembro, José Costa criticou mais uma vez o governo federal que, segundo ele, dispunha de várias armas para combater o déficit orçamentário, mas utilizou-se da “mais incômoda para a população: o aumento de impostos”. Reafirmou que a melhor solução para acabar com o déficit público seria a diminuir o quadro do funcionalismo e racionalizar os serviços burocráticos.

Como ferrenho defensor dos interesses de Minas, uma das maiores preocupações de José Costa era a malha rodoviária do Estado. Repetia, pois, no interior da UVMG, as críticas que fazia na AC Minas. No início de 1955, por exemplo, depois de narrar sua viagem a São Paulo, comparou o tratamento dispensado pelo governo federal àquele Estado ao “verdadeiro descaso” do ministro da Viação com as rodovias federais que passam por Minas Gerais. Sugeriu movimento da entidade para solicitar ao ministro e ao presidente da República melhor “conservação e zelo com as importantes estradas federais de Minas”. Em 2 de março, recomendou atenção para a notícia de que o governo aumentaria o preço da gasolina, o que “seria desastroso para a economia do País”. Sugeriu que a UVMG liderasse um movimento de massa contra tal aumento e colocou-se à disposição para discutir o mesmo problema junto a outras entidades de classe.¹⁵⁵

Em maio, entrou na pauta a reconstrução da sede da UVMG e José Costa propôs que

¹⁵⁴ Ata da reunião de 22 de setembro de 1954. Belo Horizonte: UVMG, 1954.

¹⁵⁵ Idem, 2 de março de 1955. Belo Horizonte: UVMG, 1955.

os próprios diretores da Casa fizessem um empréstimo para a conclusão das obras. Foi, então, criada uma Comissão de Empréstimo, presidida por ele. Dois meses depois, sugeriu que fosse indicada uma comissão para cuidar das solenidades de reinauguração da sede.

Ainda naquele mês de maio de 1955, entregou ao presidente relatório da Comissão do Caixeiro Viajante, enaltecendo o seu teor, que procurava facilitar exportações, diminuindo as dificuldades alfandegárias. Propôs a organização de uma Comissão Mineira de Caixeiros Viajantes, junto com a AC Minas e Federação das Indústrias. Na reunião seguinte, informou que a Cacex estava promovendo reuniões com as classes produtoras para tratar de problemas de exportação e propôs a convocação da Comissão dos Caixeiros Viajantes em Minas Gerais para acompanhar os debates.

Na reunião de 3 de agosto, analisou minuciosamente o relatório da Companhia Força e Luz de Minas Gerais e, ao final, estranhou a instalação de uma usina movida a *diesel* em Minas, onde havia tantas quedas de água.

Nesse mesmo dia, reclamou novamente da poluição urbana acarretada pela fumaça dos ônibus e solicitou urgente pedido de explicações à Secretaria de Saúde do Estado. E, ainda preocupado com as questões urbanas de Belo Horizonte, participou ativamente dos debates acerca da sua zona boêmia. De acordo com ele, a simples mudança de sua localização não resolveria o problema.

As questões do município eram preocupação constante da UVMG que, em outubro de 1956, indicou José Costa para representá-la junto à Comissão de Desfavelamento, em reunião na Prefeitura de Belo Horizonte com a presença de representantes da ONU. Depois da referida reunião, solicitou da entidade um estudo apurado sobre o assunto para que pudesse levar sugestões consistentes no próximo encontro da Comissão. Aproveitou para elogiar o então prefeito de Belo Horizonte, Celso de Mello Azevedo, pelas providências que vinha tomando no sentido de ampliar o Mercado Municipal e o prolongamento da Avenida Afonso Pena, com a demolição da Feira de Amostras.

Nos anos de 1956 e 1957, não há registro da presença de José Costa nas reuniões da UVMG. Em 1958, compareceu apenas à reunião de 3 de dezembro, quando propôs congratulações ao novo prefeito de Belo Horizonte, Amintas de Barros.

Em 2 de abril de 1959, a diretora do Centro das Donas-de-Casa, Maria José Ribeiro Pena, fez conferência na UVMG, sugerindo a criação de um sistema de cooperativa para estocagem de mercadorias, para evitar o desabastecimento e a alta de preços nos períodos de entressafra. José Costa manifestou-se contrário à medida e afirmou que o culpado de tudo era o governo, que esbanjava o dinheiro público, gerando crises como a que então se vivia.

No início de 1960, o tema predominante na UVMG, foi a inauguração de Brasília, prevista para 21 de abril. Mas na reunião de 3 de fevereiro, foi ventilada a remissão dos associados que, como ele, haviam contribuído para a reconstrução da sede. Em gesto ele-

gante, dispensou a remissão, lembrando que a Casa precisava de renda para manter-se.

Em março, a proposta de construção de um monumento em homenagem a Juscelino Kubitschek, feita pelo Informador Comercial, provocou reação contrária de alguns diretores, por motivos diversos, inclusive as dívidas da UVMG para com os associados que patrocinaram a reforma da sede.

Na reunião de 28 de junho de 1961, o vice-presidente da UVMG, Edmundo Fernandes reiterou críticas que havia feito em reunião anterior ao noticiário do Informador Comercial que usava, segundo ele, termos descorteses e insultuosos à classe. Presente à reunião, José Costa não se manifestou a respeito.

Em setembro, José Costa sugeriu que as classes produtoras indicassem um delegado junto ao Instituto Brasileiro de Café. Na mesma ocasião, sugeriu que as atas da entidade fossem redigidas por um técnico, fosse ele diretor, associado, ou não. Mas que o redator escrevesse de forma inteligível para que, ao serem lidas, as atas fossem aprovadas sem debates e não onerassem o tempo das reuniões. Alguns dos presentes discordaram da sugestão.

Logo no início de 1962, José Costa denunciou ato ilícito da Prefeitura de Belo Horizonte, que estava vendendo mercadorias fora do tabelamento de preços. Discordou da sugestão de outro diretor, que considerava a necessidade de o tabelamento de preços abranger todo o Estado de Minas Gerais. Para ele, enquanto o governo não interferisse na cadeia produtiva, a questão dos preços não seria solucionada. Sugeriu a participação da entidade no Congresso das Classes Produtoras que se realizaria em breve.¹⁵⁶

O tema do tabelamento de preços continuou por longo período na pauta das discussões. José Costa trazia notícias de outros estados onde a polícia era mais tolerante com pequenos comerciantes e, em 25 de abril, afirmou: “a solução do problema do abastecimento não era a usual tentativa de verificar a falta de um ou outro artigo e, sim, pressionar o governo para que cumprisse a sua parte”. Considerava, portanto, imperiosa uma campanha de esclarecimento popular apontando as verdadeiras origens e os responsáveis pela situação.

Em 1º de agosto, numa espécie de premonição sobre a desordem urbana de Belo Horizonte, sugeriu ação imediata da entidade junto ao governo do Estado para impedir a construção da nova rodoviária no local da antiga Feira de Amostras já que, no futuro, as conseqüências seriam desastrosas, com o inevitável congestionamento naquele local. Acrescentou que o mais acertado seria dividir a cidade em zonas, de conformidade com o local natural da entrada de veículos, e em cada região construir-se uma rodoviária.

Em setembro, solicitou licença por 60 dias e, no seu retorno em 17 de outubro, recebeu homenagens pelos trinta anos de fundação do Informador Comercial. Esse foi o último registro que tivemos sobre sua presença no interior da UVMG.

¹⁵⁶ Idem, 2 de fevereiro 1962. Belo Horizonte: UVMG, 1961

Relatos de companheiros da UVMG

Oliveira de Souza Góis, antigo companheiro de José Costa na UVMG, fez breve apreciação sobre seu desempenho na entidade:

No decorrer de toda sua vida, José Costa articulou as coisas com muita coerência, com muita firmeza, e honestidade acima de tudo. Era uma pessoa extraordinária mesmo. Na UVMG, como em outras frentes de luta ele teve uma atuação muito firme. [...] Lembro-me de dois momentos especiais: as campanhas pelo petróleo e pelo minério de ferro.

José Theresiano da Silva ingressou na UVMG em 1952 e a presidiu em dois mandatos consecutivos, entre 1970 e 1974. Sobre a militância de José Costa no interior da entidade, fez os seguintes comentários:

Eu não tinha intimidade com ele, mas observava de perto sua atuação. Um dos momentos de maior força e que me marcou profundamente foi a campanha pela implantação da Refinaria de Petróleo Gabriel Passos (Regap), em Betim. Osório da Rocha Diniz e Renato Falci também foram defensores da instalação da Regap e trabalharam nisso. Os três, naquela época, eram considerados politicamente revolucionários, hoje nós falamos nacionalistas.

Outro momento importante de sua atuação, junto com Osório da Rocha Diniz, foi a criação da Cooperativa do Comércio Varejista, que foi fundada e instalada primeiro na Avenida Paraná. Os dois foram diretores da cooperativa, que era subordinada ao Ministério da Agricultura. Depois, conseguimos a carta patente e a antiga cooperativa tornou-se o Banco do Comércio Varejista, instalado na Rua Rio de Janeiro. Entretanto, mais tarde houve dissidência entre a diretoria da UVMG e a do banco, que acabou sendo passado às mãos do Alberto Ramos. Depois, o banco foi liquidado.

Lázaro Pontes Rodrigues ingressou na entidade em 1982 e atualmente é seu presidente. Naquele momento, embora ainda fosse filiado à UVMG, José Costa já não participava de suas reuniões. Mesmo sem ter privado de seu convívio, Lázaro Pontes Rodrigues, referiu-se a ele com muito respeito:

Não tive o prazer de conviver com José Costa no interior da entidade, pois minha chegada à Casa ocorreu em 1982, momento em que ele já não participava das reuniões. Mas eu o conhecia e admirava, assim como ao Diário

do Comércio. Quando cheguei à União dos Varejistas, citava-se o nome José Costa como um baluarte da entidade. [...] Na UVMG, temos pessoas da “velha guarda” que citam José Costa como uma pessoa que fez acontecer tudo aquilo que Minas Gerais precisava. A história do Diário do Comércio e a da UVMG se complementam e se misturam porque ela foi fundada em 1930, dois anos apenas antes da fundação do jornal Estado de Minas Gerais.

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

Os anos de 1930 se apresentavam como momento de novas perspectivas para o País. Em Minas Gerais, logo após a turbulência revolucionária, bem o sabiam os representantes dos setores produtivos, a mobilização de forças e interesses era condição *sine qua non* para uma possível e desejável recuperação econômica.

A consciência do atraso relativo da economia mineira frente à paulista era perceptível. De tal consciência resultou, por exemplo, o abandono da infrutífera discussão que se travava ao longo da Primeira República entre ruralistas – ou agraristas – e industrialistas, em prol de um amplo projeto de desenvolvimento.

O coroamento dessa nova postura de nossas elites empresariais ocorreu logo depois do Movimento Revolucionário de 1930 com a fundação, em 1933, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), com sede na capital.

As discussões em torno de sua criação trouxeram à tona a velada disputa entre empresários de Juiz de Fora, à época o maior centro industrial do Estado, e os de Belo Horizonte. Assim, quando no início do ano de 1933 um grupo de industriais liderados por Américo René Giannetti, Alvimar Carneiro de Rezende e Euvaldo Lodi reuniu-se para criar a entidade, o então presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora, José Carlos de Moraes Sarmiento, não aprovou a idéia nem aceitou o encargo de presidi-la.

Mas o momento era de união, observou Giannetti, e a velha disputa entre empresários das duas cidades era de todo indesejável. “(...) Não podemos perder esta oportunidade de evitar a defecção do Centro de Juiz de Fora, o que seria, realmente, um lamentável transtorno. Estou certo de que nós chegaremos a completo acordo.”¹⁵⁷

Assim ocorreu. Convencido de que o mais importante para Minas Gerais era a união dos empresários do setor industrial em torno de uma federação, tal como preconizava a nova legislação proposta por Getúlio Vargas, Moraes Sarmiento acabou concordando em presidi-la, ainda que por tempo determinado.

Por aquela época, José Costa dava seus primeiros passos na área jornalística e acompanhava, por meio do Informador Comercial, todos os acontecimentos relativos à economia mineira. E, por certo, considerou relevante a decisão de se criar a entidade para o for-

¹⁵⁷ Documento avulso – Centro de memória da Fiemg. Belo Horizonte, 1933

talecimento do empresariado. Muitos anos depois, afirmaria que seu jornal acompanhava de perto toda a movimentação da Fiemg desde o ano de sua fundação em 1933.

Para recuperar sua participação no interior da Fiemg, utilizamos como principais fontes a revista Vida Industrial, publicada com certa regularidade pela entidade entre 1950 e 1994, e informações da base de dados do Centro de Memória da Fiemg.

O primeiro registro da presença de José Costa na Fiemg foi em 10 de janeiro de 1945, quando, como representante da UVMG, participou de reunião preparatória do V Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Minas Gerais.

Na reunião de 28 de setembro de 1952, novamente como representante da UVMG, participou de reunião que discutiu um protesto a ser encaminhado ao presidente da República, Getúlio Vargas, contra a retração de crédito bancário.

Como transitava com desenvoltura por várias entidades de classe do empresariado mineiro, ele noticiava com alguma frequência as atividades de umas nas outras e repercutia em todas os temas mais candentes da economia mineira e as campanhas em prol do desenvolvimento do Estado. Reforçava, por outro lado, o sonho que sempre acalentou de integração entre os representantes dos diversos setores produtivos. Na edição de abril de 1953, por exemplo, a revista Vida Industrial noticiou:

Aplausos à Associação Comercial de Minas.

O diretor José Costa focalizou a iniciativa da AC Minas em fazer realizar reuniões com as congêneres do interior, visando os estudos dos problemas econômicos regionais que afetam o desenvolvimento de diversas zonas do Estado. A presidência fez constar nos anais da Casa uma significativa moção de aplausos pela magnífica reunião realizada em Governador Valadares, sob o patrocínio da AC Minas e sua congênere daquela cidade.

A partir de 1956, além de representante da UVMG, José Costa passou a representar também o Sindicato da Indústria Gráfica do Estado de Minas Gerais (Sigemg), eleito que fora, em 8 de maio, para o cargo de seu delegado junto ao Conselho de Representantes da Fiemg.¹⁵⁸

Na reunião do dia 1º de agosto de 1957, foram definidos os componentes da delegação mineira à III Reunião Plenária da Indústria e os indicados foram divididos em sete comissões. José Costa e Fábio de Araújo Mota integraram a Comissão de Intervenção do Estado. Em meio à política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, o tema era dos mais discutidos, tanto que, em sua edição de 3 de maio, o jornal Estado de Minas noticiou a posição da delegação mineira na reunião que seria realizada em Recife.

¹⁵⁸ A participação de José Costa na diretoria, assim como nas comissões especiais do Sigemg, encontram-se registradas nos livros de atas que compõem o acervo documental daquele sindicato

Intervenção do Estado

No trabalho apresentado a esta Comissão, a Delegação de Minas Gerais aceita a participação do Estado nos seguintes casos: 1) Ampliação e reaparelhamento dos setores básicos da economia; 2) Nos empreendimentos em que o capital privado se mostre desinteressado ou não tenha capacidade de realizá-los; 3) Em empreendimentos localizados em áreas novas do País que apresentem acentuada vocação industrial; 4) Em atividades pioneiras onde a iniciativa particular não se mostre propensa a assumir os riscos que poderão ocorrer; 5) Admite, entretanto, a Indústria de Minas Gerais, que o Estado deva transferir à iniciativa privada os empreendimentos que por ele tenham sido construídos, por desinteresse ou incapacidade do capital particular, quando esses empreendimentos começarem a interessar à iniciativa privada. O volume monetário obtido com a transferência deve ser aplicado em outras atividades de alta relevância social de forma que o Estado possa assumir o papel de mola propulsora do processo de expansão econômica.

Ainda sobre a mesma reunião, noticiou o Informador Comercial de 23 de agosto de 1957:

“Pernambuco e Minas Gerais marcaram suas intervenções pela defesa das teses ditas nacionalistas, admitindo a intervenção do Estado sob circunstâncias especiais e caracterizadas, ponto de vista que, afinal, veio a ser adotado pelo conclave.”

Sob o subtítulo Intervenção do Estado, Comissão da qual José Costa era um dos representantes mineiros e também relator no conclave, a reportagem informava que o tema aflorou os ânimos do plenário.

(...) A luta começou no primeiro dia, quando a primeira Comissão aprovou, pelo voto de Minerva do presidente, a seguinte moção: Na conjuntura político-econômica brasileira, é admissível a intervenção do Estado, sob a forma monopolística, na exploração do petróleo e da energia atômica.

A posição de mineiros e pernambucanos havia representado, segundo o jornal, um incrível progresso do ponto de vista nacionalista, uma vez que na Reunião de Porto Alegre apenas a delegação de Minas Gerais apoiara tal ponto de vista.

Na reunião da Fiemg de 10 de janeiro de 1960, o nome de José Costa já figurava como suplente da diretoria na chapa única registrada para as eleições da entidade.

Naquele mesmo ano, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio reconheceu ofi-

cialmente o Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de Minas Gerais (SEPJRMG), do qual José Costa foi um dos fundadores e primeiro presidente. Nessa condição, tornou-se também seu delegado efetivo junto ao Conselho de Representantes da Fiemg, o que legitimava ainda mais sua participação na entidade.¹⁵⁹

Como todo sindicato patronal, o objetivo do SEPJRMG era o de assegurar os interesses dos empregadores daquele setor em várias instâncias e, de maneira muito especial, fazer frente à categoria profissional a ele ligada e regularmente organizada, por meio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG).¹⁶⁰

Os embates travados entre as duas categorias, ou entre patrões e empregados, só se tornavam mais acirrados em momentos de negociações salariais, o que, por sinal, era comum ocorrer com a maioria das representações sindicais. E, de acordo com a memória dos militantes do Sindicato dos Jornalistas, José Costa foi um negociador quase imbatível e era tido, dentre os empresários do setor jornalístico mineiro, como um dos mais ferrenhos defensores dos interesses patronais.

Para além de ter sua participação legitimada pelos cargos de representante do Sigemg e do SEPJRMG, aos quais sua empresa estava vinculada, a atuação de José Costa no interior da Fiemg sempre teve dimensão maior, fruto de seu compromisso com o desenvolvimento econômico. Assim, em 1961, já era membro da diretoria do Departamento de Comércio Exterior e ainda integrava o quadro de diretores do Centro das Indústrias da Cidade Industrial (Cici), atual Centro das Indústrias de Minas Gerais (Ciemg), ligado ao Sistema Fiemg.

No decorrer das comemorações da Semana da Indústria de 1970, recebeu da Fiemg o prêmio “Colaborador da Indústria”. De acordo com reportagem de Vida Industrial, o prêmio fora instituído para distinguir, na imprensa mineira, “nomes que tenham contribuído para o desenvolvimento industrial do Estado”. E, no alvorecer da década seguinte, recebeu outro prêmio da entidade: o de “Mérito Industrial”, por sua intensa participação no processo de desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Entre 1977 e 1985, ocupou o cargo de diretor do Centro de Assistência à Pequena e Média Indústria (Campi), também ligado ao Sistema Fiemg, no qual uma de suas primeiras atribuições foi representar Minas Gerais no IV Seminário Nacional das Campi, realizado em Caxias do Sul, em outubro de 1977.

Em 1984, já então presidido por José Costa, o órgão passou a denominar-se Centro de Empresários das Médias e Pequenas Indústrias (Cempi). Um ano depois, já então sob o signo da chamada Nova República, realizou-se o IV Congresso da Pequena e Média In-

¹⁵⁹ O documento de reconhecimento do Sindicato é datado de 2 de abril de 1960. Nele, o Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio reconhece a criação e os estatutos do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de Minas Gerais. Acervo do Centro de Memória da Fiemg.

¹⁶⁰ Ata da Assembléia Extraordinária do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de Minas Gerais, realizada a 22 de novembro de 1990. Acervo do Centro de Memória da Fiemg.

dústria, com a participação, segundo reportagem de Vida Industrial, de cerca de 1.500 empresários.

Ao final do evento, seus participantes apresentaram um documento denominado “Ideologia da Libertação”, de caráter político-filosófico, que defendia a democracia plena e reivindicava que a abertura política fosse efetivamente acompanhada por uma abertura econômica, com claro apelo à retomada do desenvolvimento econômico.

No mesmo congresso, foi aprovado o Estatuto da Microempresa e, a partir de várias teses discutidas naquela ocasião, foi apresentada proposta de criação de bancos comerciais com limitações operacionais voltados, primordialmente, para operações com as pequenas e médias Indústrias.

Presidente da Cempi - MG, José Costa relacionou alguns dos estímulos que poderiam ser viabilizados àquelas instituições financeiras e que beneficiariam as pequenas e médias indústrias. Dentre eles, redução do volume de depósito compulsório, taxas favorecidas em operações de redesconto, remuneração de depósitos à vista e impostos menores. Ao concluir sua fala, prometeu levar à Fiemg as propostas e sugestões elaboradas pelos participantes.

As reuniões do Cempi - MG eram realizadas mensalmente e, na de 31 de julho de 1985, decidiu-se pelo envio de carta aos deputados federais eleitos por Minas Gerais. Assinada por José Costa, a carta continha, anexo, um projeto de lei de regulamentação da microempresa e a seguinte observação. “As sugestões contidas no referido Projeto de Lei espelham o consenso dos empresários mineiros sobre a matéria, representando um real estímulo ao desenvolvimento de microunidades produtoras em nosso Estado”.

Ainda em 1985, o Cempi mudou novamente de nomenclatura, passando a denominar-se Comissão de Empresários para a Média e Pequena Empresa (Cempe). José Costa a presidiu até maio de 1987.

Últimos momentos de militância

No início dos anos de 1990, a idade de José Costa começava a exigir certa moderação de suas atividades.

Num processo natural, Marclício, Costinha e Luiz Carlos começaram também a participar das atividades das entidades das quais José Costa fazia parte. Marclício, como diretor da AC Minas, Costinha no Sindicato das Indústrias Gráficas de Minas Gerais e Luiz Carlos, como diretor da AC Minas e membro dos conselhos da UVMG e do Centro das Indústrias de Minas Gerais, entidade vinculada à Fiemg.

Em 1991, quando da visita da então ministra da Economia Zélia Cardoso de Melo a Belo Horizonte, fez questão de integrar o grupo de empresários que manteve com ela “encontro a portas fechadas” para discutir o descongelamento de preços, a necessidade

de juros mais baixos e a volta dos empréstimos da Caixa Econômica Federal.

Em 1992, o Diário do Comércio completou 60 anos e, a esse pretexto, em 1º de dezembro de 1993, José Costa recebeu da Fiemg a Medalha Américo René Giannetti concedida a “empresas industriais, instituições e entidades de classe pioneiras, que possuam relevante participação no processo de desenvolvimento mineiro”. No discurso de agradecimento, José Costa lembrou que o Diário do Comércio esteve ligado à Fiemg desde seu primeiro presidente, citando nominalmente todos eles, e as principais ações que empreenderam. Ao final, profetizou:

(...) Ainda vamos continuar. Nós não paramos por aqui. O jornal integrou-se ao espírito desenvolvimentista dos mineiros, descrito desde o sonho libertário de Tiradentes. (...) As lições recolhidas ao longo desses 60 anos nos ensinam que não há porque temer o amanhã. Ele nos dita que não haverá espaço para pessimismo ou desânimo. Ao contrário, para nós os desafios serão sempre vistos como elementos propulsores de nossas conquistas.¹⁶¹

Líder eclético

Finalmente, convém reiterar: na condição de líder empresarial, José Costa perseguia o ideal de união das classes produtoras em torno de um interesse comum: o desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais. Foi assim que, no decorrer de sua longa militância em entidades de classe dos comerciantes e industriais, esteve também atento aos problemas da agricultura mineira, não tendo sido poucas as ocasiões em que chamou a atenção de seus pares para os problemas que afligiam os agricultores mineiros.

Em seu depoimento para esse livro, o atual secretário de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, Gilman Viana, que presidiu a Federação da Agricultura de Minas Gerais por 15 anos, deu testemunho do interesse de José Costa por aquele setor de nossa economia:

José Costa deixou a todas as pessoas que com ele conviveram uma fotografia de vida muito curiosa: a associação da competência com a simplicidade. Ele não impunha seu pensamento, mas o defendia com uma garra fantástica. Isso abria acesso a todos porque ele não repudiava, não repelia nenhuma reação ao que pensava, embora defendesse insistentemente suas idéias. O Diário do Comércio nasceu, segundo as crônicas existentes, como identidade de negócio, não só do comércio que hoje identificamos como varejista, mas da atividade empresarial que gerava negócio. Era essa identidade que José Costa nos pas-

sava. Quantas vezes e quantas vezes eu fui, convocado por ele, debater assuntos econômicos, ligados à minha área ou não. Ele sempre teve trânsito legítimo em todos os segmentos de nossa economia. Era uma pessoa que estimulava o setor empresarial a organizar-se para conviver com pressões do governo, para cumprir o que o setor privado achava que era correto, cobrar lisura do fisco e dos homens envolvidos com a fiscalização, enfim, também não protegia o empresário oportunista.

Como agricultor, eu tinha certa inveja do que acontecia com a indústria no jornal do José Costa. Achava que éramos menos vistos, mas não por maldade, e sim por falta de competência do nosso setor para formatar argumentos e sermos mais presentes nas mesas de reunião.

¹⁶¹ Vida Industrial – Belo Horizonte: Fiemg. Ano 41, no I. Janeiro de 1994

5

Uma vida para ser lembrada



“O que me interessa é o futuro”
José Costa, janeiro de 1995

Ao longo de sua vida, José Costa recebeu inúmeros prêmios, medalhas, títulos, comendas e diplomas de entidades de classe e instituições públicas e privadas. Mas dentre tantos, a placa de bronze que os filhos fizeram cravar no *hall* de entrada da sede do Diário do Comércio em 1988 foi, certamente, a que mais o emocionou. Para demonstrar o afeto e a admiração que sentiam por ele, reproduziram no bronze o seguinte pequeno texto de Bertolt Brecht:

*Existem homens que lutam um dia e são bons.
Existem homens que lutam vários dias e são muito bons.
Existem aqueles que lutam vários anos e são melhores.
Existem homens que lutam toda uma vida.
Estes são os imprescindíveis.*

Quatro anos após a inauguração da espaçosa sede do jornal, situada na Avenida Américo Vespúcio, e da bela homenagem prestada por seus filhos, a saúde de José Costa começou a lhe mandar sinais de que era chegada a hora de diminuir o ritmo de atividades. Mas ele insistia. Soprava contra o vento.

Conforme relato de Luiz Carlos, mesmo com a idade avançada, o pai continuava sen-

do o primeiro a chegar à empresa e não costumava faltar aos compromissos, inclusive aqueles depois do expediente. Certo dia, em meados de 1994, ao ver o pai esmorecido, sugeriu que ele faltasse, naquela noite, a uma reunião da Fiemg; diante da negativa, sugeriu que pelo menos passasse antes em casa para um breve repouso. Renitente, o pai também não aceitou. Luiz Carlos ficou apreensivo, pois nunca o vira tão abatido. Pouco tempo depois desse episódio, José Costa enfim concluiu que carecia parar suas atividades. Luiz Carlos se lembrou do dia exato em que isso ocorreu:

Nós realizávamos junto à Fundação Dom Cabral uma atividade muito interessante chamada “Prêmio Minas Exporta”. Era um grande evento que, anualmente, reunia lideranças empresariais e autoridades políticas. Geralmente, a solenidade de entrega do prêmio era prestigiada pelo governador, ministros, políticos e, obviamente, muitos empresários. Na véspera da solenidade de abertura do evento de 1994, papai me chamou à sua sala e disse: “amanhã tem o Minas Exporta, mas eu não vou. Você cuida disso”. Concluí, naquele momento, que ele devia estar pior do que imaginávamos, porque, de outra forma, não faltaria àquele acontecimento.

José Costa voltou à sede do jornal mais uma vez. Foi uma espécie de despedida. Fez questão de agradecer aos colaboradores que estavam presentes e cumpriu um ato de grande simbolismo: inaugurou, na sala de reuniões, a galeria de fotos dos netos e bisnetos. Tão sutil como fora ao longo de sua vida, com aquele ato deixava implícito, mais uma vez, o desejo de perenidade da empresa que construía.

Depois daquela última visita, observou Luiz Carlos, o pai não se interessou mais pelo trabalho. Foi tomado por inédita apatia a tudo que se referisse ao jornal e ao que acontecia ao seu redor. Emocionado, o filho lembrou-se daquele período:

Papai não tomou mais conhecimento de nada. Desligou-se dos problemas e de tudo que ocorria ao seu redor. Ficávamos muito tristes porque nunca o havíamos visto daquele jeito. Os médicos insistiam para não o deixarmos afastado dos acontecimentos. Devíamos, sim, levar notícias do trabalho, tentar envolvê-lo nas decisões que tomávamos, para minorar seu estado de alheamento. Assim, Marcílio, Costinha e eu íamos com frequência à casa dele, falávamos do cotidiano do jornal, dos acontecimentos políticos, dávamos notícias de tudo, mas sua indiferença era total. No entanto, para surpresa nossa, no início de 1995, quando fomos fazer aquela espécie de reunião em sua casa, levamos informações dos resultados obtidos no ano anterior. Estávamos eufóricos porque os resultados eram bons. Falamos, explicamos, mostramos dados nu-

méricos e ele manteve-se aparentemente distante durante todo o relato. Quando terminamos, tivemos, literalmente, sua última intervenção nas questões da empresa. Ele nos disse: “É, vocês falaram muito de passado. Isso não me interessa; eu quero saber o que vocês estão pensando para frente. O que me interessa é o futuro.” Dois meses depois, exatamente às 9h30 do dia 27 de março, ele faleceu.

No dia de sua morte, ainda conforme relato de Luiz Carlos, ocorreu um fato inusitado. Logo depois de terem sido avisados de sua agonia final, os filhos, netos e diretores do jornal acorreram à sua casa. Ainda estavam à cabeceira da cama quando o telefone tocou. Era alguém da sede do jornal avisando que os computadores haviam parado.

Não se tratava de problema na rede de transmissão de energia elétrica e ninguém conseguia detectar as causas daquela pane geral. A informação era a de que as máquinas tinham, misteriosamente, “saído do ar”. Houve, por alguns longos minutos, um “apagão” geral dos equipamentos eletrônicos da empresa, numa espécie de sincronia com a dor que todos sentiam.

Se no exato momento da morte as máquinas do jornal “enlouqueceram”, como disse um dos diretores, a cidade ficou oficialmente de luto por três dias, por decreto do então prefeito Patrus Ananias. A Avenida Afonso Pena, velha conhecida de José Costa, caminho obrigatoriamente percorrido no início da década de 1930, quando ia diariamente ao Correio Central buscar sua correspondência, ficou literalmente parada com o cortejo de seu sepultamento. A urna funerária saiu do foyer do Palácio das Artes, onde o corpo foi velado, e, ao som emocionante do saxofone de José Eymard, foi conduzida em carro aberto do Corpo de Bombeiros até o Cemitério do Bonfim.

Sete dias depois, o Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes de Araújo, celebrou missa solene pela alma de José Costa na Catedral da Boa Viagem, na presença de numerosos amigos, empresários, políticos e autoridades. Filhos e netos renderam emocionante homenagem ao pai e avô com a leitura de textos que lembraram a integridade do chefe de família e do profissional.

Muito além do protocolar

Nos dias subseqüentes ao falecimento, as homenagens póstumas foram incontáveis. O Diário do Comércio abriu coluna especial e, por vários dias, registrou centenas de mensagens de pesar vindas de autoridades, órgãos públicos, associações de classe, sindicatos, assinantes e leitores. Mais do que as protocolares manifestações póstumas de autoridades, destacamos algumas que conseguiram resumir com propriedade sentimentos e pensamentos sobre a vida e a obra de José Costa.

Preferência pelo ipê

O Rotativa, jornal dos funcionários da empresa, publicou em sua edição de março, além de comovente editorial, uma página com singela homenagem ao “Seu” Costa, reunindo “historinhas” dele, contadas pelos funcionários. Seleccionamos algumas.

Certa vez, na época em que havia censura, durante o golpe militar, fizemos um artigo criticando severamente um órgão estatal da época, que controlava os preços. No dia seguinte, o jornal recebeu uma ordem para comparecer à Secretaria de Segurança. Como sempre, fui representando o “Seu” Costa. Chegando lá, ao invés de achar ruim, o secretário elogiou o artigo e disse que era para fazer mais daquele tipo. Isso em plena época de censura.

Inácio Christo

O “Seu” Costa estava sempre presente, participava de tudo e visitava todos os cantinhos do jornal. Um exemplo disso foi quando o ipê amarelo plantado no jardim da empresa deu sua primeira flor. Ele logo me chamou e pediu que chamasse a Zilma, que fez o jardim, para lhe mostrar e o fotógrafo para registrar o acontecimento que, para ele, tinha realmente importância. O ipê era, com certeza, a árvore que ele mais gostava.

Oscar

O “Seu” Costa sempre teve a mania de ser o primeiro a chegar e o último a sair do trabalho. Ele sempre chegava às sete horas da manhã e fazia questão de controlar o cartão de ponto. Todo mundo que chegava atrasado tinha que passar na sala dele para que ele desse o visto. É claro que ele aproveitava para o xingatório. Era muito engraçado porque formavam-se filas na minha sala. Cada um, antes de entrar na sala do “Seu” Costa, me perguntava como ele estava naquele dia. Alguns se benziavam e rezavam até o Pai-nosso.

Lídia

Homem de têmpera

O semanário jornal **De Casa** dedicou o Caderno 1 de sua edição de 2 a 8 de abril de 1995 ao registro de homenagens a seu fundador. Na abertura, sob o título “Um trabalho que continua”, o então presidente do Diário do Comércio e jornal **De Casa**, Marclio Gonçalves, declarou. “É compromisso nosso, não só da empresa, como de todos os jornalistas e funcionários, dar continuidade ao trabalho que José Costa desenvolveu em termos

de jornalismo isento e imparcial”.

A seguir, algumas das mensagens publicadas pelo jornal:

*José Costa representa para a história do jornalismo, não apenas mineiro, mas para o brasileiro, um capítulo muito especial. Na história de nossa imprensa, provavelmente, não terá havido até hoje um processo de criação de uma empresa jornalística tão original quanto o Diário do Comércio. José Costa teve a capacidade de perceber, ainda na década de 1930 que as possibilidades até então latentes da economia mineira pediam um órgão de informação especializada. O jornal começou com modéstia e foi, ao longo dos anos, acompanhando rigorosamente o desenvolvimento do estado, aperfeiçoando e ampliando aquilo que foi o Informador Comercial e hoje é o Diário do Comércio. José Costa não foi apenas criador do Diário do Comércio, foi também combatente do desenvolvimento econômico do País, defendendo todo empreendimento de caráter nacional que tem significado transcendental para o desenvolvimento. José Costa participou na linha de frente da luta pela criação da Petrobrás, da Eletrobrás, Açominas, Usiminas e Cemig. Sem dúvida, seu trabalho será um dos pontos de referência para a história do desenvolvimento do País e de Minas. Outra de suas importantes iniciativas no campo jornalístico foi o jornal **De Casa**, que se tornou uma extraordinária contribuição para a vida da cidade, chegando todos os fins de semana aos lares belo-horizontinos, fornecendo gratuitamente informações indispensáveis e precisas ao povo da Capital mineira.*

Guy de Almeida, jornalista e ex-coordenador editorial do Diário do Comércio e Jornal De Casa

José Costa era um pioneiro na acepção pura da palavra. Ele marcava todas as suas ações por uma confiança nos destinos do País e, especialmente, de Minas Gerais. Deixa uma obra que certamente terá continuidade entre os membros de sua família, particularmente os filhos. Costa é um exemplo de serenidade e firmeza. [...] O Diário do Comércio é um informativo imparcial, como tem que ser a informação. O jornal pode ter sua opinião, nas áreas competentes de seus editoriais. Quanto ao mais, a notícia tem que ser ampla e isenta. Esse comportamento é que marcou a presença de José Costa no jornalismo mineiro.

Aureliano Chaves, ex-governador de Minas, ex-vice-presidente da República

Foi uma grande perda para Minas e para o Brasil. José Costa foi um empresário do jornalismo e das comunicações com uma grande sensibilidade social e com um grande amor a Minas e ao Brasil. Ele faz parte de uma espécie rigorosamente em extinção e que precisa ser recuperada: a espécie dos patriotas, das pessoas que gostam de Minas e do Brasil.

Patrus Ananias, prefeito de Belo Horizonte.

José Costa era um homem boníssimo, que deixou uma lição de vida durante sua doença. Minhas melhores lembranças de José Costa estão nos nossos últimos encontros, quando ele já estava debilitado. Ele deixou uma lição de vida na doença e morreu tranqüilo, em paz.

Dom Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo metropolitano de Belo Horizonte.

A figura esguia, ereta e silenciosa, percorrendo as dependências do jornal, não me sai da cabeça. A preocupação e o cuidado com todos os detalhes mostram como José Costa vivia 24 horas sua condição de homem de jornal. Seu amor ao Diário do Comércio era sem limites, sem fronteiras. Quando decidiu lançar nova publicação, não conseguia admitir que o jornal De Casa tivesse um título diferente e não fosse chamado exclusivamente de Suplemento Dominical do Diário do Comércio, como estava convencido de que deveria ser. Muitos anos depois, já em Brasília, é que pude identificar a força da obra que José Costa havia implantado na imprensa mineira. Estimulado pelo movimento do impeachment, retornei à reportagem e acompanhei para o Diário do Comércio a posse do mineiro Itamar Franco na Presidência da República. E, por onde caminhava, ouvia sempre palavras de elogio e reconhecimento à seriedade e à imparcialidade do jornal. É um patrimônio incalculável que caberá às novas gerações manter e projetar para o futuro, num desafio do qual sinto orgulho de mais uma vez ajudar a enfrentar.

Elma de Almeida, jornalista, primeira editora do jornal De Casa

O meu sentimento é o de todos os mineiros, porque José Costa não era apenas um grande cidadão mineiro. Ele era um grande cidadão brasileiro de espírito público exemplar. Sua vida serve de exemplo para todos nós porque ele foi um homem que respeitou princípios. [...] José Costa sempre foi intransigente em tudo aquilo que dissesse respeito aos objetivos elevados do Estado.

José Alencar Gomes da Silva, ex-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais e atual vice-presidente da República

Minas perde um grande cidadão e um empreendedor. A vida do jornalista José Costa se confunde com a própria história do desenvolvimento de Minas Gerais nas últimas décadas. Ele era um empreendedor de olho no futuro, pioneiro no jornalismo e no desenvolvimento.

Lucio Bemquerer, ex-presidente da Associação Comercial de Minas

José Costa foi uma das poucas pessoas que, já em vida, fazia parte da história do jornalismo. Aliás, ele foi um dos autores do jornalismo mineiro. É uma pessoa que merece todo respeito da categoria.

Geraldo Melo, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais.

Figura ímpar das Minas Gerais, com relevantes e inestimáveis serviços prestados às causas do jornalismo e, assim, aos mais elevados interesses do País, José Costa deixa às gerações do presente e do futuro um exemplo de dedicação ao trabalho, de ânimo em defesa dos interesses do Brasil e de luta em favor da democracia e da liberdade.

Paulo Cabral, presidente da Associação Nacional dos Jornais – ANJ

Lastimo pessoalmente a morte de José Costa. Enquanto proprietário de um jornal, ele teve a responsabilidade de formação de muitos jornalistas, pois abriu oportunidades para jovens profissionais. Sua trajetória foi marcada por um compromisso exemplar em seu trabalho.

Américo Antunes, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas

É uma dor imensa perder o maior e mais digno amigo. O Brasil perde um homem de bem, idealista, honesto, um realizador ímpar. Sou testemunho da vida dele. Eu o vi construir tijolo por tijolo um pedaço da história do jornalismo brasileiro, com independência e seriedade, sem jamais ceder a interesses escusos, contrariando o que habitualmente se diz sobre a continuidade e a própria vida de um jornal em nosso País. Posso assegurar que José Costa jamais ligou-se a qualquer tipo de poder que influísse ou tentasse comprar sua opinião pessoal ou sua orientação jornalística. Escrevi para o jornal dele desde os tempos do Informador. Nunca percebi em Costa, nem de longe, a intenção de influenciar o meu pensamento ou o de qualquer outro de seus colaboradores. Lembro-me do apoio magnífico que deu à obra de Osório da Rocha Diniz, permitindo-lhe defender as mais altas causas da soberania econômica nacional até o último de seus artigos. Esse apoio é apenas mais um testemunho da grandeza de José Cos-

ta como jornalista e como cidadão.

Washington Peluso Albino de Souza foi redator e chefe da Redação do Informador Comercial, professor e diretor da Faculdade de Direito da UFMG

Brado de esperança

Não foram poucos os órgãos oficiais e agremiações da sociedade civil que apresentaram votos de pesar pela morte de José Costa. Ele também foi enfaticamente homenageado pelo empresariado mineiro por meio de suas entidades. Em algumas delas, as homenagens foram prestadas em sessões especiais para lembrar sua luta em prol do desenvolvimento de Minas Gerais e do País.

Na concorrida sessão do Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas Gerais (Cici-MG, atual Ciemg), seu então presidente, Romeu Scarioli, entregou à diretoria do Diário do Comércio uma placa homenageando José Costa. Enfatizou, naquela ocasião, que se tratava de uma singela homenagem a quem sempre prestigiou a entidade “como o fez em todos os movimentos de interesse de Minas Gerais”.

A União dos Varejistas de Minas Gerais o homenageou na sessão de 4 de abril e em seu discurso o presidente da entidade, Lázaro Pontes Rodrigues, lembrou a brilhante carreira de José Costa como dirigente empresarial e defensor do desenvolvimento econômico de Minas e do Brasil. Emocionado, o secretário René Guimarães fez questão de observar que, desde a década de 1940, José Costa fiscalizava pessoalmente as questões referentes ao abastecimento da capital mineira e que o Informador Comercial e, depois, o Diário do Comércio foram sempre os guardiões do comércio de Belo Horizonte e de Minas Gerais.

A AC Minas lhe rendeu, em sessão solene, merecida homenagem em 5 de abril de 1995. Aquele era o décimo dia após sua morte e seria o de seu aniversário de 89 anos, muitos deles dedicados àquela Casa que, a partir de então, dava o nome de José Costa ao local de suas mais importantes reuniões.

O significado daquele evento se tornou perene na lembrança dos familiares de José Costa. A viúva dona Dalva descerrou a placa com o novo nome do auditório – Plenário José Costa – e, em nome da família e do Diário do Comércio, o genro e substituto na diretoria do jornal, Marcílio Gonçalves, proferiu o discurso de agradecimento.

Infelizmente, não muito tempo depois, Marcílio e Dalva também se foram e a lembrança daquela belíssima homenagem a José Costa ainda emociona familiares e tantos quantos estiveram presentes a ela.

Na ocasião, o então presidente da AC Minas, Francisco Mattos de Paiva, ressaltou a “justiça da homenagem”, observando que as histórias da AC Minas e de José Costa “são convergentes e inseparáveis”, posto que “José Costa foi um exemplo para todos nós,

como pai de família, homem de empresa e líder”.

A transcrição da íntegra do discurso proferido por Marcílio Gonçalves naquela ocasião inscreve-se como modesta homenagem das autoras deste livro àquele que, ao assumir em 1994 o cargo de diretor-presidente do Diário do Comércio, tentou, como hoje o faz Luiz Carlos, dar continuidade ao trabalho iniciado 75 anos atrás.

Em perfeita comunhão com o pensamento e os ideais de José Costa, sua fala não foi de lamento, apesar da tristeza que ainda o invadia e a todos os presentes. Antes, bem ao estilo “Seu” Costa, foi – e continua sendo – um brado de esperança, uma profissão de fé no futuro e uma reafirmação do compromisso do Diário do Comércio com o desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil:

Estamos diante de amigos, numa casa de amigos para lembrar a memória de José Costa. A nós, que tivemos o privilégio de um relacionamento mais próximo e enriquecedor com ele, durante tantos anos, dois sentimentos vêm à mente, neste momento.

Foi-se o companheiro e o amigo de tantos anos. O pai sempre atento e rigoroso nos cuidados e formação dos filhos. O avô, que tanto nos encantava, com a ternura e carinho que dedicava a seus netos.

Perdemos também o amigo franco e leal, como todos vocês são testemunhas, sempre presente, com uma palavra simples e sábia.

Mas com esse homem foi-se também o presidente do Diário do Comércio, o jornalista, o nosso líder, o comandante maior desta grande obra que ele soube construir. E a construiu com a fé no trabalho, muito trabalho, um trabalho perseverante e determinado.

Com seu compromisso com o jornalismo, a informação independente e imparcial, buscando sempre a verdade.

Com sua crença no futuro, sua confiança inabalável no progresso desse nosso País e na capacidade de sua gente.

É preciso colocar, também, um pouco de paixão, muito idealismo, muita coragem, muita audácia. E somente assim podemos visualizar e delinear os caminhos que ele percorreu para construir e consolidar uma organização sólida e saudável, uma das mais importantes empresas jornalísticas de Minas Gerais e do Brasil.

E José Costa colocou sua empresa a serviço do desenvolvimento de Minas Gerais, sabendo que este desenvolvimento só é possível através do crescimento e da evolução das empresas e dos empresários aqui estabelecidos, enquanto estiverem criando oportunidades de trabalho e distribuindo riquezas.

Sabemos que esses ideais de José Costa são também ideais desta

Casa e de todos os diretores da Associação Comercial de Minas.

Companheiros e amigos como os que aqui se encontram hoje, que com esse gesto tão expressivo e tão marcante para todos nós do Diário do Comércio, percebe-se o desejo de tornar perene a presença de José Costa nesta Casa.

Tê-lo sempre ao lado, atento, observador, ativo, prudente quando recomendável, arrojado como necessário.

Foi assim, durante longos anos, quando José Costa, diretor dessa Casa, fez de seu plenário uma espécie de prolongamento do Diário do Comércio, vigilante na defesa dos interesses mais altos da comunidade empresarial de Minas e do Brasil.

E juntos, Associação Comercial e José Costa, caminharam na mesma direção, em tantas campanhas memoráveis que, sem dúvida, ajudaram a modificar a face deste Estado. Assim foi, assim continuará sendo. Carregamos todos nós os mesmos compromissos.

A equipe do Diário do Comércio, atualmente formada por mais de 380 companheiros, equipe profissional, séria e competente, hoje, mais do que nunca, imbuída dos valores, da filosofia de trabalho e do exemplo de José Costa está consciente de sua responsabilidade neste momento.

A missão da empresa, definida por José Costa, em vida, juntamente com seus colaboradores, está impregnada na mente, nos sentimentos, nas ações e nos gestos de todos os que nele trabalham.

Nossos compromissos são claros e deles não nos afastamos:

A defesa da democracia; a luta pela liberdade de imprensa, praticando o jornalismo independente e imparcial; a difusão da ética pessoal, profissional, empresarial e pública; a promoção da justiça social como instrumento de valorização do ser humano; o estímulo à livre iniciativa e o apoio à economia social de mercado; a satisfação do cliente, com atendimento pleno das necessidades dos leitores e anunciantes; a permanente capacitação dos recursos humanos e o constante aperfeiçoamento da tecnologia como formas de praticar a excelência empresarial.

Reafirmamos o compromisso com Minas Gerais, seus interesses e os princípios, crenças e aspirações de seu povo. Esses valores guiarão nossas atividades. Pela frente, temos projetos importantes. Serão executados integralmente, sem abrir mão da missão da empresa e dos princípios que a orientam. Como tem sido há mais de 62 anos, assim continuará sendo. Essa é a nossa homenagem a um homem que soube ser grande.

Um parceiro do futuro

Da imprensa mineira e nacional, José Costa recebeu merecidas homenagens por meio de dezenas de artigos e reportagens. Sendo de todo impossível transcrevê-los, selecionamos trechos do artigo de Roberto Drummond publicado no jornal Hoje em Dia a 29 de março de 1995. Tal como José Costa, o autor era jornalista, torcedor do Clube Atlético Mineiro e, principalmente, um sonhador.

Em louvor de José Costa

Pegue a fé de um sonhador. Junte uma porção de mágica da capacidade de um homem de remar contra o vento e, mais do que derrotar o vento, tornar o vento seu aliado. Acrescente umas pitadas de Dom Quixote. Polvilhe tudo com a esperança.

Leve tudo ao fogo da paixão e pronto: aí está a receita para termos um grande homem, vale dizer, para termos o jornalista José Costa que acaba de nos deixar.

Vendo a multidão de amigos que foi dar o último adeus a José Costa no foyer do Palácio das Artes. Vendo lá o governador Eduardo Azeredo, que representava Minas na homenagem a um batalhador vitorioso, empresários, políticos, intelectuais; vendo as coroas de flores de amigos e de entidades; vendo uma comunhão ecumênica em torno de José Costa, de sua lembrança – que se estendeu também ao Cemitério do Bonfim.

Vendo tudo, quando o saxofone de José Eymard sublimava aquele momento tão caro aos corações no embalo das músicas que José Costa amava; vendo a viúva dona Dalva, os filhos e filhas, genros, noras, netos receberem abraço solidário dos amigos e admiradores de José Costa, dava para aprender uma lição.

A grande lição de José Costa. A lição de um vencedor.

Ele se molhou na chuva. Queimou-se no fogo. Ardeu nas paixões pelas causas em que acreditava. Ficou sempre de pé. E triunfou.

(...) Para José Costa nada era uma quimera – tudo era um ponto a alcançar, a cada minuto, a cada hora, a cada dia, a cada ano.

(...) Aos 18 anos, ainda em Niterói, conheceu as lutas políticas e sindicais que apaixonavam o mundo e chegavam ao Brasil. O ano de 1930 o vê de volta a Minas e chega à cidade que transformou no front de sua luta: Belo Horizonte.

Ele era simples como um bom mineiro. Não fazia alardes: realizava. Medía a distância de seus vãos e sempre chegava aonde queria. Como quem nada quer, mas tudo quer.

Deixou em todos nós, que o conhecemos e admiramos, uma lembrança boa. Foi um vencedor, um parceiro do futuro.

Transcrevemos também, para alimentar a saudade dos leitores, a notinha do colunista social Wilson Frade, publicada no Estado de Minas do dia 30 março de 1995, que abordou outra faceta de José Costa: seu elegante porte físico.

A Morte do Costa

A morte tirou de nosso convívio o jornalista José Costa, figura simpática que se via obrigado a responder, e o fazia com prazer, a uma pergunta que lhe era feita toda vez que era encontrado em uma recepção ou em algum jantar que freqüentava com prazer, pois, mesmo na altura da vida que chegou, não deixava de atender aos convites com os quais era distinguido. “Meu caro Costa, o que você faz para manter esse corpo de toureiro e essa disposição de menino que o torna tão lépido e tão lúcido?”

Costa, modesto, mas vaidoso, dizia de lá: “Muito trabalho, uma vida metódica e esse convívio com vocês”. Foi assim que o Costa que acabamos de perder me respondeu várias vezes, sempre ao lado de dona Dalva, sua mulher, e sempre sorvendo, com moderação, o seu uísque.

Que Deus o tenha no meio das pessoas boas que deixaram saudades aqui na terra.

Da tribuna do Congresso Nacional, discursaram em homenagem póstuma a José Costa os deputados Elias Murad, Tilden Santiago (que, jornalista, trabalhou durante anos no Diário do Comércio) e Sérgio Miranda e a senadora Júnia Marise, lembrando todos sua trajetória de vida e a importância de seu empreendimento jornalístico para Minas e o País.

Um construtor de sonhos

Em 2006, a cidade de Belo Horizonte comemorou o centenário de seu cidadão honorário. No dia 26 de abril, a AC Minas promoveu reunião solene de sua diretoria para celebrar “o centenário de um grande homem, de um jornalista competente, dinâmico e realizador, de um empresário vitorioso e de um dos mais notáveis diretores que trouxeram talento e idealismo à Casa”, afirmou o então presidente, Eduardo Prates Octaviani Bernis.

No decorrer da sessão, o orador oficial foi o presidente da Academia Mineira de Letras, Murilo Badaró. Diversos outros oradores se manifestaram e Luiz Carlos Motta Costa, diretor-presidente do Diário do Comércio, agradeceu em nome da família as homenagens prestadas ao pai.

No dia 4 de maio, o Diário do Comércio publicou suplemento especial com a transcri-

ção, na íntegra, dos discursos pronunciados na solenidade da AC Minas. Murilo Badaró, enalteceu, dentre tantos feitos de José Costa, sua intransigente defesa da liberdade de imprensa.

(...) Faz bem a Associação Comercial de Minas (...) em se transformar em cenário para essas evocações da figura de José Costa. Poucas entidades terão sido melhor testemunha do trabalho de José Costa, fosse como seu diretor ou grande animador da intensa participação da entidade nas diversas lutas travadas pelo engrandecimento mineiro e nacional.

(...) Nesta luta pela manutenção das prerrogativas asseguradas à imprensa livre, poucos se destacaram quanto José Costa, especialmente quando surgiam à sua frente tentativas cavilosas de contorná-la pela pecúnia e favores dos poderosos. Sua reação era viril. Sem rebuscos ou disfarces.

(...) Hoje, mais que nunca, modelos como os de José Costa precisam ser exaltados. Não cessam as vocações de tiranos e liberticidas. Abatem-se sobre o gozo amplo da liberdade de imprensa desde a brutalidade dos garroteamentos aos blandiciosos acenos da corrupção, estes os mais perigosos, tanto quanto seu engajamento ideológico se constitui em irreversível dano à imprensa livre, local onde montam acampamentos seus verdadeiros inimigos. Recordar José Costa é homenagear a liberdade. Lembrar José Costa é exaltar o valor do trabalho. Saudar José Costa é render vassalagem à ética e à boa moral.

Enfim, cultivar sua saudade, fazê-lo permanente em nossa companhia e receber dela a luz intensa que brota de sua personalidade e de seu exemplo, é forma apurada de merecer estímulos para combater o bom combate, de pensar alto em favor de Minas e do Brasil.

No dia 18 de outubro, o Diário do Comércio completou 74 anos de fundação e publicou edição especial para lembrar a trajetória de seu fundador. Informou naquela edição que um grande sonho de José Costa estava prestes a se concretizar: a união de todas as entidades de classe em torno de objetivos comuns.

É que a celebração de centenário de José Costa havia motivado o primeiro passo rumo à tão desejada união: a realização do Fórum “JK56 no Brasil de 2006”, que uniu em um mesmo objetivo, o desenvolvimento de Minas, a Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais, a Federação do Comércio, a Federação das Empresas de Transportes de Cargas de Minas Gerais, a Federação das Indústrias de Minas Gerais e a Federação das Câmaras de Dirigentes. No decorrer do evento, José Costa foi homenageado “por suas posições corajosas em defesa do desenvolvimento econômico e social de Minas e do Brasil.”

Em meio a tantas homenagens, mereceu destaque o fascículo especial da revista Su-

pere, publicação da AC Minas, lançada durante a sessão que comemorou seu centenário. A par de breve, mas acurado perfil do “incansável lutador pelas coisas de Minas Gerais”, apresentado pelo então presidente, Eduardo Bernis, a publicação trouxe a lume poético artigo do empresário, escritor e jornalista Lindolfo Paoliello, que abordou a “atualidade de José Costa e a influência de suas idéias nos dias de hoje”:

O atleticano que torcia contra o vento, quando havia uma camisa branca e preta pendurada num varal durante a tempestade, não sabia. Mas atrás da camisa, desafiando a natureza, era José Costa que soprava. Passar assim, num zás!, da emoção ao ato era nele um estado de espírito. O estilo “seu” Costa refletia assim a mineirice, exacerbação da mineiridade que já enervava o Marquês de Pombal, levando-o a afirmar que “nenhum outro povo das diferentes capitânicas do Brasil custava mais a sujeitar-se à obediência e submissão de vassallos do que esse da Província de Minas”.

Emoção é ato de mover e José Costa usou-a para provocar mudanças e construir. Ele via longe e chegava lá depressa. Indignava-se, rebelava-se e ousava. Aí reside a sua atualidade. Minas Gerais entrou há 21 anos em um clima de enterro do qual nunca mais saiu. Indigna-se agora contra isso, rebela-se e age. Induzida pela percepção de que há um vento de animação no ar.

Chegou-se a esse ponto em que é preciso reinventar Minas. O que não significa de forma alguma esquecer, mas lembrar. Seguindo o curto caminho de Nietzsche: “Tudo o que é veio a ser”.

Um prêmio ao futuro

Ainda sob o impulso das comemorações de seu centenário, a diretoria do Diário do Comércio instituiu, em parceria com a Fundação Dom Cabral e a Federação do Comércio de Minas Gerais, o prêmio “José Costa – uma vida por Minas e pelo Brasil”, que contemplará, a cada dois anos, empresas que se destacarem no cenário mineiro e personalidades que escreveram e escrevem a história de Minas Gerais. Homenageará também personalidades que, como ele, ajudaram a construir Minas e o Brasil.

A festa de lançamento do prêmio foi realizada em 12 de abril de 2007 no Museu de Artes de Ofícios, instalado nas antigas dependências da Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil. A escolha do local não foi por acaso. Conforme foi narrado no primeiro capítulo deste livro, foi exatamente naquela praça, à época toda enlameada, que o jovem José Costa desembarcou em Belo Horizonte, em 22 de fevereiro de 1930, para dar início à nova e decisiva etapa de sua jornada.

Mas o local ainda guarda outra importante simbologia na trama histórica de José Cos-

ta. Foi nos galpões de depósito daquela Estação que ele conferia as mercadorias que chegavam à capital mineira e, munido de lápis e papel, anotava as informações para depois repassá-las aos comerciantes. Assim, e sem carecer de nenhuma licença histórica, podemos afirmar: foi naquele local que nasceu o sonho de ser criado um jornal inteiramente dedicado às questões econômicas de Minas Gerais.

E, dentro desse espírito, registramos ainda dois depoimentos significativos, pois refletem bem o que foi José Costa: aquele que tinha um projeto de vida a impulsioná-lo e a lhe dar as forças capazes de liderar processos e a “inflexíveis” no acontecer histórico, levando-o a contribuir para a construção de um futuro melhor.

Um deles é o da jornalista Ângela Carrato, filha de Osório da Rocha Diniz e que, como o pai, dedicou muitos anos de sua vida profissional ao Diário do Comércio e ao Jornal De Casa:

A vida não é para amadores.

Ao avaliar o panorama da imprensa mineira nos últimos anos, é visível a falta que um empresário empreendedor, como foi José Costa, faz. Outros veículos surgiram, mas não temos, rigorosamente, nada de novo. Também não vejo, na imprensa mineira, nenhum colunista com o conhecimento, o refinamento e a capacidade que tinha Osório [da Rocha Diniz]. O que os unia era a certeza de que o País tinha todas as condições para superar o subdesenvolvimento (como se dizia na época) e alcançar uma condição de pleno desenvolvimento de sua capacidade, respeitando o meio ambiente e a sustentabilidade. Nesse sentido, Osório e José Costa e seu DC foram os precursores, em Minas e no Brasil, das preocupações com o meio ambiente. Juntos, a capacidade de cada um foi potencializada. Sendo sincera, não consigo imaginar o DC, ao longo de tantos anos, sem a coluna do Osório e não consigo imaginar também o Osório sem a coluna do DC. Para mim, formavam um par que resultou em avanços consideráveis para Minas e para o Brasil.

(...) Quanto mais distância tomo da minha vivência no JC/DC, mais admiro a figura do sr. José Costa. Ele foi um desbravador e um inovador em matéria de jornalismo. A partir de sua sensibilidade, intuição e trabalho, fundou e levou ao sucesso dois empreendimentos que marcaram a história da comunicação em Minas. O mérito dele aumenta se pensarmos que fez isso em um ambiente político e econômico dos mais fechados e desfavoráveis. (...) As tentativas dos concorrentes do DC para tirá-lo do jogo foram muitas, mas com habilidade, senso de oportunidade e persistência o sr. Costa foi em frente.

Aprendi com ele uma grande lição, que tem me servido muito ao longo da vida: o fundamental é termos projeto. O projeto é o que nos ajuda a viver, é o que nos motiva, nos impulsiona. Ele me disse isso numa situação muito

triste para mim. Como chefe da sucursal do DC em Brasília, marquei várias audiências dele com autoridades do governo de então. E deveria acompanhá-lo nessas audiências. Já estava saindo da redação quando recebo a notícia de que um grande amigo meu tinha morrido em circunstâncias trágicas. Quase desabei. Não sabia o que fazer: queria ir para Belo Horizonte, mas não podia deixar o sr. Costa sozinho em Brasília. Fui buscá-lo no aeroporto. Durante o almoço, percebendo a minha tristeza, puxou a minha língua. Conversamos muito, falamos sobre vida, morte, sonhos, decepções... Se já tinha muito respeito por ele, por sua história e por sua vida, a partir daquele episódio comecei a vê-lo como uma pessoa que, sob uma capa de dureza, abrigava uma tremenda sensibilidade. E ele tinha toda razão: viver não é para amador.

Por outro lado, o renovado interesse pelas histórias de vida no Brasil e no mundo que marcam os últimos anos não é sem fundamento. A principal razão reside em que permitem, a um só tempo, evidenciar as características peculiares dos indivíduos e sua contribuição para o fazer histórico e recuperar o ambiente histórico no qual se inscreveu sua trajetória de vida. Permitem, em suma, apreender o indivíduo como singular universal.

O depoimento de João Camilo Penna para este livro lançou o foco sobre a singularidade de José Costa frente ao universo social que o cercava. Sua contribuição merece ficar aqui registrada:

Existem pessoas que influem mais nos acontecimentos do que outras. O Zé Costa era um homem singular porque tinha uma mentalidade diferente da elite da época. A meu ver, era um líder, porque fez um trabalho de mudar a mentalidade e essa talvez seja a missão mais difícil de um líder. Ele encontrou uma Belo Horizonte modorrenta, povoada de funcionários que sonhavam em ver os filhos funcionários e teve um papel muito importante no sentido de mudar essa mentalidade. Usando o jornal, liderou a formação de um espírito empresarial em Minas que praticamente não existia. Relendo edições antigas do Diário do Comércio, percebe-se que ele sempre foi um campeão da liberdade empresarial, da iniciativa empresarial, do empreendedorismo, como se diz hoje. O jornal dele era um arauto de idéias ligadas à livre iniciativa. Mais do que porta-voz, era um arauto, um profeta; ensinava, dava exemplos. O Zé Costa é um exemplo de que há pessoas singulares que podem liderar processos que levem a infletir curvas. Ele não trabalhou sozinho, trabalhou em equipe, infletiu curvas nas equipes das quais fazia parte.

É certo que existem correntes profundas da história que emergem e influem nos acontecimentos. Concordo inteiramente com isso, mas considero também que há líderes que influem e infletem curvas. Não há só determinismo,

há também um certo livre arbítrio, que leva as lideranças a captarem anseios de grupos e essas forças novas agem sob formas antigas e formas novas nascem. É claro que podia ter acontecido sem ele. Mas ninguém saberá se ele não terá sido o somatório, a gota que faltava.

Disse mais:

Ele tinha sido comunista e isso significava então muita vocação pública. No caso dele, era mais um nacionalismo com sentido de espírito público. Nas várias conversas que tive com o José Costa, ele me falava muito que sua grande preocupação era usar o jornal para criar espírito público.

Era também uma pessoa que praticava a ética da responsabilidade, no sentido usado por Max Weber. Tinha plena convicção de que as decisões têm que prever as conseqüências. Ele falava muito sobre isso, era mais culto do que parecia a muitas pessoas. Lia muito e tinha intuição das coisas que a experiência lhe deu.¹⁶²

O legado de José Costa, não resta dúvida, é difícil de ser estimado. Para além do exemplo como ser humano e cidadão, deixou também obra palpável, como o Diário do Comércio, jornal que fundou e conduziu por mais de sessenta anos e que tantos desafios tem enfrentado nos doze anos que se passaram desde sua morte, para continuar o caminho rumo ao futuro, fiel ao espírito do fundador.

A marca de José Costa está presente também nos frutos das campanhas que com tanta garra promoveu no jornal e na tribuna das entidades de classe. Basta ver o êxito de empresas como Petrobrás, Usiminas, Refinaria Gabriel Passos, Gerdau Açominas, Fiat e tantos outros empreendimentos que contribuíram e contribuem de modo decisivo para o desenvolvimento regional e nacional.

“Porque se chamavam homens, também se chamavam sonhos e sonhos não envelhecem”¹⁶³. Ao finalizar a história de vida de José Costa, temos, sim, que complementar o verso dos poetas mineiros e afirmar: se os sonhos não envelhecem, também não morrem. Ou, como disseram outros poetas, também mineiros: “Se muito vale o já feito, mais vale o que será.”¹⁶⁴

¹⁶² João Camilo Penna ocupou, dentre outros cargos, os de presidente da Cemig, de secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais e de ministro da Indústria e Comércio. Desenvolveu o tema lideranças, livre arbítrio e determinismo no artigo “Juscelino Kubitschek e as lideranças”, publicado em Oliveira, Carlos Alberto Teixeira de. **JK – Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo!** Mercado Comum. Edição comemorativa dos 50 anos da posse de JK na Presidência da República. Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2006. Ali, ele trabalha a questão recorrendo a Machiavel, com os conceitos de “fortuna” – circunstâncias e forças externas trazidas por correntes antigas – e “virtú”, a capacidade do homem de influir no futuro, ao lado de outros autores. Max Weber enumera três qualidades decisivas para o político, dentre elas, o senso de responsabilidade: “A responsabilidade com a causa deve ser a estrela-guia da ação”. Weber, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 138.

¹⁶³ **Clube da esquina**. Milton Nascimento, Márcio e Lô Borges.

¹⁶⁴ Milton Nascimento e Fernando Brant “**O que foi feito de vera**”.

bibliografia

bibliografia consultada

Documentos

ALMEIDA, Guy de. Reformulação Editorial do **Diário do Comércio**, agosto de 1978. idem: Reformulação Editorial do **Jornal De Casa** – Projeto de Emergência, nov. 1993. (Acervo da Empresa Jornalística Diário do Comércio Ltda.)

ALMEIDA, Guy de. Projeto de Reformulação Editorial do **Diário do Comércio**. Belo Horizonte, março de 1992.

Atas de reuniões da Associação Comercial de Minas. AC Minas. Belo Horizonte: AC Minas. (Acervo de documentos da AC Minas).

Atas de reuniões da União dos Varejistas de Minas Gerais – UVMG. Belo Horizonte: UVMG (Acervo de documentos da UVMG).

Ata da Assembléia Extraordinária do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de Minas Gerais, realizada em 22 de novembro de 1990. (Acervo do Centro de Memória da Fiemg)

Documento avulso. Reconhecimento Oficial da Fiemg. Centro de Memória da Fiemg. Belo Horizonte, 1933. (Acervo do Centro de Memória da Fiemg)

Documento avulso. Reconhecimento do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1960. (Acervo do Centro de Memória da Fiemg.)

Documentos avulsos relativos ao **Jornal De Casa** e ao **Diário do Comércio**.

Estatuto da Associação Comercial da Cidade de Minas, art.1º, Cidade de Minas, 6 de janeiro de 1901 (Acervo de documentos da AC Minas)

Estatuto do Centro de Estudos Econômicos de Minas Gerais. 1951. (mimeo) (acervo da AC Minas)

OLIVEIRA, José Aparecido de. Inquérito do Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 1953.

Livros, artigos, teses e dissertações

BOJUNGA, Cláudio. **JK, O Artista do Impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Presença, 1972.

CARONE, Edgar. **A República Velha (Instituições e Classes Sociais)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2ª edição. 1972.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto – o peso da glória**. Rio de Janeiro: FINEP, 1978.

CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola & VAZ, Paulo Bernardo. **Folhas do tempo – Imprensa e Cotidiano em Belo Horizonte 1895-1925**. Belo Horizonte: UFMG - Prefeitura de Belo Horizonte-AMI, 1977.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: PROED/UFMG, 1981.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Caminhos operários nas Minas Gerais**. São Paulo: Hucitec - Editora UFMG, 1988.

FARIA, Maria Auxiliadora de & GROSSI Yonne de Souza. A classe operária de Belo Horizonte 1897-1929. Belo Horizonte: **V Seminário de Estudos Mineiros**. UFMG/Proed, 1982.

FARIA, Maria Auxiliadora de. A política da gleba. As classes conservadoras mineiras. Discurso e prática na Primeira República. **Tese de doutorado**. São Paulo: USP, 1992. (mimeo)

LINHARES, Joaquim Nabuco. **Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954**. 1ª-edição. Belo Horizonte: Fundação Belo Horizonte, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

LOPES, Lucas. **Memórias do Desenvolvimento – Memória da Eletricidade**. Programa de História Oral do CPDOC/FGV. Rio de Janeiro: 1991.

MARTINS FILHO, Amílcar Viana. **A Economia Política do Café com Leite (1900-1930)**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

MENDONÇA, José. **A Imprensa de Belo Horizonte na Fase Revolucionária (1925-1937)**. In VI Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULA, João Antônio de. **“Dois ensaios sobre a gênese da industrialização em Minas Gerais: a siderurgia e a indústria têxtil”**. Face/UFMG s/d.

PENNA, João Camilo de. **“Juscelino Kubitschek e as lideranças”**. In Oliveira, Carlos Alberto Teixeira de. **JK – Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo!** Mercado Comum. Edição comemorativa dos 50 anos da posse de JK na presidência da República. Belo Horizonte: 31 de janeiro de 2006.

PEREIRA, Lígia Maria Leite & FARIA, Maria Auxiliadora de. **1901-2001- Associação Comercial de Minas – Uma história de pioneirismo e desenvolvimento**. Belo Horizonte: AC Minas, 2001.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis: Paz e Terra, 1986.

UNIÃO DOS VAREJISTAS DE MINAS GERAIS: 1930 -1980. Belo Horizonte: UVMG, 1980

UNIÃO DOS VAREJISTAS DE MINAS GERAIS – 65 anos nos cem anos do comércio de Belo Horizonte. Publicação avulsa. Belo Horizonte, UVMG, 1995.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WERNECK, Humberto. **O desatino da rapaziada**. Jornalistas e escritores em Minas Gerais. São Paulo: Instituto Moreira Salles e Cia. da Letras, 1992.

WIRTH, John D. **O Fiel da Balança, Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ZILLER, Armando. **Coleção Memória Política de Minas 3**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2000.

Jornais e periódicos

DIÁRIO DO COMÉRCIO. Belo Horizonte.

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte

INFORMADOR COMERCIAL. Belo Horizonte.

LEÃO DAS MONTANHAS. Lions Clube de Belo Horizonte-Inconfidência. Belo Horizonte, abril de 1987

MENSAGEM ECONÔMICA. Associação Comercial de Minas – AC Minas. Belo Horizonte.

ROTATIVA. Belo Horizonte

VIDA INDUSTRIAL. Federação das Indústrias de Minas Gerais – Fiemg. Belo Horizonte.

Entrevistados

Amaury Pimenta de Pinho, Ângela Carrato, Antônio Lopes de Sá, César Vanucci, Charles Lotfi, Clério Fernandes da Silva, Deusdedith Aquino, Dídimo Paiva, Édison Zenóbio, Edmur Fonseca, Emerson de Almeida, Eunice Augusta Milhorato, Gilman Viana, Guy de Almeida, Hiram Reis Corrêa, João Camilo Penna, José Bento Teixeira de Sales, José Costa, José Maria Rabelo, José Romualdo Cançado Bahia, José Theresiano Silva, Lázaro Pontes Rodrigues, Lúcia Macedo Costa, Luiz Carlos Costa, Márcio Trindade dos Santos, Nair Costa Muls, Oliveira de Souza Góis, Osires Fecci, Rui Pires de Melo, Tilden Santiago, Vera Costa Gissoni, Washington Mello, Washington Peluso Albino, Yvan Muls.

Em homenagem da Federação das Indústrias de Minas Gerais - FIEMG, pelos 60 anos do Diário do Comércio, José Costa, agradecendo, fez a sua profissão de fé no futuro:

(...) Ainda vamos continuar. Nós não paramos por aqui. O jornal integrou-se ao espírito desenvolvimentista dos mineiros, descrito desde o sonho libertário de Tiradentes. (...) As lições recolhidas ao longo desses 60 anos nos ensinam que não há porque temer o amanhã. Ele nos dita que não haverá espaço para pessimismo ou desânimo. Ao contrário, para nós os desafios serão sempre vistos como elementos propulsores de nossas conquistas.

